



UNIVERSIDADE  
**CATÓLICA**  
DO SALVADOR

25<sup>a</sup>

**SEM C**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

**ANAIS**



**2022**

Salvador, Bahia, Brasil, 17 a 21 de Outubro de 2022

# UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR – UCSAL

## Reitor

Prof. Dra. Roberta Carolina Lima Gontijo de Lacerda

## Pró Reitor de Graduação

Prof. Dr. Deivid Carvalho Lorenzo

## EQUIPE TÉCNICA

### Normalização gráfica

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Kátia Oliver – Coordenação do PPGPSC

Doutoranda: Marcella Pinto de Almeida – PPGPSC

### Editoração

Profa. Dra. Silvana Sá de Carvalho – Coordenadora de Pós-Graduação, Pesquisa e Mobilidade Acadêmica

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Kátia Oliver – Coordenação do PPGPSC

Doutoranda: Marcella Pinto de Almeida – PPGPSC

**O conteúdo desta publicação e normalização da ABNT é de inteira responsabilidade dos(as) autores(as) dos artigos científicos**

Dados de Catalogação na Publicação (CIP)  
Ficha Catalográfica. UCSal. Sistema de Bibliotecas

S471 Semana de Mobilização Científica – SEMOC (25: 2022 out. 17 a 21: Universidade Católica do Salvador)  
Anais da XXV SEMOC - Semana de Mobilização Científica: Educação Inclusiva: 17 a 21 de outubro de 2022 [recurso eletrônico]. - Salvador: UCSAL. Universidade Católica do Salvador, 2022.

Modo de acesso: <http://www.ri.ucsal.br>  
ISSN 2448-1858

1. Educação inclusiva 2. Racismo ambiental 3. Território  
4. Educação – Direito 5. Inclusão social I. Universidade Católica do Salvador II. Título.

CDU 061.3:376

## COMISSÃO ORGANIZADORA E EXECUTIVA

### Comitê Executivo

Profa. Dra. Silvana Sá de Carvalho (PPGTAS)

Profª Drª. Kátia Oliver (PPGPSC)

Prof Dr. Tagore Trajano (PPGD)

Profª. Drª. Liana Oliveira(PPGTAS)

Profª Drª. Sumaia Midlej (PPGFSC)

Prof. Dr. Moacir Tinôco (PPGTAS)

Matheus Oliveira (PPGPSC)

### Comitê de Organização

Profa. Dra. Silvana Carvalho- Coordenação de Pós-Graduação, Pesquisa e Mobilidade  
Acadêmica

Profª Léa Maria Bonfim Medeiros e Ana Cláudia Souza - (Extensão)

Tatiana Oliveira e Chris Cerqueira (Assessoria de Comunicação – Ascom)

Lucas Peixinho (Administração Campus)

Linda Bulhosa (Biblioteca)

### Subcomitê por Eixo Temático

Eixo 1: Profª Drª. Kátia Oliver – Coordenação do PPGPSC

Eixo 2: Prof Dr. Tagore Trajano – Coordenação do PPGD

Eixo 3: Profª. Drª. Maina Pirajá – Coordenação do PPGTAS

Eixo 4: Prof Dr. Tagore Trajano – Coordenação do PPGD

Eixo 5: Profª Drª. Sumaia Midlej – Coordenação do PPGFSC

## COMISSÃO CIENTÍFICA

Profa. Dra. Silvana Sá de Carvalho (PPGTAS)

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Kátia Oliver (PPGPSC)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Liana Oliveira(PPGTAS)

Prof<sup>a</sup>. Sumaia Midlej (PPGFSC)

Prof Dr. Tagore Trajano (PPGD)



## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                                        |            |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>APRESENTAÇÃO .....</b>                                                                                                                                              | <b>8</b>   |
| <b><u>EIXO 1: RACISMO AMBIENTAL, REFUGIADOS AMBIENTAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS E INCLUSÃO SOCIAL</u> .....</b>                                                             | <b>10</b>  |
| <b>DESCRIÇÕES ESPACIAIS CONTIDAS DO LIVRO QUARTO DE DESPEJO .....</b>                                                                                                  | <b>12</b>  |
| <i>Douglas Quirino de Oliveira Mota, Filipe Mateus Lima Guimarães Trindade e Mariana Oliveira Conceição</i>                                                            |            |
| <b>INCINERAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: ENTRELAÇES COM A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O RACISMO AMBIENTAL .....</b>                                                                | <b>24</b>  |
| <i>Joilson Santos Santana e Cristina Maria Dacach Fernandez Marchi</i>                                                                                                 |            |
| <b>OCUPAÇÃO E FORMAÇÃO DA RUA DO SOS: UM ESTUDO DE CASO NO BAIRRO DA FAZENDA GRANDE DO RETIRO – SALVADOR/BA .....</b>                                                  | <b>32</b>  |
| <i>Ana Clara da Anunciação Gomes e Mariana Oliveira Conceição</i>                                                                                                      |            |
| <b>POLÍTICAS PÚBLICAS DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS EM ÁREAS DE BORDA MARÍTIMA: ESTUDO DAS COMUNIDADES DE MIRANTE DO BONFIM/PEDRA FURADA E VILAMAR (SALVADOR/BA) .....</b> | <b>43</b>  |
| <i>Aparecida Netto Teixeira e Lanay Souza Fernandes</i>                                                                                                                |            |
| <b>REMOÇÃO INVOLUNTÁRIA E RACISMO FUNDIÁRIO .....</b>                                                                                                                  | <b>56</b>  |
| <i>Nadeje Martins da Rocha, Laila Nazem Mourad e Aparecida Netto Teixeira</i>                                                                                          |            |
| <b>TRÂNSITO DE PIRAJÁ: UMA ANÁLISE SOCIAL DOS ENGARRAFAMENTOS NA PERIFERIA DE SALVADOR .....</b>                                                                       | <b>68</b>  |
| <i>Ana Leticia Vieira Santos Duarte, Leticia da Silva Ribeiro e Filipe Mateus Lima Guimarães Trindade</i>                                                              |            |
| <b><u>EIXO 2: DIVERSIDADE, ALTERIDADE E EDUCAÇÃO INCLUSIVA</u> .....</b>                                                                                               | <b>76</b>  |
| <b>CANABIDIOL VS. OXICODONA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA NO TRATAMENTO DE DORES CRÔNICAS.....</b>                                                                          | <b>78</b>  |
| <i>Isabella dos Santos Sampaio, Leila Mota Nascimento da Silva e Thassila Nogueira Pitanga</i>                                                                         |            |
| <b>DESAFIOS E OPORTUNIDADES DE UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA: PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO DE CATADORES EM PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU SOBRE MANEJO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS.....</b> | <b>86</b>  |
| <i>Mirela Carvalho Ribeiro Bohana, Patricia Carla Barbosa Pimentel e Cristina Maria Dacach Fernandez Marchi</i>                                                        |            |
| <b>EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: O PROCESSO DE TRANSCULTURAÇÃO NA LÍNGUA PORTUGUESA.....</b>                                                                                 | <b>93</b>  |
| <i>Lílian M. Santos Lima e Liliane Vasconcelos</i>                                                                                                                     |            |
| <b>EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO NA INCLUSÃO ESCOLAR DAS PESSOAS COM AUTISMO .....</b>                                    | <b>108</b> |
| <i>Maely Passos Boeri Valadão</i>                                                                                                                                      |            |

|                                                                                                                                                                             |            |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>ESPAÇO CULTURAL E EDUCATIVO ACERVO DA LAJE .....</b>                                                                                                                     | <b>122</b> |
| <i>Maria Luiza de F. R. Altmicks e Alfons Heinrich Altmicks</i>                                                                                                             |            |
| <b>FLORIM: VISIBILIDADE E INCLUSÃO NA CENA LITERÁRIA .....</b>                                                                                                              | <b>133</b> |
| <i>Isabele Brotas do Rosário Macedo e Liliane Vasconcelos de Jesus</i>                                                                                                      |            |
| <b>GLAUCUS ATLANTICUS MOLLUSCA; GLAUCIDAE: LEVANTAMENTO DE OCORRÊNCIAS NO BRASIL .....</b>                                                                                  | <b>140</b> |
| <i>Isabela Maria dos Reis Santos, Eder Carvalho da Silva, Bianca Faustino Tavares, Samela Rodrigues Bitencourt, Tarcísio Mário Lemos e Vitor Lopes Fernandes dos Santos</i> |            |
| <b>O PRINCÍPIO DA DIVERSIDADE E A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS .....</b>                                                                                                    | <b>150</b> |
| <i>Ailana Freitas Rocha e Luanda Almeida Reis da Silva</i>                                                                                                                  |            |
| <b>O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA NA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR.....</b>                                                                 | <b>159</b> |
| <i>Yasmin Borges Pereira de Santana e Alfons Heinrich Altmicks</i>                                                                                                          |            |
| <b>RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE: EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA O CURSO DE GRADUAÇÃO EM FISIOTERAPIA.....</b>                                                                     | <b>173</b> |
| <i>Rejeane Santos da Conceição, Ana Paula Mendes Geitenes e Cristina M<sup>a</sup>. D. F. Marchi</i>                                                                        |            |
| <b><u>EIXO 3: POVOS TRADICIONAIS E O DIREITO AO TERRITÓRIO</u> .....</b>                                                                                                    | <b>180</b> |
| <b>A DISPUTA TERRITORIAL ENTRE A COMUNIDADE QUILOMBOLA RIO DOS MACACOS E A MARINHA BRASILEIRA .....</b>                                                                     | <b>182</b> |
| <i>Juliane Silva Santos, Mariana Oliveira Conceição e Filipe Mateus Lima Guimarães Trindade</i>                                                                             |            |
| <b>A VULNERABILIDADE DA MULHER NO MERCADO CAMELÔ DA CIDADE DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS-BA. ....</b>                                                                           | <b>197</b> |
| <i>Jussara Alves Soares Argolo, Débora Carol Luz da Porciuncula e Laila Nazem Mourad</i>                                                                                    |            |
| <b>AS MUDANÇAS NA MOBILIDADE URBANA DE SALVADOR: UMA ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DO VEÍCULO LEVE SOBRE TRILHOS - VLT (MONOTRILHO) E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS.....</b>       | <b>214</b> |
| <i>Matheus Sousa dos Santos, Messias Arcanjo dos Santos Mauricio e Augusto César da Silva Machado Copque</i>                                                                |            |
| <b>CONFLITOS NO CENTRO ANTIGO E A AMEAÇA DA PERMANÊNCIA DE TERRITÓRIOS POPULARES: O CASO DO TORORÓ EM SALVADOR/BA.....</b>                                                  | <b>226</b> |
| <i>Felipe Santos do Canto e Liana Viveiros</i>                                                                                                                              |            |
| <b>FORMAÇÃO DE DOCENTES-PESQUISADORES INDÍGENAS NO BRASIL.....</b>                                                                                                          | <b>246</b> |
| <i>Alfons Heinrich Altmicks e Anayme Aparecida Canton Altmicks</i>                                                                                                          |            |
| <b>TERRITÓRIO EM RESISTÊNCIA: A OCUPAÇÃO CARLOS MARIGHELLA (SALVADOR/BA).....</b>                                                                                           | <b>261</b> |
| <i>Camille Oliveira Silva Gama e Aparecida Netto Teixeira</i>                                                                                                               |            |
| <b>USUCAPIÃO E O DIREITO A TERRA: CONFLITUALIDADES RURAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO FELIPE/BAHIA.....</b>                                                                         | <b>274</b> |

#### **EIXO 4: EDUCAÇÃO BIOÉTICA E DIREITO UNIVERSAL À VIDA** **289**

|                                                                                                       |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>DIREITO MÉDICO: A INADEQUAÇÃO DOS REGIMES JURÍDICOS APLICADOS NA RELAÇÃO PACIENTE-MÉDICO .....</b> | <b>291</b> |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|

*Leonardo Morbeck Carvalho Moreira e Alessandro Timbó Nilo*

|                                                                                                                                  |            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>ENGENHARIA SUSTENTÁVEL: A IMPORTÂNCIA DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO COMBATE AO COVID-19, NO MUNICÍPIO DE SERRINHA (BA).....</b> | <b>314</b> |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|

*Maria Juliana Barbosa Aragão Borges* 314

|                                                                                                             |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>ENGENHARIA SUSTENTÁVEL: O USO DA PROTOTIPAGEM NO CONTROLE DA QUALIDADE DO PROCESSO DE PRODUÇÃO .....</b> | <b>329</b> |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|

*Izabela da Silva Reis e Fernando Barreto Nunes Filho*

|                                                                                                                      |            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>ENGENHARIA SUSTENTÁVEL: PRÁTICAS ESG NA IMPLEMENTAÇÃO DO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO BEACH CLASS SALVADOR.....</b> | <b>343</b> |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|

*Silviane Ferreira de Jesus e Kilcy Costa Ferraz*

|                                                                                      |            |
|--------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>ESTUDO E AVALIAÇÃO DO DESMPENHO DE CONCRETO DOSADO PELO MÉTODO DE FAURY .....</b> | <b>358</b> |
|--------------------------------------------------------------------------------------|------------|

*José Marcílio Ladeia Vilasboas, Daiane Damasceno Félix, Juliana Araujo Magalhães*

|                                                                                            |            |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>PROPRANOLOL E METIMAZOL NO TRATAMENTO DA TIREOTOXICOSE: UMA REVISÃO NARRATIVA .....</b> | <b>374</b> |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|------------|

*Thaís Almeida Miranda, Ively Paixão Santos, Laíle Roberta Souza Costa, Thassila Nogueira Pitanga*

|                                                                                                                  |            |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>VARIAÇÃO LATITUDINAL DA REPRODUÇÃO E A FECUNDIDADE DE <i>TEDANIA IGNIS</i> (PORIFERA, DEMOSPONGIAE) .....</b> | <b>387</b> |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|

*Carla Juliana Souza Dias e Emilio de Lanna*

|                                                                                                                                |            |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHER: DO RECONHECIMENTO DO PROBLEMA SOCIAL E OS DEZESSEIS ANOS DA LEI MARIA DA PENHA .....</b> | <b>394</b> |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|

*Tâmara de Souza Pinho*

#### **EIXO 5: O PAPEL DA COMUNIDADE E DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA** **422**

|                                                                                      |            |
|--------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE- FUNDAC .....</b> | <b>424</b> |
|--------------------------------------------------------------------------------------|------------|

*Liana Almeida de Arantes, Ana Maria Fraguas Garcia e Cinara Agda Lisboa de Souza*

|                                                                                                               |            |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>ATIVIDADES MOTORAS-ESPORTIVAS E DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO COMPARATIVO SOBRE AS CRENÇAS DAS FAMÍLIAS .....</b> | <b>438</b> |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|

*Lorenzo Cioni e Anderson Spavier Alves*

|                                                                             |            |
|-----------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>DESTRONANDO BARREIRAS NA UNIVERSIDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.....</b> | <b>454</b> |
|-----------------------------------------------------------------------------|------------|

*Cristiane Cavalcanti Moreira, Juliana Viana Freitas, Sumaia Midlej Pimentel Sá, Angela da Silva Borges, Beatriz Cerqueira da Silva e Luis Carlos da Silva Passos*

|                                                                                                                                     |            |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>EDUCAÇÃO INCLUSIVA PÓS ISOLAMENTO SOCIAL: A IMPORTÂNCIA DA LINGUAGEM PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA .....</b>                         | <b>460</b> |
| <i>Flávia Maria Cruz da França e Liliane Vasconcelos</i>                                                                            |            |
| <b>INCLUSÃO ESCOLAR: ACESSO, PERMANÊNCIA E APRENDIZADO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS.....</b>                  | <b>469</b> |
| <i>Daniele de Sá Sacramento Santana e Orientadora: Raildes da Cruz Alves</i>                                                        |            |
| <b>LUTO FAMILIAR DIANTE DA CHEGADA DO FILHO COM DEFICIÊNCIA: MODIFICAÇÕES NA FAMÍLIA E O EXPERIENCIAR DA MATERNIDADE ATÍPICA ..</b> | <b>484</b> |
| <i>Matheus Wisdom Pedro de Jesus e Sueli Ribeiro Mota Souza</i>                                                                     |            |
| <b>MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NA ROTINA FAMILIAR DURANTE A PANDEMIA COVID-19 .....</b>                                                 | <b>492</b> |
| <i>Sumaia Midlej Pimentel Sá e Juliana Viana Freitas</i>                                                                            |            |
| <b>O PROFESSOR E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: NOTAS SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOCENTE NA REDE PÚBLICA DE ENSINO .....</b>             | <b>503</b> |
| <i>Karla Cilene Santos Sousa</i>                                                                                                    |            |
| <b>OS FILHOS DE MEUS FILHOS: AVOSIDADE E TRANSGERACIONALIDADE EM NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS .....</b>                               | <b>517</b> |
| <i>Cinthia Barreto Santos Souza</i>                                                                                                 |            |
| <b>RELACIONAMENTO FRATERNAL EM FASE ADULTA: DINÂMICA E SIGNIFICADO.....</b>                                                         | <b>532</b> |
| <i>Joana D’Arc Silva Santos</i>                                                                                                     |            |

## APRESENTAÇÃO

A Semana de Mobilização Científica – SEMOC – é uma atividade promovida anualmente pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL), integrando a programação regular de atividades do calendário acadêmico desde 1998, sendo organizada e executada com a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docentes, discentes e funcionários), e já é uma tradição na cidade do Salvador.

Dentre seus principais objetivos, a SEMOC pretende estimular e socializar as iniciativas no campo da pesquisa científica e da extensão desenvolvidas na Universidade, contribuir para a conscientização da comunidade acadêmica sobre a importância da integração entre ensino, pesquisa e extensão, promover o intercâmbio intra e interinstitucional em torno da produção do conhecimento e das ações comunitárias, e fomentar a difusão e o fortalecimento da diversidade científica no Estado da Bahia, como também no âmbito nacional e internacional.

A série SEMOC tem gerado importantes desdobramentos para o fortalecimento da ambiência acadêmica, dentre os quais se inclui o estímulo à sensibilização e mobilização dos diversos segmentos da comunidade universitária, com repercussões na produção e socialização da pesquisa científica, no intercâmbio de atividades culturais, na articulação entre os campi e entre diferentes instituições e na criação e aprofundamento de redes nacionais e internacionais.

Neste já tradicional evento anual, docentes, discentes, funcionários, pesquisadores e comunidades realizam atividades diversas em torno das temáticas selecionadas, anualmente, que inclui conferências, mesas redondas, jornadas de pesquisa, debates, apresentações de trabalho, minicursos, oficinas e atividades culturais.

A sucessão de temáticas centrais da série SEMOC demonstra um encadeamento lógico e tradutor do mérito privilegiado pela UCSal, circunscrito em preocupações explícitas com questões sociais e com princípios basilares de cunho universal, que articula-se, dessa forma, com a proposta pedagógica institucional, como, também, evidencia a tendência de colocar no centro dos debates temas de ampla abrangência científica e de abordagem interdisciplinar.

A cultura institucional de integração das diferentes áreas do conhecimento alicerça o portfólio acadêmico da UCSal. A 25ª edição, realizada entre 17 e 21 de outubro de 2021, trouxe como temática central “Educação Inclusiva”, que possibilita experienciar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e entre as grandes áreas do conhecimento.

Os Eixos Temáticos propostos para o desenvolvimento das atividades promovidas no evento foram:

Eixo 1: Racismo Ambiental, Refugiados Ambientais, Políticas Públicas e Inclusão Social

Eixo 2 : Diversidade, Alteridade e Educação Inclusiva

Eixo 3 : Povos Tradicionais e o Direito ao Território

Eixo 4 : Educação Bioética e Direito Universal à Vida

Eixo 5 : O Papel da Comunidade e da Família na Educação Inclusiva

Apresentamos aqui os artigos aprovados pela Comissão Científica da 25ª Semana de Mobilização Científica – SEMOC distribuídos entre os cinco Eixos Temáticos. Foram inscritos e aprovados 42 artigos científicos e a boa qualidade dos trabalhos apresentados foi atestada pela Comissão.

## **EIXO 1**

**RACISMO AMBIENTAL, REFUGIADOS AMBIENTAIS,  
POLÍTICAS PÚBLICAS E INCLUSÃO SOCIAL**



A pauta racial e a pauta ambiental se confundem na medida em que se identificam com a discriminação que sofrem as comunidades étnicas e minoritárias em locais impróprios para viver ou trabalhar, nas periferias urbanas ou na exposição a locais e instalações de resíduos tóxicos, nocivos. Quando associamos esta visão com fatores que ocasionam a exclusão sistemática de minorias na formulação, aplicação e remediação de políticas públicas no campo ambiental, social e laboral. Essa realidade inerente ao desenvolvimento do capitalismo, alimenta a lógica perversa de interesse em escolher áreas que devem ser ocupadas com prejuízo a saúde e a vida de povos marcados por uma determinada identidade racial, como negros, indígenas, latinos e asiáticos. Não há mais espaço ou horizonte para ignorarmos os efeitos nocivos dos danos ambientais na vida de todas as pessoas, em todos os lugares e em qualquer ramo de atividade. Se manter engessado na prática de séculos pretéritos que tão somente contribuíram para o desastre ambiental e social que vivemos hoje, não é mais possível, precisamos avançar. Nesta realidade de exclusão há também os refugiados ambientais, enquanto pessoas que fogem de seus países de origem e cultura, visando sobreviver em outras regiões, por ter seus territórios devastadas ou improdutivas por fatores de mudanças climáticas advindas de processos decorrentes do colapso ambiental produzida pela ganância da exploração humana ou conflitos armados, ou pela nossa mera cegueira em ver esta relação tão próxima entre o social e o ambiental. Essa realidade gera a identificação da luta por direitos que envolve a necessidade de políticas públicas sociais estruturadas nos sistemas de educação, saúde, previdência, assistência, habitação e segurança com enfoque no combate às desigualdades e em favor da inclusão social, enquanto um conjunto de medidas direcionadas a indivíduos excluídos do meio social, produtivo e ambiental, seja por alguma deficiência física ou mental, cor da pele, orientação sexual, gênero, etnia e outros fatores discriminatórios.

## DESCRIÇÕES ESPACIAIS CONTIDAS DO LIVRO QUARTO DE DESPEJO

Douglas Quirino de Oliveira Mota<sup>1</sup>

Filipe Mateus Lima Guimarães Trindade<sup>2</sup>

Mariana Oliveira Conceição<sup>2</sup>

### RESUMO

As dificuldades em encontrar pesquisas que conciliem a Geografia e Literatura a partir dos escritos da autora, Carolina Maria De Jesus, são imensas, desde a publicação aos dias atuais, entendendo esta deficiência decidiu-se pesquisar as percepções do espaço na obra de Carolina. O objetivo desta pesquisa é compreender as percepções sobre o espaço, identificando o processo de urbanização que ocorria, e quais efeitos na vida da autora estas mudanças causavam; segregação e lugar. Pretende-se também estudar as inúmeras críticas e descrições espaciais, e realidade vivenciada pela autora na favela do Canindé, em São Paulo, entre os anos de 1955 e 1960. O desenvolvimento da presente pesquisa se fez possível, por meio da leitura do livro Quarto de Despejo de Carolina Maria de Jesus e diversas obras acadêmicas, que foram de suma importância para a formulação da obra. A contribuição almejada ao fim do desenvolvimento da pesquisa, será o entendimento das percepções da autora, em relação ao espaço. Ao finalizar esta pesquisa espera-se compreender as relações espaciais apresentadas por Carolina Maria De Jesus.

**Palavras-chave:** Periferização, Justaposição e Segregação.

### 1. INTRODUÇÃO

Geografia e Literatura são termos indissociáveis, que nos propõe refletir as maneiras de descrever o espaço, e relações sociais nele desenvolvidas. A partir da análise dos textos literários podemos encontrar uma fonte preciosa no entendimento de espaço, lugar, paisagem, território e região, sendo estas categorias fundamentais na análise geográfica. Marc Brosseau afirmava que a literatura poderia servir de fonte “Capaz de avaliar a originalidade e a personalidade dos lugares e fornece exemplos eloquentes de apreciação pessoal” (BROSSEAU, 2007, p. 19-20). Com isso “Os trabalhos geográficos apresentam reflexões sobre as obras literárias com vistas a eliminar a divisão dos saberes do espaço”. (CARVALHO, 2014, p. 80).

---

<sup>1</sup> Estudante do segundo ano do Ensino Médio, SESI, douglasoliveira35douglas@gmail.com

<sup>2</sup> Mestre em Geografia, SESI, filipetrindade551@hotmail.com

<sup>2</sup> Especialista em antropologia, SESI, conceicaomariana30@gmail.com

Assim, o estudo das descrições espaciais contidas em obras literárias mostra-se fundamental, pois dessa maneira encontram-se fontes preciosas no entendimento do espaço imaginado, vivido ou sentido. Tendo a literatura como matriz a ser estudada, o entendimento sobre espaço amplia-se, entretanto não se deve acreditar indubitavelmente no que é lido, visto que, a subjetividade do autor precisa ser ponderada.

A partir da pesquisa decidiu-se usar o livro *Quarto de Despejo*, obra de Carolina Maria De Jesus, autora negra, favelada e semianalfabeta. Livro de grande importância histórica, literária e geográfica; na obra Carolina surpreende, descreve o espaço onde vive como ninguém conseguiria fazer, faz profundos relatos sobre a extinta favela do Canindé, em que expõe a subalternidade do lugar no qual vive; sendo este um claro retrato da sociedade brasileira, logo não foi difícil escolhê-la.

Como disse Eliana Castro (2014):

Carolina não corresponde aos estereótipos e sempre surpreende. Negra, espera-se que seja humilde, mas não é. Mulher, espera-se que seja submissa, mas não é. Semianalfabeta, espera-se que seja ignorante, mas não é. E não sendo o que se espera dela, é rejeitada como pessoa pela sociedade e incompreendida como escritora. (CASTRO, 2014, p.59)

Entendendo Carolina como essa mulher autêntica e surpreendente, este trabalho pretende descrever questões espaciais presente na sua obra. O livro escrito em forma de diário se torna uma fonte riquíssima na compressão da sociedade da época, no mesmo encontram-se fiéis relatos sobre a desigualdade socioespacial existente no país, como aponta De Jesus:

Eu classifico São Paulo assim: o palácio é a sala de visita. a prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. e a favela é o quintal onde jogam os lixos." (DE JESUS, 1958, p.32)

Ao que tudo indica Carolina nasceu por volta de 1914, no interior de Minas Gerais, neta de negro liberto e filha de mãe nascida na vigência da Lei do ventre livre, teve desde criança a memória escravocrata muito presente em suas relações por via das histórias contadas por seu avô. Mudou-se frequentemente, até chegar à São Paulo em 1937, momento em que migrações se tornavam mais frequentes. Nesta época São Paulo projetava-se como uma capital industrial, sendo vista como oportunidade de mudança de vida para pessoas de todo Brasil. Após sua chegada Carolina alojou-se em cortiços na zona central da capital paulista, trabalhando como empregada doméstica, até engravidar do seu primeiro filho e não ter outra opção, a não ser morar na favela. Além de Carlos, seu primeiro filho, Carolina teve mais dois filhos: Vera Eunice e João José.

A vida da autora sofreu uma mudança drástica em 1958, quando o jornalista Audálio Dantas foi incumbido de realizar uma reportagem na favela do Canindé no qual conheceu Carolina com:

Uns vinte cadernos encardidos que Carolina guardava em seu barraco. Li, e logo vi: repórter nenhum, escritor nenhum poderia escrever melhor aquela história- a visão de dentro da favela (DANTAS, 1995, p. 3)

Naquele momento a maior oportunidade da autora se abria, a possibilidade de publicação. Graças ao jornalista, Carolina pode publicar sua obra prima intitulada “Quarto de despejo, diário de uma favelada” que a rendeu notoriedade e a possibilidade de realização de um sonho: mudar-se da favela. Em 1961, Carolina e seus filhos foram residir em Santana, bairro de classe média na zona norte de São Paulo. Outrossim, a casa de alvenaria se tornaria uma frustração, pois a vizinhança branca e opressiva não aceitava ter uma negra em seu bairro, essa relação fica mais evidente com as crianças “Se um menino branco entra na minha casa, as mães vêm correndo retirar os seus filhos como se contagiassem ao nosso lado” (DE JESUS, 1961, p.135) e continua “Eu disse-lhe que tudo que ocorre aqui eles culpam os meus filhos. Que já estou com nojo de morar perto dos brancos xinguei o homem e disse-lhe que arrependi de comprar a casa” (DE JESUS, 1961, p. 235). Cansada de sofrer Carolina muda-se novamente, desta vez para um sítio à quarenta quilômetros do centro, onde morreu no dia 13 de fevereiro de 1977.

Ainda na favela, a alvenaria representava um “outro” quase inatingível. A questão que determinava a segregação era a impossibilidade de ocupar uma habitação formal. Uma vez na alvenaria, o “outro” passa a ser o branco, denunciando a nova forma da obstrução social: a segregação racial. Carolina de Jesus ascendeu socialmente, mas não lhe era permitido se integrar na cidade dos brancos. Apedrejadas suas vidraças, a escritora negra é constrangida a refazer seus sonhos. Diante de tamanho impasse, ela recorre ao seu derradeiro subterfúgio: retirar-se a um local onde pudesse cultivar seu próprio alimento. “Se eu tivesse essa quantia eu ia comprar terras para plantar arroz e feijão. A gente só é feliz quando planta para comer” (Carolina Maria de Jesus, p. 71). É quando adquire um sítio a 40 quilômetros do centro, em Parelheiros, construindo para si uma morada que se assemelha mais às suas origens rurais que ao desejo contraditório da casa de alvenaria. Tem-se aqui um último sentido para a ideia de despejo: o isolamento em relação à própria cidade. Na favela, a impossibilidade de integração derivava da informalidade; na alvenaria, a rejeição vinha pela raça; no sítio, a solução que viabilizou sua permanência foi excluir-se do perímetro urbano. (BARONE, 2019, p. 68)

Logo, durante sua passagem pela terra Carolina sofreu as mais diversas formas de exclusão socioespacial, ocasionada pelas segregações existentes nos espaços onde viveu. Na Favela do Canindé percebe-se justaposição, ou seja, “proximidade espacial com uma enorme distância social” (VASCONCELOS, 2013, p. 19) podendo ser

evidenciada no livro *Quarto de despejo* quando Carolina afirma “Os vizinhos de alvenaria olha os favelados com repugnância. Percebo seus olhares de ódio porque eles não quer a favela aqui. Que a favela deturpou o bairro. Que tem nojo da pobreza. Esquecem eles que na morte todos ficam pobres.” Após à ascensão social vai morar num bairro branco auto-segregado, ou seja, bairro com “Grupos de renda mais elevada residem em imóveis mais caros localizados em bairros onde o preço da terra é mais elevado.” (CORRÊA, 1986, p. 26) Em Santana por conta de sua cor negra é excluída “Já estou com nojo de morar perto dos brancos xinguei o homem e disse-lhe que arrependi de comprar a casa” (DE JESUS, 1961, p. 235). Depois de ser “expulsa” da casa de alvenaria, compra uma fazenda, local no qual passou seus últimos dias de vida.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Carolina Maria de Jesus nos oferece importantes informações a respeito da sociedade brasileira, tornando seus registros pessoais fontes documentais de grande importância historiográfica. (MITSUUCHI, 2018, p 273)

Identificar processos urbanos na literatura de Carolina Maria de Jesus é desbravar o passado não documentado das periferias. Em *Quarto de Despejo* são descritos diversos processos urbanos, entretanto o não estudo das questões espaciais presentes na obra despreza “A literatura enquanto crítica da realidade ou da ideologia dominante.” (CARVALHO, 2014, p. 86) Para além da crítica, a literatura possibilita compreender o espaço e propor soluções as problemáticas encontradas, além de conceder voz aos socialmente excluídos.

Com isso, a partir da leitura de *Quarto de Despejo* e obras acadêmicas, encontrou-se 3 processos urbanos; Justaposição, ou seja, espaços marginalizados próximos à espaços bem quistos. Periferização, isto é, máxima marginalização espacial, e Gentrificação, processo urbano que transforma periferias em bairros de auto poder aquisitivo. Todos os processos descritos anteriormente, foram baseados e estudos através do livro *A Cidade Contemporânea* de Pedro de Almeida Vasconcelos.

Comprovou-se também a inexistência da segregação na favela do Canindé, tendo em vista que “A população da periferia não está segregada, mas ocupa o espaço em que o Estado tolera (ou permite)” (VASCONCELOS, 2013, p. 31) Prova-se essa afirmação em 1961, quando o governo do Estado de São Paulo extingui a Favela do Canindé, de maneira célere e a dificultar a vida dos ex-moradores do Canindé. Logo, Carolina não estava segregada, mas se encontrava no espaço tolerado pelo Estado, e

a partir do momento que o Estado decidiu dar fim à Favela, executou-se o plano sem intromissões. As discussões sobre Segregação basearam-se nos livros *Cidade Contemporânea* de Pedro de Almeida Vasconcelos e *O Espaço Urbano* de Roberto Lobato Corrêa.

Além disso, a identificação da não existência do Lugar nos relatos de Carolina Maria de Jesus se fez possível, por meio do entendimento de que para ser Lugar necessita-se haver identificação, pertencimento e bons sentimentos com o espaço vivido, e em nenhum dos pontos citados Carolina encaixa-se, visto que “Carolina rejeitava qualquer ligação emotiva, qualquer traço que a identificasse com a favela” (MITSUUCHI, 2018, p. 262) Carolina não se entendia como pertencente a favela, pois “Sente-se diferente, superior, define-se como cidadã intelectual.” (ANDRADE, 2008, p.86) e durante toda a obra não esconde que odeia o espaço em que vive e que não é feliz por viver no mesmo “Parece que eu vim ao mundo predestinada a catar. Só não cato a felicidade.” (DE JESUS, 1993, p. 72). Com isso, conclui-se a inexistência do lugar em *Quarto de Despejo*. Para se chegar a esse entendimento, norteou-se pelas obras *O Lugar no/do Mundo* de Ana Fani Alessandri Carlos e *Espaço e Lugar* de Yi-Fu Tuan

### 3. DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

As desigualdades sociais refletem-se no espaço urbano e suas variantes dependerão dos contextos específicos; no Brasil as desigualdades urbanas se apresentarão de uma maneira específica que se diferenciará de outros países. “Assim, as estruturas espaciais das cidades norte-americanas são completamente diversas daquelas das cidades europeias e latino-Americanas, por exemplo.” (VASCONCELOS, 2013, p. 17) Logo, necessita-se compreender que o livro *Quarto de Despejo*, faz um recorte da periferia de São Paulo, demonstrando através dos escritos de Carolina Maria de Jesus processos urbanos específicos das periferias brasileiras, mas em alguns casos encontrados em outras realidades.

Carolina Maria de Jesus viveu na favela do Canindé, que se localizava na cidade de São Paulo, entretanto as discrepâncias urbanas e imobiliárias fizeram com que a autora sentisse-se moradora de um espaço não-urbano, quase alheio ao seu viver, como apresentado no trecho por De Jesus (1958):

“Quando eu vou na cidade tenho a impressão que estou no paraíso. Acho sublime ver aquelas mulheres e crianças tão bem vestidas. Tão deferentes da

favela. As casas com seus vasos de flores e cores variadas. Aquelas paisagens há de encantar os olhos dos visitantes de São Paulo, que ignoram que a cidade mais afamada da América do Sul está enferma. Com as suas úlceras. As favelas.” (DE JESUS, 1958, p. 71)

A fala de Carolina demonstra que apesar da saída dela ser apenas para outro bairro, ela tem a percepção que está indo para outro município; isso ocorre por conta das discrepâncias urbanas, na infraestrutura entre o local em que ela viveu (favela do Canindé) e o centro da cidade de São Paulo.

A autora nascida em Minas Gerais, foi à São Paulo, maior centro econômico do Brasil, em busca de oportunidades de emprego e qualidade de vida, porém ao ter seu primeiro filho, Carlos José, foi abandonada pelo pai da criança, dessa maneira só lhe restou o espaço da favela, sendo este local que com menos investimento, tende a crescer espontaneamente; a periferia é um espaço excluído urbano e socialmente, em que diversos direitos são usurpados.

A captura de direitos da população periférica, expressa-se nas diversas formas de precarização da vida favelada. Entendendo a população residente nas Favelas, como resultado da inexistência de auxílios a população negra liberta, pela lei áurea, o racismo ambiental encontra-se presente na maioria das comunidades periféricas, já que a população negra predomina nesses espaços.

Bullard (2005) conceitua o termo racismo ambiental como:

Aquele resultante de qualquer política, prática ou diretiva que afete ou prejudique, seja de forma direta ou não, voluntária ou involuntariamente, a pessoas, grupos ou comunidades em razão de sua cor ou raça. (BULLARD, 2005, p.13)

Já Rocha e Vasconcelos (2018) afirma que:

Segundo o sociólogo, a ideia encontra-se associada com políticas públicas promovidas pelo Estado e práticas industriais que visem a favorecer as empresas, imponto altos custos a determinadas parcelas da população. (ROCHA E VASCONCELOS, 2018, p. 338)

Dessa maneira, as dificuldades ambientais impostas a Carolina Maria de Jesus, são consequências de uma equação não resolvida. Durante a obra, a autora descreve inúmeras vezes a ausência de saneamento básico na Favela do Canindé, expresso nas incontáveis idas a uma torneira pública, com o intuito de buscar água, para realizar todas suas necessidades básicas, sendo essa, uma ação realizada todos os dias, como descreveu a autora “Levantei cinco horas para ir buscar água. Hoje é domingo, as favelas recolhem água mais tarde. Mas, eu já habituei-me levantar cedo. ” Em vista disso, entende-se a inexistência de saneamento básico, resultado do racismo ambiental,

já que, assim como a maioria dos moradores do Canindé, Carolina Maria de Jesus foi uma mulher negra.

Logo, o sentimento de exclusão espacial encontrado nos relatos de Carolina, são compreensíveis, pois o lugar onde ela vive não é entendido como parte da cidade, porém para muitos moradores esse espaço excluído é entendido como Lugar, por que como define Carlos (2007, p. 17/18), Lugar é:

[...] a porção do espaço apropriável para a vida — apropriada através do corpo — dos sentidos — dos passos de seus moradores, é o bairro é a praça, é a rua, e nesse sentido poderíamos afirmar que não seria jamais a metrópole ou mesmo a cidade *latu sensu* a menos que seja a pequena vila ou cidade — vivida/ conhecida/ reconhecida em todos os cantos. Motorista de ônibus, bilheteiros, são conhecidos-reconhecidos como parte da comunidade, cumprimentados como tal, não simples prestadores de serviço. As casas comerciais são mais do que pontos de troca de mercadorias, são também pontos de encontro. (CARLOS, 2007, p. 17/18)

Por isso, a cidade de São Paulo não pode ser entendida como Lugar pelos moradores da favela do Canindé, pois o município é extenso, entretanto o bairro, é um espaço reduzido, como afirma Carlos “A metrópole não é “lugar” ela só pode ser vivida parcialmente, o que nos remeteria a discussão do bairro como o espaço imediato da vida das relações cotidianas mais finas.” (CARLOS, 2007, p. 18). Assim impossibilita o reconhecimento por parte dos moradores, como local em que as relações sociais são vividas e desenvolvidas. Tuan afirmava que: “Quando o espaço nós é inteiramente familiar, torna-se lugar.” (TUAN 1997 p.89), Carolina Maria de Jesus, em Quarto de despejo expõe familiaridade com o espaço em que vive, outrossim não demonstra possuir sentimentos positivos ou indenitários. Fazendo assim, surgir um questionamento, seria a favela do Canindé um lugar para Carolina Maria de Jesus?

“Aqui nesta favela a gente vê coisa de arrepiar os cabelos. A favela é uma cidade esquisita e o prefeito daqui é o Diabo. E os pinguços que durante o dia estão oculto a noite aparecem para atentar.” (DE JESUS, 1958, p. 77)

Nesta frase, Carolina Maria De Jesus exemplifica o afirmado por Yi-Fu Tuan (1997). Percebe-se a familiaridade com que a autora descreve o espaço vivido, entretanto a raiva e tristeza da autora em “sobreviver” na favela expressasse latente; entendendo o Lugar como espaço em que relações sociais são desenvolvidas e onde há sentimentos de pertencimento, e que, a familiaridade apresentada com o espaço vivido é somente um dos pontos a serem analisados. Com isso, a favela do Canindé não encacha-se como Lugar, tendo em vista que:

O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura



civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida. (CARLOS, 2007, p. 22)

O viver da autora na favela, fez com que se desenvolvesse diversas relações com vizinhos, muitas vezes não saudáveis, entendendo a existência indubitável de relações sociais como parte fundamental da compreensão do lugar, torna-se inegável que, a maneira como a autora se relacionava com a vizinhança influenciou diretamente a sapiência do espaço em que vivia.

“Deixei as crianças. Recomendei-lhes para brincar no quintal e não sair na rua, porque os péssimos vizinhos que eu tenho não dão sossego aos meus filhos. (DE JESUS, 1955, p.127)

A afirmação expressa acima pela autora, mostra como as relações na favela do Canindé constituíam-se. A vizinhança alheia à autora, contribuiu vigorosamente para que, o sentido de Lugar não germinasse. Um exemplo, no dia 24 de julho de 1955 ao chegar em casa, após ter acordado cedo para pegar água, ir à mercearia e lavar roupa, depara-se com D. Francisca (vizinha) brigando com seu filho, enraiva-se e leva o menino ao “barraco”, a vizinha descontente com a atitude de Carolina Maria de Jesus, continua proferindo ofensas e xingamentos, a literata estressa-se e manda a mulher calar-se e afirma: “se eu pudesse mudar desta favela! Tenho a impressão, que estou no inferno”. Asseveraões como esta manifestam o “horror” da autora em viver no Canindé, logo, a literata não nutria bons sentimentos acerca do espaço em que vivia, nem se identificava como parte de um todo. Como afirma Mitsuchi, em Contextos reflexões e análise: Carolina Maria de Jesus e Quarto de Despejo:

Carolina rejeitava qualquer ligação emotiva, qualquer traço que a identificasse com a favela. Ao comentar sobre suas frequentes idas para buscar água, a autora afirma ter “pavor destas mulheres” (p.12), denotando com isso certo distanciamento e certo grau de não identificação com a própria comunidade. (MITSUCHI, 2018, p. 256)

Desse modo, não se considera a favela do Canindé como Lugar para Carolina Maria de Jesus, pois a autora não se sentia bem residindo naquele espaço, dessa maneira não se identificava como parte nem criava relações que traduzissem o sentido de lugar aos seus escritos.

Além disso, ressalta-se a extrema marginalização espacial vivenciada pela autora, o qual indubitavelmente contribuiu com os maus sentimentos nutridos pela autora ao espaço em relação ao lugar. Logo, identifica-se noções de periferização nos relatos da autora, uma vez que periferização é uma noção socioespacial completamente nacional e adequa-se completamente ao vivido por Carolina. Periferização é o ápice da marginalização espacial, como ressalta Vasconcelos “Essa noção é muito próxima da

de marginalização, mas com um componente espacial mais forte.” (VASCONCELOS, 2013, p. 31) Durante a obra analisada, Carolina Maria de Jesus evidência em diversos momentos a extrema marginalização espacial que ela e seus iguais vivenciavam na favela do Canindé.

Nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais. Gente da favela é considerado marginais. Não mais se vê os covos voando as margens do rio, perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os corvos. (DE JESUS, 1958, p.46)

Dizeres como este são recorrentes durante a obra, constatando assim a existência da Periferização no cotidiano dos moradores do Canindé. Além disso, Carolina Maria de Jesus ressalta que a existência da miséria e máxima marginalização espacial não impediu, que no mesmo bairro houvesse discrepâncias espaciais e socioeconômicas, ou seja, ao lado da extrema penúria haviam pessoas com alto poder aquisitivo. Com isso, identifica-se a Justaposição, isto é “proximidade espacial com uma enorme distância social.” (VASCONCELOS, 2013, p. 19). Enquanto Carolina e seus iguais enfrentavam as mais diversas adversidades, seus vizinhos de alvenaria (forma como a autora denominava seus vizinhos ricos) viviam de maneira confortável.

Carolina Maria de Jesus relata que seus vizinhos de alvenaria afirmavam que os políticos protegiam os “favelados”, pois não retiravam a favela das redondezas. “Os vizinhos ricos de alvenaria dizem que nós somos protegidos pelos políticos. É engano. Os políticos só aparece aqui no quarto de despejo, nas épocas eleitorais.” (DE JESUS, 1958, p.39). Enquanto em alguns lugares a proximidade espacial não parece incomodar, outras, como a de Carolina recusam a proximidade, fazendo a parte afamada se auto segregar, e, os sem escolha (pobres) estabelecerem-se no espaço restante. Necessita-se entender que, pessoas de baixa renda não estão segregadas, mas ocupam áreas que não interessam aos promotores imobiliários e são espaços “tolerados” pelo Estado.

Atualmente, para além da obra, entende-se a ocorrência de Gentrificação no espaço em que antes se encontrava a favela do Canindé; como afirmado no começo deste projeto, Carolina residia na Favela do Canindé, comunidade às margens do rio Tietê, atualmente inexistente, resultante de uma ação do poder público que intimidado com a notoriedade do livro Quarto de Despejo, em 1961 realoca os moradores para outros bairros e onde encontrava-se a favela constroem a atual marginal Tietê, rodeada de prédios de interesse do mercado imobiliário.

Para mais, os moradores do Canindé foram realocados para bairros distantes, dificultando a vida dos realocas, pois a maioria destes trabalhavam coletando latinhas

de alumínio, papelão e materiais recicláveis como um todo. Assim, ao serem enviados a extremos da cidade, suas atividades econômicas foram deteriorando-se e impossibilitada. Com isso, se identifica, que, aparentemente, a retirada da falava ocorreu de maneira a tentar apagar a imagem de Carolina Maria de Jesus, ou a possibilitar a execução de uma obra de grande impacto social e político sobre a opinião pública, utilizando a obra da autora, somente, como alicerce para “arrancar” os favelados de uma área de interesse do mercado imobiliário.

#### **4. CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em 2009, com quatro anos conclui a leitura do meu primeiro livro, aquela obra que, com mais imagens do que palavras me iniciaria neste hábito indissociável de quem sou. Neste ano nasceu meu amor pelos livros e pelas palavras com um todo, amor que me acompanhou em todas as fazes, na infância fui acompanhado pela Turma da Monica, Mickey, Tio Patinhas e pelos Diários de um Banana, na adolescência livros de John Green, Crepúsculo, Harry Potter e Percy Jackson e agora entrando no mundo jovem-adulto me encontro com Machado de Assis, Carolina Maria de Jesus, Jorge Amado, Clarisse Lispector e tantos outros.

Em todos esses anos de leitura uma obra me saltou e salta aos olhos “Quarto de Despejo”, livro que me inquietou desde a primeira frase; ler Carolina utilizando a literatura para denunciar o descaso do governo com os menos favorecidos, me fez entender essa autora, muitas vezes esquecida pela academia e pelos leitores, como uma das mais importantes da literatura nacional. A literatura de Carolina é importante pois, traz ricos relatos sobre as percepções de quem vivencio os processos urbanos e as desigualdades socioespaciais na pele.

Para mais, a leitura crítica de Quarto de Despejo possibilitou-me entender e classificar processos urbanos e segregacionais encontrados no mesmo, antes desconhecido pela academia e desprezado pelos leitores. Periferização, Justaposição, Racismo Ambiental e Gentrificação, quatro processos espaciais, que de sua maneira modificaram e classificaram o relatado por Carolina, além de debater e identificar a não existência do Lugar nos relatos da autora, logo que Carolina rejeitava qualquer ligação emotiva ou traço de identificação com a Favela do Canindé.

Não se identificava, pois não aceitava ter de viver em um espaço desigual, miserável e repugnante. Carolina mostrou o Brasil real e profundo ao globo, denunciou

o “quarto de despejo” e fez-se inesquecível e atemporal; numa sociedade de compra e descarte, vozes marginais como a Carolina são silenciadas, por que a elite não aceita ouvir o quão hipócrita, individualista e egocêntrica ela é.

Carolina mostrou que a pobreza não molda o caráter e nem propicia que pessoas vão à criminalidade. Mas que, a condição de exclusão torna-os vulneráveis, pois sem opções não há maneira diferente de sobreviver.

Em *O espaço urbano em Carolina Maria de Jesus: entre o Quarto de despejo e a Casa de alvenaria*, Tremba afirma:

O “quarto de despejo” de 1950 continua recebendo até hoje os despejados, fazendo da narrativa de Jesus algo extremamente atual, uma vez que as denúncias feitas por ela seguem sem solução. Ainda existem pessoas sem água encanada e saneamento básico em geral, morando em barracos de tábuas cobertos com folhas de zinco ou qualquer outras coisas que o valha, ou pior, debaixo de pontes, viadutos e marquises. (TREMBA, 2020, p. 118)

Assim, percebe-se que o narrado por Carolina Maria de Jesus não acabou, mas adaptou-se aos moldes atuais. A grande desigualdade social, fome, falta de saneamento básico, pobreza, saúde e educação lastimáveis, são velhos conhecidos da população brasileira, denunciados pela autora e ignorados pelos governantes. Desta forma o “quarto de despejo” não fechou, mas segue crescendo, numa sociedade em que ter vale mais que ser.

Portanto, objetivando acabar com esse espólio maldito, encontra-se na literatura críticas e possíveis soluções à problemas “hereditários” dessa nação. Com isso, compete as instituições de ensino analisar textos de autores marginalizados, como Carolina Maria de Jesus, que, infelizmente, sucumbiu desprestigiada e esquecida, entretanto sua voz inalienável jamais morrerá.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. P. de. Uma noção de poeta. In \_\_\_\_ Revista Rascunhos Culturais. Nº.01, jan./jun. de 2010. Disponível em: <http://www.cpcx.ufms.br/sites/rascunhos/files/2010/07/Primeira-edi%C3%A7%C3%A3o-Artigo-08.pdf>. Acesso em: 15 set. 2010.

Barone, Ana Cláudia Castilho. "ST 10 CAROLINA MARIA DE JESUS, UMA TRAJETÓRIA URBANA." *Anais ENANPUR* 16, no. 1 (2015).

BARONE, Ana Cláudia Castilho. Negra ou pobre? Migrante ou despejada? Carolina de Jesus e o enigma das classificações (1937-1977). *Afro-Ásia*, n. 59, p. 43-76, 2019.

BROSSEAU, Marc. Geografia e literatura. Tradução: Márcia Trigueiro. In:

BULLARD, Robert. Ética e racismo ambiental. *Revista Eco*, v. 21, n. XV, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). Literatura, música e espaço. Rio de

Janeiro. EdUERJ, 2007, pp. 17-77.

CARLOS, Ana Fani Alessandri et al. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARVALHO, Rodrigo Janoni. Reflexões sobre geografia e literatura. **ÁGORA Revista Eletrônica**, n. 19, 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato et al. **O espaço urbano**. Ática, 1989.

DOS SANTOS, Maricélia Nunes; DE SOUZA, Wagner. Quarto de despejo—Manifestação do discurso feminino na literatura brasileira. **Travessias**, v. 5, n. 2, 2011.

MITSUUCHI, Jéssica Tomiko Araújo. Contextos, reflexões e análises: Carolina Maria de Jesus e o Quarto de Despejo. **Revista Vernáculo**, n. 41, 2018.

ROCHA, Jiuliani Santos; VASCONCELOS, Priscila Elise Alves. Racismo Ambiental. **Revista Jurídica Direito, Sociedade e Justiça**, v. 5, n. 6, 2018.

PEREIRA, Cláudio Smalley Soares et al. SEGREGAÇÃO ESPACIAL NA CIDADE CONTEMPORÂNEA. **Revista Cidades**, v. 12, n. 20, 2015. AUTHOR (YEAR).  
*Title of the publication.* Publisher

Tremba, Gabriela Bastos Cordeiro. "O espaço urbano em Carolina Maria de Jesus: o eterno retorno ao Quarto de despejo e a casa de alvenaria." Master's thesis, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2020.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: A perspectiva da experiência**. SciELO-EDUEL, 2013.

# INCINERAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: entrelaces com a educação inclusiva e o racismo ambiental

Joilson Santos Santana<sup>1</sup>

Cristina Maria Dacach Fernandez Marchi <sup>2</sup>

## RESUMO

Este artigo objetiva analisar como a prática da incineração de resíduos sólidos urbanos (RSU) contribui para a extinção dos recursos naturais e acentua o racismo ambiental e o papel que a educação inclusiva, com viés ambiental, pode provocar para a superação do desconhecimento social sobre os prejuízos que tal atividade acarreta, a exemplo da exclusão socioeconômica dos catadores/as. Como método foi usado a abordagem de estudo teórico crítico através de revisão da literatura. Entende-se que é necessário questionar a aplicação da incineração como possível protagonista de possíveis soluções para o descarte final de RSU.

**Palavras-chave:** Resíduos Sólidos. Incineração. Educação Ambiental. Racismo Ambiental. Catadores.

## 1 INTRODUÇÃO

O cenário socioambiental contemporâneo no Brasil é cada vez mais grave, quando se trata da relação produção, consumo e geração de resíduos sólidos, mesmo após doze anos de promulgação da Lei 12.305 de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS. Esta política pública atribui para a gestão e gerenciamento de resíduos sólidos a observância da seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos (BRASIL, 2010).

Todavia, os padrões de produção, consumo e geração de resíduos sólidos não tem acompanhado as premissas estabelecidas na PNRS. Haja vista que cerca de 82,5 milhões de toneladas de resíduos geradas em 2020 (ABRELPE, 2021), o percentual de reciclagem é de apenas 4% no país (AGÊNCIA BRASIL, 2022).

A realidade brasileira para menor impacto de Resíduos Sólidos Urbanos -RSU no meio ambiente se encontra ligada à baixa observância da implementação de políticas

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Território, Ambiente e Sociedade – PPGTAS da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Mestre em Planejamento Ambiental e Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (UCSAL). joilson.santana@ucsal.edu.br.

<sup>2</sup> Prof.<sup>a</sup> Dra. Universidade Católica do Salvador, Programa de Pós-Graduação em Território, Ambiente e Sociedade (PPGTAS). cristina.marchi@pro.ucsal.br.

públicas voltadas para indução de mudanças dos processos de produção, assim como de promoção de educação ambiental junto à população, com intuito de sensibilização em relação à alteração de comportamentos e atitudes, na relação de consumo e destinação dos resíduos.

Neste contexto é importante se conhecer o papel fundamental que catadores de materiais recicláveis, em sua maioria homens e mulheres negros/as, desempenham na gestão e reciclagem desses resíduos, resultando em preservação de recursos naturais e qualidade de vida dos seres vivos.

Contudo, atualmente, a atividade de incineração, de acordo com Cardozo, Mannarino e Ferreira (2021) começa a ser considerada viável para a gestão de resíduos no Brasil, através de parcerias público-privadas. Unidades de incineração já se encontram em processo de licenciamento ambiental em alguns estados do país. Vale ressaltar que, além de causar impactos ambientais nos locais de instalação, desvio de materiais recicláveis aproveitados pelos catadores, a incineração de resíduos também traz riscos à saúde uma vez que produz quantidades variadas de substâncias tóxicas, como gases, partículas, metais pesados, compostos orgânicos, dioxinas e furanos emitidos na atmosfera.

É importante destacar que, os territórios onde estão instalados os incineradores são constituídos eminentemente por maioria de população Negra, ficando submetida diretamente aos severos impactos decorrentes desse proceimpaciente deste cenário, esse estudo objetiva analisar como a prática da incineração de resíduos sólidos urbanos (RSU) contribui para a extinção dos recursos naturais e acentua o racismo ambiental e o papel que a educação inclusiva, com viés ambiental, pode provocar para a superação do desconhecimento social sobre os prejuízos que tal atividade acarreta, a exemplo, da exclusão socioeconômica dos catadores/as.

## **2 MÉTODO UTILIZADO**

Trata-se de uma revisão descritiva da literatura acerca do tema, utilizando documentos técnicos, normativos e científicos com abordagem teórica a partir do crítico. Foram selecionadas publicações sem recorte temporal, para tanto a seleção dos estudos foi realizada com base na relação com o tema proposto e incluídos artigos científicos, dissertações, teses, documentos e relatórios oficiais. A análise foi realizada por meio de leitura exploratória e crítica.

Para tanto, foi realizada pesquisa à biblioteca eletrônica SCIELO Brasil (<http://www.scielo.com/>), utilizando descritores às palavras-chave: incineração de resíduos sólidos urbanos, catadores, racismo ambiental, educação inclusiva, educação ambiental no período entre 2010 e 2022. O levantamento de informações aconteceu durante os meses de julho e agosto de 2022. Por fim, a construção de pontos de convergência que abrangeram os estudos eleitos como pertinentes ao objetivo deste artigo.

### 3 RESULTADOS

#### 3.1 Incineração de Resíduos Sólidos Urbanos

De acordo com Flores e Martins (2013) *apud* Monteiro (2001) o processo de incineração constitui-se em um processo de queima, na presença de excesso de oxigênio, no qual os materiais à base de carbono são decompostos, desprendendo calor e gerando um resíduo de cinzas. Os autores apontam que a instalação e funcionamento de incineradores,

[...] são geralmente dispendiosos, principalmente em razão da necessidade de filtros e implementos tecnológicos sofisticados para diminuir ou eliminar a poluição do ar provocada por gases produzidos durante a queima do lixo (FLORES E MARTINS, 2013 *apud* MONTEIRO, 2001, p. 78).

Segundo Flores e Martins (2013) a incineração é uma tecnologia utilizada em muitos países do mundo como alternativa para solucionar os problemas de disposição final de resíduos sólidos. Ainda conforme os autores, no Brasil, a incineração é mais utilizada para o tratamento de resíduos dos serviços de saúde, resíduos industriais e aeroportuários. Para os autores, houve um retrocesso quando o país curvou-se aos interesses econômicos de grandes grupos, permitindo a inclusão na PNRS, a possibilidade de uso de tecnologias visando à recuperação energética dos resíduos sólidos urbanos.

Gouveia (2012) destaca em seu estudo denominado: Resíduos sólidos urbanos: impactos socioambientais e perspectiva de manejo sustentável com inclusão social, a questão da contaminação de populações residentes em áreas próximas a incineradores se dá diretamente (pela inalação de ar contaminado) ou indiretamente (por meio do consumo de água ou alimentos contaminados, ou contato dérmico com solo



contaminado). O autor sinaliza que, vários estudos apontam que a exposição da população à emissão de incineradores está associada a um risco aumentado de alguns tipos de câncer, assim como de desfechos indesejáveis da gravidez, incluindo baixo peso ao nascer e anomalias congênitas.

Outro aspecto também importante a ser pontuado é a questão da saúde e segurança da população do entorno dos incineradores, em função dos efluentes lançados ao ar. Pois é necessário manter o monitoramento de suas emissões e dos possíveis efeitos detectados na saúde. Dessa forma, torna-se imprescindível buscar minimizar a quantidade de resíduos que necessitam desse tipo de destinação (GOUVEIA, 2012). Sendo assim, considera-se a incineração e o coprocessamento como processos insustentáveis, principalmente no Brasil, difíceis de serem justificados com os imperativos ecológicos e sociais do século XXI. Ao utilizar-se as tecnologias de destruição dos resíduos, os fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes ficam isentos de sua responsabilidade pós-consumo, contribuindo para esgotar recursos naturais finitos e agravando as mudanças climáticas.

### **3.2 Entrelaces da Incineração de RS: Educação Ambiental e Racismo Ambiental**

Diante da relação predatória de uso dos recursos naturais para atendimento das demandas do padrão de desenvolvimento vigente no mundo, em especial nos países denominados em desenvolvimento como o Brasil, é crucial a participação da população de forma crítica e propositiva para a construção de alternativas que interrompam tal prática. Para tanto, de acordo com o estudo de Borges (2012) sobre a educação ambiental na perspectiva da educação inclusiva, é fundamental a adoção de posturas pessoais e comportamentos sociais construtivos, colaborando para a construção de uma sociedade socialmente justa, em um ambiente saudável.

Borges (2012) sinaliza que consta no documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008, que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, tem por objetivos:

[...]assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional

especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e de demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008, p. 14).

Schuindt e Silveira (2020) apontam que a inclusão envolve um processo de reforma, não somente das estruturas e sistemas, mas do comportamento. Sendo necessário, conforme os autores, incorporar as modificações no conteúdo, nos métodos, nas abordagens, nas estratégias de educação para superar barreiras. Evidenciando que os princípios da inclusão são

[...] pautados em valores éticos que preconizam a celebração das diferenças, a igualdade, a valorização da diversidade, o aprendizado cooperativo, a solidariedade, a igualdade de classes e o direito de todos terem uma vida digna, com qualidade em todos os aspectos como lazer, cultura, trabalho e educação (SCHUINDT E SILVEIRA, 2020, p. 3;4).

Neste cenário é importante destacar outra política, a Política Nacional de Educação Ambiental, instituída pela lei nº 9.79/1999, cujo Art. 1º, aponta que entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999). Deste modo, Demoly e Santos (2018) preconizam que os estudos em educação ambiental devem enfatizar a necessidade de considerarmos a interconexão entre os elementos da natureza, a inseparabilidade e interdependência entre os sistemas vivos. Os autores ainda destacam uma educação ambiental considerando as relações entre educação, participação e transformação da realidade de vida.

Observando as iniciativas de parceria público-privada para instalação de incineradores de RSU no país, constata-se um abandono da implementação da política pública de educação ambiental voltada para a implementação da hierarquia da gestão desses resíduos: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. Notório destacar que o avanço da incineração impacta o meio ambiente, a saúde e segurança das pessoas mais vulnerabilizadas e o trabalho e renda de milhares de catadores/as de materiais recicláveis, esses em sua maioria negros/as, conforme aponta estudo de Marchi e Santana (2022) sobre o perfil socioeconômico de catadores avulsos e cooperativados na cidade de Salvador, sendo que 66,4% dos catadores avulsos se consideram negros; e 95% dos catadores cooperativados, se auto declaram negros.

Portanto, em tal conjuntura, é possível considerar o racismo ambiental, expressão cunhada, segundo Acserald, Mello e Bezerra (2009) no final dos anos de 1980, nos Estados Unidos, nas lutas por direitos civis e nos estudos sobre a ausência de equidade geográfica na distribuição dos riscos ambientais, que apontavam clara intersecção entre as variáveis raça e renda, porém com imposição desproporcional “de rejeitos perigosos às comunidades de cor”. Cabe destacar conforme Gouveia (2012) que os catadores/as de materiais recicláveis podem ser considerados os grandes protagonistas da indústria de reciclagem no país. O autor ainda aponta que esse grupo de trabalhadores vem atuando de maneira informal ou organizada em cooperativas e,

[...] mesmo antes da definição de políticas públicas claras para a gestão de resíduos no país, vem realizando um trabalho de grande importância ambiental; contribuindo significativamente para o retorno de diferentes materiais para o ciclo produtivo; gerando economia de energia e de matéria-prima, e evitando que diversos materiais sejam destinados a aterros (GOUVEIA, 2012, p. 1507).

Para Flores e Martins (2013) a possibilidade de construção de incineradoras, cujo funcionamento demandará o consumo do resíduo que serviria como fonte de renda e de subsistência a um exército de trabalhadores formais e informais do setor, os chamados catadores. Diante deste contexto, é inequívoco que a incineração de RSU afeta diretamente esses profissionais negros/as, pois sua matéria prima de trabalho, os materiais recicláveis, a exemplo, do papel, papelão e plástico são materiais em potencial de interesse dos incineradores, o que denota uma prática de racismo ambiental. Mediante o que Acserald, Herculano e Pádua (2004) apontam em relação à dimensão racial da problemática política e econômica envoltas na luta pelo direito a uma vida digna em um ambiente saudável. Os autores destacam a realidade brasileira onde injustiça e discriminação constituem entraves à distribuição de poder e capital, agravadas pela política de omissão e negligência no atendimento das necessidades dessas populações.

#### 4 CONCLUSÃO

A relação de consumo e geração de resíduos sólidos tem pautado diversos debates e estudos no Brasil e em outros países no mundo, associado a esse cenário, apresenta-se a incineração como alternativa. Contudo, tal atividade desconsidera o fundamental papel desempenhado pelos catadores/as na gestão de RSU. Além disso, é importante destacar o racismo ambiental atrelado a disseminação dessa prática.

Para tanto, é necessário que haja o fomento de ações de educação de cunho inclusivo com ênfase no meio ambiente, pois a reciclagem apresenta-se como

alternativa para destinação adequada de RSU no Brasil e redução da extração de recursos naturais.

Ainda assim, parcerias público-privadas vêm propondo a incineração de RSU como um caminho cabível para a destinação final dos RSU no país. Segundo a Frente Brasileira de Alternativas à Incineração (2022) queimar RSU não significa uma solução, mas uma tecnologia equivocada, já que a prática da incineração de resíduos passíveis de recuperação não faz desaparecer os resíduos, mas transformar milhares de toneladas dos mais variados insumos em incontáveis minúsculas partículas.

Deste modo, é necessário o desenvolvimento de ações de sensibilização e educação inclusiva, por meio da educação ambiental, como forma de orientar a sociedade sobre o importante papel que o trabalho de coleta, separação e destinação adequada exercida por catadores/as, na maioria de raça negra, executa. Importante também conduzir a população e as organizações a exercerem a cidadania para adequado manejo dos seus resíduos, através de atividades como reuso, separação e disposição correta dos resíduos gerados, contribuindo para coleta e destinação apropriada dos recicláveis para logística reversa ou os rejeitos para os aterros sanitários municipais.

Enfim, a sociedade deve ter acesso às informações necessárias para revisar os atuais padrões de produção e consumo e os danos ocasionados pela incineração dos resíduos, que geram grandes impactos sociais e ambientais e o combate ao racismo ambiental.

## REFERÊNCIAS

ABRELPE. Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2021. Disponível em: <https://abrelpe.org.br/panorama-2021/>. Acesso em: 09 agosto de 2022.

AGÊNCIA BRASIL. Índice de reciclagem no Brasil é de apenas 4%, diz Abrelpe. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-06/indice-de-reciclagem-no-brasil-e-de-4-diz-abrelpe>. Acesso em: 10 agosto de 2022.

ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. A justiça ambiental e a dinâmica das lutas socioambientais no Brasil – uma introdução. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; Pádua, José Augusto. (Org.). Justiça ambiental e cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 9-20.

ACSERALD, H. ; MELLO, C. C. do A. ; BEZERRA, G. das N. ( 2009 ). O que é Justiça Ambiental . Rio de Janeiro , Garamond.

BORGES, J. A. de S. Educação ambiental na perspectiva da educação inclusiva - DOI: 10.5212/OlharProfr.v.14i2.0005. Olhar de Professor, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 285–292, 2012. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/3513>. Acesso em: 10 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Ambiental. Lei nº 9.79/1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 08 agosto de 2022.

BRASIL. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Lei no 12.305, de 02 de agosto de 2010. Altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e dá outras providências. Brasília, DF, 2010.

CARDOZO, B. C.; MANNARINO, C. F.; FERREIRA, J. A. Análise do monitoramento ambiental da incineração de resíduos sólidos urbanos na Europa e a necessidade de mudanças na legislação brasileira. Eng. Sanit. Ambiente. Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, pág. 123-131. 2021. Disponível em: [http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-41522021000100123&lng=en&nrm=iso](http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-41522021000100123&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 25 de julho de 2022.

DEMOLY, K. R. DO A.; SANTOS, J. S. B. DOS L. ENVIRONMENTAL EDUCATION AND SCHOOL: WAYS OF EN-ACTING IN THE EXPERIENCE OF STUDENTS AND TEACHERS. Ambiente & Sociedade [online]. 2018, v. 21. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc0087r2vu18L1AO>. Acesso em: 10 Julho de 2022.

FLORES, Guilherme Nazareno; MARTINS, Clayton Marafioti. Consequências da incineração como paradoxo à justiça ambiental e à sustentabilidade na política nacional de resíduos sólidos. 27, n. 1, jan./jun. 2013 - p. 68-90. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/b12f/afddeba484e5eeb8048d6ff29c9e11251d06.pdf>. Acesso em: 08 agosto de 2022.

FRENTE BRASILEIRA ALTERNATIVAS À INCINERAÇÃO. Manifesto contra a destruição dos resíduos sólidos urbanos por desperdício zero. Disponível em: <https://alternativasaincineracao.net/wp-content/uploads/2019/10/manifesto-2019-2.pdf>. Acesso em 24 julho de 2022.

FRENTE BRASILEIRA DE ALTERNATIVAS À INCINERAÇÃO. A AMEAÇA DAS INCINERADORAS NO BRASIL (2022). Disponível em <https://alternativasaincineracao.net/#features>. Acesso em: 08 agosto de 2022.

GOUVEIA, Resíduos sólidos urbanos: impactos socioambientais e perspectiva de manejo sustentável com inclusão social. Ciência & Saúde Coletiva, Volume: 17, Número: 6, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2012.v17n6/1503-1510/pt#ModalArticles>. Acesso em: 08 agosto de 2022.

Marchi, C. M. D. F., & Santana, J. S. (2022). Catadores de materiais recicláveis: análise do perfil socioeconômico na cidade de Salvador, Bahia, Brasil. Interações (Campo Grande), 23(2), 413–422. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/inter.v23i2.3058>. Acesso em: 09 agosto de 2022.

SCHUINDT, C. C.; SILVEIRA, C. A educação inclusiva em espaços não formais: uma análise dos museus de ciências brasileiros. Educação em Revista [online]. 2020, v. 36. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698234507>. Acesso em: 20 de julho de 2022.

## **OCUPAÇÃO E FORMAÇÃO DA RUA DO SOS: um estudo de caso no bairro da Fazenda Grande do Retiro – Salvador/BA**

Ana Clara da Anunciação Gomes<sup>1</sup>

Mariana Oliveira Conceição<sup>2</sup>

### **RESUMO**

O presente projeto se concebeu a partir do interesse de deslindar e entender a formação da rua Antenor Maia Cardoso, popularmente chamada de “SOS” situada no bairro da Fazenda Grande do Retiro, um dos 41 bairros do “Miolo” central na cidade de Salvador, Bahia. Tal rua, que se encontra entre outras duas comunidades da região - Calafate e Horto Florestal - originou-se de ocupações de pessoas advindas de outros locais da cidade, com poder aquisitivo muito menor do que os já moradores das imediações, gerando diferenças acentuadas na era da sua fundação, fato que despertou o interesse para o estudo. A pesquisa objetiva descobrir como se deu a ocupação e fundação da comunidade do SOS analisando a construção da identidade do local e a constituição dos preconceitos gerados pelos moradores do entorno, por meio do levantamento de informações para embasamento da pesquisa, que se deu fazendo uso de entrevistas, inicialmente realizadas de forma presencial, tendo segmento no formato online, por conta do avanço da pandemia do Coronavírus, com moradores do Calafate e do Horto Florestal. Uma vez que tais moradores, como espectadores, observaram a fundação da rua estudada, visto que o contato com os agentes ativos do processo não foi possível. Os moradores que ajudaram a compor a pesquisa com seus depoimentos não terão seus nomes revelados, sendo necessário o uso de códigos na escrita do estudo. A falta de referências bibliográficas em torno do objeto de estudo, tornou ainda mais valiosa a participação dos moradores na construção do projeto.

**Palavras-chave:** Ocupação. SOS. Fundação. Vulnerabilidade.

### **1. INTRODUÇÃO**

A presente pesquisa aqui exposta se trata de um estudo de caso e presta-se a descoberta da origem da rua transversal Antenor Maia Cardoso, popularmente conhecida por “SOS”, localizada entre as comunidades do Calafate e Horto Florestal – que para melhor compreensão do leitor, no presente estudo não se trata do bairro do Horto Florestal na região de Brotas entre o Acupe e o Candeal, mas de uma rua, estabelecida no bairro da Fazenda Grande do Retiro, este situado no “miolo” central da cidade de Salvador, capital baiana, sendo assim parte dos bairros da região periférica da cidade.

---

<sup>1</sup> 3º série do Ensino Médio, Escola SESI Reitor Miguel Calmon, [anaclaraanunciacao@gmail.com](mailto:anaclaraanunciacao@gmail.com)

<sup>2</sup> Especialista em antropologia, Faculdade de Tecnologia e Ciências, [conceicaomariana30@gmail.com](mailto:conceicaomariana30@gmail.com)

Tal rua que foi concebida entre as comunidades do Calafate e Horto Florestal entre as décadas de 1980 e 1990 sempre foi conhecida pela sua violência e situação carente comparada as suas vizinhas. Tal fato foi importante para a construção da identidade do local, contudo, foi também gerador de preconceitos para com os moradores advindos de outros lugares, com condições miseráveis de moradia e poder aquisitivo muito menor do que os já habitantes da circunvizinhança.

Conforme entrevista realizada com um antigo morador do Horto Florestal, que neste artigo será identificado por H01, juntamente a outros residentes da região, o Calafate era a rua principal, dando acesso à Avenida San Martin, onde habitavam muitos moradores vindos do interior do estado. Já o Horto, ainda segundo H01, é uma das transversais da mesma, se tratava de um loteamento com moradias para indivíduos da faixa de classe média baixa. Os moradores desta rua eram em geral trabalhadores da indústria e em sua maioria mais alfabetizados e tinham melhores condições de vida para a época ao comparar-se às moradias adjacentes. Sobre o SOS se tem conhecimento, de acordo com entrevistas na localidade com moradores que acompanharam o nascimento e crescimento da rua aqui estudada, de que no local havia uma espécie de terreno baldio que pertencia à empresa Departamento Municipal de Estradas e Rodagens (DMER) — hoje pertencente à Guarda Municipal de Salvador.

Com o propósito de entender como se deu o surgimento da Rua do SOS, viabilizou-se a criação da presente pesquisa. Como aconteceu, o porquê e quando essa comunidade passou a existir são as perguntas que este projeto se propõe a responder. Ao longo dos anos, crescendo ouvindo sobre a comunidade no papel de moradora e cidadã, pôde-se analisar melhor a dessemelhanças entre as três ruas de uma mesma região, e que gerou também um grande interesse de saber como essas comunidades, apesar de tão próximas, obtinham estilos de vida distintos tais como moradia, nível social e intelectual e especialmente, oportunidades totalmente diferentes, acabando por gerar uma separação nessa localidade, separação esta que não é palpável mas que podia ser percebida ao se ter um olhar mais crítico e profundo acerca deste território.

A investigação da origem desse local visa trazer maior protagonismo para a comunidade da periferia que, como tantas outras é deixada à margem da sociedade, criando-se um ciclo de violência. Sendo assim, procura-se entender por que esse conjunto residencial foi criado, de onde vieram e quais as necessidades básicas dessa população tão carente e por isso mesmo discriminada, que por esse motivo fez com que algumas “lideranças” surgissem para dar suporte a esses moradores. Dentre essas

lideranças estão as religiosas, como evangélicos e católicos, o banditismo com o poder paralelo e as lideranças comunitárias que mais agem na arrecadação de votos para políticos, com trocas de favores, se aproveitando da fragilidade dos menos favorecidos pouco contribuindo para a melhoria desta comunidade. Desta forma, o presente trabalho visa captar e expor como a identidade de uma região pode mudar a partir de ações sociais, modificações que ocorreram ao longo das décadas e as consequências causadas nos moradores do local e seu entorno.

Assim sendo, o projeto tenciona compreender a origem da Rua do SOS tendo-se como objetivo geral: Descobrir como se deu a ocupação e Formação da Rua do SOS, analisando a construção da Identidade do local e a constituição dos preconceitos pelos moradores do entorno. E seus objetivos específicos: Analisar os fatores que levaram as pessoas a se deslocarem para a área do SOS; Analisar o contexto social presente no período da fundação da rua; Investigar os pontos de vista dos moradores mais antigos do entorno, percebendo como suas diferenças ajudaram a compor um olhar preconceituoso para com a comunidade. Por meio de entrevistas com moradores e questionários enviados aos mesmos foi possível adquirir as informações aqui apresentadas. Apesar de em quantidade escassa, por se tratar de um estudo cujo recorte territorial é muito particular, o suporte bibliográfico por meio de leitura de artigos e dissertações ajudou a compor a pesquisa.

## **2. DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS**

### **2.1 O Contexto e o processo de ocupação do SOS**

Para se ter conhecimento mais amplo acerca dos processos que levaram a rua do SOS ao ponto de despertar a curiosidade e se tornar objeto de estudo do presente artigo, é importante a imersão no contexto social estabelecido no período analisado, sendo este o período entre as décadas de 1980 e 1990. Ademais é significativa a compreensão também das causas que levaram os indivíduos a se deslocarem para a área do SOS. Neste sentido, este capítulo se debruçará sobre essas interrogações trazendo assim mais profundidade acerca das circunstâncias que rodearam a concepção da Rua Antenor Maia Cardoso.

A rua Antenor Maia Cardoso como referido anteriormente está situada no bairro da fazenda Grande do Retiro, que, por sua vez se encontra na região central da cidade, chamada de Miolo (figura 1 e 2).





“Durante as décadas de 1980 e 1990 o Miolo cresceu com taxas superiores às de Salvador, constituindo-se num grande eixo de expansão da cidade.” (Fernandes, 2004). Nesse sentido, a concepção do SOS corrobora com tal crescimento, uma vez que o seu processo de construção se deu ao longo deste mesmo período. No entanto tal crescimento não aconteceu de forma organizada. Com segregações da população mais pobre e expulsão dos mesmos dos centros urbanos e consequente geração de ocupação espontânea, as condições de habitação não eram as melhores. Tendo essa perspectiva em vista, os primeiros indivíduos moradores do SOS – esses advindos de diversas outras regiões da capital baiana – eram outrora habitantes do morro da Fazenda Grande do Retiro, que oferecia grandes ameaças a essas pessoas.

Segundo Dias (2003, p. 12) ao ingressar na jornada de busca por moradia, o cidadão, ou grupo de cidadãos segue em direção a um local que esteja alinhado com seu contexto social, econômico e cultural e que atenda às suas necessidades básicas. No entanto, quando os direitos mínimos necessários como moradia digna não são assegurados numa cidade tão grande como a de Salvador, a saída que resta para a população mais pobre e carente são as construções autônomas de suas habitações, uma vez que seu contexto socioeconômico não os permite arcar com uma moradia com melhores condições. A solução habitacional encontrada pela população de baixa renda, ao se analisar o seu contexto socioeconômico são entendidos como favelas, áreas periféricas, invasões ou ainda ocupações espontâneas. (DIAS, 2003, p. 9)

E, considerando tal contexto socioeconômico, tais moradias por muitas vezes são construídas em locais que oferecem riscos, onde no caso aqui estudado, um dos riscos oferecidos, e que será tomado como premissa neste estudo eram os deslizamentos de terra. Leia abaixo o que a autora diz acerca dos aspectos e circunstâncias que rodeiam um indivíduo, ou grupo de indivíduos na procura por habitação:

Estes aspectos socioeconômico-culturais são de fato relevantes, uma vez que a renda, o grau de escolaridade e a cultura da população estão diretamente ligados à escolha do local para moradia e também aos hábitos e costumes domésticos, bem como ao grau de exigência da população quanto à salubridade do ambiente. (DIAS, 2003, p. 1)

A autora acima citada ratifica a importância do contexto que orbita o cidadão ou grupo de cidadãos na composição histórica e identitária que constrói a busca pela habitação e moradia destas pessoas, e como isso afeta a visão desenvolvida diante da fomentação de novos espaços, como no evento aqui investigado.

E, estando inserida no contexto de risco de deslizamentos no morro da Fazenda Grande do Retiro decorrente dos períodos chuvosos, essas pessoas conviviam com o

medo e o terror constantes dos desabamentos de suas moradias, uma vez que, o material no qual eram construídas tais “casas”, oferecia uma maior facilidade de desmoronar. Dessa forma, esses cidadãos decidiram transformar a realidade que os rodeava, reivindicando por melhores moradias e melhores condições de habitação. Veja o que o morador entrevistado H02 declarou acerca deste fato, quando perguntado sobre quais eram as condições das pessoas que ocuparam a região: “De muito sofrimento social. Eram famílias desabrigadas, que perderam suas casas decorrentes as fortes chuvas e que moravam em áreas de risco. ”

Assim, esses cidadãos obtém uma resposta positiva da prefeitura de Salvador, que inicia um projeto de criação de casas populares na região, e, juntamente com a igreja católica da região unificam o Horto Florestal, Calafate, criando-se assim o SOS, e formando uma só comunidade.

## **2.2 Período pós-abertura e suas consequências**

A abertura da área que antes pertencia ao Departamento Municipal de Estradas e Rodagens – DMER – e que compreende o atual SOS trouxe diversas mudanças físicas para o local. Tais mudanças físicas na área em questão foram refletidas em mudanças intangíveis que passaram a permear o cotidiano dos moradores região. Esta nova fase que acabava de iniciar para aquela população transformou a identidade do ambiente que antes se encontrava separada uma da outra como era o caso do Horto Florestal e do Calafate. Após a transformação ocorrida no local, e consequente chegada de novos vizinhos a reação dos moradores do Horto e do Calafate foram variadas, havendo a presença de certa hostilidade entre ambas as partes.

A grande quantidade de pessoas que de uma só vez passou a ocupar um espaço que até então sequer existia causou um impacto muito grande na conjuntura presente no período. Os moradores do Horto que, outrora viviam em um local com muros e relativa calma, agora se encontravam com seus muros derrubados e um grande fluxo de pessoas na região. Nesta seção do artigo estará sendo abordado e analisado como tais mudanças resultantes da abertura da área do SOS fomentaram a geração de preconceitos por parte de moradores do Horto Florestal e do Calafate perante os recém-chegados moradores do SOS, e, se tais preconceitos tiveram ou não fundamento.

Em entrevistas realizadas com moradores do Calafate e Horto Florestal, foi possível observar as lentes com as quais enxergavam a formação do SOS e os impactos

causados nos mesmos, adotando o contexto de pré-abertura das três ruas em consideração. Assim, vejamos o que os entrevistados C01 e H02, moradores do Calafate e do Horto respectivamente, declararam quando inicialmente perguntados sobre qual era o contexto social das ruas vizinhas ao SOS da antes da sua abertura:

Um conjunto habitacional da URBIS [Habitação e Urbanização do Estado da Bahia] de moradores simples, porém, com condições sociais boa, comparada as localidades ali vividas. As casas eram únicas [...] Foram construídas de formato de um pombal toda na madeira e telha inglesa, parte dos moradores eram empregados da Petrobras outros tantos ocupavam profissões diversas. A rua era de uma única entrada, os moradores não exploravam partes adjacentes do entorno. As crianças brincavam na rua, eram de muita criatividade na diversão, a violência era de baixo índice. (Entrevistado H02)

O contexto social da rua Calafate antes da construção do Conjunto SOS era uma rua constituída por moradores da classe trabalhadora, estudantes da rede pública de saúde e usuários dos serviços públicos. Muitos moradores eram de origem de outros municípios da Bahia. (Entrevistado C01)

Com base nas respostas acima citadas, pode-se concluir a existência de certa pacificidade nas e entre as duas ruas, não havendo grandes alterações ou conflitos no seu cotidiano. Em entrevista com outra moradora, C02, esta ainda afirmou que os moradores do Horto e do Calafate obtinham uma relação de amizade entre si, mesmo existindo muros entre as ruas. Contudo, a abertura do conjunto SOS, que promoveu o crescimento exponencial e abrupto de pessoas na região, trouxe junto com a conquista de luta das pessoas que buscavam uma melhor condição de moradia, uma brusca alteração na identidade do ambiente. Eis abaixo as declarações de C01 e H02 quando perguntados sobre as reações dos moradores do Horto e do Calafate diante da chegada dos ocupantes:

“A questão social foi a mais impactante, famílias com muitos filhos passando muitas necessidades, muitos jovens às margens da marginalidade. Muitas dessas famílias migravam para o Horto em busca de ajuda diversas” Disse H02. Já C01 afirmou seguinte:

O impacto que se deu na comunidade foi a existência de um Conjunto Habitacional, geralmente estigmatizados por conta de uma mentalidade e atitude racista dos demais moradores da região (de outras ruas). Não eram valorizados como moradores que se organizaram, lutaram e conseguiram melhor moradia. (Entrevistada C01)

Ao se analisar em conjunto o contexto estabelecido no Horto e no Calafate e a forma como a mudança ocorreu no local, muitos moradores se viram surpreendidos. O preconceito vindo do medo do desconhecido foi real, contudo, não sendo de todo gratuito. A harmonia existente na região deu espaço para a presença da antipatia e inimizade entre ambas as partes incluídas no processo. Ao ser perguntada se de alguma

forma considerava justificável a ideia prévia sobre os novos vizinhos, a moradora do Calafate H02 concluiu que sim, visto que houve um estranhamento por serem pessoas diferentes e desconhecidas e também por haver a existência de conversas sobre supostos envolvimento com drogas e criminalidade desses indivíduos. A moradora admitiu a existência do preconceito por serem mais necessitados, no entanto ratificou que não foi gratuito. C02 afirmou ainda que os novos vizinhos se portavam de maneira agressiva, jogando pedras e insultando os moradores do Horto e do Calafate, portanto havia a presença do medo nos mesmos. Ao longo do tempo, disse C02, com o surgimento de uma liderança, a relação entre as três ruas passou a ser mais amigável, mas que no período na fundação da rua, com a quebra do muro que separava o Horto do Calafate, o grande fluxo de pessoas de fora trouxe o medo e a sensação de insegurança.

Já o morador entrevistado C03 trás o medo do desconhecido e o crescimento não gradual da região como pilares para a visão preconceituosa para com os moradores. A falta de entendimento socioeconômico e social da questão também contribuiu para tal visão, disse ele. O morador ainda apresentou a possibilidade da barreira subjetiva ter sido a causa do comportamento agressivo dos moradores do SOS para com os do Horto e Calafate, já que esses viam aqueles como invasores do seu espaço. Veja abaixo o que o autor escreveu sobre essas distâncias e separações socioeconômicas numa mesma localidade, tendo como objeto de estudo o bairro Jardins em Aracaju (SE):

[...] Podemos observar que na área estudada a paisagem urbana, [...] vem definindo as particularidades deste bairro em relação a outros existentes que estão muito próximos, mas com realidades econômicas e sociais bem diferentes. No estudo deste bairro, constatamos a existência de estratos socioeconômicos e de uma “Ilha” de segregação social nesta área. [...] (MACHADO, 2009)

Pode-se perceber a existência de diferenças socioeconômicas que podem existir numa mesma região, mesmo que muito próximos como era o caso do Calafate – SOS – Horto e as segregações vindas como consequência, juntamente com conflitos.

As condições precárias das pessoas que passaram a ocupar a área do SOS influenciaram evidentemente na forma que as pessoas a enxergavam, sendo que o seu próprio nome se sucedeu com base na sua recém iniciada história e sua identidade ali estabelecida. Conforme entrevista realizada no Coletivo de Mulheres do Calafate, a rua foi inicialmente chamada pelos locais de “Vila Miséria” ou “Fronteira”. Ao se questionar a origem de tais nomes, foi respondido que o primeiro nome foi dado ao SOS, então recém fundada, pois a sua criação se coincidia com a época de estreia da novela

transmitida pela Rede Globo *Roque Santeiro*, na qual se havia a existência de uma rua com condições socioeconômicas mais baixas de mesmo nome, assemelhando-se à comunidade recém estabelecida ali; e o último, por estar entre a rua principal do Calafate e, o que até então era um conjunto residencial no Horto Florestal. As entrevistas e conversas com moradores da localidade permitiram o recolhimento e exposição de tais fatos. Tem-se assim apresentado, como o processo histórico de um certo indivíduo ou lugar impacta na visão de outros personagens sobre tal processo e como esta visão por sua vez, pode influenciar na percepção e até mesmo formação da sua identidade.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim sendo, tendo apresentado os fatos e descobertas têm-se que os objetivos foram com êxito alcançados. O SOS e suas particularidades aqui exploradas revelam uma profundidade jamais antes observadas na região, e o presente estudo aqui exposto se presta a função de criação de precedente para outros estudos futuros. Ao fim dos estudos foi possível também perceber a importância das pessoas no andamento do processo de descoberta e escrita do projeto. O objetivo de descobrir a origem do local, a sua fundação e como se deu a construção da sua identidade foi conquistada, a partir da análise e da compreensão dos fatores que rodeavam os moradores e do contexto vigente na região.

O desenvolvimento da cidade e o crescimento populacional que poderiam representar grandes benefícios para muitas esferas da sociedade, para os primeiros moradores do SOS caracterizou falta de moradia e dignidade. Esses cidadãos, que sofriam sem ter as suas necessidades habitacionais supridas, tomam então uma posição de reivindicação e luta, sendo a forma com a qual eles conseguem a mudança do seu contexto. O SOS então torna-se a resposta ao pedido de socorro daqueles indivíduos revelando-se assim a relevância da luta daqueles estão marginalizados pela sociedade e como essas lutas não podem jamais ser caladas. Com a mobilização do setor público representado pela prefeitura de Salvador; a presença da igreja católica da região desempenhando o seu papel social e a própria população que estava lutando, a abertura do SOS foi concretizada. Percebe-se a importância da união de áreas da sociedade em prol de um objetivo.

Outrossim, o estudo revelou ainda como o processo de conquista pode ter consequências dolorosas para as pessoas envolvidas e como o medo do novo pode ser semente para a geração de preconceitos, estes que inicialmente foram abordados de

maneira parcial, sendo que, ao longo do estudo com o suporte dos moradores do Calafate e suas declarações de que as inimizades eram, sim, mútuas. Os processos de construção de identidade do local se mostraram vivas, tendo a percepção de indivíduos na identidade coletiva. Sendo assim, a pesquisa também evidencia o processo de construção da individualidade da rua estudada, alcançando o objetivo proposto inicialmente.

A realização desta pesquisa torna-se de grande valia acadêmica e social, a medida que coloca uma região jamais observada como cabeça e toma sua identidade como um dos pilares do estudo aqui apresentado. Este estudo ainda tem um longo caminho a ser percorrido, com muitas perguntas a serem respondidas e outras mais por serem feitas. A rua do SOS é uma das mais diversas ruas soteropolitanas e brasileiras que passaram pelo mesmo processo aqui abordado, ou ao menos, muito parecido; e espera-se com este projeto que haja um olhar mais examinado sobre as ruas, becos e vielas das cidades que nunca receberam um olhar além daquilo que é oferecido pela grande mídia e pelos livros de história, que tiveram muitas de suas páginas arrancadas.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; BARRETO, Vanda Sá. Segregação Residencial, condição social e raça em Salvador. In: CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; BARRETO, Vanda Sá. Segregação Residencial, condição social e raça em Salvador. 18. ed. Salvador, Bahia: Cadernos Metrópole, 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/8737#:~:text=Fundamentando%2Dse%20empiricamente%20em%20dados,dimens%C3%A3o%20moderada%2C%20acentuando%2Dse%20nas>. Acesso em: 05 ago. 2021.

DIAS, Marion Cunha. Índice de salubridade ambiental em áreas de ocupação espontânea: estudo em Salvador, Bahia. In: DIAS, Marion Cunha. Índice de salubridade ambiental em áreas de ocupação espontânea: estudo em Salvador, Bahia. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/21690>. Acesso em: 5 ago. 2021.

FERNANDES, Rosali Braga. PROCESSOS RECENTES DE URBANIZAÇÃO / SEGREGAÇÃO EM SALVADOR: O MIOLO, REGIÃO POPULAR E ESTRATÉGICA DA CIDADE: Universidade de Barcelona, 2004. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-523.htm>. Acesso em: 15 jul. 2022

MACHADO, Anselmo Belém. O Bairro Jardins: Processo de crescimento urbano, consolidação de estratos econômicos e "ilhas" de segregação social. In: MACHADO, Anselmo Belém. Segregação Residencial, condição social e raça em Salvador O Bairro Jardins: Processo de crescimento urbano, consolidação de estratos econômicos e "ilhas" de segregação social. 1. ed. Sergipe: Geonordeste, 2010. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/2445/2127>. Acesso em: 9 dez. 2020.

SOUZA, Ângela Gordilho. Favelas, invasões e ocupações coletivas nas grandes cidades brasileiras: (Re)Qualificando a questão para Salvador - BA\*. In: SOUZA, Ângela Gordilho. Favelas, invasões e ocupações coletivas nas grandes cidades brasileiras: (Re)Qualificando a questão para Salvador - BA\*. 5. ed. Salvador: Cadernos Metrópole, 2001. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/metropole/article/view/9297>. Acesso em: 5 ago. 2021.



# POLÍTICAS PÚBLICAS DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS EM ÁREAS DE BORDA MARÍTIMA: estudo das comunidades de Mirante do Bonfim/Pedra Furada e Vilamar (Salvador/BA)

Aparecida Netto Teixeira <sup>1</sup>

Lanay Souza Fernandes <sup>2</sup>

## RESUMO

O objetivo do presente trabalho é analisar a aplicação da política pública de urbanização de favelas em áreas de borda marítima, através do Programa de Aceleração do Crescimento/Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP), e os possíveis desdobramentos referente à valorização imobiliária das áreas. O recorte espacial são as comunidades de Mirante do Bonfim/Pedra Furada e Vilamar, localizados na Borda da Baía de Todos os Santos (Salvador/BA). A metodologia de trabalho, de caráter qualitativo, abrangeu pesquisa bibliográfica e documental, visando caracterizar as áreas de pesquisa e o projeto do PAC-UAP, e a consulta e análise do Valor Unitário Padrão (VUP) aplicado pela Prefeitura Municipal de Salvador no entorno das áreas, no período anterior e posterior a implantação dos projetos. Os resultados alcançados apontam que houve valorização imobiliária, particularmente na comunidade de Pedra Furada/Mirante do Bonfim, o que indica que a implantação de tais projetos deve ser acompanhada de garantias de permanência dessas comunidades de menor renda nas áreas que historicamente ocupam, como forma de evitar a expulsão das mesmas. Desse modo, deve-se fazer valer as políticas públicas existentes no Brasil, em especial, com relação ao direito à cidade e moradia digna constantes na Lei do Estatuto da Cidade (2001). Estima-se assim contribuir para a análise crítica acerca da implantação dos projetos de requalificação e urbanização dos assentamentos populares, particularmente daqueles localizados em áreas de borda marítima, e de que forma tais iniciativas impactam na valorização imobiliária destas áreas.

**Palavras-chave:** Política de Urbanização de favelas. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Mirante do Bonfim/Pedra Furada/Vilamar. Salvador/BA.

## 1. INTRODUÇÃO

As disputas por áreas de moradia pela população de baixa renda resultam em ocupações coletivas apoiadas na autoconstrução e, em muitos casos, localizadas em áreas ambientalmente sensíveis e de risco, bem como em áreas de borda. De acordo com dados do IBGE (2019) o município de Salvador é o terceiro em número total de

---

<sup>1</sup> Arquiteta e Urbanista. Profa. Dra. Curso Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós Graduação em Território, Ambiente e Sociedade, UCSAL; aparecida.teixeira@ucsal.br.

<sup>2</sup> Arquiteta e Urbanista. Graduada em Arquitetura e Urbanismo. UCSAL; lanayfernandes.arqurb@gmail.com.

domicílios localizados em aglomerado subnormal<sup>3</sup>, depois de São Paulo e Rio de Janeiro. O número de domicílios em assentamentos populares no município passou de 275.593, em 2010, para 385.191 em 2019, representando um acréscimo de 36% no período. Todos esses assentamentos possuem carências de infraestrutura e de qualificação do ambiente construído.

No tocante às áreas costeiras da cidade estas têm sido destaque nas discussões sobre o planejamento urbano e a regulamentação do uso e ocupação do solo. As mudanças na produção do espaço costeiro na capital baiana e as repetidas tentativas do poder público de alterar as diretrizes de gestão do solo urbano estão diretamente relacionadas à recente série de transformações da cidade pelo capital imobiliário. Entende-se que este processo se assemelha ao contexto das políticas urbanas em âmbito global que se utilizam das ferramentas urbanísticas para transformação das cidades em veículos publicitários, visando à circulação de capital. O fenômeno da “espetacularização da cidade” que tenta estabelecer uma nova imagem, também se reproduz em Salvador, sendo uma escolha estratégica da gestão pública com o intuito de inserir a cidade no mundo panorâmico do turismo e da cultura (CARVALHO; PEREIRA, 2013, p. 20).

Constata-se que desde a década de 1980, as ações do Estado na orla marítima de Salvador foram baseadas no discurso de atrair turistas e gerar emprego e renda.<sup>4</sup> Com isso, além da atratividade, em razão do turismo histórico e cultural característico da cidade, consolidou-se o turismo associado aos recursos sol-praia-mar, extremamente abundantes no município.

Conforme exposto por Andrade (2016) é notável que a costa litorânea soteropolitana desponta como um espaço urbano em potencial a ser explorado por essa lógica. Aliado a isso, instaura-se uma nova racionalidade urbanística, que altera a organização espacial da cidade, ganhando importância o vetor de expansão da orla atlântica, com a intensificação do processo de verticalização, acompanhado do uso seletivo deste espaço do ponto de vista dos segmentos sociais. (CARVALHO; PEREIRA, 2013).

---

<sup>3</sup> Estimativa de domicílios ocupados realizada para a operação do Censo Demográfico conforme descrito em nota metodológica da Malha Territorial – 2019, para o enfrentamento da pandemia por Covid-19.

<sup>4</sup> Inicialmente a orla de Salvador foi objeto de projetos de requalificação da Prefeitura Municipal de Salvador (PMS), podendo-se registrar o Projeto de Valorização da Orla de Salvador (1984) e o Plano de Estruturação da Orla (1988) (Sousa, 2011). Mais recentemente foram realizadas intervenções pela PMS (Fundação Mário Leal Ferreira/FMLF), no período de 2013 a 2019, abrangendo a Barra, São Tomé de Paripe, Tubarão, Itapuã, Jardim de Alah, Ribeira, Piatã, Rua Almeida Brandão, Ondina e Rio Vermelho.

Nesse contexto, os assentamentos populares localizados em áreas litorâneas vêm sendo pressionados, quer seja por intervenções do Estado, ao implementar ações voltadas à valorização turística de determinadas áreas, quer seja por ação direta do mercado imobiliário.

Na contramão deste processo destaca-se uma importante política pública federal de urbanização de assentamentos populares, implantado em 2007 no Brasil, visando a melhoria da habitabilidade e da qualidade de vida da população local, mediante o Programa de Aceleração do Crescimento/Urbanização de Assentamentos Precários (PAC/UAP), o qual destinou também recursos para assentamentos localizados em área de borda. No âmbito da infraestrutura social e urbana, resultou em grandes investimentos nos setores de habitação e saneamento, tendo sido repassados o valor total de R\$ 29,6 bilhões, sendo aplicado em 1.072 municípios, em todos os estados da federação. (CARDOSO E DENALDI, 2018).

Esse significativo aporte de recursos tornou possível a urbanização de grandes e pequenos assentamentos populares, localizados nas principais cidades e regiões metropolitanas do Brasil, além de realizar um trabalho social nas áreas de intervenção. As intervenções do PAC-UAP priorizaram manter a população no local, promovendo melhorias urbanísticas e preservando as relações sociais e de trabalho que os moradores já possuíam (BRASIL, 2010).

Em Salvador, as intervenções foram realizadas em 16 assentamentos, com recursos totais em torno de R\$ 310 milhões, abrangendo aproximadamente 80 mil moradores, correspondendo a “9% da população total dos assentamentos populares no município”. (TEIXEIRA, MOURAD; SILVA; 2018, p. 200). A implantação do programa resultou na ampliação da escala de intervenção e, principalmente, na realização de projetos de urbanização completa em várias comunidades.

Cabe, entretanto, investigar se tais intervenções e a qualificação urbanística das áreas poderia resultar na valorização das mesmas, com a consequente expulsão da população local. Deste modo, o objetivo do presente artigo é analisar a aplicação da política pública de urbanização de favelas em áreas de borda marítima, e os possíveis desdobramentos referente a valorização das áreas. O recorte espacial são as comunidades de Mirante do Bonfim/Pedra Furada e Vilamar, localizados na Borda da Baía de Todos os Santos. Nestas áreas, a natureza da intervenção foi a urbanização completa, em Vilamar; urbanização de parte do assentamento, em Pedra Furada e provisão habitacional, em Mirante do Bonfim. Quanto aos tipos de

intervenção tem-se a urbanização com construção de UHs no próprio assentamento (Mirante do Bonfim/Pedra Furada e Vilamar). (TEIXEIRA; MOURAD; SILVA, 2018).

Trata-se da seguinte questão central: a implantação do PAC-UAP na orla da borda marítima de Salvador/BA resultou na valorização destas áreas? A metodologia de trabalho contemplou a pesquisa bibliográfica e documental, a fim de caracterizar as áreas de pesquisa e o projeto do PAC-UAP, bem como dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e ainda a consulta ao VUP (Valor Unitário Padrão) definido pela Prefeitura Municipal de Salvador para as ruas do entorno.

Espera-se contribuir para a análise crítica acerca da implantação de políticas públicas de requalificação e urbanização dos assentamentos populares, particularmente daqueles localizados em áreas de borda marítima, e de que forma tais iniciativas impactam na valorização imobiliária destas áreas.

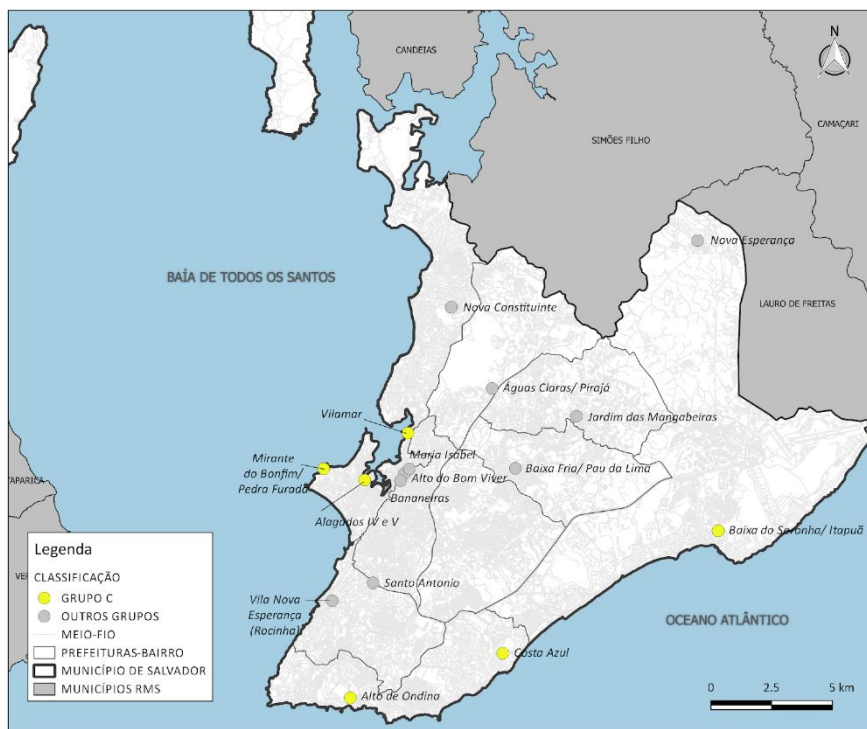
## **2. BREVE CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS ESTUDADAS**

As áreas definidas no presente artigo integram o grupo C de intervenção do PAC/UAP em Salvador/BA, composto por assentamentos localizados nas áreas de Borda Atlântica (Alto de Ondina, Baixa do Soronha/Itapuã e Costa Azul) e da Borda da Baía de Todos os Santos - Alagados IV e V, Mirante do Bonfim/Pedra Furada e Vilamar). (Figura 1).<sup>5</sup> (TEIXEIRA, MOURAD, SILVA, 2018). Neste item será apresentado uma breve caracterização das áreas estudadas, bem como do projeto e obras realizadas.

---

<sup>5</sup> Os demais grupos são: Grupo A – assentamentos localizados dentro ou nos limites de Áreas de Proteção Ambiental, com maior abrangência territorial e maior complexidade em relação à fragilidade ambiental (Nova Esperança, Nova Constituinte, Águas Claras/Pirajá e Baixa Fria/Pau da Lima); e o Grupo B – assentamentos em áreas de projetos motivados pela instabilidade, deslizamentos do solo, e por questões de preservação do patrimônio histórico (Alto do Bom Viver, Bananeiras, Maria Isabel, Santo Antônio, Vila Nova Esperança/Rocinha e Jardim das Mangabeiras (TEIXEIRA, MOURAD, SILVA, 2018).

Figura 1 - Localização das áreas de intervenção do Grupo C – PAC/UAP - 2018



Fonte: CONDER (2018); SALVADOR (2016). Elaboração: Mourad; Teixeira; Moreira (2018).

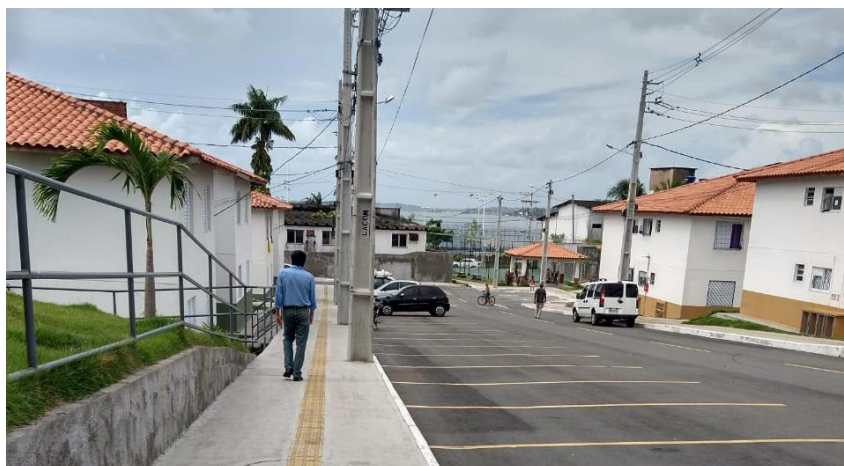
## 2.1. Mirante do Bonfim/Pedra Furada

A poligonal da área de intervenção Mirante do Bonfim/ Pedra Furada está localizada entre o bairro de Monte Serrat e Bonfim, próximo à Baía de Todos os Santos. Vale ressaltar que as poligonais de intervenção do PAC estão localizadas nas proximidades da Área de Proteção Cultural e Paisagística (APCP), a Colina Sagrada do Bonfim, submetida a obras de requalificação pelo poder público municipal. A implantação do projeto do PAC/UAP nas áreas beneficiou aproximadamente 3.500 famílias que foram removidas das moradias situadas no topo da encosta, em condições precárias e situação de risco de deslizamento, bem como de ocupações de palafitas localizadas em Pedra Furada. As famílias possuem renda mensal de, no máximo, três salários mínimos.

O reassentamento das famílias moradoras nas palafitas foi realizado pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), em área localizada à 200m da poligonal do PAC-UAP, no conjunto habitacional Mirante do Bonfim. A construção do empreendimento foi autorizada em janeiro de 2018; por estar nas proximidades da Igreja do Senhor do Bonfim, foi necessário consulta ao IPHAN e ao Instituto do Patrimônio

Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), já que a mesma é uma área de proteção histórica. (Figura 2).

Figura 2 – Conjunto Habitacional Mirante do Bonfim - 2020



Fonte: FERNANDES, 2020.

A obra da urbanização - Eixo Borda da Baía - Urbanização Mirante do Bonfim e Pedra Furada é composta por requalificação urbana, trabalho social e regularização fundiária, sendo responsável pela mobilidade do local, com a criação da via principal (450 m de via de borda), ciclovia. Além disso, foram construídos alguns equipamentos públicos em Pedra Furada, tais como: quadra esportiva, parque infantil e alguns mobiliários urbanos. Entretanto, vale ressaltar que devido à má qualidade no acabamento dos mesmos, o local não é muito utilizado. Quanto à via de borda, tratou-se da implantação de uma via pública contígua ao mar, de modo a prevenir novas ocupações, bem como a proteção, contenção e estabilização de solo.

Figura 3 – Vista da via de borda e da quadra esportiva – Pedra Furada - 2020



Fonte: FERNANDES, 2020.

O projeto previa ainda a implantação de estacionamento, assim como, ciclovias, calçadão, praças e espaço para roda de capoeira, e uma praça específica denominada “Praça dos Pescadores”; passeio, quadra de esportes, parque infantil, campo de futebol, acesso à marina e áreas verdes. O financiamento da intervenção incluiu o abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, resíduos sólidos, pavimentação e obras viárias, energia elétrica, recuperação ou melhoria de 50 U.H., paisagismo (para recuperação da área degradada), equipamentos comunitários (praças e quadras de esporte).

A poligonal de Vilamar está localizada próxima à Av. Afrânio Peixoto, ao Alto do Cabrito, à enseada do Cabrito e a Ponte São João (por onde passa a linha do trem), Travessa Alfredo Pereira/Rua do Caju. (Figura 4). A poligonal integra a ZEIS 176 (Novos Alagados), classificada na categoria 4 referente aos assentamentos precários ocupados por população de baixa renda inseridos em APA ou APRN. A área também fica próxima à Zona Centralidade Linear Municipal (ZCL Mu), Av. Afrânio Peixoto (Suburbana), e cerca de metade da mesma está inserida na Área de Proteção de Recursos Naturais (APRN) da Bacia do Cobre.



Figura 4 - Localização da poligonal do PAC/UAP Vilamar - 2020



O número aproximado de habitantes é 1.080 e a densidade populacional é de 403 hab/ha. A poligonal de intervenção abrange área com demandas de infraestrutura e sistema viário e, na época da elaboração do projeto, as casas eram bem precárias, tendo como proposta inicial a substituição das mesmas por unidades do PMCMV. A intervenção em Vilamar foi dividida entre Trabalho Social, Regularização Fundiária e duas etapas de intervenções físicas.

No que se refere às intervenções físicas, a primeira etapa foi denominada Urbanização, Contenção e Infraestrutura e a segunda etapa de Centro de Pesca. O financiamento incluiu o sistema de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, pavimentação e obras viárias; proteção, contenção e estabilização de solo; energia elétrica, iluminação pública e melhoria habitacional. Prevê-se ainda a implantação de equipamentos comunitários, um núcleo de pescado, que inclui um centro de pesca e um galpão para manutenção de embarcações. O centro de pesca visa principalmente, melhorar as condições de trabalho dos pescadores que atualmente é bastante precária e pouco higiênica.



### 3. A URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS POPULARES EM ÁREAS DE BORDA DA BAÍA DE TODOS OS SANTOS (SALVADOR/BA): VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA?

Neste item buscar-se-á identificar em que medida as obras realizadas nas áreas estudadas impactaram no valor dos imóveis e promoveram, ou poderão promover, a valorização imobiliária das mesmas. Para a comparação e avaliação do valor do preço dos imóveis foi realizada a pesquisa do VUP (Valor Unitário Padrão), definido pela Prefeitura Municipal de Salvador, das ruas/vias principais próximas aos projetos analisados, no site da Secretaria da Fazenda da Prefeitura Municipal de Salvador, no período de 2015 a 2021, abrangendo o período anterior e posterior ao projeto do PAC/UAP. São elas: R. da Pedra Furada, 16536 - R. Novo Mirante, R. Baden Powell, R. Profa. Amélia Costa, R. Rio Negro, R. dos Namorados, Av. Constelação, Av. Beira Mar, R. Artur Matos, R. Jorge Góes Mascarenhas.

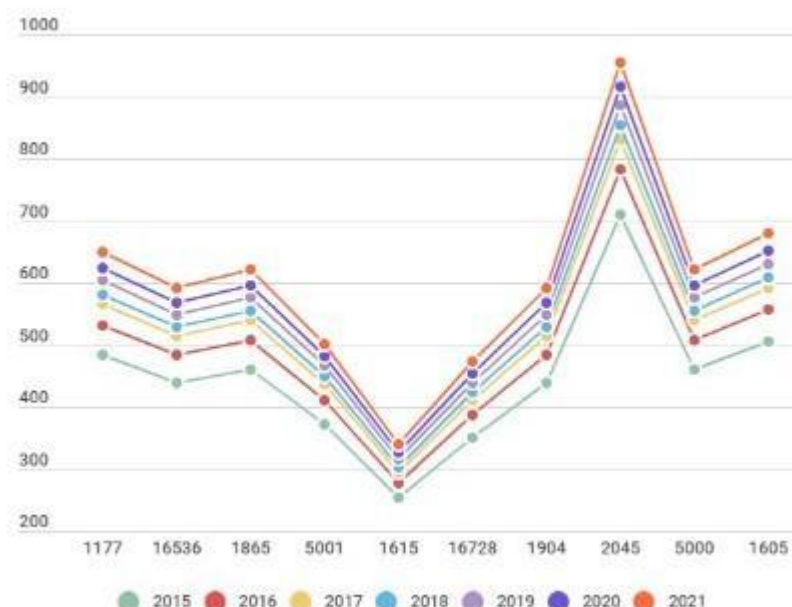
Figura 5 - Poligonais e vias de estudo Pedra Furada | Mirante do Bonfim - 2020



Fonte: GOOGLE MAPS, 2021. Elaboração: FERNANDES, 2021.

Os resultados alcançados apontam que os valores do VUP (Valores Unitários Padrão) variaram entre R\$ 200,00 a R\$ 1.000,00 reais, sendo possível observar um aumento de valor a partir da implementação do projeto PAC/UAP na orla de Borda na Pedra Furada e do conjunto habitacional Mirante do Bonfim, no período de 2017/2018. (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Análise do VUP nas ruas principais que incidem no projeto Mirante do Bonfim/ Pedra Furada



Fonte: SALVADOR. Elaboração: FERNANDES, 2021.

Obs.: Códigos das ruas: **1177** - R. da Pedra Furada; **16536** - R. Novo Mirante; **1865** - R. Baden Powell; **5001** - R. Profa. Amélia Costa; **1615** - R. Rio Negro; **16728** - R. dos Namorados; **1904** - Av. Constelação; **2045** - Av. Beira Mar; **5000** - R. Artur Matos; **1605** - R. Jorge Góes Mascarenhas.

É importante ressaltar ainda que o Bonfim é considerado um bairro com valor elevado dos imóveis para a faixa de renda média da população. Além disso, a recente requalificação da Colina Sagrada e da Av. Dendezeiros, realizada pela Prefeitura, além da reforma de algumas praças na região, certamente contribuíram para o aumento do valor do metro quadrado na área.

Pode-se constatar um aumento considerável no valor dos imóveis, e consequente valorização imobiliária, o que indica que deve-se prever garantias de permanência dessa comunidade de menor renda na área que historicamente ocupam, como forma de evitar a expulsão das mesmas.

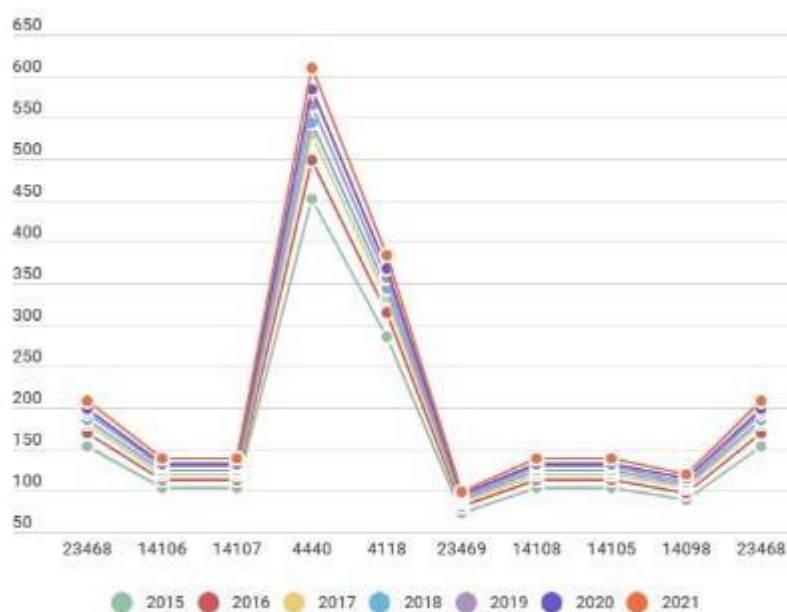
No que se refere à Vilamar, quanto aos valores do VUP praticados pela Prefeitura Municipal de Salvador foram selecionadas as ruas/vias principais próximas ao projeto do PAC/UAP. São elas: Av. Beira Mar do Lobato, Trv. Alfredo Pereira, R. Rosa dos Ventos, Av. Afrânio Peixoto, R. do Paraíso, R. do Amor, R. Hermes Machado dos Santos, R. Nova do Estaleiro, R. Nova União. (Figura 6).

Figura 6 - Poligonal e vias de estudo - Vilamar



Fonte: GOOGLE MAPS, 2021. Elaboração: FERNANDES, 2021.

Gráfico 2 - Análise do VUP nas ruas principais que incidem no projeto Vilamar



Fonte: SALVADOR. Elaboração: FERNANDES, 2021.

Obs.: Códigos das ruas: **23468** - Av. Beira Mar do Lobato; **14106** - Trv. Alfredo Pereira; **14107** - R. Rosa dos Ventos; **4440** - Av. Afrânio Peixoto; **4118** - R. do Paraíso; **23469** - R. do Amor; **14108** - R. Hermes Machado dos Santos; **14105** - R. Nova do Estaleiro; **14098** - R. Nova União.

Os valores do VUP (Valor Unitário Padrão) obtidos no período de 2015 a 2021 variaram entre R\$100,00 a R\$ 650,00 reais, sendo possível observar que, diferentemente das comunidades analisadas anteriormente, Vilamar e entorno não

tiveram um aumento de valor dos imóveis tão drástico com a implementação em do projeto do PAC (2018/2019). (Gráfico 2). Entretanto, deve-se considerar que a perspectiva de implantação do projeto do monotrilho, certamente irá afetar o valor dos terrenos na localidade.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da realização da pesquisa nas localidades estudadas foi possível concluir que estes assentamentos populares, que antes nunca haviam sido objeto de políticas pública de urbanização, tiveram uma melhoria nas condições de habitabilidade com a implantação do projeto do PAC/UAP, principalmente nas poligonais estudadas de Mirante do Bonfim | Pedra Furada e Vilamar. Além disso, o PAC possibilitou uma continuação e melhoria dos projetos já existentes.

Com base nesse estudo e nos resultados alcançados com a pesquisa do VUP, é apontado que houve valorização imobiliária das áreas nas comunidades de Pedra Furada/Mirante do Bonfim, até o momento da pesquisa, o que indica que devem ser previstas garantias de permanência dessas comunidades de menor renda nas áreas que historicamente ocupam, como forma de evitar a expulsão das mesmas.

Desse modo, deve-se fazer valer as políticas públicas existentes no Brasil, em especial, com relação ao direito à cidade e moradia digna presentes na Lei do Estatuto da Cidade (2001). Estima-se assim contribuir para a análise crítica acerca da implantação dos projetos de requalificação e urbanização dos assentamentos populares, particularmente daqueles localizados em áreas de borda marítima, e de que forma tais iniciativas impactam na valorização imobiliária destas áreas.

#### REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luís Guilherme Albuquerque de. Políticas Públicas e produção do espaço: O caso da Orla Marítima de Salvador/BA. **Anais...** Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo Porto Alegre, 25 a 29 de julho de 2016.

BAHIA. CONDER. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. CONDER. **Poligonais intervenções PAC-UAP em Salvador**. Salvador: Banco de Dados Geográficos da CONDER\INFORMS, 2018.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Urbanização de Favelas: a experiência do PAC**. Brasília, 2010. 88 p.

BRASIL. Ministério das Cidades. PAC. **Urbanização - Eixo Borda da Baía - Urbanização Mirante do Bonfim e Pedra Furada, Bananeiras, Viramar e Alagados IV e V** - Salvador/BA - BA. Disponível em: <<http://pac.gov.br/obra/29561>>. Acesso em: abr. 2020.

CARDOSO, Adauto Lúcio; DENALDI, Rosana; **Urbanização de favelas no Brasil: um Balanço preliminar do PAC**. Edição. [S.l.]: Letra Capital, 2018.

CARVALHO, I.M. M.; PEREIRA, GC. A cidade como negócio. **Revista Eure**. V. 39, n. 118, p. 5-26. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/15454/1/0250-71612013000300001.pdf>. Acesso em 15 jun. 2022.

SOUSA, André Nunes de. **Orla oceânica de Salvador: um mar de representações**. Dissertação. Programa de Pós Graduação em Geografia - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/17826>. Acesso em: 19 jul. 2019.

TEIXEIRA, Aparecida Netto; MOURAD, Laila Nazem; SILVA, Patricia Cezario. Salvador: As intervenções do PAC em Salvador / BA, Bahia. Urbanização de favelas no Brasil: um balanço preliminar do PAC, *in*: CARDOSO, Lúcio Adauto; DENALDI, Rosana (org.). **Urbanização de favelas no Brasil: um balanço preliminar do PAC**, Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018. p. 199-219.

TEIXEIRA, Aparecida Netto; MOURAD, Laila Nazem; SILVA, Patricia Cezario. **Relatório Preliminar**: Programa De Aceleração do Crescimento - Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP) em Salvador, 2018a.



## REMOÇÃO INVOLUNTÁRIA E RACISMO FUNDIÁRIO

Nadeje Martins da Rocha <sup>1</sup>

Laila Nazem Mourad <sup>2</sup>

Aparecida Netto Teixeira <sup>3</sup>

### RESUMO

O presente artigo visa analisar a remoção involuntária e racismo fundiário praticados pelo governo do estado da Bahia, nas comunidades do Bairro da Paz, Km 17 de Itapuã, Jardim Abaeté e Vila Romana (Salvador/BA), na implantação das obras de macrodrenagem dos rios Jaguaribe e Mangabeira. O texto fundamenta-se, principalmente, nas reflexões teóricas de Almeida (2021), Gomes (2017) e Francine (2017) sobre remoção involuntária e o racismo estrutural e fundiário. A metodologia qualitativa fundamenta-se na pesquisa-ação, com a participação entre pesquisadores e atores envolvidos diretamente no recorte epistemológico de reflexão/ação. Como resultados, destacam-se: a falta de participação da população, o racismo fundiário evidenciado na ação de violência perpetrada pelo estado da Bahia aos moradores/famílias que tiveram seus bens, moradia e relações sociais de convivência histórica, violados de forma hierárquica, “unilateralizando” as ações realizadas pelos agentes públicos em detrimento da necessidade social e econômica da população ali residente. Para realizar a canalização do rio Jaguaribe/Mangabeira, a CONDER, empresa vinculada à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano, desrespeitou alguns preceitos legais e ainda orientações da ONU, no qual o Brasil é signatário, na e pela implementação da canalização dos rios, que determinou a sua macrodrenagem em um processo de “reurbanização” no percurso desta obra, gerando o rearranjo imposto e forçado a uma população de baixa renda, negra e com histórico de violência institucional.

**Palavras-chave:** reparação plena e integral. racismo estrutural. racismo fundiário

### 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo visa analisar a remoção involuntária e o racismo fundiário praticados pelo governo do estado da Bahia, nas comunidades do Bairro da Paz, Km 17 de Itapuã, Jardim Abaeté e Vila Romana (Salvador/BA), na implantação das obras de macrodrenagem dos rios Jaguaribe e Mangabeira. Desconsiderando três décadas de

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Arquitetura e Urbanismo, pesquisadora PROVIC da Universidade Católica do Salvador, e-mail: nadeje.mialchi@ucsal.edu.br.

<sup>2</sup> Doutora em Arquitetura e Urbanismo, professora, pesquisadora e extensionista do Programa de Pós-graduação em Território, Ambiente e Sociedade da Universidade Católica do Salvador, e-mail: laila.mourad@pro.ucsal.br

<sup>3</sup> Doutora em Arquitetura e Urbanismo, professora, pesquisadora e extensionista do Programa de Pós-graduação em Território, Ambiente e Sociedade da Universidade Católica do Salvador, e-mail: aparecida.teixeira@ucsal.br

permanência destas comunidades, o processo de constituição dos territórios, que no caso do bairro da Paz inicia-se em 1982, com a ocupação de uma área grande particular que fica entre a Av. Paralela e a Orla do Oceano Atlântico. Após vários processos de expulsão, seguidos de reocupação, a prefeitura desapropriou a área em 1988. A luta continuou e a comunidade conquistou o reconhecimento de posse, com títulos de Concessão de Direitos Real de Uso (CDRU) e Concessão de Uso Especial para fins de Moradia (CUEM). No PDDU de 2016, o Bairro da Paz foi incluído como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). Esse instrumento urbanístico, de democratização de acesso à terra urbana, reconhece e prevê a ação pública de regularização fundiária e urbanística dos assentamentos populares, o que possibilitaria o acesso à infraestrutura urbana e equipamentos sociais, conferindo o direito à cidade aos seus moradores. Entretanto, desde então, as famílias vêm sendo sofrido deslocamento forçado, de forma autoritária, sem participação popular, sem plano de reassentamento, através de pressão psicológica, o governo do estado, através da CONDER, vem forçando as famílias a aceitarem um valor irrisório de indenização. O Bairro da Paz, onde 98% das famílias foram removidas, é uma dentre quatro comunidades atingidas pela obra de macrodrenagem.

De acordo com os dados dos infográficos presentes no site Observatório dos Bairros de Salvador, em 2010 o bairro da Paz contava: com uma população total de 19.407 habitantes; a maior parte se autodeclarou parda (51,57%) e preta (36,98%), do sexo feminino (51,11%); encontrava-se na faixa etária de 20 a 49 anos (50,09%). No que diz respeito aos domicílios: 0,42% dos responsáveis não eram alfabetizados, e apesar 57,5% estar na faixa de 0 a 1 salário mínimo, a renda média dos responsáveis por domicílio no bairro era de R\$ 776,00. Com relação a infraestrutura ofertada, 96,34% dos domicílios contavam com coleta de lixo, 99,17% com abastecimento de água e 86,74% com esgotamento sanitário.

## **2. SOBRE A INTERVENÇÃO URBANÍSTICA: O PROJETO DE MACRODRENAGEM/CANALIZAÇÃO DOS RIOS JAGUARIBE E MANGABEIRA**

Dentre os estudos e documentos analisados, destacamos o Manifesto Rio Jaguaribe: por uma nova concepção de tratamento dos rios urbanos, 2017, realizado pela associação de diversas ONGs ambientalistas, dentre elas GAMBA/Grupo Ambientalista da Bahia e SOS Mata Atlântica. Para este,

O Rio Jaguaribe e seus afluentes (Mangabeira, Trobogy e Passa Vaca) vêm passando, desde os anos 1980, por uma série de intervenções em seu leito, suas margens e suas áreas inundáveis (várzeas, lagoas e brejos), bem como em suas sub-bacias hidrográficas e de drenagem onde vem se dando um processo de desmatamento, soterramento, ocupação e impermeabilização, causando alterações profundas em suas condições naturais<sup>4</sup>.

A viabilidade de execução do projeto de macrodrenagem foi questionada, como nos mostra o manifesto, tendo em vista outras intervenções em rios urbanos:

As intervenções de Macrodrenagem na Bacia Hidrográfica do Rio Jaguaribe se mostram inadequadas quando se consideram os princípios, premissas, diretrizes e objetivos relacionados a uma nova lógica de desenvolvimento urbano expressa nas leis e em práticas de urbanização sustentáveis e contemporâneas, não necessariamente mais custosas, mas já adotadas e aprovadas em todo o mundo (GAMBA, 2017).

No Manifesto os ambientalistas ressaltaram, entre outros aspectos a ausência do poder público, principalmente no que diz respeito ao atendimento às famílias de baixa renda. O grupo de estudos Reparação Plena e Integral, formado pelos grupos de pesquisa Territórios em Resistência e Gestão Democrática das Cidades do PPTAS/UCSAL, ressalta que a ausência deste atendimento está relacionado aos investimentos públicos que vem fortalecendo a crescente valorização imobiliária decorrente da oferta de infraestrutura urbana, como a implantação da malha metroviária, inclusive com duas estações de Metrô - Bairro da Paz e Mussurunga -, a avenida 29 de Março facilitando a mobilidade entre a orla e a região de Cajazeiras, além da própria avenida Paralela, importante via da capital, com implantação pelo setor imobiliário de luxuosos empreendimentos imobiliários (Nota Técnica nº 01/2020).

## 2.1 A (falta de) participação e o impacto sobre as famílias/moradores

*as pessoas viram que as casas estavam sendo marcadas, algumas, eu vi, entraram em surto, colocaram de venda e outras foram embora, porque sabiam que quando a máquina passasse as casas iam tremer e poderá causar fatalidade muito maior. o valor das indenizações é muito baixo e as pessoas gastaram muito mais do que o valor oferecido pela indenização. e tem também pessoas que trabalham na comunidade, conhecem outras pessoas, é a sua fonte de renda. se elas saírem para outro bairro, como*

<sup>4</sup> GAMBA. Grupo Ambientalista da Bahia et. al. (2017). Manifesto Rio Jaguaribe: por uma nova concepção de tratamento dos rios urbanos. Disponível em: [https://www.gamba.org.br/wp-content/uploads/2017/06/Manifesto\\_Rio\\_Jaguaribe.pdf](https://www.gamba.org.br/wp-content/uploads/2017/06/Manifesto_Rio_Jaguaribe.pdf). Acesso em: 08 de jul. de 2022.



*vão viver? é seu habitat natural. tem moradores que nasceram aqui, se criaram aqui! como vão fazer?*<sup>5</sup>

Após idas e vindas entre o poder público e a sociedade civil, organizada ou não em movimentos sociais, o projeto de macrodrenagem do Rio Jaguaribe e seus afluentes, teve início, no Bairro da Paz, em 2017. Ainda que previsto em legislação municipal, como o PDDU e a Lei complementar n. 74/2020, questões relacionadas à desapropriação, como é o caso para as famílias moradoras na beira do rio Jaguaribe, e em legislação nacional, Estatuto da Cidade, a participação destas mesmas famílias, SODRÉ (2018), em seu trabalho denuncia que,

O primeiro questionamento da sociedade civil organizada com relação ao projeto de canalização se deu por conta da falta de diálogo entre o Poder Público Estadual e os moradores locais, que só ocorreu depois que o assunto repercutiu nas mídias [...]. A ausência de políticas voltadas para o saneamento básico local e os problemas decorrentes da sua falta, também são alvos de críticas e discussões. A esse respeito, o projeto de canalização não contempla as necessidades básicas da população. Registra a implantação de vias marginais e ampliação de vias locais ao longo dos canais para facilitar a passagem de veículos e equipamentos destinados a limpeza urbana, localizando, com imagens e coordenadas, as propriedades particulares que deverão ser desapropriadas no processo de execução das obras, principalmente no Trecho Malvinas que abriga uma população muito menos abastada quando comparada com os residentes do Trecho Piatã e Orla (SODRÉ, 2018, p. 44/45).

As violações ao Direito à moradia, foram denunciadas pela comunidade a Promotoria do Estado da Bahia, destacando-se na Ata de Audiência: a falta de participação e o valor irrisório das indenizados. Os moradores, relataram que o valor monetário imposto pela CONDER de R\$19.988,00 seria impraticável para acessar outra moradia no bairro, propondo, um valor mínimo de R\$ 70.000,00. Neste mesmo documento, nota-se,

A ansiedade e angústia da comunidade com a falta de informação com a política indenizatória bem como em relação ao cronograma e reiterou a proposta já apresentada de teto mínimo de R\$ 70.000,00 associado a indicação de terrenos no território para construções dos removidos, trazendo a colação dois terrenos, um integrante do Parque de Exposições, limítrofe a própria comunidade e o outro nas proximidades do Bairro da Paz que não soube identificar a dominialidade e a SEFAZ também não. Esclareceu que com os imóveis avaliados em mais de R\$ 70.000,00 os proprietários conseguirão adquirir outros na própria comunidade, pois este é um valor médio, compatível com os imóveis do bairro. Ocorre, entretanto que as famílias que receberem valores inferiores a esses R\$ 70.000,00 não conseguirão comprar imóveis na localidade, daí a sugestão<sup>6</sup>

<sup>5</sup> Fala de uma moradora de um dos trechos de intervenção urbanística do projeto de macrodrenagem do Rio Jaguaribe. Fala registrada em Roda de Conversa entre comunidade e grupo de Estudos Reparação Plena e Integral, em 22 de jan. 2021.

<sup>6</sup> Ministério Público do Estado da Bahia. Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo, Comarca do Salvador. Ata de Audiência. 04 de fev. de 2020.

Nas incursões de campo, rodas de conversa realizadas com as comunidades para entender a danos materiais e imateriais, na perspectiva dos sujeitos das comunidades atingidas, identificou-se nos diálogos na e com as comunidades envolvidas e cotejando com as análises de alguns Laudos de Avaliação, que o governo do estado da Bahia, não considerou o valor do terreno, a posse da terra dos moradores.

Isto implica, dentre outras perdas, uma das mais problemáticas, pois, desconsidera a necessidade sociocultural, de construção histórica, dos moradores de permanecerem no local, neste que garante dentre outras coisas parte de sua subsistência, seja pelo trabalho, pelo círculo familiar e de amigos e/ou ainda, de acesso à equipamentos sociais e públicos resultados de lutas e resistência das comunidades envolvidas.

Um dos documentos produzidos, no processo de diálogo e reflexões com a comunidade, pelo grupo de estudos da UCSAL que acompanhava o processo, interagindo com as comunidades e temáticas que o envolviam, foi a Nota Técnica, n. 01/2020. Este com o objetivo de analisar a metodologia utilizada pela CONDER nas indenizações trouxe à tona outra série de violações. Assim, dentre outras inconsistências, citamos um parágrafo da referida Nota Técnica, que a nosso ver e aos objetivos deste documento as traduz:

Em suma, quanto ao objeto desta nota técnica, a reparação integral, além da falta de participação, foram subtraídos outros direitos relativos aos danos materiais e imateriais: a adoção de procedimentos nos casos de remoção involuntária (formas previstas de compensação com as pessoas afetadas); a transparência na elaboração e preenchimento do cadastro das famílias e na avaliação dos bens respectivos; a inadequação da metodologia de cálculo do valor das compensações para os bens afetados; os meios de participação das pessoas afetadas (procedimentos para a apresentação e resolução de reclamações); e a compensação por lucro cessante; e, sobretudo, a posse da terra (Nota Técnica, 01/2020).

### **3. CONCEITOS: AS CHAVES INTERPRETATIVAS**

Para GOMES (2017)<sup>7</sup> a questão da terra no Brasil esconde um longo histórico de feitos violentos em prol da propriedade privada, que se estabeleceu em detrimento da sua função social, como leremos por suas palavras,

O tratamento lacônico ou silêncio são funcionais, afinal trazer à tona a forma como esse direito foi construído socialmente, especialmente no Brasil, revelaria

---

<sup>7</sup> Gomes. E. D. Função social da propriedade e uso de agrotóxicos: caminhos inconciliáveis. Disponível em <[https://www.academia.edu/43626627/Fun%C3%A7%C3%A3o\\_social\\_da\\_propriedade\\_e\\_uso\\_de\\_agroto%C3%B3xicos\\_caminhos\\_inconcili%C3%A1veis\\_1](https://www.academia.edu/43626627/Fun%C3%A7%C3%A3o_social_da_propriedade_e_uso_de_agroto%C3%B3xicos_caminhos_inconcili%C3%A1veis_1)>, com acesso em 09 de jul. de 2022.

o inevitável. A história do direito de propriedade no Brasil se constituiu sob o signo da violência, em suas distintas possibilidades: violência estrutural, institucional, interpessoal.

Violência colonialista contra os povos originários que perderam seus territórios de ocupação ancestral; violência colonialista contra os povos das várias nações de África arrancados de seus territórios ancestrais e reduzidos à condição de escravizados (GOMES, 2017, s/p).

As diversas violências trazidas pela autora, dizem respeito às formas com que as relações sociais foram pautadas e sobretudo, como perfazem o funcionamento da própria sociedade: miséria, desemprego, desigualdade e que são reproduzidas no âmbito do poder público, como poder estatal, no formato de políticas públicas, seja pela falta, omissão ou ainda de discursos ideológicos vazios, desembocando, na maioria das vezes, nas relações interpessoais. Nessa trilha perfazem as estruturas da sociedade, sendo reproduzidas pelas mais diversas instituições públicas, fomentando e cimentando, nas relações entre os seus membros. É dito de forma mais estruturante, a maneira como a forma de desenvolvimento capitalista no Ocidente se consolidou e se mantém.

É a própria autora que nos alerta e afirma que,

Com isso, chamamos a atenção que a afirmação histórica do direito de propriedade em sua perspectiva liberal, na ordem burguesa, empreendeu o ocultamento de outras formas de apropriação da terra que não pudessem ser lidas com a sua lente. Formas de apropriação comunitária da terra, por exemplo, foram excluídas e permaneceram escamoteadas nos diplomas legais positivados para consagrar apenas o direito de propriedade individual.

Os estudos de GOMES (2019)<sup>8</sup> são enfáticos e emblemáticos ao que se propõe este artigo, é ainda esta mesma autora que afirma que *a concentração de terras no Brasil tem cor*.

Como o racismo é um fenômeno relacional, que não pode ser lido apenas como um “problema dos(as) negros(as)”, é importante observar os dividendos políticos e econômicos dos(as) brancos(as) nesse processo, como já nos alertou Maria Aparecida Silva Bento (2014), psicóloga social e pesquisadora negra. Brancos(as) acumularam terras a partir dos genocídios dos povos originários e africanos, a partir da escravização de africanos(as) articulada a uma rede capitalista transcontinental, a partir de uma arquitetura jurídica que atribuiu o direito de propriedade privada sobre a terra apenas aos(às) que pudessem pagar por ela ou dispusessem dos meios para fraudá-la/grilá-la.

Estes e outros estudos levaram GOMES (2017, 2019) a cunhar o conceito de *racismo fundiário*, assim, definido,

---

<sup>8</sup> Gomes, T. E. D. Racismo fundiário: a elevadíssima concentração de terras no Brasil tem cor. Ensaio publicado na Coluna Vozes das Mulheres, da Comissão Pastoral da Terra/Bahia. Disponível em: <<https://cptba.org.br/racismo-fundiario-a-elevadissima-concentracao-de-terras-no-brasil-tem-cor/>>, com acesso em 09 de jul. de 2022.

Considerando todos esses elementos, proponho a ideia de racismo fundiário para tratar dessa complexa rede que articula ações violentas dos(as) brancos(as) contra os corpos, as culturas, os territórios e bens ambientais de negros(as) e índios(as), as formas jurídicas limitadoras e ceifadoras dessas cosmovisões, os estrangulamentos orçamentários e políticas estatais vocacionadas a fortalecer seus empreendimentos predatórios, a pilhagem secular de corpos, minérios, saberes etc. e projetos de mundo.

Entendo que acrescentar esse componente conceitual aos debates políticos e acadêmicos em torno da questão agrária e socioambiental no Brasil é fundamental. O elevado índice de concentração fundiária no Brasil tem cor e ele é branco (GOMES, 2019, s/p).

Não é demais afirmar, a partir destes estudos, que a relação social não só molda os corpos e as relações com e para os negros no Brasil, mas, toda a estrutura que as garante. O racismo, antes de ser fundiário, como demonstra Gomes (2017, 2019) é a interface que constitui o próprio estado moderno, desde sua origem. Demarcar territórios e construir a ideia de nação consolidou as divisões espaço temporais do sistema capitalista por meio da consolidação de um determinado diferencial, o “das raças” (ALMEIDA, 2021)<sup>9</sup>.

Esta afirmativa é a defesa de ALMEIDA (2021) que logo no início de sua obra nos alerta para que *o racismo é sempre estrutural*. Ao continuar, ele explica que,

[...] ele [o racismo] é elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o que queremos explicitar é que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea (ALMEIDA, 2021, p. 20).

ALMEIDA (2021) trabalha com a tese da construção de hierarquias sociais na constituição do estado moderno e de que forma ela é operada pela noção filosófica de que o homem é um produto, bem acabado, ou seja, o *homem universal*. Essa noção abstrata que perfaz o pertencimento nas relações sociais moldou todo o conjunto de relações e ações, criando o escopo não só ideológico, nas relações e ações dos povos sob os quais a dominação europeia impera, mas, sobretudo garantiu a *expansão econômica mercantilista e a descoberta do novo mundo [e] forjaram a base material a partir da qual a cultura renascentista iria refletir sobre a unidade e a multiplicidade da existência humana* (Almeida, 2021, p. 25).

Ao conjunto filosófico que deu cabo à dominação, transformando povos em colônia, somou-se o positivismo, em séculos adiante. Desta combinação, *homem universal*, leia-se, branco, advindo da filosofia, com as concepções científicas, passando

<sup>9</sup> Almeida, S. L. Racismo Estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021. Feminismos Plurais. Coordenação Djamila Ribeiro. 256p.

o homem a ser seu objeto, *nasce a ideia de que características biológicas - determinismo biológico - ou condições climáticas e/ou ambientais - determinismo geográfico - seriam capazes de explicar as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as raças* (ALMEIDA, 2021, p. 29).

Embora o século XX, em que parte da antropologia e mesmo a biologia, uniram esforços para demonstrar a autonomia das culturas e a inexistência da determinação biológica, afirmando que no campo natural não há nada que corresponda ao conceito de raça ou a classificação perpetrada séculos antes, a hierarquizando, neste mesmo século, os adventos do nazismo, portanto, segunda guerra mundial, as contradizem. ALMEIDA (2021), se debruçando sobre outros estudiosos da temática, reforça a partir de então, que *raça é um elemento essencialmente político*<sup>10</sup> (ALMEIDA, 2021, p. 31).

Ao integrar a organização econômica e social, ALMEIDA (2021), ao longo de sua obra *Racismo Estrutural*, 2021, coloca-se no campo da Teoria Social e nela vai tecendo as diversas manifestações e relações com os demais campos que a organizam. Dito desta forma, passamos a compreender que o *racismo*, como elemento estrutural das sociedades capitalistas modernas, está visceralmente corroborado por suas realizações. Para ampliar esta afirmativa, feita ao longo deste trabalho, o autor distingue três concepções de racismo, sendo elas importantes, para o desenvolvimento e análise do que nos propomos. São elas: a individualista, a institucional e a estrutural. Estas concepções, nos diz o autor, ou melhor, a distinção entre elas *não são meramente alegóricas, mas, representam dimensões específicas do racismo, com significativos impactos analíticos e políticos*.

O que une e sustenta a manutenção de uma sociedade racista é, sobretudo, entender que para além da concepção individualista e institucional, existem processos políticos e históricos que dão sustentação. É na dimensão estrutural, *como viabilizadora e não apenas restritora*, que o racismo se expressa concretamente como desigualdade política, econômica e jurídica. Como nos diz, o próprio autor:

---

<sup>10</sup> Importante, destacar que não é a partir do advento da guerra que este autor traça esta tese, mas, sim, a partir do sistema capitalista em que para este, sendo a crise um elemento intrínseco ao seu modo de manutenção, sobretudo, a expansão, perfaz em cada uma delas, seu elemento constituinte, o racismo. Nessa via, o autor destaca três momentos de crise do sistema capitalista sob as quais, seu elemento hierarquizante, a raça, é retomado como fator de sustentação material e ideológica (1873 - o imperialismo; 1929 - a bolsa de valores e um novo racismo; e, na atualidade como início na década de 1970 - o neoliberalismo, austeridade fiscal, meritocracia e empreendedorismo).

Em resumo: o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas (ALMEIDA, 2021, p. 50).

Neste momento, mobilizamos a denúncia do líder comunitário do KM 17, visando refletir danos praticados pelo poder público estatal e a partir deste entendimento compreender o conceito de reparação plena e integral.

Em 2016 não sabíamos de nada. De porta em porta uma pessoa nos convidou para uma reunião. Apresentaram o projeto, não todo, mas de parte em parte. Em 2018 houve um entrave com os ambientalistas, pois não queriam o projeto. Mas, nós queremos o projeto, porque somos da parte mais baixa. Estamos ao lado do rio. A comunidade sofre com os alagamentos. Só que queremos um projeto que atenda a expectativa da comunidade, não tirar as casas. Não temos um caso aqui de alguém que morra de fome; a comunidade se sustenta. Em 2020, entramos com um processo no MP, foi aí que soubemos que era ruim, as tratativas não pagavam o necessário; não foi considerado o terreno (valor), os danos imateriais. A comunidade está sofrendo muito [...]. O trator está ligado 24h em cima das casas das pessoas. O que parou a obra foi a chuva. A justiça e a força do povo não conseguiram. (Líder comunitário e morador do KM 17 de Itapuã)<sup>11</sup>.

De acordo com a Corte Internacional o conceito de reparação integral

consiste na **Plena e Justa Reparação** dos danos materiais e imateriais, reconhecido pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, pelo Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais do qual o Brasil é signatário, entre outras jurisprudências (Nota Técnica 01/2020, p. 01 - grifo nosso).

A ampla identificação dos atingidos implica, na identificação também das relações culturais e econômicas com as quais aquela comunidade se organiza e produz a sua sobrevivência. Para Pinheiro, a violação dos direitos fundamentais, relacionados ao direito à cidade e a moradia digna, é constatado quando observa-se os seguintes componentes de ação do estado:

1. Deslocamento compulsório (de proprietários e não proprietários);
2. Perda da terra e outros bens;
3. Perda ou restrição de acesso a recursos necessários à reprodução do modo de vida;
4. Perda ou redução de fontes de ocupação, renda ou meios de sustento;
5. Ruptura de circuitos econômicos.

<sup>11</sup> Relato colhido em 05 de maio de 2021.

Para Pinheiro a reparação integral deve-se pautar e agir sobre os seguintes pontos: investigação dos fatos; restituição de direitos, bens e liberdades; reabilitação física, psicológica e social; satisfação das vítimas; garantia de não repetição de violações; e indenização compensatória por danos materiais e imateriais.

A defesa sobre estes pontos também são observados e definidos como ação compensatória no Guia, produzido pela Relatoria Especial da ONU para a moradia adequada, que sintetiza o que as normas internacionais determinam sobre remoções involuntárias decorrentes de projetos públicos e privados de infraestrutura e urbanização. Observa-se que o conceito remoção involuntária aparece e define a posição dos agentes envolvidos no processo, determinando sobremaneira, a abrangência da ação do poder público, os envolvidos, como atingidos, e sua relação para além da dimensão privada. Ressalta-se assim, que por remoção involuntária entende-se o processo em que as famílias, independente de seu desejo, e pertencentes a uma determinada comunidade e ainda, nesta, a construção histórica do território, objeto de disputa, se encontram.

Nesta ocorrência tanto as reflexões de Pinheiro, como o Guia produzido pela relatoria especial da ONU, são enfáticos em demonstrar o processo a ser perseguido no caso das remoções involuntárias que, por si só, ou seja, o deslocamento de famílias e comunidades, se constitui em violação dos direitos humanos fundamentais. É importante ressaltar que o balizamento da situação promovida em prol do processo de ampliação urbana, ou seja, em nome da coletividade, não pode trazer mais e maiores prejuízos aos atingidos, ocorrendo portanto, uma agudização das condições ora promovidas.

Assim, na garantia dos direitos, tanto o guia, aqui citado, quanto às teses de Pinheiro, se pronunciam na direção de que a transição deve ocorrer de forma clara e participativa envolvendo, sobretudo, os atingidos e as condições com as quais terão de lidar durante a sua ocorrência. Este fato implica considerar a importância da restituição dos direitos, bens e liberdades e que, para tanto, estão atrelados a investigação dos fatos para a pronta satisfação das vítimas, bem como a garantia da não recorrência.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por que a participação da comunidade é dimensão fundamental em processos como este? Porque se tornou elemento central das análises realizadas por este estudo, além das outras temáticas?

Sim, os territórios populares trazem consigo a marca da autoconstrução. Foram os moradores que o constituíram. Famílias inteiras que por décadas o tomaram como meio e não simplesmente como um fim. Adquirir um bem, tomar posse da terra, construir sobre ela e acima de tudo tomá-la em sua função social, foi e é realizada sob a insígnia da escassez, por que não dizer, da ausência do poder público. Ali estão afetos, relações e inter relações próprias no campo social, que fomenta as relações culturais e atividades produtivas, que na maioria das vezes, estão à margem do sistema hegemônico.

Ouvi-los e decidir sobre suas vidas e o encaminhamento apropriado de como o processo de remoção deve acontecer, torna-se assim, premissa básica da e na condição (co) realizador. Assim, está organizada a democracia. O poder público é agente representante e suas realizações têm por finalidade contemplar todos e cada um que integra o que denominamos de cidade. A participação é, portanto, a questão central que torna a democracia viável. Fora disso, é autoritarismo, pseudodemocracia, fala vazia que visa um exercício de poder autocrático.

Sem a democracia, o diálogo e a participação restam a violência institucional e nela a expropriação do pertencimento tornando famílias inteiras invisíveis. Tornar de fato a intervenção urbanística, como um processo que inclui direitos, que visa entender a realocação de pessoas, famílias e relações sociais, é ao mesmo tempo debater a ação do estado, sua metodologia, mas, sobretudo, seus interesses. Parafraseando, Almeida (2021), diríamos, após ter acompanhado parte deste processo, que a violência, ali instalada, é fundamentada no racismo estrutural.

#### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** São Paulo: Sueli Carneiro: Ed. Jandira, 2020. 264 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro).

GAMBA. Grupo Ambientalista da Bahia et. al. (2017). **Manifesto Rio Jaguaribe: por uma nova concepção de tratamento dos rios urbanos**. Disponível em: [https://www.gamba.org.br/wp-content/uploads/2017/06/Manifesto\\_Rio\\_Jaguaribe.pdf](https://www.gamba.org.br/wp-content/uploads/2017/06/Manifesto_Rio_Jaguaribe.pdf). Acesso em: 13 ago. 2021.



GOMES, T. E. D. **Função social da propriedade e uso de agrotóxicos: caminhos inconciliáveis.** 2017. Disponível em: <[https://www.academia.edu/43626627/Fun%C3%A7%C3%A3o\\_social\\_da\\_propriedade\\_e\\_uso\\_de\\_agrot%C3%B3xicos\\_caminhos\\_inconcili%C3%A1veis\\_1](https://www.academia.edu/43626627/Fun%C3%A7%C3%A3o_social_da_propriedade_e_uso_de_agrot%C3%B3xicos_caminhos_inconcili%C3%A1veis_1)>, com acesso em 09 de jul. de 2022.

GOMES, T. E. D. **Racismo fundiário: a elevadíssima concentração de terras no Brasil tem cor.** Ensaio publicado na Coluna Vozes das Mulheres, da Comissão Pastoral da Terra/Bahia, 2019. Disponível em: <<https://cptba.org.br/racismo-fundiario-a-elevadissima-concentracao-de-terras-no-brasil-tem-cor/>>, com acesso em 09 de jul. de 2022.

IBGE. **Tipologia intraurbana: espaços de diferenciação socioeconômica nas concentrações urbanas do Brasil.** Disponível em: [https://geofp.ibge.gov.br/organizacao\\_do\\_territorio/tipologias\\_do\\_territorio/tipologia\\_intraurbana/Mapas/Apendice2/Mapa5ab.pdf](https://geofp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/tipologias_do_territorio/tipologia_intraurbana/Mapas/Apendice2/Mapa5ab.pdf). Acesso em: 10 mar. 2021.

MOURAD, Laila Nazem; TEIXEIRA, Aparecida Netto. et al. **Nota Técnica nº 01/2020.** Análise da metodologia adotada pelo Estado da Bahia (CONDER/CTB) para avaliação dos imóveis atingidos pelos projetos de macrodrenagem dos rios Jaguaribe e Mangabeira e do Monotrilho/VLT, em Salvador, BA. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Relatoria Especial da ONU para a moradia adequada.** Guia: 82 como atuar em projetos que envolvem despejos e remoções?. 2010a. Disponível em: [http://www.labcidade.fau.usp.br/download/PDF/2010\\_ONU\\_Projetos\\_que\\_Envolvem\\_Despejos\\_e\\_Remocoes.pdf](http://www.labcidade.fau.usp.br/download/PDF/2010_ONU_Projetos_que_Envolvem_Despejos_e_Remocoes.pdf). Acesso em: 08 fev. 2021.

OBSERVATÓRIO DE BAIRROS SALVADOR. **Bairro da Paz.** Disponível em: <https://observatoriobairrossalvador.ufba.br/bairros/bairro-da-paz>. Acesso em: 7 mar. 2021.

PINHEIRO, F. D.. **Direito a moradia e desastres socioambientais no Brasil: uma reflexão a partir da tragédia de 2011 na região Serrana do Rio de Janeiro** em 2011. 1ª. ed. Letônia: Novas Edições Acadêmicas, 2018. v. 100. 216p.

PINHEIRO, F. D.; VIEIRA, F. B. . **Matriz de Danos Imateriais a serem ressarcidos aos atingidos pela barragem de rejeitos da Samarco/MG.** 2018.

SODRÉ, Juliana Santos. **Impacto socioambiental urbano: a canalização do rio Jaguaribe, Salvador-BA.** Trabalho de Conclusão (Bacharelado em Geografia) Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2018.

## TRÂNSITO DE PIRAJÁ: uma análise social dos engarrafamentos na periferia de Salvador

Ana Leticia Vieira Santos Duarte <sup>1</sup>

Leticia da Silva Ribeiro <sup>1</sup>

Filipe Mateus Lima Guimarães Trindade <sup>2</sup>

### RESUMO

O presente trabalho busca compreender o problema do Trânsito de Pirajá, na cidade de Salvador - Ba, analisando os impactos sociais causados por ele, para desenvolver esse trabalho foi elencado um objetivo principal, compreender a causa do grande fluxo de veículos nesse bairro; como objetivos específicos, realizar levantamento bibliográfico sobre o bairro; análise de dados da população e do número de veículos. A pesquisa foi desenvolvida com base em uma metodologia bibliográfica e descritiva, com levantamento de informações e dados para balizar as questões trabalhadas. Como resultado, observou-se o crescimento do número de veículos que transitam na cidade, além do crescimento populacional no bairro, demonstrando um maior fluxo de pessoas e carros na região estudada, junto a isso foram levantados dados sobre o congestionamento na rua 8 de Novembro. Com isso observa-se que o fluxo de veículos junto a infraestrutura inadequada do bairro não está preparado para receber essa demanda. Temos como proposta de solução para esse problema, a idealização de um aplicativo que tem como objetivo informar a situação do trânsito para os moradores e trazer também a possibilidade de carona solidaria, assim diminuindo a quantidade de veículos na rua.

**Palavras-chave:** Trânsito de Pirajá. Impactos sociais. Fluxo de veículos.

### 1. INTRODUÇÃO

O tema do trabalho está baseado na questão do transito de Pirajá, o bairro fica localizado entre a suburbana e a BR-324. Inicialmente ele fazia parte da região da suburbana e seu nome significa 'local repleto de peixes' derivado da língua Tupi Guarani, recebeu esse nome devido a sua proximidade à praia, onde os pescadores se reuniam para pescar, visto que toda aquela região funcionava uma freguesia.

Esse bairro é um dos mais antigos da cidade de Salvador e tem uma grande contribuição histórica. Foi um dos cenários mais importantes para independência da Bahia, lá ocorreu duas batalhas, a Batalha do Cabrito e a Batalha de Pirajá. Uma das ruas leva o nome 8 de novembro por ser a data em que os soldados conseguiram

---

<sup>1</sup> Estudante do 2º do Ensino Médio, SESI, leticiarib2018@gmail.com.

<sup>2</sup> Mestre em Geografia, UFBA, filipetrindade551@hotmail.com

expulsar os portugueses ao comando do General Labatut, que é homenageado no Bairro sendo esse o nome da principal praça, onde se encontra o mausoléu do general.

Diante de tamanha importância histórica, a região se tornou atrativa para uma grande parcela da população, além do fato de geograficamente, ser o “portal de entrada” da capital baiana, o bairro concentra uma população de cerca de 30 mil habitantes, de acordo com o observatório dos bairros Salvador (2012) sendo assim o 15º mais populoso da capital, com forte concentração da população de baixa renda, que recebe até 3 salários mínimos, segundo dados da Casa Civil de Salvador (2018).

Essa dinâmica causa um processo de congestionamento no bairro, a soma de diferentes fatores, entre eles, a grande população local e a relevância geográfica do bairro, desta maneira o trabalho busca compreender as dinâmicas urbanas atuais, relacionada aos fluxos viários do bairro de Pirajá em Salvador.

As pesquisadoras delimitaram como área de estudo o bairro de Pirajá (Figura 1), mais especificamente a rua 8 de novembro, que é a principal ligação entre o miolo do bairro e a Estrada de Campinas, que dá acesso a Br-324, principal via de ligação entre a capital e o interior do estado.

Figura 1 - Localização do bairro de Pirajá – Salvador – Ba



Fonte: Google Maps, 2021.

Uma das pesquisadoras reside no bairro de Pirajá e a outra moradora do bairro vizinho, Mata Escura, que vivenciam realidades semelhante, o congestionamento na rua 8 de Novembro. Por conta disto o problema do congestionamento foi elemento motivador para a escolha do objeto de pesquisa, considerando as causas e o impacto na vida de

quem passa por aquele local, buscando entender como esses moradores são prejudicados pelo engarrafamento constante.

No bairro de Pirajá, em Salvador, existe o problema do grande fluxo de carros na região, além disso a falta de estrutura adequada para receber a grande demanda de veículos que transitam pela região atualmente. A via 8 de novembro, via simples de mão dupla com pouca sinalização, é a principal via do bairro, e rota para o acesso com a Br-324.(Figura 2).

Pode-se observar que os bairros que apresentam maior precariedade na estrutura são aqueles localizados na periferia da cidade, como cita (Rocha e Vasconcelos, 2018):

De fato, com base no referido estudo, pode-se concluir que as áreas mais afetadas foram aquelas nas quais residiam uma maioria formada por população negra. População esta que histórica e geograficamente é relegada a áreas de ocupação mais inseguras, com habitações precárias, falta de rede de drenagem e saneamento, consequências de um antigo passado de segregação racial e social.

Tendo em vista a precariedade do bairro, da via sem estrutura, sem sinalização e iluminação adequada para os pedestres que transitam pelo local. Fica evidente que essa ação é basicamente exclusiva dos bairros periféricos, que são espaços ocupados em sua maioria pela população negra, configurando assim o racismo ambiental.

Figura 2 – Extensão da Rua 8 de Novembro



Fonte: Google Maps, 2021.

Diante dessa dinâmica, existe uma intensificação do congestionamento, que impacta diretamente na vida dos moradores do bairro e de pessoas que transitam pela região. Observa-se que existe uma deficiência na sinalização e infraestrutura que impacta na dinâmica social da cidade, com explicita o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) (1997):

Dessa maneira, o CTB é claro e incisivo ao compreender o trânsito como um meio social intrínseco à vida urbana. Assim, como consequência dessa urbanidade, são estabelecidas determinadas regras sociais para o perfeito

funcionamento do trânsito (e.g., sinalização e código de conduta), uma vez que se trata de um convênio na sociedade. (Brasil, 1997, p. 118)

Observa-se também, que os congestionamentos ocorrem a muito tempo na área, com o aumento de veículos e da população esse problema se agravou, é importante desenvolver essa pesquisa para compreender o porquê do grande fluxo de veículos, o impacto social e buscar possíveis soluções.

Foram desenvolvidos objetivos gerais e específicos para nortear o desenvolvimento deste trabalho, como objetivo principal destacamos, a busca pela compreensão do motivo do grande fluxo de veículos nesse bairro; como objetivos específicos, realizar levantamento bibliográfico sobre o bairro; análise de dados da população e do número de veículos.

## **2. DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS**

O desenvolvimento dessa pesquisa partiu de uma revisão bibliográfica e descritiva, realizando levantamento de dados e conceitos que referenciaram o trabalho, realizando leitura de artigos científicos e sites, para que assim fosse possível descrever o fenômeno do engarrafamento no bairro de Pirajá em Salvador, além de buscar uma possível solução para o problema.

Inicialmente discutiu-se sobre qual seria o tema da pesquisa, foi definido que o fluxo de veículos em Pirajá como tema principal.

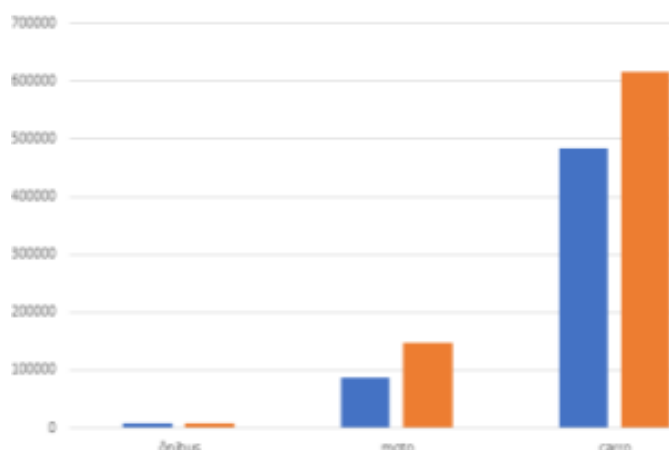
Em seguida se fez necessária a leitura de artigos científicos, esses foram fundamentais para construção de um referencial teórico robusto que contribuiu para desenvolver ideias e na construção do artigo. O destaque vai para o Código de Trânsito Brasileiro, Prata (2019) e Silva (2021).

Na sequência da pesquisa, dados foram levantados, entre eles, número de veículos, tempo de engarrafamento e população do bairro, para isso foi utilizado sites como o, ObservaSSA, para ajudar no desenvolvimento da pesquisa, além de artigos científicos, após reunir informações e dados, foram construídas tabelas e gráficos sobre número de veículos em Salvador; analisando o tempo de duração da rota de ônibus e carros da Estação Pirajá para Rua 8 de novembro, também foi investigado o crescimento populacional do bairro.

Ao fim buscou-se entender os impactos na vida da população, para posteriormente analisar possíveis soluções para o problema do trânsito.

A cidade de Salvador, é uma das cidades do Brasil com maior taxa de engarrafamento, segundo o site TomTom (2021), a cidade ocupa o 5º lugar no Brasil e 90º no mundo. O fluxo de carros é intenso, segundo dados do IBGE a frota de veículos no ano de 2011 foi de 694.309 mil e no ano de 2020 foi de 964.263 mil tendo um aumento significativo. O gráfico demonstra o crescimento do número de ônibus, motos e carros, respectivamente.

Figura 2- Número de veículos em Salvador



Fonte: IBGE, 2011 e 2020

Elaboração: Próprias autoras, 2022

Esses dados em parte, demonstram o problema do trânsito na capital baiana, como aponta Santos (2013):

A confiabilidade dos dados do DENATRAN resulta do fato de que suas estatísticas finais baseiam - se nos registros de emplacamento de veículos. Em relação aos anos 2000 e 2001, os dados obtidos referem-se a cada estado integralmente, mostrando a Bahia, Pernambuco e Ceará, respectivamente, com 495.039, 450.878 e 342.515 automóveis em 2000; e, para 2001, com 536.158 veículos na Bahia, 480.879 em Pernambuco e 365.418 no Ceará, isto é, tendo havido um crescimento de 8,3%, 6,65% e 6,68%, respectivamente, congruente com o aumento médio da frota nacional de carros, que, nesse período (2000 a 2001) foi de 6,32%. Os três estados nordestinos colocaram-se acima da média nacional e isto reflete, de alguma maneira, a situação de suas respectivas capitais. (SANTOS, 2013, p.24)

Os dados apresentados demonstram as mudanças no cenário do número de veículos no Brasil, os dados seguem a mesma tendência no estado da Bahia e no município de Salvador, porém não se observa um aumento dos investimentos em rodovias e vias na cidade de Salvador. Segundo Mitchell (2008), para uma metrópole funcionar de maneira adequada. Faz-se necessário um eficaz planejamento toda utilização do solo em conjunto com um sistema de transporte eficiente. Entre os mais de

5000 municípios existentes no Brasil analisar a população, a frota dos veículos e a divisão entre os modelos de transportes utilizados, são de suma importância para a garantia de uma eficiente mobilidade urbana (Prata, 2019, p.2)

A cidade de Salvador, é uma das cidades do Brasil com maior taxa de engarrafamento. O fluxo de carros é muito intenso, segundo dados do IBGE a frota de veículos no ano de 2011 foi de 694.309 mil e no ano de 2020 foi de 964.263 mil tendo um aumento significativo. Em relação ao aumento da frota de veículos SANTOS (2013) cita que:

No caso ora sob estudo, a frota de veículos é formada por unidades de marcas distintas cujos fabricantes convivem em um ambiente oligopolizado por excelência praticando elevados mark ups industriais. Estímulos dados pelo governo, especialmente o crédito farto, fez aumentar vertiginosamente a demanda por autoveículos contribuindo para o aumento da frota. A esse estímulo, acrescenta-se o aumento expressivo da renda no país no curso dos últimos dez anos, impulsionando ainda mais esse aumento do número de veículos, principalmente os carros de passeio. (SANTOS, 2013, p.24)

O que se observa é que houve um incentivo do governo ao crédito, esse processo contribuiu para o crescimento do número de veículos de passeio, na contramão a esse processo se observa falta de incentivo público aos veículos de transporte coletivo.

A Frota de ônibus aumentou de 2011 para 2020 24%, e a de motocicleta aumentou 27%, a frota de carros foi o que teve o maior aumento sendo de 67%. Houve um aumento de 193,374 veículos em Salvador, causando impacto negativo na cidade, pois as vias não estão preparadas para um fluxo grande de veículos.

O grande número de veículos principalmente de carros nos horários de pico ocasiona congestionamentos diariamente na 8 de Novembro, que tem duas ligações com a BR-324, além disso impacta também de forma negativa na vida das pessoas que precisam passar pelo local, indo para o trabalho ou voltando, na vida de estudantes ou na de quem apenas vai passear, o grande fluxo faz com que demorem mais tempo para chegar aos seus destinos.

Com base em dados do Google, nos horários de pico, que são por volta das 7h da manhã até 09h e das 17h da noite as 19h. O tempo estimado de espera no trânsito da rua 8 de novembro varia ao decorrer do dia, o tempo máximo de espera no congestionamento é de 35 minutos. Analisamos o tempo que leva para se deslocar da Estação Pirajá para a Rua 8 de Novembro (Tabela 1).

Tabela 1 – Rota Estação Pirajá - 8 de novembro

| Horário  | Carro        | Ônibus        |
|----------|--------------|---------------|
| 04h- 06h | 8min à 14min | 17min à 24min |
| 07h- 10h | 9min à 22min | 19min à 24min |
| 18h- 20h | 9min à 22min | 19min à 35min |

Fonte: Google maps, 2022

Elaboração: Letícia Ribeiro e Ana Leticia Duarte, 2022

## 2. CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir com essa pesquisa, como o intenso fluxo de veículos afeta o cotidiano dos moradores da periferia de Salvador, residentes do bairro de Pirajá, sendo assim, foi descoberto as causas e impactos da grande demanda de veículos.

Observamos que essa dinâmica está associada ao racismo ambiental, pois esses espaços são justamente aqueles que o Estado tolera, nas periferias latino americanas estão as populações socialmente vulneráveis e no caso da capital baiana se concentra justamente a população negra que a mais de 300 anos vem sofrendo o impacto do racismo.

Hoje o que se observa é que o racismo se apresenta de diferentes formas, entre elas na exclusão socioespacial, que “joga” as populações negras para os bairros mais afastados e sem infraestrutura, deixando essa população excluída do direito a cidade.

A princípio, não temos uma solução definida, mas está em análise possíveis soluções para amenizar esse problema. Temos como proposta de solução para esse problema, a idealização de um aplicativo que tem como objetivo informar a situação do trânsito para os moradores e trazer também a possibilidade de carona solidária, assim diminuindo a quantidade de veículos na rua.

## REFERÊNCIAS

ROCHA, Juliana Santos; VASCONCELOS, Priscila Elise Alves. Racismo Ambiental. **Revista Jurídica Direito, Sociedade e Justiça**, v. 5, n. 6, 2018.

RODRIGUES, Gislaine Maria; DA SILVA, Leonardo José. Trabalho sociocientífico no Ensino Médio: debate sobre o trânsito de Juiz de Fora. Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação, v. 14, n. 1, 2012.



OBSERVATÓRIO de bairros de Salvador. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (Salvador). FAUFBA (org.). Observatório de bairros de Salvador. Salvador, 2021. Disponível em: <https://observatoriobairrossalvador.ufba.br/>. Acesso em: 20 jan. 2022. TomTom Traffic Index. Available at: [https://www.tomtom.com/en\\_gb/trafficindex/](https://www.tomtom.com/en_gb/trafficindex/).

SILVA, Washington Allysson Dantas. Representações Sociais do trânsito para motoristas. Estudos Interdisciplinares em Psicologia, v. 12, n. 1, p. 116-132, 2021.

**EIXO 2**  
**DIVERSIDADE, ALTERIDADE E EDUCAÇÃO**  
**INCLUSIVA**

Os contornos que envolvem a diversidade ao redor do mundo, trazem, em seu bojo, um indicativo de que as percepções da sociedade acerca da temática estão envoltas e se definem em muitas vezes, a partir de concepções distintas, implicando em diversos reflexos negativos e impactos no acesso a direitos básicos, que se estendem até a atualidade. O debate das bases etimológicas ligadas aos contornos da diversidade, emergem do ideário de uma interpretação cultural que conecta os mais diversos povos, etnias e minorias de forma geral. Observa-se que, com a ascensão destas temáticas, a figura da educação requer um novo olhar. O processo educativo em si, enquanto instituição social, é fundamental na construção das identidades desde o contexto escolar até o ensino superior. Tendo isso em vista, o protagonismo de uma educação inclusiva nos mais diversos níveis é requerida por grande parte da população. O modelo educativo aplicado vem perpetuando um cenário onde a diversidade é tratada como anormalidade, onde os sujeitos são afastados por meio de currículos engessados, sofrendo impactos através das linguagens e formas disciplinares. As diferenças foram tomando forma nos últimos anos a partir de contextos outros, onde a exclusão se torna ainda mais marcante na medida que a matriz homogênea e o papel delimitado do que configura o papel e espaço dos coletivos sociais, delimitando as demais existências e gerando um panorama preocupante. Neste sentido, o eixo em questão busca viabilizar discussões acerca de uma educação inclusiva à luz do direito a diversidade e a diferença, evidenciando o papel do controle educativo e sua influência na busca pela (des)construção da desigualdade.

## CANABIDIOL VS. OXICODONA: uma análise comparativa no tratamento de dores crônicas

Isabella dos Santos Sampaio<sup>1</sup>

Leila Mota Nascimento da Silva<sup>2</sup>

Thassila Nogueira Pitanga<sup>3</sup>

### RESUMO

A dor é a condição caracterizada pelas sensações desagradáveis estimuladas por diferentes tipos de lesões, podendo ser classificada como fisiológicas ou crônicas. Na dor crônica, as sensações dolorosas que persistem por um longo período de tempo são ocasionadas pela inflamação ou por lesões nas fibras nervosas, sendo uma patologia prejudicial não somente para o bem estar do paciente, mas também para as finanças dos sistemas de saúde. Os opióides são prescritos para o tratamento da dor crônica, no entanto seu apanhado de consequências negativas levaram os pesquisadores a buscar por alternativas de tratamentos, uma delas é o canabidiol (CBD). Dessa forma, este trabalho possui como objetivo analisar as características farmacológicas dos opióides (em especial, a Oxicodona) e o canabidiol, na intenção de sugerir o CBD como forma de tratamento para a dor crônica, além de esclarecer informações acerca de seu princípio ativo. Este é um trabalho de revisão narrativa, em que os 19 artigos utilizados foram recolhidos das bases de dados PubMed e SciELO. A Oxicodona é um opióide de ação analgésica utilizado no tratamento da dor; o canabidiol, um fitocanabinóide atuante em múltiplos receptores, também possui propriedades analgésicas. Ambos os fármacos são associados a dependência, porém, em relação à Oxicodona, o CBD apresenta baixo potencial de abuso, o que pode minimizar os riscos do vício durante o tratamento, tornando viável o uso do canabidiol no tratamento da dor crônica.

**Palavras-chave:** Canabidiol. Oxicodona. Fisiopatologia da dor.

### 1. INTRODUÇÃO

A dor é uma condição de difícil compreensão e multifatorial, sendo definida pela *International Association for the Study of Pain* (IASP) como uma “experiência sensorial e emocional desagradável, associada a uma lesão real ou descrita em tais termos” (Kopf & Patel, 2010). Um estudo nos Estados Unidos da América mostrou que essa condição afeta mais de 100 milhões de seus habitantes e que tem um custo anual de mais de US\$600 bilhões (DZAU E PIZZO, 2014). Quando aguda, possui uma estima biológica

---

<sup>1</sup> Graduanda em Biomedicina da Universidade Católica do Salvador. E-mail: isabella.sampaio@ucsal.edu.br

<sup>2</sup> Graduanda em Biomedicina da Universidade Católica do Salvador. E-mail: leilamota.silva@ucsal.edu.br

<sup>3</sup> Docente/Pesquisadora do curso de Biomedicina da Universidade Católica do Salvador. E-mail: thassila.pitanga@pro.ucsal.br

de preservação da intangibilidade do indivíduo, pois é um sinal de alerta para lesões no corpo. No entanto, a dor crônica não possui essa característica de preservação do indivíduo, podendo causar incapacidade temporária ou permanente, morbidade e elevados custos ao paciente e/ou ao sistema de saúde (MELO CARDOSO, 2012).

Recursos farmacológicos, como opióides prescritos, vêm com uma abundância de consequências negativas para a integridade física e mental do ser humano que, conseqüentemente, causam a overdose (CHEN, HEDEGAARD & WARNER, 2014). Numa tentativa de sanar esse caos na saúde pública, pesquisadores vêm encontrando alternativas medicamentosas para o tratamento da dor crônica. Uma dessas alternativas é o canabidiol (CBD), um fitocanabinóide presente na cannabis, também conhecida como maconha.

A maconha é uma planta trazida para o Brasil pelos escravos e o seu uso disseminou-se rapidamente entre eles e nossos índios, que passaram a cultivá-la (Carlini, 2006). Pelo mundo afora, ela tem sido usada medicinalmente para tratar várias doenças, incluindo condições de dor (HUDSON & PUVANENTHIRARAJAH, 2018) e esses efeitos analgésicos foram experimentalmente demonstrados em animais e humanos (SKAPER & DI MARZO, 2012). A primeira referência descrita do uso da maconha para fins medicinais foi no ano 2.727 a.C. pelo imperador chinês, Shen Neng (Zuardi, 2006), que se beneficiava da maconha no tratamento de dores articulares. Milênios após, vários estudos científicos têm comprovado a capacidade do CBD de inibir os estímulos nocivos em diferentes estados de dor (AGARWAL et. al., 2007).

Considerando a existência de pacientes dependentes de opióides e os riscos de overdose, este trabalho considerou as vias de ação, aplicabilidade e efeitos colaterais descritos na literatura médica, a fim de sugerir a eficácia do CBD no tratamento de dores crônicas, bem como desmistificar paradigmas existentes devido ao perfil ilícito do princípio ativo canábico no Brasil.

## 2. METODOLOGIA

Este artigo trata-se de uma revisão narrativa, o qual a coleta de dados foi feita a partir da busca das palavras chaves associadas à Cannabis medicinal e a Oxicodona em tratamento de dores crônicas. Os bancos de dados utilizados foram o PubMed, Google Acadêmico/Google Scholar e o SciELO.

Os termos utilizados para essa pesquisa foram: canabidiol, uso terapêutico da *cannabis*, dor crônica, tratamento fitoterápico; e seus correlatos em inglês: *cannabidiol, therapeutic use of cannabis sativa, chronic pain, phytotherapeutic treatment*.

Para análise e discussão do presente artigo, utilizou-se da revisão bibliográfica da literatura já existente, entre um período de 17 anos (2004 a 2018), encontrados em artigos, revistas e livros e, sob o critério de exclusão, a ausência de resumo e objetividade com o tema escolhido, restando 19 artigos.

Para obtenção dos dados, foi utilizado, primeiramente, uma leitura rápida dos resumos dos artigos encontrados, para verificar abordavam temáticas interessantes à pesquisa. Desse modo, foi possível responder as perguntas motivadoras do estudo, que são:

1. Quais são os prós e contras de cada substância estudada neste artigo?
2. É viável o tratamento com canabidiol em pacientes com dor crônica?

Por fim, a análise de dados obtidos pode ser vista nos tópicos subsequentes.

### 3. FISIOPATOLOGIA DA DOR CRÔNICA

Segundo Cunha (2015), "A dor crônica envolve alterações moleculares e estruturais irreversíveis" - em que os diferentes sintomas apresentados, como a irritabilidade e a perda de concentração, persistem no organismo por um longo período de tempo (KRELING; CRUZ; PIMENTA, 2006), podendo ser classificado em inflamatória ou neuropática (MELO CARDOSO, 2012).

A dor inflamatória crônica está relacionada com a ativação e a sensibilização de receptores específicos chamados de nociceptores. Os fatores inflamatórios liberados pelo estímulo da lesão tecidual atuam nestes receptores que, ao serem sensibilizados, convertem os estímulos químicos, térmicos e mecânicos da lesão em estímulos elétricos para serem conduzidos pelo SNC até o córtex cerebral onde serão identificados como dor (ROCHA *et. al.*, 2007). A cronicidade ocorre com a constância da dor, (HYLANDS-WHITE; DUARTE; RAPHAEL, 2016), como dito anteriormente.

Referente à dor neuropática, o sistema nervoso somatossensorial sofre danos provocados por diferentes doenças ou lesões, de estímulo persistente. Dependendo das manifestações clínicas, pode ser dividida entre periférica - quando a distribuição da dor é identificada nos nervos periféricos; ou central - quando os nervos do sistema nervoso central são atingidos. Porém, isso não significa que a localização da dor realmente seja

em um nervo ou ponto específico, mas, sim, em fibras nervosas relacionadas com ao Sistema Nervoso Periférico ou ao Sistema Nervoso Central (TREEDE *et. al.*, 2007).

#### 4. FARMACODINÂMICA DA OXICODONA

Os opióides são analgésicos utilizados no tratamento da dor. Sua eficácia, no entanto, está mais relacionada ao tratamento da dor aguda, enquanto, na dor crônica, o uso intenso de altas doses do opióides na intenção de cessar o seu progresso, promove, não só a dependência a droga, como também, efeitos colaterais prejudiciais à saúde (Davis e Mehta, 2016). Um exemplo dessa classe de analgésico é a Oxycodona (DAVIS *et. al.*, 2003).

Proveniente do alcaloide tebaína, a Oxycodona é um agonista seletivo para receptores opióides acoplados à proteína G e sua ação analgésica é voltada para o sistema nervoso central e periférico. É metabolizada no fígado em noroxicodona e em oximorfona, respectivamente. Pode ser administrada pelas vias oral, retal, intramuscular, intravenosa, nasal, sublingual e intraespinhal. O tempo de meia vida da administração oral não está associado à dose da Oxycodona e a sua biodisponibilidade varia entre 60 e 87%. A via retal apresenta biodisponibilidade, tempo de meia vida, distribuição e depuração semelhantes à via oral. Já a administração da Oxycodona intramuscular apresenta efeito parecido com a morfina, por reduzir a produção de Oxycodona no final da metabolização; na via intravenosa onde o tempo de meia vida é semelhante ao da via oral, os efeitos são mais acentuados, já que a biodisponibilidade é superior à todas supracitadas, com a capacidade de 100% de biodisponibilidade (DAVIS *et. al.*, 2003).

Em seu mecanismo de ação, a adenilatociclase é inibida e há a liberação de neurotransmissores nociceptivos, fazendo com que a membrana neural se torne hiperpolarizada e menos excitada pelos estímulos desses neurotransmissores (KINNUNEN *et. al.*, 2019). "Os efeitos colaterais mais comuns são sonolência, tontura, náuseas, vômitos, prurido, prisão de ventre e suor acompanhado de ondas de calor" (DAVIS *et al.*, 2003).

#### 5. CANABIDIOL NA FARMACOTERAPIA

“O canabidiol (CBD) é um fitocanabinóide constituinte da *Cannabis sativa* que não possui os efeitos psicoativos do Tetrahydrocannabinol (THC)” (BLESSING *et. al.*, 2015). O Canabidiol apresenta característica hidrofóbica e baixa solubilidade em fluidos do trato gastrointestinal, o que acaba refletindo numa baixa absorção pela via oral. No entanto, sua biodisponibilidade pode vir a aumentar, ao ser associada a alimentação rica em lipídios.

O CBD é dissolvido e absorvido enquanto os lipídios sofrem ação dos ácidos biliares. Pela via sublingual, pode alcançar a circulação sistêmica, mas com a biodisponibilidade reduzida proporcionada pelas glândulas salivares situadas na região sublingual. No metabolismo de primeira passagem, as principais enzimas participantes são **CYP2C19** e **CYP3A4** do citocromo **P450**, em que a enzima **CYP2C19** produz metabólitos farmacologicamente ativos para que posteriormente sejam modificados e inativados pela enzima **CYP3A4**.

Em sua depuração, 33% do canabidiol é excretado pelas fezes de forma íntegra, enquanto 16% dos metabólitos e do CBD inalterados são excretados pela urina (Schaiquevich, 2020).

Os receptores endocanabinóides CB1 e CB2 são acoplados à proteína G. Possuem ação inibitória sobre o adenilatociclase e ação estimulatória sobre a MAPquinase. Presente no Sistema Nervoso Central e Periférico, o receptor CB1 é responsável pela inibição de neurotransmissores, aminoácidos e outros receptores, como o 5-hidroxitriptamina, também conhecida como serotonina, encarregada por conduzir os impulsos nervosos. E o receptor CB2 está relacionado com o sistema hematopoiético e ao sistema imunológico (JENSEN *et. al.*, 2015).

Apesar de apresentar baixa afinidade aos receptores CB1 e CB2, o canabidiol possui efeito alostérico negativo nos receptores CB1 e positivo ao promover variações no sistema dos endocanabinóides. Dependendo da via de administração, o canabidiol pode interferir nos efeitos adversos, reduzindo as alterações do SNC e estimulando os efeitos mais desejáveis, como por exemplo a analgesia (ROMERO-SANDOVAL *et. al.*, 2018), além de possuir afinidade com diferentes receptores, dentre eles o receptor acoplado à proteína G e o receptor da glicina (SCHOEDEL *et. al.*, 2018).

## 6. CANABIDIOL vs. OXICODONA



O canabidiol pode ser utilizado no tratamento da dor crônica. Um medicamento ainda em fase experimental nos EUA conhecido como *Nabiximol*, é um spray sublingual composto pelos canabinóides CBD e THC, ambos de diferentes mecanismos de ação, mas que ao serem associados se tornam mais eficientes no tratamento da dor. A redução da dor crônica e a melhora na condição de vida dos portadores dessa patologia, são proporcionadas pelo medicamento de maneira segura e satisfatória. No entanto, seus efeitos são temporários de modo que a melhora no tratamento da dor, é estabelecida em um curto período de tempo (JENSEN *et. al.*, 2015; ROMERO-SANDOVAL *et. al.*, 2018).

Em relação a dependência do CBD, um estudo realizado com usuários de polissubstâncias avaliou que o canabidiol possui baixo potencial de abuso e baixo efeito eufórico em relação ao canabinóide THC (SCHOEDEL *et. al.*, 2018).

Com sua propriedade analgésica, a Oxycodona também produz efeitos favoráveis em relação à dor crônica. Apesar de demonstrar uma redução significativa da dor e de seus sintomas, os efeitos colaterais, como a náusea, podem estar presentes no decorrer do tratamento. Como qualquer outro opioide, o uso indevido pode promover a dependência (KINNUNEN *et. al.*, 2019). Uma outra forma de estimular o vício pela Oxycodona é a manipulação física. Na intenção de obter um efeito diferente para o qual foi formulada, o ato de quebrar ou dissolver a Oxycodona, contribui na alteração de sua absorção, provocando o aumento de sua concentração plasmática e redução no tempo de concentração. Foram criadas fórmulas para limitar os efeitos dessas alterações, em que a composição é formada pela Oxycodona e seu antagonista, ou por substâncias inativas que impedem a manipulação mecânica (KINNUNEN *et. al.*, 2019).

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o Canabidiol e a Oxycodona apresentem efeitos analgésicos semelhantes no tratamento da dor crônica, ambas as drogas são frequentemente relacionadas com a dependência. No entanto, somente a Oxycodona demonstra a possibilidade de se tornar uma droga de uso abusivo. O CBD possui a mesma origem que o THC, mas seu potencial para o abuso e os efeitos psicoativos é extremamente baixo, quase nulo comparado ao THC. Em contrapartida, algumas precauções devem ser tomadas quanto a indicação do uso da Oxycodona, pois ao ser utilizada de forma indevida, problemas relacionados ao vício podem ser gerados.

Percebe-se que o canabidiol é uma forma eficiente de tratar as dores sem que haja preocupações em correr o risco do vício, mesmo em usuários recorrentes de múltiplas substâncias, ao considerar o potencial abusivo durante o tratamento, ou no seu manuseio inadequado. No entanto, muito precisa ser estudado, entendido e compreendido sobre o Canabidiol, procurando investigar suas múltiplas vias de administração e sua farmacocinética e farmacodinâmica além de suas diferenças em relação aos demais canabinóides, incentivando a mudança da percepção da substância que atualmente vêm sendo desmistificada pela ciência como uma droga de uso abusivo e, sim, como um medicamento de uso de baixo risco e fácil acesso.

## REFERÊNCIAS

AGARWAL, Nitin et al. Cannabinoids mediate analgesia largely via peripheral type 1 cannabinoid receptors in nociceptors. **Nature neuroscience**, v. 10, n. 7, p. 870-879, 2007.

BLESSING, Esther M. et al. Cannabidiol as a potential treatment for anxiety disorders. **Neurotherapeutics**, v. 12, n. 4, p. 825-836, 2015.

CARLINI, Elisaldo Araújo. A história da maconha no Brasil. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 55, n. 4, p. 314-317, 2006.

CHEN, Li Hui; HEDEGAARD, Holly; WARNER, Margaret. **Drug-poisoning deaths involving opioid analgesics: United States, 1999-2011**. US Department of Health and Human Services, Centers for Disease Control and Prevention, National Center for Health Statistics, 2014.

CUNHA, Rui Pedro Amarante dos Santos. **Dor crônica: mecanismos fisiopatológicos da sensibilização e inibição da dor**. 2015. Tese de Doutorado.

DAVIS, Mellar P.; MEHTA, Zankhana. Opioids and chronic pain: where is the balance?. **Current oncology reports**, v. 18, n. 12, p. 1-14, 2016.

DAVIS, Mellar P. et al. Normal-release and controlled-release oxycodone: pharmacokinetics, pharmacodynamics, and controversy. **Supportive Care in Cancer**, v. 11, n. 2, p. 84-92, 2003.

DE MELO CARDOSO, Mirlane Guimarães. Classificação, fisiopatologia e avaliação da dor. **Manual de cuidados paliativos ANCP**, p. 113, 2012.

HUDSON, Roger; PUVANENTHIRARAJAH, Nirushan. Cannabis for pain management: Pariah or panacea?. **University of Western Ontario Medical Journal**, v. 87, n. 1, p. 58-61, 2018.

HYLANDS-WHITE, Nicholas; DUARTE, Rui V.; RAPHAEL, Jon H. An overview of treatment approaches for chronic pain management. **Rheumatology international**, v. 37, n. 1, p. 29-42, 2017.

JENSEN, Bjorn et al. Medical marijuana and chronic pain: a review of basic science and clinical evidence. **Current pain and headache reports**, v. 19, n. 10, p. 1-9, 2015.

KINNUNEN, Mari et al. Updated clinical pharmacokinetics and pharmacodynamics of oxycodone. **Clinical pharmacokinetics**, v. 58, n. 6, p. 705-725, 2019.

KRELING, Maria Clara Giorio Dutra; CRUZ, Diná de Almeida Lopes Monteiro da; PIMENTA, Cibele Andrucio de Mattos. Prevalência de dor crônica em adultos. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 59, n. 4, p. 509-513, 2006.

ROCHA, Anita Perpétua Carvalho et al. Dor: aspectos atuais da sensibilização periférica e central. **Revista Brasileira de Anestesiologia**, v. 57, n. 1, p. 94-105, 2007.

ROMERO-SANDOVAL, E. Alfonso et al. Cannabis for chronic pain: challenges and considerations. **Pharmacotherapy: The Journal of Human Pharmacology and Drug Therapy**, v. 38, n. 6, p. 651-662, 2018.

SCHOEDEL, Kerri A. et al. Abuse potential assessment of cannabidiol (CBD) in recreational polydrug users: a randomized, double-blind, controlled trial. **Epilepsy & Behavior**, v. 88, p. 162-171, 2018.

SKAPER, Stephen D.; DI MARZO, Vincenzo. Endocannabinoids in nervous system health and disease: the big picture in a nutshell. 2012.

TREEDE, R.-D. et al. Neuropathic pain: redefinition and a grading system for clinical and research purposes. **Neurology**, v. 70, n. 18, p. 1630-1635, 2008.

ZUARDI, Antonio Waldo. History of cannabis as a medicine: a review. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 28, n. 2, p. 153-157, 2006.

# DESAFIOS E OPORTUNIDADES DE UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA: proposta de participação de catadores em pós-graduação *lato sensu* sobre manejo dos resíduos sólidos

Mirela Carvalho Ribeiro Bohana<sup>1</sup>

Patricia Carla Barbosa Pimentel<sup>2</sup>

Cristina Maria Dacach Fernandez Marchi<sup>3</sup>

## RESUMO

A difusão de conhecimentos e o debate entre diferentes grupos sociais sobre o manejo dos resíduos sólidos urbanos (RSU) são importantes para a superação do desconhecimento social sobre os prejuízos que o descarte inadequado dos resíduos provoca ao meio ambiente. Nesse sentido, este resumo objetiva discutir se a participação pontual de catadores de materiais recicláveis em curso de pós-graduação *lato sensu* em resíduos sólidos favorece o aprimoramento e a inclusão desses trabalhadores, ao mesmo tempo em que oportuniza a troca de experiências com profissionais de diferentes áreas e graus de instrução. Como método, foi usada a abordagem de estudo teórico crítico através de revisão da literatura e a análise das ementas elaboradas para a implementação de curso *lato sensu* em gestão de resíduos sólidos urbanos. Entende-se que essa discussão se faz necessária tendo em vista que a inserção de grupos sociais diversos contempla objetivos da Universidade Católica do Salvador (UCSAL) e as políticas de inclusão social dos catadores de materiais em uma perspectiva ampla. A ideia de inclusão proposta neste formato de curso traz inúmeros desafios, mas também, possibilita a oportunidade de trocas de experiências entre diferentes grupos sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** inclusão social. resíduos sólidos. grupos sociais.

## 1. INTRODUÇÃO

Nas duas décadas anteriores ao ano 2000, a área da educação, especialmente o ensino superior, ficou marcada por um intenso processo de mercantilização da educação, o que perdura até os dias atuais. Embora as Instituições de Ensino Superior, sobretudo as Universidades, proponham desempenhar um papel de promotoras da

---

<sup>1</sup> Mestre em Planejamento Ambiental, Universidade Católica do Salvador (UCSAL); GAMDES/ UCSAL, e-mail: mirela.bohana@ucsal.edu.br.

<sup>2</sup> Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Rede Estadual de Educação da Bahia (SEC/ BA); GAMDES/ UCSAL, e-mail: patriciacbp@gmail.com.

<sup>3</sup> Doutora em Geologia, Mestre em Planejamento Universidade, Católica do Salvador (UCSAL I); GAMDES/ UCSAL, e-mail: cristina.marchi@pro.ucsal.br.

inclusão socioeconômica, isso muitas vezes não é realizado no seu sentido mais amplo, pois essas instituições têm se tornado cada vez mais excludentes e elitistas.

Nessa perspectiva e com vistas a ratificar o papel desempenhado pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL) como uma instituição de caráter comunitário e filantrópico – cultural e assistencial, o GAMDes - um dos mais antigos Grupos de Pesquisa da UCSAL (desde 2004), que atua não apenas na pesquisa científica, mas também na pesquisa social e inclusiva com vistas a promover o desenvolvimento sustentável da cadeia dos Resíduos Sólidos, apresenta uma proposta inovadora de curso de pós-graduação em Resíduos Sólidos com uma concepção original de incluir Catadores de materiais recicláveis, para capacitação e formação juntamente com diferentes grupos de profissionais e estudantes interessados em aprofundar conhecimentos sobre essa temática.

Essa visão de curso, que se baseia em um consistente estudo sobre as possibilidades, desafios e oportunidades que esse modelo pode proporcionar aos interessados, permitirá as trocas entre catadores, estudantes e profissionais que procuram nesse curso o conhecimento sobre resíduos sólidos a partir de experiências práticas, a qual o ensino-aprendizagem será realizado com quem mais entende de manejo de resíduos, os catadores de materiais recicláveis. Embora os desafios sejam muitos, pois se trata de grupos de indivíduos diversos, desde pessoas com baixa escolaridade até aquelas que possuem ensino superior, há nesse formato condições de se potencializar competências na área socioambiental, que superam os desafios estimados.

Para a elaboração da proposta do curso de pós-graduação em gestão dos resíduos sólidos, procurou-se adotar como eixo estruturante o Projeto PEV Vivo, proporcionando o diálogo com o Ensino, Pesquisa e Extensão na UCSAL. A proposta busca inserir trabalhadores que realizam a coleta de materiais recicláveis em participações pontuais, com vistas a troca de experiências e o desenvolvimento de conhecimentos práticos com estudantes tradicionais.

Este artigo objetiva discutir se a participação, mesmo que pontual, de catadores de materiais recicláveis em curso de pós-graduação *lato sensu* em resíduos sólidos, favorece o aprimoramento e a inclusão desses trabalhadores, ao mesmo tempo em que oportuniza a troca de experiências com profissionais de diferentes áreas e graus de escolarização.

## 2. METODOLOGIA

Trata-se de um artigo no qual se propõe discutir desafios e oportunidades relacionadas a proposição de curso de pós-graduação *lato sensu* em resíduos sólidos em uma perspectiva inclusiva socialmente. Para tanto, foi realizada uma revisão da literatura sobre Políticas de inclusão de catadores de materiais recicláveis e a análise de ementas do curso com vistas a possibilitar essa discussão.

## 3. CONCEPÇÃO DA PROPOSTA DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM RESÍDUOS SÓLIDOS COM PERSPECTIVA DE INCLUSÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

A importância da educação como uma ferramenta para inclusão de grupos em situação de risco ou vulnerabilidade social é indiscutível. Para a Unesco (1994) o papel da educação não se limita a transmitir conhecimentos e padrões que balizem comportamentos sociais, vai muito além, deve educar os mais diversos indivíduos a atuarem na sociedade com dignidade.

De acordo com De Santana,

O campo da Educação tem como fundamento a prática social que objetiva o ensino dos diversos tipos de saberes, contribuindo para a formação dos sujeitos, de acordo com as necessidades e exigências da sociedade em dado momento histórico. Com o advento da Constituição Federal de 1988, a Educação se tornou no país um direito de todos e dever do Estado e da família (DE SANTANA, 2013, p. 2).

Segundo Fávero et al. (2009) a educação inclusiva “começa a partir da crença de que a educação é um direito humano básico e o fundamento para uma sociedade mais justa”. Sendo assim, Ferreira & Cadavieco (2015) defendem a educação inclusiva como forma de abranger toda a população estudantil com e sem dificuldades de acesso ao currículo, com e sem dificuldades de inclusão social.

Diante disso e considerando a concepção da proposta de curso de pós-graduação *lato sensu* em resíduos sólidos, de integrar catadores de materiais recicláveis, um grupo socialmente vulnerável, favorecendo o aprimoramento e a inclusão desses trabalhadores, é uma oportunidade de a Universidade promover a troca de experiências com diferentes profissionais com diferentes graus de escolarização.

Dessa maneira, compreende-se que é necessário reiterar o compromisso com a Educação, não somente no sentido de valorizá-la, mas, principalmente, desnaturalizando e tensionando os modos de produção e relação com a diferença que se dão a partir das diferentes práticas educativas (HILLESHEIM, 2018, p. 85).

Com vistas a ratificar o objetivo inclusivo da proposta, adotou-se como eixo estruturante o projeto PEV Vivo, produto da dissertação de mestrado de Santana (2021), catador de materiais recicláveis e mestre em Planejamento Ambiental. O projeto PEV Vivo tem como objetivo oportunizar à comunidade acadêmica da UCSAL a destinação adequada dos resíduos sólidos, integrando essa comunidade ao trabalho desenvolvido pelas cooperativas de catadores de materiais recicláveis, com intuito de minimizar os impactos socioambientais e oportunizar a geração de trabalho e renda.

Dessa forma, entende-se que o uso do PEV, implantado no campus da UCSAL, favorecerá troca de conhecimentos e informações entre a comunidade da Universidade e os catadores de materiais recicláveis, além de atuar como ferramenta de inclusão socioeconômica desses.

Ao que se refere a estrutura, o curso foi idealizado em 3 grandes módulos: básico, intermediário e avançado. Para a proposta inclusiva, os estudantes, catadores de materiais recicláveis, participarão do módulo básico, o qual farão disciplinas com viés de aprimoramento/capacitação e serão certificados como alunos de extensão. Apenas para esse público o curso será oferecido de forma gratuita, contando com disciplinas como: legislação sobre resíduos sólidos, educação ambiental, saúde ambiental e sustentabilidade. Os demais módulos serão cursados pelos discentes que possuem os requisitos necessários para avançar em módulos de aprofundamento teórico. Isso não impede que durante a realização de módulos avançados os catadores de materiais recicláveis possam dar contribuições operacionais nos módulos de aprofundamento teórico-prático.

Os discentes do curso poderão conjuntamente formular processos de ensino-aprendizagem que agregam novos conhecimentos a partir de diferentes pontos de vistas, desenvolver novas percepções e habilidades técnicas, ampliar capacidades inventivas e potencializar competências na área socioambiental em sala de aula, em equipamentos de reciclagem instalados no campus da UCSAL (PEV Vivo) e em visitas externas, aos centros de reciclagem e a empreendimentos socioambientais.

Acredita-se que a inclusão favorece a mobilidade social ascendente. Nesse contexto, entende-se que a oportunidade de contato com uma universidade, uma vez que aproxima catadores de materiais recicláveis do conhecimento técnico-científico, fomentando curiosidades e plantando uma semente de novas possibilidades para as futuras gerações.

### **3.1 A problemática dos Resíduos Sólidos e o papel dos catadores**

O avanço populacional e o desenvolvimento da indústria e tecnologia no mundo impactam diretamente na produção e consumo de bens e serviços, o quê, por outro lado, repercute de forma intensa na geração de resíduos sólidos urbanos (RSU). Devido a importância dessa temática da gestão integrada dos resíduos sólidos e o papel dos catadores diante do aumento da geração de resíduos e suas consequências ameaçadoras para o meio ambiente, esse tema tem sido foco de estudos nas mais diversas áreas.

Catadores de materiais são importantes aliados na execução dos serviços de limpeza urbana, pois, ao realizarem a coleta seletiva, evitam o envio de materiais recicláveis aos lixões e, conseqüentemente, contribuem para a preservação ambiental e para a reciclagem (BORTOLI, 2014). Para Sant'ana & Metello (2016) “os catadores são um dos principais agentes políticos na defesa do desenvolvimento sustentável e, em termos de penetração popular, o principal movimento organizado”. Este grupo constitui um segmento de trabalhadores em expansão no Brasil e a valorização desses profissionais, assim como a necessidade de capacitação e formação adequada, são foco de importantes políticas públicas de inclusão.

Nesse contexto, a proposta de atrair e compartilhar os catadores de materiais recicláveis para a Universidade visa não apenas garantir a implementação de políticas de inclusão social – de forma independente, ou seja, sem custeio do poder público, a princípio -, mas também, promover a partilha de conhecimentos por parte desses importantes profissionais.

### **3.2 Políticas de Inclusão de catadores**

Conforme ANCAT (2019), aproximadamente um milhão de trabalhadores, entre cooperados e avulsos, atuam na coleta e separação de materiais recicláveis como forma de sobrevivência. Esses, sem a garantia de direitos legais ou mesmo vínculo empregatício com as empresas de materiais recicláveis, têm enfrentado, durante anos, problemas como preconceito, discriminação, baixa renda, entre outros.

Ainda que sejam atores fundamentais no caminho do desenvolvimento sustentável dos resíduos sólidos, esses profissionais, muitas vezes são marginalizados pela sociedade e possuem, em sua maioria, baixa escolaridade e dificuldade para modificar tal realidade.



Entendendo essas dificuldades e com vistas a superação dos desafios que permeiam uma concepção de educação socialmente inclusiva, o curso de pós-graduação em resíduos sólidos poderá ser um primeiro passo para aproximar esses profissionais da reciclagem da Universidade. Mais do que isso, valorizar esses trabalhadores retirando-os do anonimato para que se (re)conheçam nesse importante papel de redução dos impactos ambientais causados pelo descarte irregular dos RS, problema que vem crescendo a cada ano com o aumento da produção e o consumo de bens e serviços.

É importante mencionar que nos últimos anos, após a publicização da Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS), ao dar reconhecimento aos catadores de materiais recicláveis, uma série de políticas que buscou viabilizar a inclusão social desses profissionais como, o Decreto 7.405/10 que reedita o Comitê Interministerial para a Inclusão Social e Econômica de Catadores de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis (CIISC) e cria o Programa Pró-Catador.

Nesse contexto, foram milhões de reais do governo federal em atividades de fomento às cooperativas e associações, entre as quais estão a formação/capacitação e o assessoramento técnico e de infraestrutura e elaboração de planos para que estes profissionais pudessem atuar de forma ordenada em grupos, além de promover ações que melhorassem as condições de trabalho dos catadores (METELLO, 2014).

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Entende-se que é necessário discutir a inserção de grupos sociais diversos nas universidades brasileiras, já que a expansão da ideia de inclusão no formato apontado traz inúmeros desafios para efetivação.

Existem muitos caminhos a serem trilhados para a inclusão social no Brasil. A aproximação dos catadores de materiais recicláveis a Universidade por meio de cursos de extensão, do ensino e da pesquisa se materializa na proposta do curso de pós-graduação *lato sensu* em resíduos sólidos urbanos com a integração de módulos que podem ser cursados e/ou realizados com o apoio dos profissionais da cadeia da gestão de resíduos sólidos. Este pode ser um mecanismo de avançar para o desenvolvimento sustentável em toda sua complexidade, promovendo acessos e oportunidades aos catadores de materiais recicláveis.

## REFERÊNCIAS

- ANCAT - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CATADORES E CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. Anuário da reciclagem 2017-2018. Disponível em: <https://ancat.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Anua%CC%81rio-da-Reciclagem.pdf>. Acesso em: 03 de ago. 2022
- BORTOLI, M. A. Processos de organização de catadores de materiais recicláveis: lutas e conformações. *Rev. Katálysis*. 16 (2). Dez 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802013000200011>.
- DE SANT'ANNA, Rejane Honório. Inclusão social de crianças em situação de risco no cenário educacional. *Anais: Encontros Nacionais da ANPUR*, v. 15, 2013.
- FÁVERO, O. et al. Tornar a educação inclusiva, Brasília: UNESCO, 2009.
- FERREIRA, M. & CADAIECO, S. A. P. F. Educação inclusiva: o professor como epicentro do processo de inclusão. *Revista nacional e internacional de educación inclusiva*. Volumen 8, Número 1, Marzo 2015.
- HILLESHEIM, B. Inclusão e educação de populações em situações de risco ou vulnerabilidade social. *Cad. CEDES [online]*. 2021, vol. 41, no. 114, pp. 84-86. ISSN: 1678-7110. DOI: <https://doi.org/10.1590/cc223406>.
- METELLO, Daniela. A inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis. *REV Desafios do Desenvolvimento*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA. Ano 10 . Edição 80. de 23/06/2014. Disponível em [https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3058&](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=3058&). Acesso em 2 de ago 2022.
- SANTANA, J. S. Pontos de Entrega Voluntária (PEVs): Contribuições para as Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis de Salvador. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica do Salvador. Salvador, p. 87. 2021
- SANT'ANA, D. & METELLO, D. Reciclagem e inclusão social no Brasil: Balanço e desafios. In: PEREIRA, B. C. J. & GOES, F. L. Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional, Rio de Janeiro: IPEA, 2016.
- UNESCO. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: CORDE, 1994.

## EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: o processo de transculturação na Língua Portuguesa

Lílian M. Santos Lima<sup>1</sup>

Liliane Vasconcelos<sup>2</sup>

### RESUMO

O trabalho tem como objetivo refletir sobre as interferências da transculturação no Brasil e como este processo transforma não só a identidade cultural do país como também aponta para a diversidade linguística presentes na contemporaneidade. Por meio de um levantamento bibliográfico multidisciplinar sobre língua, cultura e diversidade linguística busca-se analisar o processo de transculturação na língua e como este processo interfere na educação e na construção de identidades. Com base nas reflexões apreendidas, conclui-se que as variações e os empréstimos linguísticos não podem mais ser tratados apenas como fenômenos sociolinguísticos ligados ao prestígio ou a uma valorização da posição social e padrão de refinamento, muito menos com preconceito, pois diante de um mundo globalizado estes passaram a exercer papel fundamental como instrumento formador de identidade cultural e social do aluno e da comunidade a qual pertence, fazendo-se necessário respeitá-los e utilizá-los para ampliar a competência comunicativa.

**Palavras-chave:** Língua. Diversidade Linguística. Estrangeirismos. Globalização. Transculturação.

### 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo foi elaborado com o objetivo de analisar as implicações transculturais que interferem na relação com a língua portuguesa, dando origem não somente a diversidades linguísticas, mas também a aquisição de empréstimos considerados como estrangeirismos, tentando estabelecer uma compreensão mais aprofundada sobre a forma com que a língua se apresenta, diante da complexidade do seu conceito, bem como das multiculturalidades que influenciam na construção da sua identidade.

Neste contexto, é preciso repensar se num mundo globalizado em que vivemos, onde as fronteiras espaciais transformaram-se em cronológicas, e a instantaneidade da

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Território, Ambiente e Sociedade da Universidade Católica do Salvador. E-mail: prolilianlima@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Literatura e Cultura pela UFBA; Profa. Orientadora do PPGTAS/UCSAL. E-mail: liliane.vasconcelos@pro.ucsal.br

comunicação se instituiu, cabem ainda serem questionadas estas variações, bem como a inserção de novos vocábulos à nossa língua. De tanto termos que se estabeleceram para enaltecer mais a palavra inclusão do que exclusão, porque não pensar que a hibridação da língua seja uma alternativa factível diante da voracidade de um mundo moderno e global.

Para tanto, faz-se necessário entender alguns conceitos como o de língua, que será o centro da nossa discussão; o de diversidade linguística e estrangeirismo, que estarão em segundo plano e, por fim, o de transculturação, estando este último imbricado em alguns outros por consequência do próprio processo, como o de globalização, hibridação, dentre outros.

A língua, para uma sociedade, é a representação de signos linguísticos sociocomunicativos que se fundem com o objetivo de transmitir mensagens, as quais, diante de um mundo globalizado em que a instantaneidade no compartilhamento de informações tornou-se essencial, a universalização desta comunicação passou a ser também indispensável. Desta forma, a diversidade linguística e o estrangeirismo, sendo processos linguísticos que resultam na utilização ou incorporação de palavras, expressões ou construções frasais a uma língua nativa, são considerados comuns, inerentes à sociedade, quando pensamos num aspecto global, em que a língua, sendo o instrumento vivo de expressão de um povo, sofre interferências que são evidenciadas em virtude da transculturalidade, e apesar de condenado por alguns, vários teóricos defendem a existência de um ensino nas diferentes formas de falar, pois embora partilhemos de um mesmo código linguístico, faz-se necessário considerar que as variações e os empréstimos linguísticos exercem motivações não só culturais, como históricas e sociais que podem auxiliar em diversas atividades discursivas.

A fim de se estabelecer a discussão proposta sobre a língua, no primeiro momento proponho uma reflexão sobre as diversas concepções de língua sob o aspecto da Gramática Normativa, em seguida pelo contexto da Linguística e por último através de um viés sócio cultural, dando o embasamento para a discussão dos tópicos seguintes, nos quais discuto sobre as interferências sociolinguísticas perpassadas na língua dando origem às diversidades linguísticas e o uso de estrangeirismos. No terceiro e último tópico, utilizo do processo de globalização para enfatizar as interferências transculturais exercidas na construção de uma identidade nacional plurilinguajada.

## 2. CONCEPÇÕES DE LÍNGUA

A comunicação é algo inerente ao ser humano e a sua evolução está intrinsecamente ligada à capacidade de se comunicar, condicionado ao seu estado de pertencimento em relação ao mundo. O processo de comunicação ocorre necessariamente através de códigos verbais e não verbais, sendo o primeiro expresso por palavras escritas ou faladas e o segundo por signos visuais os quais interagem para representação da sociedade e estão interligados ao papel que a língua exerce para que a referida comunicação aconteça.

Pensar a língua é refletir no processo da fala e da escrita e, conseqüentemente o uso da linguagem, e os fundamentos teóricos contribuem na compreensão das implicações que surgem a partir das diferentes abordagens através do viés da Gramática Normativa<sup>3</sup>, da Linguística<sup>4</sup>, do Social e Cultural.

Fazendo-se um percurso de deslocamento desde 1952, estudos de Napoleão de Almeida já indicavam que até 1999, a definição de língua se mantinha a mesma: “Conquanto constitua a linguagem dom comum de todos os homens, nem todos eles se comunicam pelas mesmas palavras. O conjunto de palavras, ou melhor, a linguagem própria de um povo chama-se **língua** ou **idioma**” (Almeida, 1999, p. 17). Assim, ao conceituar linguagem é que se definia a língua.

Cunha e Cintra (1985) diferencia a língua da linguagem, porém tratando como um conjunto de sistemas, conceito que é consolidado mais tarde por Bechara (2001) e que, apesar de contraposto por Rocha Lima (2003), quando apresenta a noção de língua como um sistema único, esta diferenciação é relativizada quando este último considera a língua como um fator que permite a realização da linguagem, consolidando então a tese de que, para os gramáticos, o conceito de língua está voltado para um conjunto de sistemas e, sem muita preocupação em realmente defini-la, mantendo o foco no conceito de linguagem, não havendo uma discussão ampliada a partir da perspectiva linguística.

Já para a Linguística, a língua é vista como um sistema de signos linguísticos podendo ser um fato social por envolver a massa de falantes. A mais importante expressão do entendimento de língua sob esta perspectiva ocorreu no século XX, na

---

<sup>3</sup> Entenda-se por Gramática Normativa, aquela que prescreve as regras, normas gramaticais de uma língua.

<sup>4</sup> A Linguística é considerada a área de estudo científico da linguagem verbal humana, com base em observações e teorias que possibilitam a compreensão da evolução das línguas e desdobramentos dos diferentes idiomas.

obra de Saussure, em que expressa a linguagem como um sistema (*langue*), que é ao mesmo tempo estável e autônomo e que os enunciados (*paroles*) são considerados usos individuais de um determinado código linguístico.

Segundo Saussure (1970), um dos principais autores da linguística, a língua constitui um sistema de signos, cujos termos são todos solidários, o valor de um resulta da interligação ao outro. Neste interim, o signo, para Saussure, está associado entre significante e significado, sendo o primeiro correspondente à imagem do som em nosso cérebro e o segundo estando ligado ao conceito.

Este autor distinguiu ainda a língua da fala, considerando a primeira como sistema abstrato e a segunda como realização concreta da língua pelo sujeito falante, e distinguiu também quanto aos aspectos entre diacrônico (evolutivos históricos da língua) e sincrônico (estudo dos estados da língua, da relação entre elementos simultâneos). Considera ainda que a faculdade de constituir uma língua seria natural ao homem, embora seja uma convenção e pondera sobre a assimilação da língua pelos grupos sociais.

A língua existe na coletividade sob a forma duma soma de sinais depositados em cada cérebro, mais ou menos como um dicionário cujos exemplares, todos idênticos, fossem repartidos entre os indivíduos. Trata-se, pois, de algo que está em cada um deles, embora seja comum a todos e independe da vontade dos depositários (SAUSSURE, 1970, p.27).

Diante da ponderação afirma que os sujeitos não criam nem modificam uma língua individualmente, pois se trata de um fato social da linguagem dissociado do indivíduo e, com esta forma de pensar, marca a cientificidade na Linguística (SAUSSURE, 1970, p.22).

Na mesma vertente teórica estruturalista de Saussure, o linguista Chomsky (1978) propõe pensar a língua a partir de maneiras diferenciadas de formulação de sentenças.

Este autor considera que o indivíduo, por ter uma predisposição genética à linguagem, utiliza o termo “estado inicial” como um “dado de entrada” para assimilação de palavras e significados, e a língua como um “dado de saída” (Chomsky, 1978). Para ele, o sujeito que dominar um conjunto determinado de regras será capaz de produzir incontáveis sentenças.

Em sua teoria gerativista, Chomsky relaciona a possibilidade de cada língua gerar expressões e, conforme estudos considera que a centralidade do termo gerativismo seja a distinção entre competência e desempenho.

Embora os conceitos de competência e desempenho, para o autor, se assemelhe ao de parole e langue, há uma distinção quando separam o que é linguístico, pois em Saussure não há regras para gerar sentenças, sendo neste aspecto que se estabelece a distinção conceitual de língua entre ambos os linguistas, pois Saussure define a língua como um sistema de signos e Chomsky, como um conjunto de sentenças.

Sob uma perspectiva mais social, a língua é definida como “[...] um conjunto de regras fonológicas, morfológicas, sintáticas e semânticas, que determinam o emprego dos sons, das formas e relações sintáticas, necessárias para a produção dos significados” para (Lopes, 2001, p. 58), opondo-se a Elia (2000, p. 28) quando descreve “[...] língua é o falar de uma comunidade, estruturalmente diferenciado, portador de apreciável tradição cultural e reconhecido oficialmente por um Estado como forma de comunicação em suas relações internas e externas”.

Nesta contraposição de conceitos entre o formal e o não formal, pode-se perceber uma infinidade de signos linguísticos possíveis para se estabelecer a comunicação associada à língua, ligadas às relações diárias, em que estas interagem entre si e apresentam-se imbricadas.

A sociedade existe através da linguagem e é representada pela junção de língua e cultura, a própria cultura se faz através da linguagem, nos constituímos nela e por ela, porém a inter-relação é considerada bastante complexa entre si, uma vez que a linguagem modifica a cultura e vice-versa. Não há consenso sobre o modo como se trata a relação entre linguagem e sociedade, constituindo um dos principais pontos de reflexão da linguística. Para Hall (2000, p.40):

A língua é um sistema social e não um sistema individual. Ela preexiste a nós. Não podemos, em qualquer sentido simples, ser seus autores. Falar uma língua não significa apenas expressar nossos pensamentos mais interiores e originais; significa também ativar a imensa gama de significados que já estão embutidos em nossa cultura e em nossos sistemas culturais.

Esta relação entre língua e cultura é algo que está intrinsecamente constituído, que ocorre mesmo sem notar e que quando há uma preservação destes valores, preserva-se também sua identidade cultural. Ao contrário disto, quando há movimentação do indivíduo em diversificados territórios, há também transfiguração sociocultural ou transculturação.

Com os avanços tecnológicos, as movimentações territoriais deixaram de ser necessariamente físicas e passaram a ser simbólicas e a transculturação se intensificou incisivamente através dos meios de comunicação, de modo que as trocas de

informações e elementos culturais passaram a ser instantaneamente percebidos em outros locais em torno do mundo.

Essas trocas culturais refletem uma relação nem sempre igualitárias, onde os elementos da sociedade emissora podem preponderar sobre os das sociedades receptoras, levando a diversos significados que não necessariamente econômicos, mas passando a exercer influências na língua dando origem a diversos fenômenos linguísticos como as variações/diversidades linguísticas e ao estrangeirismo.

## **2.1 LÍNGUA, EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE**

A sociolinguística é o ramo da linguística que estuda as relações entre a língua e sociedade com fulcro no comportamento linguístico dos membros de uma comunidade pelas relações sociais, culturais e econômicas existentes.

Mussalim e Bentes (2001) analisa que, sob a perspectiva de Bright (1966) (mentor da Sociolinguística), os aspectos sociais observados em uma comunidade e suas diferenças estruturais, são aspectos relevantes da língua e servem de objeto para a linguística.

Para tanto, existe um conjunto de fatores sociais a serem considerados para que se configure a relação com a diversidade que são: a identidade social do emissor ou falante; a identidade social do receptor ou ouvinte; o contexto social; as atitudes linguísticas, ou seja, o julgamento social do próprio falante.

Apesar de Bright apontar esta relevância quanto à diversidade linguística, não utilizou uma metodologia capaz de incluí-la em seus estudos. Desta forma, Labov (1972) é quem a descreve dando origem a Teoria da Variação e Mudança Linguística, quando propõe o estudo da língua falada, observada, descrita e analisada sempre vinculada ao contexto social em uma comunidade dentro de suas variações e diversidades, percebendo-a como heterogênea, pois para o autor todo fato linguístico relaciona-se a um fato social em que a língua sofre implicações.

Estas variações ocorrem de acordo com as condições sociais, culturais, regionais e históricas, portanto a “sociolinguística se interessa por todas as manifestações verbais nas diferentes variedades de uma língua” (CEZARIO & VOTRE, 2013, p. 41), podendo, a variação, ser considerada um fenômeno cultural motivado por fatores linguísticos e extralinguísticos.



Nesta perspectiva, a diversidade linguística é uma propriedade funcional e inerente aos sistemas linguísticos e, conforme Alkmim (2001) apesar de sociedade e língua serem grandezas de ordem distintas, com estruturas diversas, toda língua é adequada à comunidade que a utiliza, a qual possibilita um povo a exprimir o mundo físico e simbólico em que vive.

A diversidade linguística está relacionada à existência e a convivência de diferentes línguas, estando o seu conceito relacionado ao respeito por todas as línguas e à promoção da preservação daquelas que se encontram em vias de extinção por falta de falantes. Portanto, faz-se necessário entender a importância de se estudar a pluralidade linguística em detrimento apenas da gramática tradicional.

Não faz sentido ensinar nomenclaturas a quem não chegou a dominar habilidades de utilização corrente e não traumática da língua escrita. Isso não significa que a escola não refletirá sobre a língua, mesmo porque esta é uma das atividades usuais dos falantes e não há razão para reprimi-la. (POSSENTI, 2000, pág. 38).

No Brasil, a diversidade linguística é bastante vasta, portanto o ensino não deve priorizar somente a língua formal, mas reconhecer as variantes que circundam a nossa sociedade, o que condiz com a nossa multiculturalidade, oriunda da riqueza de costumes, tradições, crenças e outros aspectos inerentes a cada estado que possui seus elementos próprios.

O desaparecimento de uma língua implica em uma perda inestimável de conhecimentos e, por isto, é extremamente relevante a preservação destas diversidades. Quando falamos em língua, temos como principal função a comunicação, onde através dela os seres humanos podem questionar, argumentar e se desenvolver e as diferentes línguas tornam-se herança histórica e cultural de um povo transmitida por gerações. Quando uma língua deixa de existir, a referida cultura também corre o risco de desaparecer. Bagno reforça a ideia de não priorizar a norma padrão valorizando cada variação, quando menciona:

Uma das tarefas do ensino de língua na escola seria, então, discutir os valores sociais atribuídos a cada variante linguística, enfatizando a carga de discriminação que pesa sobre determinados usos da língua, de modo a conscientizar o aluno de que sua produção, oral ou escrita, estará sempre sujeita a uma avaliação social, positiva ou negativa. (BAGNO, 2002, pág. 75).

É imprescindível a conscientização quanto à preservação destas diferenças, pois enriquecem nosso patrimônio cultural que é a nossa língua portuguesa. No entanto, mesmo enriquecendo a língua, estas variações são vistas por alguns com preconceito. Pessoas pertencentes a diferentes regiões, além do sotaque que também as caracteriza, utilizam um linguajar próprio construindo a sua forma de falar, como, por

exemplo, nordestinos, sulistas, nortistas ou de qualquer outra região, e que de acordo com Bagno (2003), rejeitar e julgar o modo de falar de outra pessoa constitui-se em erro, pois caracteriza rejeição não somente à pessoa, como também a toda a comunidade a qual esta pertence.

Nesta condição, ao considerar que uma variante é melhor do que outra há uma segregação cultural de grupos por não compreender que existem distinções no modo de se comunicar. Consoante Bagno:

É preciso, portanto, que a escola e todas as demais instituições voltadas para educação e a cultura abandonem esse mito da “unidade” do português no Brasil e passem a conhecer a verdadeira diversidade linguística de nosso país para melhor planejarem suas políticas de ação junto à população amplamente marginalizada dos falantes das variedades não padrão. (BAGNO, 2007, pág. 18).

As segregações pela falta de compreensão de grupos podem ocorrer não somente pelas variações linguísticas decorrentes das diversas regiões dentro do país, como também pela utilização de estrangeirismos, empréstimos linguísticos de outras línguas, oriundos de palavras, vocábulos, expressões e construções alheias ao idioma materno incorporados por meio de um processo natural e orgânico (de maneira espontânea), seja pela proximidade com a cultura ou pela geografia.

Nesse sentido, a língua é fruto de um constante movimento percebido diante das transformações socioculturais, caracterizadas pela transculturação. Observa-se que as influências de uma nação sobre a outra, se dá também através da língua, de modo a promover uma conexão entre identidades culturais distintas, entre indivíduos e estruturas sociais, muitas vezes associadas ao poder político e econômico (Gois, 2016).

Por ser a língua estrangeira de maior prestígio no mundo globalizado contemporâneo, a língua inglesa foi idealizada como objeto de desejo de se estruturar um padrão de vida valorizando os empréstimos como referencial da posição social ou padrão de refinamento, criando um estereótipo dominante, diante da sociedade, além de tornar-se indispensável neste mundo da interconexão em virtude da universalização de uma linguagem. Porém, o processo de globalização também acentuou a disparidade social e econômica dos indivíduos privilegiando apenas uma parcela da população que possui recursos para aprender outra língua.

Neste contexto, educadores têm a possibilidade de agir neste sistema desestruturando as formas de privilégio e hierarquia ao questionar sobre os direitos de acesso à língua inglesa na atualidade, pois a educação é um direito constitucional e se

a língua inglesa faz parte deste direito, ela deve estar acessível a todos, conforme mencionado no trecho da Lei de Diretrizes e Bases da Educação:

[...] a Língua Inglesa, cujo estudo é obrigatório no Ensino Médio (LDB, Art. 35-A, § 4º), continua a ser compreendida como língua de caráter global – pela multiplicidade e variedade de usos, usuários e funções na contemporaneidade –, assumindo seu viés de língua franca, como definido na BNCC do Ensino Fundamental – Anos Finais. Naquela etapa, além dessa visão intercultural e “desterritorializada” da língua inglesa – que, em seus usos, sofre transformações oriundas das identidades plurais de seus falantes. (LDB, 1996, Art. 35-A, § 4).

Além da segregação em virtude da disparidade social e econômica, o uso de estrangeirismos é também visto com preconceito por muitos linguistas e políticos que consideram um risco causado à língua pátria, revelando um mau uso, principalmente pela classe dita culta, que se mostra indiferente à língua nacional. Consideram ainda que podemos estar passando por uma descaracterização da língua portuguesa com a invasão indiscriminada de palavras estrangeiras. Autores criticam ainda termos associados ao uso de empréstimos como o “Inglês como Língua Franca” (ILF) entendendo que ele pode reafirmar a hegemonia global da língua e suas marcas colonialistas.

Neste aspecto, é preciso rever conceitos e considerar que devem ser compreendidos sob uma perspectiva decolonial, pois pode servir para dar vozes aos anteriormente silenciados e inviabilizados pela falta de acesso ou pelo preconceito.

Logo, faz-se necessário que sejam vistas com cautela as defesas da língua portuguesa para que não se incorra no erro do preconceito e das imposições que só fazem reforçar as ideias das várias discriminações às diversidades linguísticas inerentes ao nosso país. Em tempo, as questões relativas ao preconceito devem ser abordadas com constância em todos os ambientes e principalmente na escola, por ser este um espaço de aprendizagem e conhecimento, e que abriga diversas realidades culturais, sociais e econômicas, a qual “deve” estar sempre atenta a todas as situações. Ao ignorar o preconceito e menosprezar o modo de falar de uma pessoa, contribui-se para a deterioração da educação e hierarquiza a importância de determinadas culturas, sendo este um tema de total relevância para construir uma educação com base na equidade, pois conforme declara Barros (2008, p.22) “é evidente a necessidade de uma educação para diversidade, entendida menos como uma atitude de respeito passivo e mais como uma forma de estar no mundo”.

Devemos, portanto, observar que neste mundo cibernético globalizado, os fenômenos linguísticos podem ser caracterizados como ferramenta de inclusão ou exclusão dos indivíduos, e consoante Gois (2016, p. 10) “(...) a língua passa a ser meio

de dominação ao acompanhar a disseminação de valores, a aquisição de produtos, a negociação entre países”, tornando-se indispensável nas relações sociais interconectadas. Portanto, manter-se atualizado e acima de tudo viabilizar o uso das diversidades linguísticas e dos estrangeirismos como uma realidade plausível é estar engajado num mundo globalizado e transcultural.

### 3. A LÍNGUA E A IDENTIDADE NO PROCESSO DE TRANSCULTURAÇÃO

Para entender melhor os fenômenos e processos que decorrem da globalização, que para Hall (2000, p. 67), “se refere àqueles processos, atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de tempo-espço, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado”, que consequenciou os movimentos migratórios, o compartilhamento instantâneo de informações, o plurilinguajamento, a transculturação e a crescente necessidade de conceitualizar as línguas, os processos de escrita, leitura, e literaturas transnacionais e transimperiais, é que Walter Mignolo (2020, p.293) inclui a ênfase na transculturação, os fenômenos altamente variados que se manifestam como resultado de uma transmutação cultural.

O termo já fora conceituado antes em 1940 por Fernando Ortiz Fernandes, através do pensamento antropológico, em que Malinowski (apud PORTO, 2022) ainda no prefácio da obra observa:

É um processo no qual se dá sempre qualquer coisa em troca do que se recebe. É um processo no qual as duas partes da equação saem modificadas. Um processo a partir do qual emerge uma nova realidade, composta e complexa, uma realidade que não é nem a aglomeração mecânica dos caracteres, nem um mosaico, mas trata-se de um fenômeno novo, original e independente.

Neste contexto de mundo globalizado e transnacional, como as línguas eram ligadas a territórios naturalmente conectados às nações, Coulmas (apud Mignolo 2020, p. 294-295) formula o seguinte problema:

Enfatizar a identidade de língua e nação é uma coisa, exigir política e autonomia para um grupo definido linguisticamente é, evidentemente, algo bem diferente. As línguas sempre foram usadas para estabelecer ou reivindicar uma esfera de influência. [...] Contudo, ideologizar uma língua é algo diferente; e se a língua pode ser usada por um grupo dominante como símbolo da nacionalidade, os grupos dominados podem, evidentemente, exercer a mesma lógica e fazer exigências políticas baseadas em sua identidade. Então, se é possível dizer que a ideia da língua nacional e sua imposição política atuam como força coesiva, a recíproca é também verdadeira. Como qualquer marcador cultural, a língua pode ser uma força desagregadora e é claro que a ideologia da língua nacional tem gerado lutas dentro das comunidades e, em certo sentido, criado minorias em muitos países que se estabeleceram como estados nos tempos modernos.

A migração maciça criou uma nova forma de apoiar elos que associavam línguas às culturas e territórios, que reconfigurou os estudos linguísticos colocando em primeiro plano o entendimento entre “outras línguas” e “culturas estrangeiras”. Compreender a adversidade, as línguas e saberes subalternos tornam-se, então, o problema fundamental, mas pressupõe a noção de que as línguas e saberes são compreensíveis.

Portanto, com o processo crescente de integração econômica e tecnológica global e algumas de suas consequências como as migrações maciças, a ideia de identidade de línguas nacionais vinculadas a territórios, precisou ser repensada. “O fluxo global de integração econômica, está formando um mundo de linguajamento interligado e de identidades cambiantes” (Mignolo, 2020, p. 312).

Neste sentido do fluxo global e pela transculturação proveniente deste, a ideia de identidade nacional vem se reformulando entre as sociedades modernas em busca da construção de uma nova identidade, agora multiculturalizada e plurilinguajada, cabendo ser observado, conforme coloca Woodward (apud Hall, 2000, p.21) que “a migração produz identidades plurais, mas também identidades contestadas, em um processo que é caracterizado por grandes desigualdades”.

Estes processos de migração produzem identidades que podem ser desestabilizadas e simultaneamente desestabilizadoras, conforme cita Woodward (apud Hall, 2000, p.24):

[...] as mudanças e transformações globais nas estruturas políticas econômicas no mundo contemporâneo colocam em relevo as questões de identidade e as lutas pela afirmação e manutenção das identidades nacionais e étnicas. Mesmo que o passado que as identidades atuais reconstroem seja, sempre, apenas imaginado, ele proporciona alguma certeza e um clima que é de mudança, fluidez e crescente incerteza. As identidades em conflito estão localizadas no interior de mudanças sociais, políticas e econômicas, mudanças para as quais elas contribuem. As identidades que são construídas pela cultura são contestadas sob formas particulares no mundo contemporâneo - num mundo que se pode chamar de pós-colonial.

Neste contexto de desestabilização de identidades em virtude de conflitos, localizadas no interior de mudanças sociais para a construção de algumas culturas que são contestadas, encontra-se Anitta, uma estrela de origem periférica, de carreira bem expressiva, um caso a parte no entretenimento brasileiro e latino.

A cantora construiu uma imagem (chamada no *marketing* de *storytelling*) nacional e internacionalmente alinhada com o discurso do empoderamento feminino, e ultrapassou barreiras de línguas, culturas e números nunca antes vistos por artistas brasileiros, acumulando superlativos em todas as mídias que contam. Em 2019 foi a brasileira mais ouvida nas principais plataformas, youtube e de streaming como Spotify.

No Instagram é caracterizada a personalidade feminina mais influente pelos mais de 44 milhões de seguidores. Em entrevista exclusiva para a revista Consumidor Moderno (2019), a artista declarou:

A galera admira muito as produções brasileiras de funk. Hoje o ritmo cresce muito e tem um respeito que não tinha. Me desdobrei em mil para fazer isso acontecer: fiz internacional, fiz aqui – Brasil – e perdi muito tempo investindo em viagens para entender a cultura e como essas pessoas fazem negócios.

Como Anitta também é empresária do seu negócio, o domínio da língua estrangeira na sua vida foi de fundamental importância para alavancar sua carreira internacional, não só para a produção de suas músicas possibilitando suas parcerias ao redor do mundo, como para intermediar/realizar suas próprias reuniões e negociações com gravadoras e produtoras da música e entretenimento.

Em entrevista, a cantora declarou ainda: “Ser um artista internacional não é só ser famoso onde quer que você vá. Trata-se de ser capaz de impactar áreas culturalmente diferentes ao mesmo tempo”. Este processo multicultural tratado pela artista é definido por Canclini (2008, p. 19) como “hibridação”, estabelecendo correlação a “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas”.

A partir deste conceito de hibridação abordado pelo autor, e de outros que também conceituam o termo e que lhes serve para apoiar a estrutura semântica da referida palavra como “fusões artísticas, literárias e comunicacionais” (De la Campa; Hall; Martín Barbero; Papastergiadis; Webner); “processos interétnicos e de descolonização” (Bhabha, Young); “globalizadores” (Hannerz); “viagens e cruzamentos de fronteiras” (Clifford), é que Anitta, convicta de suas decisões e dona de uma autoestima implacável, lança um álbum trilingue em 2022, sob produção executiva de Ryan Tedder, que já trabalhou com Beyoncé, Adele e Ariana Grande. “Ela entende a cultura global e está preparada para o mercado americano. Todo mundo em Los Angeles e Nova York quer trabalhar com Anitta”, diz Tedder.

Para ela o maior desafio foi dialogar com o público americano sem esquecer sua essência. Desta forma, foi inserindo aos poucos sons brasileiros com o objetivo de não se desconectar da sua cultura, do seu território e de sua língua que tanto contribuíram para a construção de sua identidade, não apenas como artista renomada, mas principalmente de uma brasileira, que saiu do Morro do Brinquedo, na Zona Norte do Rio para despontar em diversos cantos do mundo.

Como declara Rebeca de Moraes, especialista da Trop.Soledad, “Anitta não é mais pautada por governos, cultura ou o lugar a qual nascemos. É muito mais sobre o que queremos ser”. A artista ultrapassou limites inimagináveis, alcançando o seu lugar de fala nacional e internacionalmente, não apenas por utilizar de um idioma, antes visto como instrumento de colonização pelas grandes potências para dominação, mas também pelo ecoar de sua voz ultrapassando barreiras, inclusive no que se refere a questões étnico raciais e de gênero, que como uma mulher, nascida na periferia, em um país de Terceiro Mundo, soube utilizar da transculturação como ferramenta para transformação da sua carreira e, acima de tudo, adquirir o respeito como uma profissional brasileira, que mesmo adotando hoje a língua do colonizador, valoriza a sua identidade nacional.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo possibilitou analisar a complexidade em se estabelecer o conceito sobre a temática da língua sob diferentes perspectivas, bem como apontar influências sociais que proporcionam a diversidade linguística e o estrangeirismo exercidos sobre esta ferramenta no Brasil. Foram também delineados aspectos que interferiram tanto sobre a língua quanto na construção da identidade nacional, a partir dos processos transculturais percebidos em nossa sociedade, bem como utilizando de exemplo para demonstrar como o estrangeirismo pode não só exercer como promover uma transformação de culturas, ou seja, estabelecer a transculturação.

Neste contexto em que estamos vivenciando um novo momento histórico, em que a espacialidade transcende a temporalidade e a celeridade do processo de transculturação, em virtude do mundo globalizado, em que a troca de informações se tornou instantânea pela virtualidade, a língua tornou-se o instrumento mediador para o estreitamento das fronteiras entre nações e a ressignificação da identidade nacional pela multiculturalidade. O plurilinguajamento, por estar inserido no fluxo global da virtualidade, proporciona a comunicação entre povos; alavanca carreiras; estreita relações comerciais e de negócios, bem como pode ser utilizado ainda em outras finalidades a exemplo do entretenimento, nas relações pessoais e, principalmente na construção de novos saberes promovendo uma educação muito mais inclusiva.

## REFERÊNCIAS

- ALKMIM, Tânia Maria. A Sociolinguística parte 1. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**. V.1 e v.2. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 43. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
- BAGNO, Marcos. **Língua materna: letramento, variação e ensino**/Marcos Bagno, Gilles Gagné, Michael Stubbs. São Paulo: Parábola Editorial, 2002. (Na ponta da língua; v. 02).
- \_\_\_\_\_. **A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira**/Marcos Bagno, – São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- \_\_\_\_\_. 1961- **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**/Marcos Bagno. – São Paulo: Parábola Editorial, 2007. (Educação linguística; 1).
- BARROS, J. M. Cultura, diversidade e os desafios do desenvolvimento humano. In: BARROS, J. M. (Org.). **Diversidade cultural: da proteção à promoção**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 15-22.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucena, 2001.
- BRASIL. **LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. 2. ed. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018a. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id>>. Acesso em: 23 dez. 2018.
- BRIGHT, W. **Sociolinguistics: proceeding softhe UCLA Sociolinguistics Conference**, 1964. Vol. 20. Mouton & Company, 1966.
- CANCLINI, Nestor. “As culturas híbridas em tempos de globalização”. In: **Culturas Híbridas**. São Paulo; Edusp, 2008.
- CERQUEIRA, Sofia. As estratégias de Anitta para conquistar a América. **Veja**, 27 jan. de 2020.
- CEZARIO, M. M.; VOTRE, S. Sociolinguística. In: MARTELOTA, M. E. (Org.). **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 41.
- CHOMSKY, Noam. **Aspectos da teoria da sintaxe**. Tradução José Antonio Meireles e Eduardo Paiva Reposo, 2. Ed. Coimbra; Armênio Amado, 1978.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Luis Filipe Lindley. **Nova gramática de português contemporânea**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- ELIA, Silvo. **A língua portuguesa no mundo**. 2ª ed. São Paulo: Ática. 2000.
- GOIS, Miguel Ventura Santos. A influência dos estrangeirismos na língua portuguesa: um processo de globalização, ideologia e comunicação. **UFS e Univ. Tiradentes**. Acessado em, v. 6, n. 03, p. 2016.
- HALL, Stuart. **Identidades Culturais na Pósmodernidade**. Trad. SILVA, Tomaz Tadeu da; LOURO, Guacira Lopes. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- IZIEL, Adriana. Entenda as estratégias que levaram Anitta ao topo. **Correio Braziliense**, 16 jan. de 2018.
- LABOV, William. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: University of Philadelphia Press, 1972.



LOPES, Edward. **Fundamentos da lingüística contemporânea**. 17ª ed. São Paulo: Cultrix, 2001.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias Locais / Projetos Globais**: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. 1 ed. rev. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Introdução à Lingüística**. Domínios e Fronteiras. V.1 e v.2. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PORTO, Editora – *Transculturação na Infopédia*. Porto: Porto Editora. [consult. 2022-06-16 20:36:38] Disponível em: <[https://www.infopedia.pt/\\$transculturacao](https://www.infopedia.pt/$transculturacao)>. Acesso em: 11 junho 2022.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**/Sírio Possenti – Campinas, SP: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil 1996.

RIBEIRO, Dimas. Como Anitta se tornou internacional através da tradução de tendências. **Consumidor Moderno**, 12 dez. de 2019.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 43ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Lingüística Geral**. São Paulo: Editora Cultrix, 1970.

SÓTER, Cecília. Anitta lança novo álbum ‘Versions of Me’ nesta terça-feira (12/4). **Correio Braziliense**, 12 abr. de 2022.

UOL. Anitta estrela da capa da Billboard: ‘Se eu falhasse, meu país riria de mim’. **Splash**, 11 maio de 2022.

# EDUCAÇÃO INCLUSIVA: uma análise crítica do ordenamento jurídico brasileiro na inclusão escolar das pessoas com autismo

Maely Passos Boeri Valadão<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente trabalho tem como foco o exame da efetividade do ordenamento jurídico brasileiro na inclusão das pessoas com autismo no ambiente escolar, especialmente quanto ao fato da Constituição Federal prever que a matrícula será realizada “preferencialmente” na escola regular. O objetivo deste artigo é trazer uma análise crítica doutrinária sobre a legislação pátria que rege a matéria, bem como averiguar sua eficiência através de pesquisa jurisprudencial. Para sua elaboração, foi utilizado o método hipotético-dedutivo, através da revisão bibliográfica sobre o tema. O trabalho investiga os direitos e garantias legais das pessoas com deficiência, adentrando no estudo e análise crítica da legislação específica relativa à pessoa com autismo e sua inclusão escolar, tratando especialmente da matrícula do aluno autista no ensino regular e a prestação do atendimento escolar especializado.

**Palavras-chave:** Autismo. Educação Inclusiva. Direitos Fundamentais. Eficácia.

## 1. INTRODUÇÃO

Com o presente Artigo, pretende-se fazer uma análise crítica doutrinária sobre a legislação brasileira acerca da educação inclusiva das pessoas com autismo, e averiguar sua eficiência através de pesquisa jurisprudencial.

A questão central do tema é se o ordenamento jurídico brasileiro é eficiente na inclusão escolar das pessoas com autismo.

A educação é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988, respaldado pelo princípio da dignidade da pessoa humana, bem como pelo princípio da igualdade, sendo um direito de todos os cidadãos. Contudo, ao prever, em seu artigo 208, inciso III, que o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência será realizado “preferencialmente” na rede regular de ensino, a Constituição dá margem para que os autistas sejam encaminhados para instituições especializadas sempre que as escolas regulares de ensino não se adaptem para suas necessidades específicas.

---

<sup>1</sup> Graduada em Engenharia Civil pela Universidade Católica do Salvador – UCSAL. Graduada em Direito. E-mail: maely.valadao@ucsal.edu.br.

Em uma pesquisa preliminar, verifica-se que a legislação ordinária replica o referido dispositivo constitucional, e não estabelece normas que obriguem efetivamente as escolas do ensino regular a se adaptarem às necessidades dos autistas.

Nesse contexto, de início, serão expostos o conceito de autismo (TEA - Transtorno do Espectro Autista) e as garantias e direitos fundamentais das pessoas com deficiência constantes na Constituição Federal.

Em sequência, será estudado o conceito de Educação Inclusiva e como esta se apresenta no ordenamento jurídico brasileiro, com intuito de delimitar o objeto de estudo, qual seja, a legislação que trata da inclusão escolar das pessoas com autismo.

Por fim, serão expostos os posicionamentos doutrinários acerca dos dispositivos normativos que regulam a inclusão escolar dos autistas e sua efetividade, consolidando uma análise crítica do tema, especialmente quanto à previsão constitucional de que a matrícula será realizada “preferencialmente” na escola regular. Ainda neste sentido, será apresentado um apanhado jurisprudencial, de forma a identificar a efetividade das normas.

Ao final, será realizado um resumo do tema, apresentando os resultados da pesquisa, e serão expostas as considerações finais do estudo, de forma a responder ao questionamento central do tema, se o ordenamento jurídico brasileiro é eficiente na inclusão escolar das pessoas com autismo.

## **2. ANÁLISE CRÍTICA DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA NA GARANTIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DO AUTISTA**

### **2.1. DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS DO DEFICIENTE**

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno de neurodesenvolvimento definido por três características essenciais: comprometimento na interação social, na comunicação e comportamentos repetitivos e restritos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021).

Os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, contido no art. 1º, inciso III, e o da igualdade, previsto no art. 5º, norteiam o atual ordenamento jurídico na proteção aos deficientes. É com base nestes princípios que se tem que cada ser humano deve ser respeitado na sua integralidade, não podendo sofrer preconceitos, discriminações, perseguições e violações a sua integridade física e mental.

### No entendimento de George Salomão Leite

[...] a dignidade é uma nota caracterizadora do ser humano. Algo que só a ele pertence, que lhe é inerente. Portanto, independentemente de ser ou não pessoa com deficiência, ela é detentora de dignidade. Noutras palavras, pessoas com deficiência e pessoas sem deficiência são todas dignas e merecedoras de igual respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade. (LEITE, 2012, p. 1403)

Especificamente quanto ao ensino, o texto constitucional traz expressamente o direito ao atendimento educacional especializado para as pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, conforme determina o seu art. 208, inciso III.

Tem-se, portanto, que a Constituição Federal é clara na proteção do direito à educação de todas as pessoas, inclusive das pessoas portadoras de deficiência. Ela estabelece o direito à educação como um direito universal, não sendo permitida qualquer forma de discriminação. É através da educação que o indivíduo adquire a capacidade de exercer a sua cidadania, de participar do mercado de trabalho, garantindo assim a sua autonomia e dignidade.

Conforme Flávia Piovesan (2016), após a segunda guerra mundial, houve o surgimento dos direitos humanos declarados internacionalmente, bem como a fomentação de tratados internacionais, a fim de garantia desses direitos.

Esses tratados foram orientados pelo paradigma dos direitos humanos, através dos direitos à inclusão social, “com ênfase na relação da pessoa com deficiência e do meio em que ela se insere, bem como na necessidade de eliminar obstáculos e barreiras superáveis, sejam eles culturais, físicos ou sociais, que impeçam o pleno exercício de direitos humanos.” (PIOVESAN, 2016, p. 283).

No âmbito da educação inclusiva, a Declaração de Salamanca, aprovada pela Conferência Mundial de Educação Especial, de 1994, trouxe como preceito fundamental o lema “educação para todos”.

Segundo Gonzalo Lopes (2020), nela foi estabelecido, em linhas gerais, que toda criança tem direito fundamental à educação, e que os sistemas educacionais devem levar em conta a vasta diversidade de alunos e as necessidades de cada aluno. Os estudantes com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deve acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer as suas necessidades, firmando pressupostos que combatam atitudes discriminatórias.

A legislação infraconstitucional está em consonância com a Constituição e Tratados Internacionais no tocante aos direitos das pessoas com deficiência, tendo um importante papel na instrumentalização das disposições constitucionais.

No ordenamento infraconstitucional destaca-se a Lei nº 13.146, de 2015, conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que tem como pressuposto no seu art. 1º assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania.

Em seu art. 27, é assegurado o direito a educação à pessoa com deficiência por meio de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Essa lei determina, em seu art. 28, que cabe ao poder público proporcionar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida; aprimorar dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena; projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia.

## 2.2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A pessoa com TEA apresenta grande dificuldade de socialização, e é através da escola que se diminuem essas dificuldades, através do estímulo ao convívio social e as vivências em sala de aula. É através da inclusão escolar que se abrem as portas para uma vida social digna.

A educação inclusiva é a efetivação do direito à igualdade e do direito à educação, tendo o objetivo de inserir e socializar a pessoa com deficiência no ambiente escolar, bem como o de viabilizar seu aprendizado.

A teoria do reconhecimento de Axel Honneth aponta para a importância da efetivação dos direitos e a eliminação de estigmas discriminatórios (BRAGA e SCHUMACHER, 2013). A teoria está pautada em três dimensões: a dimensão afetiva, a do direito e a da solidariedade, que seriam os pressupostos para a inclusão social, o que viria a efetivar uma vida social digna a pessoa com deficiência.

Com base nessa teoria, a inclusão pode ser entendida em seus dois aspectos, o de inserção e o de individuação (BRAGA e SCHUMACHER, 2013). A inserção diz respeito à matrícula da criança com deficiência na escola regular e sua permanência nesta, bem como sua participação em sala de aula comum com as demais crianças. Já a individuação se refere ao tratamento individualizado do aluno, com base nas suas necessidades especiais, levando-se em consideração a adaptação do material escolar, da metodologia aplicada e do ambiente físico, bem como do acompanhamento pedagógico especializado.

Muitas instituições escolares acreditam que a inclusão se trata apenas da inserção, entendendo que a garantia legal se esgotaria na matrícula e socialização dos deficientes, e que não seria papel da escola garantir a individuação, posto que esta deveria ser providenciada junto a instituições especializadas (BRAGA e SCHUMACHER, 2013).

Segundo Mariana Braga (2013), não basta apenas a inserção, posto que o direito brasileiro preconiza que a implementação efetiva da inclusão nas escolas requer, também, a consideração das peculiaridades da criança com deficiência, em relação à adaptação dos recursos instrucionais, capacitação dos recursos humanos e adequação dos recursos físicos.

Nos dizeres de Juliana Segalla (2012) o direito à educação tem como fundamento o princípio da igualdade e da dignidade da pessoa humana, tendo a Constituição Federal assegurado este direito em seu art. 205, trazendo a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, tendo como objetivo o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Em seu art. 206, inciso I, prevê que o ensino será ministrado com base na igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Conforme Segalla (2012), essa previsão, em conjunto com o princípio da igualdade previsto no art. 5º, não deixa dúvidas de que deve ser garantido o acesso e permanência escolar de forma igualitária às pessoas com deficiência.

Já seu art. 208, inciso III, impõe o dever do Estado de proporcionar o atendimento educacional especializado, devendo esse levar em consideração as capacidades e necessidades individuais de cada um. Conforme Eugênia Fávero (FÁVERO apud SEGALLA, 2012), esse atendimento especializado deve ser prestado em currículo a parte, posto que este não substitui a rede regular de ensino. Em suas palavras, “a garantia de atendimento especializado não pode substituir o direito de acesso ao mesmo ambiente que os demais educandos” (FÁVERO apud SEGALLA, p. 3218).

Em mesmo sentido, Juliana Segalla (2012) afirma que o texto constitucional fala em atendimento educacional especializado, e não em “educação especial”. No seu entendimento, a Constituição não admitiria o ensino segregado. O atendimento especializado seria, portanto, um adicional curricular, como forma de complementar e apoiar o ensino regular.

Segalla afirma que a previsão contida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.394/1996) em seus arts. 58 a 60 deve ser interpretada a luz da Constituição Federal, posto que, “por impropriedade técnica, o legislador ordinário substituiu a expressão usada na Constituição ‘atendimento educacional especializado’ por ‘educação especial’” (SEGALLA, 2012, p. 3245).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº. 8.069/90), por sua vez, reproduz o texto constitucional em seu art.54, inciso III, determinando que é dever do Estado assegurar às pessoas com deficiência o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. Conforme Marilda Moraes Garcia Bruno, os dispositivos do ECA “buscam uma redução das formas de exclusão, das desigualdades de oportunidades, bem como a permanência da criança com deficiência nas escolas públicas e privadas.” (BRUNO apud DINIZ e SOUZA, 2018, p. 107).

O Decreto nº 7.611, de 2011, também em conformidade à Constituição, determina no seu art. 1º, § 1º, o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência. Em seu art. 2º dispõe que o serviço de atendimento educacional especializado deverá ser voltado a eliminar barreiras que possam obstruir o processo de escolarização dos estudantes. Novamente, é visível que a legislação trata o atendimento educacional especializado como um plus, um adicional, sendo um facilitador para o processo de aprendizado do estudante deficiente no ensino regular.

Em seu § 2º está disciplinado como será efetuado o atendimento educacional especializado, ressaltado que este deve estar integrado à proposta pedagógica da escola, devendo envolver a participação da família para garantir pleno acesso e

participação dos estudantes, bem como deve atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial.

A lei 12.764/12, que trata da política Nacional de Proteção dos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista, previa em seu texto aprovado pelo Legislativo, no seu art. 2º, inciso IV, a possibilidade de substituição do ensino regular pelo ensino especial aos estudantes com transtorno do espectro autista, porém, tal artigo foi vetado, com a justificativa de que essa possibilidade de exclusão do ensino regular violaria a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a qual o Brasil é signatário e internalizou com status de emenda constitucional.

Nas razões do veto, afirma-se que tal substituição “não se coaduna com as diretrizes que orientam as ações do poder público em busca de um sistema educacional inclusivo, com atendimento educacional especializado nas formas complementar e suplementar”.

Conforme Gonzalo Lopes (2020) a Lei nº. 13.146/2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, tem como base a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, trazendo na redação de seus artigos transcrição dos artigos presentes na convenção, objetivando efetivar a educação inclusiva, proporcionando mecanismos para o aprendizado e desenvolvimento das pessoas com deficiência no ambiente escolar.

Ele reitera que, conforme o §1º do art. 28 dessa lei, as instituições privadas possuem os mesmos deveres das instituições públicas previstos no caput desse artigo e incisos I, II, III, V, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII e XVIII, sendo vedada a cobrança de valores adicionais ao aluno para prestação desses serviços. (LOPES, 2020)

Dessa forma, é perceptível que o ordenamento brasileiro como um todo apresenta a ideia de que o atendimento educacional especializado é complementar, e não substitutivo.

### 2.3. ANÁLISE CRÍTICA DOUTRINARIA

Apesar das escolas negarem as vagas por não possuírem estrutura física e metodológica adaptada para o atendimento às crianças com transtorno do espectro autista, ou por inexistência de vagas especiais suficientes, sobre a alegação de que o ensino regular é meramente preferencial para as pessoas com deficiência, nos termos



do art. 208 da Constituição Federal, sugerindo que essas crianças sejam matriculadas em instituições especiais, a doutrina expressa entendimento diverso, afirmando que o acesso ao ensino regular é um direito do deficiente.

Mariana Moron Braga (2013) entende que essa interpretação equivocada do termo “preferencialmente” por parte de diretores, professores e funcionários de instituições de ensino públicas e particulares, bem como de autoridades públicas, advém do desconhecimento dos princípios regentes da Constituição, em especial o princípio da igualdade.

Ela afirma que, ao tratar o texto constitucional de forma literal, sem levar em consideração o princípio da igualdade, a expressão “preferencialmente” permite a interpretação de que a obrigatoriedade de inserção no ensino regular seria meramente facultativa. Essa interpretação, em suas palavras, tornaria “possível defender a inexistência de Direito à inclusão, se o Direito for compreendido restritamente nos termos rígidos da lei positivada” (BRAGA e SCHUMACHER, 2013, pg. 384).

Conforme seu entendimento, o termo “preferencialmente” foi inserido pelo legislador não com sentido de facultativo, mas sim levando em consideração as crianças que necessitam de atendimento específico, a exemplo do atendimento domiciliar e hospitalar. (BRAGA e SCHUMACHER, 2013).

Tratar o inciso III como uma medida facultativa seria violar o direito fundamental garantido no inciso 5º da Constituição, de que todos são iguais perante a lei, sendo que essa igualdade deve ser tratada na medida da desigualdade do indivíduo (BRAGA e SCHUMACHER, 2013). As pessoas com deficiência possuem necessidades específicas que não permitem a igual proteção jurídica, devendo ser garantido o direito à matrícula nas escolas regulares, o que vem sendo negado devido a incompreensões da lei por parte das instituições de ensino.

Luiz Araújo (2011) ensina que o art. 208, inciso III, da Constituição, possuía uma interpretação diversa no momento da sua escrita, dando a entender que seria possível uma segregação entre o ensino regular e o ensino especializado. Ocorre que, na atual realidade social, não se admite mais escolas especiais, em que as pessoas com deficiência estariam segregadas do meio social.

Ele entende que atualmente o art. 208, inciso III, deve ter leitura bem diferente daquela que lhe foi dada no momento da edição, principalmente pelo fato do Brasil ser signatário da Convenção Interamericana das Pessoas com Deficiência e da Convenção

das Pessoas com Deficiência, que determina que não cabe nenhum tipo de segregação ou discriminação em relação às pessoas com deficiência (ARAÚJO, 2011).

Nos dizeres de Segalla, “atendimento especializado previsto pelo constituinte não poder ser entendido como ‘separação do ambiente escolar comum’, ao contrário, significa um plus, um adicional curricular além do que é oferecido a todos os alunos.” (SEGALLA, 2012, p. 3218).

Eugênia Fávero (FÁVERO apud SEGALLA, 2012) segue o exato mesmo entendimento, pontuando que o atendimento especializado deve “ser bem definido e funcionar como um currículo a parte”, para que os alunos com deficiência possam aprender de forma a suprir a deficiência, de forma conjunta com o ensino regular, sem que subtraia deste aluno o direito de acesso ao ambiente de estudo regular.

Segundo Segalla (2012), o “atendimento educacional especializado” previsto na Constituição não se confunde com educação especial. Em sua visão, a norma constitucional não admitiria o ensino segregado em ensino regular e ensino especial. Para ela, com a mudança nos tempos, houve uma mudança no papel que as instituições para pessoas com deficiência prestam para a sociedade, devendo ser um papel de suporte ao ensino regular, e não uma substituição.

Como solução a essa questão, Segalla propõe

[...] uma reestruturação de papéis: as instituições especializadas (que tem tanta experiência no assunto), em vez de oferecer ensino segregado, devem destinar-se a oferecer um conjunto de instrumentos e recursos auxiliares e complementares à educação formal das pessoas com deficiência (que deve ser oferecida pela rede regular), servindo inclusive para a capacitação de pais e profissionais. (SEGALLA, 2012, p. 3232).

Para ela, a expressão educação especial, sempre que presente nas normas infraconstitucionais, deve ser interpretada conforme a Constituição, ou seja, como ensino complementar, e não substituto.

Conforme Mantoan (2015), a LDB/96 trouxe em seus arts. 58 e seguintes, a previsão inconstitucional de substituição do ensino regular pelo ensino especial. Para ela, essa substituição viola a previsão constitucional do direito à inserção no ensino regular. Em suas palavras, “o atendimento educacional especializado pode ser oferecido fora do ensino regular por instituições parceiras, porém jamais esse atendimento educacional especializado pode substituir o ensino regular”.

Segundo Mantoan

[...] práticas escolares que contemplem as mais diversas necessidades dos estudantes, inclusive eventuais necessidades especiais, devem ser regra no ensino regular e nas demais modalidades de ensino (como a educação de

jovens e adultos, a educação profissional), não se justificando a manutenção de um ensino especial, apartado. (MANTOAN, 2011, p. 40).

Tem-se, portanto, que o entendimento doutrinário é no sentido que o termo “preferencialmente” contido no art. 208, inciso III, da Constituição Federal, não se trata de uma obrigação facultativa. Não se pode cogitar uma segregação do ensino regular e especial, mas sim uma inclusão, onde é assegurado o direito ao ensino nas escolas regulares das pessoas com TEA, podendo haver, em concomitância com a escola, o ensino especial.

## 2.4. JURISPRUDÊNCIA

Mesmo com o arcabouço jurídico apresentado, amparado amplamente pela doutrina, garantindo direito à matrícula escolar, adaptações do material de ensino, e direito a acompanhante, as escolas ainda negam a matrícula de pessoas com autismo, perpetuando a exclusão social e dificultando sua inserção na sociedade.

Tal situação está evidenciada nos julgamentos dos Tribunais de Justiça de todo o país. Pode-se perceber, através dos julgados trazidos a seguir, que as escolas ainda se negam a permitir a matrícula, desmotivadamente, como no julgamento do agravo de instrumento abaixo, que garantiu a tutela de urgência para inserção do aluno com autismo na escola:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. TUTELA RECURSAL DE URGÊNCIA. CONCEDIDA. DIREITO À EDUCAÇÃO. MENORES PORTADORES DE TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA). REMATRÍCULA COMPULSÓRIA. POSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 2º DA LEI Nº 7.853/89. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Para o deferimento da tutela recursal de urgência exige-se a presença, concomitante, da probabilidade do direito e do perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, nos termos do artigo 300 do Código de Processo Civil, bem assim da possibilidade de reversibilidade da medida. 2. Cuida-se de Agravo Interno, contra decisão interlocutória que deferiu tutela recursal de urgência, requerida pelos agravados, para determinar que o colégio agravante promova a matrícula dos recorridos nas respectivas séries, em continuação ao andamento escolar concluído no ano de 2019, com o pagamento dos valores relativos às prestações mensais vencidas até a data da concessão da medida liminar. 3. A peculiaridade da situação dos autores, portadores de Transtorno do Espectro Autista – TEA, impõe a adoção de providências que garantam uma situação de estabilidade emocional, dispondo a Lei nº 7.853/89, que trata do apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social, que a matrícula de pessoas com deficiência em estabelecimentos de ensino é compulsória. 4. Preenchidos os requisitos exigidos em lei, a justificar a concessão da medida liminar requestada, a manutenção da decisão agravada é medida que se impõe. 5. Agravo Interno conhecido e improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 3ª Câmara Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, , por unanimidade, em conhecer do recurso PARA NEGAR-LHE PROVIMENTO e manter a decisão agravada, nos termos do voto do Relator. Fortaleza, data e hora informadas pelo sistema.

MARIA VILAUBA FAUSTO LOPES Presidente do Órgão Julgador  
DESEMBARGADOR FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES Relator  
(TJ-CE - AGT: 06210318720208060000 CE 0621031-87.2020.8.06.0000,  
Relator: FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES, Data de Julgamento:  
26/08/2020, 3ª Câmara Direito Privado, Data de Publicação: 28/08/2020)

Temos também o acórdão cuja ementa abaixo reproduzida, onde a decisão do TJ-SC pontua que o direito à educação é um direito fundamental previsto na constituição, bem como que a violação do direito à matrícula de criança com transtorno do espectro autista viola o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência.

Recorrente: COLÉGIO SANTA TEREZINHA Recorrida: EDINEA APARECIDA DE LIMA ALBINI RECURSO INOMINADO - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - INSTITUIÇÃO PRIVADA DE ENSINO - CRIANÇA PORTADORA DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA - MATRÍCULA NEGADA - AFRONTA À LEI 13.146/15 (ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA) - DEVER DE INCLUSÃO - ATO ILÍCITO - SITUAÇÃO QUE ULTRAPASSA O MERO DISSABOR - DANO MORAL CONFIGURADO - QUANTUM ADEQUADAMENTE FIXADO - SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. O direito à educação é norma fundamental estabelecida no texto constitucional, ao qual as instituições privadas de ensino devem observar. Além disso, a negativa de matrícula de criança portadora de transtorno do espectro autista fere o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, que possui status de Emenda Constitucional. Verificado durante o processo que a instituição de ensino deixou de promover e garantir a integração educacional da criança deficiente, falhando na sua prestação de serviços, configurado está o nexo causal entre o ato ilícito e o dano, o que justifica o dever de indenizar.  
(TJ-SC - RI: 03035493520148240090 Capital - Norte da Ilha 0303549-35.2014.8.24.0090, Relator: Adriana Mendes Bertoncini, Data de Julgamento: 09/05/2019, Primeira Turma de Recursos - Capital)

Em mesmo sentido, decidiu o TJ-SP que a matrícula de crianças com necessidades especiais é obrigatória, não podendo ser condicionada a número de vagas de inclusão.

Ação de Indenização por Danos Morais - Prestação de serviços educacionais - Recusa de matrícula de aluno portador de necessidades especiais - Discriminação - Ocorrência - O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/15) estabelece que a matrícula de pessoas com deficiência é obrigatória pelas escolas particulares e não limita o número de alunos nessas condições por sala de aula - Prova nos autos que demonstram a existência da vaga e a recusa da matrícula, sob a ilegal alegação de inexistência de vaga de inclusão - Sentença de procedência mantida - Recurso desprovido.  
(TJSP; Apelação Cível 1061366-90.2018.8.26.0002; Relator (a): Oscild de Lima Júnior; Órgão Julgador: 11ª Câmara de Direito Público; Foro Regional II - Santo Amaro - 11ª Vara Cível; Data do Julgamento: 26/04/2022; Data de Registro: 28/04/2022)

Quanto à obrigatoriedade da escola prover a adaptação do conteúdo e a presença de acompanhante especializado para a criança com transtorno do espectro autista, conforme decisão do TJ-GO, essa obrigatoriedade não estaria limitada apenas a rede pública de ensino, se estendendo também para o ensino privado. Ademais, é

dever da escola prover o acompanhante especializado, não devendo a família ser onerada com os custos para a adaptação escolar.

APELAÇÃO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EDUCAÇÃO. ALUNA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA. MATRÍCULA EM INSTITUIÇÃO PARTICULAR DE ENSINO. NECESSIDADE DE ACOMPANHAMENTO ESPECIAL. PREVISÃO LEGAL. CLÁUSULA CONTRATUAL COM O ACRÉSCIMO DE CUSTO DE CUIDADOS ESPECIAIS À MENSALIDADE. NULIDADE. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA. APELO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1 - Nos termos da Lei federal nº12.764/2012, em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, terá direito a acompanhante especializado. II - A garantia de educação não se restringe ao âmbito da rede pública. À luz da eficácia horizontal dos direitos fundamentais, aplica-se integralmente na seara da rede privada de ensino, mormente por estarem as escolas particulares sujeitas à autorização e fiscalização do Poder Público quanto ao cumprimento das normas gerais da educação nacional, art. 209, CF. III - Considerando que os gastos para garantia dos recursos materiais e humanos fazem parte da atividade educacional assumida, não podendo ser repassados à família do aluno com deficiência, a declaração de nulidade da cláusula 3ª, § 3º do contrato de prestação de serviços educacionais firmado entre a instituição de ensino e a mãe da aluna portadora de transtorno do espectro autista é medida impositiva. IV - O julgamento antecipado da lide (art. 330, I, CPC) permite ao magistrado conhecer diretamente do pedido, proferindo sentença quando a questão de mérito for unicamente de direito ou, sendo de direito e de fato, não houver necessidade de produzir prova em audiência. Cerceamento a direito de defesa não configurado. V - Apelo conhecido e improvido. Sentença mantida. (TJGO, APELACAO CIVEL 18386-14.2013.8.09.0029, Rel. DES. BEATRIZ FIGUEIREDO FRANCO, 3A CAMARA CIVEL, julgado em 21/01/2014, DJe 1482 de 10/02/2014)

Assim, com base na jurisprudência, constata-se que persistem os casos de negativa à vaga para as crianças com transtorno do espectro autista no ensino regular. As decisões judiciais vêm afirmando que nestes casos há violação às disposições constitucionais e infraconstitucionais que garantem o direito dessas crianças à vaga no ensino regular, bem como à sua inclusão, através de estrutura física e materiais adaptados, e do direito a acompanhante especializado, que deve ser provido pela escola, não podendo onerar a família, ainda que seja na rede privada de ensino.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pessoa com transtorno do espectro autista tem direito à educação na rede regular de ensino assegurada pela Constituição Federal, em seu art. 208, inciso III, que prevê o acesso da pessoa com deficiência, preferencialmente, na rede de ensino regular. Essa garantia está pautada no direito fundamental à educação, que deve ser inclusiva, sem discriminação devido a diferenças físicas ou cognitivas, com base nos princípios constitucionais da igualdade e da dignidade da pessoa humana.

Os tratados internacionais e a legislação infraconstitucional estão em consonância com a Constituição Federal, prevendo uma educação inclusiva, que deve ser integrada à proposta pedagógica da escola, de modo a garantir o acesso e integração dos estudantes com deficiência, devendo atender as necessidades especiais de cada um deles.

As escolas regulares devem estar adaptadas para a inclusão escolar do autista, considerando o atendimento educacional especializado e o atendimento pedagógico multidisciplinar, sendo essa uma obrigação tanto das escolas públicas quanto das escolas privadas, sem a exigência de custo adicional para o aluno.

Conforme o entendimento doutrinário, o sentido da palavra “preferencialmente” constante no art. 208, inciso III, da Constituição, não enseja a ideia de segregação entre o ensino regular e especial, mas sim a noção de inclusão, devendo o aluno ser matriculado obrigatoriamente na escola regular, sendo possível, contudo, o complemento do aprendizado através da escola especializada.

Mesmo nesse contexto, as escolas regulares ainda demonstram resistência, sendo recorrente a negativa de vagas aos alunos autistas, bem como a falta de adaptação às necessidades destes, seja relativo às instalações adequadas, adaptação de material escolar, ou acompanhante pedagógico.

Os casos retratados na jurisprudência demonstram a perpetuação dessa violação ao direito fundamental à educação. Os Tribunais de Justiça vem reiterando o fato que a negativa de vaga no ensino regular ao aluno portador do transtorno do espectro autista, bem como a falta de adaptação às suas necessidades especiais, são violações ao direito assegurado constitucionalmente, bem como ao arcabouço protetivo previsto nos tratados internacionais e normas infraconstitucionais.

Conclui-se, portanto, que o ordenamento jurídico brasileiro não é eficaz na inclusão escolar das pessoas com autismo, posto que os casos de negativa de matrícula e falta de adaptação são recorrentes nas escolas do ensino regular de ensino. A alteração do termo “preferencialmente” constante no texto constitucional, em conjunto com a implementação de políticas públicas voltadas à inclusão escolar, seriam medidas que poderiam dar efetividade ao entendimento já firmado e consolidado na doutrina e jurisprudência, de que a matrícula do autista em ensino regular é obrigatória, afastando interpretações dúbias e dando suporte às escolas efetivarem uma verdadeira inclusão.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, Luiz Alberto David, **A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**, 4ª edição revista, ampliada e atualizada, Brasília, 2011.

BRAGA, Mariana Moron Saes; SCHUMACHER, Aluisio Almeida. **Direito e inclusão da pessoa com deficiência: uma análise orientada pela Teoria do Reconhecimento Social de Axel Honneth**, Revista Sociedade e Estado – Volume 28, nº 2, Maio/Agosto de 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 22/02/2021

**DECLARAÇÃO DE SALAMANCA**. Princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Conferência de 10 de junho de 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 03/08/2021.

DINIZ, Fernanda Paula; SOUZA, Raquel Menezes de Souza. **A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO REGULAR NO BRASIL: aspectos legais e desafios a serem enfrentados pela pessoa com deficiência para o efetivo exercício de um direito fundamental**, In: COLETANIA, FREITAS, André Vincente Leite de, DINIZ, Fernanda Paula, et al, Direitos das Pessoas com Deficiência, Editora VirtualBooks Editora e Livraria LTDA, 1ª edição, 2018

LEITE, George Salomão. Proteção constitucional, A Dignidade Humana e os Direitos Fundamentais da Pessoa com Deficiência. In: FERRAZ, Carolina Valença et al, (coord.). **MANUAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**. São Paulo: Saraiva, 2012. Parte II, Capítulo 1, ISBN 978-85-02-17031-5. E-book.

LOPES, Gonzalo, **Direitos da Pessoa com Deficiência**, Editora Juspodivm, Salvador, 2020

MANTOAN, Maria Teresa Eglér, **Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como Fazer?**, São Paulo: Summus, 2015.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Transtorno do Espectro Autista (TEA) na criança**. [S. l.], 14 jun. 2021. Disponível em: <https://linhasdecuidado.saude.gov.br/portal/transtorno-do-espectro-autista/definicao-tea/>. Acesso em: 9 out. 2021.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 14. ed. rev. e atual. São Paulo. Saraiva. 2013. Revista Thesis Juris – RTJ, eISSN 2317-3580, São Paulo, V. 5, N.2, p. 263-288, Mai.-Ago. 2016.

SEGALLA, Juliana Izar Soares da Fonseca, **Direito à Educação**. In: FERRAZ, Carolina Valença et al, (coord.). **MANUAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**. São Paulo: Saraiva, 2012. cap. 1.4, ISBN 978-85-02-17031-5. E-book.

## ESPAÇO CULTURAL E EDUCATIVO ACERVO DA LAJE

Maria Luiza de F. R. Altmicks<sup>1</sup>

Alfons Heinrich Altmicks<sup>2</sup>

### RESUMO

Idealizado pelo professor José Eduardo Ferreira Santos, o Acervo da Laje desempenha um importante papel educativo e cultural na cidade de Salvador. Único espaço de exposição artística do Subúrbio Ferroviário de Salvador, o Acervo da Laje se propõe a manter vivas a História e a memória dos bairros dessa região da cidade. O objetivo deste artigo é o de apresentar o acervo da Laje, contribuindo com a sua divulgação. A sua metodologia foi baseada em consulta teórica, de naturezas bibliográfica e documental. Ao final, ficou evidente a importância do Acervo da Laje para a manutenção da identidade de quem vive no Subúrbio Ferroviário de Salvador, porquanto o Acervo da Laje reúne a subjetividade produzida nos bairros, constituindo um núcleo de resistência contra o apagamento da memória e da História dos moradores da periferia da Capital Baiana.

**Palavras-chave:** Arte. Educação. Subúrbio Ferroviário de Salvador. Acervo da Laje.

### 1. INTRODUÇÃO

A Associação Cultural Acervo da Laje (ACAL) constitui uma trincheira de resistência cultural, artística e educativa, incrustada no Subúrbio Ferroviário de Salvador. Fundado pelo professor José Eduardo Ferreira Santos e pelo fotógrafo Marco Illuminati, em 2011, o Acervo da Laje reúne um magnífico acervo de artistas populares e eruditos, anônimos e famosos, que, além de contar parte da História dos bairros que compõem o Subúrbio, mantém viva a sua memória e a sua identidade.

Este pequeno artigo tem, como escopo, divulgar o trabalho de curadoria, realizado pelo professor José Eduardo Ferreira Santos e por sua esposa, Dona Vilma Soares Santos, no museu popular do Subúrbio Ferroviário, o Acervo da Laje. Trata-se de um estudo de prospecção, que deverá subsidiar futura investigação, mais robusta e sistemática. A metodologia utilizada foi a consulta teórica, de naturezas bibliográfica e documental.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Comunicação Social, com habilitação em Relações Públicas (UCSAL), e-mail: maria.altmicks@ucsal.edu.br.

<sup>2</sup> Graduado em Comunicação Social (UCSAL) e em Pedagogia (FAZAG). Mestre em Educação (USCar), mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (UCSAL), e-mail: alfons.altmicks@pro.ucsal.br.

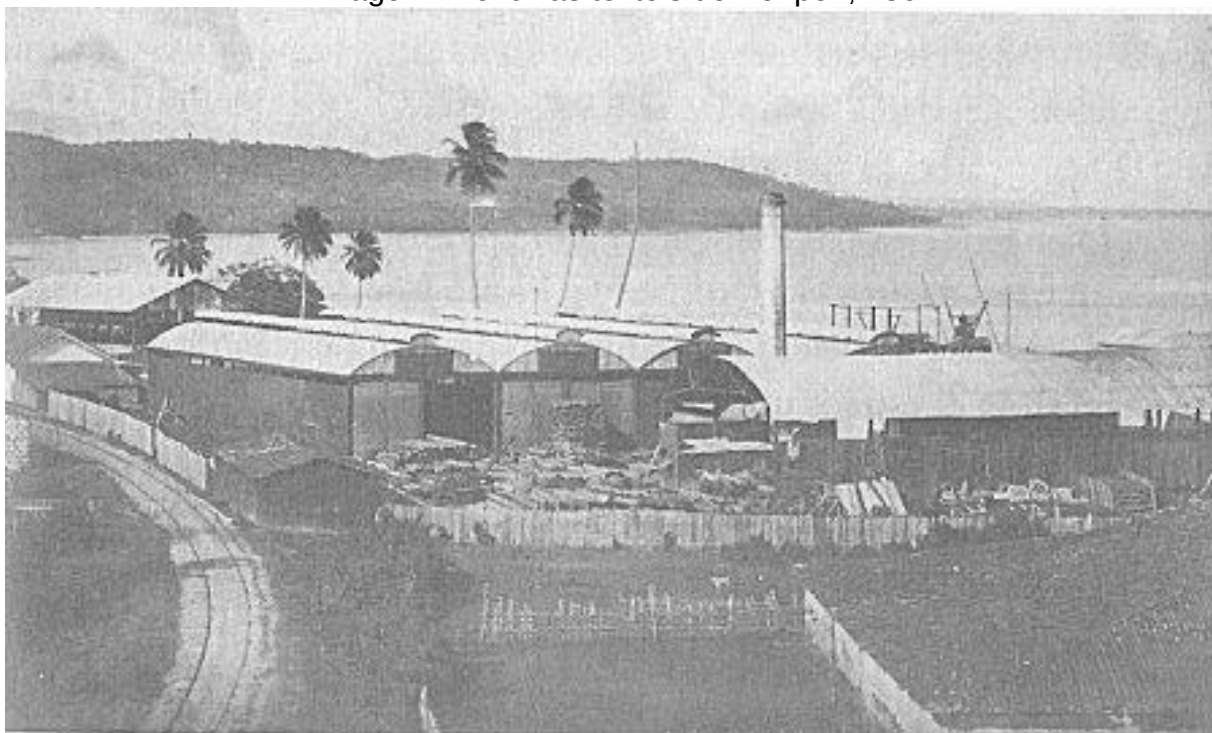


Ao findar a construção do artigo, ficou patente a importância do Acervo da Laje para a manutenção da identidade das pessoas que vivem no Subúrbio Ferroviário de Salvador, uma vez que o Acervo da Laje registra toda a subjetividade produzida nos bairros, constituindo um núcleo de resistência contra o apagamento – cultural, étnico, social – dos moradores da periferia da Capital Baiana.

## 2. O SUBÚRBIO FERROVIÁRIO DE SALVADOR

O Subúrbio Ferroviário é uma região periférica da cidade de Salvador, que abrange 22 bairros – Quais sejam, Alto da Terezinha, Alto do Cabrito, Campinas de Pirajá, Coutos, Fazenda Coutos, Itacaranha, Lobato, Marechal Rondon, Moradas da Lagoa, Nova Constituinte, Palestina, Paripe, Periperi, Pirajá, Plataforma, Praia Grande, Rio Sena, São Tomé, São João do Cabrito e Valéria. –, compondo um total de 4.145 hectares da área do Município, nos quais vivem, aproximadamente, 500 mil pessoas, notadamente de baixa renda (SOARES, 2006).

Imagem 1: oficinas têxteis de Periperi, 1861



Fonte: fotografia de Camilo Vedani (*public domain*).

De acordo com Pinto e Souza (2018), originalmente, a ocupação do Subúrbio Ferroviário perpassou quatro fases. Entre 1850 e 1900, no rastro de tardios efeitos da Revolução Industrial, a cidade de Salvador recebeu um aporte tecnológico, que aqueceu

a produção do açúcar, facilitando o seu escoamento, via reforma do Porto da cidade e da construção da ferrovia Calçada-Paripe. Esse período foi de grande desenvolvimento, para o Subúrbio Ferroviário, que passou a receber famílias com alto poder aquisitivo. Como consequência, houve ampliação da infraestrutura da região (SOARES, 2006).

A segunda fase ocorreu entre 1900 e 1940, caracterizando-se pela desaceleração econômica e demográfica, motivada pela crise no setor agrícola. Nesse momento, o Subúrbio passou a contar com as primeiras áreas residenciais organizadas, caracterizando-se como área de classe média e classe média-baixa, por excelência (SOARES, 2006).

Imagem 2: estação ferroviária da Calçada, 1868



Fonte: fotografia de Camilo Vedani (public domain).

A terceira fase compreendeu o período entre os anos de 1940 e 1970, décadas de expansão industrial na Bahia. A instalação de indústrias no entorno da Capital causou uma explosão populacional no Subúrbio Ferroviário. Nesse período, os bairros do Subúrbio começaram a dar mostras de que não suportavam o agressivo processo de urbanização e o volume demográfico, provocado pela presença dos trabalhadores do Setor Industrial. A maior parte dos problemas estruturais dos bairros surgiu nesse momento (SOARES, 2006).

A quarta e última fase, entre 1970 e 2020, foi marcada pela conformação do processo industrial e pela expansão dos bairros de Paripe e Periperi. Nesse derradeiro momento, impôs-se um vertiginoso processo de degradação social, a partir da afluência das classes sociais menos privilegiadas - do chamado “miolo” de Salvador para a Suburbana –, matizando-a com marcadores estigmatizantes, pelos quais passou a ser reconhecida a região, quais sejam, pobreza, violência, ausência institucional do Governo Municipal, falta de recursos e de infraestrutura, parco saneamento básico, ausência de calçamento nas ruas, falta de planejamento nas construções etc. (SOARES, 2006).

A partir do último período, o Subúrbio Ferroviário foi relegado à desimportância administrativa e ao descaso estrutural, por parte do Poder Público, numa franca estratégia de apagamento social, étnico e cultural. Com efeito, a região ficou marginalizada e, na medida do possível, isolada do Centro da cidade e dos bairros comerciais e financeiros (dínamos econômicos da Capital) (SANTOS, 2014). Nas palavras do professor José Eduardo Ferreira Santos:

Chego a desconfiar que a invisibilidade seja uma forma de opressão e ao mesmo tempo uma negação da existência do lugar e das pessoas que nele habitam [...] Criou-se em torno da periferia um cinturão que a separa da “cidade” dita formal (SANTOS, 2014, p.170).

Essa invisibilidade social, a que o Subúrbio Ferroviário foi submetido, provoca a sensação de que toda a região que o compõe não é capaz de produzir cultura ou de tecer a sua própria memória. Pelo contrário, a importância cultural do Subúrbio remonta aos primeiros séculos de colonização europeia, notadamente, marcada por atos de resistência, pois, do Subúrbio, uma miríade de quilombos e terreiros se insurgiram contra os regimes opressões (VASCONCELOS, 2016).

### **3. ACERVO DA LAJE: ESPAÇO E IDENTIDADE**

A história do Acervo da Laje remonta ao ano de 2011, quando o professor José Eduardo Ferreira Santos decidiu pesquisar os artistas do Subúrbio Ferroviário, para a sua tese de pós-doutorado, na UFRJ. Encantado com a riqueza artística e cultural da região, o professor José Eduardo decidiu, junto com o fotógrafo italiano, Marco Illuminati, reunir as obras angariadas no espaço da sua própria casa (DIAS, 2018).

De acordo com Dias (2018), a ideia do Acervo na Laje surgiu, mais precisamente, de uma provocação, feita pelo professor Gey Espinheira, formulada na banca de defesa da tese de doutorado do professor José Eduardo, defendida em 2008, na UFBA. Na

ocasião, logo após a arguição da banca, o catedrático instou o professor José Eduardo a pesquisar as belezas do Subúrbio Ferroviário, uma vez que já havia percorrido, minuciosamente, sobre os inúmeros problemas da região.

Imagem 3: professor José Eduardo Ferreira Santos e sua esposa, Vilma Soares Santos, curadores do Acervo da Laje



Fonte: <https://revistatrip.uol.com.br/trip/acervo-da-laje-residencia-escola-e-museu>

Uma vez aceita a provocação, o professor José Eduardo Ferreira Santos passou a amearhar os itens que, comporiam a coleção inicial do Acervo da Laje. Nessa empreitada, contou com a ajuda do fotógrafo Marco Illuminati. Em 2011, ano em que o Acervo da Laje foi lançado, o seu acervo já contava com obras de uma infinidade de artistas populares, além de peças de alguns artistas renomados, como o próprio Marco Illuminati, Nelson Maca, Itamar Espinheira e Reinaldo Eckenberger.

Foram tantas as obras catalogadas, que a própria casa do professor José Eduardo Ferreira Santos terminou sendo tomada como espaço de exposição. O volume de obras e itens fez com que o Acervo da Laje tivesse que ocupar uma segunda casa. Assim, na Casa Um, estão localizadas a biblioteca e de duas salas de exposição de obras; a Casa Dois comporta três pavimentos repletos de obras de arte, biblioteca, hemeroteca e discoteca, além de um espaço destinado às atividades letivas do museu popular.

Apesar da sua aparência simples, o equipamento arquitetônico do Acervo da Laje surgiu de um projeto dos arquitetos Federico Calabrese e Ana Carolina Bierrenbach, trazendo como inspiração a obra da arquiteta italiana Lina Bo Bardi. Essa inspiração faz

todo o sentido, pois Bo Bardi, cujas obras são internacionalmente admiradas, partia de um conceito de inclusão popular, para realizar os seus projetos. Ao trazê-la como inspiração, o Acervo da Laje deixa clara a sua proposta de inserir o público leigo do Subúrbio Ferroviário na fruição da Arte (SANTOS, 2021).

Imagem 4: Casa Dois do Acervo na Laje



Fonte: [https://www.top-rated.online/cities/Salvador/place/p/7269\\_614/Acervo+da+Laje](https://www.top-rated.online/cities/Salvador/place/p/7269_614/Acervo+da+Laje)

O Acervo da Laje está localizado na Enseada do Cabrito, no bairro da Plataforma, trata-se de um sobrado rústico, sem pintura, com área externa repleta de plantas e arbustos. O seu charme é incontestável, sobretudo, porque abriga o único museu gratuito do Subúrbio Ferroviário. Ao contrário dos museus convencionais, no Acervo da laje não existe impessoalidade. Absolutamente tudo tem o toque dos donos da casa, José Eduardo Ferreira Santos e Vilma Soares Santos. Eles mesmos recebem os visitantes, com o calor humano típico de quem acredita no projeto de vida que realiza (DIAS, 2018).

Imagem 5: exposição permanente do Acervo na Laje



Fonte: <https://amlatina.contemporaryand.com/pt/places/acervo-da-laje/>

É impressionante como as obras do Acervo da Laje dialogam com o espaço do casarão. O que poderia ser um amontoado de quadros, fotografias, esculturas e uma infinidade de objetos torna-se um verdadeiro acervo artístico, distribuído em coleções separadas por temas, datas e artistas. Outrossim, o Acervo da Laje abriga também uma miríade de objetos históricos, que contam o Subúrbio Ferroviário: placas de rua, conchas, vidros, azulejos, cerâmicas dos séculos XVII, XVIII e XIX, nacos de prédios que já não mais existem, até mesmo objetos encontrados no lixo. Tudo se transforma em História, tudo é Arte (DIAS, 2018; LEITE; MAHFOUD, 2018).

Dentre os artistas expostos, encontram-se trabalhos de César Lima, Raimundo Lembrança, Itamar Espinheira, Cláudio Pastro, Valéria Simões, Otávio Bahia, Zilda Paim, Renato da Silveira, Deraldo Lima, Zaca Oliveira, Maurino Araújo, Nelson Maca, Dona Coleta de Omolú, Ray Bahia, Almiro Borges, Prentice Carvalho, Isa Amaral, Simone Santos, Mario Bestetti, César, Mila Souza, Reinaldo Eckenberger, Perinho Santana, Otávio Filho, Nalva Conceição, Ana Cris, Esdras, Adriana Accioly, Solon Barreto, Indiano Carioca, Marlúcia, Jorge de Jesus, Carlos Coelho, Ivana Magalhães,

Índio, José Leôncio, Chico Flores, Luiz Pablo Moura, além de muitas obras não assinadas, confeccionadas por artistas anônimos (DIAS, 2018; SANTANA; MISI, 2019).

A maior parte das peças da coleção do Acervo da Laje foi doada pelos próprios artistas ou por terceiros. Há também itens adquiridos através de compras e mesmo itens encontrados nas ruas.

Em 2014, o Acervo da Laje foi selecionado como espaço de exposição, pelo Simpósio Usos da Arte, para sediar parte da 3ª Bienal da Bahia e da 31ª Bienal de São Paulo. Essa iniciativa deu visibilidade ao projeto do Professor José Eduardo Ferreira Santos, que tem como objetivo maior preservar a memória e a cultura do Subúrbio Ferroviário, a partir do contato das pessoas com as obras de arte (SANTANA; MISI, 2019).

#### 4. CURADORIA DE RESISTÊNCIA

O professor José Eduardo Ferreira Santos pensa a Arte como instrumento de empoderamento para as pessoas que vivem no Subúrbio Ferroviário de Salvador. O cotidiano da maior parte dessas pessoas não é fácil, pois habitam a periferia da cidade e dos processos sociais. Os moradores do Subúrbio são discriminados, estigmatizados, invisibilizados, inviabilizados, padecem de toda a sorte de carências. Ao trazer luz à Arte do Subúrbio, o professor José Eduardo procura ressaltar o respeito devido a essas pessoas, por parte de uma sociedade classista, racista e profundamente sectária. Nas suas palavras:

É como se na periferia e nas favelas o belo não pudesse existir. Diante dessa constatação fomos em busca dessa beleza que permanece invisível aos nossos olhos e que assim se encontra por que está disseminada e ao mesmo tempo escondida; não está na mídia nem nas galerias de arte, nas rádios ou nos teatros de Salvador (SANTOS, 2014, p. 71).

Em outro momento, afirma:

É necessária e pertinente a divulgação de iniciativas culturais e artísticas existentes nas periferias como forma de favorecer o empoderamento dessas comunidades e, além disso, permitir a fruição estética e histórica em espaços que possam apresentar, difundir e propor a difusão dessa produção, não somente como uma ação paliativa, mas persistente e sistemática, pois a produção de significados e de cultura pode trazer novas orientações para as vidas dessas populações, em especial das crianças e jovens que muitas vezes só podem viver 'um lado' da história nas periferias e não a complexidade de sua produção (SANTOS, 2014, p. 317).

Com efeito, é salutar que os moradores do Subúrbio Ferroviário possam expor as suas criações artísticas e, sobretudo, consigam fruí-la, num franco exercício de cidadania. Historicamente, essas pessoas tiveram negados os seus conhecimentos e as suas sensibilidades, como estratégia de supressão da sua existência sociocultural. Ao ocupar um espaço artístico, assumindo a sua identidade, conseguem afirmar o seu pertencimento, a sua cultura, ao passo em que promovem a ação transformadora, em relação a como são percebidos por quem de fora do Subúrbio Ferroviário (SANTANA; MISI, 2019).

Imagem 6: exposição permanente do Acervo na Laje



Fonte: <https://transnationaldialogues.eu/acervo-da-laje/>

Ao criar Arte, os moradores do Subúrbio Ferroviário transportam muito do seu equipamento cultural, da etnicidade, da sua territorialidade para o universo institucional, legitimando práticas culturais e saberes antropológicos que, tradicionalmente, não encontravam espaço, nos espaços nobres da Arte. Dessa maneira, O professor José Eduardo Ferreira Santos transforma a Arte em existência, para as pessoas que vivem na região.



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nascido no Subúrbio Ferroviário de Salvador, professor José Eduardo Ferreira Santos reuniu um impressionante número de obras de arte, de artistas famosos e anônimos da região. A sua intenção foi a de proporcionar o contato dos moradores dos bairros suburbanos com a sua própria produção e com o trabalho artístico em geral, integrando-os ao restante da cidade. Assim, surgiu o Acervo da Laje, belíssimo espaço de cidadania.

O resgate e a manutenção da memória do Subúrbio Ferroviário merecem destaque, no trabalho do professor José Eduardo Ferreira Santos e da sua esposa, Vilma Soares Santos. Diante da invisibilização social, a que boa parte dos moradores do Subúrbio está submetida, restaurar a História dos bairros e as reminiscências de quem ali passou a vida inteira é uma maneira de dignificar trajetórias, reparando as distorções e os preconceitos impostos por quem não conhece a riqueza cultural da região.

## REFERÊNCIAS

DIAS, Guilherme Soares. **Acervo da Laje é casa, escola e museu**: Espaço no Subúrbio Ferroviário, em Salvador, reúne obras de artistas locais, que ganham importância e relevância no cenário artístico baiano. Revista Trip, UOL, 2018. Disponível em <https://revistatrip.uol.com.br/trip/acervo-da-laje-residencia-escola-e-museu> Acesso em 12 maio 2022.

LEITE, Roberta Vasconcelos; MAHFOUD, Miguel. Da arte invisível ao enraizamento: uma experiência de educação não formal no subúrbio ferroviário de Salvador. **Rev. Bras. Educ.** Rio de Janeiro, vol, pp. 1-25. Dez, 2018. Disponível em <file:///C:/Users/alfon/Downloads/LeiteeMahfoud2018-Daarteinvisvelaoenraizamento.pdf> Acesso em 12 maio 2022.

MOREIRA, Andreane Pereira; SANTOS, Luciano. **Educação popular e cultura**: um estudo sobre o Acervo da Laje. Anais do V CONEDU, Congresso Nacional de Educação. Recife, 2018. Disponível em [https://editora.realize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO\\_EV117\\_MD1\\_SA5\\_ID9196\\_10092018115421.pdf](https://editora.realize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD1_SA5_ID9196_10092018115421.pdf) Acesso em 12 maio 2022.

PINTO, Jeremias Pereira; SOUZA, Tatiana Araújo de. **Transformações socioespaciais de Salvador e a formação do Subúrbio Ferroviário**. ANAIS – 21ª SEMOC, Salvador, 22 a 26 de outubro de 2018 | ISSN 2448-1858 |, pp. 2179-2187. Disponível em <http://ri.ucs.br:8080/jspui/bitstream/prefix/1238/1/Transforma%C3%A7%C3%B5es%20socioespaciais%20de%20Salvador%20e%20a%20forma%C3%A7%C3%A3o%20do%20sub%C3%BArbio%20ferrovi%C3%A1rio.pdf> Acesso em 15 maio 2020.

SANTANA, Adenilma; MISI, Márcia Costa. O Acervo da Laje: uma possibilidade multicultural de educação em direitos humanos. **Opará: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação**, Paulo Afonso, v. 7, n.11, p. 59-74, jul-dez. 2019. ISSN 2317-9457/2317-9465. Disponível em

file:///C:/Users/alfon/Downloads/10358-Texto%20do%20artigo-28862-1-10-20201220.pdf  
Acesso em 12 maio 2022.

SANTOS, José Eduardo Ferreira. **Acervo da Laje**: memória estética e artística do Subúrbio Ferroviário de Salvador, Bahia. São Paulo: Scortecci, 2014.

SANTOS, José Eduardo Ferreira. O Acervo da Laje e as periferias insurgentes. **Arcos Design**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, pp. 20-36, fev 2021. Disponível em <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/arcosdesign/article/viewFile/66281/42283> Acesso em 12 maio 2022.

SOARES, Antonio Mateus de C. “Territorialização” e pobreza em Salvador-BA. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 4, n. 2, pp. 17-30, dez 2006 (ISSN 1678—698X). Disponível em [www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm](http://www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm) Acesso em 15 maio 2020.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Salvador**: transformações e permanências (1549-1999). Salvador: Edufba, 2016.

## **FLORIM: visibilidade e inclusão na cena literária**

Isabele Brotas do Rosário Macedo<sup>1</sup>

Liliane Vasconcelos de Jesus<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Este artigo objetiva discutir a contra hegemonia da literatura contemporânea brasileira ao possibilitar a inclusão de vozes, que outrora não ocupavam esse espaço. Portanto, perceber que o racismo, o capitalismo e o patriarcado são formas de opressões que atuam juntas, é compreender que existe uma dicotomia dominadores *versus* dominados existente em todos os âmbitos da sociedade, seja nas formas de trabalho ou na literatura, e perceber e combater esses fatores é um passo para uma sociedade mais inclusiva e diversa. Para ampliar essa discussão, a obra literária *Florim* (2020) da baiana Luciany Aparecida será aporte para chegar ao objetivo que é observar de que forma as mulheres negras estão se inserindo na escrita literária. Para tanto, o trabalho será embasado nos estudos de Dalcastagné (2012), Santos (1996) e Akotirene (2020).

**Palavras-chave:** Literatura. Mulher Negra. Florim.

### **1. INTRODUÇÃO**

O presente artigo busca discutir e ampliar o olhar para as questões sociais e raciais a partir do texto literário, com foco na escrita das mulheres negras, que antes, não tinham lugar e nem vez na literatura tão marcadamente branca e masculina. Esta mesma literatura que sempre foi centralizada e não inclusiva, hoje em dia, amplia-se para outros horizontes que ocasiona a disseminação da diversidade, a promoção da inclusão e a promulgação da Lei 10.639/2003.

Pelo viés da representação literária, escritoras e escritores da literatura contemporânea apontam saídas e desconstroem essa hegemonia da literatura. Por esta razão, o presente artigo busca ampliar o olhar para as questões de gênero, mais especificamente as representações das mulheres negras na literatura, seus

---

<sup>1</sup> Mestranda no PPGTAS, UCSal, isabele.macedo@ucsal.edu.br

<sup>2</sup> Doutora em Letras, UFBa, liliane.vasconcelos@pro.ucsal.br

desafios e lutas diárias para sobreviver e incluir-se nos espaços hegemônicos. Para isso, a obra literária “Florim”, da escritora baiana Luciany Aparecida, que assina a obra por Ruth Ducaso será o aporte para as discussões.

Numa perspectiva multidisciplinar, o trabalho busca expandir o olhar para as questões de gênero e raça na modalidade bibliográfica, de forma explicativa a partir de uma pesquisa metodológica qualitativa de diferentes autoras e autores.

A pesquisa científica iniciada através da pesquisa bibliográfica, é aquela em que o pesquisador busca obras já publicadas relevantes para conhecer e analisar o tema problema da pesquisa a ser realizada. Na conceitualização de pesquisa bibliográfica, para Macedo (1994), ela é a primeira coisa a se fazer quando o pesquisador/investigador/científico se propõe a iniciar qualquer uma produção científica, pois é a partir dela que o investigador vai buscar para fazer um levantamento crítico.

A pesquisa bibliográfica é uma importante metodologia, pois a partir de conhecimentos já estudados, o pesquisador busca analisá-los de maneira teórica para responder seu problema do objeto de estudar ou comprovar suas hipóteses, adquirindo novos conhecimentos sobre o assunto pesquisado. Para realizar uma pesquisa bibliográfica o pesquisador precisará de tempo e cuidado para analisar os levantamentos das obras publicadas.

No romance/novela *Florim* (2020), as diversas problemáticas da mulher negra na sociedade brasileira são evidenciadas claramente pela sua cor e classe social. Estes corpos, dentro da sociedade, já nascem predispostos à exclusão em qualquer espaço de poder, portanto, é necessário interrogar de que forma essas mulheres negras estão se inserindo nos espaços literários? Frente a esta questão, é indissociável pontuar que fatores como invisibilidade e exclusão estão concentrados nessas mulheres na tentativa de adentrar os espaços hegemônicos e escolares na sociedade.

O ponto de partida será a própria personagem protagonista do romance, nome Maldita ou Dita que demonstra visivelmente as lutas e reivindicações que as mulheres passam na esfera literária para quebrar o silenciamento imposto pelo cânone literário patriarcal, a mulher negra, nesse panorama, lutou duplamente

devido a opressão racial e de gênero. E apesar dessa invisibilidade, elas tencionam suas escritas e publicações a fim de desnudar discursos discriminatórios e hegemônicos construindo uma criticidade racial para quem as leem. Nesse sentido, é perceptível o impacto que transmitem a partir de suas escritas.

## 2. ESCRIVIVÊNCIAS DE UM CORPO NEGRO

O termo “Escrivivências” provém do livro *Escrivivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*, este termo foi construído pela autora em 1995, em sua dissertação de mestrado e se encontra como objeto de estudo de profissionais de diversas áreas, sendo discutido tanto nacional como internacionalmente (NUNES, 2020). Este livro abarca pesquisas no âmbito da comunicação, literatura, educação etc.

Este mesmo termo está relacionado à escrita das mulheres negras na cena literária, ao mesmo tempo, ao processo de reconhecimento da mulher negra enquanto mulher negra. É isso lhe confere expor suas vivências a partir de uma sociedade que lhe obriga a resistir para existir.

Muitas mulheres negras que estão na cena literária escrevem a partir de suas *escrivivências*. A própria literatura contemporânea evidencia em suas personagens essas mulheres. A personagem de nome Dita, além de ser um corpo que ocupa mais um espaço num transporte público superlotado, atuar no tráfico de drogas, vender dendê na feira e não fazer parte da hegemonia literária, sonha em ser nomeada poeta com as poesias que escreve a partir de suas experiências no espaço urbano. Este espaço, nos romances contemporâneos, apresenta-se não só como cenário, mas como elemento problematizador das subjetividades femininas. Na passagem da trama, a personagem afirma:

Como não posso ser poeta? Sou poeta. Escrevo no tempo do querer. Recebi um diário do Mudo aos 10. Catei palavras guardadas no mundo e escondi no diário. As palavras guardadas do mundo dançavam quadrilha no diário. Vários diários contam de mim. Ignoram minha letras. Sou poeta, queria arrumar meus poemas num papel só. (DUCASO, 2020, p. 40)

O interesse de Dita pela escrita literária faz lembrar as novas vozes que aparecem na cena da literatura, como Maria Carolina de Jesus e Conceição Evaristo, ambas mulheres negras e periféricas, que lutaram e lutam não só por espaço urbano, mas também por outros tipos de espaços dentro da sociedade que tanto as invisibiliza. A participação dessas mulheres na literatura é um dos fatores que possibilitam que suas histórias sejam contadas por elas mesmas, de maneira que apareça uma construção diferente sobre a experiência urbana.

A literatura é vista como um elemento de construção do pensamento social, e o poder de escrever essas experiências sempre esteve nas mãos de uma hegemonia formada por homens, brancos e héteros, mas a literatura brasileira contemporânea surge com um fator positivo diante das forças homogeneizadoras que excluem a multiplicidade de temas e vozes, portanto, a narrativa *Florim*, assim como outras, aparecem como veículo fundamental para ampliar as representações das mulheres negras na cidade de Salvador, pois possibilita refletir e revelar de que forma elas estão descritas no espaço urbano e o quanto a invisibilidade, exploração e exclusão são as únicas condições dadas a elas. Pensar nesta literatura como um território contestado, é entender que a presença dessas novas vozes causa desconforto e incômodo para a crítica ao tratar de outras temáticas.

A literatura pode dar a ver situações que são tomadas “invisíveis” e, assim, contribuir minimamente para a sua discussão, é importante que sejam inseridas novas vozes, provenientes de outros espaços sociais, em nosso campo literário. Afinal, são essas vozes autorais que podem, efetivamente, acrescentar substância e originalidade à literatura brasileira. (DALCASTAGNÉ, 2012, p. 53)

É possível afirmar que hoje em dia há um número crescente de “novas vozes” na literatura brasileira, que se incluem: mulheres negras, homens negros, gays, lésbicas, sujeitos periféricos, travestis, transexuais, porém, como afirma Dalcastagné (2012, p.7) “Para isso, é preciso dizer, em primeiro lugar, que o campo literário brasileiro ainda é extremamente homogêneo.” Além dessas novas vozes, a literatura contemporânea do Brasil também se revela interessada por diversas temáticas que surgem dos espaços urbanos brasileiro: violência, miserabilidade, exclusão e crime.

Isso confirma o que fora dito antes sobre a missão da literatura brasileira em relacionar-se com a realidade do país.

As questões na obra de Ruth Ducaso parece, ao longo de toda a sua trajetória, desenvolver um projeto literário que procura representar a experiência urbana da mulher negra socialmente marginalizada, que não possui direito à cidade, que desenvolve trabalhos informais e que para isso, é necessário enfrentar transportes públicos precários, como se vê nas idas da personagem à feira, local onde tira o sustento também.

Portanto, levantar essas questões, é também informar que o local de interseccionalidade marca os corpos dessas mulheres negras, pois a tríade opressora: racismo, capitalismo e patriarcado atuam juntos como formas de opressões a essas pessoas. Para Akotirene (2020), esse conceito instruído pelas feministas negras, pode ser considerado uma forma de analisar, através de suas próprias experiências e reivindicações que os fatores raça, classe e gênero são aparatos de exclusões e violências.

Este local interseccional que marca a mulher negra, é notadamente visto no romance de Ducaso, quando a própria personagem, que é uma mulher, negra e periférica é a mais afetada na utilização desse espaço. Ela, portanto, que sempre foi uma controversa no projeto devastador de urbanização das cidades brasileiras, foram descritas como um dos sinônimos de degradação desses espaços que buscavam um ideal de progresso.

Quanto a essa campanha urbanística desigual, o geógrafo Milton Santos ao inaugurar os estudos do espaço geográfico a partir das desigualdades produzidas por esse mesmo local, conceitua esse processo como de cidadania mutilada. Para ele, o processo de modernização das cidades brasileiras foi construído sob a ótica da segregação e remoção. Ao desenvolver esse pensamento, Santos afirma que em vários ramos da sociedade essa mutilação:

Poderíamos traçar a lista das cidadanias mutiladas neste país. Cidadania mutilada no trabalho, através das oportunidades de ingresso negadas. Cidadania mutilada na remuneração, melhor para uns do que para outros. Cidadania mutilada nas oportunidades de promoção. Cidadania mutilada também na localização dos homens, na sua moradia. Cidadania mutilada na circulação. (SANTOS, 1996, p. 134)

Portanto, compreender que as mulheres negras devem ser incluídas em todos os âmbitos da sociedade, no espaço urbano e espaços de poder, é um passo importante para o processo de democratização da vida cultural, e principalmente, de toda a vida urbana, e essa abertura para novas vozes dentro dos locais dominantes, não é simplesmente uma abertura, sobretudo, o resultado das lutas constantes em torno da diferença, resultado das políticas culturais que trabalham essas diferenças das produções de novas identidades que agora passam a ter voz.

### 3. CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Ser mulher e ser negra marca um espaço de interseccionalidade – onde atuam diferentes modos de discriminação – que ainda é pouco reconhecido.” (Dalcastagné, 2012, p. 299 apud. Crenshaw 2004). A partir do enfoque desta pesquisa: cidade e gênero, é possível perceber que os fatores raça, classe e gênero são razões que demarcam o desenho do espaço urbano e reproduz as muitas formas de exclusão e segregação dos diferentes corpos que habitam a cidade, impossibilitando que esses corpos ocupem outros espaços de poder na sociedade.

A literatura como sendo um instrumento de construção do pensamento social, possibilita dar visibilidade às situações invisíveis e refletir sobre o fato de que as contradições sociais contribuíram para os desenhos socioespaciais, especificamente aos processos sócio-históricos que destinaram à mulher negra o lugar de subalternidade e marginalidade na sociedade. Afinal, são essas temáticas escritas por novas vozes que acrescentam substância à literatura brasileira.

De acordo com Stuart Hall, dentro da cultura, a marginalidade nunca foi um lugar tão produtivo quanto nos dias de hoje, “e isso não é simplesmente uma abertura, dentro dos espaços dominantes, à ocupação dos de fora. É também o resultado de políticas culturais da diferença, de lutas em torno da diferença, da produção de novas identidades e do aparecimento de novos sujeitos no cenário político e cultural” (Hall, 2003, p. 338). Entender as mulheres negras e pobres como parte fundamental desse processo é um passo importante para a democratização de nossa vida cultural e de nossa vida urbana. (DALCASTAGNÉ, 2010, p. 299)



Pelo caminho percorrido ao longo desse estudo, somos levados ao questionamento sobre a existência de uma produção contemporânea efetiva que inclua mulheres negras ao debate das discussões. Como resposta, nossas impressões de leitura revelam um cenário produtivo. Porém, apesar de todo espaço que a literatura brasileira contemporânea já conquistou, ainda há muito a ser conquistado, e isso se dará na constante inclusão de novas vozes na cena desses espaços dito hegemônicos, pois contribui efetivamente para a multiplicidade e pluriculturalidade existe no cenário brasileiro.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade*. Coordenação Djamila Ribeiro, Belo Horizonte: Letramento, 2018

CARRASCOSA, Denise (2020). Posfácio. In: DUCASO, Ruth [Luciany Aparecida]. *Florim*. Salvador: paraLeLo 13S.

CRENSHAW, Kimberle W. (2004). *A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero*. In: VV.AA. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem.

DALCASTAGNÉ, Regina. *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. Rio de Janeiro/Vinhedo: Editora da UERJ/Horizonte, 2012.

DALCASTAGNÉ, Regina (2010). *Representações restritas: a mulher no romance brasileiro contemporâneo*. In: DALCASTAGNÉ, Regina; LEAL, Virgínia Maria Vasconcelos. *Deslocamentos de gênero na narrativa brasileira contemporânea*. Vinhedo: Horizonte.

DUCASO, Ruth [Luciany Aparecida] (2020). *Florim*. Salvador: paraLeLo 13S .

EVARISTO, Conceição (2011). Depoimento. In: DUARTE, Eduardo de Assis; FONSECA, Maria Nazareth Soares (Orgs.). *Literatura e afrodescendência no Brasil*. v. 4. Belo Horizonte: Editora da UFMG.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HALL, Stuart (2003). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Organização de Liv Sovik. Tradução de Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Brasília: UNESCO.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2016.

MACEDO, N. D. *Iniciação à pesquisa bibliográfica: guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa*. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1994.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Editora Nobel, 1987.

## **GLAUCUS ATLANTICUS MOLLUSCA; GLAUCIDAE: levantamento de ocorrências no Brasil**

Isabela Maria dos Reis Santos<sup>1</sup>

Eder Carvalho da Silva <sup>2</sup>

Bianca Faustino Tavares <sup>3</sup>

Samela Rodrigues Bitencourt <sup>4</sup>

Tarcísio Mário Lemos <sup>5</sup>

Vitor Lopes Fernandes dos Santos <sup>6</sup>

### **RESUMO**

O *Glaucus atlanticus* Forster, 1777, são membros da família *Glaucidae* e pertencem ao filo *Mollusca*, conhecido popularmente como Dragão Azul. Seu comportamento cosmopolita permite que a espécie seja avistada em praias de muitos países, torna-se popular, chamando atenção de veículos de notícias, além de encantar os banhistas por seu azul brilhante. Esta revisão tem como objetivo identificar padrões para ocorrência espacial e temporal do *Glaucus atlanticus*, o levantamento de ocorrência da espécie no Brasil, formulação de índices estatísticos, e registrar dados sobre sua distribuição mundial. Foi considerado informações encontradas em portais de notícias, blogs e redes sociais para registrar os relatos de avistamento no Brasil. Utilizamos artigos, dissertações e teses para os dados sobre sua distribuição mundial, concluindo que a América do Sul foi o continente onde se obteve mais aparições, nos países: Brasil, Uruguai e Argentina. Logo depois vem a América do Norte, a Ásia, a Oceania e a África. Com ênfase nos locais de avistamento do *Glaucus atlanticus*. Sua ocorrência no Brasil foi identificada dados que corroboram com o padrão verão-outono, em que é possível notar que o lugar com maiores aparições do *Glaucus atlanticus* foi no estado de Santa Catarina com o total de seis aparições, logo atrás vem a Bahia com duas aparições, Rio Grande do Sul, São Paulo com duas aparições, Pernambuco e Sergipe com apenas uma aparição. Destaca-se a importância do estudo sobre a espécie, sendo considerado um molusco raro e não se têm tantas referências de sua ocorrência no Brasil.

**Palavras-chave:** Avistamento; Estatísticas; Distribuição.

### **1. INTRODUÇÃO**

O aparecimento de animais pelágicos nas praias do Brasil é visto como uma oportunidade de um estudo mais efetivo sobre esses animais. O *Glaucus atlanticus* Forster, 1777, assim como membros da família *Glaucidae*, pertencentes ao filo

---

<sup>1</sup> 1, 3, 4, 5, 6 Graduando do Curso de Graduação em Ciências Biológicas, Universidade Católica do Salvador, isabelamaria.santos@ucsal.edu.br.

<sup>2</sup> 2 Doutor em Ecologia, Universidade Católica do Salvador, eder.silva@pro.ucsal.br.

*Mollusca*, é encontrado flutuando de cabeça para baixo na superfície do mar, nos oceanos Tropicais/Subtropicais (Pinotti et al, 2018) incluindo Pacífico Norte, Pacífico Sul, Atlântico Norte, Atlântico Sul e Oceano Índico e pode ser visto em costas de diversos países incluindo praias do litoral brasileiro.

Sendo assim, ele possui cerca de 3 a 4 centímetros, podendo chegar a 6 centímetros, possuem até três grupos de cerata de cada lado do corpo. O primeiro grupo de cerata é peduncular, com um pedúnculo curto, os outros dois grupos são sésseis sendo eles todos perpendiculares à linha média do corpo. As ceratas são inseridas em cada grupo em uma única série, sendo a cerata mais dorsal de cada grupo a maior. Elas diminuem de tamanho ventralmente em cada lado, além de serem cônicas, mais estreitas perto da ponta e facilmente automatizáveis. O pé é largo e bem desenvolvido. Seus cantos anteriores são arredondados, a extremidade posterior do corpo é muito longa e esguia, e o pé se estende até a ponta (Valdes e Campillo 2004). Desse modo, possui órgãos sensoriais mal desenvolvidos, minúsculas vesículas como olhos que medem 15  $\mu\text{m}$ . observa-se sua cor azul vibrante com faixas de azul fluorescente ou preta no fundo de azul, sobreposta por uma faixa clara ou cinza, ao longo da parte posterior do corpo e por não terem condições morfológicas, possuem uma locomoção passiva, flutuando através do mar, com armazenamento de ar engolido, dentro de seu estômago muscular (Lalli e Gilmer 1989), impedidos de ir contra a maré, por efeitos de eventos meteorológicos (Pinotti, et al, 2018), e outros efeitos abióticos, podem acabar encalhado na costa, como relatado por Pinotti et al, 2018, em muitos avistamentos em costas ao redor do mundo.

São predadores neustônicos, alimentam-se sobretudo de cnidários hidrozoários à deriva. Sendo um possível padrão de ocorrência a presença de cnidários em específico *Physalia physalis* (caravelas portuguesas) (Sahu et al 2019), o *Glaucus atlanticus* ainda consegue armazenar as toxinas presentes nas caravelas portuguesas e usá-la como estratégia de defesa, não sendo mortal para humanos como muitos acreditam, apesar de causar algum dano, há comportamento canibal, onde acaba predando sua própria espécie, quando há escassez de alimentos. É hermafrodita e cada indivíduo tem ambos os órgãos genitais, não consegue se autofecundar. No momento da reprodução os indivíduos se encontram face a face, onde unem suas superfícies ventrais. como estratégia reprodutiva, *Glaucus atlanticus* pode utilizar partes não comidas de suas presas (por exemplo, Velella em Gliesch 1930), para prender suas cordas de ovo, ou podem deixar a deriva no mar. Temos

como um dos objetivos fazer um levantamento de ocorrência para que cheguemos em padrões de aparições da espécie, tornando assim possível um melhor estudo sobre o *Glaucus atlanticus* no Brasil.

Desta forma este trabalho tem como objetivo identificar padrões espaciais e temporais para ocorrência do *Glaucus atlanticus*, assim como levantar dados sobre sua ocorrência no Brasil e distribuição no mundo, demonstrando esses dados por meio de índices estatísticos como gráficos, mapas e tabelas.

## 2. DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS MATERIAIS E MÉTODOS

Iniciamos a pesquisa buscando por dados que indicassem os locais de avistamento do *Glaucus atlanticus*, os números de ocorrências e os períodos que ocorreram, utilizando as plataformas google scholar e google pesquisa, com as palavra chaves “dragão-azul” (nome popular *G. atlanticus*), “*Glaucus atlanticus*”, “avistamento”, “ocorrência” e “Brasil”, aplicando geralmente em conjunto. Esta estratégia de busca por informações, garantiu 23.000 resultados para as palavras chaves “dragão azul avistamento”, 17.400.000 para “dragão azul”, 166.000 para “*Glaucus atlanticus* brasil” e 805 para “*Glaucus atlanticus* ocorrência”, para a plataforma google scholar, com utilização de 3 combinações de palavras chaves, com “*Glaucus atlanticus* ocorrência” obtivemos 39 resultados, cinco resultados para “*Glaucus atlanticus* avistamentos”, e 712 resultados para “*Glaucus atlanticus*”, como objetivo para este levantamento de ocorrências é os avistamentos da espécie no Brasil e descrever sua distribuição pelo mundo, foi considerado informações encontradas em portais de notícias, blogs e redes sociais para registrar os relatos de avistamento no Brasil, e aproveitamento de artigos, dissertações e teses para encontrar dados sobre sua distribuição pelo mundo.

Nós optamos por portais de notícias que continha informações acerca de local (estado e localidade), data do avistamento e quantidade. Houve dificuldades com as datas das aparições, pois na maioria dos sites de notícias, não constavam a data exata que o avistamento foi relatado, então foi empregado como parâmetro os meses.

O avistamento de espécies consideradas “peculiares” em regiões costeiras é sempre motivo de curiosidade e interesse, tanto por frequentadores de praia como por

cientistas. O *Glaucus atlanticus* são membros da família *Glaucidae*, e pertencente ao filo *Mollusca*, conhecido popularmente como Dragão Azul. suas cores de um azul vibrante, por sua “fama” de ser um animal venenoso costuma chamar a atenção, tornando-se alvo de notícias quando avistado. Tendo um hábito de vida livre e cosmopolita, e por não terem condições morfológicas, sua locomoção é passiva, impedidos de ir contra a maré. Podem ser encontrados flutuando na coluna d'água, através do armazenamento de ar engolido, dentro de seu estômago muscular (Lalli e Gilmer 1989), ou em casos de encalhamentos, relatados por Pinotti et al, 2018. A espécie pôde ser avistada em regiões costeiras ao redor do mundo como no Brasil (Gliesch 1930, Vannucci 1939, Rios 2009), África do Sul (Macnae 1954), Índia (Srinivasulu et al. 2012), Austrália (Iredale 1940), Uruguai e Argentina, foram registrados também ocorrência de *Glaucus Atlanticus*, no Golfo da Califórnia-EUA e México (Hernández et al, 2018), também há relatos de avistamentos no Peru, costa Chilena (Uribe et al, 2013). Sua distribuição pode ser diretamente influenciada por padrões como temperatura, características das massas de água, e em relação às estações verão-outono (Pinotti et al, 2018), pelos padrões de ventos sazonais e fortes ventos S-SW relacionados com sistemas frontais e eventos ciclônicos (Marone e Camargo 1994, Krusche et al. 2002), e em ocorrência de cnidários em específico *Physalia physalis* (caravelas portuguesas) (B K Sahu\* et al, 2019) tais padrões podendo ocasionar avistamento do *Glaucus Atlanticus* flutuando nas águas costeiras, e às vezes levando-os às praias (Srinivasulu et al, 2012).

**Figura 1:** Mapa de distribuição mundial do *Glaucus atlanticus*, demarcação em cores dos países em que houve avistamento.



**Fonte:** mapa criado pelo próprio autor (2022)

Em relação ao aparecimento do *Glaucus atlanticus* ao redor do mundo, foi concluído que a América do Sul foi o continente onde se obteve mais aparições, tendo com principais países o Brasil, Uruguai e Argentina, logo depois vem a América do Norte contando com o Estados Unidos e México, a Ásia com a Índia, a Oceania com a Austrália e a África com a África do Sul. Grande parte dessas aparições foram registradas na costa de seus respectivos países.

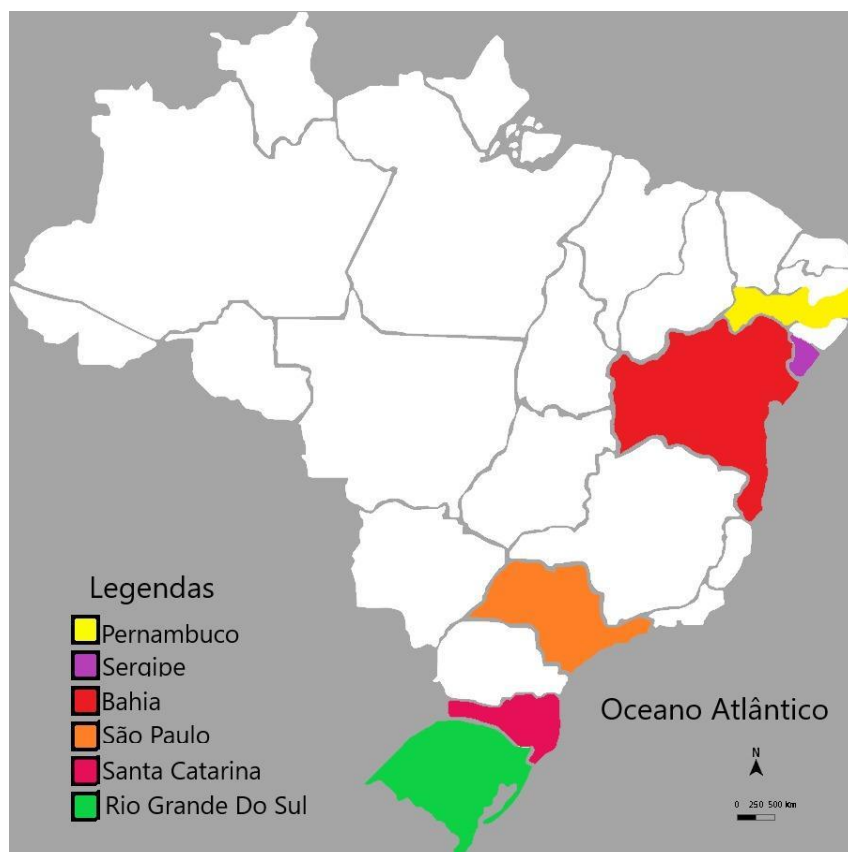
Um dos objetivos desta revisão é o levantamento de avistamento do *Glaucus Atlanticus* no Brasil, onde obtivemos os seguintes dados utilizando sites, jornais, publicações e redes sociais: relatos de avistamentos na Bahia em Salvador e Jaguaripe totalizando dois avistamentos, Rio grande do Sul em Imbé dois avistamentos, Pernambuco em Jaboatão dos Guararapes (praia de Piedade) um avistamento, Santa Catarina, em Penha, Balneário Gaivota, Balneário Arroio do Silva, Balneário do Rincão, Florianópolis (barra da lagoa) e Jaguaruna totalizando seis avistamentos, Rio grande do sul em Tramandaí totalizando dois avistamentos, São Paulo em Santos totalizando um avistamento, Sergipe em praia de Aracaju e Estância totalizando dois avistamentos, litoral sul de Alagoas em Maceió (praia de riacho doce) um avistamento. Representados na tabela abaixo:

**Tabela 1: Dados de localização, período e quantidade de relatos de avistamento do *Glaucus Atlanticus* (estados, meses do ano e número de avistamentos correspondente a cada local)**

| LOCAL DE OCORRÊNCIA | MESES     | NUMERO DE OCORRENCIAS |
|---------------------|-----------|-----------------------|
| SANTA CATARINA      | JANEIRO   |                       |
|                     | FEVEREIRO | 6                     |
|                     | MARÇO     |                       |
| SERGIPE             | ABRIL     | 1                     |
| ALAGOAS             | MAIO      | 1                     |
| BAHIA               | JUNHO     | 1                     |
| PERNAMBUCO          | JULHO     | 1                     |
| BAHIA               | AGOSTO    | 1                     |
| SÃO PAULO           | SETEMBRO  | 2                     |
|                     | OUTUBRO   |                       |
|                     | NOVEMBRO  |                       |
| RIO GRANDE DO SUL   | DEZEMBRO  | 2                     |

**Fonte:** tabela formulada pelo próprio autor (2022)

**Figura 2:** Mapa de relatos de avistamento do *Glaucus atlanticus* retirados de portais de notícias, blogs e redes sociais, em regiões do Brasil, demarcado em cores.

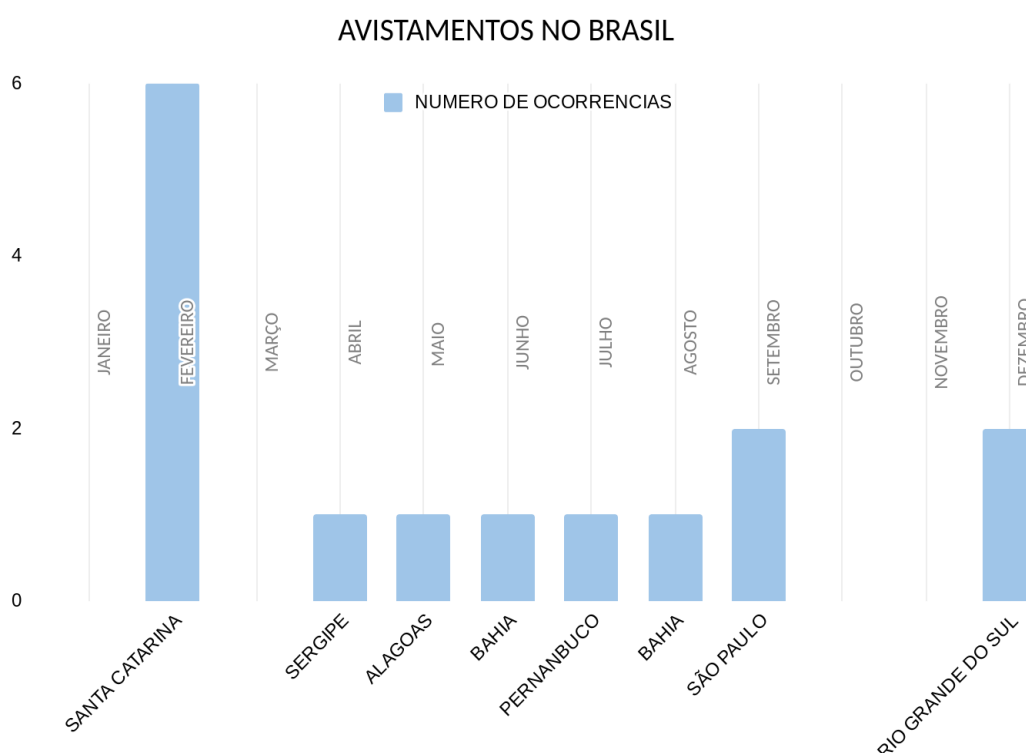


**Fonte:** mapa criado pelo próprio autor (2022)

Desenvolvemos um gráfico populacional, através da ferramenta excel, onde utilizamos como base a tabela 1, selecionamos as informações da tabela, e utilizamos a ferramenta de gráfico para gerar automaticamente um gráfico populacional. através deste gráfico será possível analisar a tendência de ocorrência da espécie, em comparação com os meses do ano. Como no Brasil a divisão de estações é Outono:

De 21 de março a 21 de junho, Inverno: De 21 de junho a 23 de setembro, Primavera: De 23 de setembro a 21 de dezembro, Verão: De 21 de dezembro a 21 de março (Fiocruz) e visto que estações verão-outono (Pinotti et al, 2018) é um dos padrões de ocorrência encontrados durante a pesquisa, utilizamos esse padrão como variável para ocorrência no Brasil.

**Figura1:** Gráfico “populacional” de avistamentos do *Glaucus atlânticus* em regiões do Brasil, com os dados de local, período e localização relacionados.



**Fonte:** gráfico de barras criado pelo próprio autor (2022)

No gráfico de avistamento no Brasil é possível notar que o lugar com maiores aparições do *Glaucus Atlanticus* foi no estado de Santa Catarina com o total de seis aparições, logo atrás vem a Bahia com duas aparições, Rio Grande do Sul e São Paulo também com duas aparições, e por último Pernambuco e Sergipe com apenas uma aparição. O mês que mais obteve aparições do molusco foi o mês de fevereiro. É possível afirmar que durante o período de verão-outono, com influência dos ventos



fortes, ventos sazonais e correntes marítimas, foi onde se obteve maiores aparições do *Glaucus atlanticus*.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta revisão bibliográfica foi realizada com intuito de levantar mais informações e dados acerca do avistamento do *Glaucus Atlanticus* em território brasileiro e sua distribuição mundial, visto que a busca por padrões de ocorrência torna seu avistamento mais previsível, permitindo futuros estudos sobre a espécie. Destaca-se a importância do estudo sobre a espécie, sendo considerado um molusco de espécie rara, não há muitos dados sobre sua ocorrência ou artigos publicados no Brasil, além de que há muita desinformação acerca da espécie.

### REFERÊNCIAS

CHURCHILL C. K. C., VALDÉS A & FOIGHIL D. Ó. Afro-Eurasia and the Americas present barriers to gene flow for the cosmopolitan neustonic nudibranch *Glaucus atlanticus*, in Michigan, EUA. 21 janeiro 2014.

FORSTER, JGA (1777). 'Uma viagem ao redor do mundo em seu Britannic Saveiro da Majestade, Resolução, Comandado pelo Cap. James Cook, durante os anos de 1772, 3, 4 e 5. ' Vol 1. (White, B., Robson, J., Elmsly, P. & Robinson, G.: London.)

OTTUSO P. T. Aquatic antagonists: indirect nematocyst envenomation and acute allergic contact dermatitis due to nudibranchs. Cutis. 2009 Maio.

PINOTTI RM, BOM FC AND MUXAGATA E. 2019. On the occurrence and ecology of *Glaucus atlanticus* Forster, 1777 (Mollusca: Nudibranchia) along the Southwestern Atlantic coast. An Acad Bras Cienc 91: e20180154. DOI 10.1590/00013765201920180154.

REBECCA R. HELM. Natural history of neustonic animals in the Sargasso Sea: reproduction, predation, and behavior of *Glaucus atlanticus*, *Velella*, and *Janthina* spp. University of North Carolina Asheville, Asheville, NC, USA. 14 dezembro 2021.

SAHU B. K., BALIARSINGH S. K., SAMANTA A., SRICHANDAN S. & SING S. Mass beach stranding of blue button jellies (*Porpita*, Linnaeus, 1758) along Odisha coast during summer season, in Bhubaneswar, India. Indian Journal of Geo Marine Sciences, Vol. 49 (06), Junho 2020, 1093-1096.

SEGOVIA J. & LÓPEZ G. Instituto de Ciencias del Mar y Limnología, Facultad de Ciencias Naturales y Matemática, Universidad de El Salvador, Ciudad Universitaria, San Salvador, El Salvador. Revista Mexicana de Biodiversidad 86 (2015) 1089–1090

THOMPSON, TE & BENNETT. Observações sobre Glaucidae australiano (Molusca: Opisthobranchia). *Jornal Zoológico da Sociedade Linnean* 49, 187-197, pls. 1-2, 1970.

THOMPSON, TE & MCFARLANE. Observações sobre uma coleção de Glaucus do Golfo de Aden com uma revisão crítica dos registros publicados de Glaucidae (Gastropod, Opisthobranchia). *Anais da Linnean Society of London* 178, 107-123. 1967

URIBE, R. A., NAKAMURA, K., INDACOCHEA, A., PACHECO, A. S., HOOKER, Y. & SCHRÖDL, M. A review on the diversity and distribution of opisthobranch gastropods from Peru, with the addition of three new records (Gastropoda, Heterobranchia). *Spixiana* 36 (1): 43-60. 2013

VALDÉS A & CAMPILLO O. A., Systematics of Pelagic Aeolid Nudibranchs Of The Family Glaucidae (Mollusca, Gastropoda), in Miami, EUA. *Bulletin of Marine Science* 2004; 75(3)381–389.

VALDÉS, A., GOSLINER, TM, & GHISELIN, Opisthobranchs. Em *A evolução dos caracteres sexuais primários em animais*; (Eds JT Leonard e A. Córdoba- Aguilar.) Pp. 148-172. (Oxford University Press: Nova York.) 2010.

VALDÉS, A., GOSLINER, TM, E GHISELIN, MT (2010) Opisthobranchs. Em *'A evolução dos caracteres sexuais primários em animais'*. (Eds JT Leonard e A. Córdoba-Aguilar.) Pp. 148-172. (Oxford University Press: Nova York.)

Correio do Imbé. “Dragão Azul volta a aparecer na Beira mar de Imbé próximo a guarita 132”, 2020. Extraído de [https://fb.watch/bYL6\\_cuDHj/](https://fb.watch/bYL6_cuDHj/), acesso em 22 de Mar. de 2022.

Dragão azul:predador de caravelas-portuguesas é flagrado em praia de Peruíbe. Costa Norte, 2021. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/costanorte.com.br/cidades/peruibe/drag-o-azul-predador-de-caravelas-portuguesas-e-flagrado-em-praia-de-peruibe-1.360218&gt>, acesso em 26 de Mar. de 2022.

Dragão Azul, molusco venenoso do alto mar, é visto na praia de São Paulo. Olhar digital, 2021. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/olhardigital.com.br/2021/09/10/ciencia-e-espaco/dragao-azul-registrado-em-bertioga/amp/&gt>, acesso em 26 de Mar. de 2022. Estações do Ano, Disponível em: <https://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/infantil/estacoes-ano.htm>, acesso 30 de abril de 2022.

Invertebrados Marinhos das Bermudas, lesma do oceano azul, 2006. Disponível em: <http://www.thecephalopodpage.org/MarineInvertebrateZoology/Glaucusatlanticus.html>, acesso em 25 de mar. de 2022.

Maestra em ecologia esclarece dúvidas sobre aparecimento de dragão azul no litoral sergipano. Hora news, 2021. Disponível em: <https://horanews.net/mestra-em-ecologia-esclarece-duvidas-sobre-o-aparecimento-do-dragao-azul-no-litoral-sergipano/&gt>, acesso em 26 de Mar. de 2022.

MAIA-NOGUEIRA, R. . O Dragão-azul. 2020; Tema: Biota Aquática. (Blog). Disponível em: <http://ecobiogeo.com/blog/2020/07/23/o-dragao-azul/>, acesso em 26 Mar. de 2022

Meireles, Marina. G1, 2019. Molusco exótico dragão azul; é encontrado em praia de Tamandaré, no Litoral Sul de Pernambuco. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/g1.globo.com/google/amp/pe/pernambuco/noticia/20,19/07/22/molusco-exotico-dragao-azul-e-encontrado-em-praia-de-tamandare-no-litoral-sul-de-pernambuco.ghtml&gt>, acesso em 26 de Mar. de 2022.

Moluscos conhecidos por; Dragão azul; são encontrados por banhistas no Litoral de SC. G1 SC e NSC TV, 2020. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/g1.globo.com/google/amp/sc/santa-catarina/verao/2020/noticia/2020/02/06/moluscos-conhecidos-por-dragao-azul-sao-encontrado-por-banhistas-no-litoral-de-sc.ghml>, acesso em 26 de Mar. de 2022

Sousa, João. G1, 2020. Molusco conhecido por dragão azul é encontrado por salva-vidas na praia de Salvador. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/g1.globo.com/google/amp/ba/bahia/noticia/2020/08/04/molusco-conhecido-por-dragao-azul-e-encontrado-por-salva-vidas-em-praia-de-salvador-video>, acesso em 26 de Mar. de 2022.

TV JC. “Dragão azul é encontrado na praia de Piedade, em Jaboatão dos Guararapes (Pernambuco)”, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hJ28iqH-5IkWWW>, acesso em 22 de Mar, de 2022.

Telavinte Media Group. “Dragão azul (lesma do mar) é encontrado na praia de Tramandaí no RS”, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sGBbfHmdLuc>, acesso em 22 de Mar. de 2022.

# O PRINCÍPIO DA DIVERSIDADE E A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Ailana Freitas Rocha<sup>1</sup>

Luanda Almeida Reis da Silva<sup>2</sup>

## RESUMO

O estudo aborda o princípio da diversidade a luz da educação em direitos humanos. Tem como objetivo demonstrar a importância da valorização das diferenças, singularidade humana, promovendo uma cultura de enfrentamento a toda forma de discriminação ou preconceito. Foi realizado um levantamento na legislação nacional e internacional no que tange ao estudo da EDH e do princípio da diversidade: DUDH (1948), Constituição Federal (1988 Lei das Diretrizes e Bases da Educação (1996), Resolução CNE/CP Nº 01/2012 e Parecer CNE/CP Nº 08/2012. O estudo bibliográfico para conceituar e diversidade e EDH foi fundamentado nos teóricos: Silva (1998), Candau (1999), Warat (2004), Tavares (2007), Carbonari (2008) e Comparato (2008). Assim, no contexto social internacional e nacional, o princípio da diversidade deve nortear a educação em direitos humanos na perspectiva de criar e reafirmar uma cultura da inclusão, harmonia e respeito aos seres humanos.

**Palavras-chave:** Princípio. Diversidade. Educação em Direitos Humanos.

## 1. INTRODUÇÃO

O artigo aborda o princípio da diversidade na educação em direitos humanos na perspectiva de demonstrar a importância da valorização e reconhecimento das diferenças, uma vez que “todo homem tem direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei”, direitos esses consagrados no artigo VI na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) em 1948. Os seres humanos devem ser respeitados sem qualquer discriminação de cor, raça, religião, cultura, orientação sexual ou classe social.

A DUDH é um marco histórico que afirma e consagra os direitos de todos os seres humanos. A DUDH representou “o reconhecimento da igualdade essencial de todo ser humano em sua dignidade de pessoa, isto é, como fonte de todos os valores,

---

<sup>1</sup> Pós Doutoranda no PPG Políticas Sociais e Cidadania, Universidade Católica do Salvador, membro do grupo de pesquisa Antropologia, fronteiras, espaços e cidadania (AFEC/CNPq-UCSal).  
afrlawyer@hotmail.com

<sup>2</sup> Mestra em Políticas Sociais e Cidadania (UCSAL). luandaareis@hotmail.com

independentemente das diferenças de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião origem nacional ou social.”. (COMPARATO, 2008, p. 228).

De acordo com Tavares (2007), a Educação Direitos Humanos é um dos mais importantes instrumentos de transformação e conscientização como forma de combate às violações dos direitos humanos, tendo em vista que a educação é um processo que se realiza com base na tolerância, na valorização da dignidade, da inclusão, no enfrentamento a diversas formas de discriminação e nos princípios democráticos nas ideias de igualdade e solidariedade humana.

Em relação aos aspectos metodológicos do estudo, realizamos um levantamento bibliográfico que corresponde às fontes escritas: leituras de artigos científicos, livros, leis, declarações. Mapeamos, através da análise documental, as principais legislações que fundamentam as políticas educacionais para a EDH no âmbito internacional (DUDH-1948) e nacional (Constituição Federal – CF -, Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB -, Resolução CNE/CP nº 01/12 e o Parecer CNE/CP nº 8/2012).

O artigo está sistematizado em dois momentos. Inicialmente, descreveremos os princípios da Educação em Direitos Humanos com foco no princípio da diversidade - fundamento imprescindível para a promoção da valorização das diferenças, respeito e combate a toda forma de discriminação. Em seguida, apontaremos como a educação em direitos humanos pode contribuir no sentido de educar para a mudança, para a transformação de mentalidades, atitudes e ações em prol de uma sociedade mais justa, inclusiva, que possa respeitar a diversidade, reconhecer sua importância e efetivar na prática uma educação inclusiva.

## **2. PRINCÍPIO DA DIVERSIDADE, CONCEITO, FUNDAMENTOS NO CONTEXTO DOS DIREITOS HUMANOS**

Entendemos os princípios como instrumentos basilares para a inclusão da educação em direitos humanos e o princípio da diversidade está disposto de maneira taxativa em nossa legislação educacional. A começar pela LDB que em seu art. 3º reafirma o “respeito à liberdade e apreço a tolerância como fins da educação.” Deste modo o espaço escolar deve primar pelo respeito e tolerância com base na finalidade da educação.

Em nosso arcabouço educacional inovações foram conquistadas em torno da EDH, é neste íterim que a Resolução CNE/CP Nº 01/2012 e o Parecer CNE/CP Nº 8/2012 apontam os princípios que devem nortear a EDH na formação do professor:

- I- Dignidade da pessoa humana;
- II- Igualdade de direitos
- III- Reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades**
- IV- Laicidade do Estado
- V- Democracia na educação
- VI- Transversalidade, vivência e globalidade; e
- VII- Sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2012, p. 1-2, grifo nosso)

Inicialmente, abordamos os princípios elencados na EDH por compreender que há extrema importância para o desenvolvimento do estudo realizado. O princípio da dignidade da pessoa humana, que de acordo com Silva (1998, p. 109) “[...] é um valor supremo que atrai o conteúdo de todos os direitos fundamentais do homem, desde o direito à vida”. Assim, apontamos que o primeiro dever que se tem em relação ao outro é o respeito, a valorização das diferenças.

O princípio da igualdade de direito se direciona para uma educação que possa unir as pessoas, tendo por base que não se deve discriminar, excluir ou ter atitudes preconceituosas, racistas e/ou homofobias, uma vez que “[...] toda e qualquer pessoa deve ser respeitada em razão da dignidade que lhe é inerente.”. (TAVARES, 2007, p. 489).

No atual contexto mundial e nacional, o princípio que orienta para o reconhecimento e valorização das diferenças e a importância da diversidade têm como eixo central a discussão sobre o “[...] enfrentamento dos preconceitos e das discriminações, garantindo que diferenças não sejam transformadas em desigualdades” (BRASIL, 2012, p. 9), para que se possa aprender a conviver em harmonia com o semelhante na busca de um mundo onde predomine a cultura do amor e da solidariedade.

A diversidade é sempre vista como uma forma múltipla de entender e compreender o mundo, as pessoas, suas características e seu posicionamento no mundo, embora o que constantemente observamos é o forte desrespeito e discriminação em relação aos padrões tidos como diferentes.

Não é desconhecido o preconceito contra as religiões em seus vários aspectos, ainda que em nosso país vigore na Constituição Federal de 1988 o princípio da Laicidade do Estado, assim como em documentos internacionais a exemplo da

DUDH-1948, que garante e assegura a plena liberdade de pensamento, consciência de escolher sua religião, segundo o livre arbítrio de optar pela religião que tenha mais importância em seu contexto de vida e segmento de crenças

Sendo assim, não é aceitável que na contemporaneidade as pessoas sejam discriminadas por suas crenças religiosas, por sua origem étnico-racial, sua orientação sexual ou sua classe social que sejam vítimas de agressões, espancamentos, mortes e demais constrangimentos como visto nos casos relatados pela imprensa e noticiários dos telejornais no Brasil com repercussão internacional.

A diversidade está presente na própria singularidade do ser humano, pois cada ser é único. Então se faz necessário incluir para que possamos viver em uma sociedade mais solidária, que perceba o diferente, as especificidades e aceite viver em harmonia e respeito aos direitos humanos.

A proposta de uma educação para transformação social deve estar aliada pela busca do reconhecimento, por uma sociedade diversificada, que exige, sobretudo, justiça social e paridade de participação. Buscando compreender que a igualdade e diferença pertencem a um mesmo polo positivo de análise, pois, como ensina Candau (2008, p.47), não se trata apenas do “direito dos diferentes a serem iguais, mas o direito de afirmar a diferença.”

Quando abordamos a diversidade também refletimos sobre a importância da participação de todos, e “[...] no ambiente educacional a democracia implica de forma concreta na participação de todos /as envolvidos/as no processo educativo” (BRASIL, 2012, p. 10), desta forma, o princípio da democracia na educação é essencial para que todos possam expressar suas opiniões e participar do ambiente educacional de forma coerente e responsável, na perspectiva de educar para o amor, respeito e principalmente visando a convivência pacífica.

O princípio da transversalidade, vivência e globalidade tem, por base, uma EDH articulada de forma que contemple vários sentidos, ensinamentos e valores, uma vez que “[...] devem ser trabalhados a partir do diálogo interdisciplinar”. (BRASIL, 2012, p. 10). Ou seja, é necessário ter um comprometimento social e vontade, pois segundo Tavares (2007), a interdisciplinaridade e a multidimensionalidade, representam a tentativa de superação de posturas isoladas, preconceituosas, discriminatórias, individuais e alienadas, na busca da formação do sujeito social, a partir da vivência de uma realidade global, participativa e inclusiva.

Corroborando com os estudiosos das áreas biológicas e ambientais, é visível que o planeta necessita, com urgência, de medidas efetivas que possam preservar o ambiente em que vivemos e, de acordo com o Parecer CNE/CP nº 8 (BRASIL, 2012, p. 10), “[...] a EDH deve estar comprometida com o incentivo e promoção de um desenvolvimento sustentável que preserve a diversidade da vida e das culturas, condição para a sobrevivência da humanidade.” E, neste sentido, todos precisam transmitir uma postura mais solidária e responsável, para a promoção do meio ambiente mais sustentável e com qualidade de vida para as futuras gerações.

De acordo com o Parecer CNE/CP nº 8 (BRASIL, 2012, p. 10), “[...] ainda que as instituições de educação básica e superior não sejam as únicas a educar em direitos humanos, elas têm como responsabilidade a promoção e legitimação dos seus princípios como norteadores dos laços sociais, éticos e políticos”.

E, neste sentido, educar em direitos humanos requer das instituições um posicionamento mais enfático em prol da sua real efetivação e inserção nos projetos pedagógicos, nos currículos e na realização de ações práticas que envolvam todos os agentes que participam do processo educacional.

Entre os autores brasileiros que versam sobre os princípios, merece destaque o posicionamento do autor Paulo César Carbonari (2008), que aponta balizas que devem nortear e fundamentar a educação em direitos humanos é:

- 1- Permanente, continuada e global, porque educar em direitos humanos é, acima de tudo, formar sujeitos de direitos (singulares e universais/diversos e iguais) em relação. Por isso, certamente não se aprende direitos humanos – constroem-se direitos humanos como parte do amplo processo formativo que marca a vida educativa dos humanos. – a escola pode ajudar a construir atitudes que subsidiem a educação em direitos humanos, mas não é suficiente para dar conta dela. Educação em direitos humanos é construir posicionamentos, atitudes, ações, mais do que o domínio de conteúdos e de recursos metodológicos;
- 2- Vocacionada à mudança, porque a educação em direitos humanos tem compromisso com a superação de todas as formas e situações de violação, de naturalização das violações, de esquecimento das violações. Quer promover sujeitos capazes de reconhecimento da alteridade. Afinal, direitos humanos são, acima de tudo, reconhecimento dos seres humanos como sujeitos em dignidade – na diversidade e na universalidade;
- 3- Promoção de uma nova cultura de direitos, porque o núcleo forte da educação em direitos humanos é a construção de uma nova ética e de uma nova (inter) subjetividade, de uma nova política e de uma nova institucionalidade. A educação em direitos humanos faz-se como e na prática de abertura de espaços para esta nova cultura num tempo que parece insistir em não abrir lugar para a dignidade humana (CARBONARI, 2008, p. 160).

As balizas trazem uma real extensão de como deve ser efetivada a EDH, e de como esta proposta exige, dos professores, posicionamento crítico em múltiplas



dimensões, pois, “[...] educação em direitos humanos é construir posicionamentos, atitudes, ações, mais do que o domínio de conteúdos e de recursos metodológicos” (CARBONARI, 2008, p. 160). E, neste sentido, é preciso ter coragem para construir novas posturas educacionais baseadas no diálogo, na conscientização e empregar metodologias participativas que objetive envolver todos e todas no processo educacional.

Os princípios e os balizas apresentados neste artigo podem ser entendidos como um conjunto de ideias e propostas úteis na compreensão da forma como a EDH, e tendo como norte do artigo o princípio da diversidade pode ser inserido e desenvolvido de forma plena nas instituições de ensino, nas escolas e nas universidades como um dos fundamentos capazes de transformar e possibilitar novas formas de pensar o diverso, o diferente como o que soma, agrega, fortalece e criar um ambiente de pertença a todos os seres humanos.

### **3. A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E CULTURAL**

Após a exposição dos princípios que devem nortear a EDH, corroboramos com Tavares (2007, p. 500) “[...] o educador em direitos humanos tem diante de si uma responsabilidade imensa. Primeiro, de educar-se a si mesmo e depois, de educar aos demais na tolerância, no respeito, na compreensão da diferença”, acreditar que a educação em direitos humanos seja o caminho para tocar o coração das pessoas e provocar mudanças, fortalecendo a participação de todos na conquista de seus direitos e na realização de seus ideais.

Assim, os educadores devem atuar democraticamente, com persistência, e que o compromisso com as transformações sociais, éticas e educacionais, possam ser o horizonte de todos, independentemente de cor, classe social, raça e religião, favorecendo a construção de um mundo mais humanizado e inclusivo, em prol de um fim maior: a convivência harmônica e pacífica da humanidade com mais amor, respeito, empatia e tolerância. (TAVARES, 2007).

Ao trazer a educação em direitos humanos, temos a consciência de que essa proposta traz consigo princípios, valores e fundamentos no contexto educacional. A proposta da EDH, ganha contornos relevantes uma vez que os profissionais, são responsáveis por difundir ações e práticas, com base em princípios que respeitem a

diversidade, lute pelo reconhecimento das diferenças como meio de superar padrões e preconceitos enraizados na sociedade em um contexto global.

O sentido da educação em direitos humanos, consiste em assumir um posicionamento crítico em relação à educação que se quer promover nas instituições e, nesta concepção, segundo a Resolução CNE/CP Nº 01/2012, em seu art. 5º, “a educação em direitos humanos tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência” (BRASIL, 2012, art. 5º), fazendo com que as pessoas se reconheçam como sujeitos de direitos e, de acordo com Warat (2004, p. 75), “[...] as pessoas aprendem a se cuidar aprendendo a lutar pelo direito a ter direitos, e a realizar suas vidas em termos de direitos humanos.” Primado pelo ideal de justiça e solidariedade.

A EDH tem em si um sentido de mudança e transformação na forma de pensar e na maneira de agir, onde cada um deve assumir posicionamento crítico e proativo em relação aos acontecimentos sociais, culturais, políticos e educacionais do nosso mundo.

A Educação em Direitos Humanos busca o reconhecimento da diferença e proporcionar a igualdade, que para além de um discurso hegemônico de padronização legal, cultural e social dos Direitos Humanos, demanda o empoderamento dos sujeitos excluídos e, a partir dessas premissas, proporcionar transformações sociais, deste modo, fortalecendo uma sociedade verdadeiramente democrática.

Todos devem construir uma sociedade que promova o respeito às diferenças, à tolerância e à paz, pois somos os próprios atores da história, vivemos e construímos a nossa realidade uma vez que “[...] sem compromisso concreto não existe educação em direitos humanos.”. (CANDAU, 1999, p. 9). Precisamos cada vez mais de um mundo mais inclusivo e solidário.

Imperioso desenvolver atitudes proativas em prol de uma cultura dos direitos humanos, acreditar que paradigmas podem ser superados e que propostas educacionais inovadoras podem refletir de maneira significativa no combate a toda forma de discriminação social e cultural tão enraizada em nossa sociedade.

Acabar com o preconceito e a injúria que tanto segregam e dividem os seres humanos pela cor da pele. Alertar que a violência contra pessoas de orientação sexual fora do padrão da heteronormatividade é uma forma de barbárie perpetrada de forma desumanizadora. Não há justificativa para a exclusão social, mas há inúmeros benefícios a sociedade mais inclusiva, humana e empática.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As principais legislações internacionais e nacionais, que regulam a educação em direitos humanos, que desenham as políticas demonstram como os avanços são inegáveis no cenário legalista da educação, porém ainda temos um déficit em relação à sua efetivação e inserção na prática, uma vez que é necessário desenvolver uma sociedade mais inclusiva e menos desigual. Desenvolver uma cultura não discriminatória.

A leitura dos dispositivos do Parecer CNE/CP Nº 8/2012 foi relevante para compreensão de como se orientam os princípios, os objetivos, os fundamentos da EDH. Na perspectiva da efetivação da EDH, o princípio a diversidade deve ser visto de forma integrada, com vistas a promover o reconhecimento das diferenças e a valorização da universalidade.

Deste modo, pretendo que cada ser humano possa ser respeitado em sua essência e que os indivíduos possam se relacionar de forma harmônica, respeitosa e inclusiva. Reverenciar a diversidade humana é uma das formas de lutar contra os preconceitos e promover uma mudança de postura que nos inspire a viver em uma cultura de tolerância, reconhecimento e respeito.

#### REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva 2014.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 10.maio 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP Nº 8/2012**. Diretrizes Nacionais para a educação em direitos humanos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 maio 2012, Seção 1, p. 33. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/pdf/ParecerhomologadoDiretrizesNacionaisEDH.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BRASIL. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais Para A Educação em Direitos Humanos**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=10889-rcp001-12&category\\_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10889-rcp001-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 09 mar. 2022.

**DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM**. 1948. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2022.

CANDAU, V. M. Oficinas aprendendo e ensinando. Educação em Direitos Humanos: uma proposta de trabalho. **Rede Nacional de Direitos Humanos**, Novameria/PUC-Rio, p.1-12, 1999. Disponível em:

[http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/veracandau/candau\\_edh\\_proposta\\_trabalho.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/veracandau/candau_edh_proposta_trabalho.pdf). Acesso em: 12 jan. 2022

\_\_\_\_\_. Human rights, education and interculturality: tensions between equality and difference. *Revista Brasileira de educação*, v. 13, n. 37, p. 45-56, 2008.

CARBONARI, P. C. Educação em direitos humanos: esboço de reflexão conceitual. *In*: BITTAR, E. C. B. (Org.). **Direitos humanos no século XXI: cenários de tensão**. Rio de Janeiro: Forense Universitária; São Paulo: ANDHEP; Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008, p. 152-163.

COMPARATO, F.K. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 6ª ed., São Paulo: Saraiva, 2008.

SILVA, J. A. **Curso de Direito Constitucional**. 15ª ed. São Paulo: Malheiros Editores Ltda., 1998, 863p.

TAVARES, C. Educar em direitos humanos, o desafio da formação dos educadores numa perspectiva interdisciplinar. *In*: SILVEIRA, R.M.G *et al.* **Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teóricos-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007, p. 487-503.

WARAT, L. A. Direitos humanos: subjetividade e práticas pedagógicas. *In*: SOUZA JR, J. G. *et al.* **Educando para os direitos humanos: pautas pedagógicas para a cidadania** Universidade. Porto Alegre: Síntese, 2004, p. 71-75.

# O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA NA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR

Yasmin Borges Pereira de Santana<sup>1</sup>

Alfons Heinrich Altmicks<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente artigo tem, como objetivo, analisar o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), no contexto da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), em especial, observando a quantidade de projetos dos bolsistas, no período de 2019 a 2021, concluídos ou em processo, que tragam temáticas afins com os temas da diversidade cultural e da sua inclusão no meio acadêmico. Para fundamentar essa análise, um breve histórico das Universidade no Brasil foi elaborado, além da história da Iniciação Científica e do próprio PIBIC. Em seguida, a Universidade Católica do Salvador foi apresentada, e o setor relacionado a pesquisa foi descrito. No tocante à metodologia, foram utilizadas as pesquisas bibliográfica e documental. Ao findarem os esforços investigativos, foi possível concluir que a quantidade de bolsistas é menor do que se esperava, conseqüentemente, a incidência de pesquisas sobre diversidade cultural também é baixa. Para solucionar isso, é necessária uma ampla divulgação, não somente no site da instituição e no seu Instagram, mas uma página própria para a disseminação focada nas informações sobre o PIBIC e as áreas de pesquisa.

**Palavras-chave:** Diversidade Cultural. Inclusão. Iniciação Científica. PIBIC. UCSAL.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo geral analisar o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), no contexto da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), em relação à quantidade de projetos concluídos, ou em processo, que incluam as temáticas do respeito à diversidade cultural e sua inclusão no meio acadêmico. À guisa de objetivos específicos, pretendeu-se: 1) explicar o que são a Iniciação Científica e o PIBIC; 2) discutir a importância da Iniciação Científica (IC); e 3) compreender a evolução da pesquisa no Brasil e a história da Iniciação Científica.

Como percurso metodológico, foi utilizada a prospecção bibliográfica e documental. Foram consultados livros e artigos, relacionados aos assuntos

---

<sup>1</sup> Graduanda em Comunicação Social (UCSAL), e-mail: yasminborges.santana@ucsal.edu.br.

<sup>2</sup> Graduado em Comunicação Social (UCSAL) e em Pedagogia (FAZAG). Mestre em Educação (USCar), mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (UCSAL), e-mail: alfons.altmicks@pro.ucsal.br.

abordados, além de farta documentação institucional, gentilmente cedida pela UCSAL, para a consecução desta modesta investigação.

A iniciação científica é uma das etapas mais importantes da formação universitária de um estudante de graduação, em especial para públicos universitários etnicamente diferenciados. As atividades de pesquisa fomentam a responsabilidade; conhecimento de métodos científicos; relacionamento em grupo, além de aprofundamento de tema de interesse da área do estudante. (BRIDI, 2004; MASSI; QUEIROZ, 2010; PINHO, 2017). A Universidade Católica de Salvador implantou, em 2016, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica – PIBIC, já tendo alcançado um número significativo de bolsistas nas mais diversas áreas, contando com o apoio das instituições de pesquisa – Fapesb; CNPq – bem como da Ucsal, através das cotas, ou seja, valores que são descontados das mensalidades dos estudantes. Entretanto, a grande maioria do alunado ainda desconhece o Programa, o que tem resultado em um número reduzido de inscritos, face ao total de estudantes da universidade

## **2. BREVE HISTÓRICO DA CRIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES NO BRASIL**

De acordo com Barreto e Filgueiros (2007), As Universidades brasileiras surgiram, com essa nomenclatura, apenas no Século XX, bastante atrasadas em relação ao restante do mundo. Somente no continente americano, instituições universitárias já estavam presentes, desde o Século XVI, sob a égide da colonização espanhola. Nas palavras de Barreto e Filgueiros (2007):

A primeira delas foi criada em Santo Domingo, na Ilha de Hispaniola (atual República Dominicana), tendo recebido o estatuto de universidade plena pela bula *In apostolatus culmine*, do Papa Paulo III, em 1538, e era composta pelos cursos de medicina, direito, teologia e artes. Várias outras foram fundadas ainda no século XVI na América espanhola, como as do México, de Lima e de Quito. Santo Domingo chegou a ter uma segunda universidade quinhentista, a de Santiago de la Paz, fundada em 1558. No século XVII outras surgiram por todo o território da coroa espanhola na América, às quais se juntaram várias outras no século seguinte. Ao cabo de pouco mais de dois séculos e meio a Espanha havia fundado na América cerca de 24 universidades, muitas das quais ainda existentes. Nem todas as universidades coloniais, porém, tinham o mesmo grau de desenvolvimento ou importância, ou mesmo de respeitabilidade. Algumas, todavia, vieram a tornar-se importantes centros de ensino e erudição. (BARRETO E FILGUEIROS, 2007, p. 1781)

Contudo, já no período colonial do Brasil, existiram escolas profissionalizantes, responsáveis pela difusão de conhecimentos técnicos e científicos. Exemplo disso é o Colégio da Bahia, fundado em 1572, pelos jesuítas, no qual eram ministrados os cursos de Filosofia e de Teologia (LEITE apud BARRETO; FILGUEIRAS, 2007; HUMEREZ; JANKEVICIUS, 2015).

Ribeiro (1992) afirma que é vital compreender a os primórdios da Educação Superior no Brasil, para identificar os processos de estruturação histórica, que moldaram a atual configuração da Academia brasileira. No País, a Educação Superior se constituiu a partir de iniciativas isoladas entre si e controladas pelo Estado, com forte ascendência do ensino técnico-profissionalizante — e quase nenhuma importância dada à pesquisa científica. A sua natureza era elitista, uma vez que, na sua gênese, fora concebida para atender à Corte Portuguesa e aos filhos das elites aristocráticas coloniais que não mais podiam estudar em Coimbra, por conta da Invasão Napoleônica. Para a autora, este modelo elitista foi estendido ao período do Império, sem grandes alterações (RIBEIRO, 1992), e somente com a Proclamação da República, foi desenvolvido um projeto institucional para a Educação Superior no Brasil.

No período republicano, foi fundada a primeira universidade brasileira, em 1912. A pioneira Universidade do Paraná representou uma iniciativa idealista da aristocracia paranaense, mas, sem contar com os devidos recursos para manter-se, finalizou as suas atividades três anos depois de inaugurada. Em 1920, através da junção das três maiores instituições de Ensino Superior do Rio de Janeiro<sup>3</sup>, surgiu a Universidade do Rio de Janeiro, que mais tarde se tornaria a Universidade Federal do Rio de Janeiro. De acordo com Ribeiro (1992), este incipiente modelo de universidade, composta de faculdades independentes e isoladas entre si, é a base de muitas instituições universitárias atuais. Os mecanismos acadêmicos e administrativos muitas vezes não se comportam como um corpo institucional, o que estabelece uma feição pulverizada para a Educação Superior no Brasil — com consequentes danos para a produção de pesquisas no país.

Evidentemente, este modelo necessita de um elemento controlador central, a partir de uma instância maior: o próprio Estado Nacional. Por isso, em 1930, foi criado

---

<sup>3</sup> Escola Politécnica, Faculdade de Medicina e Faculdade de Direito, todas fundadas ainda no período colonial.

o Ministério da Educação e Cultura (MEC)<sup>4</sup>. O MEC é um órgão federal, diretamente subordinado à Presidência da República, cuja responsabilidade é normatizar e controlar as atividades educativas institucionais em todo o território nacional. É de se ressaltar, conforme Minto (2006), o fato de que a República Brasileira trouxe consigo um projeto industrial, nunca antes experimentado no país. Assim, era necessário preparar mão de obra, cujo *know-how* fosse compatível com o projeto industrial que se iniciava. A criação do MEC, nesse sentido, representou muito menos a qualificação da Academia brasileira — e a subsequente elevação do nível da sua produção científica —, do que a sua instrumentalização, face à necessidade de se acelerar a industrialização no país.

Segundo Cury (2005), um primeiro marco formal para a pesquisa em Educação no Brasil pode ser encontrado, no ano de 1931, quando da assinatura do decreto nº 19.851 (BRASIL, 1931), que instituía a investigação científica nas universidades, através da criação dos cursos de especialização. Segundo este documento, a pesquisa científica era a *finalidade* do ensino universitário. Entretanto, o próprio autor faz uma ressalva: foi somente através dos Pareceres 977, de 1965 (BRASIL, 1965) e 77, de 1969 (BRASIL, 1969), emitidos pelo Conselho Federal de Educação (CFE), que a pesquisa científica foi definitivamente institucionalizada, com a definição dos níveis e funções dos cursos de pós-graduação no país.

Gouveia (1971) afirma que o reconhecimento da pesquisa realizada especificamente na área de Educação só viria a acontecer, em 1938, com a criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), uma autarquia federal, responsável pelo fomento de pesquisas e avaliações sobre o sistema educacional brasileiro. Segundo a autora

[...] Desde então, o propósito de utilizar a pesquisa como fonte de esclarecimento para a administração da educação, que inspirou a criação daquele instituto, tem sido frequentemente reiterado em pronunciamentos e documentos governamentais” (1971, p 01).

Para Rothen (2005), o INEP só se tornou uma verdadeira referência para a pesquisa brasileira em Educação, a partir de 1944, quando foi criada a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), principal canal de comunicação das

---

<sup>4</sup> Criado pelo presidente Getúlio Vargas e, na época, denominado Ministério de Educação e Saúde Pública (MESP). O órgão determinava políticas para as áreas de educação, saúde, esporte e meio ambiente, em todo o território nacional. No período anterior ao Governo Vargas, estas áreas eram de responsabilidade do Ministério da Justiça (MJ), através do Departamento Nacional de Ensino (DNE), do Departamento Nacional de Saúde Pública e Saneamento (DNSPS) e da Secretaria de Urbanização.



investigações científicas sobre a Educação realizadas em território nacional. Na trilha da RBEP, surgiram outras publicações, notadamente ligadas às universidades públicas brasileiras, que abriram espaço para o debate sobre as questões educacionais no país.

Cumprе ainda mencionar a fundação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)<sup>5</sup>, em 17 de abril de 1951, e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)<sup>6</sup>, em 11 de julho do mesmo ano. Estes órgãos, a despeito das críticas e ressalvas com que são vitimados, dão suporte às atividades de pesquisa no Brasil, seja na forma de financiamento das atividades de pesquisas, caso do CNPq; seja na sua organização e normatização, função da CAPES.

Em 1961, foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)<sup>7</sup>, quase trinta anos após ser prevista pela Constituição de 1934. Segundo Demo (2006), esta primeira versão da LDB estabelecia a Educação como responsabilidade do Estado e tinha como um dos principais objetivos preparar o indivíduo e a sociedade para o domínio dos meios científicos e tecnológicos que permitissem vencer as dificuldades do processo industrial brasileiro.

A primogênita lei orgânica da Educação brasileira só sobreviveria por dez anos. Com o advento do Golpe Militar no país, foi confeccionada uma nova LDB<sup>8</sup>, de tendência pragmática e tecnicista. Em relação à pesquisa, esta nova LDB trouxe novidades: a ideia de *formação preferencial*, que exigia a prática da investigação científica como condição de acesso do docente ao ensino universitário<sup>9</sup>. Também

---

<sup>5</sup> O CNPq é uma agência governamental, cuja função é dar subsídios à investigação científica no Brasil, na forma de financiamento de pesquisas e de incentivo à formação de pesquisadores.

<sup>6</sup> A CAPES foi originalmente criada para fomentar o desenvolvimento de especialistas e pesquisadores nas áreas mais urgentes da indústria nacional (física, química, matemática e geofísica), para talvez assim suprir a carência de pessoal qualificado na atividade industrial nacional. A partir de 1981, a CAPES passou a elaborar o Plano Nacional de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, retendo sob a sua responsabilidade a coordenação e fiscalização dos cursos de mestrado e doutorado No Brasil. Nesse mesmo ano, foi autorizada como Agência Executiva do Ministério da Educação e Cultura agregando a função de coordenação do Ensino Superior no Brasil. Em 1992, a CAPES tornou-se uma Fundação Pública, ampliando ainda mais a sua linha de atuação. Em 2007, o Congresso Nacional e a Presidência da República atribuíram à CAPES a função de organizar o processo de formação continuada dos professores da educação básica, através do estabelecimento da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica.

<sup>7</sup> Cf. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

<sup>8</sup> Cf. Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971.

<sup>9</sup> Para ensinar n o 1º grau, o professor deveria ter o 2º grau completo. Para ensinar no 2º grau era necessário um curso de graduação. E para ensinar no Ensino Superior, o professor tinha que ser, ao menos, especialista, o que implicava o desenvolvimento de pesquisa.

pressupunha a indissociabilidade entre o ensino superior, a extensão e a pesquisa, o que obrigava às universidades a manter um departamento de pós-graduação.

A terceira e atual LDB<sup>10</sup> surgiu no período da retomada democrática no país. Segundo Demo (2006), o seu texto adveio de um debate entre os atores da Educação, onde se destacavam duas propostas claras: o projeto organizado pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP), chamado *Projeto João Hage*, de natureza progressista; e o projeto institucional formulado no interior do MEC, cujo texto foi confeccionado pelos senadores Darcy Ribeiro, Maurício Corrêa e Marco Maciel. Esta última proposta, tendente ao neoliberalismo, foi vencedora e compôs o texto da LDB de 1996.

Para Figueiredo (2005), a LDB de 1996 diferiu bastante da lei orgânica anterior, tendo suprimido muitos dos itens que a caracterizavam e acrescentado tantos outros. Sobretudo duas contribuições acrescentes são relevantes para a pesquisa em Educação: a redução das exigências para o credenciamento de instituições de ensino superior, o que popularizou os cursos de graduação e pós-graduação no país; e o fomento de políticas de formação contínua para professores e outras categorias profissionais, o que, por sua vez, promoveu uma demanda consideravelmente maior pelos mesmos cursos de graduação e pós-graduação.

Em 2007, o MEC lançou o seu Plano de Desenvolvimento da Educação Nacional (PDEN), um conjunto de medidas que visava determinar as ações positivas a serem desferidas no ensino público brasileiro. Em relação ao Ensino Superior, as principais medidas diziam respeito ao financiamento universitário para estudantes de baixa renda. Assim, o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) passou a ofertar uma bolsa integral, a ser restituída a partir de seis meses após a conclusão do curso. Outra novidade foi a cooperação entre o FIES e o Programa Universidade Para Todos (ProUni), onde o aluno de baixa renda pode financiar parcialmente o seu curso através das duas propostas. Ainda há o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), cuja meta é dobrar o número de vagas nas Instituições de Ensino Superior públicas, até 2017, o que implica um aumento da atividade de pesquisa no Brasil.

## 2.1 A INICIAÇÃO CIENTÍFICA NO BRASIL

<sup>10</sup> Cf. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

A Constituição Brasileira de 1998 (BRASIL, 1988), no artigo 207, exige que a tríade ensino, pesquisa e extensão esteja presente nas universidades, de maneira indissociável, ou seja, as três dimensões estão impossibilitadas de serem ofertadas, separadamente. No texto constitucional, é afirmado: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. (BRASIL, 1988, p. 42).

O ensino se refere às atividades que têm em vista o processo de aprendizagem dos estudantes, em salas, laboratórios, monitorias e outros tipos; a pesquisa, de acordo com Farias, Soares e Farias (2010), é abordada com atividades e projetos voltados à produção do conhecimento; mais comumente explorada na graduação por meio dos Trabalhos de Conclusão do Curso (TCC) e da Iniciação Científica, fomentados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Já a extensão costuma causar um pouco de dúvida nos alunos. Trata-se da dimensão responsável pelo diálogo entre a universidade e a população, por meio de ações de prestação de serviços, a exemplo de clínicas-escola ou agências Juniors. A comunidade, em contrapartida, também ajuda a instituição, promovendo uma troca mútua de auxílio e conhecimento. Gadotti (2017) reafirma a importância da integralização dessa tríade:

Ela deve ser incluída como parte indissociável do ensino e da pesquisa nas práticas pedagógicas de todos os currículos. A educação precisa ser integral e não fragmentada (ANTUNES & PADILHA, 2010). O princípio da integralidade é fundamental na Extensão Universitária. É preciso conectar as três funções da universidade para que a educação seja integral. (GADOTTI, 2017, p. 9)

Entretanto, algumas vezes, dependendo do curso, existe uma dificuldade em integrar esses três pilares, ao longo da graduação do estudante, de acordo com Silva e Mendoza (2020):

A compreensão do tripé nem sempre se consolida, pois ao ingressar em um curso de graduação superior os alunos se deparam com diversas dificuldades, bem como a adaptação a um novo sistema de ensino, relação entre professor e aluno, grade curricular do curso pretendido entre diversos aspectos (OLIVEIRA et al., 2014). Ao sair do ensino médio alguns alunos não sabem ao menos o significado da palavra ensino, além de não assimilar o porquê de determinadas disciplinas ou metodologias ao deparar com o currículo do curso escolhido. Além dessa problemática a compreensão da pesquisa e extensão, carece de um melhor esclarecimento. (SILVA E MENDOZA, 2020)

Assim, cabe, ao professor, o papel de acolhedor e facilitador do processo de adaptação do estudante nas três dimensões do Ensino Superior, aplicando uma metodologia precisa e compreensível.

A Iniciação Científica faz parte do pilar da pesquisa, possibilitando o contato direto do estudante com a produção de conhecimento, no meio acadêmico, ampliando, assim, as suas habilidades de resolução de problemas na área de conhecimento escolhida. Além disso, a Iniciação Científica pode ser um enorme diferencial no currículo do estudante, aumentando a probabilidade do seu sucesso na carreira. Na universidade, a Iniciação Científica é realizada com apoio de pesquisadores orientadores, grupos de pesquisa e professores. Pinho (2017) afirma:

O Plano Nacional de Graduação (PNG) de 2001 apontou para a importância da pesquisa na graduação por constituir um espaço em que o aluno atua como sujeito de sua aprendizagem, por meio, principalmente, da integração entre a graduação e a pós-graduação. Segundo o PNG (2001, p. 12), todo esse processo visa atingir a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, como condição para o exercício profissional criativo. (PINHO, 2017, p. 661)

Ao participar da Iniciação Científica na graduação, o estudante estará contribuindo para a expansão e produção de conhecimento na sua área, fomentando novas descobertas, inspirando outros estudantes a participarem dos programas de IC, enriquecendo o banco de dados. Outrossim, a IC também prepara o aluno para as próximas etapas da sua trajetória na academia, estimulando a sua criatividade e o pensamento crítico, trazendo melhorias para suas notas nas disciplinas do curso. Pinhos (2017) explica com mais detalhes essa importância:

Sob a ótica da normatização (RN-005/1993), as atividades da IC são importantes devido a várias razões, como por: a) despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes de graduação, mediante suas participações em projetos de pesquisa, introduzindo o jovem universitário no domínio do método científico; b) proporcionar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos científicos, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa; c) possibilitar a diminuição do tempo de permanência do bolsista na pós-graduação; d) despertar no bolsista uma nova mentalidade em relação à pesquisa e prepará-lo para a pós-graduação. (PINHOS, 2017, p. 662)

Além desses benefícios, ainda há aqueles no âmbito profissional, como a socialização com profissionais da área em congressos e eventos; e obtenção de mais conhecimento na área em que o estudante visa atuar (PINHO, 2017).

## 2.2 O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIBIC)

O PIBIC foi criado, em 1988, pelo CNPq, normatizado em 1993, o que deu a possibilidade de regulamentar os critérios para o desenvolvimento do programa e a entrada das instituições no mesmo. Esse Programa não apenas distribui bolsas, incentivando à permanência do estudante na pesquisa, mas também possibilita a formação de novos cientistas (MISSIAGGIA, 2001). Apesar de ter sido criado pela CNPq, o PIBIC é administrado pelas próprias instituições, em que o programa foi aceito. Isso é um fator importante na independência das mesmas, já que são responsáveis, diretamente, por suas políticas e iniciativas em relação à pesquisa (OLIVEIRA; BIANCHETTI, 2018).

Vale ressaltar, também, a diversidade de temáticas, que se instara nos grupos de pesquisa, com pesquisadores e bolsistas do PIBIC. As discussões étnicas, a cultura e a ancestralidade, temas que não costumam encontrar espaço nos debates acadêmicos, com o apoio do PIBIC, conseguem abrir portas para a produção de conhecimento, visando o combate à má informação e aos preconceitos enraizados na sociedade (OLIVEIRA; BIANCHETTI, 2018).

As bolsas científicas foram criadas, em 1951, com um número limitado de cursos de graduação inclusos, logo após a fundação do CNPq, órgão responsável, principalmente, pelo incentivo à formação de pesquisadores no País. O seu objetivo era o de conceder bolsas para os estudantes de graduação, interessados na pesquisa. Ao longo dos anos, o número de bolsas e os cursos que as oferecem aumentou, expressivamente, chegando a mais de 19.000, no começo dos anos 2000 (MISSIAGGIA, 2001). O PIBIC, portanto, é relativamente recente, porém traz tudo aquilo que era almejado na IC, mais um estímulo à produção de conhecimento. Missiaggia (2001, p. 14) resume:

Em síntese, o desenvolvimento e direção que o PIBIC tomou nesses últimos dez anos permite caracterizá-lo como um programa executado muito mais como uma política de formação para a pesquisa do que como uma simples modalidade de bolsa. Ele ajuda a formar novos cientistas, contribui para produzir saber e estimula as instituições a formularem políticas próprias. (MISSIAGGIA, 2001, p. 14).

O Programa é administrado pelas próprias instituições, sejam elas públicas, privadas ou comunitárias, com ou sem cursos de graduação, que desenvolvem

efetivamente pesquisas e possuem estrutura para comportar o programa, com a supervisão do CNPq. O PIBIC visa a colaboração dos estudantes de graduação, estimulando o pensamento crítico e a criatividade ao resolver problemas, e o desenvolvimento de diversas habilidades, como a escrita, o método científico, a técnica e outros métodos de pesquisa, além da capacidade de organização e apresentação em eventos. Ademais, com esses saberes sendo adquiridos, pelo estudante, já em sua primeira graduação, as suas próximas etapas da vida acadêmica serão facilitadas, a exemplo da pós-graduação. Algumas outras atribuições do PIBIC são:

- a) Reduzir o período necessário para a titulação de mestres e doutores;
- b) Melhor interação entre a graduação e a pós-graduação;
- c) Integralização e maior acesso do estudante no campo científico;
- d) Contribuir para a formação científica de recursos humanos para qualquer campo profissional;
- e) Envolver os alunos em projetos de pesquisadores produtivos nas áreas científica, tecnológica e artístico-cultural;
- f) Contribuir para diminuição da disparidade entre as regiões na distribuição científica do país;
- g) Contribuir para a diminuição do período de formação de doutores, visando a obtenção dessa titulação até os 30 anos;
- h) Estimular a interação entre instituições participantes do Programa.

Para se tornar bolsista PIBIC, o estudante deve cumprir alguns requisitos, como estar cursando uma graduação e dedicar-se, integralmente, à produção científica e atividades acadêmicas. Para fazer parte do programa, o estudante deve procurar um pesquisador interessado em incluí-lo em sua pesquisa e orientá-lo. Por outro lado, para se tornar um orientador, o pesquisador deve estar vinculado a uma instituição de ensino que faz parte do PIBIC; desenvolver pesquisa científica, e, de preferência, ser bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Cumprindo esses requisitos, o interessado deve participar de um processo seletivo na sua instituição (OLIVEIRA; BIANCHETTI, 2018).

Para o ano de 2022, estão sendo ofertadas, nas Chamadas Públicas, cerca de 35 mil bolsas nos programas científicos e de pesquisa, sendo 26 mil, ou seja mais de 74%, dedicadas exclusivamente para o Programa Institucional de Iniciação Científica

2022/2024. Além disso, O PIBIC-EM (Ensino Médio) e PIBIC-Af (Ações Afirmativas), estão ofertando ao todo 6.400 bolsas (BRASIL, 2022). Com esses dados é possível observar a dimensão eminente do campo científico e da pesquisa no Brasil.

Além disso, o PIBIC também abre espaço para discussões relevantes, como a diversidade étnica na pesquisa, com variados grupos de pesquisa e projetos inteiramente focados nessa temática, com núcleos indígenas, cultura afro-brasileira e de outras etnias e raças, espalhados nas instituições participantes do Programa ao longo do país, incluindo a Universidade Católica do Salvador.

## 2.3 O PIBIC NA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR

A Universidade Católica do Salvador (UCSal) é uma instituição educacional, sem fins lucrativos, criada em 1961, representando a segunda Universidade instalada no Estado, logo atrás da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Ligada à Igreja Católica, a UCSal surgiu em decorrência de uma preocupação com a formação humanista para os jovens de Salvador, inspirada no ideário cristão e nos valores mais elevados de altruísmo e benemerência (FLEXOR; SOUZA, 2011).

A Instituição surgiu da união de escolas profissionais, sendo estruturada a partir da incorporação e agregação da Escola de Serviço Social, em 1944, da Faculdade Católica de Direito, em 1956, da Faculdade Católica de Filosofia, em 1952, da Escola Baiana de Medicina e Saúde Pública, em 1953, e da Faculdade de Ciências Econômicas, em 1960<sup>11</sup>. Ao longo dos seus mais de 60 anos, a UCSAL conquistou o respeito dos baianos, tendo formado mais de 50.000 profissionais, em diversas áreas profissionais, sem nunca perder a adesão aos seus princípios norteadores, quais sejam: o seu caráter comunitário e filantrópico, o compromisso social; a autonomia universitária; a gestão participativa; e a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão (FLEXOR; SOUZA, 2011).

No campo da pesquisa, a UCSAL possui 50 grupos de pesquisa ativos e registrados no Diretório de Grupos de Pesquisa (DGP) do CNPq, nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Exatas; Ciências Biológicas e da Saúde. A respeito das bolsas PIBIC, distribuídas tanto pela CNPq, quanto pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e pela própria UCSal, desde o ano

---

<sup>11</sup> Com o tempo, as duas últimas se desligaram da UCSAL e seguiram caminhos independentes.

de 2004, já totalizam mais de 1.100 oportunidades de financiamento de projetos de pesquisa, um número expressivo (UCSAL, 2020). Contudo, ao serem comparados o número de alunos matriculados e a quantidade de bolsas PIBIC, é perceptível que muito ainda precisa ser feito, para que a pesquisa seja, de fato, um sucesso na instituição. Somente no ano de 2020, estiveram matriculados 7.829 estudantes nos cursos de graduação da UCSAL. Desse montante, apenas 48 bolsas PIBIC foram utilizadas (UCSAL, 2020). Essa disparidade torna evidente a necessidade de divulgar esse programa na Universidade, para expandi-lo.

Outro resultado observado através de um recorte mais detalhado em relação aos projetos de pesquisas dos bolsistas, de 2019 a 2022, é o baixo índice de pesquisas voltadas para a diversidade cultural, inclusão no espaço acadêmico e no PIBIC propriamente dito: apenas cerca de 4% do total de projetos (UCSAL, 2020). Portanto, a fim de aumentar o número de projetos relacionados às temáticas de diversidade cultural, como as culturas afro-brasileira e indígenas; inclusão desses grupos no meio acadêmico e no PIBIC, é necessário a adesão de mais estudantes interessados em fazer parte do universo da pesquisa. Isso pode ser feito através de uma divulgação ampla, utilizando instrumentos como as redes sociais, em que há uma concentração maior desse público, não excluindo a ampliação de informações no próprio site da Católica e a reformulação da cartilha instrutiva a respeito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, com um visual mais jovem e *design* leve.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fim de aumentar o número de projetos relacionados às temáticas de diversidade cultural, como as culturas afro-brasileira e indígenas; inclusão desses grupos no meio acadêmico e no PIBIC, é necessário a adesão de mais estudantes interessados em fazer parte do universo da pesquisa. Consequentemente, Isso leva aos questionamentos sobre como essa expansão pode ser feita. Sugere-se uma divulgação ampla utilizando instrumentos como as redes sociais como um Instagram voltado para a área de pesquisa da Instituição, propagando informações mais centralizadas e precisas, como eventos, meios de inserção em grupos de pesquisa e acesso à bolsas de IC, em que haja uma concentração maior do público jovem, perfil da maior parte dos graduandos. Vale ressaltar a importância da ampliação de



informações no próprio site da UCSAL e a reformulação da cartilha instrutiva a respeito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, com um visual mais jovem e *design* leve, sendo um espaço utilizado para informações mais completas e detalhadas.

## REFERÊNCIAS

- BARRETO, A. L.; FILGUEIRAS, C. A. L. Origens da universidade brasileira. **Quim. Nova**, Vol. 30, No. 7, ppç. 1780-1790, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/qn/a/rzxmW6ggvDDvXJYLBfkg38m/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 16 de jul de 2022.
- BRASIL, Conselho Federal de Educação (CFE). **Parecer CFE n. 977/65**, aprovado em 3 dez. 1965. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/NsLTtFBTJtpH3QBFhxFgm7L/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 16 de jul de 2022.
- BRASIL, Conselho Federal de Educação (CFE). **Parecer CFE n. 77/69**. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cd003520.pdf> Acesso em 16 de jul de 2022.
- BRASIL. **Decreto nº 19.851**, de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferencia, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização technica e administrativa das universidades é instituida no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 16 de jul de 2022.
- BRASIL. **O CNPq está com quatro chamadas abertas para bolsas de iniciação científica e tecnológica**. Governo do Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/noticias/educacao-e-pesquisa/07/o-cnpq-esta-com-quatro-chamadas-abertas-para-bolsas-de-iniciacao-cientifica-e-tecnologica>. Acesso em: 16 de jul. de 2022.
- BRASIL, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em 16 de jul de 2022.
- BRASIL, Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm) Acesso em 16 de jul de 2022.
- BRIDI, J. C. A. **A Iniciação Científica na Formação do Universitário**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação, 2004.
- CURY, Carlos Alberto Jamil. Quadragésimo ano do parecer CEF nº 977/65. **Revista Brasileira de Educação**. Belo Horizonte, nº 30, pp. 07-20, set/dez 2005.
- DEMO, P. **A Nova LDB: ranços e Avanços**. 19ª Ed., Campinas, Papirus, 2006. (Col. Magistério, formação e trabalho).
- FARIAS, M. C. M. ; SOARES, L. R.; FARIAS, M. M. Ensino, pesquisa e extensão: histórico, abordagem, conceitos e considerações. **Revista Em Extensão**, v. 9, n. 1, 2010. Disponível

em: <https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/20564>. Acesso em: 16 de jul. de 2022.

FIGUEIREDO, E. S. Reforma do Ensino Superior no Brasil: um olhar a partir da história. **Revista da UFG**. Goiânia, Ano VII, No. 2, dez. 2005.

FLEXOR, M. H. O.; SOUZA, M. **Católica, há 50 anos formando profissionais cidadãos**. Salvador: UCSal, 2011.

GADOTTI, M. **Extensão Universitária: para quê?** 2017. Disponível em: [https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o\\_Universit%C3%A1ria\\_-\\_Moacir\\_Gadotti\\_fevereiro\\_2017.pdf](https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf). Acesso em 17 de jul de 2022

GOUVEIA, A. J. A pesquisa educacional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**. São Paulo, nº 1, pp. 01-47. Jul 1971.

HUMEREZ, D. C. de; JANKEVICIUS, J. V. **Evolução Histórica do Ensino Superior no Brasil**. COFEN - Conselho Federal de Enfermagem, 2015. Disponível em [http://www.cofen.gov.br/enfermagem-e-formacao-artigos-cientificos\\_31492.html](http://www.cofen.gov.br/enfermagem-e-formacao-artigos-cientificos_31492.html). Acesso em 16 de jul. de 2022.

MASSI, L.; QUEIROZ, S. L.. Estudos sobre iniciação científica no Brasil: uma revisão. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 139, p.173-197, jan./abr. 2010.

MINTO, L. W. **As reformas do ensino superior no Brasil: o público e o privado em questão**. Campinas, Autores Associados, 2006. (Col. Educação Contemporânea).

MISSIAGGIA, S. **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC: manual do usuário** - (baseado na Resolução Normativa 019/2001). Brasília: [s.n.], set, 2001. Disponível em: <https://www.prp.unicamp.br/pibic/congressos/xicongresso/cdrom/html/MANUAL%20USUARIO%20PIBIC%20CNPq.pdf>. Acesso em 16 de jul. de 2022.

OLIVEIRA, A. de; BIANCHETTI, L. Os desafios e limites da inserção dos bolsistas do PIBIC: Ensino Médio no campo acadêmico. **Educação e Pesquisa**, v. 44, n. 0, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/XrtcJvx4vSzXv884yPQV8WL/?lang=pt>. Acesso em 16 de jul. de 2022.

PINHO, M. J. de. Ciência e ensino: contribuições da iniciação científica na educação superior. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 03, p. 658-675, nov. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/aval/a/T33wvHSY5PvjWvdpfMmmTby/?lang=pt>>. Acesso em: 17 de jul de 2022.

RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. 12ª Ed., São Paulo, Cortez, 1992. (Col. Educação Contemporânea).

ROTHEN, José Carlos. O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos: uma leitura da RBEP. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 86, nº 212, pp. 189-224, jan./abr. 2005.

SILVA, M. F. da. MENDOZA, C. C. G. A importância do ensino, pesquisa e extensão na formação do aluno do Ensino Superior. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 05, Ed. 06, Vol. 08, pp. 119-133. Junho de 2020. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/pesquisa-e-extensao>. Acesso em 16 de jul de 2022.

UCSAL, Universidade Católica do Salvador, Comissão Própria de Avaliação - CPA. **Relatório de autoavaliação: ano base 2020**. Disponível em <http://noosfero.ucsar.br/articles/0023/1112/relatorio-de-autoavaliacao-2020.pdf> acesso em 20 de jul.

## RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE: educação ambiental para o curso de graduação em fisioterapia

Rejeane Santos da Conceição – UCSal/ GAMDES<sup>1</sup>

Ana Paula Mendes Geitenes (SEC/BA); GAMDES<sup>2</sup>

Cristina M<sup>a</sup>. D. F. Marchi – UCSal/GAMDES<sup>3</sup>

### RESUMO

Esse estudo tem como objetivo analisar a relação da educação ambiental com foco na problemática do manejo dos resíduos de serviços de saúde, dentro do plano de ensino do curso de graduação em fisioterapia. Como método foi usada a abordagem de estudo teórico crítico através de revisão da literatura. Considera-se que o descarte inadequado dos RSS pode ser extremamente danoso aos profissionais que os manipulam, bem como responsáveis pelo seu gerenciamento, impactando de maneira nociva os ecossistemas. Autores confirmam que o conhecimento sobre o manejo dos RSS, discutido durante a formação acadêmica dos fisioterapeutas, se confunde com a errônea relação estabelecida com o “lixo”, ocorrendo a necessidade da conscientização para gerenciamento adequado, atuante na segurança ambiental e minimização dos riscos à saúde desses futuros profissionais. Entende-se que é necessário questionar a aplicação da incineração como possível protagonista das possíveis soluções para o descarte final de RSU.

**Palavras-chave:** resíduos sólidos de serviços de saúde. educação ambiental. Universidade.

### 1. INTRODUÇÃO

O consumo em demasia gera um problema bastante discutido na sociedade atual: os resíduos sólidos. O estilo de vida cada vez mais urbano, imediatista e com alto consumo, compromete a viabilidade e qualidade dos ecossistemas e infere na necessidade de planejar, educar e criar alternativas com suporte legal para a destinação final dos resíduos sólidos (GEITENES e MARCHI, 2015).

Os resíduos sólidos são classificados de acordo com sua origem: industrial, doméstica, urbana, hospitalar, entre outros (ABNT, 2004). Dentro dessa classificação destacam-se os resíduos de serviços de saúde (RSS), gerados por instituições de

---

<sup>1</sup> Mestre em Planejamento Ambiental e Desenvolvimento Social, UCSal, rejeane.conceicao@ucsal.br.

<sup>2</sup> Mestre em Planejamento Ambiental e Desenvolvimento Social, UCSal, geitenes@terra.com.br

<sup>3</sup> Professora adjunta da Universidade Católica do Salvador, UCSal, cristina.marchi@pro.ucsal.br

assistência médica, veterinária, odontológica, laboratorial, farmacêutica, além de instituições de ensino e pesquisa (UEHARA; VEIGA; TAKAYANAGU, 2019).

As instituições que oferecem esses serviços devem seguir a legislação vigente e elaborar um Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) com o objetivo de gerir, planejar e descartar na maneira segura sem prejuízo aos ecossistemas e as populações, principalmente ao grupo de trabalhadores profissionais da saúde que por terem maior contato com os RSS estão mais expostos a acidentes ocupacionais (BRASIL, 2004).

As universidades, como instituições de ensino superior (IES), de investigação, pesquisa e centro de educação técnica, possuem características essenciais na disseminação de conhecimentos socioambientais, portanto, deve assumir a responsabilidade na incorporação de saberes ambientais nos sistemas de educação e formação profissional. Devem também proporcionar aos profissionais seus discentes, fundamentos teórico-práticos indispensáveis para compreender, ponderar, refletir e analisar seu fazer profissional incluindo a perspectiva ambiental (MORALES, 2007).

Sabe-se que apesar dos documentos normativos e fiscalização da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), os profissionais de saúde demonstram falta de conhecimento sobre a legislação que estabelece as diretrizes para o manejo seguro dos RSS, conteúdo teórico que não exerce papel efetivo dentro da esfera da educação ambiental pouco discutida em ambiente acadêmico dos cursos de graduação (PEREIRA; NUNES; ANDRADE, 2021).

Para Moreschi, et. al (2014), ocorre a necessidade de que cada profissional de saúde, seja inserido de maneira inclusiva como ator social no gerenciamento do RSS, apoiados em conceitos e normativas da educação ambiental, onde se confirma que o manejo impróprio dos RSS provoca repercussões deletérias nos campos sociais e ambientais. Tais informações devem ser difundidas e potencializadas no processo de formação acadêmica, local de discussão e aprimoramento para os futuros profissionais.

Esse estudo tem como objetivo analisar a relação da educação ambiental com foco na problemática do manejo dos resíduos de serviços de saúde, dentro do plano de ensino de um curso de graduação em fisioterapia.

## 2. METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura com análise descritiva, exploratória e abordagem qualitativa acerca do tema. Foi realizada a análise exploratória do plano de ensino acadêmico do curso de bacharelado em Fisioterapia de uma Instituição de Ensino Superior, em Salvador – BA. Para o desenvolvimento desse trabalho ocorreu a busca em periódicos com pesquisas disponibilizadas de maneira online em bibliotecas virtuais, no portal da Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Pubmed e base de dados da Elsevier SciVerse ScienceDirect, SciVerse Scopus, entre os meses de junho e julho de 2022 usando os seguintes descritores: resíduos sólidos de serviços de saúde, educação ambiental, universidade.

## 3. DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Considera-se que o descarte inadequado dos RSS pode ser extremamente danoso aos profissionais que os manipulam, bem como responsáveis pelo seu gerenciamento, impactando de maneira nociva os ecossistemas.

Garbin, et.al, (2015), afirmam que todos os profissionais de saúde estão expostos ao risco de infecção por contato direto com materiais biológicos a exemplo de: sangue e fluidos orgânicos potencialmente infectantes (secreção de vias respiratórias, secreção vaginal, líquido sinovial, líquido pleural, entre outros). Os autores confirmam que o conhecimento sobre o manejo dos RSS, discutido durante a formação acadêmica dos fisioterapeutas, se confunde com a errônea relação estabelecida com o “lixo”, ocorrendo a necessidade da conscientização para um gerenciamento adequado.

Dentro da matriz curricular analisada, observa-se que as disciplinas e componentes curriculares mostram insuficientes relações com a temática RSS (Tabela 1).

TABELA 1 – Análise Descritores e Temática RSS

| Descritores | Matriz Curricular Fisioterapia | Relação com tema RSS |
|-------------|--------------------------------|----------------------|
| Saúde       | Aplicada à saúde do idoso      | N/A                  |

|                               |                                         |     |
|-------------------------------|-----------------------------------------|-----|
|                               | Na saúde do trabalhador                 | N/A |
|                               | Dermatofuncional e saúde da mulher      | N/A |
|                               | Saúde da criança                        | N/A |
|                               | Saúde baseada em evidências             | N/A |
| Meio ambiente                 | Ausente                                 | N/A |
| Resíduos de Serviços de Saúde | Ausente                                 | N/A |
| Fisioterapia                  | Introdução à profissão                  | N/A |
|                               | Anatomia aplicada                       | N/A |
|                               | Fisiologia aplicada                     | N/A |
|                               | Na atenção básica e coletiva            | N/A |
|                               | Na saúde do idoso                       | N/A |
|                               | Aquática                                | N/A |
|                               | Dermatofuncional e saúde da mulher      | N/A |
|                               | Saúde da criança                        | N/A |
|                               | Saúde do trabalhador                    | N/A |
|                               | Bucomaxilofacial                        | N/A |
|                               | Neurologia                              | N/A |
|                               | Urologia, gineco-obstétrica e oncologia | N/A |
|                               | Cardiologia e angiologia                | N/A |
|                               | Pneumologia e terapia intensiva         | N/A |

Fonte: Plano de ensino acadêmico Instituição. Adaptado pelas autoras (2022)

Com os novos perfis epidemiológicos, territoriais, demográficos, mudanças ambientais e sociais, percebe-se que o fisioterapeuta deve transpor os limites da

busca apenas pela necessidade da cura e da reabilitação, tomando-se para além disso, um profissional importante na dinâmica da Saúde Coletiva, adotando como referência o modelo de Vigilância em Saúde e se apropriando dos conceitos da Saúde Ambiental (BISPO, 2010).

O estudo de Geitenes, Marchi (2020) apresentou como objetivo avaliar o conhecimento dos acadêmicos de fisioterapia acerca dos resíduos de serviços de saúde, e sugeriu que o manejo de RSS não é um conteúdo abordado no curso de graduação em fisioterapia, destacando que os docentes entendem que esta temática não seja de sua competência profissional e, deste modo, não a abordam no processo educativo e profissional, concluindo que o conhecimento dos acadêmicos de fisioterapia sobre os riscos à saúde conforme o gerenciamento dos RSS é muito insuficiente para sua prática assertiva.

Autores confirmam que o conhecimento sobre o manejo dos RSS, discutido durante a formação acadêmica dos fisioterapeutas, se confunde com a errônea relação estabelecida com o “lixo”, ocorrendo a necessidade da conscientização para gerenciamento adequado, atuante na segurança ambiental e minimização dos riscos à saúde desses futuros profissionais (SOUZA et al., 2015; GARBIN et al., 2015; GEITENES, MARCHI, 2020).

A inexistente relação entre os descritores “meio ambiente” e “resíduos de serviços de saúde” na matriz curricular do curso de fisioterapia de uma determinada instituição de ensino superior na cidade de Salvador – BA, confirma a falta de conteúdo formal para a discussão desta temática, resultando em pouco envolvimento do discente com a “consciência socioambiental” nas questões envolvendo os ecossistemas e a saúde pública.

Bispo (2010), afirma que o cenário epidemiológico atual no território brasileiro, proporciona à fisioterapia uma necessidade para releitura de seus fundamentos e análise de sua prática, com urgência para adaptação a essa realidade e contribuição para a mudança do quadro social e sanitário do país, devendo ser iniciado ainda no período da graduação.

A deficiência da conduta clínica no gerenciamento dos RSS, está relacionada com a ausência do conteúdo teórico que deveria ser abordado no contexto da graduação, resultando em apropriação dos conceitos e direcionamentos da saúde ambiental por parte dos discentes (MULLER et al., 2013).

Na prática do ensino superior, dentro do curso de fisioterapia, a conscientização sobre questões ambientais é de suma importância, pois o gerenciamento criterioso dos RSS desde sua produção até o seu descarte final, resultando em redução desse resíduo, menor risco de acidentes aos profissionais e diminuição do impacto ambiental (GEITENES, MARCHI, 2020).

Em seu estudo de 2007 com o objetivo de trazer discussões acerca da instituição universitária, no sentido de refletir sobre seu papel na formação em educação ambiental, Morales questiona “Ao buscar assumir papel essencial na reconfiguração de mundo, algumas indagações vêm à tona: De que forma a educação ambiental está adentrando no ensino superior? No contexto brasileiro, como se configura a educação ambiental nos cursos de graduação?” Como resposta Morales (2007) conclui que as IES, na inserção da dimensão da educação ambiental, buscam, por meio da especialização, articulação e flexibilidade de tal modo que permita certa liberdade em sua organização estrutural, geralmente vinculados em Pró-reitorias de Pesquisa e Pós-Graduação.

#### 4. CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inexistente relação entre os descritores “meio ambiente” e “resíduos de serviços de saúde” na matriz curricular do curso de fisioterapia da instituição pesquisada confirma a ausência de conteúdo para o conhecimento da temática, resultando em pouco envolvimento do discente com a “consciência socioambiental”.

Diante do exposto considere-se que possíveis doenças infecciosas transmitidas por materiais biológicos podem ser controladas com medidas de planejamento com atenção especial a matriz curricular acadêmica dos cursos de graduação em saúde.

#### REFERÊNCIAS

BISPO, J. P. B. **Fisioterapia e saúde coletiva: desafios e novas responsabilidades profissionais**. Ciência & Saúde Coletiva, v.15, n1, 1627-1636, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/PC76jP6HVQ6rYN7VgJ7z59g/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20/07/2022.



BRASIL, Ministério da Saúde. **Resolução ANVISA RDC No 306/2004**. Dispõe sobre o regulamento técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília (DF), 2004 dez 10; Sec. 1:49.

GARBIN, A. J. I. et al. **A responsabilidade socioambiental na forma acadêmica**. São Paulo: O Mundo da Saúde, 2015. 39(1): p. 119-125. Disponível em: [http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/periodicos/mundo\\_saude\\_artigos/Responsabilidade\\_Socioambiental\\_.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/periodicos/mundo_saude_artigos/Responsabilidade_Socioambiental_.pdf). Acesso em: 20/07/2022.

GEITENES, A. P. M.; MARCHI, C. M. D. **A visão dos acadêmicos de fisioterapia sobre os resíduos de serviços de saúde em uma instituição de ensino superior**. REMONUFMS Rev. Monogr. Ambient. Santa Maria, v.19, e 6, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/View/38442>. Acesso em: 20/07/2022.

MORALES, A. G. M. **O processo de formação em educação ambiental no ensino superior: trajetória dos cursos de especialização**. Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient. ISSN 1517-1256, v.18, janeiro a junho de 2007. Disponível em: <https://seer.furg.br/remea/article/view/3554/2118>. Acesso em: 20/07/2022.

MULLER, A. M. et al. **Um olhar exploratório sobre os resíduos de serviços de saúde para os cursos da área da saúde numa universidade comunitária do Sul do Brasil**. Rio Grande do Sul: Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental. 2013. v.17, n.17:p. 3327- 3335. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reget/article/view/10659>. Acesso em: 22/07/2022.

UEHARA, S. C. S. A.; VEIGA, T.B.; TAKAYANAGUI, A.M.M. **Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde em hospitais de Ribeirão Preto (SP), Brasil**. Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, v. 24, n.1, SP, 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/j/esa/a/5Dm8mZhLDFrVc6bBdYVdztf/?lang=pt>, acesso em 05 de julho de 2022.

PEREIRA, L. R.; NUNES, J. F.; ANDRADE, R. D. **Resíduos de serviços de saúde: uma reflexão sobre seu gerenciamento e os riscos associados**. Brazilian Journal of Health Review, Curitiba, v.4, n.3, 2021. Disponível em <https://www.brazilianjournals.com>. Acesso em 05 de julho de 2022.

RIOJAS, J. **A complexidade ambiental na universidade**. In: LEFF, E. et al. A complexidade ambiental. São Paulo: Cortez, 2003.

RUPEA. **Mapeamento da Educação ambiental em Instituições Brasileiras de Educação Superior: elementos para discussão sobre políticas públicas**. São Carlos, UFSCAR, 2005. Relatório.

SOUZA, A. C. S. et al. **Descarte de resíduos infectantes: informações demonstradas e ações praticadas por estudantes de enfermagem e medicina**. Rev. Eletr. Enf. [Internet]. 2015 jan./mar; v.17, n.1. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5216/ree.v17i1.25181>. Acesso em 05 de julho de 2022.

**EIXO 3**  
**POVOS TRADICIONAIS E O DIREITO AO**  
**TERRITÓRIO**

O eixo temático propõe discussões pautadas no direito ao território pelos povos tradicionais: indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, pescadores artesanais, afro-religiosos e demais atores sociais, cujos direitos territoriais se manifestam nas complexas relações de poder (identitárias) sócio-históricas. A resistência pela manutenção das populações tradicionais diante a discriminação e opressão a ocupar seus territórios de direito, e o direito à vida em sua coletividade identitária, traz alterações sobre reivindicações a plena vivência dos direitos de cidadania e a consolidação e garantias do território de reprodução social e cultural por diferentes movimentos sociais, cujas ações de mobilização devem ser fortalecidas, sobretudo no momento político atual. A problematização da questão territorial às populações tradicionais e as diferenças que vêm sendo historicamente tratadas na sociedade – nas instituições educativas, que deve ser de forma inclusiva, e nas políticas públicas em geral, de reconhecimento social, redistribuição e de diferença cultural, devem ser analisadas criticamente. Assim, os conflitos, as perspectivas e os desafios pelo reconhecimento territorial e identitário traz ponderações sobre a atuação, à atuação, na perspectiva renovadora, do reeducar da sociedade para contribuir nas mudanças de leis e assegurar asseverar os direitos constitucionais. Nesse sentido, discussões sobre uma política educacional inclusiva pautada nas diferenças traz o exercício à prática democrática sobre a construção da igualdade social e do direito ao território. Esta construção pressupõe o reconhecimento da diversidade.

## A DISPUTA TERRITORIAL ENTRE A COMUNIDADE QUILOMBOLA RIO DOS MACACOS E A MARINHA BRASILEIRA

Juliane Silva Santos<sup>1</sup>

Mariana Oliveira Conceição<sup>2</sup>

Filipe Mateus Lima Guimarães Trindade<sup>3</sup>

### RESUMO

Quilombolas são os descendentes das comunidades formadas por fugitivos do sistema escravocrata do século XVI, é válido ressaltar que mesmo detendo de um grande valor cultural esses territórios lutam pela manutenção de suas terras, tendo que lidar com a desvalorização de sua identidade, sendo essa uma problemática no país. O objeto de estudo da pesquisa é a comunidade quilombola Rio dos Macacos, localizada no município de Simões Filho no Estado da Bahia, ocupada a mais de 200 anos. No ano de 1960 a Prefeitura de Salvador doou parte da antiga Fazenda dos Macacos para a Marinha Brasileira, desconsiderando a comunidade que ali já residia, e no ano de 1971 iniciou-se a construção da base militar de Aratu. Dando início a uma disputa territorial marcada pelas violações dos direitos quilombolas por parte da Marinha e da omissão do Estado perante a elas. Logo, o foco deste estudo é a análise dos motivadores desse conflito. A escolha deste tema se dá pela oportunidade de abordar as dificuldades das comunidades quilombolas no Brasil, que sofrem com a deslegitimação de suas terras. Para o embasamento da pesquisa, além da realização de leituras de artigos científicos, foi realizada uma entrevista onde uma moradora local respondeu perguntas que serviram de base para o desenvolvimento deste trabalho. Por conseguinte, com a compreensão dos estudos citados, chega-se à conclusão de que para compreender a síntese deste conflito é necessário o entendimento sobre a desvalorização da cultura afro, a negligência do Estado e o racismo estrutural que o ocasionaram.

**Palavras-chave:** Quilombo. Identidade. Conflito. Direitos.

### 1. INTRODUÇÃO

São chamados quilombolas os descendentes das comunidades formadas por fugitivos do sistema escravocrata do século XVI. Os quilombos estão presentes em todo o território brasileiro, estes que não descendem de uma região específica, tendo como fator comum as suas raízes africanas. É válido ressaltar que mesmo detendo de um grande valor histórico-cultural as comunidades remanescentes lutam assiduamente pela manutenção de suas terras e direitos, tendo que lidar com a

---

<sup>1</sup> 3ª série do Ensino Médio, Escola SESI Reitor Miguel Calmon, julianesantos0203@outlook.com

<sup>2</sup> Especialista em antropologia, Faculdade de Tecnologias e Ciências, conceicaomariana30@gmail.com

<sup>3</sup> Mestre em Geografia, Universidade Federal da Bahia, filipetrindade551@hotmail.com

desvalorização de sua identidade, sendo está uma problemática notória no país. Nesse sentido, a temática desse projeto se trata sobre a comunidade quilombola Rio dos Macacos, e a disputa territorial com a marinha brasileira.

De acordo com Polli (2017) o município de Simões Filho, distante 29km da capital baiana, antigamente conhecido como a Água Comprida, tem sua história marcada fortemente pela herança colonial, onde se iniciou o cultivo da cana de açúcar entre os séculos XVI e XVII, e logo em seguida estabeleceu-se os engenhos de Boi de Moinha. Em detrimento destes engenhos surgem os quilombos, comunidades compostas majoritariamente de descendentes dos fugitivos do sistema escravo que assolou o período colonial em todo o país.

A comunidade quilombola Rio dos Macacos localizada entre os municípios de Simões Filho e Salvador, é ocupada a mais de 200 anos por cerca de 450 famílias. A fazenda Rios dos Macacos era anteriormente pertencente a Coriolano Bahia, este que era o antigo proprietário da Fazenda dos Macacos, onde antes funcionava uma usina de cana-de- açúcar. O senhor Coriolano prometeu aos trabalhadores, ex-escravos que já ocupavam o território, a doação de terras como forma de pagamento pelos serviços prestados nas usinas, contudo, antes mesmo de formalizar a doação, o antigo proprietário adquiriu dívidas tributárias o que levou o Estado da Bahia a expropriar parte de suas terras.

Por volta do início dos anos 1960, a Prefeitura de Salvador doou parte do território para a Marinha Brasileira, isso sem considerar a comunidade que ali já habitava, e em 1971 iniciou-se a construção da Base Militar de Aratu. Desde então a comunidade passou a ser vítima das constantes ameaças e das violações de seus direitos por parte da Marinha e da omissão do Estado perante a elas. Dentre essas violações pode-se citar o assédio, a falta de saneamento básico, dificuldade de acesso à educação, déficit habitacional e a proibição das práticas de agricultura, pesca, dentre outros.

À medida que esse projeto foi sendo construído hipóteses foram levantadas, e a partir destas a escrita foi fundamentada, sendo elas, a importância da cultura afrodescendente na construção do patrimônio cultural brasileiro, e como esta é constantemente tirada de seu papel de protagonismo, discutindo sobre como elementos que descendem desta são frequentemente vistos como marginalizados sendo até mesmo demonizados, o que se difere de elementos culturais vindos de outras culturas no país. Além disso, aborda-se também sobre as precariedades do

apoio Estatal perante a comunidade Rio dos Macacos, onde ao longo do extenso período de conflito entre quilombolas e militares, o quilombo não recebeu nenhum apoio governamental, apesar de diferentes propostas intermediadas pelo Estado nenhuma política pública foi realmente efetivada no local, deixando apenas o resquício de esperança dos moradores, que esperavam poder reformar e construir suas casas, ter acesso ao rio e o direito a serviços de infraestrutura básica. E por fim, outra hipótese discutida, é se o racismo é um fator determinante neste conflito, visto que a população quilombola é majoritariamente negra e tem sofrido com o sentimento de invisibilidade por parte dos poderes públicos

A escolha desse tema se dá pela importância de discutir temáticas que se relacionem com o período escravocrata, por ser um assunto de interesse, a partir disso foi descoberta a história do quilombo Rio dos Macacos, que detém de uma bagagem de luta pela demarcação de suas terras com base na sua história e pela afirmação de suas identidades como verdadeiros quilombolas. A relevância desse trabalho se dá pela oportunidade de abordar as dificuldades sofridas pelas comunidades quilombolas no Brasil que lutam assiduamente contra a deslegitimação de seus direitos e identidade, utilizando das vivências e da luta pela afirmação de seu território do quilombo Rio dos Macacos como objeto de estudo. O desenvolvimento da pesquisa se dará de acordo com as problemáticas que buscou-se delinear ao decorrer dos objetivos específicos, analisar as demarcações dos limites territoriais do quilombo, investigar a história do quilombo com base em documentos históricos e no conhecimento empírico dos quilombolas, elencar as consequências do conflito. Além de manifestar a desvalorização da cultura afro brasileira, e a negligência estatal perante as minorias e o racismo estrutural, alinhado ao objetivo geral que se trata de entender a síntese do conflito quilombo-militar e suas consequências.

## **2. METODOLOGIA**

A construção desse trabalho foi desenvolvida a partir do levantamento bibliográfico, para dar suporte teórico metodológico, através do uso de artigos e dissertações, elencando as consideradas mais importantes para realizar a leitura.

Para o início desta pesquisa elaborou-se uma entrevista com uma moradora local do quilombo, cuja respostas serviram de base para fundamentar a pesquisa, a fim de trazer um ponto de vista mais próximo em relação ao conflito. Devido as

questões de privacidade o nome da moradora foi substituído por um código, sendo este QMJN, o que seria uma abreviação do nome da entrevistada, após isso, foi iniciada a construção do relatório de pesquisa, em que iniciou a construção do artigo. Nesta etapa foi aprofundada a leitura de diferentes materiais de pesquisa (artigos, dissertações), dentre os principais consultados para a produção desse trabalho, destacam-se os artigos, *Identidade Cultural, Identidade Nacional No Brasil*, de Maria Isaura Queiroz (1989), o qual discute sobre os ideais de miscigenação brasileira, e como a cultura afro é constantemente tirada de seu papel de protagonista na construção do patrimônio cultural brasileiro, e *Os Quilombos No Brasil: Questões Conceituais e Normativas*, de Ilka Leite (2000) que busca refletir sobre o preconceito enraizado na sociedade decorrente do período escravocrata, além de analisar as relações entre indivíduo e território.

### 3. DESVALORIZAÇÃO DA CULTURA AFRO

A cultura de um povo é a sua marca, no Brasil isso não seria diferente, contando com uma diversidade cultural significativa, a sociedade brasileira é formada por descendentes de diversos povos que colaboraram na colonização do país, sendo seus principais os portugueses, índios e africanos. Segundo Freyre (apud: ALCÂNTARA, SILVA 2008) “Todo o brasileiro, mesmo o mais claro e louro, traz consigo, em sua alma, quando não no corpo também [...] a sombra, ou ao menos a marca de nascença do índio ou do negro”. Contudo, mesmo detendo de um papel fundamental na constituição da cultura brasileira como hoje é conhecida, a desvalorização da cultura afro ainda é explícita no país, sendo ela tirada de seu papel de protagonismo.

Em uma sociedade, a cultura imposta decorre de uma classe dominante, onde está composta por uma minoria, dita o que deve ou não ser valorizado. Segundo Bourdieu (1990)

A violência simbólica expressa-se na imposição “legítima” e dissimulada, com a interiorização da cultura dominante. [...] o dominado não se opõe ao opressor, já que esse não se percebe como vítima desse processo: ao contrário, o oprimido considera a situação normal ou inevitável. (BOURDIEU, 1990).

No Brasil colonial, a exorbitante valorização dos costumes europeus, sinalizava o poder da elite sobre a sociedade. De acordo com Queiroz (1989), um dos principais obstáculos para a abolição da escravatura, desde a primeira lei elaborada em 1881, até a lei áurea de 1888, eram as preocupações da elite branca nacional, pois uma vez

dada a cidadania ao negro, ainda que parcialmente, o mesmo poderia se considerar igual ao branco. Estes, que abominavam completamente os costumes considerados bárbaros dos negros, dando início a uma perseguição a tudo referente a cultura afrodescendente, perseguição esta que se propaga mesmo agora na atualidade.

Em consequência disso, elementos pertencentes a cultura afro foram banalizados, como exemplo, as práticas religiosas de origem africana foram estigmatizadas e satanizadas, onde seus ritmos, sons e instrumentos como os atabaques, tambores e chocalhos que são tradicionais nos cultos religiosos, foram desvalorizados e considerados inferiores em comparação com o piano e órgão, estes santificados na igreja católica (ALCÂNTARA, SILVA, 2008).

Entretanto, apesar das imposições da elite, onde uma sociedade branca, educada e refinada era considerada o ideal, a cultura afro, mesmo que discretamente, aos poucos foi introduzida na sociedade. Queiroz (1989) aponta que mesmo nas famílias de mais alta classe, eram se introduzindo em seus costumes e crenças, pensamentos que destoavam dos padrões europeus, antes cultuados, marcando a origem de uma nova civilização brasileira, esta marcada pela diversidade.

### **3.1 IDENTIDADE QUILOMBOLA E TERRITÓRIO.**

Têm-se os quilombos como um dos maiores símbolos da cultura afro no país, onde estes representam toda a luta e resistência do negro contra o racismo e o preconceito. O Conselho ultramarino<sup>4</sup>, em 1740, descreveu os quilombos como “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões neles”, ou seja, a caracterização de um quilombo não discorre somente de seu território, mas sim, dos indivíduos que ali habitam também.

Segundo Malcher (2009), quando discutimos identidade quilombola, os conceitos de território e identidade estão fortemente imbricados, pois, a construção de um território produz a identidade, e construção de uma identidade fortalece um território, sendo assim, é importante entender essas definições, para então compreender as demandas das lutas quilombolas no país, que não se caracterizam

---

<sup>4</sup> O Conselho Ultramarino foi instituído logo após a restauração portuguesa, e funcionava como uma espécie de tribunal em questões administrativas e consultivas portuguesas.



somente como um conflito territorial, mas sim, pela luta da autoafirmação de suas identidades também.

Define-se “território” como “Espaço terrestre, marítimo, aéreo, sobre o qual os órgãos políticos de um país exercem seus poderes.” (TERRITÓRIO, 2021), contudo, podemos descrever o território também, como um espaço que possibilita o surgimento memórias, e consequentemente de uma identidade.

A terra (território) torna-se um valor de vida, um espaço de relações vividas, fruto da memória e da experiência pessoal e compartilhada. Nesse contexto, o território para essas comunidades não se constitui apenas como uma extensão territorial. Ele é uma porção do espaço geográfico onde ocorre tanto a produção material, quanto a produção dos significados simbólicos e culturais da comunidade, em que as várias dimensões da vida do ser quilombola se entrelaçam (MALCHER, 2009).

No entanto, apesar de serem fontes de imenso valor histórico para o entendimento da formação da identidade e cultura afro no Brasil, os quilombos, estes distribuídos por toda a extensão do território brasileiro, lutam constantemente pela oficialização de suas terras como quilombolas, onde tentam reafirmar o pertencimento destas. A Constituição Federal de 1988, por meio dos artigos 68, 215 e 216, procurou garantir os direitos aos afrodescendentes, definindo como dever do Estado a emissão dos direitos fundiários dessas populações.

Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver, III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL,1988)

Todavia, mesmo com a instituição de leis que visem proteger e garantir esses direitos aos remanescentes quilombolas, é possível perceber as dificuldades ainda enfrentadas por estes, que muitas vezes sofrem com a cegueira do Estado perante a suas causas. Em diferentes partes do Brasil, especificamente após a Abolição (1888), os negros têm sido desqualificados, tendo os lugares em que habitam e suas causas

ignoradas pelo poder público ou por outros grupos recém-chegados, com maior poder e destaque junto ao Estado (LEITE, 2000).

Desde então, atingidos por todos os tipos de racismos, arbitrariedades e violência que a cor da pele anuncia – e denuncia –, os negros foram sistematicamente expulsos ou removidos dos lugares que escolheram para viver, mesmo quando a terra chegou a ser comprada ou foi herdada de antigos senhores através de testamento lavrado em cartório. Decorre daí que, para eles, o simples ato de apropriação do espaço para viver passou a significar um ato de luta, de guerra (LEITE, 2000).

Logo, é evidente o descaso com as causas territoriais negras no país, onde diversas comunidades quilombolas lutam assiduamente pela permanência de seus territórios, o que vai muito além da simples posse de terra, significando também a afirmação de suas identidades e memórias como indivíduos que possuem uma descendência fundamental para a construção do patrimônio cultural brasileiro.

### **3.2. O QUILOMBO RIO DOS MACACOS.**

O quilombo Rio dos Macacos está situado em uma área que hoje corresponde ao município de Simões Filho, este que no ano de 1961 foi emancipado de Salvador. Diversos Estudos foram realizados a fim de compreender a história da comunidade, mais especificamente o conflito territorial que a cerca. A região do Recôncavo baiano teve uma forte influência na produção do açúcar no Brasil, sendo a base da força nos engenhos e usinas escravas. Segundo registros da Prefeitura de Simões filho (2021) o município anteriormente conhecido como “Água comprida” possui uma forte herança colonial portuguesa, devido aos cultivos de cana-de-açúcar que perdurou na região entre os séculos XVI e XVII.

Posteriormente, com a devastação das matas aparecem os engenhos de Bois de Moinha. O local onde atualmente é o centro urbano era ocupado pela Usina de Engenho Novo. (PREFEITURA DE SIMÕES FILHO, 2021)

De acordo com Polli (2017) a trama do Rio dos Macacos se inicia no ano de 1781, com a compra do engenho e da usina de Aratu pelo capitão Manoel de Oliveira Barrozo, onde os escravos que trabalharam nessas usinas seriam os ancestrais da comunidade. Após a falência da Usina de Aratu, três fazendas tiveram suas terras devolutas ao município de Salvador, sendo elas as fazendas Aratu, Macaco e Meireles, onde diversos quilombolas da comunidade afirmam que os seus pais e avós trabalharam. Em meados da década de 1950 a Marinha adquiriu de forma legalizada

partes do território da fazenda Meireles e Aratu, e uma doação da fazenda dos Macacos pela prefeitura de Salvador, o que de acordo com Polli (2017) representou um elemento de choque para a tradicionalidade e os costumes da comunidade, sendo uma mudança impositiva de um agente antagônico. A partir do ano de 1960, a marinha do Brasil começou então a habitar a região, iniciando a construção de seus edifícios, e no ano de 1970 a ampliação da Vila Naval da Barragem, dando início a uma série de desentendimentos entre os marinheiros e a comunidade, esta que teria que se acostumar com novas dinâmicas.

Segundo a moradora QMJN apenas ela mora na comunidade, sua família habitou a região em 1960, e que antes eram 3 fazendas, sendo estas Meireles, Aratu e Macacos, onde esta última é onde a comunidade está situada. Ela também afirma que após um golpe dos fazendeiros da região, em que estes tomaram as terras, muitos quilombolas foram expulsos, dentre eles, sua família. Quando veio a descoberta de que a comunidade era um quilombo, começou então o repovoamento, ela diz que antes da marinha chegar, as casas eram de palha, existia plantação de café, casa de farinha, e existia cerca de 500 famílias no local, como muitos ficaram com medo das barbaridades por parte da marinha, muitos moradores foram embora. A moradora afirma as dificuldades por parte da marinha, onde para acessar a comunidade é preciso se identificar na base militar, sofrendo diversos assédios, não tendo acesso a água encanada, e a proibição na reforma de suas casas.

Com o passar do tempo, se intensificou o conflito territorial entre a comunidade quilombola Rio dos Macacos e a Marinha Brasileira, este marcado pela violação e restrição aos direitos da comunidade, onde os marinheiros afirmam que os quilombolas são invasores, e os moradores garantem que aquela terra é deles por direito, decorrência de sua ancestralidade. Assim, no ano de 2010 se inicia uma disputa judicial pela posse de terra, conflito esse que pendurou por décadas.

#### **4. AS CONSEQUÊNCIAS DA NEGLIGÊNCIA ESTATAL PARA A COMUNIDADE.**

Segundo Firpo (2018) apesar do conflito entre a comunidade e a Marinha se estender por décadas, é somente no ano de 2010 que se inicia realmente a disputa judicial, onde ocorreu o pedido de despejo de 34 famílias daquele local pela 10ª Vara Federal da Bahia, mas o mesmo foi protelado, consequência da pressão da comunidade e de seus apoiadores. Já no início do ano de 2012, o quilombo obteve

uma resposta do Governo Federal, em que esta garantia a preservação total dos direitos dos moradores, além também da suspensão do pedido de reintegração do território por parte da Marinha até a conclusão do relatório técnico de identificação e delimitação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

O quilombo Rio dos Macacos sofreu com diversas hostilidades por parte da marinha durante esse período de disputa territorial que perdura a mais de 40 anos, dentre essas violações pode-se citar a proibição da construção e a reforma da moradia desses moradores, de acordo com Firpo (2018) o conflito se acentuou no ano de 2012 após o cerco da comunidade pela marinha brasileira, onde os marinheiros impediram a tentativa de reconstrução da casa de um dos moradores do quilombo, impedindo a entrada e saída dos quilombolas do local. O morador que estava tentando reconstruir sua moradia afirma indignado:

Se eu tirar a camisa aqui a senhora só vai ver osso, para quantos homens aqui? Sabe o que é isso? Sabe o que eu considero aqui? Uma covardia. Parecendo um 'bocado' de homem aí, parecendo que está indo pra uma guerra. Estamos aí até agora (19h15min) tentando negociar. Eu tenho essa história. Meu pai nasceu aqui em 1910 e fala assim: 'olha, meu filho, quando eu nasci, o seu avô tinha 25 anos'. Fazendo as contas, ele (o avô) nasceu em 1885. Quer dizer, já existiam moradores dentro da comunidade. Quer dizer, a Marinha chega aqui nos anos de 1970 e diz que a terra é dela. Sabe o que é isto? Isso é marinha? Não! Isso são ladrões. Porque tão violando o direito que assiste a gente. Eles querem tomar na 'tora'. Olha quantos homens tem aí (em torno de 50 fuzileiros). Eles têm que sair do local para a comunidade sair (ir para as suas casas) por último. Se não é para construir, eu não vou construir mais nada sem autorização. Agora, eu espero que eles tirem os homens deles de dentro da área, de dentro da comunidade. Eles podem ter certeza que não vou colocar nenhum bloco (tijolo) mais (FIRPO, 2018.)

Ainda no ano de 2012 de acordo com o site Justiça Global (2012) a Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) emitiram uma nota junto ao Conjunto dos Movimentos Sociais do Campo e da Cidade, denunciando as violências sofridas pela comunidade “abuso de autoridade que o Estado brasileiro vem cometendo contra as comunidades Quilombolas neste país, em especial a Quilombola do Rio dos Macacos, na Bahia, na qual há várias denúncias de violações dos direitos humanos”. A Marinha chegou ao local por volta da década de 1960, desrespeitando completamente as vivências dos moradores daquele território, além também da negligência a Constituição brasileira, esta que em seus artigos 68 ADCT e artigos 215, 216 afirma os direitos a terra e a manifestação da cultura dessas comunidades rurais.

Ao longo destes anos as famílias quilombolas passaram por violações e Humilhação dos seus direitos, chegando ao ponto de não ter o que Comer, vestir, onde Morar, nem Serviços Médicos e Educacional, pois a Marinha não deixava que os quilombolas tivessem acesso. Os soldados invadiam seus quintais, arrancavam suas lavouras e até mesmo jogavam veneno nas plantações e cercavam o acesso do quilombola à água, algo jamais visto a não ser em um período de guerra quando as potências querem destruir outra. (AGÊNCIA GLOBAL, 2012.)

Para Mota e Rodrigues (2017) o período entre o ano de 2012 e 2017 é marcado pelo intensivo número de notícias sobre o descaso do Estado brasileiro e ao mesmo tempo e prepotência da Marinha do país, afirmando: “[...] as forças armadas no Brasil ainda são um poder autônomo dentro de um Estado doente em que a corrupção é prática evidente e se dá de forma exacerbada.” Segundo Polli (2017), a primeira proposta oficial para a demarcação desse quilombo foi, no mínimo um desrespeito a história e importância da cultura quilombola de maneira geral, ofertado ainda em 2012 em uma única audiência no Ministério Público da Bahia uma porção de 7,5 hectares de terra fora do território demarcado, ou seja, a Marinha ofereceu uma pequena parte de terra que nem correspondia ao alegado como pertencente pelos quilombolas.

O principal motivo de revolta entre os moradores foi a falta de direito ao acesso de recursos básicos para a resistência de uma comunidade rural nessas propostas, onde os mesmos não iriam possuir acesso ao rio, principal meio de subsistência. Em 2015, após anos de luta judicial, o Estado apresentou o que seria uma proposta final para a delimitação do quilombo, oferecendo 104 dos 301 territórios demarcados pelo INCRA (figura 1) a proposta foi então aceita pela comunidade, esta que apesar de comemorar a conquista do território, sofre com o sentimento de insatisfação, pois devido ao desgaste dos anos de luta para tal conquista infelizmente eles não conseguiram a totalidade do território, movidos principalmente pela necessidade urgente de políticas públicas, jogada consciente do Governo, que cansou até o fim a comunidade.

De acordo com o site Tribuna da Bahia (2020), no dia 28 de julho de 2020, a comunidade Rio dos macacos obteve a titulação definitiva de 97 hectares, área esta que pertencia à União e foi transferida para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), através da Superintendência do Patrimônio da União na Bahia (SPU/BA) com a finalidade de efetivar a titulação.

Sobre os hectares, que estão sendo titulados, há uma séria contradição a ser explicada. No próprio site do órgão, consta que tramita na Superintendência Regional

da Bahia, o Processo Administrativo nº 54160.003162/2011-57 que trata da regularização fundiária das terras e que o território identificado possui 301,3695 ha e perímetro de 10.750,61 m. ainda no processo, essa área de 301,3695 hectares foi identificada e reconhecida como quilombola, e apenas 104,0806 hectares foram regularizados beneficiando 67 famílias (TRIBUNA DA BAHIA, 2020).

Em entrevista ao blog do G1, moradores expressam sua felicidade diante a conquista, e reforçam as batalhas que tiveram que travar a fim de conseguir essa vitória. "Essa titulação nos dá mais empoderamento, além daquilo que a gente já entendia que era um direito da gente. É a nossa carta de alforria assinada" (G1, 2020).

Somos uma comunidade carente, desde o passado até hoje. A gente nunca teve nada, porque a Marinha nunca deixou a gente ter nada. Eu nasci em casa de barro, com luz de candeeiro. E até 2017, a gente estava sem energia dentro da nossa comunidade. Todas essas vitórias, para a gente são muito grandes. Pode ser pequena para alguém, mas para nós é grande (G1, 2020).

## **5. RACISMO E SUAS VERTENTES: E COMOS ESTAS ESTÃO PRESENTES NA HISTÓRIA DO QUILOMBO RIO DOS MACACOS.**

O ano de 1888 foi marcado pela abolição da escravidão no Brasil, onde apesar da sensação de liberdade, mesmo que ilusória aos agora ex-escravizados, esse desfecho representava uma ameaça a sociedade preconceituosa brasileira, esta que não possuía o menor interesse em se desfazer do termo “senhor”. Albuquerque e Filho (2006) afirmam a situação de euforia no país durante o período abolicionista, onde a maior preocupação da elite branca era o medo de uma revolta, em que temiam que os negros interpretassem a “liberdade” dada como uma oportunidade de se vingar pelos crimes cometidos a estes durante os anos de cativeiro.

Ou seja, apesar do fim do período escravista brasileiro, a relação conturbada entre a elite e a população negra estava longe de acabar, contudo este impasse ganhava uma nova faceta, o principal objetivo dos brancos não era apenas expor a diferença entre eles e os negros, mas sim tornar as vidas destes cercadas de desigualdade e exclusão. A cerca disso, foi no ano de 1890 que se intensificou a política de imigração europeia para o Brasil, a qual tinha como principal objetivo embranquecer o povo brasileiro. Desse modo, foi esta entre outras medidas que serviram para fortalecer a elite branca, a qual esbanjava de uma posição de dominância perante a sociedade composta majoritariamente por negros, o que

décadas depois explica a persistência do racismo e suas vertentes, onde apesar da mudança de cenário, em que o Brasil deixa de ser uma colônia para agora um país independente, o poder permanece concentrado na mão dos mesmos indivíduos, homens ricos e brancos.

De acordo com Almeida (2019) ao debater sobre as questões raciais pode-se desbravar as mais variadas formas de racismo, este podendo ser individual, estrutural e individual. Diante disso, ao longo da análise do conflito territorial entre a comunidade quilombola e a Marinha Brasileira, torna-se perceptível as diferentes expressões do racismo ao decorrer da história de luta do quilombo.

Almeida (2019) alega que as concepções racistas individualistas, apesar de inicialmente “inofensivas”, pautadas em pequenas expressões de racismo, como a utilização consciente de termos como “denegrir”, “dia de branco”, “Fedendo a preto” etc., viabilizam as principais problemáticas racistas no país, onde devido a negligência popular em reconhecer as problemáticas destes comportamentos iniciais, estes passam despercebidos pela sociedade, e consequente são pano de fundo para as constantes atrocidades ligadas ao racismo no Brasil. O racismo individual se manifesta nas vivências do quilombo Rio dos Macacos, a partir da banalização das violências e injúrias sofridas pela comunidade, onde a mesma apesar de escancarar as violências sofridas em diferentes veículos de informação, muitas vezes obteve suas súplicas silenciadas pela justificativa de normalidade nas ações da Marinha perante o quilombo Rio dos Macacos, resultado da dificuldade em denunciar o racismo em uma sociedade construída a partir desse.

Segundo o site Bahia Notícias (2019) no ano de 2019 a comunidade fez denúncias de violações de seus direitos por parte dos marinheiros da Base naval, tendo que lidar com a invasão de suas propriedades e tentativas de arrombamento, não obtendo nenhuma assistência dos órgãos institucionais. Sobre isso, pode-se relacionar com o racismo estrutural, este que representa um conjunto de pensamentos e valores racistas intrínsecos no pensar brasileiro, e como estes são reproduzidos pelas instituições, e consequentemente pelo indivíduo, como exemplo tem se a relação entre o Rio dos macacos e o Estado brasileiro, este que negligência durante décadas as causas da comunidade, beneficiando principalmente a Marinha, símbolo de poder, para Almeida (2019) “ Às instituições são racistas porque a sociedade é racista”, este que também afirma que os conflitos raciais também fazem parte das instituições, ou seja, as desigualdades raciais não são resultados somente das ações

isoladas de um indivíduo ou de grupos racistas, mas sim pela hegemonia de pessoas da elite no comando destas instituições, onde esses indivíduos para permanecerem na posição de privilégio, utilizam de diferentes artifícios como a criação de padrões de conduta que justifiquem o porquê de suas posições sociais e dificultem as minorias de ascenderem socialmente.

Logo, é possível concluir sobre como o racismo está enraizado na sociedade brasileira, este utilizando de diferentes facetas para atormentar as vivências das minorias, como o quilombo Rio dos Macacos, que durante anos obteve suas causas ignoradas, apenas por se tratar de uma comunidade negra em disputa contra uma instituição poderosa como a Marinha brasileira.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em suma, é importante destacar as respostas adquiridas a partir dos objetivos delimitados inicialmente, onde foi possível destrinchar e discutir diferentes problemáticas que cercam a história do quilombo, logo, chega-se a conclusão de como fatores externos podem afetar na vida de toda uma comunidade, onde para entender a síntese desse conflito foi necessário abordar sobre esses elementos. Dentre esses, pode-se citar a banalização da cultura afro, que em paralelo ao estudo do conflito, serve para fortalecer a hipótese de que esse descuido com os direitos e memória desses quilombolas possui uma raiz muito mais profunda, a qual remete ao período colonial.

Ademais, é válido ressaltar como as ações do Estado acarretaram em muitos eventos ao decorrer da luta judicial entre a Marinha e a comunidade, o que reforça a importância do apoio estatal a comunidades como a do conflito estudado, pois o mesmo quando se coloca contra estas, atua como principal obstáculo no acesso aos direitos desses indivíduos, contribuindo para a degradação de suas saúdes físicas e mentais. Diante disso, é perceptível como o racismo se manifesta a partir das mais diversas maneiras ao longo da análise da história do quilombo Rio dos Macacos, sendo pelas instituições, onde a todo momento os moradores dessa comunidade são colocados em posição de vulnerabilidade perante suas causas, onde sofrem pela falta de visibilidade destas, seja pelas violências por parte da marinha a comunidade.

Nesse sentido, tem se como perspectivas futuras para o projeto a visita do quilombo a fim de entrevistar mais moradores, e consequentemente enriquecê-lo com



mais memórias. Ademais, está sendo discutido ideias que visem ampliar o número de pessoas que possam ter acesso ao projeto, a fim conscientização social sobre o tema a partir da divulgação dos dados. Uma das propostas seria a construção de um site, onde de forma mais dinâmica e acessível seria contada a história do conflito e os fatores a sua volta. Em suma, é importante destacar o aprendizado adquirido com o desenvolvimento do projeto, em que se foi entendida a relevância deste estudo em relação ao atual momento vivenciado na sociedade, na qual causas relevantes são ignoradas e postas para de baixo do tapete.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Wlamyra R de; FILHO, Walter Fraga. Lutas Sociais nas Primeiras Décadas do Século XX. In: UMA HISTÓRIA do Negro no Brasil. [S. l.: s. n.], 2006. cap. VIII, p. 201-230. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/uma-historia-do-negro-no-brasil.pdf>. Acesso em: 12 de maio. de 2022.
- ALCANTÂRA, Cláudia; SILVA, Geraldo. Educação protestante e cultura afro-descendente: uma relação conturbada. Protestantismo em Revista, São Leopoldo, v. 17, p. 1- 20, set-dez, 2008. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/nepp/index>>. Acesso em: 10 ago. 2007.
- ALMEIDA, Silvio. Racismo Estrutural. São Paulo: Pólen Livros, 2019. 264 p.
- G1 BA. Após mais de 40 anos de disputa territorial na Bahia, quilombolas do Rio dos Macacos recebem titulação de terras. G1, [S. l.], 28 jul. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/07/28/apos-mais-de-40-anos-de-disputa-territorial-na-bahia-quilombolas-do-rio-dos-macacos-recebem-titulacao-de-terras.ghtml>. Acesso em: 4 jun. de 2022.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução**: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. [S. l.: s. n.], 1970.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/art\\_216\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp)>. Acesso em: 8 set. de 2021.
- CONAQ e do Conjunto dos Movimentos Sociais do Campo e da Cidade contra o despejo do Quilombo Rio dos Macacos. Justiça Global, 2012. Disponível em: <http://www.global.org.br/blog/carta-da-conaq-e-do-conjunto-dos-movimentos-sociais-do-campo-e-da-cidade-contra-o-despejo-do-quilombo-rio-dos-macacos/>>. Acesso em: 15 de jun. de 2022.
- FERREIRA, Lício. Famílias quilombolas recebem titulação de terras na Bahia. Tribuna da Bahia, 2020. Disponível em: <https://www.trbn.com.br/materia/127677/familias-quilombolas-recebem-titulacao-de-terras-na-bahia>>. Acesso em: 20 de jul. de 2022.
- FIRPO, Marcelo (Coord.). BA – Comunidade Quilombola de Rio dos Macacos luta

por direitos e titulação definitiva de território tradicional. 2018. Disponível em: <<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ba-quilombolas-de-rio-dos-macacoslutam-por-titulacao-definitiva-de-territorio-de-direito/>>. Acesso em: 17 de jun. de 2022.

LEITE, Bruno; BONFIM, Lula. Quilombo Rio dos Macacos denuncia aumento da violência e pede medidas de proteção. Bahia Notícia, 2019. Disponível em: <<https://www.bahianoticias.com.br/municipios/noticia/18948-quilombo-rio-dos-macacos-denuncia-aumento-da-violencia-e-pede-medidas-de-protecao.html>>. Acesso em: 18 de jun. de 2022.

LEITE, Ilka. OS QUILOMBOS NO BRASIL: QUESTÕES CONCEITUAIS E NORMATIVAS. [2000]. Disponível em: <[http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol\\_04/N2/Vol\\_iv\\_N2\\_333-354.pdf](http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf)>. Acesso em: 18 de set. de 2021.

POLLI, L. Etnoatlas do quilombo Rio dos Macacos (BA): Relatório Técnico e Material EtnoGeográfico. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial) - Departamento de ciências humanas e filosofia, Universidade de Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, p. 97. 2017

MALCHER, Maria Albenize Farias. Identidade quilombola e território. Comunicações do III Fórum Mundial de Teologia e Libertação. Belém, v. 21, p. 399-421, 2009

MOTA, Marcelo; SANTOS, Tiago. As contradições existentes na relação da Marinha do Brasil e a Comunidade Negra Rural de Rio dos Macacos - Simões Filho - Bahia. Salvador, 2017. Disponível em: [https://2sbga2017.ufba.br/sites/2sbga2017.ufba.br/files/eixo2\\_marcelo\\_tiago.pdf](https://2sbga2017.ufba.br/sites/2sbga2017.ufba.br/files/eixo2_marcelo_tiago.pdf). Acesso em: 10 jun. 2022.

QUEIROZ, Maria. Identidade Cultural, Identidade Nacional no Brasil. SCIELO, 1989. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/8Bn8H7VyP8xXgS8FJ7VpKMp/?lang=pt.>> Acesso em: 2 de set. de 2021

SIMÕES FILHO, Prefeitura Municipal de. Título. 2015. Disponível em: <<http://www.simoefilho.ba.gov.br/historia>>. Acesso em: 21 de jun. de 2022.

TERRITÓRIO. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2021. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/territorio/>>. Acesso em: 2 de set. de 2021.

## A VULNERABILIDADE DA MULHER NO MERCADO CAMELÔ DA CIDADE DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS-BA.

Jussara Alves Soares Argolo<sup>1</sup>

Débora Carol Luz da Porciuncula<sup>2</sup>

Laila Nazem Mourad<sup>3</sup>

### RESUMO

A proposta deste artigo consiste em evidenciar a vulnerabilidade das mulheres camelôs da cidade de Santo Antônio de Jesus-BA que, embora façam parte de um circuito informal responsável por gerar renda e movimentar a economia local e regional, sofrem com as desigualdades de gênero, de acesso ao espaço público, principalmente. A precariedade estrutural do trabalho verificada historicamente no Brasil também pode ser verificada na cidade de Santo Antônio de Jesus e o trabalho informal no mercado camelo é uma realidade que revela a profunda desigualdade social também no acesso as condições do trabalho digno. Essa desigualdade será ainda mais profunda quando consideramos a vulnerabilidade explicitada pelas diferenças de gênero, logo buscou-se tornar visível no cotidiano das mulheres camelôs como ela se explicita. Adotou-se abordagem metodológica baseada em pesquisa bibliográfica e documental, e nas técnicas da observação participante, de natureza qualitativa. Tendo como recorte temporal o período marcado pela pandemia da COVID-19, entre os anos de 2020 a 2021. Os resultados alcançados indicam a necessidade de criação de políticas públicas municipais que acolham as especificidades contidas nas dinâmicas sócio-espaciais considerando as diferenças de gênero e garantam a melhoria das condições de trabalho das mulheres camelôs.

**Palavras-chave:** Mulher camelo. Trabalho digno. desigualdades de gênero.

### 1. INTRODUÇÃO

A cidade de Santo Antônio de Jesus, no estado da Bahia, é considerada um centro regional e tal condição atribuiu a ela a posição de polo comercial da região do Recôncavo baiano. Contudo, a precariedade estrutural do trabalho verificada historicamente no Brasil também é expressará nesta cidade e o trabalho informal no

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Território, Ambiente e Sociedade, Universidade Católica do Salvador. Salvador-BA, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9814918305564616> E-mail: [jussara.argolo@ucsal.edu.br](mailto:jussara.argolo@ucsal.edu.br)

<sup>2</sup> Pesquisadora PNPd/CAPES no Programa de Pós-Graduação em Território, Ambiente e Sociedade, Universidade Católica do Salvador. Salvador-BA, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1801383100333154> E-mail: [debora.porciuncula@pro.ucsal.br](mailto:debora.porciuncula@pro.ucsal.br)

<sup>3</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Território, Ambiente e Sociedade, Universidade Católica do Salvador. Salvador-BA, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8464508890621003> E-mail: [laila.mourad@pro.ucsal.br](mailto:laila.mourad@pro.ucsal.br)

mercado camêlo é uma realidade capaz de revelar a profunda desigualdade social no acesso ao direito fundamental ao trabalho digno.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) o direito fundamental ao trabalho digno consiste no acolhimento dos interesses e aspirações do trabalhadores e trabalhadoras, formais ou informais, e engloba uma série de elementos, tais como: a segurança no local de trabalho e a proteção social para as famílias; a oportunidade de realizar um trabalho produtivo com uma remuneração justa; possibilidades de desenvolvimento pessoal e integração social; a liberdade para expressar as suas preocupações e a participação em decisões que possam afetar as suas vidas e igualdade de oportunidade e de tratamento (OIT, 2022).

O desemprego e as dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal aumentaram consideravelmente na última década em todo o país e, de acordo com as pesquisadoras Mariana Werneck e Bruna Ribeiro, este é um fenômeno intimamente vinculado a reversão das políticas públicas de cunho desenvolvimentista e da adoção de ajustes fiscais em 2015, que se agravaram após o golpe parlamentar de 2016, culminando com a retirada da presidenta da república e empurrando o Brasil num quadro agudo de recessão econômica e desemprego. Em 2017, segundo as autoras, a taxa de desocupação no Brasil atingiu a marca de 14,2 milhões de desempregados e, apesar de uma redução no ano seguinte, “a subutilização – índice que reúne, além de desempregados, pessoas que não conseguiram uma posição em regime integral e aquelas que desistiram de procurar emprego – continuou a crescer” (WERNECK e RIBEIRO, 2019, p.01).

Ao atualizarmos os dados apresentados pelas autoras, considerando a conjuntura atual marcada pela pandemia da COVID-19, verificamos que a taxa de desocupação continua elevada, mesmo com uma leve redução no número de desempregados que, no último trimestre de 2021, era de 13,5 milhões, com uma queda de apenas 2,1% na taxa de desemprego, entre o primeiro e o último semestre de 2021, que eram respectivamente de 14,7% e 12,6% (SEI, 2022).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021) a taxa de subutilização da força de trabalho continuou a crescer e, em 2021, chegou a 29,7%, representando um aumento de 5,8% se compararmos com o ano de 2017. Ademais, ao se observar o resultado consolidado desta taxa, destaca-se que a região Nordeste foi a que apresentou as maiores medidas de subutilização em comparação às outras regiões do país.

A crise econômica, verificada nos últimos anos e profundamente agudizada pela crise sanitária da pandemia da COVID-19, aumentou ainda mais o número de pessoas que estão trabalhando por conta própria ou em vagas sem carteira assinada. Deste contingente muitos encontraram no trabalho nas ruas as condições para a sua sobrevivência e sustento. Na análise realizada por Werneck e Ribeiro elas esclarecem que:

Cerca de 200 mil novos ambulantes passaram a disputar as calçadas dos centros urbanos somente entre 2014 e 2017, quando o número de brasileiros ganhando a vida como camelôs chegou a quase 1,7 milhão. Em São Paulo, estado com a maior população de ambulantes, os camelôs cresceram 26% nos últimos três anos e chegaram a 287 mil em 2017. Bahia e Rio de Janeiro também observaram um crescimento de, respectivamente, 25% e 20%, alcançando 198 mil no estado baiano e 145 mil no estado fluminense no mesmo ano. Segundo o IBGE, apenas 5% deles têm licença para trabalhar (WERNECK e RIBEIRO, 2019, p.01).

Dentre os trabalhadores que buscaram na informalidade alternativas de sobrevivência, destacam-se as mulheres. De acordo com o Departamento intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2021), entre os anos de 2019 e 2020, parcela significativa das mulheres (8,6 milhões) perderam a sua ocupação no período da pandemia e, dentre estas, muitas sequer buscaram uma nova inserção no mercado de trabalho. Com isto:

Ao aprofundar a análise, o DIEESE esclarecerá que a situação das mulheres negras, comparativamente às mulheres não negras, era muito mais vulnerável. Com o aumento da taxa de desemprego, que alcançou 19,8 %, vindo a representar respectivamente uma diferença de 3,2 e 2,9 pontos percentuais. Na Bahia, a taxa de desemprego no primeiro trimestre de 2021 foi de 21,3% e no último trimestre do mesmo ano apresentou uma discreta redução, chegando a 18,7% (SEI, 2021).

Segundo o DIEESE (2012) a informalidade pode ser entendida como as relações no mercado de trabalho que implicam ausência de proteção social, tanto no que diz respeito à cobertura da legislação trabalhista, quanto na falta de amparo resultante de negociações coletivas conduzidas por representações sindicais de trabalhadores. Neste sentido, o fenômeno da informalidade “... não pode ser entendido sem se considerar o processo histórico de formação do mercado de trabalho nacional e as tendências recentes da organização da produção, da estrutura produtiva e das relações de trabalho no Brasil” (DIEESE, 2012, p. 165).

Ao refletirmos sobre a participação das mulheres no trabalho de camelô na cidade de Santo Antônio de Jesus, tem-se que sempre estiveram presentes e ativas,

conforme verificado nos levantamentos anuais da Secretaria municipal de Infraestrutura, do município. A sua presença é percebida de forma bastante expressiva, bastando caminhar pelas ruas principais, onde estão localizados os pontos de vendas dos camelôs, para se constatar a quantidade expressiva das mulheres no mercado informal de rua, dado este confirmado pela coordenação de fiscalização do camelô do município. Apesar dessa representatividade a vulnerabilidade em que se encontram revelam as desigualdades no acesso ao espaço, a bens, serviços públicos e desvantagens para alcançarem a mobilidade social.

A concepção de vulnerabilidade adotada neste estudo é a dialética materialista que, como esclarecerá Carmo e Guizardi (2018, p. 02), não estando esta concepção condicionada rigorosamente “à ausência ou precariedade no acesso à renda, mas atrelada também às fragilidades de vínculos afetivo-relacionais e desigualdade de acesso a bens e serviços públicos”, será explicativa de uma realidade apreendida enquanto síntese de múltiplas determinações. As autoras esclarecem que a noção de vulnerabilidade, não sendo natural, será explicativa de determinadas situações e de contextos individuais e coletivos socialmente produzidas, logo, permitindo contestações (CARMO e GUIZARDI, 2018, p.06). De acordo com essa concepção de vulnerabilidade as autoras explicam que, nas áreas de saúde e assistência social, o ser humano vulnerável será aquele

[...] mais suscetível uma vez que possui desvantagens para a mobilidade social não alcançando patamares mais elevados de qualidade de vida em sociedade em função de sua cidadania fragilizada. Assim, ao mesmo tempo, o ser humano vulnerável pode possuir ou ser apoiado para criar as capacidades necessárias para a mudança de sua condição (CARMO e GUIZARDI, 2018, p.06).

Diante do exposto, a proposta deste artigo consiste em evidenciar a vulnerabilidade das mulheres camelôs da cidade de Santo Antônio de Jesus-BA que, embora façam parte de um circuito informal responsável por gerar renda e movimentar a economia local e regional, estão sujeitas a um contexto social que as tornam vulnerabilizadas.

Trata-se de um artigo de reflexão crítica, com abordagem qualitativa que utilizou a técnica de observação participante (OP) (QUEIROZ et.al, 2007) como instrumento de coleta de dados empíricos que revelassem evidências da vulnerabilidade presente no cotidiano das mulheres camelôs, que permitiu observar, além das suas atividades laborais, algumas dinâmicas sociais que as envolvem

intimamente. Adotou-se abordagem metodológica baseada em levantamento bibliográfico e documental, optamos por realizar consulta virtual nos bancos de dados de *sites* como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e; consulta presencial à Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA), do município de Santo Antônio de Jesus, responsável por fiscalizar o trabalho informal e camelô. Nestes *sites* utilizamos os estudos que apresentavam informações sobre o desemprego, a subutilização da força de trabalho, a informalidade e as condições do trabalho por diferenças de gênero, nos anos de 2020 a 2021, período marcado pelo início da pandemia da COVID-19.

## 2. A CIDADE DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS-BA

O trabalho camelô foi reconhecido como profissão no Brasil, pelo do Decreto-lei nº 2.041, de 27 de fevereiro de 1940. Este decreto regula o exercício do comércio ambulante, de vendedores ou compradores, por conta própria ou de terceiros, em logradouros públicos ou locais de acesso franqueado ao público. Além disto, refere-se a regulamentação de novas formas de trabalho que se intensificava e refletia as mudanças estruturais promovidas na época que marcada pela primeira fase do desenvolvimentismo no Brasil.

Assim, o mercado de trabalho no Brasil passou por uma série de reformulações, principalmente a partir dos anos 1990<sup>4</sup>, que interferiram de maneira decisiva para a geração de um contingente substancial de trabalhadores vivendo “por conta própria”, e entre esses ressalta-se os camelôs (GOULART, 2008). A década de 1990 foi um período em que o Brasil conviveu com altas taxas de desemprego, sobretudo, devido a uma política econômica de caráter liberal favorável a flexibilização das relações de trabalho e a contenção do déficit público através da redução de gastos com as políticas sociais.

Vários autores discutem esse período, a exemplo de Lourenço (2000) e Pochmann (2001), e chamam a atenção para uma reflexão sobre o real papel do Estado na economia. Dentre as reformulações que mais contribuíram para o aumento

---

<sup>4</sup> Para maior aprofundamento a respeito das reformulações ver Silva, Eliane L. da & Costa, Lucia Cortes da. “O desemprego no Brasil na década de 1990”.

do contingente de trabalhadores informais, sobretudo os camelôs, destacam-se as privatizações de empresas públicas, a política de ajuste fiscal, a abertura econômica, a venda de empresas nacionais, os acordos firmados com o FMI, a renegociação do pagamento da dívida externa e a geração de superávit primário. Para Tavares (2004) a precarização e a ausência de emprego, combinada a inexistência de políticas públicas eficazes, fez com que os trabalhadores desempregados buscassem novas estratégias para a sua sobrevivência desenvolvidas no âmbito do trabalho informal.

As relações entre o homem e o trabalho no curso de sua historiografia alcançam novas configurações resultantes das necessidades de cada época e cultura. Silva (2017) fala que a visão que o Homem tem de si mesmo vem mudando constantemente com o passar do tempo. Essas mudanças têm refletido consequentemente na organização do trabalho, na maneira de ser e de se socializar reverberando no processo de subjetivação do homem. Silva (2017) completa ainda dizendo que a forma do homem se relacionar com o trabalho e com os meios produtivos também sofrem alterações, tanto nos modos de ação como nos de interpretação.

Vale observar que Rubens Filho (1994) já apontava que o primeiro fundamento do valor do trabalho é o próprio homem e que sua relação sempre será insubstituível. Antunes (2004) reforça essa linha de pensamento ao dizer que o trabalho é fundamental na vida humana porque é condição para sua existência social. Para Barcelar e Vasconcelos (2011) o trabalho é um elemento desafiador necessário para a sobrevivência onde o homem trava uma luta constante, com esforço e determinação.

Segundo a etimologia, a palavra camelô tem a sua origem no árabe *Khmalat*, que se refere a um tipo de tecido rústico e felpudo, feito com pelo de camelo e comercializado em feiras livres. Contudo, será na França, no século XII, com o verbo *cameloter*, que a expressão se popularizou entre aqueles que saíam às ruas vendo produtos de procedência duvidosa, coisas de pouco valor etc. Para Quezeda (2008) há camelôs dependentes da camelotagem enquanto outros atuam como camelôs ambulantes. Nessa mesma linha de pensamento, Rodrigues (2008) esclarece que um trabalhador camelô pode ser ao mesmo tempo camelô e sacoleiro ou ainda, camelô e ambulante. Segundo Rodrigues (2008), o camelô constitui uma derivação da atividade de venda ambulante, mas com uma diferença um tanto significativa, pois o mercado camelô tem como peculiaridade fixar sua atividade num determinado local, enquanto a venda ambulante, não. Corroborando nesse entendimento, Oliveira (2009)



salienta que embora as palavras camelôs e vendedores ambulantes sejam sinônimos, camelôs tem sua origem numa denominação popular, enquanto vendedores ambulantes é uma denominação da legislação que pode exercer vendas em um ponto fixo ou em movimento.

No Brasil, ao final dos anos 1980 “mais de um terço da população economicamente ativa do país era composto por mulheres” (BALTAR, 2008, p. 240) e, a partir da década de 1990, a força produtiva do trabalho feminino se tornou marcante para a economia. Os resultados do estudo Perspectivas Sociais e de Emprego no Mundo, realizado em 2017, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), indicou que o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho injetaria mais R\$ 382 bilhões na economia brasileira, o que representaria um aumento no PIB de 3,3%.

Contudo, o relatório Perspectivas Sociais e de Emprego no Mundo: Tendências para Mulheres, 2018, indicava que a taxa global de participação das mulheres na força de trabalho ficou em 48,5%, em 2018, 26,5 pontos percentuais abaixo da taxa dos homens, sendo a taxa de desemprego global das mulheres, nesse mesmo ano, ficou em 6%, aproximadamente 0,8 ponto percentual maior do que a taxa dos homens. Ou seja, para cada dez homens empregados, apenas seis mulheres estão empregadas, o que contribui para o aumento da participação das mulheres no trabalho informal. Esses resultados confirmam pesquisas anteriores da OIT que alertaram sobre desigualdades significativas de gênero em relação aos salários e a proteção social.

Podemos entender o trabalho informal como uma das consequências da questão social contemporânea, resultado da ausência de oportunidades de emprego e precarização do mercado de trabalho. Scherer (2009) considera—que além da precarização um dos fatores mais graves é que o trabalho informal não garante o acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos, o que repercute na destes trabalhadores em um momento de doença e de aposentadoria, por exemplo.

Segundo pesquisa produzida pelo Observatório das Metrópoles – IPPUR (2019), o número de brasileiros que ganham a vida como camelôs chega a 1,7 milhões. Das pessoas que passaram a trabalhar nas ruas entre os anos de 2015 a 2017, para garantir o sustento de suas famílias, 55,5% foram mulheres. Atualmente, são quase 840 milhões de mulheres camelôs em todo o país e a grande maioria é negra. Segundo dados do IBGE (2017), o emprego sem carteira assinada superou o formal pela primeira vez na História do Brasil. O ano de 2018 se encerrou com 34,31

milhões de pessoas trabalhando por conta própria ou sem carteira assinada, contra 33,321 milhões ocupadas em vagas formais.

O número de vendedores ambulantes aumentou consideravelmente nos últimos anos. Devido à crise econômica, o número de camelôs chegou a quase 1,7 milhão, entre 2014 e 2017. De acordo com o IBGE, em 31/12/2020, o número de ambulantes e informais cresceu durante a pandemia da COVID-19, chegando a 27.9 milhões pessoas. E, deste contingente, revelou o IBGE, apenas 5% têm alguma autorização para trabalhar. Para Bouças (2015), se trata de uma situação que não pode ser ignorada pelo poder público e só será possível resolvê-la a partir do momento em que se aprofundem as compreensões sobre a sua complexidade e especificidades. A partir disto, seria possível se proponham alternativas participativas que compatibilizem os diferentes interesses sociais e de gênero envolvidos, sem a intenção de eliminar as práticas cotidianas dos espaços de representação dos camelôs.

A cidade de Santo Antônio de Jesus, também conhecida pelos locais como a Cidade das Palmeiras, está localizada a quase 200km da capital da Bahia, Salvador. É também conhecida como “a cidade comercial”, fruto de uma campanha local de valorização do comércio, criada pela Associação Comercial, em 1980, visando impulsionar ainda mais a sua condição de polo centralizador responsável por atrair muitos consumidores movidos pela variedade de oferta de produtos.

Em 2020 contava com uma população 102.380 habitantes, segundo o IBGE (2020), Municípios circunvizinhos como Nazaré, Muniz Ferreira, Aratuípe, Valença, Cairú, Jaguaripe, Varzedo, São Miguel das Matas, Elísio Medrado, Laje, Mutuípe, Jiquiriçá, Ubaíra, Amargosa, Salinas da Margarida, Dom Macedo Costa, Conceição do Almeida, São Felipe, Sapeaçu, Castro Alves, Santa Terezinha, Cruz das Almas e Governador Mangabeira sofrem influência direta do comércio de Santo Antônio de Jesus onde constantemente buscam o apoio de que necessitam (IBGE, 2010).

A Feira Municipal de Santo Antônio de Jesus também se evidencia por ser um importante centro de abastecimento regional. Ela comporta a comercialização de hortifrutis, carnes, laticínios, cereais, calçados, confecções, eletroeletrônicos e afins, além de conter bares e restaurantes. O comércio de confecções e calçados, em especial, possuem grande expressividade, principalmente nos dias de quarta-feira, atraindo pessoas de diversos municípios que se dirigem à Santo Antônio de Jesus atraídos pelos baixos preços e pela variedade. Aqui destaca-se a importância do Eixo

Rodoviário que garante a mobilidade de pessoas e mercadorias vindas de toda a região do Recôncavo.

A informalidade do trabalho em Santo Antônio de Jesus, Bahia, é considerada parte do processo histórico de formação e de desenvolvimento que sempre se fez presente em sua economia. Queiróz (1995), relata que essa relação e sua contribuição para existência da cidade, hoje conhecida como “O Comércio Mais Barato Da Bahia”. A cidade ganhou esse *slogan* como resultado da iniciativa dos empresários e comerciantes locais, na década de 1980, que chamavam a atenção para a sua importância regional. Esse *slogan* pode ser lido como o reconhecimento histórico da cidade vinculada ao comércio varejista de alimentos, inicialmente, seguido de roupas, calçados, confecções e serviços.

Ainda segundo o memorialista, a presença do trabalho realizado por vendedores ambulantes ou mascates foi importante desde o início da fundação da vila que nascia em torno da Igreja Matriz Padre Mateus que, mais tarde, se tornaria a cidade de Santo Antônio de Jesus. Desse modo, esses vendedores comercializavam diversos produtos manufaturados e alimentícios onde, à medida que expandia suas fronteiras, a economia informal transitória contribuía para a forma da organização produtiva da região, sendo a informalidade uma realidade social que se apresenta até os dias atuais.

### **2.1. O impacto da COVID-19 no trabalho informal**

De acordo com dados do relatório Panorama Laboral da OIT (2021) a taxa regional de desocupação das mulheres em 2020 aumentou de 10,3% para 12,1%, acima da média geral de desocupação. São 13,1 milhões de mulheres que viram seus empregos desaparecerem devido à queda abrupta da participação no trabalho e ao aumento do desemprego no ano passado somam-se a cerca de 12 milhões de mulheres que já eram afetadas pelo desemprego antes da pandemia da COVID 19. Contudo, a desigualdade de gênero precede a pandemia, sendo que a sua chegada apenas contribuiu para aprofundar uma questão social já existente, acentuando a vulnerabilidade das mulheres no mercado de trabalho, que piorou consideravelmente ao longo dos anos de 2020 e 2021.

Na pesquisa feita pela ONU Mulheres, Bergallo et al. (2021), foram avaliados os programas implementados para transferência de renda em função da pandemia de

COVID-19 por diversos países. Os aspectos considerados na avaliação levaram em conta, por exemplo, a sensibilidade dos programas às questões de gênero, aspecto sob o qual foi identificado que no Brasil seis milhões de mulheres chefes de família receberam o auxílio emergencial até dezembro de 2020. A mesma pesquisa observou ainda a existência de um importante déficit no que se refere a políticas de mercado de trabalho formal e informal e assistência econômica-fiscal com foco nas mulheres. Este processo se consolida a cada dia deixando de ser apenas uma oscilação temporária, tornando o processo de incorporação do contingente feminino ao mercado informal um fenômeno social contínuo e persistente (GARCIA & CONFORTO, 2012).

De acordo com o Relatório 2021 da PNUD, devido aos impactos econômicos da pandemia COVID-19, as mulheres estão mais vulneráveis aos desafios estruturais persistentes para empregos e independência econômica. Segundo este Relatório, esta vulnerabilidade se deve em parte a um sistema de desigualdade de gênero que impõe cuidados não remunerados e trabalho doméstico às mulheres por meio de normas de gênero socialmente construídas, o que priva as mulheres de acessar a sistemas de proteção universal eficazes. Para a OIT, se quisermos conquistar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas até 2030, será necessário priorizar o fim das desigualdades de gênero no mundo do trabalho combatendo os desafios e obstáculos persistentes.

## **2.2 As mulheres camelôs em Santo Antônio de Jesus: vulnerabilidades e estratégias de sobrevivência.**

Foi realizado entre os meses de julho, agosto e setembro de 2021, o trabalho de campo no centro da cidade de Santo Antônio de Jesus, conforme as técnicas da pesquisa participante. Assim, aplicou-se a observação ativa na principal área do comércio camelô, no entorno da Igreja Matriz, localizado à rua Monsenhor Francisco Manoel Silva, Centro, Santo Antônio de Jesus. Concomitantemente, se procedeu o registro escrito de toda a dinâmica social observada, buscando identificar a presença das mulheres em pontos fixos e ambulantes, identificar o tipo de produtos que comercializavam, localizar banheiros e/ou sanitários públicos, segurança pública voltada para elas, por exemplo. Somou-se a essa atividade o levantamento documental e bibliográfico, tanto nos órgãos públicos locais e estaduais, quanto em no banco de dados de organizações nacionais e internacionais.

De acordo com as informações da SEINFRA, em 2021, o número de mulheres que buscaram se cadastrar para o trabalho de camelô cresceu, chegando a aproximadamente 30%, se comparado com os anos anteriores. São, em geral, mulheres com idade entre 25 e 58 anos e mães de 01 a 02 filhos. E, apesar de possuírem pouca escolaridade revelaram o interesse de que seus filhos frequentem a escola e tenham uma profissão. Foi informado que nem todos os camelôs que têm barracas ativas estão legalizados, o que reforça ainda mais o caráter informal desta atividade. Os motivos mais comuns para isso estão na falta de documentos exigidos para formalização legal e na recusa de sair dessa localização para outra. Segundo a SEINFRA, embora essa atividade informal exista há décadas nas ruas do centro da cidade, apenas na gestão municipal anterior (2016-2019) que se iniciou o cadastro dos camelôs na com o propósito de ordenamento e distribuição dos espaços de atuação desses trabalhadores de rua, assim como, maior conhecimento do quantitativo existente nessa região. Em 2020, eram 315 camelôs cadastrados, destes 45% são mulheres. Nas imediações da Praça Padre Mateus são 26 camelôs cadastrados e destes, 50% são mulheres.

Este dado condiz com o que foi observado durante o trabalho de campo, no qual constatou-se a presença das mulheres camelôs na cidade de Santo Antônio de Jesus, podendo serem vistas presentes tanto nos pontos fixos de venda ou barracas ou como vendedoras ambulantes circulando pelas ruas do centro da cidade, as mulheres camelôs figuram como importantes agentes sociais da produção sócio-espacial do centro da cidade. Com a sua organização e dinâmica produtiva próprias se vinculam de forma mais intensa, mas não exclusiva, ao comércio de roupas femininas, masculinas, infantis, de cama e banho, além de calçados, perfumaria, maquiagem, brinquedos, utensílios domésticos, dentre outros.

Logo, a participação das mulheres camelôs é uma realidade nas ruas do centro da cidade de Santo Antônio de Jesus, ocupando um lugar de destaque neste mercado de trabalho informal. Bastando apenas circular pelas ruas principais da cidade, tanto nos dias mais dinâmicos da semana, quarta-feira e sábado, quanto nos dias de fluxo menos intenso é possível constatar a sua presença em barracas em torno de todos os passeios, do lado direito de toda rua principal e em frente as lojas formais e estacionamento dos carros. Por diversos momentos é possível verificar aglomeração de pedestres nas calçadas da rua principal realizando compras e, como

em todos os centros urbanos onde há este tipo de comércio, provocando desconforto em alguns pedestres que transitam nessas mediações.

Embora não se observe a presença excessiva de resíduos nas ruas onde se encontram as barracas, o que pode sugerir a presença de coleta regular, notou-se a ausência de banheiros e sanitários públicos, de infraestrutura que proteja as bancas da chuva e do sol e de segurança pública. As barracas, em quase sua totalidade, são montadas com estruturas frágeis, cobertas por lonas e plásticos envelhecidos e desgastados, chegando a causar a impressão de abandono.

Neste cenário, constatou-se a presença de várias mulheres, algumas donas de suas próprias barracas, outras vinculadas pelos laços de parentesco e afetividade. Algumas oferecendo os seus produtos aos transeuntes; outras sentadas, em cadeiras plásticas, com seus filhos pequenos e algumas os amamentando, colocando para dormir ou apenas acariciando-os. Notou-se, também, a presença das crianças menores de seis anos, fato este que reforça a narrativa de algumas dessas mulheres, no sentido de não desejarem igual destino profissional aos seus filhos. Embora evidenciem orgulho do trabalho laboral diário desenvolvido reconhecem o preconceito social à profissão de camelô.

Sobre isto, salientamos a contribuição de Durães (2013) ao chamar a atenção para o fato de que a rua e suas atividades peculiares constituem parte da própria sociedade onde a vivência em trabalhos de rua possibilita a aquisição de um conjunto de saberes próprios deste universo marcadas por elementos que possuem uma dinâmica com todos os seus brilhos, mas também com toda sua carga de ilegalidade, perseguição e embate cotidiano. Assim, ser camelô não está na dinâmica de futuro dos filhos dessas mulheres camelôs e sim, o desejo de um trabalho assalariado que garanta uma renda fixa mensal e aceitação social.

Ademais, percebeu-se que algumas mulheres passam todo o seu dia nesse espaço de trabalho, não realizando deslocamento algum que as distanciem das suas barracas, disputando por clientes sem nenhum conforto ou proteção contra as intempéries do tempo. No entanto, Bouças (2015), nos chama a atenção para o fato de que o trabalhador de rua tende a desenvolver uma relação de pertencimento com o lugar no qual fixam seus pontos ou as suas barracas, onde muitos deles permanecem durante anos e até mesmo décadas, o que faz surgir uma relação afetiva, comprometida e algumas vezes até mesmo conflituosa.

Ainda sobre a falta de acesso aos banheiros e sanitários públicos, destacamos possíveis problemas de saúde proveniente de não terem condições de urinar, ao menos, durante a jornada de trabalho. Destacamos a presença do quadro de pobreza menstrual, que não se vincula apenas a falta de acesso a absorventes, mas também se relaciona a ausência de sanitários ou banheiros para garantia da higiene íntima. Ademais, notou-se que uma boa parte das mulheres camelôs se apresentavam animadas, cordiais, algumas maquiadas e sempre convidativas ao anunciarem seus produtos.

Quanto a organização social, destacamos a presença da Associação dos Ambulantes, Barraqueiros e Camelos de Santo Antônio de Jesus (AMBARC), fundada no ano de 2005, com objetivo de organizar ações que promovam conquistas trabalhistas, que reflitam em qualidade de vida e equidade ao trabalhador independente de diferenças de gênero. Entretanto, não obtiveram êxito e as melhorias nas barracas e a implantação de sanitários têm encontrado entraves por parte dos gestores municipais.

São inúmeras as dificuldades enfrentadas pelos camelôs no exercício do trabalho nas ruas, sobretudo quando se refere as mulheres. De acordo com dados da Secretaria Municipal de Infraestrutura (SEINFRA), as mulheres camelôs cadastradas num levantamento feito pelo governo municipal, em 2016, possuem faixa etária entre 20 e 60 anos e em sua maioria apresentam pouca escolaridade e revelam dificuldades de acesso à escola, dada as longas jornadas de trabalho e em condições insalubres. Soma-se a isto, as dificuldades de acesso a instalações como banheiros e/ou sanitários públicos, condições precárias de higiene das ruas, a ausência de creches em tempo integral para as crianças o que torna ainda mais difícil a tarefa de atender os fregueses e cuidar dos filhos ao mesmo tempo, além da insegurança tanto no local de trabalho quanto na volta para casa.

A solução encontrada pelo governo municipal para “melhorias” das condições do trabalho camelô consiste na remoção deste comércio do centro da cidade. Alegando insuficiência de espaços físicos disponíveis no centro, o governo municipal resolveu, de forma impositiva e unilateral, remanejar alguns camelôs para um outro local, que embora mais próximo a feira livre, gerou descontentamento. De acordo com Mariana Werneck (2019) o desinteresse pelo trabalho ambulante é um dos fatores do insucesso das políticas de cadastramento realizadas pelas prefeituras que, ao compreender o setor como ocupação temporária ou atividade para mera

complementação de renda, disponibiliza licenças de trabalho a públicos-alvo distintos sem observar o tempo de trabalho daqueles que já ocupam tradicionalmente as ruas.

Segundo a coordenação de fiscalização do trabalho de rua são várias as reclamações dos camelôs remanejados para a área nova, alguns argumentam que terão perdas nas vendas devido a distância da nova área do centro da cidade, da baixa intensidade de circulação diária de pessoas no novo local, da pouca visibilidade do local disponibilizado, dentre outras. Diante destes problemas, muitos destes camelôs retornaram para as ruas do centro da cidade, próxima a Igreja Padre Mateus.

Ainda segundo a coordenação de fiscalização, a SEINFRA reconhece a necessidade de novos projetos e intervenções voltados para um melhor atendimento aos camelôs da cidade, que seguem a espera de projetos que atendam às suas necessidades e que levem em conta as diferenças de gênero e, com isto, as demandas apresentadas pelas mulheres camelôs. Destaca-se aqui a percepção apresentada pela referida coordenação a respeito da vulnerabilidade das mulheres camelôs, consideradas mais “tranquilas” em relação aos homens, quando da remoção involuntária para a nova área.

Neste caso, a sua vulnerabilidade é reconhecida como um elemento positivo para consolidação do projeto da prefeitura, pois acreditam que o “medo” de não conseguirem um espaço para armar suas barracas seja o fator determinante para a aparente tranquilidade. Aqui, nota-se que o poder público é uma agente dessa vulnerabilidade que na verdade as coloca numa situação de insegurança com relação a possibilidade de ao resistirem perderem a sua única fonte de renda e de sustento da sua família. Para a coordenação de fiscalização, embora as mulheres demonstrem clareza ao expor os problemas com a mudança de espaço e explicitem as vantagens locacionais presentes no centro da cidade, elas são moderadas ao se expressarem ante o agente público. Diferente dos homens, que falam “num tom de voz mais alto” e são “mais resistentes” as propostas apresentadas pelo poder municipal.

Contudo, após decisão do Ministério Público Estadual, a prefeitura de Santo Antônio de Jesus anunciou a realocação dos vendedores ambulantes da referida rua para área da feira livre, no dia 27 de novembro de 2021. Revoltados com a decisão, os camelôs realizaram protestos nas ruas e se pronunciaram na Câmara de Vereadores cobrando as promessas da campanha eleitoral do atual prefeito, Genival Deolindo (PSDB), em relação as garantias de permanência no centro da cidade. Alegaram que as vendas sofreriam impactos com a mudança abrupta para o novo



local juntamente num período de grande movimento, as festas de final de ano e tudo isto em plena pandemia da COVID-19. Além disto, argumentaram que o novo local é muito afastado do centro da cidade e não oferece segurança, dada a já constatada ausência de segurança pública e presença constante de usuários de drogas e de assaltos. Ademais, denunciara que o novo local não traz nenhuma melhoria nas condições de trabalho, pois persiste a falta de banheiros e sanitários públicos, a ausência de limpeza pública e de esgotamento sanitário adequado, o que torna o “novo” local um ambiente com odor fétido e inadequado à permanência dos trabalhadores e trabalhadoras camelôs.

Diante destes argumentos, a prefeitura adiou a relocação dos camelôs para o dia 01 de dezembro de 2021. Nesta nova data, contaram com a força das polícias Militar e Civil para cumprimento da decisão judicial e interditaram a rua principal do comércio camelô com cones, a partir das 04h da manhã. Neste mesmo dia aconteceram novas manifestações dos camelôs pelas ruas centrais da cidade até a sede da Prefeitura. Essas manifestações geraram grande repercussão em toda a região, mobilizando diversos sujeitos sociais que se vinculam direta e indiretamente com o comércio camelô.

As manifestações dos camelôs surtiram efeito e influenciaram a opinião pública, pois a população se mostrou dividida com relação ao apoio aos manifestantes que, apesar de apreensivos, resistiram e mantiveram as suas barracas montadas no centro da cidade, realizando seu trabalho de camelotagem. Com isto, passa a somar-se as questões sócio-espaciais já existentes, não enfrentadas pelo poder público municipal, a remoção involuntária para remanejamento dos camelôs.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De acordo com o estudo apresentado, constatou-se que o direito ao trabalho fundamental ao digno ainda está muito distante da realidade das mulheres camelôs da cidade de Santo Antônio de Jesus. É possível dizer que nenhum dos elementos que constituem o conceito de trabalho digno, explicitados na introdução deste texto, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), figuram como objetivos a serem alcançados pelo governo municipal em atendimento as aspirações já explicitadas pelos trabalhadores e trabalhadoras, durante a audiência realizada da Câmara de Vereadores do município, no final do ano de 2021. Nesta conjuntura, os resultados alcançados indicaram a necessidade de criação de políticas públicas municipais que

acolham as vulnerabilidades existentes que impedem as mulheres camelôs de alcançarem melhores patamares de qualidade de vida e de dignidade no trabalho. Criando estratégias participativas que as apoiem e fomentem o desenvolvimento das condições necessárias para a mudança de condição atual.

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. As Mutações no Mundo Do Trabalho Na Era Da Mundialização Do Capital. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004 335. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em 12 de abril de 2020.

BALTAR, P.; LEONE, E. A mulher na recuperação recente do mercado de trabalho brasileiro. Revista brasileira de Estudos Populacionais, São Paulo. 2008.

BERGALLO, P.; MANGINI, M.; MAGNELI, M. & BERCOVICH, S.. Los impactos del COVID-19 en la autonomía económica de las mujeres en América Latina y el Caribe. **COVID-19 Policy Documents Series**. UNDP LAC C19 PDS No. 25. 2021.

BOUÇAS, Rose Laila de Jesus. No olho da Rua: trabalho e vida na apropriação do espaço público em Salvador/Ba. Dissertação (mestrado), Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Salvador 2015. Disponível em: [https://ppgau.ufba.br/sites/ppgau.ufba.br/files/dissertacao\\_lailaboucas\\_versaofinal.pdf](https://ppgau.ufba.br/sites/ppgau.ufba.br/files/dissertacao_lailaboucas_versaofinal.pdf) Acesso em: 21 de mai. 2022.

CARMO, Michelly Eustáquia do; GUIZARDI, Francini Lube. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. Cad. Saúde Pública 2018; 34(3):e00101417. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/ywYD8gCqRGg6RrNmsYn8WHv/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 14 de jun. de 2022.

DIEESE. A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000. São Paulo: DIEESE, 2012. Capítulos 7, p. 145-163 e 8, p. 165-185.

DURÃES, Bruno. Camelôs globais ou de tecnologia: novos proletários da acumulação - Salvador: EDUFBA, 2013.

GARCIA, Lucia dos Santos; CONFORTO, Ecléia. A inserção feminina no mercado de trabalho urbano brasileiro e renda familiar. Disponível em: [www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/h7-03.pdf](http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/h7-03.pdf) Acesso em 10 de outubro de 2021.

GOULART, Cláudia Cardoso. Cotidiano, identidade e memória: narrativas de camelôs em Pelotas (RS). 2008. 105 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.

IBGE 2019. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/santo-antonio-de-jesus> Acesso 10 de dezembro 2020.

IBGE 2021. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Trimestral/Novos\\_Indicadores\\_Sobre\\_a\\_Forca\\_de\\_Trabalho/pnadc\\_202101\\_trimestre\\_novos\\_indicadores.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Novos_Indicadores_Sobre_a_Forca_de_Trabalho/pnadc_202101_trimestre_novos_indicadores.pdf) Acesso em 25 de fev. de 2022.

\_\_\_\_\_. Pesquisa mensal de emprego: Mulher no mercado de trabalho - perguntas e respostas. IBGE, 2012.

POCHMANN, M. A. Década dos Mitos: **O novo modelo econômico e a crise do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

QUEIROZ, Danielle Teixeira; VALL, Janaina; SOUZA, Ângela Maria Alves e; VIEIRA, Neiva Francenely Cunha. Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. Revista Enferm, UERJ, Rio de Janeiro, 2007 abr/jun; 15(2):276-83. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2020779/mod\\_resource/content/1/Observe%20C3%A7%C3%A3o%20Participante.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2020779/mod_resource/content/1/Observe%20C3%A7%C3%A3o%20Participante.pdf) Acesso em: 24 de fev de 2022.

QUEIROZ, Fernando Pinto de. A Capela do Padre Matheus. Feira de Santana-Ba. SAGRA, 1995.

QUEZEDA, D.I.C. Ser ou Estar? Eis o Dilema: O Cotidiano de Ambiguidades dos Camelôs de Copacabana. 2008. 107. (Mestrado em Sociologia e Antropologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. RJ. 2008.

RODRIGUES, I. D. A dinâmica geográfica da camelotagem: a territorialidade do trabalho precarizado. 2008. 186 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

SANTOS, Miguel Cerqueira dos. **O dinamismo urbano e suas implicações regionais: o exemplo de Santo Antonio de Jesus/Ba**. Salvador: Editora UNEB, 2002. 104p.

\_\_\_\_\_. Mutações territoriais em Santo Antônio de Jesus: possibilidades e implicações no desenvolvimento. URB-BA [11]. Disponível em: [http://www.ppgau.ufba.br/urba11/ST1\\_MUTACOES\\_TERRITORIAIS\\_EM\\_SANTO\\_ANTONIO\\_DE\\_JESUS.pdf](http://www.ppgau.ufba.br/urba11/ST1_MUTACOES_TERRITORIAIS_EM_SANTO_ANTONIO_DE_JESUS.pdf). Acesso em 04dez.2011. Acesso em 25 de abr. de 2022.

SILVA, Lucas Nonato Souza. O Homem Contemporâneo e as Relações De Trabalho. HumanÆ. Questões controversas do mundo contemporâneo. v 11, n. 1. 2017.

TAVARES, Maria Augusta. Os fios invisíveis da Produção Capitalista: Informalidade e Precarização do Trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

WERNECK, Mariana; RIBEIRO, Bruna. Trabalho ambulante feminino na dianteira da vulnerabilidade. Observatório das Metrópoles, do Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/trabalho-ambulante-feminino-na-dianteira-da-vulnerabilidade/> Acesso em 18 de mai. de 2022.

## **AS MUDANÇAS NA MOBILIDADE URBANA DE SALVADOR: uma análise da implantação do veículo leve sobre trilhos - VLT (monotrilho) e seus impactos socioambientais**

Matheus Sousa dos Santos<sup>1</sup>

Messias Arcanjo dos Santos Mauricio<sup>2</sup>

Augusto César da Silva Machado Copque<sup>3</sup>

### **RESUMO**

Esta pesquisa tem como principal objetivo analisar os possíveis impactos socioambientais negativos e positivos na implantação do VLT/Monotrilho no Subúrbio e Região Metropolitana de Salvador. Para a fundamentação teórica utilizou-se algumas referências bibliográficas, o projeto do empreendimento e aplicou-se a Matriz de Leopold para analisar os possíveis impactos e chegar à avaliação sobre a magnitude da interferência do empreendimento no meio físico, biótico e antrópico.

**Palavras-chave:** Impacto socioambiental. VLT/Monotrilho. Urbanização.

### **1. INTRODUÇÃO**

Nas últimas décadas (a partir de 1950) o Brasil passou por um intenso processo de urbanização, fenômeno que não é endêmico, pois pode ser observado nas principais metrópoles mundiais. Essa urbanização rápida trouxe consigo alguns desafios a serem enfrentados, como: o crescimento acelerado da população, problemas habitacionais e constantes mudanças na mobilidade urbana, para atender as demandas que surgiram. Concomitantemente, observou-se o intenso processo de modificação da paisagem natural, a interferência humana cada vez mais predatória foi causando diversos impactos ambientais, alguns deles irreversíveis.

Segundo Santos (2012, p. 51), em Salvador, o boom populacional aconteceu entre as décadas de 1940/50. Com a intensificação do êxodo rural, os imigrantes se aglomeravam em bairros periféricos, já que os espaços do centro e suas adjacências

---

<sup>1</sup> Licenciando em Geografia - Universidade Católica do Salvador (UCSal), e-mail: matheussousa.santos@ucsal.edu.br

<sup>2</sup> Licenciando em Geografia - Universidade Católica do Salvador (UCSal), e-mail: messias.mauricio@ucsal.edu.br

<sup>3</sup> Doutorado em Geografia – Universidade do Minho (UMinho); Mestrado em Eng. Ambiental – Universidade Federal da Bahia (UFBA), Lic. e Bach. em Geografia – Universidade Católica do Salvador (UCSal); Docente do Curso de Geografia (UCSal), e-mail: augusto.copque@ucsal.br

estavam reservados para quem podia pagar mais pela localização privilegiada. Longe dos polos de trabalho, educação, saúde e comércio essa população - periférica - carecia de equipamentos de locomoção para se deslocar de casa para outros lugares na cidade.

Uma outra problemática, foi o crescimento da cidade - Salvador, com planejamento deficiente, avenidas foram sendo criadas para resolver problemas imediatos, o que resultou nas constantes modificações que são observadas atualmente, grandes obras são feitas e refeitas para atender a demanda populacional, a cidade parece um verdadeiro remendo.

O trecho por onde passará o VLT/Monotrilho operava um trem que era meio de transporte de centenas de passageiros que residiam na região do subúrbio, que para dar lugar ao novo modal de transporte, foi desativado. Mais moderno, rápido e eficaz, o VLT/Monotrilho foi pensado com o propósito de atender a população da região de Salvador, capital baiana, e de sua Região Metropolitana, visto que, o projeto terá uma estação em Simões Filho, possibilitando os usuários chegarem até a região do Comércio, em Salvador, em menos tempo.

Em meados de 1853, foi implementado o sistema ferroviário, que fazia a ligação dos bairros da Calçada a Paripe, este modal de transporte, era utilizado por grande parte da população da região do subúrbio de Salvador (cerca de 14 mil usuários por dia, segundo o Diário Causa Operária) para se deslocar até a estação final - Calçada. Com um preço acessível, R\$0,50 centavos até o ano de 2021, quando foi desativado. Se por um lado a implementação do VLT/Monotrilho trará um modal mais moderno, a interrupção do serviço do trem causará alguns impactos na vida da população da região, como a questão financeira, já que grande parte dos usuários do antigo trem pagam um valor simbólico.

O objetivo desta pesquisa pretende identificar e avaliar os possíveis impactos socioambientais que poderão ser provocados pela implantação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT)/Monotrilho em Salvador e em sua região metropolitana, onde serão levantados impactos potenciais ao meio físico, biótico, bem como, as possíveis alterações sociais, tendo sido avaliados a partir da Matriz de Leopold.

Neste artigo, avaliou-se os impactos causados pelo empreendimento a partir do conceito de impacto de Sánchez (2012, p. 32), que consiste em “alterações da qualidade ambiental que resultam da modificação de processos naturais ou sociais provocada por ação humana”. Sendo assim, será considerado toda modificação tanto

no meio biótico quanto no meio social quando da introdução do VLT/Monotrilho. Vale ressaltar que, a análise será feita com base nos impactos esperados, uma vez que, as obras do empreendimento estão em suas fases iniciais.

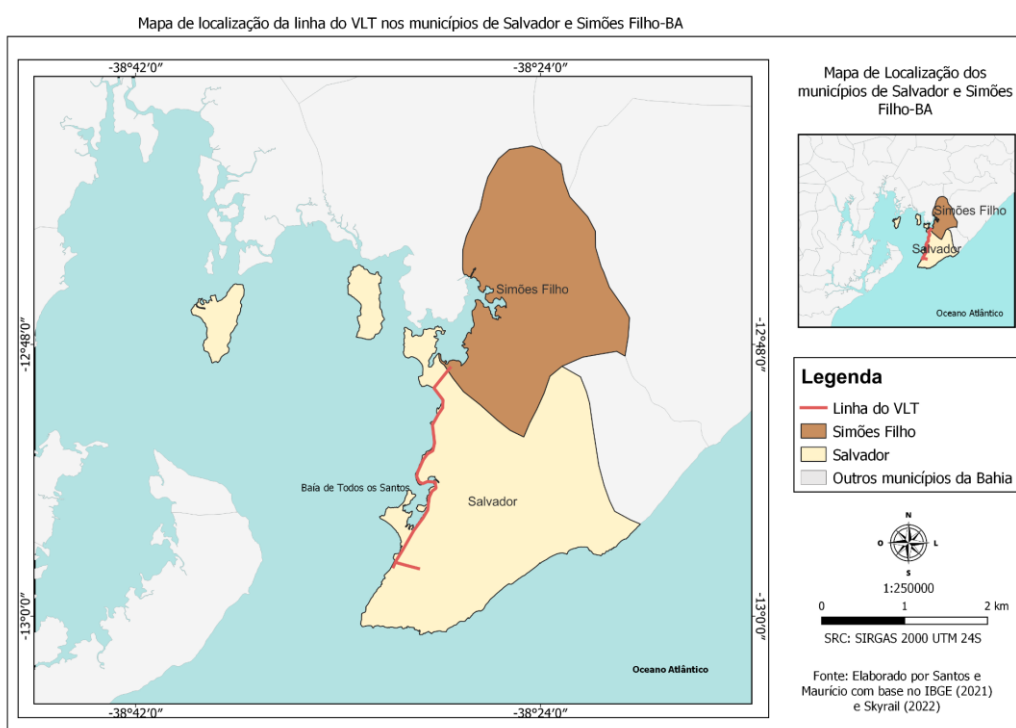
### 1.1 Caracterização do VLT/Monotrilho

A *The Monorail Society* (2022), define o monotrilho como “tipo de veículo leve sobre trilho (VLT) que possui como principal característica a circulação por um único trilho ao contrário dos sistemas ferroviários tradicionais que circulam por dois trilhos. Neste sentido, surge a Skyrail Concessionária da Bahia S.A. (Skyrail Bahia) que, por meio do Contrato de Concessão 01/2019, na modalidade Parceria Público-Privada (PPP) entre o Governo da Bahia e a *Build Your Dreams* (BYD), acordada no valor total de 5,2 bilhões de reais, segundo a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR), incluindo também a fase 2 do projeto.

#### 1.1.1 Caracterização da área de estudo

O estudo sobre a avaliação de impactos socioambientais foi realizado nos municípios de Simões Filho e Salvador, no estado da Bahia, no Brasil, entre os bairros de Ilha de São João (Simões Filho) e do Comércio (Salvador). (Figura 1).

**Figura 1.** Mapa de localização dos municípios de Salvador e Simões Filho no Estado da Bahia.



Fonte: Autores, 2022.

Com a premissa de “garantir o acesso de maior parte da população ao espaço urbano de forma ágil e confortável sem distinção de classe social, propiciando o acesso aos serviços sociais básicos, lazer e as oportunidades de trabalho”, conforme justifica o Estudo de Médio Impacto para as Obras do VLT/Monotrilho, surge então, a primeira fase, objeto deste estudo, do empreendimento de Veículo Leves sobre Trilhos (VLT)/Monotrilho, com 19,3 km de extensão, passando por 21 estações (figura 2).

**Figura 2:** Traçado do VLT/Monotrilho e suas estações



Fonte: SkyRail Bahia. Acesso em 28 abr 2022.

## 2. Materiais e métodos

Como método de análise, utilizou-se diversas bibliografias para o embasamento teórico da pesquisa, dentre elas: BAHIA (2016); SÁNCHEZ (2008); SANTOS (2012). E, para fazer uma análise e classificação dos possíveis impactos socioambientais na região da implementação do VLT/Monotrilho, elaborou-se uma matriz (figura 3) com base na Matriz de Leopold, e dessa forma classificou-se os possíveis impactos como pouco importante, médio importante e muito importante.

## 3. Resultados e Discussões

Para chegar aos resultados da pesquisa, os estudos foram divididos em três aspectos, analisou-se o meio físico, biótico e antrópico, a partir disso, discutiu-se a magnitude, a duração, a natureza, a temporalidade, a reversibilidade e a forma de impacto, como pode ser observado na matriz (figura 3).

**Figura 3:** Matriz de Leopold adaptada para a análise de Impactos Socioambientais da instalação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT)/Monotrilho em Salvador

| Matriz de Leopold adaptada - Fase de Implantação Veículo Leve sobre Trilho                                  |                |                                       |                        |            |            |          |          |               |             |             |                 |              |        |          |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|---------------------------------------|------------------------|------------|------------|----------|----------|---------------|-------------|-------------|-----------------|--------------|--------|----------|
| Magnitude dos Impactos<br>1 a 3 – Pouco importante<br>4 a 6 – Médio importante<br>7 a 10 – Muito importante |                |                                       | Magnitude              | Duração    |            | Natureza |          | Temporalidade |             |             | Reversibilidade |              | Forma  |          |
|                                                                                                             |                |                                       | Importância do impacto | Temporário | Permanente | Positivo | Negativo | Curto Prazo   | Médio Prazo | Longo Prazo | Reversível      | Irreversível | Direto | Indireto |
| Impactos Socioambientais                                                                                    | Meio Físico    | Potencialização de processos erosivos | 6                      |            | X          |          | X        |               |             | X           |                 | X            | X      |          |
|                                                                                                             |                | Alteração da paisagem regional        | 7                      |            | X          | X        |          |               |             | X           |                 | X            | X      |          |
|                                                                                                             |                | Poluição sonora                       | 7                      | X          |            |          | X        |               | X           |             | X               |              | X      |          |
|                                                                                                             |                | Qualidade do ar                       | 1                      |            |            | X        |          |               |             |             |                 |              |        |          |
|                                                                                                             |                | Qualidade do solo                     | 7                      |            | X          |          | X        |               |             | X           |                 | X            | X      |          |
|                                                                                                             |                | Interferência nos recursos hídricos   | 10                     |            | X          |          | X        |               |             | X           |                 | X            |        |          |
|                                                                                                             |                |                                       |                        |            |            |          |          |               |             |             |                 | X            |        |          |
|                                                                                                             | Meio Biótico   | Flora                                 | 2                      |            | X          |          | X        |               |             | X           |                 | X            | X      |          |
|                                                                                                             |                | Fauna                                 | 1                      |            | X          |          | X        |               |             | X           |                 | X            | X      |          |
|                                                                                                             | Meio Antrópico | Infraestrutura                        | 7                      |            | X          | X        |          |               |             | X           |                 | X            | X      |          |
|                                                                                                             |                | Risco de Acidentes                    | 8                      |            | X          |          | X        |               |             | X           |                 | X            | X      |          |
|                                                                                                             |                | Alteração da paisagem local           | 7                      |            | X          | X        |          |               |             | X           |                 | X            | X      |          |
|                                                                                                             |                | Emprego                               | 7                      | X          |            | X        |          |               | X           |             | X               |              | X      | X        |
|                                                                                                             |                | Acessibilidade/vias de acesso         | 7                      |            | X          | X        |          |               |             | X           |                 | X            | X      |          |
|                                                                                                             |                | Valorização imobiliária               | 10                     |            | X          | X        | X        |               |             | X           |                 | X            | X      |          |
|                                                                                                             |                | Saúde                                 | 5                      |            | X          | X        |          |               |             | X           |                 | X            | X      |          |
|                                                                                                             |                | Alteração no modo de vida tradicional | 6                      | X          |            | X        |          |               |             | X           |                 | X            | X      |          |
|                                                                                                             |                | Resíduos Sólidos                      | 3                      |            | X          |          | X        |               |             | X           |                 | X            | X      |          |
|                                                                                                             |                |                                       |                        |            |            |          |          |               |             |             |                 |              |        |          |
|                                                                                                             |                |                                       |                        |            |            |          |          |               |             |             |                 |              |        |          |

Elaboração: autores, 2022.

### 3.1 Meio físico

Por meio físico, considera-se o que está disposto pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente, no art. 6º da Resolução CONAMA nº. 001/86 caracterizando-o como constituído pelas águas, o ar e o clima, além dos recursos minerais, os tipos e aptidões do solo, os corpos d'água, as correntes atmosféricas (BRASIL, 1986).

Constatou-se que na fase de implementação do VLT/Monotrilho os impactos serão moderados, tendo em vista que, a empresa utilizará o mesmo trajeto em que atuava o trem, antes de sua desativação.

#### 3.1.1 Potencialização de processos erosivos



O risco de desenvolvimento de processos erosivos é caracterizado como moderados, segundo o Estudo de Médio Impacto - EMI (2019, p. 62), o seu desenvolvimento poderá se dar em decorrência da exposição temporária dos solos no período das obras. Mas só será um problema se a área estiver descoberta em período de chuvas. Outro fator importante é que o entorno de grande parte da obra são áreas urbanizadas e impermeabilizadas, o que limita o possível impacto.

### **3.1.3 Poluição sonora e qualidade do ar**

A poluição sonora e do ar se dará apenas na implementação do projeto, desta forma, constatou-se que o impacto que será causado possui pouca relevância. Embora haja o ruído das máquinas e a poeira, o impacto se dará apenas nesta fase, pois, segundo a empresa, esse sistema de transporte em sua fase de operação reduzirá a poluição sonora e os poluentes atmosféricos.

### **3.1.5 Interferência nos recursos hídricos**

Os impactos nos recursos hídricos são considerados significativos, o percurso da implementação do VLT/Monotrilho do Subúrbio percorrerá por algumas bacias hidrográficas, a citar, Bacia de Drenagem Natural de São Tomé de Paripe; Bacia Hidrográfica do Rio dos Macacos; Bacia Hidrográfica do Rio Paraguari; Bacia Hidrográfica do Rio do Cobre; Bacia de Drenagem Natural de Plataforma; Bacia de Drenagem Natural de Itapagipe; Bacia Hidrográfica do Rio Camarajipe. Segundo o Estudo de Médio Impacto EMI, este impacto é cumulativo, uma vez que existem outras diversas fontes de contaminação desses recursos, como a adição de esgotos oriundos do entorno, no que tange ao empreendimento, os ricos são de contaminação dos recursos hídricos, mas a empresa apresenta algumas medidas mitigadoras, como:

- 1 - Uso de sanitários químicos e contêineres sanitários com fossa selada para a coleta de efluentes sanitários dos trabalhadores, com retirada periódica e destinação ambientalmente adequada dos efluentes por empresas devidamente licenciadas;
- 2 - Uso de bandejões contentores de óleo para uso em veículos de grande porte estacionados nos canteiros e nas frentes de obra, para evitar a contaminação de solos com hidrocarbonetos;
- 3 - Implantar Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Construção Civil (PGRSCC) para assegurar a correta segregação, armazenamento temporário e destinação ambientalmente adequada de todos os resíduos gerados na obra. (Metrogreen Skyrail Concessionária da Bahia S/A, 2019. p. 294).

## **3.2 Meio Biótico**

Os resultados das discussões dos impactos no meio biótico se assemelham aos do meio físico. Considerou-se que a área já foi modificada, logo, com a implantação do VLT, as alterações serão mínimas.

### **3.2.1 Fauna e flora**

De acordo com as discussões e análises, afirma-se que os impactos à fauna e à flora serão mínimos, pouco relevantes. A região, que já é urbanizada, sofreu com a interferência humana desde as ocupações no Subúrbio e regiões adjacentes, no século passado. A maior parte do trilho do VLT/Monotrilho passará onde operava o antigo trem, logo, as modificações no local não causarão grandes impactos ao meio biótico.

### **3.3 Meio antrópico**

O meio antrópico será o aspecto, segundo as análises, que sofrerá mais impactos, tanto negativos, quanto positivos - a ver detalhadamente nos próximos tópicos. Para tanto, considera-se por meio antrópico todo e qualquer efeito que possa ser ocasionado tanto social quanto economicamente.

#### **3.3.2 Risco de acidentes**

Todo empreendimento de grande porte, que demanda uma mobilização intensa de pessoas e, principalmente, de máquinas e equipamentos, possuem potencial de acidentes e incidentes, como quedas, traumatismo, choques elétricos, etc. Com base nas investigações que foram feitas a partir do EMI, espera-se que, durante o andamento das obras de implantação, sejam adotadas as medidas previstas, nas Normas Regulamentadoras da Segurança e da Medicina do Trabalho, as chamadas NR's, com destaque para, o Plano de Prevenção de Riscos Ambientais (PRPA), a NR-07 que prevê elaboração de um Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO) e a NR-18, que vai dispor sobre a elaboração do Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção Civil (PCMAT). Apesar disto, julgou-se que os riscos de acidentes e incidentes são muito importantes, uma vez que, envolve riscos de perda da vida humana, apesar de não haver - divulgados - acidentes em obras de implantação deste modal.

### 3.3.3 Alteração na paisagem local

Com base nas análises que foram feitas, considera-se que os impactos que serão provocados pela infraestrutura e as ações decorrentes da implantação do monotrilho, culminarão numa transformação da paisagem local. Apesar das obras estarem sendo executadas utilizando-se de parte da infraestrutura preexistente, quando da operação do trem, a implantação do novo modal demandará um impacto visual significativo, uma vez que, criará estações com instalações modernizadas.

**Figura 4:** Modelo de Estação do VLT/Monotrilho



Fonte: SkyRail Bahia, 2022.

**Figura 5:** Fotografia das obras em andamento.



Fonte: G1, 2022.

### 3.3.4 Emprego

Com base nas análises feitas a partir do Estudo de Médio Impacto do empreendimento e em leituras de materiais jornalísticos, no processo de implantação do VLT/Monotrilho, está sendo previsto a criação de, em média, 2.000 vagas para 47 funções, sendo que, estas vagas são destinadas à população residente na região do Subúrbio. A partir desta previsão, considerou-se que a geração de emprego se enquadra numa classificação relevante, a provocar impactos positivos quanto à geração de renda para a população local, especialmente para um período em que, muitas vagas formais de empregos foram fechadas por causa da pandemia de covid-19, como declara Daiane, moradora da região do Subúrbio, em declaração ao Jornal Correio:

Fui demitida no período da pandemia e sempre fico enviando currículo sempre que vejo uma oportunidade. Para serviços gerais, para o que aparecer, tô disponível. Fico torcendo para que dê certo porque preciso pagar as contas, não quero ficar parada.

Ainda no que diz respeito à geração de emprego, torna-se necessário salientar que, após o final das obras, parte do pessoal contratado para a atividade de implantação será demitido, deflagrando fatores sociais associados às demissões, como o aumento do desemprego. No entanto, espera-se que parte deste pessoal seja reaproveitado em atividades compatíveis à fase de operação do VLT/Monotrilho.

### 3.3.6 Valorização imobiliária

A implementação de qualquer infraestrutura num determinado espaço desperta o interesse de diversos agentes transformadores, com a implementação do VLT/Monotrilho, os imóveis próximos à região do novo modal tendem a ser valorizados, desta forma, classificou-se esse impacto como significativo, tanto positivo como também negativo, pois quando o valor de moradia tende a aumentar em determinado espaço, a população mais carente não tem como arcar com os elevados custos dos impostos, contas básicas (água, luz), dentre outros fatores, e não vê outra saída, senão, procurarem moradias em outras regiões. Muitos ainda preferem alugar suas residências e se transferem para lugares em que o custo de vida seja mais barato.

### 3.3.7 Saúde

O acesso ao transporte de qualidade, a diminuição de tempo de deslocamentos são alguns fatores que influenciam na qualidade de vida da população. Após a implementação do VLT/Monotrilho, a população da região terá - além dos meios já existentes - um meio de transporte eficiente, que não trará estresses com congestionamentos, demoras, elevando, assim, a qualidade de vida dos usuários, possivelmente.

### **3.3.8 Alteração no modo de vida tradicional**

É inegável que a desativação do trem do subúrbio para a implementação do VLT/Monotrilho tenha alterado o modo de vida da população da região, no qual a grande maioria vivia em situação de vulnerabilidade social (BAHIA, 2016).

O trem, que desde 2002 - até a desativação, em 2021, operava de Paripe a Calçada com a tarifa de R \$0,50 centavos (CORREIOS, 2021), tarifa essa simbólica, pois o modal operava com subsídios do estado. Mesmo com a precariedade dos veículos, os sistemas de trens eram os meios de transportes mais utilizados pelos moradores do subúrbio soteropolitano, que os utilizavam para se deslocar e resolver as diversas atividades em outras regiões da cidade, como por exemplo, frequentar a Feira de São Joaquim.

Após a desativação, a passagem, com o novo modal, iria aumentar em torno de 8x mais, segundo foi apurado pelo jornal Correio, 2021: “Os novos valores para o VLT ainda não foram normatizados, mas devem seguir a tabela do metrô - R \$3,90 para a viagem apenas no modal e R \$4,20 para a passagem com integração com outros meios de transporte.” Apesar do aumento do valor, os moradores também poderão fazer as integrações com os ônibus e metrô de Salvador.

## **4. Considerações finais**

Os resultados apontam que os possíveis impactos socioambientais causados pela implantação do VLT/Monotrilho serão moderados, considerando que a maior parte dessas intervenções serão positivas, como: a oferta de mais um modal de transporte na região do Subúrbio de Salvador, que atenderá também a população da região metropolitana - especialmente a de Simões Filho -, assim como a população da cidade baixa de Salvador, já que, na primeira fase o VLT/Monotrilho, terão estações nos bairros da Calçada e Comércio, facilitando o deslocamento dos usuários.

Neste sentido, conclui-se que, o novo modal de transporte contribuirá com a elevação da qualidade de vida da população de seu entorno, assim como aumento nas vagas de emprego - diretos e indiretos -, tanto na fase de implementação, como na de operação. O sistema VLT/Monotrilho produz o mínimo de poluição e ruídos em fase de funcionamento.

Pode-se considerar moderno, levando em conta que Salvador e sua região metropolitana vem se modernizando lentamente, como é o caso da região do Subúrbio, que até 2021 operava um sistema de trens antigos, estações sem infraestrutura e segurança.

A respeito dos impactos no meio biótico, observou-se a partir de uma análise depurada do Estudo de Médio Impacto que existem diversos hiatos quanto a maneira que serão colocados em prática as medidas de mitigação. Por isso, sugere-se a fiscalização por parte dos órgãos competentes a fim de que, as medidas mitigadoras sejam de fato cumpridas. Considerando ainda, que flora da região já sofreu impactos negativos, provocados ainda pelo antigo modal de transporte e a urbanização na região, a empresa responsável pela implantação do empreendimento, poderia adotar, como medidas de mitigação, o replantio de espécies da flora ao longo da Avenida Afrânio Peixoto, principal de via de acesso ao Subúrbio e, conseqüentemente, às estações do VLT/Monotrilho. Árvores de pequeno porte e pequenos jardins poderiam ser implantados, uma vez que, possuem valor ambiental e paisagístico.

No que tange aos aspectos antrópicos, observou-se que, a Skyrail, trouxe como medidas de mitigação à priorização da contratação de mão de obra de pessoas que residem nos bairros que serão diretamente afetados pelo empreendimento, no entanto, com o fim das obras de implantação, parte destas pessoas serão demitidas retornando à condição de desempregados. O impacto negativo destas demissões pode ser diminuído com a ofertas de cursos profissionalizantes gratuitos para a população local. Esses cursos podem ser ofertados em alinhamento com associações de moradores que possuam estrutura física para formação de classes. Além de favorecer o retorno ao mercado de trabalho, as formações profissionalizantes agregam valor intelectual que, futuramente, favorecerá o desenvolvimento social dos bairros afetados

## REFERÊNCIAS

BAHIA. CONDER. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. **Painel de informações: dados socioeconômicos do município de Salvador por bairros e prefeituras-bairro /Sistema de Informações Geográficas Urbanas do Estado da Bahia.** (INFORMS - Organizador). 5ª ed. Salvador: CONDER/ INFORMS, 2016. Acesso em 19 maio. 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente - MMA. Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA. Resolução CONAMA nº 001/1986, de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jan. 1986. Acesso em: 27 de Maio. 2022

CORREIO. Troca de trem por VLT fará a passagem ficar quase 8 vezes mais cara. 27 jan. 2021. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/troca-do-trem-por-vlt-fara-passagem-ficar-quase-8-vezes-mais-cara/>. Acesso em: 19 maio 2022.

CORREIO. Sistema de trens do Subúrbio vai parar de funcionar 15 de fevereiro. 26 jan. 2021. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/sistema-de-trens-do-suburbio-vai-parar-de-funcionar-em-15-de-fevereiro/>. Acesso em: 19 maio 2022.

CORREIO. Com 2.249 vagas em 47 funções diferentes, o VLT do Subúrbio vira oportunidade para desempregados. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/com-2249-vagas-em-47-funcoes-diferentes-vlt-do-suburbio-vira-oportunidade-para-desempregados/>. Acesso em 30 Maio. 2022.

CORREIOS. Governo reajusta contrato do VLT para R\$5,2 bilhões. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/governo-reajusta-contrato-do-vlt-para-r-52-bilhoes/>. Acesso em: 28 Abr. 2022.

Diário Causa Operária. O Triste fim do Trem do Subúrbio em Salvador. 28 Mar. 2021. Disponível em: <https://www.causaoperaria.org.br/nacional/o-triste-fim-do-trem-do-suburbio-em-salvador/>. Acesso em 30 maio. 2022.

G1. Um ano após despedida do trem, obras do VTL de Salvador estão atrasadas. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2022/02/15/um-ano-apos-despedida-do-trem-obras-do-vtl-de-salvador-esta-atrasada.ghtml>. Acesso em 30 maio. 2022.

Metrogreen Skyrail Concessionária da Bahia S/A. Estudo de Médio Impacto - EMI para as Obras do VLT/Monotrilho do Subúrbio - Salvador, Bahia. Biomonitoramento e Meio Ambiente, Bahia, Out. 2019. Acesso em 2022.

SÁNCHEZ, Luis Enrique. Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

SANTOS, Milton. O Centro da Cidade do Salvador: Estudo de Geografia Urbana. 2. ed. 1 reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SkyRail Bahia. Diferenciais. Disponível em: <https://www.skyrailbahia.com.br/o-projeto/diferenciais/>. Acesso em: 27 Mai. 2022.

SkyRail Bahia. Mapa do Traçado. Disponível em: <http://www.skyrailbahia.com.br/o-projeto/mapa-do-tracado/>. Acesso em: 28 Abr. 2022.

The Monorail Society. Definição de Monotrilho. Disponível em: [http://https://www.monorails-org.translate.googleusercontent.com/sitemap/WhatIs.html?\\_x\\_tr\\_sl=en&\\_x\\_tr\\_tl=pt&\\_x\\_tr\\_hl=pt-BR&\\_x\\_tr\\_pto=op,sc](http://https://www.monorails-org.translate.googleusercontent.com/sitemap/WhatIs.html?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=op,sc). Acesso em 28 Abr. 2022.

# CONFLITOS NO CENTRO ANTIGO E A AMEAÇA DA PERMANÊNCIA DE TERRITÓRIOS POPULARES: o caso do Tororó em Salvador/BA

Felipe Santos do Canto<sup>1</sup>

Liana Viveiros<sup>2</sup>

## RESUMO

Esse artigo trata de conflitos urbanos decorrentes de ações e interesses imobiliários de agentes privados na área do Centro Antigo de Salvador, mais especificamente, o caso das desapropriações na R. Monsenhor Rubéns Mesquita, no Tororó, uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). Discute as constantes ameaças à permanência de comunidades residentes nessas áreas centrais e os processos de resistência que emergem em meio a essas tensões. A produção da cidade pelos agentes do capital segue uma lógica de acumulação recorrente de abertura de frentes de exploração imobiliária, comercialização de imóveis e implantação de empreendimentos, muitas vezes em “parceria” com o Estado. Esses processos são mais visíveis em centros urbanos de grandes metrópoles, onde o valor dessas áreas é maior, o que as torna mais atrativas para as forças do mercado imobiliário. Para compreensão dessas dinâmicas foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre os principais aspectos desencadeadores de processos conflitivos e da produção do espaço no Centro Antigo de Salvador. Além disso, uma pesquisa documental, a partir do registro dos debates em duas audiências públicas, mostra alguns elementos das disputas, os perfis dos agentes sociais presentes e indica algumas arenas onde os conflitos se desenrolam. Percebe-se como a lógica hegemônica privatista cerca e atravessa moradores e comunidades e afeta diretamente a sua inserção e permanência na cidade e como os movimentos sociais, a contrapelo e em práticas de resistência, acionam instâncias do sistema de justiça e explicitam as contradições do próprio Estado. Portanto, entender discursos e práticas dessas forças de resistência contribui para identificar sentidos das disputas pelo direito à cidade.

**Palavras-chave:** Conflitos Urbanos. Centro Antigo. Direito à Cidade. Territórios.

## 1. INTRODUÇÃO

A produção da cidade dentro da lógica de acumulação capitalista é assunto demasiadamente tratado nos debates e na literatura sobre cidades, mas as alterações nas estratégias e nos modos de ação dos agentes privados parecem se reconfigurar temporal e contextualmente. Esses processos são mais visíveis em centros urbanos de grandes metrópoles, onde, além das condições serem mais atrativas aos interesses privados, as possibilidades de ação são mais diversificadas. Nos centros

<sup>1</sup> Arquiteto e Urbanista, Mestrando em Território, Ambiente e Sociedade (PPG-TAS/UCSAL), felipepecanto@outlook.com

<sup>2</sup> Profa. Dra. Do Programa de Pós-graduação em Território, Ambiente e Sociedade da Universidade Católica do Salvador. liana.oliveira@pro.uca.br



antigos essa dinâmica se dá através de um processo quase cíclico e induzido, de desvalorização e valorização a partir de projetos de regeneração urbana e/ou “desenvolvimento”. Em ambos os casos, é sobre a população vulnerabilizada e os territórios populares que recai o ônus imediato dessa dinâmica. Tentam exercer o direito à moradia em cumprimento da função social da propriedade, enquanto áreas e imóveis estão vazios, deteriorados e desvalorizados para o mercado, mas quando se manifestam os interesses do capital ocorrem processos violentos de remoções forçadas e gentrificação.

A partir de meados do séc. XX, as políticas públicas implementadas no município de Salvador ameaçaram o protagonismo do Centro Antigo enquanto Centralidade principal da cidade. No final do séc. XX, na tentativa de reestruturação da antiga centralidade, houve inúmeras articulações de políticas públicas. Mais recente tem-se o Plano de Reabilitação do Centro Antigo de Salvador (2010) que, apesar de trazer propostas de fortalecimento do uso habitacional, não implementa políticas nesse sentido ou para evitar processos de gentrificação. Atualmente, empreendimentos de luxo e projetos de regeneração ocorrem pontualmente no tecido urbano do Centro e ameaçam a população pobre com o provável processo de gentrificação. Nesse cenário os movimentos sociais, principalmente por moradia, agem como forças importantes de resistência contra essas lógicas de produção da cidade, na defesa dos seus territórios.

Para compreensão dessas dinâmicas foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre os principais elementos desencadeadores e o desenrolar desses conflitos e também sobre os agentes da produção do espaço no Centro Antigo de Salvador, principalmente na região do Tororó. Além disso, foi realizada uma pesquisa documental a partir de análise das agendas e das dimensões conflitivas trazidas em audiências públicas que trataram do caso, em notas técnicas elaboradas para subsidiar processos judiciais e práticas de resistências como as do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU), e do Grupo de Pesquisa Lugar Comum/ UFBA, e em algumas reportagens que trataram do caso.

Esse artigo tem como objetivo analisar os conflitos urbanos decorrentes dos interesses imobiliários no Centro Antigo de Salvador, mais especificamente o caso das desapropriações na R. Monsenhor Rubéns Mesquita, no Tororó, explanando sobre as constantes ameaças à permanência de comunidades residentes nessas áreas centrais e os processos de resistência que emergem em meio a essas tensões.

## 2. TENSÕES FRENTE A UMA LÓGICA ANTIGA E PERVERSA

Para compreensão da lógica capitalista na produção das cidades, Maricato explica que a ocupação de terras urbanas é inerente ao processo de urbanização do Brasil e à formação do país. Ela afirma que essa ação “não é, fundamentalmente, fruto da ação da esquerda nem dos movimentos sociais que pretendem confrontar a lei. Ela é estrutural e institucionalizada pelo mercado imobiliário excludente e pela ausência de políticas sociais” (MARICATO, 1999, p. 08). No texto ela alerta que o uso da ideia de “invasões” trata da perspectiva jurídica da propriedade, por isso faz questão de lembrar que os movimentos sociais preferem adotar o termo “ocupação” como mais adequado, na perspectiva de uma reivindicação do direito constitucional à moradia, ancorado na função social da propriedade que deve ser exercida em prol do bem estar dos habitantes.

Para além do imperativo da propriedade privada, marcante na formação cultural da sociedade brasileira e hegemônico enquanto dispositivo que rege as práticas sociais e os sentidos de legitimidade e legalidade na produção da cidade, há um aspecto situado no plano simbólico, que também norteia a ação do mercado e do Estado que diz respeito ao primado da separação e homogeneização social. Esses princípios, que também representam valores enraizados na sociedade, se manifestam em processos discriminatórios, os quais o Estado, por meio de diversos dispositivos e acionamentos, inclusive jurídicos, sustenta.

A sociabilidade capitalista assenta-se sobre a relação entre indivíduos proprietários de mercadorias, separados entre si e divididos em classes e em grupos, cujo elo é estabelecido pelo Estado. [...] o indivíduo não tem sua identidade social determinada a partir das condições concretas de sua própria existência, mas fundamentalmente, pelo reconhecimento jurídico do Estado, que transforma indivíduos em “sujeitos de direito”, muitas vezes classificando-os de acordo com a origem ou outras características socioculturais [...] Daí a afirmação de que o domínio estatal também se funda sobre processos discriminatórios que se manifestam no racismo, no sexismo e na xenofobia, articulados a partir das noções de “nação” e “povo”, que nada mais fazem do que promover a criação do “outro”. (ALMEIDA, 2013, p. 01)

Com base em Alysson Leandro Mascaro, Almeida afirma que “é justamente na configuração das identidades, dos controles, dos saberes e das disciplinas das classes das minorias e dos indivíduos que o Estado confirma o tecido social.” (2013 p. 02). Um tecido que tem classe, cor e gênero definidos e que cotidianamente tem os seus direitos violados em processos e ações voltados a interesses de acumulação de capital e precisam a todo o tempo afirmar as suas identidades.

Entretanto, essa sociabilidade engendrada pelo sistema capitalista é a todo tempo tensionada. Almeida traz como exemplo a vivência das comunidades quilombolas para traçar esse perfil de identidade contra-hegemônica. Explica que “com sua identidade baseada em elementos concretos próprios da vida tradicional” essas comunidades “representam a antítese do modo de sociabilidade atomizado que marca o capitalismo.” (2013 p. 03). Pode-se tomar essa ideia para enxergar essas práticas, contra o sistema, nos movimentos sociais urbanos, que demonstram isso não só nas suas pautas de luta, mas nas próprias existências e constituição dos seus territórios, que assumem outros sentidos.

Dos movimentos sociais urbanos aos dos povos originários, invoca-se o território não como simples espaço “sob controle”, “de segurança física”, mas também como espaço de vivência e apropriação simbólica. [...] esses grupos de longa data transformam o espaço e elaboram territorialidades pautadas em um sentido distinto àquele de muitos grupos hegemônicos, o do território como território de vida (humana e não-humana), condição da própria existência do grupo. (HAESBAERT, 2020, p. 139)

As comunidades subalternizadas, assim, são resistência e força política somente por existirem. A sua própria existência já confronta o sistema capitalista nas suas identidades e relação com a terra e o território. Ainda com referência às comunidades quilombolas, Almeida pontua que representam um grande entrave nas políticas brasileiras desenvolvimentistas, considerando que já fazem parte do projeto os desmontes de conquistas no âmbito do Estado, seja no executivo, legislativo ou judiciário (2013 p. 05) e principalmente no âmbito federal, considerando o momento político entre 2016-2022.

A cidade, assim como a sociedade, revela essa lógica de produção do espaço, as desigualdades e separações, assim como expõe as contradições que inscreve, por isso o expressivo número de ocupações em situação de precariedade urbanística e irregularidade fundiária, onde vivem inúmeras famílias em situação de vulnerabilidade. Portanto, essa condição “não é fruto da ação de lideranças subversivas que querem afrontar a lei. Ela é resultado de um processo de urbanização que segrega e exclui. [...] A cidade é, em grande parte, reprodução” (MARICATO, 1999, p. 10).

Maricato (1999, p. 11-14) destaca três características que ajudam a compreender o processo de urbanização dentro dessa lógica capitalista.

Primeiro tem-se um processo de industrialização que submete a classe trabalhadora a um salário insuficiente para arcar com o custo da moradia, estabelecido

pelo mercado privado, o que torna a autoconstrução em favelas e lotes ilegais uma prática de sobrevivência dessa população.

Segundo, o poder público municipal não promove obras de infraestrutura para sanar os problemas sociais de acesso à moradia, mas na verdade favorece a lógica da especulação imobiliária. Por essa chave é possível entender os interesses voltados à construção de novas centralidades como vetores para especular e impulsionar o mercado, principalmente através da implantação de obras de infraestrutura, como é o caso da nova centralidade de Salvador, em Águas Claras, onde será implantada a nova rodoviária, que recebeu vultosos investimentos em estrutura viária. Com algumas diferenciações, pode-se trazer o caso do Tororó, onde será implantado um novo shopping center na Lapa, que além dos impactos das desapropriações na ZEIS, certamente acentuará os processos de gentrificação já em curso. Nas palavras de Maricato (1999, p.13) Ao invés de priorizar o caráter público e social dos investimentos municipais em uma cidade com gigantescas carências, o governo municipal o fez de acordo com interesses privados, em especial de empreiteiras de construção pesada e agentes do mercado imobiliário.

Por fim, a aplicação arbitrária da lei atende a interesses específicos e a lei só se aplica quando há o interesse do mercado sobre as áreas. Por exemplo, nas ocupações urbanas em edifícios vazios e subutilizados, quanto estão em áreas desvalorizadas e desinteressantes para o mercado é como se a legislação não se aplicasse, não existe fiscalização, não existe pressão, mas basta o primeiro sinal de possibilidade de rentabilidade da área para começarem a surgir inúmeras ordens de despejos e obras públicas justificadas pelo interesse da "coletividade", pelo discurso do "desenvolvimento" ou do "bem comum".

### **3. AGENTES DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO CENTRO ANTIGO, RECORRÊNCIAS E ESPECIFICIDADES DE SUAS PRÁTICAS**

A partir de meados do séc. XX, as políticas públicas implementadas no município de Salvador ameaçaram o protagonismo do Centro Antigo enquanto Centralidade principal da cidade. Como incentivo à expansão da cidade no sentido sul, restrições de usos habitacionais no centro tradicional, a instalação de grandes comércios e indústrias na Região Metropolitana, transferência da Estação Rodoviária, implantação do novo Centro Administrativo da Bahia (CAB) junto à Avenida Luís Viana (Av. Paralela) se efetivaram. Esse conjunto de medidas desencadeou o

enfraquecimento progressivo do Centro Antigo a partir dos anos 1970, impulsionado pelo surgimento de um novo centro na região do Iguatemi.

No final do séc. XX, na tentativa de reestruturação da antiga centralidade, houve inúmeras articulações de políticas públicas como, por exemplo, o Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador (CHS) que, ao invés de solucionar os problemas de enfraquecimento econômico e os problemas sociais existentes, expulsou a população residente, instaurando usos não residenciais focados no comércio e turismo. Vale ressaltar que essa política trouxe como impacto a redução da população residente em 72%, em algumas partes da área de intervenção, entre 1991 e 2000, que passou a ocupar as áreas adjacentes ao CHS, sem solucionar, e mesmo agravando, os problemas sociais já existentes como os cortiços, pessoas sem teto, violência urbana, prostituição e tráfico de drogas (OLIVEIRA E FERNANDES, 2016).

Mais recentemente foi elaborado o Plano de Reabilitação do Centro Antigo<sup>3</sup> que, apesar de trazer propostas de fortalecimento do uso habitacional, não implementa políticas nesse sentido e principalmente para evitar processos de gentrificação. Atualmente, empreendimentos de luxo e projetos de regeneração que ocorrem pontualmente no tecido urbano, ameaçam a população residente com o provável processo de gentrificação nos seus entornos. Vale citar a reforma da Rua Chile, com a implantação dos hotéis de luxo Fasano e Fera Palace, e as intervenções ainda em andamento no tecido urbano e casarões na região do Comércio.

No Seminário Moradia Popular e Política Pública, Laila Mourad explica que atualmente a investida do capital privado deixa cerca de 1100 imóveis em estado de vacância, sem nenhuma aplicação dos instrumentos urbanísticos previstos pelo Estatuto da Cidade. Afirma que as ações mudaram de escala, ou seja, deixaram de agir em um imóvel, e passaram a agir em bairros inteiros e em tecidos urbanos preexistentes. Nessa perspectiva, ancorada pela lógica empresarial e no desenvolvimento do mercado imobiliário de alto padrão, dentro de uma concepção de um urbanismo corporativo, a iniciativa privada agora tem um plano em uma área ocupada. (FAUUSP, 2022)

Nessa sistemática, a lógica de depreciação/abandono dos imóveis antigos para aproveitamento do mercado imobiliário no Centro Antigo de Salvador se tornou uma

---

<sup>3</sup> BAHIA; UNESCO. Centro Antigo de Salvador: Plano de Reabilitação Participativo. Salvador: Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2010. 344p.

prática comum. Casarões são deixados às ações depreciativas do tempo, ao passo que se restringe e coíbe o uso pelas populações que os ocupam para exercer o seu direito à moradia, fazer cumprir uma função social e contribuir com a sua manutenção, mesmo que mínima, para manter o patrimônio vivo. Sem dúvidas dentro dessas dinâmicas os mais afetados são os territórios populares e a possibilidade de permanência dessa população pobre e negra residente nas áreas centrais.

É possível identificar facilmente no Centro Antigo de Salvador os três pontos trazidos por Maricato (1999) sobre o processo de urbanização que converte a cidade em mercadoria. A relação de baixos salários e o alto preço das moradias, os interesses das intervenções urbanas estatais com foco no mercado e o uso arbitrário da legislação para atender interesses capitalistas.

Carvalho e Pereira (2013, p. 06-07) agregam outras características a esses processos ao destacar a expansão das metrópoles para as bordas e para o periurbano e “deterioração de antigas áreas centrais, paralelamente ao surgimento de novas centralidades, muitas vezes associada à edificação de equipamentos de grande impacto na estruturação do espaço urbano como shopping centers, grandes hospitais, complexos empresariais ou centros de convenções”. Também, sinalizam a proliferação de novos padrões habitacionais e produções destinadas a alta e média renda, que podem inclusive ser práticas indutoras de gentrificação urbana em áreas já consolidadas. Por fim, colocam a questão central da transferência das obrigações e funções tradicionais de planejamento e gestão urbana dessas áreas pelo Estado agora sendo tomadas pelos atores privados.

Em crítica ao conjunto de projetos intitulado Salvador Capital Mundial de 2010, Carvalho e Pereira afirmam que:

Todos os seus grandes projetos têm, em comum, a falta de transparência, de discussão, de participação pública, com o repasse das atribuições tradicionais do Estado para uma coalizão de interesses privados - empreiteiras de obras públicas, empreendedores imobiliários, concessionários de serviços públicos, empresas de consultoria - que vêm transformando a cidade em commodity e direcionando seu desenvolvimento em função dos interesses imediatos dos integrantes dessa coalizão. (2013 p. 20)

O que se observa são práticas que se repetem de forma cíclica, quase sempre as mesmas ações e os mesmos interesses mascarados com outras denominações, mas chamam a atenção algumas características presentes nas estratégias atualmente acionadas. A omissão de informações, ou a dificuldade de obtenção

dessas, com certeza é uma das principais táticas utilizadas por essas forças para evitar contestações de projetos que nitidamente beneficiam e atendem interesses de uma parcela ínfima da população, ampliando as desigualdades e segregações.

#### **4. O URBANO COMO DISPOSITIVO AGREGADOR E DISPARADOR DE CONFLITOS**

O urbano, para Lefebvre (1999), é um agregador de conteúdos, de diferenças nesse sentido, “a cidade constrói, destaca, liberta a essência das relações sociais: a existência recíproca e a manifestação das diferenças procedentes dos conflitos, ou levando aos conflitos.” (p. 111) Pode-se entender que a constituição do urbano como reunião de diferenças é um agregador ou formador de novos conflitos.

Numa perspectiva do conflito que emerge da produção do espaço, Corrêa (2011, p. 05) explica que essa lógica “é o resultado da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles e com outros segmentos da sociedade,” Isso significa que a produção do espaço emerge do conflito e do diferente, ela se constrói no processo de construção de hegemonia.

Corrêa (2011, p. 06-11) também vai traçar alguns padrões para tentar entender quem são esses agentes sociais que produzem o espaço. Para os propósitos aqui colocados vale a pena destacar quatro.

O primeiro é aquele que decorre de “Estratégias e Práticas Espaciais Distintas e um Único Agente”: quando se tem um único agente social que é capaz de produzir espaços diferenciados na cidade como, por exemplo, uma empresa industrial que investe na produção de imóveis ou loteamentos em outra região da cidade, quando grandes empreendimentos são construídos afastados da cidade criando-se enormes vazios urbanos com o intuito de especular e construir nessas áreas ou até a mesma empresa constrói imóveis para diferentes públicos em áreas distintas da cidade.

O segundo envolve “Estratégias e Práticas Espaciais Semelhantes e Diferentes Agentes”: quando agentes diferentes divergem nas práticas e estratégias que os caracterizam para atender interesses comuns entre si. Com efeito, práticas ligadas à especulação imobiliária e acumulação de capital tendem a unir forças como o mercado e o Estado em prol das mesmas ações. Um exemplo simples são articulações conjuntas para interferir na elaboração de planos municipais.

No terceiro, tem-se “Os Múltiplos Papéis do Estado” em que essa “multiplicidade decorre do fato do Estado constituir-se em arena, na qual diferentes interesses e conflitos se enfrentam.” Isso demonstra a importância do Estado na produção do espaço numa sociedade capitalista, com a capacidade de se articular com os demais agentes na produção da cidade. O autor sinaliza a necessidade de adentrar as esferas federal, estadual e municipal, e afirma que elas podem implicar diferentes ações, mas não estão desconectadas.

O quarto e último reporta-se à existência de “Novos e Velhos Agentes Sociais”, entendendo que historicamente, na produção da cidade existem agentes centrais por vezes muito distintos, que se relacionam num processo bastante complexo. Ressalta que a terra urbana e habitação, no fim, sempre constituem um interesse generalizado, que envolve “agentes sociais com ou sem capital, formal ou informalmente organizados. Estabelece-se uma tensão, ora mais, ora menos intensa, porém permanente, em torno da terra urbana e da habitação.” Interessante observar que essa relação se dá de maneira muito distinta a depender dos agentes: alguns têm a terra como meio básico de sobrevivência e outros enxergam como meio de exploração e acumulação do capital.

Embora o olhar para esses processos hegemônicos de produção da cidade seja fundamental para entender as disputas territoriais, Haesbaert fala da importância de direcionar os olhos para os processos de territorialização contra-hegemônicos e, nessa perspectiva, os territórios populares são essa possibilidade, visto que se constroem a partir de uma base simbólico-afetiva. São nesses espaços de profunda exclusão em que “percebe-se que a luta por território é uma luta, ao mesmo tempo, por acesso à terra enquanto base de reprodução material, e luta por reconhecimento e/ou manutenção de uma identidade cultural [...] (e nesse caso, também) territorial.”(2021, p. 269), o que torna fundamental a compreensão dos conflitos, estratégias, práticas e agentes dentro das dinâmicas de produção da cidade, principalmente sob a perspectiva dos grupos e comunidades subalternizados.

## **5. SHOPPING CENTER X COMUNIDADE DO TORORÓ**

Entendendo a necessidade de se reconhecer os agentes sociais, conflitos e escalas em que se manifestam, o Tororó apresenta-se como um caso elucidativo. Trata-se de um território de ZEIS que, violado de forma contundente para construção



de um empreendimento privado, um Shopping Center, pelo Consórcio Nova Lapa, encontra-se em conflito e luta pela garantia do direito à moradia e à cidade. Em contexto conflitivo, as ações de negociação da prefeitura com os moradores, as desapropriações, seguidas de demolições violentas, e as manifestações de resistência da comunidade mostram nuances das disputas por centralidade.

Conflito e resistência marcam a história dos territórios populares e negros no Brasil. Almeida (2013 p. 02), reportando-se a comunidades quilombolas, afirma que essas comunidades, mesmo “com direitos formalmente garantidos, ainda permanecem lutando para manter sua identidade, seu modo de vida e suas terras.” A proteção formalmente assegurada a uma comunidade residente em área de ZEIS e as restrições e necessidades impostas pela condição de emergência sanitária na pandemia de Covid-19, não foram suficientes para evitar as desapropriações.

Para melhor entender esse processo são trazidos à reflexão, os debates travados em duas audiências públicas realizadas sobre o conflito do Tororó, uma promovida pela Câmara Municipal e outra pelo Ministério Público do Estado da Bahia.

O primeiro debate ocorreu em audiência pública realizada em formato remoto na plataforma do facebook da Câmara de Salvador, no dia 14 de julho de 2021. Estavam presentes vereadores, movimentos sociais por moradia, lideranças comunitárias e assessorias técnicas, que discutiram a questão das remoções no Tororó em tempos de pandemia e denunciaram as estratégias da Prefeitura em meio aos conflitos e negociações. O segundo, mais recente, ocorreu em audiência pública promovida pelo Ministério Público do Estado da Bahia, na sede do órgão localizada no bairro de Nazaré, em Salvador, realizada no dia 10 de junho de 2022, em formato híbrido. Essa audiência foi coordenada pela promotora Hortênsia Pinho e teve como tema central discutir o futuro do Tororó e o direito à moradia e trabalho no Centro de Salvador. Estiveram presentes fisicamente o representante comunitário Bal e moradores do Tororó, Julia Molina, representante do SAJU, Adriana Lima do IBDU, representantes da Articulação do Centro Antigo e do MSTB, Vereadora Maria Marighella, Sanane Sampaio, integrante do grupo de pesquisa Lugar Comum e Luiz Antônio Souza, presidente do IAB/BA e de maneira remota, diversos representantes das secretarias municipais e Consórcio Nova Lapa.

Na fala de abertura da audiência promovida pela Câmara Municipal, Maura Cristina, representante do MSTB e Articulação do Centro Antigo, sinaliza como o caso do Tororó é um exemplo de ameaças que ocorrem em diversas outras comunidades.

(TV CÂMARA, 2021) A sua fala mostra que, para além desse caráter de denúncia, as audiências desempenham um importante papel agregador dos movimentos e comunidades e fortalecedor da luta coletiva contra ações de violação ou subtração de direitos. Ainda, evidenciando o local de destaque que exerce a disputa do direito à moradia ela destaca:

O que é importante: gente morar ou construir área de carga e descarga para mais um shopping numa região já dita que é ZEIS? Então, quando o Tororó é atacado todos os territórios são atacados, portanto essa luta, companheira, é nossa, vamos nos fazer aquilombar e levantar para isso. (TV CÂMARA, 2021)

Nesse aspecto, Cleide Coutinho, co-vereadora pela mandata Pretas por Salvador, destaca que além das 40 casas do Tororó que estão marcadas no processo de reintegração de posse, as demolições atingem todas as 300 famílias da comunidade. (TV CÂMARA, 2021). Esse apontamento desloca o problema da esfera individual para a coletiva, incidindo frontalmente na estratégia de abordagem adotada pela Prefeitura de situar a questão da desapropriação nos limites do privado.

Reafirmando a importância da luta coletiva e demonstrando apoio a comunidade do Tororó, Maria da Penha, Co-fundadora do Museu das Remoções, liderança na luta por moradia na Vila Autódromo e membro do conselho popular do Rio de Janeiro, aponta a moradia como um direito e questiona: “qual é o preço do nosso direito? Qual o preço do valor da nossa história? Não tem preço! Lutem! Não desistam”. (TV CÂMARA, 2021) Nessa mesma linha, Julia Molina, do SAJU, sinaliza a necessidade de se permanecer a pressão sobre o poder público na cobrança dos documentos da área, visto que sem as informações, sem saber o que vai acontecer, não tem como a fazer nenhum tipo de negociação e a população não consegue se articular na coletividade nesse processo. (TV CÂMARA, 2021)

Como assessoria técnica, Sanane Sampaio, professora FAU-UFBA e integrante do Grupo de Pesquisa Lugar Comum, evidencia o valor central do que está em disputa no conflito do Tororó, registrado em nota técnica elaborada pelo mencionado grupo de pesquisa, pelo Instituto de Arquitetos do Brasil e pelo - Sindicato de Arquitetos da Bahia (SINARQ). Ela destaca três pontos principais da nota técnica:

I. vale pontuar que é uma localização muito privilegiada para a população de baixa renda que vive ali, a medida que a estação da lapa viabiliza um fluxo ágil do percurso do moradores pela cidade de Salvador, tanto por ônibus quanto metrô, ao mesmo tempo que a localização no centro possibilita um cotidiano de trabalho mais favorável. [...] II. contrapondo-se a um política urbana e habitacional comprometida com um interesse público, a ação da prefeitura desvincula a existência da ZEIS do Tororó do direito à moradia e seu fundamento legal é desprezado, esse tipo de ação gera para o conjunto

da cidade precedentes para uma instabilidade e insegurança jurídica inadmissível, a possibilidade que se desenhe um horizonte que outras ZEIS possam a vir a ser afetadas quando algum interesse de grandes investidores se colocar na disputa. [...] III. O projeto do shopping não é o único possível - se é para existir um shopping em cima da estação da Lapa, ele pode e deve ser alterado em favor dos moradores que estão ali. (TV CÂMARA, 2021)

A sua fala destaca a razão de a área ser tão interessante para o mercado e a recorrência de uma lógica de pressão e despossessão adotada pelo poder público em aliança com o setor privado sobre territórios populares. Demonstra o desrespeito à legislação e/ou utilização desta de maneira contraditória para favorecer forças hegemônicas e como a atitude da Prefeitura revela a falta de vontade de se pensar um projeto outro que não tenha como fim à remoção perversa das famílias. A professora ainda acrescenta um quarto ponto central em disputa que se reporta ao direito à informação diante de um processo marcado pela “absoluta falta de transparência sobre as intenções da Prefeitura sobre a ZEIS Tororó” e então questiona

Onde está o interesse público e social na implantação de um terceiro shopping acima da Estação da Lapa e a quem, de fato, este empreendimento serviria? Qual a justificativa em expulsar cerca de 40 famílias de suas casas, numa Zona Especial de Interesse Social, para implantação da área de serviços de mais um shopping no centro? (TV CÂMARA, 2021)

Um outro agravante mencionado reporta-se ao contexto no qual se dá a ação de remoção, em plena crise sanitária. Como bem lembra Cleide, as desapropriações ocorrem sob a vigência vigente de medida que proíbe remoções na pandemia. Ela alerta que isso é extremamente desrespeitoso e sinaliza que o caso pode abrir margem para ocorrência das mesmas ações em outras ZEIS. (TV CÂMARA, 2021) Essas e outras falas salientam a importância da utilização do jurídico e das políticas públicas como ferramentas nesses confrontos. Nesta linha, Maria dos Camelôs realça a necessidade de reivindicar o cumprimento do que foi estabelecido pelo poder público como ZEIS, além da importância de não ceder a essas pressões do Estado.

Eles querem pressionar vocês a deixarem o seu território, mas vocês não precisam sair, porque é uma área de ZEIS (Zona Especial de Interesse Social), então, você tem que bater na tecla que vocês têm que ser respeitados, vocês têm direito à moradia, tem direito à cidade, direito à educação. E esses direitos meus companheiros só é respeitado quando a gente cobra. (TV CÂMARA, 2021)

Augusto Vasconcelos, vereador, enfatiza o verdadeiro significado das ZEIS ao lembrar que “são uma vitória da reforma urbana, fruto de uma ampla articulação de

movimentos ao longo de várias décadas, cujo objetivo principal é assegurar que a utilização do solo das cidades possa ser também democratizada.” (TV CÂMARA, 2021) Destaca a importância da utilização do instrumento nas lutas sociais pelo direito à cidade, e do seu cumprimento pelos agentes públicos, como também frisado por Valeria, assessora popular integrante da campanha nacional Despejo Zero: “acredito que a defesa de instrumento urbanístico jurídico que proteja a vida da comunidade do Tororó deva ser prioridade a quem tem mandatos legislativos a favor da população de Salvador”. Dando continuidade à sua argumentação assevera: “Não cabe shopping sobre moradia, não cabe violência sobre direitos, não cabe cumplicidade de ninguém na ameaça a vida dessas pessoas.” (TV CÂMARA, 2021)

Ainda sobre a importância da defesa do instrumento de política urbana, juridicamente amparado pelo PDDU de Salvador (2016), Adriana Lima, representante do IBDU e professora de direito urbanístico na UEFS, afirma que:

Tororó é ZEIS! Quando um Plano Diretor delimita área para ZEIS diz o seguinte: é área para moradia, predominantemente para moradia, não pode shopping. A gente tem uma lei específica que está em vigor, que se fizermos uma interpretação, proíbe qualquer tipo de desapropriação que não esteja vinculada efetivamente ao benefício da própria ZEIS. (TV CÂMARA, 2021)

O imperativo do cumprimento da legislação urbanística segue defendido pela professora ao destacar que o “poder público não pode se esconder atrás da sua própria omissão; o fato da ZEIS não ter sido regulamentada não deixou de ser território de ZEIS, não deixou de ser destinada a moradia social e isso precisa ficar muito marcado.” (TV CÂMARA. 2021)

Na audiência, além do Despejo Zero, foi destacada a importância da campanha ZEIS Já! Pelo direito à moradia e à cidade, ainda em fase inicial na época. A professora Adriana Lima reforça a importância da articulação em defesa da política urbana: “Por isso que a gente entra com IBDU e um coletivo de associações com o projeto ZEIS Já! em Salvador. Trazemos essa questão porque no momento que qualquer coisa diferente de moradia é feita numa área de ZEIS, a Prefeitura Municipal de Salvador está optando por violar os princípios da ordem urbanística”. Sobre isso, Mali Carrara, Coordenadora da União Nacional por Moradia Popular/BA, reafirma a importância da campanha ZEIS Já! para informar e dar visibilidade ao instrumento.

Nessas disputas a ação conjunta e organizada dos moradores juntamente com lideranças, movimentos sociais e assessorias é imprescindível para barrar pressões individuais do por parte do poder público. Nesse ponto, Pedro Fialho, defensor público,

destaca a complexidade que envolve o processo de acordos e remoções no caso do Tororó. Informa que existem os moradores na resistência, os que estão satisfeitos com o valor e procuram a defensoria, mas também aqueles que se reportam diretamente à Prefeitura para aceitarem o acordo.

Ainda que exista a vontade individual de cada morador, existe uma ação estratégica da prefeitura, muitas vezes violenta, que age para impedir a resistência organizada. Bau, líder comunitário do Tororó, ressalta que a indenização insuficiente proposta pela Prefeitura, combinada com a sensação de terror gerada pela ameaça de serem expulsos, fizeram com que muitos moradores aceitassem a negociação. Portanto, é fundamental deixar nítido para cada morador o direito que ele tem ao território e as vantagens e os riscos que implicam as negociações individuais, tanto para o elo coletivo quanto para as demais casas da comunidade (AUDIÊNCIA PÚBLICA..., 2022).

Outro momento em que a importância da defesa pelo jurídico fica evidenciada é quando José Neto, procurador do município de Salvador, afirma que as famílias, que ainda resistem, insistem que só irão negociar mediante a apresentação da planta completa da intervenção do shopping e juntamente com o defensor público. (AUDIÊNCIA PÚBLICA..., 2022).

Estratégias utilizadas tanto pelo poder público como pelo Consórcio Nova Lapa para não enfrentar o debate público foram acionadas, a exemplo do não comparecimento a audiência virtual promovida pela Câmara Municipal, o que impediu a comunidade de fazer os questionamentos pertinentes sobre o projeto e obter respostas quanto às reais intenções da Prefeitura com o projeto. Na audiência promovida pelo Ministério Público, esses agentes, convocados pela promotoria, compareceram de maneira virtual, mas o não comparecimento presencial prejudicou o debate.

Uma tática usada pela Prefeitura para tornar o fato consumado foi dar início às demolições sem que o processo estivesse efetivamente concluído. Na audiência, Bal faz uma apelo: “já que existe essa negociação extrajudicial que eles parem de fazer a demolição até que seja transitado e julgado o processo, que faça o acordo extrajudicial, compre a casa o proprietário mas que não vá fazer a demolição” porque deixa tanto aqueles que estão no conflito, assim como, toda a população aflita.” (TV CÂMARA, 2021) Esse é um aspecto do processo apontado também por Julia Molina, que questiona: “qual a real necessidade da Prefeitura iniciar a demolição dessas

casas, sendo que não vai iniciar nenhuma obra neste momento, agora; [...] é uma estratégia de medo, ameaça, uma violência pura.” (TV CÂMARA, 2021) Essa conduta também foi condenada por representante da vigilância sanitária na audiência pública do MPE, afirmando que, após vistoria feita no local, reconhece a existência dos escombros e afirma que pode estar servindo para abrigo e proliferação de vetores de doenças, como roedores. Assim, enxerga como urgente a necessidade de remoção dos escombros. (AUDIÊNCIA PÚBLICA..., 2022). Essa fala vem também reforçar a natureza coletiva do conflito.

A promotora Hortênsia afirma que o cenário dos escombros no Tororó se assemelha a um cenário de guerra. Mostra um registro feito por ela, na manhã do mesmo dia, vegetação ao lado dos escombros e questiona aos representantes de alguns setores municipais presentes quem seria o responsável e por que os escombros ainda não tinham sido removidos do local após tanto tempo. (AUDIÊNCIA PÚBLICA..., 2022).

Ela ainda utiliza do termo “irresponsabilidade organizada” para exemplificar a dificuldade de definição de responsabilidade quanto à remoção dos entulhos decorrentes das demolições no Tororó. E conclui dizendo que se os escombros não forem retirados o mais breve possível vai entrar com ação incriminatória de improbidade administrativa. (AUDIÊNCIA PÚBLICA..., 2022).

Outra tática utilizada pelo poder público é comparecer aos debates por meio de representantes com reduzido aporte técnico, conhecimento da matéria e sem poder decisório, como ocorreu no caso da audiência promovida pelo MPE. O representante da Semob, de nome Victor, não soube responder às questões mais complexas acerca da atuação da Secretaria na área. Dentro de suas competências, informou que de acordo com o contrato estabelecido entre o Consórcio Nova Lapa e a Semob, a Secretaria teria 180 dias para entregar a área “limpa” para a construção do shopping. (informação verbal).

Outro ponto de conflito evidenciado é a omissão ou a total falta de informações sobre as intenções e projetos da Prefeitura e do Consórcio Nova Lapa. Precisou a convocação de uma audiência pública pelo MPE para que os moradores tivessem minimamente acesso a informações sobre o empreendimento. O Consórcio Nova Lapa apresentou informações sobre o projeto do shopping, previsto para ter 247 lojas que teria, segundo o Consórcio, como principal público, a população transeunte da Estação da Lapa. (AUDIÊNCIA PÚBLICA..., 2022). Ao apresentar as plantas técnicas

do shopping, a arquiteta Ana Soares, responsável pela coordenação do projeto executivo, embora tenha explicado cada pavimento e o funcionamento do equipamento, o fez em linguagem técnica e pouco elucidativa para pessoas que não dominam os termos técnicos da arquitetura e engenharia, mantendo o conteúdo pouco acessível ou mesmo inacessível a grande parte das pessoas presentes.

A desinformação é uma tática já amplamente utilizada por essas forças hegemônicas em diversos conflitos, não sendo uma particularidade do caso do Tororó. O vereador Silvio Humberto, na audiência realizada na Câmara Municipal, sinalizou a necessidade de uma comunicação nítida com toda a sociedade explicando como os conflitos não são aleatórios e pontuais, mas fazem parte de uma estratégia articulada. Ele diz que

Temos que investir em algo que comunique, encontrar um plano de comunicação, da melhor forma sensibilizar a comunidade para dizer que a luta do direito à cidade não é isolada da comunidade Tororó [...] por exemplo, é uma luta de todos, sobretudo da população preta, pobre e da periferia, que tem seu direito negado a cidade cotidianamente (TV CÂMARA. 2021)

Uma dimensão evidenciada nas audiências é a insensibilidade dos agentes públicos quanto às histórias, afetos e laços forjados durante os muitos anos de existência da comunidade. Isso é nítido quando José Neto afirma que ainda existem cinco “estruturas” em negociação, termo utilizado por ele para se referir às moradias e famílias que ainda resistem. Depois que a maioria presente lhe dirigiu críticas sobre o uso impróprio do termo, o representante da Prefeitura tentou se retratar tentando justificar a utilização do termo “estrutura” como referência ao edifício pois alguns possuem mais de uma unidade habitacional. Quando questionado sobre a possibilidade de novas demolições, ele afirma que do ponto de vista jurídico e técnico acredita que não serão removidas novas famílias, além das 38 que já estão no processo.

O representante da Prefeitura, ao final da sua fala, tece uma opinião pessoal acerca da recuperação da Estação da Lapa, em que enxerga como muito positiva a implantação do shopping, como medida de recuperação da área. Esse posicionamento diz muito dos discursos higienistas em prol do “desenvolvimento” da cidade e da sociedade. (AUDIÊNCIA PÚBLICA..., 2022). Sobre isso, Silvio Humberto reafirma sua percepção sobre a lógica de produção e gestão da cidade, de como o capital, ou as “coisas” nos termos adotados por ele, vêm se sobrepondo aos interesses humanos e sociais: “Essa situação nos agride cotidianamente numa lógica

perversa onde as “coisas” são mais importantes que as pessoas. “Tiram gente para colocar “coisas”.” (TV CÂMARA, 2021) E afirma que:

[...] a gente precisa exigir do poder público uma outra lógica que não essa baseada nas “coisas”. [...] se não mudarmos essa lógica estaremos mudando só os personagens. A população precisa de uma habitação digna porque é direito. [...] o direito à cidade é um direito humano, o direito à habitação é um direito humano. (TV CÂMARA, 2021)

Dentre os inúmeros direitos violados e negados, é importante destacar também os efeitos mais amplos que as remoções podem desencadear na população que continua morando no Tororó. Acerca disso, Julia Molina questiona que: “tem 38 pessoas no processo, mas é uma comunidade com mais de 300 famílias, o que vai acontecer com essas famílias depois?”. (TV CÂMARA, 2021) É evidente que diversas marcas vão permanecer na comunidade após todo esse processo, como a sensação de insegurança, o rompimento de laços sociais e afetivos, instabilidades nas articulações do movimento comunitário e o, incontestável, aumento da pressão imobiliária pós-construção de um empreendimento de grande impacto, como um shopping center. Esses processos, predatórios e violentos, desconsideram completamente a conexão que essas famílias estabelecem com o espaço que construíram a duras penas, locais com vínculos afetivos e de pertencimento consolidados. São valores muito bem destacados por Cleide Coutinho, ao reafirma que estão imbuídos na permanência dessa população em áreas centrais, infraestruturadas, nas suas palavras:

As pessoas que moram lá, já estão acostumadas a viver naquele local, tem um processo histórico de convivência, tem família, tem crianças que estudam ali, tem pessoas que moram ali naquele espaço, que trabalham ali por perto, que o deslocamento pro seu trabalho é rápido, é a pé, crianças que já estão estudando ali há anos, tem um processo histórico atrás da moradia (TV CÂMARA, 2021)

Numa perspectiva de mudança, a vereadora Maria Marighella ressalta como é importante o posicionamento do poder legislativo nesses espaços de disputa em prol de uma Salvador diferente, “Sonhar Salvador é um dever, um dever nosso, é um dever de todos e é urgente mudarmos a correlação de forças hoje colocada na cidade, para fazer não só a cidade que merecemos, mas que precisamos inaugurar.” (AUDIÊNCIA PÚBLICA..., 2022).

Por fim, Maura Cristina fala da importância da audiência e reforça que é uma conquista de espaço, “fruto da união dos movimentos sociais por moradia em Salvador. Nós nos unimos e pegamos na mão um do outro e descemos para o Tororó



onde começa esse movimento. [...] Quando o povo constrói ponte somos mais fortes.” (AUDIÊNCIA PÚBLICA..., 2022). Assim, ela reforça a importância das lutas coletivas e conjugadas entre os movimentos para fortalecer as bases, diante dos conflitos que são cotidianos e não cessam, mas mostram a violência do capital e do Estado quando eclodem.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As diversas falas durante os debates nas audiências públicas, evidenciam a necessidade e a urgência de se discutir o caso do Tororó dentro de um processo mais amplo de violação do direito à moradia e à cidade. É um processo recorrente que reforça a importância do fortalecimento dos movimentos sociais por moradia em uma atuação conjunta com assessorias, agentes do sistema de justiça e do legislativo. De fato, o caso do Tororó é só mais um exemplo de uma lógica que atravessa a produção da cidade. Mas, a partir dele, é possível entender muitas estratégias e táticas comuns aos agentes que tratam a terra e a cidade como mercadoria.

Também fica destacada a necessidade da garantia do direito à informação, de forma mais nítida e acessível. A ausência de informações se mostrou um dos principais empecilhos, assim como tática do poder público para embaralhar o processo e assim viabilizar os interesses privados na cidade. A falta de acesso a informações de interesse das famílias atingidas coloca comunidade em situação de insegurança e angústia constante e os deixa vulneráveis às ações inesperadas do poder público e contraria o princípio da transparência dos atos da administração pública.

Importante destacar a relevância da inserção das instâncias do sistema de justiça, como a Defensoria Pública e o Ministério Público, nas mediações com a Prefeitura e empresa e também na defesa dos direitos das comunidades nos processos de conflito, acessando e apontando para o cumprimento de instrumentos protetivos de direitos. Embora se observe, no caso, o total descumprimento da legislação urbanística com respeito ao instrumento ZEIS pelo Município, a defesa do instrumento presente nas falas de lideranças, assessorias, representantes do legislativo, MPE e Defensoria pública sustenta a sua importância.

Cabe destacar o papel dos movimentos sociais e das articulações construídas nos contextos de conflito, assim como a relevância desses espaços mais amplos de

debates. Nesses espaços ficam explicitadas as contradições da lógica hegemônica de produção dos espaços das cidades. Colocam a possibilidade de pensar e produzir cidades numa lógica diferente e confrontam o poder público e agentes privados, denunciando suas práticas de produção corporativa da cidade.

Harvey (2012) nos lembra que a construção da cidade não pode estar desvinculada das relações sociais, com a natureza, estilo de vida, tecnologias e outros valores e que “o direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade.” (p. 74) Portanto, na construção de outra realidade possível, as práticas dos agentes, sejam elas individuais ou coletivas têm que estar aliadas à produção de uma cidade distanciada da lógica capitalista, com objetivos voltados para o bem comum na perspectiva de concretização do direito à cidade.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Comunidades quilombolas, poderes estatais e expansão do capital**. Revista Crítica do Direito, v. 54, 2013.

AUDIÊNCIA PÚBLICA promovida pelo Ministério Público do Estado da Bahia, na sede do órgão localizada no bairro de Nazaré, em Salvador, realizada no dia 10 de junho de 2022.

BALTRUSIS, Nelson. Mercado Informal de Terras e Vivendas. In: São Paulo. **Bitacora Urbano Territorial**, v. 15, p. 53-78, 2009.

COMUNIDADES E MOVIMENTOS DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR. **ATENÇÃO! Amanhã, às 9h da manhã**. Salvador, 19 maio 2021. Plataforma *Google Meet*. [Online]

CORRÊA, R. L. A.. Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço: um texto para discussão. In: Ana Fani Carlos; Marcelo Lopes de Souza; Maria Encarnação Beltrão Sposito. (Org.). **A Produção do Espaço Urbano: Agentes, Processos, Escalas e Desafios**. 1 ed.: 2011, v. 1, p. 41-51.

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (FAUUSP). **Seminário Nacional: Moradia Popular e Políticas Públicas: SP/RJ/BA - Sessão 02**. Youtube, 12 de mai de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6v3JIDzhkzo>.

CARVALHO, I. M. M.; PEREIRA, Gilberto Corso. **A Cidade como Negócio**. EURE (Santiago. Impresa), v. 39, p. 5-26, 2013.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade**: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, Niterói. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, 2021.

HARVEY, David. **O direito à cidade**. Lutas sociais, n. 29, p. 73-89, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Tradução de MARTINS, S. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001. [1969]

MARICATO, Ermínia Terezinha. **A terra é um nó na sociedade brasileira... também nas cidades**. Revista Cultura, v. 93 n. 6, 1999, p. 7-22. Disponível em: <[http://www.labhab.fau.usp.br/wp-content/uploads/2018/01/maricato\\_terranosociedadebrasileira.pdf](http://www.labhab.fau.usp.br/wp-content/uploads/2018/01/maricato_terranosociedadebrasileira.pdf)> Acesso em 15 de mar de 2022.

OLIVEIRA, Olivia; FERNANDES, Ana. Regeneração de Vazios Construídos em áreas Urbanas Centrais em Salvador. **II Congresso Internacional de habitação Coletiva Sustentável**. São Paulo, 2016.

TV CÂMARA SALVADOR. **Audiência Pública - Tororó em Disputa - Moradia X Shopping Center - Comissão Reparação, Direitos Humanos, Cultura**. Salvador, 14 de julho 2021. 1 vídeo (3h20min). [Live]. Disponível em: <https://www.facebook.com/tveradiocam/videos/4387301711355965>. Acesso em: 21 abr 2022.

# FORMAÇÃO DE DOCENTES-PESQUISADORES INDÍGENAS NO BRASIL

Alfons Heinrich Altmicks<sup>1</sup>

Anayme Aparecida Canton Altmicks<sup>2</sup>

## RESUMO

A Educação indígena pode exercer função de facilitadora da autonomia cultural, favorecendo a autodeterminação indígena. Mesmo com todas as dificuldades encontradas, os povos indígenas brasileiros têm caminhado com persistência, deixando claro que, à medida em que cada povo assume a sua escola e se apropria da sua cultura, a Educação indígena manifesta características, efetivamente, indígenas. Nesse sentido, torna-se necessário que a formação de professores indígenas, em sua integralidade, faça parte dessa luta, sustentando olhares e práticas voltados à urgência de responder às suas necessidades, contribuindo, coletivamente, para a formação da autonomia de povos, que foram descaracterizados por tão longo tempo. Este artigo representa um esforço de elencar as principais contribuições da formação docente à assunção das identidades indígenas, no Brasil contemporâneo. Trata-se de um estudo teórico, de prospecção temática, que subsidiará, futuramente, investigação mais ampla e complexa.

**Palavras-chave:** Educação Indígena. Formação de professores indígenas. autodeterminação indígena.

## 1. INTRODUÇÃO

Muitas conquistas podem ser enumeradas, no cenário contemporâneo da Educação Indígena, sobretudo, quanto à proposição de novos paradigmas, que possam consubstanciar uma significativa mudança de um modelo educacional “para índios”, em direção a um modelo educacional indígena (BERGAMASCHI, 2007; 2008). Se, por um lado, a educação para índios apresentava, historicamente, um manancial de valores alheios, inculcados às populações nativas; atualmente, a Educação Indígena vem sendo realizada, de maneira a ressignificar as suas realidades, universalizando o ensino e garantindo-lhes o direito à valorização de seus saberes,

---

<sup>1</sup> Graduado em Comunicação Social (UCSAL) e em Pedagogia (FAZAG). Mestre em Educação (USCar), mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (UCSAL), e-mail: alfons.altmicks@pro.ucsar.br.

<sup>2</sup> Graduada em Pedagogia (FAZAG) e em Serviço Social (FAEC). Mestra em Educação de Jovens e Adultos (UNEB), e-mail: mima.canton@gmail.com.

possibilitando, no campo da Educação Indígena, um novo olhar para as necessidades educacionais étnicas (SOUZA, 2016).

Essas mudanças possibilitaram um comportamento importante, por parte dos povos indígenas, que passaram a compreender a educação formal como instrumento de comunicação com a sociedade do entorno, passando a demandar a organização e o gerenciamento, em terras indígenas, de instituições escolares adequadas às demandas, apresentadas por cada povo. Iniciaram-se, assim, projetos educacionais específicos, para atender às realidades socioculturais e históricas dos povos indígenas, respeitando a interculturalidade, o multilinguismo e o princípio de diversidade étnica (BATISTA, 2011; SANTANA, 2008; 2009; 2010; 2011).

A luta dos povos indígenas, hoje, é por uma Educação, que atenda às necessidades de cada etnia, sendo, portanto, o ponto de referência para o resgate das suas culturas, para a manutenção das suas características, para o respeito às suas especificidades. Uma Educação que se consubstancie em escolas com diretorias compostas por integrantes das suas comunidades, tendo, como currículo, saberes definidos pelos próprios indígenas (GRUPIONI, 2002; CARVALHO; CARVALHO, 2012; COLLET; PALADINO; RUSSO, 2014).

Nesse escopo, atualmente, têm sido desenvolvidos programas de formação de educadores indígenas, para atuarem diretamente nas escolas indígenas (BENDAZZILI, 2011). Esses programas já são assumidos, em muitos estados, pelas Secretarias Estaduais de Educação. Muito se tem discutido no País, acerca do currículo para a docência intercultural, de forma que cada realidade indígena seja respeitada. Dentre os critérios elencados para o exercício do magistério indígena, estão questões como período de contato, grau de domínio da Língua Portuguesa e da(s) Língua(s) Indígena(s), experiências anteriores de escolarização e experiência docente em sala de aula, considerando que, durante o período de sua formação, o professor indígena deve desenvolver as suas habilidades.

Face às especificidades da Educação indígena, não é possível a adoção de um modelo formativo docente convencional, especialmente, diante da heterogeneidade cultural e da diversidade de situações sociolinguísticas, apresentadas pelos professores indígenas e por suas comunidades. A formação de professores indígenas precisa, necessariamente, partir de um currículo que envolva saberes e práticas de natureza étnica e de ordem acadêmica, capaz, portanto, de gerar docentes-

pesquisadores indígenas, aptos a assumir uma perspectiva etnoepistemológica (LIMA; BARROSO-HOFFMANN, 2013; SOUZA, 2015; CANTON, 2018).

Começa-se a se delinear, então, o tema que norteia este estudo, qual seja, a formação de docentes indígenas, para a atuação em instituições escolares multiculturais, a partir de um viés etnoepistemológico, no qual os professores sejam instados a desenvolver competências para as dimensões letiva e teórica da Educação indígena, tornando-se professores-pesquisadores, capazes de transitar entre as demandas acadêmicas e as necessidades educacionais das suas comunidades (SOUZA, 2015; CANTON, 2018).

Este artigo procura equacionar as principais contribuições da formação docente indígena à assunção das identidades culturais dos povos indígenas do Brasil, sobretudo no que se refere ao uso, por parte dos professores-pesquisadores indígenas brasileiros, dos rudimentos metodológicos e epistemológicos da vida acadêmica, com fins à legitimação e à valorização das suas culturas. Trata-se de um estudo teórico, cujo intuito é o de prospecção temática. O percurso metodológico utilizado, basicamente, é o da consulta literária, o que lhe vale o caráter, algo compilatório, de pesquisa bibliográfica. Outrossim, amplas inferências foram ousadas, ao longo dos tópicos, de maneira que o posicionamento dos autores se tornasse evidente.

## **2. RUDIMENTOS SOBRE A EDUCAÇÃO INDÍGENA**

A atual legislação para a Educação Indígena é fruto de lutas e conquistas e supõe o direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada, que respeite as suas origens e as suas culturas. As demandas, contidas na legislação para a Educação Indígena, deram origem a programas conduzidos, tanto por ações dos estados e municípios quanto por ações de organizações não-governamentais de apoio aos indígenas, sendo norteadoras dos novos paradigmas para Educação Indígena Brasileira (COLLET; PALADINO; RUSSO, 2014).

A Constituição Federal (BRASIL, Constituição, 2011) garante aos povos indígenas o direito à diferença cultural, isto é, o direito de serem indígenas e de permanecerem como tais, rompendo com uma tradição integracionista, que enxergava os povos indígenas como membros de uma suposta homogeneidade nacional, portadores de uma brasilidade comum, e, portanto, passíveis de serem

incorporados às dinâmicas sociais brasileiras – o que caberia à União promover, além de protegê-los e tutelá-los (GRUPIONI, 1994; 2002; 2006; CUNHA, 1992; 2012; CUNHA; CESARINO, 2016).

São direitos garantidos, constitucionalmente, aos povos indígenas: o reconhecimento dos seus territórios, em termos de modelos de habitação, processos produtivos, preservação do meio ambiente e etnodesenvolvimento; o uso de suas línguas maternas, quando ainda houver, e mecanismos próprios de aprendizagem, sendo atribuição do Estado proteger as suas manifestações culturais (BRASIL, Constituição, 2011). Esses direitos abriram a possibilidade para que as escolas indígenas constituíssem instrumento de valorização das línguas, dos saberes e das tradições indígenas, deixando de se restringir a uma imposição dos valores culturais da sociedade do entorno. Nesse processo, as culturas indígenas, devidamente valorizadas, devem ser a base para o conhecimento dos valores e das normas de outras culturas (ROCHA; LISBOA, 2016).

No que diz respeito às escolas indígenas, estas podem exercer a sua função de facilitadoras da autonomia cultural, favorecendo a autodeterminação indígena. Inúmeras mudanças ocorreram no processo de estruturação do ensino indígena, após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, MEC, 1996b). A LDB, por exemplo, preconiza que sejam articulados sistemas de ensino, bem como de programas integrados de ensino e pesquisa, que tenham como público-alvo as populações indígenas, com o objetivo de desenvolver currículos específicos, cujos conteúdos incluam toda a bagagem cultural, característica de cada comunidade indígena (LUCIANO, 2006; LIMA; BARROSO-HOFFMANN, 2007; 2013; LIMA; PALADINO, 2012).

O Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, MEC, 2014) acolheu e apresentou um capítulo sobre a Educação Indígena, apontando diretrizes para a sua consecução e estabelecendo objetivos e metas, que deverão ser atingidos, a curto e a longo prazos. Além disso, previu a criação de programas específicos, para atender às escolas indígenas, favorecendo a implementação de linhas de financiamento para a elaboração e realização dos programas de educação, em áreas indígenas. Nesse sentido, a União, em colaboração com os Estados, ficou com a incumbência de equipar as escolas indígenas, com suporte e material didático-pedagógico básico, incluindo bibliotecas, equipamentos e outros itens de apoio, bem como com a competência de adaptar os programas, já existentes no Ministério da Educação, em

termos de auxílio ao desenvolvimento da Educação, nos sistemas estaduais de ensino, cuja responsabilidade legal pela Educação Indígena se designa (BERGAMASCHI; SILVA, 2008).

Grupioni (2002) adverte para o fato de que, mesmo com os esforços recentes para se garantir o direito a uma educação bilíngue e intercultural, o que se observa, em muitas populações indígenas, é ainda a existência de escolas monolíngues, isoladas dos anseios e necessidades das comunidades, sem recursos pedagógicos e didáticos, capazes de alcançar as realidades culturais indígenas, e que não apresentam, em seu currículo, os conhecimentos nativos, para que sejam trabalhados, em sala de aula, de maneira que, as informações contidas nos livros didáticos possam ser reinterpretadas, de acordo com o seu arsenal cultural.

Araújo (2006) chama a atenção para um fato relevante: os órgãos governamentais, responsáveis pelo gerenciamento da Educação Indígena no País, em suas diferentes esferas – federal, estadual e municipal –, mostram-se pouco permeáveis às mudanças, reclamadas pelos povos indígenas. Mesmo com todas as dificuldades apresentadas, porém, os povos indígenas têm caminhado com persistência e determinação, deixando claro que, à medida em que cada povo assume a sua escola e se apropria da sua cultura, a Educação Indígena manifesta características, efetivamente, indígenas. Nesse sentido, torna-se necessário que, não apenas professores e gestores façam parte dessa luta, mas que toda a comunidade seja envolvida, com olhares e práticas voltados à urgência de responder às suas necessidades, contribuindo, coletivamente, para a formação da autonomia de povos, que foram descaracterizados por tão longo tempo.

### **3. FORMAÇÃO DE DOCENTES-PESQUISADORES INDÍGENAS**

Um dos objetivos do PNE (BRASIL, MEC, 2014) é possibilitar a atuação de docentes indígenas na Educação da sua comunidade, munindo-os com saberes para as suas carreiras específicas e permitindo a sua participação em programas de formação continuada. Obviamente, em decorrência da pluralidade étnica das populações indígenas brasileiras, uma das grandes dificuldades, na formação de professores indígenas, é adequar o Currículo da Educação Indígena às suas realidades culturais, primando pelas diferenças e interculturalidades, sem olvidar de capacitar estes profissionais para que, além dos cargos de docência, ocupem também



a gestão dessas escolas, além de outros cargos, possíveis e viáveis à educação indígena (OLIVEIRA; SANTOS, 2005).

Não há como adotar um modelo educacional único, frente à heterogeneidade e à diversidade de situações sociolinguísticas, culturais, históricas e de formação escolar, vividas pelos professores indígenas e por suas comunidades. Cabe, portanto, aos professores indígenas, a tarefa de refletir e promover a integração dos conhecimentos escolares, buscando mecanismos de interação entre esses conhecimentos e as mais variadas cosmovisões, que se apresentam nas vivências escolares indígenas, o que é de suma importância, sobretudo, diante das negações culturais a que os indígenas estão submetidos. Isso demanda a formação de professores indígenas, que estejam aptos a dialogar com saberes de natureza étnica e de ordem acadêmica, ou seja, implica a formação de docentes-pesquisadores indígenas, dispostos a assumir uma perspectiva etnoepistemológica (LIMA; BARROSO-HOFFMANN, 2013; SOUZA, 2015; CANTON, 2018).

Os desafios para a formação de docentes-pesquisadores indígenas são maiores ainda do que aqueles enfrentados pelo campo da formação docente convencional. Gílio (2000) adverte para o fato de que, no Brasil, a Educação tem sido, historicamente, usada como critério de segmentação social. Na incipiência do Período Republicano, surgiu o projeto da escola pública, regido por algum idealismo positivista, mas, sobretudo, ditado pela necessidade de qualificar intelectuais brasileiros. Assim, de certa forma, a ideia de uma Educação universal e cristã, oferecida pelo Estado, representou uma tentativa de fortalecer o nacionalismo brasileiro, através do culto à bandeira da *ordem e progresso* e aos *heróis da República*.

Nesse contexto, a Educação funcionou como um elemento dosador de saberes: à classe trabalhadora, foram ministrados os conteúdos básicos da escolaridade. O saber transcendente, crítico, manifestado na inferência e no exercício intelectual, foi reservado aos roteiros acadêmicos, próprios das elites nacionais (GÍLIO, 2000). Conquanto, durante a maior parte do Período Republicano, o indígena fosse instado a se integrar à sociedade não-indígena, e levando-se em conta o fato de que o seu lugar nessa sociedade era ordenado, sócio e economicamente, pela tutela dos missionários católicos, é possível inferir o indígena foi, mais ou menos, deliberadamente, afastado do ensino superior, até o final do Século XX (VIANA, 2014).

Com a aproximação do Novo Milênio, as mudanças nos processos produtivos e a consequente demanda de novos perfis de trabalhador provocaram a necessidade

de se repensar as implicações do modelo dicotômico de Educação no Brasil, uma vez que este já não mais preparava a mão-de-obra para o exercício do trabalho, nos termos do complexo ambiente de produção globalizada, nem fornecia os subsídios de cidadania e participatividade, exigidos por um novo contexto político, pós-Regime Militar. Coube à sociedade civil e ao Estado, agora em nova conjuntura democrática, encontrar as soluções para a efetivação de uma Educação uníssona, que contemplasse as duas dimensões essenciais da atividade educacional. Sobre esse esteio, a Educação e a formação de professores foram repropostas, agora, em termos críticos e participativos. Como produto disso, surgiu a necessidade de formar docentes-pesquisadores indígenas (VIANA, 2014; SOUZA, 2015; CANTON, 2018).

Paladino (2016) afirma que, na atualidade, muitos autores indígenas têm abordado, no meio acadêmico, por meio das suas produções científicas, conteúdos relevantes, em diversas áreas do conhecimento, que permitem reflexões acerca das vivências e dos saberes indígenas. Essas pesquisas são pouco propagadas, tanto no contexto acadêmico, através de publicações, quanto nos relatos orais, o que não invalida a importância das suas contribuições. Apesar da temática da Educação Indígena ser bastante discutida no meio acadêmico, e mesmo com os esforços dos povos indígenas, para o reconhecimento das suas culturas, há ainda poucas produções literárias sobre o tema, sobretudo, em relação a algumas populações indígenas mais discretas, ou menos numerosas.

A substituição dos paradigmas da Educação Indígena e a subsequente legislação, advinda da necessidade de torná-la efetivamente intercultural, promoveu o surgimento de políticas de apoio ao estudante indígena, no ensino superior, o que tem impactado as produções científicas, uma vez que, ao receber esses estudantes, os programas de pós-graduação ampliam as suas linhas de pesquisa, especialmente, diante da qualidade dos trabalhos apresentados (PALADINO, 2016). A presença de estudantes indígenas nas universidades tem trazido mudanças significativas para o cenário educacional e para o currículo acadêmico, favorecendo a introdução de novas disciplinas e abordagens originais. Isso, inclusive, já vem acontecendo em algumas universidades brasileiras, sob pressão dos próprios alunos indígenas (FREITAS, 2015).

Em relação à formação de universitários indígenas, é possível constatar, por suas produções científicas, que, costumam trazer a temática indígena, fazendo referência às suas identidades étnicas, deixando claro o seu pertencimento e o seu

sentimento de territorialidade. Ao se considerar que há, no Brasil, 305 etnias indígenas, constata-se que o grande empecilho à divulgação desse material acadêmico é, ainda, a discreta presença indígena nas universidades, porquanto são poucas etnias a ter expressão no ambiente acadêmico, por simples falta de acesso a esse nível de formação (LIMA, 2016).

Paladino (2016) admite que há um perfil convencional para o indígena que ingressa e se mantém no ensino superior. São pessoas que, de alguma forma, lideram, já lideraram ou exercem algum papel de destaque, dentro das suas comunidades, com registro de atividades diversas, em militância ou atuação política. Ocorre que, no cenário étnico, os papéis de liderança diferem daqueles encontrados entre os não-indígenas, alicerçados pela autoridade. O líder indígena exerce a sua liderança por meio da qualificação pessoal e do potencial para o diálogo, desde que obtida a anuência dos demais caciques e do grupo. Possui conhecimentos acerca da estruturação de projetos, tendo capacidade de resolver questões legais e políticas, de caráter desenvolvimentista, para a sua etnia. Alguns desses líderes e representantes acabam por se afastar de suas atividades acadêmicas, por conta da militância ou dos trabalhos que realiza na luta pelos ideais das suas comunidades.

A maior parte dos indígenas, em formação, atua como professor, agente pastoral, coordenador ou membro destacado de organizações indígenas (PALADINO, 2016). Preocupados com os reveses da Educação Indígena e munidos do objetivo de elaborar um currículo adequado ao seu povo, estruturando material didático, que os garanta o suporte para realização de uma Educação Indígena de qualidade, esses professores, geralmente, procuram especializações na área de Educação ou da Linguística, almejando a autonomia nas suas atuações profissionais, deixando sempre esses fatores bem definidos, em seus objetivos, nas suas produções acadêmicas.

Outro objeto de estudo e pesquisa, desses universitários, está relacionado à compreensão dos conteúdos, voltados aos direitos indígenas, às políticas públicas e aos projetos de etnodesenvolvimento. Procuram, dessa maneira, a partir do seu ingresso no meio acadêmico, dialogar de forma autônoma – sobre a perspectiva da sua cultura e dos seus valores – com o público não-indígena. Vale destacar que a busca de uma qualificação mais aprofundada está diretamente ligada à necessidade de ter mais conhecimentos, diante da realidade vivenciada, no intuito de contribuir

com mais qualidade e subsidiar suas atuações nas comunidades, tanto interna quanto externamente (PALADINO, 2016).

A formação universitária constitui, para os indígenas, um importante veículo de transformação das suas realidades, na busca de soluções para muitos entraves, experimentados pelos seus povos. Dessa maneira, por meio de conhecimentos técnicos e científicos, procuram ganhar condições de lutar por seus direitos, atuando junto aos mais diversos órgãos governamentais, responsáveis pela consecução e implementação de políticas públicas, voltadas para a realidade dos povos indígenas. Com conhecimentos e maior maturidade intelectual, objetivam adquirir melhores condições de vida para as suas comunidades e garantir a materialização dos seus direitos. A universidade, nesse contexto, é vista também como uma oportunidade de manter e propagar as histórias dos povos indígenas, uma vez que, através dos ritos acadêmicos, ficam preservadas para outros povos e para as futuras gerações de alunos indígenas (PALADINO, 2016).

#### **4. CARACTERÍSTICAS DAS PESQUISAS ENGENDRADAS POR DOCENTES-PESQUISADORES INDÍGENAS**

Inácio Filho (2013) e Paladino (2016) realizam importantes levantamentos, acerca das características das pesquisas, confeccionadas por docentes-pesquisadores indígenas brasileiros. De acordo com as suas observações, as produções acadêmicas indígenas seguem o padrão convencional da Academia, sem alterações. Como estrutura, as pesquisas indígenas apresentam:

- a) dedicatória e agradecimento – Normalmente, as pesquisas começam por agradecer a alguma figura divina, seguida dos agradecimentos à família;
- b) introdução – Trazem o comprometimento dos autores com alguma causa, bem como os motivos que os levaram à Universidade;
- c) objetivos – Apresentam questões vinculadas às suas atuações profissionais ou às necessidades específicas de cada comunidade indígena;
- d) marco teórico e discussão conceitual – Predominam as discussões, baseadas em teorias próprias das Ciências Sociais, em especial, da Antropologia, variando conforme a área específica de cada pesquisador. Geralmente, as

- teorias são usadas para fundamentar suas afirmações, sendo observados poucos questionamentos epistemológicos nas pesquisas apresentadas;
- e) metodologia – A maior parte dos trabalhos de pesquisa apresenta metodologias típicas das Ciências Sociais. Mais uma vez, a Antropologia é prestigiada, e podem ser encontradas muitas pesquisas etnográficas entre as produções indígenas;
  - f) conclusões – As pesquisas apresentam comprometimento com a resolução dos problemas apresentados pelas comunidades investigadas. Em boa parte das conclusões, há sugestões para a resolução destes problemas;
  - g) Referências – A literatura consultada costuma ser coerente, em relação aos temas investigados e aos procedimentos metodológico-epistemológicos adotados (INÁCIO FILHO, 2013; PALADINO, 2016).

Os textos traduzem as características de cada comunidade, encontrando, no contexto das Ciências Sociais, respostas quanto à implementação de políticas públicas, significativas para os povos indígenas. Em relação aos temas, escolhidos pelos alunos indígenas, é curioso se constatar que suas produções são voltadas para questões que abarcam o cotidiano dos seus povos (INÁCIO FILHO, 2013; PALADINO, 2016).

Paladino (2016) chama a atenção para o fato de que esses trabalhos científicos tentam atrair e explicar ao leitor não-indígena o *modus vivendi* indígena, as suas formas culturais e os seus valores. Em sua maioria, os trabalhos acadêmicos de autores indígenas trazem questionamentos sobre os conflitos, experimentados pelas suas comunidades, bem como as suas especificidades culturais. A autora (PALADINO, 2016) observa que, ao contrário do desconforto, expressado por alguns antropólogos, ao abordar o tema das lutas e do sofrimento dos seus povos, os pesquisadores indígenas não encontram problemas em discorrer sobre as suas histórias, mesmo quando estas não trazem relatos agradáveis.

Entre os assuntos abordados, são ressaltados os temas relacionados à educação escolar indígena, à Antropologia, ao Direito ou ao desenvolvimento sustentável, com ênfase nas temáticas do território e do etnodesenvolvimento indígena. Inácio Filho (2013) e Paladino (2016) alertam para a incidência de muitos estudos sobre as línguas indígenas. Ainda, existem trabalhos relacionados às atribuições do Estado e às funções das Instituições oficiais, voltadas à causa indígena.

Órgãos, como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e as missões religiosas, e as suas ações junto a comunidades indígenas, atraem a atenção dos pesquisadores, embora seja dado pouco espaço à análise das ações das Organizações Não-Governamentais (ONG) ou das organizações internacionais.

As temáticas elencadas partem de reflexões sobre as relações entre as comunidades indígenas e a sociedade não-indígena. As discussões levantadas conduzem as pesquisas, em muitos casos, ao estabelecimento de comparações, diálogos, tensões e conflitos, entre ambas as instâncias. São comuns as citações das dicotomias entre “saber científico X conhecimentos indígenas”, “terras indígenas X territorialidade indígena”; “história dos brancos X história do ponto de vista dos povos indígenas”; “desenvolvimento ocidental X etnodesenvolvimento”; “leis e aplicação de políticas públicas X política indígena”; “lideranças políticas tradicionais X novas formas de liderança política”. Frente às temáticas citadas, os pesquisadores indígenas não chegam a um consenso, principalmente, quando investigam os temas do indigenismo e das políticas públicas (INÁCIO FILHO, 2013; PALADINO, 2016).

As metodologias mais comuns são as empregadas nas Ciências Sociais, com enfoque qualitativo e de cunho etnográfico. Quanto às técnicas de pesquisa, são muito utilizadas pesquisas de campo, com realização de entrevistas formais ou informais, estruturadas e semiestruturadas. As fontes mais seguras costumam ser aquelas obtidas de depoimentos de moradores mais velhos das comunidades. Os relatos de vivências e trajetórias de lutas e conquistas são muito comuns. Em menor número, aparece a aplicação de questionários. Contam ainda, em termos de metodologia, pequenas contextualizações, aprofundando, assim, questões que já eram do conhecimento dos próprios pesquisadores, visto serem pertencentes às comunidades, nas quais realizam as suas pesquisas.

Paladino (2016) aponta que, embora a produção acadêmica indígena brasileira seja bastante fundamentada em relatos de vivências, no plano teórico, conta, basicamente, com autores não-indígenas, para embasar os trabalhos realizados. Isso se deve à própria estrutura metodológico-epistemológica, adotada pela academia, que limita os formatos e os estilos não convencionais. Por essa razão, os seus trabalhos terminam por perder força, diluídos nas normatizações tradicionais e na necessidade de estruturar as pesquisas dentro dos limites das ciências ditas civilizadas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando-se em conta o fato de que o PNE (BRASIL, MEC, 2014) estabeleceu, como objetivo, possibilitar a inserção docentes indígenas em programas de formação inicial e continuada, o que implica a realização de pesquisas por parte desses professores, naturalmente, é possível inferir que houve razoável aumento de indígenas ingressando nas graduações, especializações e mestrados e doutorados, produzindo pesquisas, nas últimas décadas. Os desafios para a formação de docentes-pesquisadores indígenas são maiores ainda do que aqueles enfrentados pelo campo da formação docente convencional, em decorrência da especificidade étnica da sua formação e das idiossincrasias das suas pesquisas, que primam pelas diferenças e interculturalidades.

Os autores indígenas trazem para a Academia, nas pesquisas, conteúdos relevantes, em diversas áreas do conhecimento, marcados pelas reflexões sobre as suas vivências e sobre os saberes tradicionais das culturas em que vivem. Embora estas pesquisas não sejam muito divulgadas, a sua importância e contribuição são indiscutíveis. O problema é que, assim como a sociedade lança desconfianças sobre a autodeterminação indígena e sobre a legitimidade da sua cultura, lança também desconfiança sobre a validade das suas pesquisas. Isso obriga o indígena em formação a redobrar os cuidados com a leitura, no sentido de absorver mais conteúdo, que possam subsidiar o seu posicionamento, frente a situações de desrespeito cultural ou em relação aos pleitos objetivos da sua comunidade.

A formação universitária representa, para as populações indígenas, veículo de transformação das suas realidades, porquanto oferece possíveis soluções para muitos entraves, experimentados pelas suas comunidades. Assim, munindo-se de conhecimentos técnicos e científicos, os docentes indígenas tentam adquirir meios para lutar pelos direitos dos seus povos. Por outro lado, a universidade representa também uma oportunidade de manutenção das suas culturas e das histórias dos seus povos, posto que, atrelada aos ritos acadêmicos, ficam preservadas e autorizadas pelo saber institucional.

Diante disso, é natural que os docentes indígenas se apropriem da pesquisa científica em Educação, com respeito e, até mesmo, com alguma solenidade, aproveitando o espaço da pesquisa para legitimar as suas culturas e as suas identidades étnicas, à medida em que também explicam aos leitores não-indígenas a

maneira de ser e de viver dos seus povos. Há, nas investigações realizadas por professores-pesquisadores indígenas, certa carência de subsídios próprios da formação como pesquisadores, mas esta carência é compensada pela vontade de manifestarem os seus aportes culturais, maneira pela qual atingem a competência em relação aos subsídios metodológico-epistemológicos das suas pesquisas.

Ainda que diante de dificuldades, os povos indígenas têm assumido a experiência universitária e a pesquisa como veículos para a difusão e legitimação das suas culturas, contribuindo para a consolidação das suas identidades, fomentando o respeito às suas diversidades. Nesse processo, indiretamente, consubstanciam uma etnoepistemologia, compreendida, aqui, como uma maneira própria, culturalmente diferenciada, de fazer Ciência.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ana Valéria et al. **Povos Indígenas e a Lei dos “Branços”**: o direito à diferença. Brasília: LACED/Museu Nacional, 2006. (Coleção Educação para Todos; 14).

BATISTA, Hildonice de Souza. Memórias indígenas: novos valores para uma educação etnoracial. **GEPIADDE**, Itabaiana, 10, p. 28-43, Jul./dez. 2011.

BENDAZZILI, Sirlene. **Políticas públicas de educação escolar indígena e formação de professores ticunas no Alto do Solimões/AM**. 2011, 437 f. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo/SP.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Educação escolar indígena: um modo próprio de recriar a escola nas aldeias Guarani. **Cadernos CEDES (Centro de Estudos Educação e Sociedade)**, Campinas/SP, 27, no. 72, p. 197-213, mai./ago. 2007.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; SILVA, Rosa Helena Dias da. Da escola para índios às escolas indígenas. **Presente! Revista de Educação**. Ano 16, nº 63, p. 22-31, dez / 2008.

BRASIL, MEC, Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 2 jan. 2018.

BRASIL, MEC, Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação (2014-2024)**: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. (Série legislação; n. 125). 86 p.

BRASIL, Presidência da República, Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Atlas, 2011. 126 p.

CANTON, Anayme Aparecida. A escola como espaço de afirmação da identidade Kaimbé: o recorte feminino. **Revista Olhares Docentes**. Euclides da Cunha, 2, n. 2, p. 124-145, jun./dez., 2018.



CARVALHO, Maria Rosário; CARVALHO, Ana Magda (Org.). **Índios e caboclos: a História recontada**. Salvador: EDUFBA, 2012.

COLLET, Célia; PALADINO, Mariana; RUSSO, Kelly. **Quebrando preconceitos: subsídios para o ensino das culturas e histórias dos povos indígenas**. Rio de Janeiro: ContraCapa, 2014. (Série Traçados, 3).

CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

CUNHA, Manuela Carneiro da; CESARINO, Pedro de Niermeyer (org.). **Políticas culturais e povos indígenas**. São Paulo: UNESP, 2016.

ESPÍRITO SANTO, Marco Antônio do (Org.). **Política indigenista: Leste e Nordeste brasileiros**. Brasília: FUNAI/DEDOC, 2000.

FREITAS, Ana Elisa de Castro (Org.). **Intelectuais indígenas e a construção da universidade pluriétnica no Brasil: povos indígenas e os novos contornos do programa de educação tutorial / conexões de saberes**. Rio de Janeiro: E-papers, 2015. (Col. Abrindo trilhas; 4).

GÍLIO, Ismael. **Trabalho e educação: formação profissional e mercado de trabalho**. São Paulo, Nobel, 2000.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **Quem são, quantos são e onde estão os povos indígenas e suas escolas no Brasil?** Brasília: MEC, 2002.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **Índios no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994.

GRUPIONI, Luís Donizete Benzi (Org.). **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias**. Brasília: MEC, 2006. (Col. Coleção Educação para Todos; 8).

INÁCIO FILHO, Demétrius dos Santos. **Pesquisa e povos tradicionais no Brasil: elementos para uma teoria estética da investigação étnica**. Assunção-PY, 2013, 212 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação). Programa de Pós-graduação Stricto sensu em Ciências da Educação, Faculdade de Educação, Universidade São Carlos.

LIMA, Antônio Carlos de Souza (Org.). **A educação superior de indígenas no Brasil: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: E-papers, 2016. (Col. Abrindo trilhas ; v. 5).

LIMA, Antônio Carlos de Souza; BARROSO-HOFFMANN, Maria (Orgs.). **Povos indígenas e universidade no Brasil: contextos e perspectivas, 2004-2008**. Rio de Janeiro: E-papers, 2013. (Col. Abrindo Trilhas; v. 2).

LIMA, Antônio Carlos de Souza; BARROSO-HOFFMANN, Maria (Orgs.). **Desafios para uma educação superior para os povos indígenas no Brasil: políticas públicas de ação afirmativa e direitos culturais diferenciados**. Rio de Janeiro: LACED/Museu Nacional, 2007.

LIMA, Antônio Carlos de Souza; PALADINO, Mariana (Orgs.). **Caminos hacia la educación superior: los programas Pathways de la Fundación Ford para pueblos indígenas en México, Perú, Brasil y Chile**. Rio de Janeiro: E-papers, 2012. (Col. Abrindo trilhas; v. 1).

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. (Coleção Educação para Todos; 12).

OLIVEIRA, Katya Luciane de; SANTOS, Acácia Aparecida Angeli dos. Compreensão em leitura e avaliação da aprendizagem dos universitários. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. São Paulo, v. 01, nº 18, p.118-124, 2005.

PALADINO, Mariana. Uma análise da produção acadêmica de autoria indígena no Brasil. In.: LIMA, Antônio Carlos de Souza (Org.). **A educação superior de indígenas no Brasil**: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: E-papers, 2016. (Col. Abrindo trilhas ; v. 5). 95-121 pp.

ROCHA, Paulo Alfredo Martins; LISBOA, Aissa Cavalcante. Muito mais a aprender com os índios que pretensamente lhes ensinar: lições político-pedagógicas vivenciadas com professores indígenas da Bahia, Brasil. **Opará: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação**. Paulo Afonso/BA, 4, n. 5, p. 11-34, jan./jun. 2016. Disponível em < <https://www.revistas.uneb.br/index.php/opara/article/view/ARTOPR16.1.1>>. Acesso em 19/02/2017.

SANTANA, José Valdir de Jesus. Reflexões sobre educação escolar indígena específica, diferenciada e intercultural: o caso Kiriri. **C&D-Revista Eletrônica da Fainor**, Vitória da Conquista/BA, 4, n.1, p.102-118, jan./dez. 2011.

SANTANA, José Valdir de Jesus. Tradição, identidade e educação escolar: reflexões a partir do povo indígena Kiriri. **ENECULT**, 6. Mai. 2010. Salvador-Bahia-Brasil.

SANTANA, José Valdir de Jesus. A face simbólica dos “saberes da tradição” e a produção de identidades no contexto do povo indígena Kiriri. **Revista Espaço Acadêmico**. São Paulo, 10, nº 101, out. 2009.

SANTANA, José Valdir de Jesus. Dos “Saberes da tradição” aos “saberes da escola” no contexto do povo indígena kiriri. In: **Fórum Identidades e Alteridades**, 2. Itabaiana-SE: UFS, 2008.

SCANDIUZZI, Pedro Paulo. **Educação indígena x educação escolar indígena**: uma relação etnocida em uma pesquisa etnomatemática. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

SOUZA, Ana Cláudia Gomes de. Estudantes indígenas nas universidades brasileiras: o caso UFBA. In: FREITAS, Ana Elisa de Castro (Org.). **Intelectuais indígenas e a construção da universidade pluriétnica no Brasil**: povos indígenas e os novos contornos do programa de educação tutorial / conexões de saberes. Rio de Janeiro: E-papers, 2015. (Col. Abrindo trilhas; v. 4). 157-169 p.

SOUZA, Marcela Stocker Coelho de. Conhecimento indígena e seus conhecedores: uma ciência duas vezes concreta. In.: CUNHA, Manuela Carneiro da; CESARINO, Pedro de Niemeyer (Orgs.). **Políticas culturais e povos indígenas**. São Paulo: UNESP, 2016.

VIANA, Fernando de Luiz Brito (Orgs.) et al. **Indígenas no ensino superior**: as experiências do programa Rede de Saberes, em Mato Grosso do Sul. Rio de Janeiro: E-Papers, 2014. (Col. Abrindo trilhas; 3).

## TERRITÓRIO EM RESISTÊNCIA: a ocupação Carlos Marighella (Salvador/BA)

Camille Oliveira Silva Gama<sup>1</sup>

Aparecida Netto Teixeira<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir o processo de ocupação dos imóveis em Salvador com vistas à conquista do direito à moradia e do cumprimento da função social da propriedade, tendo como recorte espacial a Ocupação Carlos Marighella, localizada em prédio abandonado na Avenida Sete de Setembro (Centro Histórico de Salvador) pelos integrantes do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB). Trata-se de discutir a ocupação dos imóveis em Salvador com vistas à conquista do direito à moradia e do cumprimento da função social da propriedade. A metodologia utilizada dialético-qualitativa teve como técnicas de pesquisa o levantamento bibliográfico e documental e participação ativa juntamente com os militantes e lideranças da Ocupação e dos movimentos sociais de luta por moradia. Os resultados indicam que a Ocupação Carlos Marighella não apenas luta por direito à moradia, mas reivindica o espaço e o direito à cidade para as pessoas e famílias que ali habitam, de forma imperativa.

**Palavras-chave:** Território. Ocupação Carlos Marighella. Resistência.

### 1 INTRODUÇÃO

A luta dos movimentos sociais pelo direito à moradia, os quais reivindicam seus direitos de maneira coletiva, com uma rede de articulação cuja ação é local, é uma expressão das lutas populares, que se fortaleceram na conjuntura de redemocratização do país, contrapondo-se à lógica tecnocrática e segregacionista até então dominante.

Os movimentos de luta por moradia, como o Movimento de Luta de Bairros e Favelas (MLB) e o MSTB (Movimento Sem Teto da Bahia), constroem a partir da organização da população marginalizada e trabalhadora, estratégias para conquistar o direito à moradia. Adotam métodos específicos para sua atuação, sendo as ações diretas os principais mecanismos utilizados na busca pela efetivação da função social

---

<sup>1</sup> Advogada, Mestranda do Programa de Pós Graduação de Território, Ambiente e Sociedade – PPGTAS da Universidade Católica de Salvador (UCSAL).

<sup>2</sup> Arquiteta e Urbanista. Profa. Colaboradora do Programa de Pós Graduação de Território, Ambiente e Sociedade – PPGTAS da Universidade Católica do Salvador (UCSAL).

da propriedade urbana, através da ocupação de terrenos e prédios abandonados, além das marchas, passeatas e negociações com o poder público.

As ocupações de imóveis abandonados, principalmente no Centro Histórico de Salvador, se mostram mecanismos de retomada da cidade pelos movimentos de luta por moradia, que vai de encontro ao processo de gentrificação, reivindicando o direito à cidade. Tais movimentos, são aqui considerados como sujeitos, que, em sua vivência, criam formas e estratégias de pressão para atuarem dentro de um cenário urbano desigual, em constante disputa pela efetivação de seus direitos, e através das ocupações dos imóveis abandonados em Salvador.

Estas questões estão relacionadas aos conceitos de território e territorialidade. Segundo Godoi (2014), ambos os termos não podem se fazer entender sem estudos, processos, ou seja, devem ser contextualizados para o tema e contexto histórico em questão. O território aqui é abordado em termos de ocupação de uma porção de espaço e a apropriação aqui se distingue da propriedade, através das ideias de Lefebvre (2002) já que não se trata de alienação através do mercado, mas sim de noção de terra e seus usos, de populações que pautam a construção de seus espaços de vida pela lógica contra-hegemônica, a exemplo das comunidades quilombolas, indígenas, e famílias habitantes de ocupações urbanas, conforme enfoque deste artigo.

Saquet (2011) aponta que o território é uma área delimitada de espaço, caracterizada a partir da influência econômica dos procedimentos de regionalização. Com o espaço construído de maneira dinâmica, constantemente reformulando e envolvendo os órgãos do poder e classes sociais dominantes, assim, a produção do espaço constitui uma contínua luta entre grupos sociais. Deste modo, o território aqui abordado não é classificado apenas a partir de um recorte geográfico, mas sim de uma localidade que possui contexto histórico, econômico e social específico, qual seja, a cidade de Salvador, e mais especificamente, o Centro Antigo.

Considera-se, pois a ocupação Carlos Marighella, a ser abordada neste artigo, como um território específico que abrange espaço de luta e resistência, e também de poder, em meio ao espaço hegemônico da cidade mercadoria, principalmente em momento de intensa gentrificação do Centro, com a implantação de políticas e destinação de edifícios históricos para empresários e representantes das classes sociais dominantes, com apoio do poder público.

Neste contexto, o presente artigo visa trazer a discussão acerca do processo de ocupação dos imóveis em Salvador com vistas à conquista do direito à moradia e do cumprimento da função social da propriedade, tendo como recorte espacial a Ocupação Carlos Marighella, localizada em prédio abandonado na Avenida Sete de Setembro (Centro Histórico de Salvador) pelos integrantes do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB).

Utilizar-se-á a abordagem metodológica dialética, que advém também de noção abordada por Marx, como um método de captação específico de um tipo de história, e o quanto se aborda no objeto deste trabalho, a história que concerne ao Direito à Cidade e os conflitos urbanos (DEMO, 1995); em conjunto com uma abordagem qualitativa, na qual conforme Gil (2002, p. 58) como um “estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos para permitir um amplo e detalhado conhecimento”. As técnicas de pesquisa consistiram em levantamento bibliográfico, consulta a base de dados e participação ativa em conjunto com os militantes e lideranças da Ocupação e dos movimentos sociais de luta por moradia.

O artigo está dividido em três partes. A primeira traz um panorama das ocupações na cidade de Salvador, com ênfase na sua relação com o direito à cidade. A segunda aborda a Ocupação Carlos Marighella enquanto ocupação de resistência, e a terceira as políticas enquanto instrumento auxiliador desta resistência.

## **2 OCUPAÇÕES URBANAS NA CIDADE DE SALVADOR/BA**

Estudar a cidade e seu processo histórico-social é de suma importância para entender a história do local, e, principalmente o processo de luta e resistência da população de menor renda, e a necessidade desta de ocupar o espaço da cidade, principalmente no tocante à habitação. A prova disso é a atuação dos movimentos sociais que buscam efetivar a função social da propriedade, que sofrem com seu descumprimento e violação destes direitos pelo poder público.

Salvador conta com 36 ocupações de áreas urbanas, nas quais muitas têm em torno de oito anos de existência, revelando a lentidão da política pública em cumprir com as necessidades da população em situações extremas e de carência. Segundo Santos (2012)

[...] as ocupações localizam-se predominantemente no Centro Antigo e no vetor de expansão do Subúrbio Ferroviário, território ocupado pela população situada nas menores faixas de renda. A maioria das ocupações, em torno de 50,0%, está situada em terrenos, sobretudo as localizadas nos bairros do Subúrbio Ferroviário e no Miolo de Salvador. Cerca de 39,0%, estão em prédios, 5,5% em galpões e 5,5% podem ser qualificadas como mistas, por associarem a ocupação de terreno e prédio. As ocupações em prédios e galpões estão localizadas, sobretudo na área de ocupação consolidada, infraestrutura, porém degradadas, situadas em imóveis antigos, outrora utilizados como fábricas de confecções, como a Alfred e Toster nos Mares e Bonfim, prédios da administração pública, a exemplo da Secretaria da Fazenda do Município, no Centro, a Escola Nossa Senhora da Penha, na Ribeira e galpões da Rede Ferroviária Federal, na Calçada, em sua maioria (60%), de propriedade pública (SANTOS, 2012, p.25).

Em dados mais recentes, o Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB) afirmou que existem 14 espaços ocupados por famílias sem moradia em Salvador e Região Metropolitana, com mais de duas mil pessoas vivendo nestes locais<sup>3</sup>.

Ressalta-se que o termo “ocupação” [grifo nosso] é cunhado para diferenciar do termo invasão, já que este último dá a falsa impressão de que o movimento por moradia é pautado em violência e ilegalidade. Ao cunhar “ocupar”, busca-se reconstruir o conceito da palavra; ao ocupar, dá-se função social aos terrenos e imóveis vazios, nos quais essas pessoas estão garantindo sua sobrevivência perante um Estado omissor. Segundo BEDESCHI & BARBOSA (2020, p. 15/7)

[...] a opção pelo termo “ocupação” para designar posse de imóvel desocupado e sem uso origina-se da luta pela terra nos conflitos agrários [...] Assim, o uso político do verbo “ocupar” relacionado ao apossamento da propriedade sem função e sem uso vem à tona em plena ditadura civil-militar.[...] Nas lutas urbanas, e como resposta ao descaso do Poder Público, as palavras de ordem “ocupar, resistir, produzir”, reproduzidas em informativos dos trabalhadores rurais sem terra, em 1981, foram difundidas entre os novos movimentos de moradia urbanos e adaptadas a “ocupar, resistir e construir”.

Ainda segundo os autores “é fundamental colocar direito à terra e à moradia, no centro da agenda da luta pelo direito à cidade e aos territórios, onde as ocupações urbanas ou rurais, são formas concretas e legítimas de denunciar a violência da especulação imobiliária, da ganância do latifúndio e de manifestar este direito”. (BEDESCHI & BARBOSA, 2020, p. 11).

<sup>3</sup> MOVIMENTO social aponta que Salvador e Região Metropolitana têm 14 espaços ocupados por famílias sem moradia. TV BAHIA. 07 jun 2021. Salvador. Disponível em: < <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/06/07/movimento-social-aponta-que-salvador-e-regiao-metropolitana-tem-14-espacos-ocupados-por-familias-sem-moradia.ghtml> >. Acesso em: 15 jul. 2022.

O Pelourinho, espaço cultural e histórico localizado no Centro Antigo de Salvador, possui um conjunto arquitetônico colonial, sendo a maior parte originada no século XVIII, com igrejas, conventos, bem como muitos casarões, comumente denominados de sobrados. Esses casarões passaram a ser o local de moradia da população pobre do centro de Salvador, principalmente com o crescimento do número de escravos libertos no século XIX, e a partir de 1888, com a abolição da escravidão no Brasil, passando a ter como principais moradores a classe operária, de população maioria negra e alguns árabes e turcos, permanecendo dominante até o período de reforma do local, promovida pelo IPAC. (URIARTE, 2019).

Em relação a esta intervenção o autor registra: “Quarteirões inteiros foram esvaziados de sua população pobre e negra para serem reformados e transformados, posteriormente, em lojas, restaurantes, museus e ateliês, isto é, criou-se uma área de turismo, lazer e cultura na qual a função residencial foi banida”. (URIARTE, 2019, p. 389).

A população expulsa retornou ao Pelourinho posteriormente como vendedores, ambulantes, pedintes, e passaram a ocupar os sobrados dos quais tinham sido retirados anteriormente, e que se constituíram em “vazios construídos”, demandando a operacionalização dos princípios contidos na Lei do Estatuto da Cidade (2001), construídos pela intensa luta dos movimentos sociais no Brasil, quais sejam a função social da cidade; a função social da propriedade imobiliária urbana; o direito à cidade sustentável; a gestão democrática da cidade; bem como o incentivo à utilização de imóveis vazios e subutilizados para programas habitacionais de interesse social.

Importante registrar que a expulsão dos antigos moradores da região do Centro Antigo é priorizada pelo poder público, visando a atração de megaempreendimentos de interesse do setor imobiliário, fundado principalmente no perfil turístico da cidade, especialmente nestes locais históricos, promovendo intensas transformações na estrutura urbana, provocando o processo de gentrificação destes locais.

A gentrificação é uma alteração física e social em um espaço, como um bairro, que afeta diretamente os moradores, com a valorização econômica da área e consequente aumento do valor dos imóveis. (BATALLER, 2012). A gentrificação também é conhecida como um processo de “limpeza social”, ou seja, o aumento gradativo dos preços dos imóveis daquela região resulta na expulsão dos moradores de menor renda. (MOURAD; FIGUEIREDO; BALTRUSIS, 2014, p. 437-460).

Neste contexto, as ocupações de imóveis abandonados, principalmente no Centro Histórico de Salvador, se mostram mecanismos de retomada da cidade pelo povo, que vai de encontro ao processo de gentrificação, reivindicando seu direito à cidade.

### 3 A OCUPAÇÃO CARLOS MARIGHELLA

A Ocupação Carlos Marighella, localizada em prédio abandonado na Avenida Sete de Setembro, no centro de Salvador/BA (Figura 1), foi originada pelos integrantes do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, aqui considerados como sujeitos, que, em sua vivência, criam formas e estratégias de pressão para atuarem dentro de um cenário urbano desigual, em constante disputa pela efetivação de seus direitos, e através das ocupações dos imóveis abandonados em Salvador.

No dia 07 de junho de 2021, as famílias que antes ocupavam o Hospital Couto Maia, no Bairro Mont Serrat, e a Companhia de Navegação Baiana, na Ribeira, ocuparam o antigo Centro Educacional Magalhães Neto, na Avenida Sete de Setembro, cunhando assim a denominação da Ocupação Carlos Marighella<sup>4</sup>.

Mais de 200 famílias ocuparam o prédio do Antigo Centro Educacional Magalhães Neto, na Avenida Sete, em Salvador. Atualmente o imóvel pertence à Embasa (Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A) [...] O imóvel estava abandonado há mais de seis anos. Durante esse período de pandemia, a população em situação de vulnerabilidade social não tem acesso à moradia digna, nem ao isolamento social<sup>5</sup>

As famílias já haviam passado por represálias anteriores, inclusive no período da ocupação do Hospital Couto Maia, no qual resistiram por 21 dias, em condições precárias, e foram despejados violentamente pela polícia militar, com relatos de agressões e spray de pimenta.

Movimentos sociais passaram a prestar apoio e solidariedade às famílias do local, como a UJR (União da Juventude Rebelião) e o partido político Unidade Popular, promovendo idas à Prefeitura, bem como organizando atos político-culturais para divulgação a campanha financeira da Ocupação, além de estreitar o diálogo e participação dos moradores da região com as famílias ocupantes.

4 FILHO, Paula de Almeida. **Nasce a Ocupação Carlos Marighella, em Salvador**. ANF. Salvador. 2021.

5 Idem.



**Figura 1: Ocupação Carlos Marighela – Centro Antigo (Salvador/BA)**



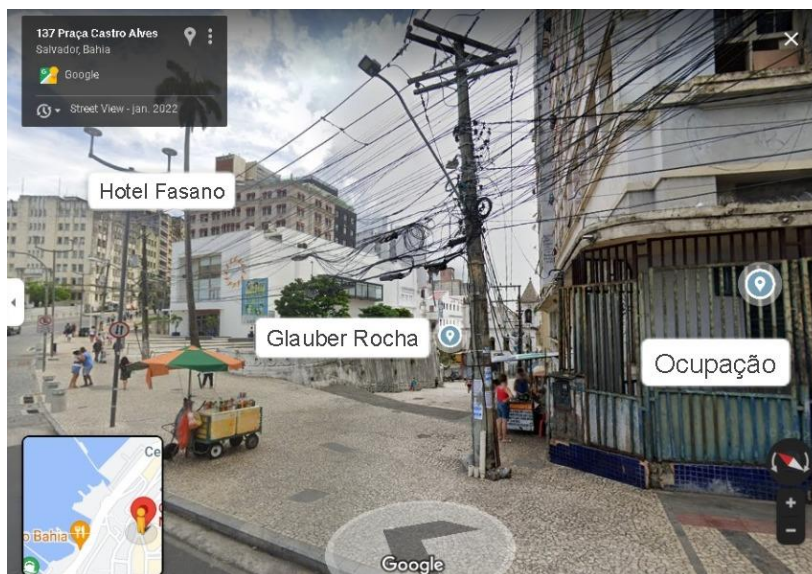
Fonte: Acervo das autoras (2022).

A localização da Ocupação provoca, por si só, desconforto perante à elite dominante, já que os ocupantes não escondem que são moradores do antigo edifício abandonado, e que estão ali reivindicando seu espaço e poderio. (Figura 2). Ressalta-se que a Ocupação está localizada em um local de grande interesse turístico e cultural, a exemplo do cinema Glauber Rocha, inaugurado em 1919, e o Hotel Fasano<sup>6</sup>, grande rede de hotelaria de luxo.

---

<sup>6</sup> Em 2007 foi inaugurado o Hotel Fasano no Rio de Janeiro. No mesmo ano, houve a importante fusão com a JHSF (1972) que é líder no setor imobiliário de alta renda no Brasil. A parceria possibilitou, dentre outras realizações, a abertura do primeiro hotel Fasano fora do país, em Punta del Este e na sequência em outras cidades do Brasil (Hotel Fasano Boa Vista, em 2010; Hotel Fasano Angra dos Reis, em 2011; Hotel Fasano Belo Horizonte, em 2017; o Hotel Fasano Salvador, em 2018; e o Hotel Fasano Trancoso, em 2021, consolidando o Fasano na hotelaria de luxo. FASANO. História. Site oficial da rede Fasano. 2022. Disponível em: < <https://www.fasano.com.br/historia> >. Acesso em 20 jun 2022. Vale ainda registrar que o valor da diária inicia-se a partir de R\$ 1737,00 (mil setecentos e trinta e sete reais), o que bem define o público e sua classe social e racial, que contratam essa hospedagem.

**Figura 2: Localização da Ocupação Carlos Marighela e entorno – Centro Antigo (Salvador/BA)**



Fonte: Google Maps (2022). Adaptação: Autoras.

A permanência da Ocupação em um local marcado pela gentrificação, e com clara delimitação de classe social e raça, é uma manifestação de resistência. Ao passar em frente ao imóvel, é possível constatar a existência de cartazes com o nome da ocupação, manifestações políticas, e grafites, que identificam o local, seus ocupantes e quais suas posições políticas. Conforme expõe Albagli (2004, p. 38):

De modo geral, o sistema político comporta duas dimensões: os conflitos e alianças entre grupos socialmente distintos e a competição e cooperação entre grupos espacialmente diferenciados. O domínio do espaço, tornado território, é uma fonte fundamental de poder social – “toda luta para reconstituir relações de poder é uma batalha para reorganizar as bases espaciais destas”. A espacialidade não é, portanto, um reflexo passivo da ação social, mas sim uma estrutura ativa, repositório de contradições e conflitos, um campo da luta e estratégia política.

Vasconcellos (2021) aborda os movimentos sociais e sua territorialidade em meio à noção de “favela”, a qual é vista como presença inquietante na cidade que segrega, um marco que perfura grades e muros com que a urbe civilizada se pretende ver, protegidos de pessoas tomadas por perigosas.

A favela, e neste caso em específico, trazendo a noção de periférico para a ocupação enquanto emblema desafia ao cravar, em meio à localidade importante e turística da capital baiana, um movimento de famílias e indivíduos em luta por seu teto, afirmando seu direito à cidade, utilizando o nome do guerrilheiro marxista-leninista Carlos Marighella, inimigo da ditadura militar brasileira, em conjunto com a bandeira comunista estampada em frente à ocupação.

O ator ou grupo social, ao apropriar-se de um território, passa a intervir naquele espaço cuja natureza está relacionada às suas concepções éticas, viés político e nível de recursos viáveis. A intervenção espacial em modelos de organização, subdivisão e gestão de território, que envolve conjunto de ações, que tem como objetivo uma produção de um novo território, passa a adquirir nova identidade, trazendo um sentimento de pertencimento e especificidade aqueles que fazem parte do movimento de ocupação e reivindicação.

#### **4 A POLÍTICA COMO APOIO ÀS AÇÕES DE RESISTÊNCIA**

A Ocupação foi organizada com o apoio do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), movimento de luta por moradia e direito à cidade ligado ao partido Unidade Popular.

A Unidade Popular (UP) surge num momento histórico de complexas e profundas crises e contradições capitalistas e imperialistas, forjando-se como Partido radicalmente defensor do socialismo para lutar contra todas as formas de exploração e opressão, para combater o capitalismo, o imperialismo e construir o poder popular como alternativa para acabar com a fome, o desemprego e a miséria que ameaçam nosso povo<sup>7</sup>.

O MLB é um movimento nacional que luta pela reforma urbana e pelo direito de morar dignamente, formado por famílias sem-teto de todo país<sup>8</sup>, auxiliando a organização e formação de lideranças políticas, tendo apoiado as famílias sem-teto na ocupação do referido vazio construído, em um momento de pandemia e crise sanitária acarretada pela COVID-19. Nesse contexto, a necessidade de moradia se tornou ainda mais urgente, para que as famílias pudessem cumprir as recomendações de saúde exigidas: ficar em casa e manter distanciamento social.

De acordo com Vasconcellos (2021), os movimentos sociais atuam na contramão da política hegemônica, que se unifica com outros para poder combater a brutalidade da repressão advinda do poder estatal que os inviabilizam.

Deste modo, os partidos políticos e movimentos sociais, em conjunto com as formações políticas, são fatores condicionantes para que uma Ocupação consiga permanecer em determinado território, já que estes auxiliam na organização, não só

7 UNIDADE POPULAR. Resolução Política. Aprovada no 1º Congresso Nacional da Unidade Popular (UP) 23 e 24 de março de 2019, Belo Horizonte (MG). 2019. p. 3.

8 MLB Brasil. Quem somos. MLB – Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas. [200?]. Disponível em: < <https://www.mlbbrazil.org/quem-somos> >. Acesso em: 10 jun 2022.

política do movimento como um todo, mas da estrutura do espaço local, além de promoverem facilitação dos diálogos com os órgãos públicos.

A identidade partidária é alimentada pela ideologia, que também demarca o território político do partido. A ideologia terá então, credibilidade apenas se for expressa, através de meios práticos e imediatos, em que esta linha política apresenta os esforços empregados para a consecução dos objetivos ideológicos (OLIVEIRA, 2021, p. 593/4.).

Os movimentos sociais vinculados ao partido político da Unidade Popular, passaram a prestar apoio e solidariedade às famílias da Ocupação Carlos Marighella, como a UJR (União da Juventude Rebelião), promovendo idas à Prefeitura, bem como organizando atos políticos-culturais para divulgação a campanha financeira da Ocupação, além de estreitar o diálogo e participação dos moradores da região com as famílias ocupantes.

Ao longo das apresentações, alguns artistas que estavam na plateia apresentaram poesias como Mace, Xtreet e Basquiar. Ao fim, o público empolgado pediu que o show fosse estendido e os artistas concordaram, abrindo espaço para uma batalha de rima arrastada por palavras de ordem como “cultura popular, que bota para valer, aqui é a batalha do MLB” e “ousar, valorizar, nossa cultura popular”. Após o término, o MLB e a Unidade Popular pelo Socialismo (UP) realizaram falas de encerramento, onde apresentaram seus movimentos, o Jornal A Verdade e saudaram a iniciativa da UJR em promover espaço de arte e cultura para a juventude. Aproveitaram também para denunciar a situação da Ocupação Carlos Marighella que precisa de uma urgente reforma na fiação elétrica, encabeçada por uma campanha de solidariedade com meta de arrecadar 10 mil reais<sup>9</sup>

Conforme depoimento de uma das lideranças da Ocupação, o partido e o MLB também auxiliam na organização do prédio, enquanto dinâmica entre os moradores, elegendo os coordenadores de cada andar, e um coordenador geral, morador também filiado e militante do partido. E ainda: a quantificação de dados das famílias e crianças presentes; a quantidade de mães solteiras; a quantidade de núcleos familiares existentes; auxílio na organização e ensino político dos moradores envolvidos; organização da dinâmica dos corredores, uso dos banheiros e locais coletivos durante o período da pandemia<sup>10</sup>.

---

9 A VERDADE. **UJR realiza ato político-cultural em solidariedade à Ocupação Carlos Marighella em Salvador.** Salvador. 15 de set de 2021. Disponível em: < <https://averdade.org.br/2021/09/ujr-realiza-ato-politico-cultural-em-solidariedade-a-ocupacao-carlos-marighella-em-salvador/> >. Acesso em: 10 jun 2022.

10 Informação fornecida por liderança do MLB e do partido Unidade Popular, em 10 de junho de 2022.

Importante esclarecer que os partidos políticos não devem ser elementos fixos durante uma ocupação, mas sim que, se a sua atuação for com enfoque de auxílio, organização e assessoria, este se torna instrumento importante para manutenção da ocupação naquela localidade, garantindo assim a resistência dos habitantes na localidade.

No caso em questão da ocupação Carlos Marighella, o partido e MLB, enquanto sujeitos organizados são os responsáveis diretamente pela permanência do território, mas não como únicos responsáveis, mas como agentes de mudança, militantes que, juntamente com os moradores, modificam o espaço que habitam e buscam reivindicar o direito ao espaço urbano daqueles que são postos à margem e ao esquecimento do poder público. Trazem então a Ocupação como uma forma de protesto e reivindicações destes grupos sociais, dando visibilidade e realizando o tensionamento na luta contra uma noção hegemônica de moradia, cidade e pertencimento.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Lefebvre (2002) o urbano é um campo de tensões e conflitos, lugar de enfrentamentos e confrontações, unidade das contradições. Entende-se, pois o urbano enquanto percurso em meio ao desenvolvimento da sociedade, no qual a revolução urbana faz parte dessa caminhada, passível de constantes transformações advinda das lutas sociais. Nesse contexto, considera-se os movimentos sociais de moradia como sujeitos ativos, a partir de uma perspectiva contra hegemônica, que buscam efetivar a função social da propriedade, e que sofrem com seu descumprimento e violação destes direitos pelo poder público.

Pode-se afirmar que as “ocupações” em Salvador se inserem neste contexto de luta e conflitos, através da perspectiva do território popular como um território de resistência, composto por múltiplas vozes, lutas e trajetórias. A pesquisa, em fase inicial de elaboração, demanda maior aprofundamento da compreensão sobre a coletividade, o movimento, suas estratégias, bem como suas reivindicações.

Importante destacar que tal problemática tem como ponto de partida as características do desenvolvimento capitalista, no contexto do qual os partidos políticos de esquerda se opõem, trazendo como ponto de partida os problemas sociais, econômicos e raciais, principalmente no tocante aos problemas fundiários.

A Ocupação Carlos Marighella não apenas luta por direito à moradia, mas reivindica o espaço e o direito à cidade para as pessoas e famílias que ali habitam, de forma imperativa. O MLB, que auxilia as famílias na ocupação, tem grande influência de teorias marxistas e ideal revolucionário, buscando demonstrar como a luta por moradia e a ocupação do espaço da cidade, também está diretamente associada a uma luta anticapitalista, já que o déficit habitacional e a especulação imobiliária assolam não só o cenário urbano de Salvador, mas do Brasil e do mundo.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Movimento de Luta pelos Bairros e Favelas (MLB), às lideranças e famílias moradoras da Ocupação Carlos Marighella, que lutam e resistem em meio à tantas dificuldades, e por fim, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia.

## REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. Território e Territorialidade. In: LAGES, Vinícius; BRAGA, Christiano Gustavo Morelli. (Orgs). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume; Dumará: Brasília, DF: SEBRAE, 2004.

ALMEIDA FILHO, Paula de. **Nasce a Ocupação Carlos Marighella, em Salvador**. Associação Nacional de Favelas (ANF). Salvador. 2021.

ANF. Salvador. 2021. Disponível em: < <https://www.anf.org.br/nasce-a-ocupacao-carlos-marighella-em-salvador/> >. Acesso em 13 dez. 2021.

BATALLER, Maria Alba Sargatal. **O estudo da gentrificação**. Revista Continentes (UFRRJ), ano 1, n. 1, 2012, p. 9-37.

BEDESCHI, Luciana; BARBOSA, Benedito Roberto. Enfrentando a agenda da morte: conhecer a história, ocupar, resistir e construir como a afirmação concreta da luta pelo direito à cidade e ao território. In. MÜLLER, Cristiano et al. (Org). **A luta pelos direitos humanos nas cidades** (livro eletrônico): promovendo a defesa e a proteção das ocupações urbanas. Porto Alegre; CDES Direitos Humanos, 2020. (Coleção CDES direitos humanos), p. 10-21. Disponível em: [http://www.cdes.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Cole%C3%A7%C3%A3o-CDES-\\_Completa.pdf](http://www.cdes.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Cole%C3%A7%C3%A3o-CDES-_Completa.pdf). Acesso em: 15 ago. 2022.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas. 1995.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Vol. 4. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOI, Emília Pietrafesa de. **Territorialidade: trajetória e usos do conceito**. Revista Raízes, v. 34, n. 2, p. 8-16, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte, UFMG, 2002.

MLB Brasil. **Quem somos**. MLB – Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas. [200?]. Disponível em: < <https://www.mlbbrazil.org/quem-somos> >. Acesso em: 10 jun 2022.

MOVIMENTO social aponta que Salvador e Região Metropolitana têm 14 espaços ocupados por famílias sem moradia. TV BAHIA. 07 jun 2021. Salvador. Disponível em: < <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/06/07/movimento-social-aponta-que-salvador-e-regiao-metropolitana-tem-14-espacos-ocupados-por-familias-sem-moradia.ghtml> >.

MOURAD, Laila; FIGUEIREDO, Glória Cecília; BALTRUSIS, Nelson. **Gentrificação no Bairro 2 de Julho, em Salvador**: modos, formas e conteúdos. Cadernos Metrôpole, v. 16, p. 437-460, 2014.

OLIVEIRA, Marília Silva de. Movimentos sociais em interação com partidos políticos: a experiência do movimento ambientalista com o Partido dos Trabalhadores. **Opinião Pública**, v. 27, p. 585-622, 2021.

SANTOS, Elisabete; AFONSO, Roseli; RIBEIRO, Suely; MIRANDA, Cezar; VEIGA, Elba; CARNEIRO, Cássia. **Atlas sobre o direito de morar em Salvador**. Salvador: EDUFBA, Escola de Administração, v. 2. 2012.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções de território e territorialidade**. Revista Geográfica de América Central, v. 2, n. 47, 2011.

SILVA, Leandro Souza Borges. **Espaço Urbano, Resistência e Literatura: uma abordagem teórica acerca da apropriação da cidade**. Atena Editora, p. 364, 2020.

UNIDADE POPULAR. **Resolução Política**. Aprovada no 1º Congresso Nacional da Unidade Popular (UP) 23 e 24 de março de 2019, Belo Horizonte (MG). 2019. 80 pp.  
 URIARTE, Urpi Montoya. **Habitar casarões ocupados no Centro Histórico De Salvador, Bahia, Brasil**: velhos cortiços e novas experiências e direitos. Caderno CRH, v. 32, p. 383-398, 2019.

VASCONCELLOS, Pedro Lima. Movimentos populares na invenção de outros brasis possíveis. In: Alencar, Cristina Maria Macêdo de; SILVA, Maina Pirajá; PAIXÃO, Luis Henrique Couto. **O rural e o urbano em pauta**. (orgs). Salvador: UCSalPRESS, 2021. 452p.

## USUCAPIÃO E O DIREITO A TERRA: conflitualidades rurais no município de São Felipe/Bahia

Felix Souza Santos<sup>1</sup>

### RESUMO

Analisa aspectos das conflitualidades políticas e socioeconômicas entre proprietários legitimados e não-proprietários de terras no território rural do município de São Felipe, Recôncavo Baiano. Destaca como objeto de análise epistemológica a aplicação do direito ao usucapião, que garantia e garante ao morador/lavrador não-proprietário da terra, a prerrogativa de usucapí-la pleiteando-a juridicamente como propriedade privada sua e/ou de sua família. Toma como referência empírica a concessão de 800 títulos de propriedades rurais concedidos pelo Governo Federal aos trabalhadores rurais de São Felipe no período de 2003/2004. As fontes utilizadas são documentos diversos encontrados no arquivo inativo da Prefeitura Municipal de São Felipe; dados censitários: demográficos e agropecuários; além de periódicos e livros diversos disponíveis em meios físicos e digitais. Sua metodologia é a análise histotográfica e a síntese das fontes coligidas. Atém-se à História Social. Conclui-se que, as limitações políticas na aplicação desse direito ao usucapião em favorecimento do trabalhador rural rendeiro, estava na influência política e econômica que dispuseram os proprietários legitimados de terras no controle dos aparelhos ideológicos de Estado nesse município. Contrapondo-se a essa influência dos proprietários, estava a ausência de conhecimentos políticos dos seus direitos ao usucapto, por parte dos lavradores não-proprietários; e/ou, receios de serem retaliados e/ou coagidos pelos proprietários no caso de pleitearem esse mesmo direito. A pertinência acadêmica e sócio-educacional deste estudo encontra-se na sua contribuição crítica aos debates que tratam da constituição de paradigmas compreensivos da dialética das conflitualidades presentes nas relações campo-cidade, com sua ênfase na propriedade e não-propriedade legitimada da terra.

**Palavras-chave:** Usucapião. São Felipe. Campo-Cidade.

### 1. INTRODUÇÃO

Este texto situa-se no âmbito dos estudos históricos e historiográficos que tratam das conflitualidades políticas e socioeconômicas presentes nas relações sociais de produção em territórios rurais. Privilegia o município de São Felipe, localizado ao Sul do Recôncavo Baiano. Esse município teve sua data de fundação

---

<sup>1</sup> Felix Souza Santos, Doutor e Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (UCSAL), 2018; 2013. Especializações: Faculdade São Bento da Bahia, 2009; Faculdade Cairu, 2007; e UNEB, 2002. Licenciado e Bacharel em História, UFBA 1997/1998. Professor de História vinculado à Secretaria de Estado da Educação do Governo do Estado da Bahia (SEC-BA) e Secretaria Municipal de Educação de São Felipe. Mora e trabalha em São Felipe, Recôncavo Baiano. Integra o grupo de pesquisa proponente da IG para a Farinha de Copioba, coordenado pela professora Doutora Ryzia de Cássia Vieira Cardoso (UFBA); grupo de pesquisa Desenvolvimento Sociedade e Natureza (DSN) coordenado pela professora Cristina Maria Macêdo de Alencar (UCSAL); e, grupo de pesquisa Salvador: transformações e permanências, coordenado pelo professor Pedro de Almeida Vasconcelos (UFBA-UCSAL) (felixsantos@gmail.com).



em 1678, adstrito ao território de Maragogipe, sendo constituída a sua freguesia de São Felipe das Roças de Maragogipe em 1718. E sua emancipação política através da Lei Provincial nº 1952, de 29 de maio de 1880. Conforme Santos (2021); (2018); (2013) desde a sua formação histórica esse município de São Felipe estruturou-se pelo predomínio da pequena lavoura com as características que atualmente se definem como agricultura familiar. Na formação histórica da agricultura desse município, os seus lavradores dedicavam-se aos cultivos predominantes de mandioca, cana, tabaco e café. A essa agricultura adicionavam-se os cultivos de quintal, sobressaindo-se, as laranjeiras, limoeiros, tangerinas, jaqueiras, mangueiras, cajueiros, dendezeiros, coqueiros, fruta-pão e outros cultivos característicos dessas povoações estabelecidas ao Sul do Recôncavo Baiano. Complementava-se sua lavoura com a criação de pequenos rebanhos de bovinos e suínos; também, aves de quintal e outras criações, usadas como auxiliares à subsistência alimentar e socioeconômica. No levantamento censitário de 1950 constou que a sua população era de 25.243 moradores. A sua lavoura era praticada em 2.584 estabelecimentos rurais. O rebanho bovino era de 5.544 cabeças de gado, o plantel de suínos era de 6.475 animais, a criação de galinhas foi estimada em 42.475 aves. Essa criação de quintal, notadamente galinhas e porcos, constituía-se em um componente adicional à questão da heteronímia que dispunha a família rural com relação à sua subsistência alimentar e a produção de excedentes para a troca social. Seus lavradores situavam-se nas condições políticas e socioeconômicas de proprietários legitimados da posse das suas terras; e/ou lavradores não-proprietários, esses, ocupavam os lugares sociais da produção nas condições políticas de rendeiros, agregados ou diaristas. O total das terras ocupadas por lavouras e criações era 19.051 hectares, desses, 15.572 estavam sob a posse de proprietários legitimados. Outros 3.479 hectares estavam ocupados por lavradores nas condições de rendeiros ou agregados.

Em uma sociedade de matriz capitalista as relações sociais da produção são marcadas pela dialética dos conflitos políticos entre proprietários legitimados e trabalhadores não-proprietários dos seus meios de produção. Situada a lavoura como base da produção, a posse legitimada da terra e o controle político da força de trabalho social se tornam dos principais objetos das disputas políticas entre os seus lavradores. Nessas condições de produção e reprodução da existência social, a terra e o trabalho social, ocupam a centralidade da produção da subsistência material e do acúmulo de capital, seja este, na forma de bens móveis ou imóveis, materiais ou simbólicos, e/ou

moedas. O resultado material desse acúmulo pode ser usufruído pelo seu dono ou legado aos seus descendentes. Nesse sentido, a terra e o trabalho social, quando são usados para a produção de excedentes trocáveis, também se convertem em mercadorias e capital. A síntese do resultado apurado dessas relações entre o capital e o trabalho é, historicamente, materializado nas formas políticas de expropriação socioeconômica do trabalhador. Transpondo-se essas relações do capital e do trabalho para o território rural, a forma e a função social de um produto da lavoura extraído das relações sociais de produção entre um proprietário legitimado da terra; e um trabalhador rendeiro, agregado e/ou diarista é, concretamente, um produto da expropriação social entre trabalho e capital. A materialidade dessa expropriação se apresenta tanto nos produtos da lavoura como da pecuária. Seja em um litro de leite, um quilo de carne, um frango, uma dúzia de ovos; uma laranja, jaca ou fruta-pão. Em todos esses, estão implícitos a expropriação social do seu lavrador e produtor.

O Estado é a instituição política encarregada de regular as relações sociais da produção, conseqüentemente, cria mecanismos jurídicos para normatizar a propriedade da terra, extensivamente, normatiza a posse dos meios de produção e dos seus resultados palpáveis. No Brasil, em especial no Recôncavo Baiano, a presença do Estado como ente político normatizador das relações entre proprietários legitimados e não-legitimados da terra remonta ao começo do século XVI, com o seu destaque no Regimento Geral de Tomé de Souza, outorgado pela monarquia portuguesa em 1548, no qual, ficou definida as formas políticas de aquisição, posse legitimada e expropriação socioeconômica da sua força de trabalho. A esse Regimento de 1548 seguiram-se outros complementares e vigoraram até a Constituição outorgada por D. Pedro I em 1824.

Outro marco jurídico relevante para a compreensão do direito legitimado à posse da terra foi estabelecido na Lei 601 de 18 de setembro de 1850. Ficou conhecida como Lei de Terras de 1850. Transpondo-se a discussão sobre o direito legitimado à posse da terra e as suas respectivas relações sociais de produção no território rural, para o Brasil republicano, a normatização jurídica e política desse direito ao usucapto ficou estabelecida no Código Civil de 1916, com sua efetividade a partir de 1917. Desde então, passou a constar, e permanece até o presente, esse direito que tem o lavrador não proprietário de usucapir a terra onde nela vive e trabalha. Esse direito foi efetivado para inibir e/ou regular uma parcela dos conflitos políticos onde o objeto de disputa fosse a posse legitimada da terra. Porém,

historicamente, essa prerrogativa que tinha e tem o lavrador de usucapir a terra ocupada e usada é um direito que remonta à sociedade romana antiga e constou nas legislações portuguesas aplicadas ao Brasil durante o colonialismo mercantil. Entretanto, e no caso específico do município de São Felipe, o seu uso como um instrumento político em favorecimento do lavrador sem terras, apenas ganhou maior efetividade após constar no Artigo 191 da Constituição Federal de 1988, assim como, no Artigo 1.239 do atual Código Civil. Essas determinações político-jurídicas tornaram o direito ao usucapto aplicável aos lugares de trabalhos e subsistências sociais, assim como, as casas de moradias situadas nos territórios rurais e/ou urbanos. Antes dessas datas, e apesar de constar nos estatutos jurídicos do País, o domínio político dos proprietários legitimados da terra inibiam o lavrador rendeiro ou agregado de pleitearem seus respectivos direitos de usucapietes. Evidenciando essa problemática, note-se que entre o final do ano de 2003 e durante o ano de 2004 o Governo Federal concedeu cerca de 800 títulos de propriedades legitimadas da terra aos lavradores de São Felipe, denotando que havia uma parcela considerável de famílias que viviam e produziam, até então, em condições de dependência política e socioeconômica dos donos legitimados dessas mesmas terras.

Denota-se a necessidade de inserção do direito ao usucapto como componente das discussões acadêmicas, e das escolas em geral, porque o usucapião é um direito social consolidado e aplicável no território rural e/ou urbano. A difusão desse direito nos ambientes pedagógicos tende a contribuir para a redução das profundas desigualdades socioeconômicas instituídas e mediadas pelo Estado. E repercutidas nas relações dialéticas entre apropriadores legitimados; e, trabalhadores expropriados. O usucapto como objeto de análise epistemológica, histórica e historiográfica, tem, juntamente com o seu propósito acadêmico, possibilidades de contribuir para que, individualmente ou através de suas representações classistas, como as associações de lavradores e/ou sindicatos rurais, os trabalhadores expropriados possam pleitear esse direito constitucional de apropriarem-se, legítima e democraticamente, da terra na qual vivem e socialmente produzem.

## **2. O ESTADO, O LAVRADOR E A SUA PRODUÇÃO SOCIAL**

No sentido de explicitar as motivações teóricas e metodológicas deste texto, considerou-se, primeiramente, essa referência empírica que foi a concessão de cerca

de 800 títulos de propriedades rurais oferecidos pelo Governo Federal aos trabalhadores rurais do município de São Felipe, Recôncavo Baiano, no período abrangido nos anos de 2003 e 2004. Tomando-se como referência os dados demográficos do ano 2000, a composição da unidade familiar desse município ficava em torno de cinco pessoas. A sua população rural compunha-se de dez mil moradores; e, outros nove mil moradores na sua sede e distritos urbanos. Somava-se a população desse município em 19.205 pessoas. Como os títulos de propriedades foram concedidos aos moradores e trabalhadores rurais, nota-se um percentual considerável de pessoas que viviam e trabalhavam adistritos a um proprietário legitimado da terra. Tomando-se como referências os estudos desse mesmo autor, Santos (2021), (2018) e (2013), esses dados permitem notar o perfil de expropriação a que estiveram, historicamente, subsumidos esses trabalhadores não-proprietários. Essas informações censitárias/empíricas motivaram a realização deste texto. Aos dados censitários: demográficos e agropecuários, foram adicionados documentos diversos encontrados no arquivo inativo da Prefeitura Municipal de São Felipe; além de periódicos e livros diversos disponíveis em meios físicos e digitais. A sua base teórica e metodológica está na História Social. O eixo epistemológico consiste nas análises do lugar político do Estado, com os seus processos de mediação e intervenção politico-social no território rural. Podendo essa intervenção favorecer, ou não, a heteronomia e/ou expropriação socioeconômica do trabalhador rural. Os seus resultados interpretativos resultaram da análise e interpretação histotigráfica das fontes coligidas. A sua síntese almeja constituir-se em mais uma ferramenta política, acadêmica/educacional em favorecimento da efetiva emancipação política e socioeconômica dos povos tradicionais e suas lutas sociais pela equidade do direito de viver, produzir, distribuir, trocar e consumir os resultados dos produtos sociais.

Nesse sentido, e no contexto de uma análise histórica e historiográfica que aborde problemáticas pertinentes às conflitualidades político-sociais relacionadas à questão da regulação da propriedade privada da terra ocupada por atividades agrárias, é coerente que se busquem aprofundamentos epistemológicos sobre o direito histórico que tem o lavrador e/ou sua família de possuir legitimamente a terra onde vive e produz. Esse direito é historicamente conhecido como usucapião e/ou usucapto, sendo usucapiente o seu pleiteante. Essa pertinência torna-se, mais relevante, quando aplicada nas análises das relações históricas das práticas sociais

produtivas da pequena lavoura e suas conexões com a subsistência material e socioeconômica do lavrador apto a usufruir desse seu direito ao usucapto.

Nesse começo de século XXI tem sido reconhecido por instituições políticas do Estado brasileiro que a pequena lavoura, na sua designação de agricultura familiar, é provedora da maior parte da produção dos alimentos de origem agrícola destinados ao consumo sociedade brasileira. Essa designação, agricultura familiar, surgiu nos Estados Unidos da América - EUA nos anos de 1945/1947, ampliou-se o seu uso para a Europa nos anos 1950 e foi difundido para a América Latina nos anos 1960. Entendia-se a agricultura familiar como um modelo de desenvolvimento agrícola auxiliar a agropecuária, essa, destinada à indústria de alimentos processados com tecnologia industrial. Sendo essa designação, agricultura familiar, adotada por instituições governamentais que cuidaram das políticas agrícolas no Brasil desde os anos 1960 até a atualidade. A interferência política do Estado sobre a agricultura familiar também era entendida como uma forma de controle político das atividades sociais e produtivas dos territórios rurais. Também, um mecanismo político para evitar avanços na organização política da luta dos trabalhadores rurais. Também, conter a transição dessa luta dispersa, para a sua forma e organização de luta camponesa. Nos anos 1960, e seguintes, a luta política camponesa frente ao Estado, concentrava suas reivindicações na reforma agrária, direitos trabalhistas e previdenciários.

O Estado é o ente político que possibilita a materialização da dialética das formas e das funções das relações sociais de produção e reprodução dos processos de expropriação socioeconômica do trabalhador. Historicamente, as demandas pela posse da terra em São Felipe estiveram subordinadas aos interesses dos seus proprietários legitimados. Os dados censitários indicam que nos anos 1960 os proprietários dispuseram de condições econômicas para residirem em casas construídas sob alicerces de pedras, paredes feitas com adobes ou tijolos, protegidas com rebocos, pinturas, e telhados cobertos com telhas cerâmicas. Compunham-se ainda com varandas e áreas internas de beneficiamento do açúcar ou rapadura, terreiros para secar café e depósitos para folhas de tabaco; currais e estrebarias para os seus animais. Enquanto seus lavradores rendeiros e agregados prevaleciam nas suas habitações rústicas, características herdadas do século anterior, com o predomínio de casas de moradia erguidas com paredes de taipas e cobertura de palhas extraídas da palmeira Andaiá. Poucas dessas casas tinham coberturas de telhas. O território rural ainda não tinha acesso a eletricidade ou água tratada.

O censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1960, indicou que a população de São Felipe com o seu distrito de Dom Macedo Costa era de 24.252 pessoas, sendo 11.836 homens e 12.416 mulheres. Resultavam, aproximadamente, em cinco mil famílias, sendo esses, o mesmo número domicílios particulares. No ano de 1962 São Felipe perdeu o seu distrito de Dom Macedo Costa. Sua população decresceu para cerca de 18 mil moradores. Entre os anos de 1980/2000 manteve-se a sua população em vinte mil moradores com pequenas oscilações censitárias não superior a mil pessoas. Os mesmos dados do IBGE indicaram que as famílias se compunham, medianamente, de quatro a cinco pessoas por moradia. Dividindo-se o total do número de moradores entre o rural e o urbano, constou que no período de 1960/1980 a população urbana ficou medianamente em oito mil moradores. Os demais munícipes compunham a população rural. A partir dos 1980/2000 a população municipal ficou estabelecida, medianamente, em dez mil moradores urbanos e dez mil moradores rurais. Tomando-se como referência o número médio de cinco pessoas componentes de uma família, chega-se a um número aproximado de duas mil famílias rurais. Como foi enfatizado, nos dois anos abrangidos por 2003 e 2004 o Governo Federal concedeu em São Felipe cerca de 800 títulos de propriedade de terras aos pequenos lavradores, essa intervenção política não aboliu, definitivamente, a condição política do trabalhador rural situado como rendeiro ou agregado dos proprietários legitimados da terra. Mas, no escopo dessa mesma intervenção do Estado, legitimou-se ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de São Felipe a prerrogativa política e jurídica de homologar os acordos individuais e/ou coletivos negociados entre os rendeiros e agregados perante os proprietários legitimados das mesmas terras, sendo a legitimidade desses acordos acatadas pelo poder judiciário para a emissão do registro da propriedade legitimada do imóvel por parte do usucapiente tornado, desde então, proprietário da sua terra.

Por esses números aproximados de duas mil famílias; e, oitocentos títulos de terras concedidos, chega-se a um percentual de concentração da propriedade rural na qual, para cada três famílias, uma vivia como não-proprietária das terras onde morava e trabalhava. Conforme indicou Santos nos seus estudos (2021), (2018) e (2013), a agricultura de São Felipe caracterizou-se, historicamente, como pequena lavoura mandioqueira, complementada com outros cultivos e atividades pecuárias. Rendeiros e agregados eram os trabalhadores expropriados. Essa espoliação foi interrompida através desse instrumento jurídico-político do direito ao usucapto.

Na sua hermenêutica atual, usucapião é um direito político-jurídico de aquisição de um bem móvel ou imóvel situado em território rural ou urbano. Quando esse imóvel se situa especificamente no território rural, exige-se que o seu ocupante comprove a sua posse por período mínimo de cinco anos. Na sua historicidade, o direito ao usucapto é, juridicamente, bastante antigo, remonta ao Direito Romano Antigo. Esteve presente na legislação portuguesa aplicada ao Brasil durante o período da colonização mercantil e se manteve até 1916. Esse mesmo direito foi reafirmado no Código Civil promulgado em 1916, passou a vigorar em 1917, no seu Artigo 530 incluía o usucapião como direito legitimado que tinha o lavrador de obtenção da propriedade da terra ocupada e usada. Assim foi mantido na Constituição Federal de 1934, 1937 e 1946. Nos critérios definidos pela Lei nº. 2.437, de 1955 estabeleceu em 20 anos de posse e uso contínuos o direito que tinha o lavrador de usucapir a terra ocupada e usada. Esse direito foi redefinido com a Lei 6.969 de 10 de dezembro de 1981 que reduziu para cinco anos o tempo a partir do qual o ocupante podia pleitear como sua a terra ocupada e usada. Esse mesmo período de cinco anos se manteve através de Decretos posteriores, assim como, na Constituição Federal de 1988 e no atual Código de Direito Civil.

Todo aquele que, não sendo proprietário rural nem urbano, possuir como sua, por 5 (cinco) anos ininterruptos, sem oposição, área rural contínua, não excedente de 25 (vinte e cinco) hectares, e a houver tornado produtiva com seu trabalho e nela tiver sua morada, adquirir-lhe-á o domínio, independentemente de justo título e boa-fé, podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para transcrição no Registro de Imóveis. (BRASIL. Lei 6.969 de 10 de dez. 1981).

Situando-se o direito ao usucapião especificamente no território do município de São Felipe e tomando-se como referências os três principais estudos realizados por Santos (2021), (2018) e (2013) que tratam da formação histórica desse município, seu autor localizou poucos processos de solicitação de cartas de sesmarias com base na ocupação da terra pleiteada. Entretanto, não encontrou processos que tivessem como objeto o respectivo direito ao usucapto. Os mesmos estudos registraram que, durante a colonização mercantil, a terra foi situada como mercadoria passível de compra e venda entre proprietários privados. A partir do Regimento de Tomé de Souza de 1548 a propriedade privada da terra se legitimava na Carta de Sesmaria. Também podia ser adquirida através de compra, venda ou doação entre pessoas vivas ou através de testamentos e inventários *post mortem*. Após 1830 a classe proprietária de terras se utilizou política e juridicamente das suas patentes de integrantes da Guarda Nacional

para legitimarem-se como proprietários de terras. A Guarda Nacional existiu como uma milícia armada com a prerrogativa de proteger a propriedade privada da terra em favor dos seus proprietários, extensivamente, existiu, também, com atributos de partido político, porque se organizava desde os distritos e freguesias rurais, vilas, cidades, e capitais das Províncias. E concentrava os seus poderes na Corte, no Rio de Janeiro. Pela prática do coronelismo, a Guarda Nacional indicava, elegia e nomeava os seus principais representantes dos aparelhos políticos e ideológicos de Estado. Assim, ocupava funções políticas nos poderes executivos, legislativos e judiciários. Outra referência relevante em favor dos proprietários e em desfavor dos não-proprietários foi a promulgação da Lei de Terras de 1850, assim como, a criação da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) em 1897, atualmente, se constitui na Confederação Nacional de Agricultura (CNA). Por sua organização classista, os proprietários de terras limitaram, politicamente, que os seus rendeiros e agregados pleiteassem seus direitos políticos de usucapientes.

## **2.1 A resistência simbólica ativa e a luta pela posse da terra em São Felipe**

Não foram encontradas referências documentais que demonstrassem o emprego da resistência política ativa, com sua prática através da luta armada. Ou emprego de armas de fogo como instrumentos de luta política pela posse legitimada da terra nesse município durante o período de 1950/2000. Atribui-se a ausência dessa resistência ativa ao controle político que tinham os proprietários de terras junto aos aparelhos ideológicos de Estado; e dos receios que tivessem os lavradores de serem penalizados no âmbito político, jurídico, material e pessoal ao buscarem seus direitos de usucapientes. Também não havia nesse município uma organização política representante dos interesses classistas dos lavradores sem terras. Foi a partir da criação do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL), instituído através da Lei 4.214 de 2 de março de 1963. Seguida de outras regulamentações, com maior destaque na Lei Complementar n. 11 de 25 de maio de 1971, quando o Governo Federal autorizou no funcionamento dos sindicatos de trabalhadores rurais a atribuição de suporte político ao governo e no cadastramento dos trabalhadores rurais para extrair desses, um percentual de 2% do valor estimado da sua produção agropecuária anual. Porque a partir da comprovação dessa contribuição pecuniária, poderia o lavrador pleitear, na sua velhice, o direito previdenciário a sua aposentadoria



e receber uma pensão no valor de metade do salário mínimo nacional. Nesse contexto político de governo militarizado (1964-1985), eram poucas as possibilidades políticas dos sindicatos rurais atuarem fora dos ditames impostos pelo mesmo governo militar.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de São Felipe foi fundado em 10 de agosto de 1969. Durante o período de 1969/2002, assumiu a condição de espaço de luta política simbólica, porque amparava o lavrador em muitas das suas demandas junto aos órgãos governamentais; mas evitava confrontar os interesses dos proprietários legitimados das terras. Sua atuação efetiva em defesa dos direitos dos lavradores usucapientes ganhou maior abrangência após o ano de 2002, quando o Governo Federal permitiu que o sindicato passasse a mediar acordos políticos entre os proprietários legitimados e os seus respectivos rendeiros que pleiteassem os seus direitos ao usucapião. Nesse momento, a luta simbólica adquiriu sua materialidade, pois, o sindicato assumiu a sua função de proteção política dos usucapientes, contrapondo-se, politicamente, às possíveis retaliações dos proprietários.

Para uma compreensão crítica do direito ao usucapião, criação do FUNRURAL, e dos sindicatos rurais, torna-se necessário retornar as discussões para os anos de 1960, período no qual a luta política pela posse da terra atingiu o seu ápice no Brasil. Nesse momento o usucapião passou a ganhar maior repercussão política, porque esse direito foi situado no contexto da reforma agrária e das reformas de base, propostas pelo Governo de João Goulart. Essas reformas deixaram de ser efetivadas devido à queda desse Governo de Goulart perpetrada pelo golpe militar de 31 de março de 1964, subsequentemente, a prisão e silenciamento político das lideranças rurais. Com o início do governo de ditadura militar imposto ao Brasil em 1º de abril de 1964, esse mesmo governo militar utilizou-se do usucapião rural, mas, em desfavor do lavrador não-proprietário. Contrapondo-se a luta política pleiteada em defesa da reforma agrária, o governo militar passou a divulgar a Lei nº. 2.437, de 1955 indicando aos proprietários das terras que dispusessem de rendeiros ou agregados que, conforme essa mesma Lei, deveriam os proprietários lhes conceder a posse da terra ou indenizações e por esses meios pudessem desfazer-se dos seus rendeiros ou agregados. Essa diretriz política do Estado visava a múltiplos propósitos: liberar áreas de pequenas lavouras para torná-las áreas de pecuária, facilitar a ampliação de latifúndios para estabelecimento de agronegócios; liberar um contingente de mão de obra rural para ser concentrado nas periferias dos centros urbanos; e, por esses

meios, esvaziar, politicamente, a luta política que se travava, particularmente, no Nordeste, em defesa da reforma agrária.

Aos proprietários que confirmassem a propriedade legitimada da sua terra, a esses, o governo oferecia crédito rural acessível no Banco do Brasil e, mais tarde, também, no Banco do Nordeste. Como se verificou no Recôncavo Sul, o crédito concedido serviu para a indenização que deveria ser paga aos rendeiros e/ou agregados, também, modernizar a propriedade com aquisição de sementes e mudas de capim da variedade *Brachiaria* e, matrizes bovinas para renovação e formação do rebanho pecuário. Dessa forma, terras que antes eram ocupadas por rendeiros ou agregados com suas lavouras de mandioca, canas, fumo e cafeeiros foram gradativamente substituídas por pastagens. Os estudos feitos pelo governo baiano através da CONDER (1974), assim como, Leão (1987) e Conceição (1987) mostraram que era baixa a produtividade da pequena lavoura, atribuía-se ao uso de técnicas rudimentares e pouca mecanização. Justificava-se, assim, que a pecuária poderia aumentar os ganhos do proprietário, facilitar a concentração fundiária e reduzir os conflitos pela posse da terra e a luta em defesa da reforma agrária. Aos lavradores homens com idade acima de 65 anos e/ou mulheres com idades acima de 60 anos cabia-lhe pleitear a aposentação. Porém, a expectativa de vida era de 60 anos.

A aposentadoria do lavrador foi discutida, amplamente, a partir da década de 1930. Mas a primeira medida voltada para a aposentação do trabalhador rural ocorreu em 1963, com a criação do FUNRURAL. Seguiu-se em 1966 o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). E no ano seguinte, 1967, o Estatuto do Trabalhador Rural. A aposentadoria rural em São Felipe ganhou abrangência com **a Lei Complementar n. 11, de 25 de maio de 1971**, do Governo Federal, criou o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRO-RURAL) destinado à prestação de aposentadoria por velhice, aposentadoria por invalidez, pensão, auxílio-funeral, serviço social e serviço de saúde aos trabalhadores rurais e aos seus dependentes. Para ter direito a pleitear aposentadoria, ficou limitada a idade mínima em 65 anos e remuneração no valor de 50% do salário-mínimo regional. Por esta Lei Complementar, o Governo Federal considerava trabalhador rural e/ou produtor, aos que não dispusessem de empregado, trabalhassem na atividade rural individualmente ou em regime de economia familiar, e/ou reunindo os membros da família no seu trabalho da lavoura e na sua subsistência e em mútua dependência e colaboração. Esse benefício da aposentadora se aplicava também ao trabalhador, pessoa física, que prestasse serviços de natureza rural a

empregador mediante remuneração de qualquer espécie. Essa Lei Complementar entendia o produto rural como sendo todo aquele que não tivesse sofrido qualquer processo de industrialização, fosse de origem vegetal ou animal, também, não submetido ao beneficiamento por processos primários de preparação para consumo imediato ou posterior industrialização. Por esses critérios, ficava o lavrador proprietário jurídico da sua terra apto aos benefícios previdenciários. Aos rendeiros e agregados que pleiteassem a aposentação, ficavam dependentes da declaração de vínculos com o proprietário legitimado da terra. Medida que favorecia ao proprietário na sua supremacia política perante os mesmos rendeiros e agregados.

O direito ao usucapião ganhou nova hermenêutica em 1º de julho de 1975, quando passou a vigorar a **Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973 e alterou, em muitos aspectos, a Lei nº. 2.437, de 1955**, reduziu de vinte para quinze anos o tempo mínimo para que o lavrador posseiro procedesse no seu direito de usucapir a terra ocupada e usada. Essa Lei n. 6.015 visava ampliar o controle do Estado sobre **os registros públicos cartorários de terras. O Capítulo I dessa Lei, no seu Artigo 168**, constava que, no registro de imóveis, as sentenças declaratórias de usucapião podiam ser admitidas como instrumentos jurídicos em processo de aquisição de títulos de terras. Complementando-se os objetos jurídicos e os seus trâmites, esclarecia no Artigo 229 que, tratando-se de usucapião, nos requisitos da matrícula deviam constar o respectivo mandado judicial.

Desse modo, ficava explicitada a possibilidade de pleitear o direito de usucapir a terra ao lavrador que declarasse possuir por 15 anos sem interrupção, nem oposição ou contestação do seu uso, a fração da terra na qual estivesse como sua moradia habitual ou nela houvesse realizado, continuamente, obras ou serviços de caráter produtivo. Com essa declaração o lavrador podia, por via judicial, requerer a propriedade do imóvel. Essa declaração de posse serviria de objeto jurídico para o usucapiente solicitar em Cartório de Registro de Imóveis a escritura que lhe garantia a propriedade legitimada dessa terra. Mas, deve-se considerar que o proprietário das mesmas terras pudesse dispor de recursos políticos e jurídicos capazes de interpor-se ao pedido do usucapiente e o pleito fosse negado, ou se estendesse por muitos anos como querela jurídica entre o proprietário e o seu rendeiro ou agregado.

O direito ao usucapto prevaleceu na Constituição Federal de 1988. Mantiveram-se os princípios da Lei 6.969 de 10 de dezembro de 1981 e reforçou-se o princípio da função social da propriedade privada da terra. Estabeleceu que o

lavrador, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano e o tivesse possuído por cinco anos ininterruptos, sem oposição, uma área de terra rural não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, podia pleitear juridicamente a sua posse. A Constituição Federal de 1988 também determinou o direito à aposentadoria rural aos lavradores homens com idade de 60 anos, e 55 anos de idade para as mulheres. Sendo o benefício remuneratório igual a um salário-mínimo calculado com base no piso nacional.

Essas intervenções políticas do Estado influíram na estrutura socioeconômica de São Felipe. O crédito bancário concedido para as pastagens facilitou no pagamento das indenizações aos rendeiros e agregados. O mesmo crédito propiciou a compra de pequenas propriedades. Sem acesso a esses mesmos créditos bancários, muitos dos pequenos lavradores foram pressionados economicamente a venderem suas terras e emigrar para os centros urbanos na esperança de obtenção de melhores condições políticas e socioeconômicas. Aos lavradores que obtinham a aposentadoria ficava o atrativo de migrar para a cidade em busca de melhores condições de saneamento e serviços diversos. Também se difundiu o arrendamento ou aluguel da terra para plantios e/ou colheitas por prazo fixo com sua remuneração por produto ou dinheiro. Para os proprietários, os ganhos adicionais obtidos com os empréstimos bancários e a adição da pecuária, substituíram às rendas pagas pelos rendeiros. Extinguida a presença do reideiro ou agregado, o proprietário da terra o substituiu pelo trabalhador que vendia o seu dia de trabalho ou aceitasse trabalhar por empreitada. Muitos dos antigos rendeiros migraram para as periferias das cidades e passaram a vender sua diária de trabalho na cidade ou no campo.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como foi enfatizado neste texto, nos anos abrangidos por 2003/2004 o Governo Federal concedeu em São Felipe cerca de 800 títulos de propriedade de terras aos pequenos lavradores não-proprietários de terra. Esses, viviam e trabalhavam na condição política e socioeconômica de rendeiros e/ou agregados dos proprietários legitimados da posse da terra. Essa intervenção política, reduziu a demanda pela propriedade legitimada da terra. Os conflitos que existiam entre os proprietários e os seus rendeiros e/ou agregados passaram a ser intermediados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Felipe, que obteve a prerrogativa de homologar acordos políticos entre os proprietários e seus rendeiros/agregados. Essas

homologações foram reconhecidas pelos cartórios do poder judiciário como instrumentos legitimados para concessão do registro/matrícula e escritura definitiva da propriedade da terra em favor do usucapiente.

A concessão desses 800 de registros de terras feitos a partir da interferência política do Estado evidencia que havia uma demanda reprimida de acesso ao usucapião nesse município de São Felipe até esses anos de 2003/2004. Esse número de títulos é relevante porque, nesse mesmo período, a população de São Felipe situava-se em cerca de 20 mil moradores. Sendo os moradores urbanos contados em 10 mil pessoas. Os demais moradores ocupavam o território rural. Esses 800 títulos de terras beneficiaram cerca quatro mil pessoas que viviam da lavoura familiar.

Após esse período de 2003/2004, e até o final dessa década, ampliaram-se as melhorias nas relações sociais de produção do território rural desse município de São Felipe. Seus lavradores tiveram acesso a novas políticas sociais de amparo assistencial, crédito rural e acesso a novas tecnologias aplicadas à produção. Adicionadas a concessão dos títulos de terras aos seus lavradores, denota o poder de intervenção socioeconômica que tem o Estado com a sua prerrogativa de extinguir e/ou aprofundar os processos históricos de expropriação do trabalhador rural. No caso específico de São Felipe, nota-se que em apenas uma intervenção do Estado, extinguiu-se um processo que se arrastava desde a formação histórica desse território em 1678 e que prevalecia até 2004. Que era a expropriação do trabalhador rural na condição política de rendeiro e/ou agregado. Tendo como seu expropriador, a pessoa situada na condição política e socioeconômica de proprietário legitimado da terra.

## REFERÊNCIAS

BAHIA. CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da **Bahia Estudos básicos para o projeto agropecuário do Recôncavo**, Bahia, CONDER, 1974.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei n. 2.437 de 7 de março de 1955**. Dá nova redação a dispositivos do Código Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/l2437.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l2437.htm)>. Acesso em 1º de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar N. 11, de 25 de maio de 1971**. Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp11.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp11.htm)>. Acesso em, 1º de maio de 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei N. 6.015, de 31 de dezembro de 1973.** Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6015original.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6015original.htm)>. Acesso em 1º de maio de 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei N. 6.969, de 10 de dezembro de 1981.** Dispõe sobre a aquisição, por usucapião especial, de imóveis rurais, altera a redação do inciso 2º do Art. 589 do Código Civil e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6969.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6969.htm)> Acesso em 08 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal 1988.** Art. 19. Disponível em, <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp11.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp11.htm)>. Acesso em 1º de maio de 2020.

CONCEIÇÃO, Antônio José da. **A mandioca.** 3ª ed. São Paulo, Nobel, 1987.

LEÃO, Sônia de Oliveira. **Evolução dos padrões de uso do solo agrícola na Bahia.** Recife: Sudene, 1987.

Prefeitura Municipal de São Felipe (PMSF). **Documentos manuscritos avulsos do arquivo inativo da Prefeitura Municipal de São Felipe,** São Felipe, Bahia, 1950/2000.

SANTOS, Felix Souza. **Município de São Felipe,** Recôncavo Baiano: formação histórica e desenvolvimento socioeconômico 1678-1950. Salvador: Memória e Arte, 2021.

\_\_\_\_\_. **O pão nosso de cada dia:** a farinha de mandioca na cidade da Bahia e sua lavoura no Vale do Copioba no Recôncavo Baiano. Tese, Doutorado em Planejamento Territorial e Desen. Social, Universidade Católica do Salvador. Salvador, 2018. Disponível em: [ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/499/1/TESEFÉLIXSANTOS.pdf](http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/499/1/TESEFÉLIXSANTOS.pdf). Acesso em: 25 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. **Crise agrícola no Recôncavo Baiano** (1890-1910) município de São Felipe/Bahia. 2013. 154 fl. Dissertação, Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Universidade Católica do Salvador. Salvador, 2013. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/123456730/99/1/Felix-UCSAL2013.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2019.

**EIXO 4**  
**EDUCAÇÃO BIOÉTICA E DIREITO UNIVERSAL À**  
**VIDA**

A Bioética, como uma ciência multidisciplinar, pode ser compreendida como uma vertente da Filosofia voltada a questões relacionadas à vida. Essa compreensão, por sua vez, se dá a partir de reflexões éticas que tangenciam desde aspectos da vida biológica a elementos sociais e existenciais. É preciso ter em mente que, ao se pensar em Bioética, tem-se como cerne a construção de alicerces filosóficos da conduta humana que devem ser aplicados, também, à fundamentação jurídica. Nesse sentido, ao se pensar um “Direito universal à vida”, é imprescindível compreender os aspectos bioéticos que consubstanciam esse direito. Dentre as temáticas bioéticas relacionadas à compreensão da vida como um direito universal, destaca-se questões existenciais como a morte digna, a disposição sobre o próprio corpo, aborto e diversos outros temas que envolvem o binômio autonomia-vulnerabilidade. Porém, para que se possa efetivar a tutela jurídica de temas sensíveis, subjetivos e existenciais como esses, é preciso que haja uma educação bioética. Essa educação bioética, por sua vez, baseia-se na construção de conhecimentos capazes de conscientizar as pessoas sobre os elementos indissociáveis do exercício da autonomia - pressuposto principiológico de situações existenciais. Sem a compreensão da Bioética, não há como se pensar adequadamente em Direito Universal à vida. Se o Direito se limitar a estabelecer comandos normativos pragmáticos e acrílicos sobre a vida, não haverá, de fato, qualquer tutela jurídica. A simples existência de uma lei não é suficiente para regulamentar um bem jurídico tão complexo quanto a vida. Sendo assim, a educação bioética auxilia no esclarecimento e na compreensão acerca das bases morais que, uma vez assimiladas pelas pessoas, passa a legitimar e alicerçar a construção do Direito. É inadequado conceber Direito e Bioética como meros objetos de estudos isolados e incomunicáveis. Este eixo em questão busca evidenciar a complexidade da vida sob perspectivas interdisciplinares, a fim de buscar soluções - ou, ao menos, reflexões legítimas - para assuntos que da universalidade do Direito à vida, mas que têm características específicas e implicam enfrentamentos específicos à luz da bioética contemporânea.



## DIREITO MÉDICO: a inadequação dos regimes jurídicos aplicados na relação paciente-médico

Leonardo Morbeck Carvalho Moreira<sup>1</sup>

Alessandro Timbó Nilo<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente trabalho debruça-se acerca da natureza jurídica da relação firmada entre o paciente e o médico, seja no âmbito privado ou público. Em razão de anos de omissão legislativa acerca do tema, bem como escassez doutrinária e jurisprudencial, tal relação, especialmente quando objeto de demanda judicial, é analisada sob a égide consumerista, no âmbito privado, que não corresponde à relação constituída entre o paciente e o médico. No que tange a análise em âmbito público, nota-se a inadequação dos julgados para apreciar a responsabilidade médica ao adotar o regime jurídico administrativo. O trabalho analisa o atual enquadramento da relação jurídica e as consequências no âmbito prático e processual; a divergência entre o enquadramento consumerista e as normas do Código de Ética Médica; a insuficiência da aplicação consumerista no âmbito privado e as incorreções técnicas presentes no regime administrativo; e, por derradeiro, a necessidade de uma análise sob o prisma cível e legislação específica para o efetivo enquadramento da natureza jurídica de uma relação tão *sui generis*.

**Palavras-chave:** Responsabilidade Civil. Direito médico. Regime Administrativo. Responsabilidade Objetiva do Estado.

### 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho versa sobre uma análise da natureza jurídica da relação paciente-médico, buscando identificar se a aplicação do regime consumerista é o mais acertado na esfera privada, ante elementos tão singulares de tal relação, bem como a necessidade de uma melhor análise da responsabilidade civil do médico – na condição de agente público – visto que, ainda que não haja uma prestação de serviço direta, é cristalina a existência da relação paciente-médico no âmbito público.

Ao analisar atualmente o entendimento jurisprudencial e doutrinário, observa-se, de maneira pacífica, que a relação entre o paciente e o profissional médico tem natureza jurídica pertencente à relação de consumo quando no âmbito privado, a qual decorre de um contrato de prestação de serviço comum. Ocorre que, em primeiro

---

<sup>1</sup> Graduando em Direito pela UCSal. E-mail: leonardo.moreira@ucsal.edu.br

<sup>2</sup> Médico e Advogado. Professor da UCSAL, Mestre e Doutorando em Direito. alessandro.timbo@rpo.ucsal.br

momento, a relação paciente-médico tem, em seu âmago, características que não se enquadram juridicamente como um simples contrato de prestação de serviço na esfera abarcada pelo Direito do Consumidor. Ademais, ao analisar a relação paciente-médico no âmbito público, extrai-se, também, que o regime administrativo de responsabilidade objetiva é muito simplório para averiguar os desdobramentos de uma relação tão singular.

Nesse sentido, é notória a singularidade da relação paciente-medico e suas características, sendo necessária uma análise mais aprofundada do tema, quer seja pela incompatibilidade do diploma consumerista decorrente da Lei 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor (CDC) que possui diversas lacunas para subsunção à relação firmada entre paciente e médico no âmbito privado, bem como a escancarada necessidade de um regramento próprio de tal relação ao analisar as resoluções de conflitos judiciais quando da relação paciente-médico no âmbito público.

Destarte, por meio de estudo bibliográfico doutrinário e jurisprudencial entre o regime consumerista, o regime jurídico administrativo de responsabilização objetiva e o regime geral cível, procura-se questionar qual deles enquadrar-se-ia melhor para disciplinar a relação estabelecida entre o paciente e o médico.

## **2. A RELAÇÃO JURÍDICA PACIENTE-MÉDICO – CONSIDERAÇÕES SOBRE SUA NATUREZA JURÍDICA**

Inicialmente, necessário se faz compreender sobre o que, de fato, significa a responsabilidade civil, a qual expõe a necessidade de reparar um dano causado decorrente de uma conduta ilícita, ou seja, da violação de uma norma jurídica. Isto é, quando se viola uma obrigação, permite-se que o sujeito ativo da relação exija do sujeito passivo o cumprimento de uma contraprestação previamente estabelecida.

Para tanto, segundo Diniz (2011, p.11),

[...] é, indubitavelmente, um dos temas mais palpitantes e problemáticos da atualidade jurídica, ante a sua surpreendente expansão no direito moderno e seus reflexos nas atividades humanas, contratuais e extracontratuais. [...] Deveras, a todo instante surge o problema da responsabilidade civil, pois cada atentado sofrido pelo homem, relativamente à sua pessoa ou a seu patrimônio, constitui um desequilíbrio de ordem moral ou patrimonial, tornando imprescindível a criação de soluções ou remédios – que nem sempre se apresentam facilmente, implicando indagações maiores – que sanem tais lesões, pois o direito não poderá tolerar que ofensas fiquem sem reparação.

Regra geral, fundamenta o Código Civil de 2002, a culpa se constitui como pressuposto da responsabilidade, conforme disciplina o art. 186, pois descreve o ato ilícito como “aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”.

Consoante a isso, o artigo 927, do mesmo diploma normativo, estabelece que “aquele que, por ato ilícito (art. 186 e 187), causar dano a outrem, é obrigado a repará-lo”, acrescido do seu parágrafo único que aduz “haverá obrigação de reparar o dano, independente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem”.

Importante realçar que, no parágrafo em comento, a lei civil acolhe a teoria do exercício da atividade perigosa e máxima responsabilidade desobrigada de culpa minuciosamente na lei. Ademais, atendendo ao tema central deste trabalho, mister ressaltar que a responsabilidade civil médica é inequívoca de natureza subjetiva, em contraponto à responsabilidade nosocômio, que sob a ótica do pensamento de Gonçalves (2015, p.268)

Estão sujeitos à disciplina do referido Código (Código de Defesa do Consumidor), com responsabilidade objetiva e de resultado, os laboratórios de análises clínicas, bancos de sangue e centros de exames radiológicos, como prestadores de serviços.

Atualmente, no que atine à responsabilidade civil, o tema vem ganhando bastante projeção com a crescente judicialização da saúde, na qual os pacientes pleiteiam restaurar eventual equilíbrio moral, material ou estético do ajuizamento das ações indenizatórias em face dos médicos.

Nesse sentido, verifica-se que entre o paciente e o médico instaura-se uma relação jurídica contratual e, com efeito, a responsabilidade contratual, ainda que a atividade médica seja considerada como atividade de meio e não de fim, fugindo à regra geral das relações contratuais. Na relação paciente-médico instaurada, cabe ao profissional da medicina tratar com extrema dedicação e de maneira zelosa o paciente para obtenção de êxito no tratamento buscado, podendo ser responsabilizado em casos de comprovação de eventual atuação negligente, imperita ou imprudente.

Ocorre que, a jurisprudência majoritária entende que tal relação contratual deve ser analisada sob o prisma da relação consumerista, na medida em que o paciente

pode ser enquadrado na definição legal de consumidor e o médico, por sua vez, poder-se-ia enquadrar na figura do fornecedor.

Na medida em que a referida relação é enquadrada no diploma consumerista, uma das principais consequências processuais é a inversão em bloco do ônus da prova (art. 6, VIII do Código de Defesa do Consumidor), sendo atribuído ao médico o ônus de provar que agiu de maneira correta em todo o processo de tratamento, cabendo tão somente ao paciente evidenciar o dano sofrido e o nexo de causalidade. Nesse sentido, dotado do *ônus probandi*, só não deverá indenizar se comprovar a culpa exclusiva do paciente, caso fortuito ou força maior.

Daí, portanto, se vê que, muito embora o Código de Defesa do Consumidor seja muito eficaz para proteção do consumidor, o regime consumerista não pode ser aplicado na relação paciente-médico, por toda sua singularidade envolvida. A aplicação do regime cível pode ser de muito mais valia para tal relação, visto que consegue abarcar ambos os lados da relação contratual ali firmada e, por conseguinte, garantir a equidade nos encargos processuais.

Ademais, a aplicação do regime consumerista vai diametralmente em oposição ao Código de Ética Médica – CEM, visto que este diploma entende que “a natureza personalíssima da atuação profissional do médico não caracteriza relação de consumo”. (BRASIL, CEM, XX)

Assim, o Código de Ética Médica opõe-se diretamente ao entendimento do Código de Defesa do Consumidor, pois, apesar de haver um lugar específico para os profissionais liberais (art. 14, §4º), de maneira contrária ao sistema básico de responsabilidade objetiva que dali se extrai, tal dispositivo se mostra insuficiente para proteger dos direitos do paciente ao não estabelecer efetivamente os deveres do médico na relação.

Inclusive, ainda que se alegue ausência de força normativa do CEM, por ser uma Resolução do CFM, o mesmo delimita a atuação do profissional médico nas relações terapêuticas e diagnósticas com os pacientes. Ou seja, apesar de não ser lei, é o diploma que disciplina o médico na esfera administrativa em casos de atuação irregular do profissional.

Ademais, do próprio CEM, em análise dos princípios fundamentais que o regem, extrai-se que “o alvo de toda a atenção do médico é a *saúde* do ser humano”, ou seja, fica claro no regimento de classe o real intuito da atuação do profissional da medicina. Evidencia-se, portanto, que a teleologia da medicina está vinculada e

direcionada à prevenção e restabelecimento da saúde do paciente. Inclusive, corroborando com tal entendimento, ao analisar o art. 2º da Lei 12.842 de 2013, - a Lei do Ato Médico – é possível extrair que tal essa ideia foi normatizada no referido dispositivo legal, tendo uma Lei Federal garantido que o objetivo final da atuação médica é sempre a saúde do paciente.

Sobre a real natureza jurídica da relação firmada entre paciente e médico, sobretudo no que tange à responsabilidade civil, é deveras escassa a produção doutrinária sobre o tema. Extraí-se de alguns doutrinadores entendimento de que tal relação é simplesmente um contrato de prestação de serviços, mas, para outros doutrinadores, trata-se de um contrato extremamente particular, *sui generis*.

O doutrinador Sérgio Cavalieri Filho, ao debruçar-se sobre a questão relacionada à responsabilidade *pessoal* do profissional médico, muito embora concorde com a ideia central deste trabalho, bem como identifique a análise simplória de que se trata somente de um contrato de prestação de serviço nessas relações, desconsidera tal divergência, ressaltando que “essa divergência acerca da natureza jurídica do contrato em nada altera a responsabilidade do médico” (CAVALIERI FILHO, 2014, P.431).

Evidente que o referido autor, ao dizer isso, refere em sua obra que a natureza jurídica da relação independe no momento de identificar o elemento de culpa. Nesse sentido, tão somente basta detectar se da relação estabelecida entre paciente e médico extrai-se uma obrigação de meio ou de resultado, restringindo-se de uma análise mais aprofundada desta relação tão peculiar.

Os questionamentos jurídicos decorrentes da responsabilidade civil do médico têm desencadeado o crescimento do fenômeno identificado como “judicialização da saúde”. Quanto a esse fenômeno, expõe Vianna *et al.* (1999, p.8) que “o Judiciário, antes um poder periférico [...], distante das preocupações da agenda política e dos atores sociais, se mostra uma instituição central à democracia brasileira no que diz respeito à sua intervenção no âmbito social.”

Outrossim, Gagliano e Pamplona Filho (2012, p.266), em análise acerca do campo de atuação médica, aduzem que

[...] poucas atividades profissionais envolvem uma carga tão grande de emotividade quanto a medicina. Ter a vida de um paciente, em suas mãos, esvaindo-se como grãos de areia na ampulheta, tendo de decidir os rumos a serem tomados, antes que seja tarde demais, é uma atribuição para verdadeiros vocacionados, como um sacerdócio estabelecido para o bem da coletividade.

Ao analisar sob a ótica do senso comum, é nítido que, ao vislumbrar a relação contratual entre médico e paciente, esta não se enquadra perfeitamente numa relação consumerista, pois, sob tal prisma, emerge a visão de que não é possível atribuir preço à vida.

Nesse aspecto, a robustez que se cria na incompatibilidade do exercício da medicina em escala comercial é fincada pelo objeto central da relação, qual seja, a vida, donde não se pode olvidar a expressa imposição deontológica. A então presidente do STF, a ilustre Ministra Cármen Lúcia, em decisão liminar proferida na ADP 532/2018, fundamentou expressamente que “a saúde não é mercadoria. Vida não é negócio. Dignidade não é lucro”.

Na visão do conjunto de deveres e regras de natureza ética da medicina, é impossível conceber a vida como mercadoria e, por consequência, a impossibilidade de se estabelecer a vida como um objeto de consumo.

Nesse íterim, ao se analisar os princípios fundamentais do Código de Ética Médica, em seu inciso IX, observa-se de maneira cristalina o objeto deste tópico, pois extrai-se que “A medicina não pode, em nenhuma circunstância ou forma, ser exercida como comércio”, donde Nilo e Aguiar (2018, p. 13) propõe a nomenclatura como “Princípio da Não-mercantilização da Medicina”.

Daí a necessidade de tal relação ser objeto de análise à luz do Código Civil, visto que, por esse prisma, toda relação contratual, para que se obtenha validade entre as partes componentes, é necessário o preenchimento de alguns requisitos essenciais, quais seja: i) as partes necessariamente deverão ser capazes, ante a necessária manifestação livre e consciente para efetiva contratação; ii) a presença do objeto lícito; iii) e seu preço, o qual deve ser estabelecido ou, minimamente, determinável.

Muito embora a manifesta contradição da doutrina majoritária, reger a relação paciente-médico pelo regime consumerista é ultrapassar o princípio da dignidade da pessoa humana, visto que a superioridade de conhecimento médico não pode ser utilizada para a automática consideração de hipossuficiência do paciente, ante a interação com o profissional de saúde, em momento anterior, desde a consulta primeva, até mesmo a finalização do procedimento realizado.

Vale ressaltar, ainda, que a atividade médica tem, por princípio básico, a natureza de “atividade de meio” e não de resultado, como é edificada a

responsabilidade prevista no Código de Defesa do Consumidor. Como bem expõe Jaimovitch *et al.* (2007), “A obrigação é sempre um dever jurídico originário, ao passo que a responsabilidade é um dever jurídico sucessivo, consequente à violação do primeiro. Em consequência, a responsabilidade é resultado de um dever ou da obrigação adimplida”.

Ao analisar o artigo 14, do CDC, extrai-se que, cabe, então, ao paciente lesado evidenciar o dano sofrido e o nexo de causalidade, pois a regra geral é pautada sob a égide da teoria objetiva, não se discutindo qualquer existência de culpa e observando tão somente os elementos citados.

Ocorre, contudo, que ao verificar o §4º do dispositivo citado, extrai-se, também, uma exceção à teoria adotada, quanto à responsabilidade dos profissionais liberais ali presentes, na qual garante que se deve investigar a culpa do médico nessas relações e, portanto, a aplicação da teoria da responsabilidade subjetiva nesses casos.

O mecanismo utilizado para análise desta eventual responsabilidade do médico, é o instituto do ônus da prova, o qual, sob a perspectiva consumerista, tem sua inversão em bloco em favor do paciente garantida no art. 6º, VIII do CDC, conferindo uma clara vantagem processual ao paciente, pois torna a culpa do médico presumida até que este prove o contrário. Entretanto, esse mecanismo de paridade de armas, quando pertinente, ajuda o paciente tecnicamente hipossuficiente a evitar a prova diabólica.

É de fundamental importância o direito à prova, bem como o devido processo legal, acesso à justiça e ao contraditório. Contudo, ainda que seja substancialmente relevante, o direito à prova não pode ser apontado como algo absoluto. Para Dinamarco (2009) sob a ótica processual, a finalidade possui dois aspectos, sendo um interno e um externo. O aspecto interno, corresponde à observância da prova como um instrumento de verificação dos fatos alegados. Por outro lado, sua função externa corresponde à legitimação social do exercício jurisdicional.

Nesse sentido, ao verificar a incerteza de funções existentes para legitimação da prova, necessário é a identificação da real condição para determinar se tal alegação não é um mero fato sem qualquer presunção de prova. Além disso, é indispensável verificar a pertinência e a veracidade do que foi alegado durante a fase de conhecimento do processo.

Para Marques (2011), com relação ao réu, seu ônus corresponderá demonstrar a existência de fato modificativo, extintivo ou impeditivo do autor. Não obstante, o

CPC/15 positivou expressamente, em seu art. 373, §1º, a possibilidade de o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, visando eliminar toda e qualquer impossibilidade ou dificuldade de se cumprir o encargo tradicional.

Por tais motivos, em razão de se estar diante de uma relação tão *sui generis*, é preciso que se observe a responsabilidade civil da relação paciente-médico de maneira mais aprofundada, visto que ao verificar a aplicação do regime consumerista, desta incide uma responsabilidade subjetiva que entrega ao médico uma clara desvantagem processual, decorrente da inversão automática do ônus da prova. Ocorre que, para sanar tal desvantagem, basta aplicar o regime cível da responsabilidade, podendo ser inquirido a ambas as partes a produção de prova que seja atestada ou não a culpa pelo insucesso do procedimento ou tratamento.

### **3. A RELAÇÃO PACIENTE-MÉDICO À LUZ DO DIREITO ADMINISTRATIVO**

Ao ingressar na análise da relação paciente-médico à luz do direito administrativo, mister salientar a teoria que a embasa, a motivação da sua aplicação e seus efeitos práticos, de modo a conceber uma ideia mais fundamentada e, por consequência, mais robusta do entendimento de tal regime jurídico.

#### **3.1. DA TEORIA DO ÓRGÃO**

*Ab initio*, insta sobrelevar que o Estado é um ente abstrato, o qual carece de agentes públicos para externar, atuar e manifestar a sua vontade. Existem três teorias doutrinárias que explicam a relação existente entre o Estado e seus agentes; a primeira teoria a ser comentada, é a “Teoria do Mandato”, donde se extrai o pensamento de que o agente público assume a figura de um mandatário do Estado, entretanto, tal teoria se mostrou demasiadamente ineficaz para abordar uma relação tão profunda, pela simples razão de que o Estado não é detentor de vontade, motivo pelo qual não pode o mesmo conferir um mandato para alguém. (DI PIETRO, 2012).

A segunda teoria é a “Teoria da Representação”, a qual tinha como princípio norteador a noção de que o agente seria um tipo de representante do Estado em virtude da lei, a qual desencadeou severas críticas, de imediato, pois, assim, se tratava o Estado como pessoa incapaz e o agente público como seu curador ou tutor. (DI PIETRO, 2012).



Por fim, inspirados no pensamento do jurista alemão Otto Gierke, surge então a “Teoria do Órgão”, donde finalmente se extrai que a vontade da agente público ou pessoa jurídica de direito privado deve estar em consonância com a vontade do órgão do qual faz parte e, por conseguinte, substitui-se o pensamento de que o Estado não deve ser representado, mas sim atribui sua vontade àqueles que dele faz parte (DI PIETRO, 2012).

Concebendo a relação órgão-pessoa, pode-se inferir que o órgão público é aquele ente ausente de personalidade que integra a Administração pública direta e, por conseguinte, exerce as funções por meio de seus agentes públicos integrantes, de modo que estes expressam a vontade do Estado.

Nesse sentido, o ilustre doutrinador Carvalho Filho (2015, p.15) dispõe:

Ante a fixação dessas premissas, pode-se conceituar o órgão público como o compartimento na estrutura estatal q que são cometidas funções determinadas, sendo integrado por agentes, que quando as executam, manifestam a própria vontade do Estado.

Para tanto, a Lei 9.784/99, em seu artigo 1º, §2º, inciso I, disciplina que “órgão – a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta”.

Consoante ao ordenamento jurídico pátrio, Meirelles (2005, p. 68) entende que:

Cada órgão, como centro de competência governamental ou administrativa, tem necessariamente funções, cargos e agentes, mas é distinto desses elementos, que podem ser modificados, substituídos ou retirados sem supressão da unidade orgânica. Isto explica por que a alteração de funções, ou a vacância dos cargos, ou a mudança de seus titulares, não acarreta a extinção do órgão.

Daí a necessidade de conceber que, quando extrapolada a competência do órgão pelo agente, o mesmo será responsabilizado de acordo com a as diretrizes da entidade a qual faz parte.

### 3.2. ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE NA RELAÇÃO PACIENTE-MÉDICO NO ÂMBITO PÚBLICO-ADMINISTRATIVO

Após analisar os conceitos de responsabilidade civil, seus desdobramentos em relação à aplicação do regime consumerista ou cível no âmbito privado, bem como observar as peculiaridades da teoria do órgão e o vínculo que se estabelece entre ente e agente, é oportuno salientar que a relação paciente-médico existe – e é

inegável sua real existência, ainda que no âmbito da saúde pública –, pois mesmo que não haja um contrato de prestação de serviço, a mesma ocorre e, obviamente, conservar-se-ão as mesmas partes do âmbito privado.

Ou seja, ainda que se parta do princípio de que a saúde, nesses casos, é um oferecimento do Estado, a prestação de serviço ocorre pela relação estabelecida entre o paciente e o médico, em qualquer tratamento ou procedimento realizado pelo nosocômio.

Vale ressaltar que não se busca, no presente trabalho, tratar da responsabilização dos locais de fornecimento, realização ou tratamento em que se estabelece a relação paciente-médico. Tão somente busca-se observar, interpretar e identificar qual a natureza jurídica da relação firmada entre o paciente e o profissional de saúde, os quais são verdadeiramente protagonistas do tema central, para que se identifique um melhor enquadramento da relação.

De logo, ao analisar a relação firmada entre paciente e médico no âmbito público, despreza-se, imediatamente, a relação de consumo, a qual não se vislumbra qualquer característica da natureza consumerista (apesar do paciente manter-se na condição de destinatário final do serviço prestado). Entretanto, ao aplicar-se o regime jurídico administrativo e, por consequência, a responsabilidade objetiva por ato comissivo de um agente público, imputa-se ao médico, de maneira desarrazoada, aquilo que o mesmo sequer conhece ou cometeu.

Para tanto, a responsabilidade civil deve ser interpretada como um fato originado a partir da ação humana, ou seja, a obrigação de reparar a lesão causada a outrem. Como bem explica Cáo Mário da Silva Pereira

Como sentimento humano, além de social, à mesma ordem jurídica repugna que o agente reste incólume em face do prejuízo individual. O lesado não se contenta com a punição social do ofensor. Nasce daí a ideia de reparação, com estrutura de princípios de favorecimento à vítima e de instrumentos montados para ressarcir o mal sofrido. Na responsabilidade civil está presente uma finalidade punitiva ao infrator aliada a uma necessidade que eu designo de pedagógica, a que não é estranha a ideia de garantia para a vítima, e de solidariedade que a sociedade humana deve-lhe prestar.

Contudo, como ocorre em diversas ocasiões, a evidenciação de culpa não é algo tão simples de ser extraída e constatada, pois, em muitas vezes, fazer tal exigência à vítima seria o equivalente a negar o direito de reparar.

Nesse contexto, se faz necessária a construção, seja doutrinária ou jurisprudencial, de novas maneiras de atender às necessidades de justiça que

orientam o instituto da responsabilidade civil, com o intuito de alargar e diversificar as formas de indenização, contribuindo para um judiciário mais eficaz e, por consequência, uma pacificação social, que é o pilar do processo civil atual.

Ocorre que, com a aplicação da responsabilidade objetiva, não há interesse em analisar o elemento culpa, mas tão somente busca conceder ao lesado o direito de pleitear indenização para reparar o dano por ele sofrido. Como bem refletem Cristiano Chaves e Nelson Rosenvald (2014, p. 655),

[...] o Brasil ocupa uma posição peculiar na responsabilidade civil do Estado. Já faz parte da nossa tradição constitucional termos uma norma que imponha ao Estado indenizar, independente de culpa, os danos que seus agentes causem.

Quando o Estado tomou a si a referida responsabilidade objetiva, utilizou-se da “Teoria do Risco” para sua fundamentação, na qual não se perquire a culpa, mas tão somente o nexo de causalidade entre o serviço público prestado e o dano sofrido pelo indivíduo, devendo simplesmente verificar a ocorrência dos elementos: i) o ato ilícito praticado pelo agente público; ii) o dano ao administrado; e iii) o nexo de causalidade entre a conduta e o dano.

Nesse sentido, não configurados os requisitos, deve-se afastar a responsabilidade do Estado. Agora, trazendo para o contexto do presente trabalho, em caso de suposta conduta médica praticada pela rede de saúde estatal, não se afere a culpa do profissional de saúde, mas perquire, sem análise da conduta negligente, imprudente ou imperita, o dano.

A Responsabilidade Civil do Estado, nesse sentido, integra a obrigação do mesmo indenizar os prejuízos causados aos sujeitos que sofreram danos em decorrência de conduta ilícita ou lícita, omissiva ou comissiva, que foram praticadas pelos seus agentes. (DI PIETRO, 2006, p. 618).

Nesse contexto, o Estado, enquanto pessoa jurídica de direito público, somente atua por meio de seus agentes, os quais exprimem sua vontade. Ou seja, recai sobre o Estado o dever de indenizar os danos causados aos particulares por condutas praticadas por seus agentes, no exercício de suas funções.

Em se tratando da medicina, em razão da natureza própria da profissão, seja pela imprevisibilidade e variabilidade presentes na atividade exercida, a responsabilidade do médico seria, em regra, inseparável do conceito de culpa. Nesse passo, para que o profissional médico seja responsabilizado pelo resultado do

procedimento ou tratamento, dever-se-ia provar, de maneira categórica, que o mesmo agiu com dolo (demonstração de vontade de causar o resultado) ou com culpa (imprudência, negligência ou imperícia).

Essa explanação serve para entender que, ao analisar de maneira técnica, sequer poderia figurar no polo passivo de eventual demanda judicial o profissional médico que atua no órgão público. Isto porque, conforme dispõe o artigo 37, §6º, da Constituição Federal de 1988, somente estarão legitimados os médicos, ou profissionais de saúde que realizem atividades laborais em nome do nosocômio público, a figurarem no polo passivo de eventual ação regressiva. Veja-se:

Art. 37. *Omissis*:

[...]§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, *assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa*. (grifou-se).

Assim, a conduta do Estado se externa através dos seus agentes, os quais agem como representantes públicos e, ao realizar suas atividades inerentes ao órgão que vier a causar danos a terceiros, restará configurada a responsabilidade civil do Estado, gerando o dever de indenizar do mesmo (PEREIRA, 2004).

Como bem explana Alexandre Mazza (2014), “o princípio da impessoalidade estabelece o dever de imparcialidade na defesa do interesse público, impedindo discriminações e privilégios indevidamente dispensados a particulares no exercício da função administrativa. Além do mais, possui outro aspecto importante, a atuação dos agentes públicos é imputada ao Estado, portanto, as realizações não devem ser atribuídas à pessoa física do agente público, mas à pessoa jurídica estatal a que estiver ligado”.

Por tal razão, aqui deve ser aplicado o princípio da impessoalidade, visto que ali não é o profissional agindo, mas, sim, o próprio Estado. Entretanto, tal entendimento é muito pouco acolhido pela jurisprudência, que ainda assim entende pela possibilidade de ajuizamento das ações em face do médico.

Nesse desiderato, ao observar julgados acerca do tema em lume, vislumbra-se uma espécie de “gambiarra” jurídica, não somente por ausência de qualidade nos julgamentos, mas por mera ineficiência do regime aplicado na relação paciente-médico, a qual, repise-se à exaustão, devido ao seu caráter tão *sui generis*, merece ser disciplinada à luz de um diploma legal próprio.

Em acórdão proferido pela Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, no julgamento do recurso de apelação interposto no processo de n.º. 0322928-05.2016.8.19.0001<sup>3</sup>, observa-se uma completa confusão entre o regime a ser aplicado, sendo totalmente contraditória a ementa. Observe o julgado:

**Direito Administrativo. Responsabilidade civil do Estado.** Tratando-se de erro médico, ocorrido em hospital municipal, **consistente em atendimento negligente**, que resultou em perda parcial de dois dedos de uma das mãos do autor, a natureza da **responsabilidade é objetiva** (art. 37, § 6º, CF), e não subjetiva, pois não houve ato omissivo, **e sim comissivo**. Prova pericial que, determinante para a apuração do ilícito, corrobora a falha no serviço prestado. Valor compensatório que merece majoração para R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Recurso do autor parcialmente provido. Recurso do réu desprovido. (grifou-se).

Ao analisar a ementa do referido julgado, observa-se, de logo, o enquadramento no regime administrativo, ante a responsabilidade civil do estado. Entretanto, ao prosseguir com a análise, afere-se a conduta negligente e, logo após, aduz que a responsabilidade aplicada ao caso é objetiva, em decorrência de um ato comissivo.

Ora, ao apreciar a conduta negligente, já supera toda a característica da responsabilidade objetiva, a qual em nenhum momento de fundamentação deve pautar-se na análise de culpa – requisito esse totalmente desprezado na teoria do risco administrativo, a qual fora aplicada ao caso em comento.

Nesse passo, se existe a análise e a constatação da negligência, aferiu-se a culpa do profissional de saúde, não sendo coerente a fundamentação do ilustre Desembargador que, ainda que buscasse a aferir a culpa, estaria restrito à análise da culpa do Estado, visto que o médico somente seria legítimo a figurar o polo passivo de eventual demanda regressiva.

No caso em comento, a teoria que se extrai da decisão é a mescla entre a responsabilização do ente – a qual deve ser aplicada a responsabilidade objetiva – e da responsabilidade subjetiva do profissional pela suposta negligência que resultou no dano, ou seja, houve uma verdadeira confusão de regimes e interpretações da responsabilidade, exatamente em razão da ausência de padronização dos entendimentos e da lacuna jurídica atinente à relação ali estabelecida.

Inclusive, a presença do médico no polo passivo da demanda judicial em comento transpassa a ideia de que a responsabilidade ali presente, no que tange o

<sup>3</sup> Acórdão disponível em: <http://www4.tjrj.jus.br/ejud/ConsultaProcesso.aspx?N=2018.001.65984>. Acesso em 12/05/2022.

dever de indenizar, é de caráter solidário. Ou seja, responderia o médico, pela análise da culpa, bem como o Estado pelos danos causados pelo seu agente, ante a formação de um litisconsórcio passivo.

De acordo com o Código Civil Brasileiro, a responsabilidade solidária se fará presente quando houver pluralidade de agentes, tanto no polo passivo, quanto no polo ativo da demanda judicial, e ambos serão obrigados a quitação da eventual indenização ou prestação de serviço, como se fossem uma unidade de credor ou devedor da obrigação. Entretanto, essa responsabilidade solidária não se presume, ela deve ocorrer em virtude de lei ou pactuação entre as partes.

Ora, estabelecer um *quantum* indenizatório para o médico e outro para o Estado, estaria violando absurdamente o ordenamento jurídico. O médico – na condição de agente público – jamais deverá indenizar o paciente por dano decorrente de sua conduta. Ao Estado é a quem se incumbe o dever de indenizar e, após custear integralmente a indenização que for determinada por sentença judicial transitada em julgado, buscará reaver o *quantum* pago em ação regressiva face ao médico. Ou seja, o dever de “indenizar” do médico – enquanto prestador de serviço de saúde pública – é relativo ao Estado, que arcará com a integralidade da eventual condenação.

Ainda, a doutrina salienta que não se pode exigir uma atuação específica do Estado, pois o mesmo, possui a obrigação genérica de agir e, por consequência, caso o serviço prestado não funcione corretamente, ou seja, realizado de maneira tardia, incorrerá em omissão genérica, donde a Administração subjetivamente responderá pela ocorrência de culpa anônima. Entretanto, quando o ente estatal tem o dever particular de agir e, em decorrência de sua omissão, corrobora para a ocorrência do dano, mas que deveria agir para que não ocorresse, presente se fará a responsabilidade objetiva do Estado.

Para tanto, nos julgados pela Suprema Corte, encontra-se diversos precedentes que corroboram com essa argumentação:

Como se sabe, a teoria do risco administrativo, consagrada em sucessivos documentos constitucionais brasileiros, desde a Carta Política de 1946, revela-se fundamento de ordem doutrinária subjacente à norma de direito positivo que instituiu, em nosso ordenamento jurídico, a responsabilidade civil objetiva do Poder Público, pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, *por ação ou omissão* (CF, 37, §6º). Essa concepção teórica – que informa o princípio constitucional da responsabilidade civil objetiva do Poder Público, tanto no que se refere à *ação quanto no que concerne à omissão do agente público* – faz emergir, da mera ocorrência de lesão causada à vítima pelo Estado, o dever de indenizá-la..., não importando que se trate de *comportamento positivo (ação) ou que se cuide de conduta*

*negativa (omissão) daqueles investidos da representação do Estado. (AI 299125/SP, Relator Ministro Celso de Mello).*

Novamente observa-se que, consoante à jurisprudência dos tribunais pátrios, bem como em relação à doutrina majoritária, a responsabilização, quer seja por atos comissivos ou omissivos do agente público, deve recair, em primeira análise, ao Estado. Daí, portanto, nota-se que o médico, ainda que investido pelo poder estatal, ao praticar um dano em razão de sua conduta, seja ela comissiva ou omissiva, somente poderá figurar como polo passivo em ação de regresso movida pelo Estado, onde, daí então, se analisará a conduta e a eventual culpa do profissional para sua devida responsabilização.

Ao tomarmos como base jurisprudência citada em tópicos supra, é cristalina a incongruência da adoção da teoria da responsabilidade objetiva ao fundamentar o julgamento do profissional de saúde, quer seja pela sua notória inaplicabilidade à relação em análise, quer seja pela ilegitimidade do profissional de saúde que figura no polo passivo daquela demanda judicial.

A demanda ali ajuizada, em síntese, deveria julgar a responsabilidade do Estado, o qual responde objetivamente pelos atos de seus agentes. E, a partir disso, caso fosse devidamente constatado um erro médico, ingressar judicialmente em demanda regressiva face ao profissional de saúde, para perquirir a culpa e seus elementos, quais sejam, a conduta, o nexo de causalidade e o dano.

Em julgamento de outra demanda judicial, tal entendimento se torna mais cristalino. Veja-se:

**APELAÇÃO CÍVEL - ADMINISTRATIVO - RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO - DENUNCIAÇÃO DA LIDE - IMPOSSIBILIDADE - GAZE DEIXADA NA CAVIDADE ABDOMINAL DA PACIENTE - INFECÇÃO GRAVE - ÓBITO - DANO MATERIAL E MORAL CONFIGURADOS - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA.**

1. A denúncia da lide em demandas contra o Estado, com base em sua responsabilidade objetiva, é facultativa, conforme jurisprudência do STJ. 2. **A denúncia da lide após instrução completa do processo e quando já proferida a sentença viola o princípio da celeridade processual.** 3. **A responsabilidade do Estado pelos danos causados por seus agentes, no desempenho da função é objetiva (CF 37 §6º).** 4. Causa dano material e moral o óbito da genitora e filha dos autores, ocorrido em razão de erro médico consistente no esquecimento de compressas cirúrgicas na cavidade abdominal da de cujus. 5. O valor da indenização tem como função não apenas a compensação pelo sofrimento suportado pela pessoa, mas também a punição do causador do dano, evitando-se novas condutas lesivas. 6. A pensão por morte de genitor é devida até que completem 25 (vinte e cinco) anos de idade. (Jurisprudência do STJ). 7. Conhecido o Agravo Retido mas improvido. Negou-se provimento ao apelo do réu, Distrito Federal e à remessa oficial. (Acórdão 912926, 20110110540677APO, Relator: SÉRGIO ROCHA,

Revisor: JAMES EDUARDO OLIVEIRA, 4ª TURMA CÍVEL, data de julgamento: 16/12/2015, publicado no DJE: 21/1/2016. Pág.: Sem Página Cadastrada.)<sup>4</sup>

Após ser acionado judicialmente, em razão de um óbito decorrente de erro médico, o qual foi condenado pela cristalina responsabilidade objetiva ali presente, tentou o Estado denunciar à lide o profissional, com o intuito de inseri-lo no polo passivo da demanda.

Em fundamentação da r. decisão do recurso interposto pelo Estado, o Relator do processo entendeu que a denunciação da lide em fase de conhecimento geraria grande ofensa à celeridade processual, visto que seria necessário o retorno dos autos à primeira instância para análise da culpa dos médicos.

Ora, ao admitir a inserção dos médicos no polo passivo da demanda, geraria a necessidade de discussão acerca da responsabilidade subjetiva dos agentes, sendo essa uma análise muito mais profunda e fundamentalmente probatória dos fatos ocorridos, desvencilhando totalmente da celeridade processual. Contudo, caso fosse pautar-se nesse sentido, em razão do princípio aventado, seria muito mais simples aferir ali a responsabilidade objetiva do Estado e, em momento posterior, estaria resguardado o mesmo o direito de regresso, consoante o próprio artigo 37, §6º, da Constituição Federal de 1988. Como o fez.

Este ponto é fundamental, pois, não faz sentido responsabilizar o Estado de forma objetiva e depois ficar comprovado, em eventual regressiva, que não houve culpa médica. O estado estaria arcando com um ônus injusto e incoerente, e coerência é algo básico na experiência jurídica.

Ademais, é necessário que ainda na ação de origem seja efetivamente analisada a conduta médica (fugindo do equivocado e superficial enquadramento de responsabilidade objetiva), pois, em eventual caso de culpa médica comprovada no ato terapêutico ou diagnóstico, estaria garantido o direito do estado em ser ressarcido, pelo médico que age de forma culposa, dos valores pagos na indenização ao paciente, preservando assim a supremacia do interesse público – princípio reitor do regime jurídico administrativo.

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj>. Acessado em 18/05/2022.



Importante salientar que o Supremo Tribunal Federal, em julgamento do RE 327.904/SP<sup>5</sup>, reconheceu que o dispositivo constitucional consigna natureza de garantia dúplice. Em primeiro momento, favorecendo o terceiro que sofreu o dano, pois autoriza que o mesmo ajuíze eventual demanda judicial em face da pessoa de direito público ou privado prestadora de serviço público, de modo a perseguir a possibilidade de receber indenização pelo dano sofrido. Em segundo momento, garante ao servidor a prerrogativa de somente poder ser acionado de maneira regressiva pela pessoa jurídica a quem presta serviço.

Nesse contexto, o r. *decisum* segue exatamente como deve ser realizada a análise de eventual erro médico, onde, em primeiro momento se busca responsabilizar o Estado pelo dano causado a partir da conduta praticada pelo seu agente, quer seja por ato comissivo ou omissivo e, em segundo momento, analisar-se-á a conduta do médico que, caso se constate a culpa, poderá ser deduzida em ação autônoma.

A presente análise jurisprudencial e doutrinária não visa excluir a responsabilização do profissional da medicina em eventuais danos que o mesmo vier a praticar em razão da sua conduta, mas tão somente evidenciar que o regime jurídico adotado, quer seja na esfera cível, quer seja na esfera administrativa, não contempla os desdobramentos da relação paciente-médico, por seu caráter extremamente *sui generis*.

Como demonstrado, mesmo no regime administrativo, donde já se tem pacificada a responsabilização “objetiva” do Estado, pode se encontrar diversas decisões naturalmente contraditórias que impossibilitam uma aplicação assertiva da responsabilidade do médico, incorrendo em diversos julgamentos prematuros e, visivelmente, em sentido contrário ao que dispõe o diploma constitucional e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

#### **4. DA ANÁLISE EM PARALELO: A NECESSIDADE DE UM DIPLOMA LEGAL QUE DIRECIONE A RELAÇÃO PACIENTE-MÉDICO**

Como aduzido em tópicos supra, é completamente incoerente a aplicação do regime consumerista na relação paciente-médico no âmbito privado, visto que o CEM - Código de Ética Médica – aquele que determina as diretrizes da profissão e expõe, de maneira principiológica, a incompatibilidade da medicina com a atividade mercantil

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=260882>. Acessado em 18/05/2022.

ou consumerista – prevê expressamente que a relação não é, em definitivo, uma relação de consumo.

Com relação ao âmbito público dessa relação, é inequívoca a verdadeira confusão jurisprudencial que se extrai do tema, visto que, ao se julgar as demandas judiciais, a qualidade das decisões é completamente prejudicada em razão da carência de diretrizes para aplicação nos casos concretos. Com isso, são prolatadas sentenças e acórdãos em completo descompasso com o próprio dispositivo constitucional (art. 37, §6º, CF/88), bem como com a análise equivocada da responsabilidade civil do Estado, quer seja por atos comissivos ou omissivos.

No primeiro momento, ao analisar a relação no âmbito administrativo, tal incorreção se dá pela possibilidade de permitir que o médico figure – na condição de agente público – no polo passivo da demanda judicial, o que viola expressamente o dispositivo constitucional elencado, donde se determina que, nesses casos, somente poderia o médico ser acionado em eventual ação de regresso pelo Estado.

Em segundo momento, as decisões ignoram que, ao estabelecer a responsabilidade do Estado com caráter objetivo, não há que se analisar a culpa dos médicos na demanda judicial ali instaurada. Inicialmente deve-se indenizar o paciente lesado, caso haja ligação entre o nexos de causalidade e o dano para, daí então, em ação individual e autônoma, investigar se o médico agiu de maneira negligente, imprudente ou imperita na situação. Ou seja, na maioria das decisões do judiciário pátrio, ao passo que se reconhece a responsabilidade objetiva do Estado, se perquire a culpa do agente público que supostamente praticou conduta lesiva, o que não faz qualquer sentido, como já referido, quando se interpreta de maneira técnica os julgados.

Fato é que, no âmbito cível, inequívoca é a natureza contratual da relação paciente médico, muito embora ser um entendimento recente. Essa análise, sob o ponto de vista contratual, viabilizou que o tema fosse tratado efetivamente de maneira jurídica. Contudo, ainda se faz necessária a compreensão de que o profissional da medicina deva ser enquadrado como um fornecedor de serviços como qualquer outro. (PEREIRA, 2004).

Neste prisma, a formalidade contratual promove um alicerce jurídico, donde se extrai os direitos, deveres e obrigações ali pactuados. Ainda, em razão de tratar-se de uma relação tão *sui generis*, o contrato de prestação de serviços médicos pode conter uma riqueza estrutural magnífica, determinando a distinção entre as partes e, por

consequente, o que cabe a cada uma delas como obrigação contratual. Ou seja, a modalidade estabelecida no contrato “paciente-médico”, pois ambos sempre estarão presentes nos polos contratuais, é o pilar dentre todos os contratos que se farão presentes nos serviços de saúde.

Ao realizar a análise dessa relação privada, em primeira percepção, se faz necessário observar as peculiaridades basilares da relação contratual ali estabelecida que, de forma alguma, se subsume ao regime consumerista, visto que o mesmo é ineficaz para reger materialmente tal relação repleta de singularidades. Nesse sentido, ao debruçar-se sobre a natureza jurídica de uma relação, deve-se rememorar que:

A ossatura da relação jurídica não muda pelo fato de ser focalizada do ângulo normativista (...) a relação é transposta do plano fático para o plano jurídico pela significação que o direito lhe incorpora. Tal significação não pode ser tomada como um de seus elementos, sob pena de confundir a estrutura com a função. (GOMES, 2010, p. 77).

Ou seja, na relação paciente-médico que ocorre no âmbito privado, caso se aplique a regime consumerista, pode o magistrado confundir de maneira cabal a estrutura da relação ali firmada. Passa-se a modular o pensamento de que a vida, a saúde e mesmo a dignidade do paciente, é objeto de consumo, o que, definitivamente, é estranho aos olhos técnico-jurídicos de um direito social e humanizado integrante do texto constitucional brasileiro.

Já sob a perspectiva do âmbito público, em se tratando de um serviço prestado por um agente que, na condição de instrumento da vontade do Estado, realizará o exercício da atividade médica, é muito difícil se extrair dali uma relação contratual, muito embora presentes as mesmas partes, direitos e deveres entre os componentes da relação. Inclusive, sob o ponto de vista técnico, se mantém a responsabilidade subjetiva do médico, ainda que atuando em órgão público, pois, como visto anteriormente, somente se perquire a culpa em ação regressiva do Estado em face ao agente que atuou em nome do mesmo.

Então, ao passo que se imerge nesse ramo do direito, ainda que embrionário, mas claramente presente com o advento da judicialização da saúde, verifica-se a necessidade de um diploma legal que reja as peculiaridades da relação paciente-médico em todas as suas esferas, seja cível, ou público-administrativa.

Em se tratando de um direito fundamental como a saúde, incorrer em erro no enquadramento jurídico-formal gerará consequências materiais irreparáveis, como explana Flávia Piovesan:

Na hermenêutica emancipatória dos direitos há que imperar uma lógica material e não formal, orientada por valores, a celebrar o valor fundante da prevalência da dignidade humana (...) a preponderância material de um bem jurídico, como é o caso de um direito fundamental, deve condicionar a forma no plano jurídico-normativo, e não ser condicionado por ela. (PIOSEVAN, 2013, p.134).

Tal legislação deve-se ater majoritariamente aos princípios básicos da profissão – inseridos no CEM – bem como o enquadramento da responsabilidade civil subjetiva, ausente da perspectiva consumerista, mas sim sob a ótica cível, visto que o regime de relação de consumo se mostra insuficiente para abarcar uma relação tão singular.

Ante a incompatibilidade com os regimes jurídicos existentes, quer seja no âmbito privado ou público, se instaura a extrema necessidade de se regulamentar tal relação repleta de peculiaridades e, portanto, o diploma legal norteador deve abranger ambas as esferas, determinando diretrizes, deveres, direitos e obrigações para cada uma delas, de modo a abarcar, de maneira mais robusta, as possibilidades que possam decorrer a partir da celebração da relação paciente-médico.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como demonstrado, o presente trabalho não defende a impunidade do profissional médico, ou que o médico tenha sua responsabilidade reduzida. Pelo contrário, o que aqui se busca é evidenciar que o atual enquadramento da relação paciente-médico, seja no âmbito privado, ou público-administrativo, carece de uma análise mais aprofundada, que siga efetivamente o ordenamento jurídico e busque defender o direito dos pacientes de maneira mais robusta.

Com relação ao âmbito privado, quando analisada sob a perspectiva consumerista, a qual não contempla em completude uma relação tão *sui generis*, bem como onera o médico de maneira desproporcional no curso processual, além de não definir os direitos, deveres e obrigações dessa relação evidentemente contratual. Buscou-se aqui fomentar um debate doutrinário e uma revisão jurisprudencial acerca de tal tema, de modo que, atuando sempre em benefício do paciente, evidentemente, a relação paciente-médico seja observada e entendida face ao ordenamento jurídico

brasileiro em suas diretrizes constitucionais, de modo que se afaste definitivamente do regime consumerista e a enquadre num microssistema jurídico mais específico.

Cumprir salientar que a defesa da inaplicabilidade do regime consumerista na relação paciente-médico já foi mencionada, não com a devida profundidade que o tema carece, pelo ilustre doutrinador Miguel Kfoury Neto, quando o mesmo traz em sua obra, no que tange à responsabilidade civil do profissional da medicina: “*De lege data*, por conseguinte, os médicos, enquanto *profissionais liberais*, não se sujeitam às normas do Código de Defesa do Consumidor, em relação aos *atos terapêuticos*” (grifou-se) (KFOURI NETO, 2013, pg. 236).

Nesse sentido, a relação paciente-médico deve ser automaticamente enquadrada, de modo geral, à luz do Código Civil de 2002, enquanto não for concebido, pela via legislativa, um microssistema jurídico que discipline tal relação, trazendo os princípios norteadores da profissão presentes no CEM – Código de Ética Médica, para determinar o que deve ser a conduta correta do profissional, de modo a evidenciar os direitos, deveres e obrigações de cada uma das partes da relação que fora ali firmada contratualmente. E, caso haja violação da conduta ética-profissional do médico, que o mesmo sofra as sanções administrativas do respectivo Conselho Regional de Medicina, bem como responda civilmente pelos seus atos.

Já no que concerne à análise do regime público-administrativo, imperioso destacar que ainda que seja composta pelas mesmas partes da relação paciente-médico da esfera privada, deve ser observada a responsabilidade objetiva do Estado, de modo que não seja possível a inclusão do médico – na condição de agente público -, em primeiro momento, no polo passivo da demanda, em cumprimento ao que dispõe o dispositivo constitucional exposto alhures.

Caso evidenciada a culpa do médico – no exercício das atribuições que lhes foram conferidas pelo Estado – que seja perquirida em demanda regressiva, sendo sua responsabilidade subsidiária. Nesse ínterim, busca-se com o presente artigo uma maior clareza nas decisões, consoante ao dispositivo constitucional, bem como decisões prolatadas de maneira mais técnica, que possam conceber a diferenciação entre Estado, agente público e o profissional médico da esfera privada.

Tudo isso pode ser tranquilamente solucionado, de maneira definitiva, com a tipificação dos contratos de tratamento (NILO, 2020) no ordenamento jurídico pátrio, ou tão somente posituação do CEM – Código de Ética Médica como Lei Ordinária Federal, o que afastaria, em definitivo, a aplicação do regime consumerista das

relações paciente-médico na esfera privada, visto que, pelo princípio da especialidade, a norma específica afastaria a norma geral (neste caso, o CDC – Código de Defesa do Consumidor). Afinal, o Código de Ética Médica é, indiscutivelmente, um diploma que protege de maneira muito robusta o paciente e restringe a atuação do médico.

Portanto, ao passo que se analisa as lacunas normativas advindas de anos de omissão legislativa, observa-se uma verdadeira ineficácia dos regimes jurídicos adotados na relação paciente-médico, pois aplica-se de maneira forçada o regime consumerista no âmbito privado, o qual não dispõe de dispositivos específicos e que incidam de maneira efetiva na relação, bem como a mesma carência normativa compromete os julgamentos das demandas judiciais que insistem em desprezar o dispositivo constitucional, responsabilizando o médico de maneira quase que solidária nas demandas, donde os mesmos jamais poderiam figurar no polo passivo, como prevê a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 10 mai. 2022.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 27. ed. São Paulo: Atlas, v. Único, 2014.

CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de responsabilidade civil**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Código de Ética Médica (**Resolução n ° 2.217, de 30 de abril de 2019, do Conselho Federal de Medicina**) Disponível em: [http://www.portalmedico.org.br/novocodigo/integra\\_13.asp](http://www.portalmedico.org.br/novocodigo/integra_13.asp). Acesso em 11 de abril de 2022.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 19. ed. São Paulo: Atlas, v. Único, 2006.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 25. ed. São Paulo: Atlas, v. Único, 2012.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Nova era do processo civil**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**, 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

FILHO, Sérgio Cavalieri. **A Responsabilidade Civil Objetiva e Subjetiva do Estado**. 2011. Disponível em: [https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj\\_online/edicoes/revista55/Revista55\\_10.pdf](https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista55/Revista55_10.pdf). Acesso em 18 de abril de 2022.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil: responsabilidade civil**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

GOMES, Orlando. **Introdução ao Direito Civil**. 20. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**, vol. 6, Direito de Família. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

JAIMOVICH, Carlos Alberto & Cols. **Consentimento informado e cirurgia plástica**. **Ver. Soc. Bras. Cir. Plást.** v. 22, n. 3, p. 188-193, 2007.

MARQUES, Cláudia Lima. **Contratos do Código de Defesa do Consumidor**. 6 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MAZZA, Alexandre. **Manual de direito administrativo**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 30. ed. São Paulo: Malheiros, v. Único, 2005.

NILO, Alessandro Timbó; AGUIAR, Mônica. Responsabilidade civil dos Médicos e contratos de tratamento. **Revista dos Tribunais**. vol. 997. ano 107. p. 105-134. São Paulo: RT, novembro 2018.

NILO, Alessandro Timbó. **Direito Médico, o Contrato de Tratamento no Direito brasileiro**. Curitiba: Juruá, 2020.

PEREIRA, André Gonçalo Dias. **O Consentimento Informado na Relação Médico-Paciente**. Coimbra: Coimbra Editora, 2004.

PEREIRA, Caio Mario Da Silva, **Responsabilidade Civil**, Editora Forense, 2ª Edição, Rio de Janeiro, 1990, p.15

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Recurso Extraordinário 327.904/SP**. Relator: BRITTO, Carlos. Publicado no DJ de 08/09/2006 p 75-78. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=260882>. Acesso em 18 mai. 2022.

VIANNA, L. W. et al. **A judicialização da política e das relações sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

## **ENGENHARIA SUSTENTÁVEL: a importância do esgotamento sanitário no combate ao COVID-19, no município de Serrinha (BA)**

Maria Juliana Barbosa Aragão Borges

### **RESUMO**

O presente artigo pretende discutir a relação entre a proliferação do COVID – 19 com o esgotamento sanitário no município de Serrinha (BA). Foram levantados dados sobre o sistema de coleta e tratamento sanitário dessa cidade, juntamente com as ocorrências e as evidências do crescimento da circulação do vírus na região. Em complemento, foram realizadas pesquisas teóricas em artigos, normas técnicas e no Plano Setorial de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário. Como evidências da circulação do vírus, foram pesquisados os boletins epidemiológicos publicado pela Assessoria de Comunicação de Serrinha e pela Central Integrada de Comando e Controle de Saúde do Estado da Bahia (SESAB). Apesar do período de isolamento vigente em 2021, a condição de morador do município de um dos autores, viabilizou as visitas técnicas ao bairro do Novo Horizonte e ao Conjunto Habitacional Recanto das Flores, e as entrevistas com os moradores. Da mesma forma, obteve-se o acesso aos responsáveis pelos setores Meio Ambiente e Vigilância Epidemiológica da Prefeitura. Ao final, foi possível ressaltar a importância da coleta e do tratamento de esgoto para a saúde e qualidade de vida da população. Ao final, defende-se que a eficiência do esgotamento sanitário, juntamente com os procedimentos de higiene pessoal, contribuem para a redução na ocorrência de endemias, inclusive da COVID-19.

**Palavras-chave:** Esgotamento Sanitário. Serrinha (BA). COVID – 19.

### **1 INTRODUÇÃO**

O saneamento básico, um dos direitos garantidos pela Constituição Brasileira é “o conjunto de medidas que visa preservar ou modificar as condições do meio ambiente com a finalidade de prevenir doenças e promover a saúde, melhorar a qualidade de vida da população [...]”. (TRATA BRASIL) Sob o aspecto da infraestrutura, o saneamento básico, conforme o Art. 3º da Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007, é definido como:

I - conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais de: a) abastecimento de água potável; b) esgotamento sanitário; c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas; (BRASIL, 2020)

O esgotamento sanitário, conforme o Art. 3º, é constituído:

b) pelas atividades e pela disponibilização e manutenção de infraestruturas e instalações operacionais necessárias à coleta, ao transporte, ao tratamento e à disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações



prediais até sua destinação final para produção de água de reuso ou seu lançamento de forma adequada no meio ambiente; (BRASIL, 2020)

É preciso pensar o debate sobre o tema Coronavírus. Trata-se de uma família de vírus que causa infecções respiratórias [...] e sua forma de transmissão, costuma ocorrer por contato pessoal com secreções contaminadas, como: gotículas de saliva; espirro; tosse; catarro; contato pessoal próximo, como toque ou aperto de mão; contato com objetos ou superfícies contaminadas, seguido de contato com a boca, nariz ou olhos”. Considerando-se a condição específica de transmissão desse vírus, os municípios com déficit de atendimento de esgotamento sanitário estariam mais vulneráveis quanto à contaminação e proliferação?

No grupo de cidades com déficit de saneamento inclui-se o município de Serrinha, registrado no “ranking” da Universalização do Saneamento com um índice de 13,31% de atendimento à população total com rede de esgotos, e de 13,10% de esgoto tratado (ABES, 2021). Distante de cerca de 184,6 km da capital baiana, esse município está às margens das rodovias BR 116 e BA 409/411, com uma população estimada em 81.693 pessoas. (IBGE, 2021)

O objetivo deste trabalho é investigar uma possível relação entre o déficit de atendimento de rede de esgoto no município de Serrinha (BA) e a contaminação dos moradores pelo vírus COVID-19. O estudo será restrito aos moradores do bairro Novo Horizonte e do Conjunto Habitacional Recanto das Flores, sendo esse localizado no bairro Cruzeiro.

Inicialmente, foram pesquisados boletins epidemiológicos publicados pela Prefeitura Municipal de Serrinha, juntamente com dados da Central Integrada de Comando e Controle de Saúde do Estado da Bahia (SESAB). Em seguida, foram realizadas visitas técnicas ao bairro de Novo Horizonte e ao Conjunto Habitacional Recanto das Flores, visitas essas viabilizadas pelo fato de um dos autores do artigo ser morador da cidade.

Em complemento, foram feitas entrevistas com os moradores, com a Vigilância Epidemiológica do Município e com o Secretário de Meio Ambiente, Diego Thomaz Nascimento. Além dessas fontes, foram consultados artigos, normas, teses e reportagens sobre o tema, juntamente como o Plano Setorial de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, fornecido pelo Secretário de Meio Ambiente do município.

## 2 ESGOTAMENTO SANITÁRIO: SAÚDE E OCORRÊNCIA DE ENDEMIAS

Em termos gerais, é interessante entender o que é saneamento básico, sua importância e quais as consequências da precariedade dos serviços do ponto de vista social. Nesse sentido, os impactos causados à sociedade, principalmente nas questões relacionadas à saúde pública, devem ser pesquisados considerando-se as atuais condições do esgotamento sanitário no país.

### 2.1 NOVO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO (Lei n.º 11.445/2007)

Saneamento é “o conjunto de medidas que visa preservar ou modificar as condições do meio ambiente com a finalidade de prevenir doenças e promover a saúde, melhorar a qualidade de vida da população e à produtividade do indivíduo e facilitar a atividade econômica.” (TRATA BRASIL)

Apesar dessa garantia oferecida por lei, segundo foi divulgado no Painel de Saneamento Brasil, do Instituto Trata Brasil, no ano de 2019, em nível nacional, quase metade da população não possuía coleta de esgoto. Em relação ao nível regional, no Nordeste, cerca de 27,6% da população não tem acesso à água, e 72,4% à coleta de esgoto.

A Lei Federal n.º 11.445/2007 7 estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico, tendo como um dos princípios fundamentais a universalização do acesso e efetiva prestação do serviço. Em seguida, a Lei Federal nº 14.026/2020, atualizou o Marco Legal do Saneamento Básico e alterou a Lei nº 9.984/2000, que originava a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que com as alterações, passa a ter competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento. (BRASIL, 2020). Conforme o Art. 11º - B para fins do disposto nesta lei:

Os contratos de prestação dos serviços públicos de saneamento básico deverão definir metas de universalização que garantam o atendimento de 99% (noventa e nove por cento) da população com água potável e de 90% (noventa por cento) da população com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033 [...]. (BRASIL, 2020)

De acordo com o publicado pelo Governo da Bahia<sup>1</sup>, em 2021, o Estado elaborou e aprovou os primeiros Planos Regionais de Saneamento Básico do país, sob o suporte do novo Marco Legal de Saneamento Básico, que passou a tratar os serviços do setor de forma regionalizada. Segundo a publicação, esses planos [...] “trazem um panorama geral da situação atual dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas regiões estudadas [...] tendo como objetivo promover avanços na cobertura e oferta dos serviços para a população.”

## 2.2 ESGOTAMENTO SANITÁRIO E A OCORRÊNCIA DE ENDEMIAS

A importância dos serviços de água tratada e de esgoto na saúde das pessoas e no seu bem-estar é uma questão muito pesquisada. Os serviços de saneamento básico são essenciais à vida, com fortes impactos sobre a saúde da população e o meio ambiente. Dito isso, é possível considerar que a ineficiência ou ausência de serviços de saneamento básico, como o abastecimento de água potável, coleta e tratamento de esgoto, gera um ambiente propício ao desenvolvimento de doenças graves e consequentemente sobrecarregando o sistema de saúde.

Segundo o estudo devido à falta de acesso à água tratada e ao esgotamento sanitário resultaram em 2.734 óbitos no país, uma média de 7,4 mortes por dia de pessoas. Somente no Nordeste, os óbitos ultrapassam mil casos. A mortalidade infantil atingiu uma marca de 124 mortes de crianças de 0 a 4 anos no país, destacando-se novamente o Nordeste, com 54 registros (TRATA BRASIL, 2021).

De acordo com a Biblioteca Virtual em Saúde (BRASIL, 2021) a COVID-19 é uma doença respiratória nova, provocada por um tipo de coronavírus que ainda não havia sido identificado em seres humanos. A propagação pode ocorrer de pessoa para pessoa, por meio de gotículas do nariz ou da boca que se espalham quando alguém doente tosse ou espirra. Também é possível se contaminar ao respirar gotículas provenientes da tosse ou espirro de uma pessoa doente.

Da Luz et al. (2021) realizaram uma análise a partir da dependência espacial e confirmaram uma possível correlação direta entre os percentuais de saneamento básico e a incidência da COVID-19, o que ressalta a importância de estudos relacionando os assuntos.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www.bahia.ba.gov.br/2021/09/noticias/infraestrutura/bahia-elabora-e-aprova-os-primeiros-planos-regionais-de-saneamento-basico-do-pais/>

Em relação aos percentuais dos serviços de água e esgotamento sanitário correlacionados com os casos da COVID-19, esses autores observaram que fatores como a densidade demográfica e os níveis de renda e educação possuem relação com a incidência de casos da COVID-19 por estarem associados ao baixo atendimento e qualidade dos serviços de água e esgoto. Consideraram, ainda, que os altos índices de pobreza, os baixos índices de desenvolvimento humano, as baixas taxas de acesso à educação associados a uma maior fragilidade dos serviços de saúde seriam fatores que tornariam a população mais vulnerável ao contágio de doenças de veiculação hídrica. (DA LUZ, 2021, p. 92)

Outros estudos relacionados ao Covid-19 e sua presença no esgoto foram realizados por pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)<sup>2</sup>; no artigo “Resultados preliminares da detecção de SARS-CoV-2 em rede de esgoto no município de Niterói, Rio de Janeiro, Brasil”, publicado em julho de 2020, foram apresentados resultados preliminares de uma vigilância baseada em esgoto para monitorar a disseminação da Covid-19 no município de Niterói (RJ). Para essa pesquisa, foram coletadas em 12 pontos diferentes amostras brutas de esgoto na cidade, incluindo Estações de Tratamento de Esgoto (E.T.E.), esgoto hospitalar e rede de esgoto, obtendo como resultado das análises, a presença do RNA do SARS-CoV-2 em cinco das 12 (41,6%) amostras (PRADO *et al.*, 2020).

Segundo Prado *et al.* (2020), “Até onde sabemos, não há evidências diretas que comprovem que o SARS-CoV-2 detectado no sistema de esgoto seja infeccioso e contagioso”. Portanto, é cedo para afirmar que as águas residuais podem ser consideradas uma importante via de transmissão. Porém, com o aumento da circulação do vírus na população, a concentração de partículas de coronavírus nas águas de esgoto pode atingir níveis expressivos.

Com essa mesma preocupação, a UNICEF divulgou uma nota técnica<sup>3</sup> sobre o saneamento básico ressaltando a promoção de boas práticas de higiene; considerou, ainda, que o tratamento adequado do esgoto é um passo importante para evitar a contaminação da água potável, especialmente em comunidades de baixa renda, nas quais esgotos a céu aberto são muito comuns. Apesar de comprovada a presença do

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://memorias.ioc.fiocruz.br/article/10704/0196-preliminary-results-of-sars-cov-2%20detection-in-sewerage-system-in-niteroi-municipality-rio-de-janeiro-brazil>

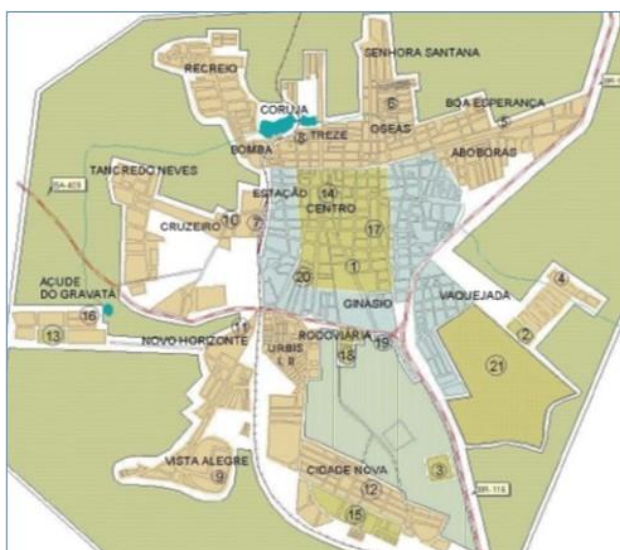
<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/9721/file/nota-tecnica-saneamento-higiene-na-resposta-a-covid-19.pdf>

coronavírus em matéria fecal, essa nota técnica considerou muito baixa a transmissibilidade do vírus por esgoto. (UNICEF, 2020)

### 3 GESTÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO DE SERRINHA (BA)

A análise geográfica da região é um item importante para identificar e elaborar o sistema de Esgotamento Sanitário da cidade, levando em consideração o crescimento habitacional, a expansão territorial, a topografia, as bacias existentes, entre outros fatores. A Figura 2 ilustra a expansão urbana da sede do município:

Figura 2 Evolução da mancha urbana de Serrinha, até 2010.



Fonte: Sá, Marcelo Torreão, 2011.

Na Figura anterior pode-se visualizar o centro da sede municipal; na parte inferior esquerda da figura, pode-se observar a área que será objeto de análise desse estudo: os bairros de Novo Horizonte, Conjunto Vista Alegre (bairro Cruzeiro) e o Açude Gravatá, que recebe os efluentes desses bairros.

Segundo o Relatório de Avaliação Socioambiental – Relativo à elaboração do Projeto Básico do Sistema de Esgotamento Sanitário de Serrinha (2017) <sup>4</sup>, o sistema de esgotamento seria composto por 08 estações elevatórias e 08 estações de tratamento, proporcionando um atendimento de 20% da população urbana. Contudo,

<sup>4</sup> A Prefeitura de Serrinha utiliza como Plano Municipal de Saneamento Básico, um Plano Setorial de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, elaborado no ano de 2019, que foi disponibilizado pelo Secretário de Meio Ambiente, Diego Thomaz Nascimento, como material de pesquisa.

conforme Carvalho (2017, p. 82), esse sistema [...] “corresponde a redes coletoras que estão repartidas em seis sub-bacias, atendendo a maior parte da cidade; entretanto, o lançamento desses efluentes é feito em riachos e açudes urbanos”.

Ainda, conforme esse autor, a solução para o esgotamento sanitário da sede do município, deveria considerar três dificuldades estruturais: “os efluentes são lançados nos açudes e rios na sua maioria intermitentes; os solos rasos, o que acabam dificultando soluções individuais e por fim o lençol freático apresenta nível hidrostático muito alto, o que acaba inviabilizando economicamente a implantação de fossas”. (CARVALHO, 2017, p. 82-83)

Os 08 (oito) Sistemas Locais de Esgotamento Sanitário (SLEs) listados no Relatório, atendem aos seguintes empreendimentos: Serrinha I e II; Recanto das Flores; Residencial Serrinha; Residencial Alto do Recreio; Vila de Fátima; Residencial Vista Alegre; Residencial Alvorada; e Residencial Vila Novaes.

Figura 3 Sistemas Locais de Esgoto



Fonte: Plano Setorial de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (adaptado)

Também é possível observar na Figura 3, anterior, que no centro da cidade não existem sistemas locais de esgotamento sanitário, que estão localizados nos loteamentos, conforme detalho no quadro da Figura 4 :

Figura 4 Sistemas Locais de Esgotamento Sanitário (SLEs)

| SLEs                   | ligações de esgoto (un.) | Extensão rede (Km) |
|------------------------|--------------------------|--------------------|
| Recanto das Flores     | 324                      | 1,8                |
| Alto do Recreio        | 399                      | 3,6                |
| Residencial Serrinha   | 319                      | 0,8                |
| Serrinha I e II        | 751                      | 7,0                |
| Vila Fátima            | 307                      | 2,7                |
| Vista Alegre           | 483                      | 3,1                |
| Residencial Alvorada   | 486                      | 1,9                |
| Loteamento Vila Novaes | 273                      | 1,7                |
| <b>TOTAL</b>           | <b>3.342</b>             | <b>22,6</b>        |

Fonte: Plano Setorial de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (adaptado)

Em resumo, a partir dos documentos analisados pode-se afirmar que existem locais que possuem soluções de coleta individual, como a utilização de fossa séptica e sumidouro, principalmente na zona rural do município. Na zona urbana, alguns bairros como o Centro, Cruzeiro, Recreio, Vaquejada possuem uma rede de esgotamento sanitário. Contudo, essa rede faz apenas a coleta do material, o qual não recebe nenhum tipo de tratamento. <sup>5</sup>

#### 4 ESGOTAMENTO SANITÁRIO E O COMBATE AO COVID-19 SERRINHA (BA)

##### 4.1 A DISSEMINAÇÃO DE DOENÇAS DE VEICULAÇÃO HÍDRICA

Com o objetivo de investigar as condições da população dos bairros de Novo Horizonte e Cruzeiro, foram levantadas as áreas de ocorrências das principais endemias; os resultados estão listados no quadro da Figura 5:

Figura 5 Controle de Endemias do município e áreas de ocorrência.

| Doenças         | Área de ocorrência                                                                                                                                                                                               |
|-----------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Dengue          | Centro, Abóboras, Rodagem, Cidade Nova, Cruzeiro, Vaquejada, Novo Horizonte, C.S.U e Santa.                                                                                                                      |
| Esquistossomose | Novo Horizonte, Cruzeiro, Alto da Bandeira, Três Estradas, Baixa D'água, Sorocaba, Tanque do Meio, Licurituba, Caatinga do Vieira, Camiranga, Macambira, Lagoa Seca, Alto da Izabel Lagoa do Curralinho, Tebaia. |

<sup>5</sup> Em agosto de 2021, o prefeito Adriano Lima esteve com a EMBASA para discutir a atualização do Plano Setorial de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, com o benefício do Novo Marco Legal do Saneamento.

|          |                                                                                                                                                                                                            |
|----------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Diarreia | Matinha, Sorocaba, Mato Fina, Bairro dos Treze, Abóbora, Urbis, Cruzeiro, Novo Horizonte, Rodagem, Vila de Fátima, Alto Alegre, Tanque Grande, Isabel, Curralinho, Cidade Nova, Recreio, Bomba, Vaquejada. |
|----------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Fonte: Secretaria de Saúde do Município de Serrinha.

O quadro indica que muitos dos bairros da sede municipal foram incluídos como áreas de ocorrência de doenças endêmicas. No caso da dengue, por exemplo, a predominância é na zona urbana, inclusive no Centro da cidade, e nos bairros de Cruzeiro e Novo Horizonte; quanto à esquistossomose e diarreia, destaque-se que além dos povoados da zona rural, há incidência de casos nos bairros de Novo Horizonte. Quanto ao levantamento dos casos de COVID-19 confirmados, por bairro, foram consultados os boletins diários. A Figura 6 apresenta esse boletim:

FIGURA 6 Boletim informativo, 16/11/2021



Fonte: <https://www.instagram.com/p/CWW3ltNAQek/>

A partir dos dados divulgados pelo Boletim Informativo, a população pode acompanhar o avanço da COVID-19 no município. Essa ferramenta também contribuiu para a conscientização, servindo como alerta e incentivando a prevenção entre os moradores da região.

#### 4.2 BAIRRO NOVO HORIZONTE E E.T.E. – RECANTO DAS FLORES

Apesar de serem geograficamente próximos, estes locais possuem condições de esgotamento sanitário distintas. O bairro Novo Horizonte possui apenas a coleta do esgoto sanitário e em contrapartida fica o Conjunto Habitacional Recanto das Flores, localizado no bairro do Cruzeiro, com 300 unidades habitacionais e uma população de 1.200 habitantes, que possui coleta e tratamento de esgoto sanitário através da E.T.E. - Recanto das Flores.



As visitas ao campo foram realizadas por um dos autores, morador da cidade. No dia 13 de setembro de 2021 foi visitado o bairro do Novo Horizonte, onde alguns moradores e comerciantes foram questionados se sabiam qual o destino do esgoto ao sair das casas; a resposta unânime foi - o açude Gravatá. Apesar das informações adquiridas através de moradores, não foi identificado visivelmente nenhuma tubulação fazendo uma ligação até o açude. Apesar disso, o local apresentava um forte odor, e a presença de matéria orgânica nos seus arredores e na bacia.

O açude do Gravatá, construído pela Leste Brasileira, está localizado no bairro Cruzeiro, próximo à Rua da Milona, tendo como um dos pontos de referência o frigorífico Frigoserra. Conforme Carvalho (2019, p. 06) “Em 16 de dezembro de 1969 a água tratada chega à cidade de Serrinha e, conseqüentemente, [...] os açudes da cidade passam a receber os efluentes gerados, uma vez que o saneamento básico executado na cidade correspondeu apenas à água”. Ainda, de acordo com esse autor (2019, p. 9), com a expansão urbana o açude tem recebido cada vez mais rejeitos: “A expansão do bairro do Cruzeiro e o surgimento do bairro do Novo Horizonte a sudeste da cidade ampliam assim, a quantidade de efluentes lançados nos afluentes do Açude do Gravatá e no Açude do Matadouro”

Como parte da verificação das condições ambientais do açude Gravatá, obteve-se uma avaliação de 2017, divulgada por Batista et al. (2017), realizada por pesquisadores do Instituto Federal Baiano (IFBA), que consta do quadro da Figura 9:

Figura 9 - Qualidade da água do Açude de Gravatá em 2017

| Parâmetro                                     | Ponto 5 | Média | Legislação<br>CONAMA 357/2005 |
|-----------------------------------------------|---------|-------|-------------------------------|
| Cor                                           | 4,0     | 3,5   | -                             |
| Turbidez                                      | 12,8    | 10,22 | -                             |
| Condutividade<br>Elétrica (µs/cm)             | 1567    | 1550  | -                             |
| Temperatura (°C)                              | 24      | 23,7  | -                             |
| pH                                            | 7,5     | 7,4   | 6,5 a 8,5                     |
| Oxigênio Dissolvido<br>(mg/ L) O <sub>2</sub> | 5,9     | 7,7   | >5                            |
| Nitrato<br>(mg/ L) N                          | 30,9    | 14,9  | 0,40                          |
| Fósforo Total<br>(mg/ L) P                    | 39      | 16,8  | 0,124                         |
| Alcalinidade<br>(Bicarbonato)                 | 327,1   | 323,8 | -                             |

Fonte: IFBA, 2007

Com base nesses resultados, o referido estudo concluiu que: “de acordo com a legislação do CONAMA 357/2005 [...] está tendo sua qualidade afetada devido à

falta de saneamento básico, especificamente o esgotamento sanitário. (BATISTA et al, 2017)

A visita técnica ao Açude Gravatá, pode-se constatar que apesar das condições atuais, o açude continua sendo utilizado pelos moradores locais, em atividades como pesca, alimentação de animais, auxílio nas plantações próximas, e local de lazer; a Figura 10 ilustra as atividades dos moradores nas suas margens:

Figura 10 Açude do Gravatá, Serrinha (BA)



Fonte: Autoria própria, 2021

Essa figura mostra pessoas plantando alimentos próxima de um local no qual estão visíveis os efeitos das ações antrópicas, tais como os lançamentos de efluentes com um tratamento escasso. Essas ações resultam na degradação do Açude e na produção de impactos ambientais e socioeconômicos. Destaque-se que nesse local foi evidenciada a atividade de pesca.

Com base no observado na vistoria técnica, pode-se verificar evidências das alterações da qualidade da água do Açude, que haviam sido constatadas nos testes realizados pelos pesquisadores do IFBA, e corroboradas no amplo levantamento apresentado na dissertação de Elmo José Carvalho (2017). Com o passar dos anos, [p. 12] suas condições se agravaram, o que impediria que a população do seu entorno utilizasse sua água para consumo. Constatou-se que a qualidade da água do Açude Gravatá contribui e agrava a transmissão de doenças adquiridas por via hídrica. Essa situação requer uma ação imediata de proibição desse uso, o que naturalmente irá impactar a oferta de água para essas populações.

### 4.3 SANEAMENTO COMO VIA DE TRANSMISSÃO À COVID-19

O açude do Gravatá mostrado na Figura 11, em destaque na cor rosa, é o mais próximo do bairro do Novo Horizonte, em destaque na cor azul, do Conjunto Habitacional Recanto das Flores (cor verde), e do bairro do Cruzeiro (cor vermelha).

Figura 11 – Localização



Fonte: Google Earth

Tendo em vista as colocações do Plano Setorial, e após as visitas, se observou que os dois locais de estudo fazem o descarte do efluente no mesmo espaço, ou seja, tanto o esgoto que recebe tratamento, como aquele que não recebe é encaminhado ao mesmo local. Neste caso, qual seria a relevância do tratamento do esgoto para o açude, se ele também recebe efluentes sem tratamentos?

O quadro da Figura 12 apresenta um levantamento dos quadros confirmados para o município de Serrinha e seus respectivos bairros, até o dia 16/11/2021:

Figura 12: Locais com casos confirmados

| LOCAL              | 2020  | 2021  | sem identificação | TOTAL |
|--------------------|-------|-------|-------------------|-------|
| SERRINHA           | 2.308 | 4.202 | 3                 | 6.513 |
| CRUZEIRO           | 126   | 188   | 2                 | 316   |
| RECANTO DAS FLORES | 0     | 1     | 0                 | 1     |
| NOVO HORIZONTE     | 60    | 115   | 0                 | 175   |

Fonte: <https://bi.saude.ba.gov.br/transparencia/>

A análise dos dados mostra que o Conjunto Recanto das Flores (localizado dentro do bairro do Cruzeiro) comparado com o bairro Novo Horizonte, apresenta uma diferença de 174 casos confirmados. É possível que o quadro da Figura 12 apresente uma margem de erro, já que a descrição dos pacientes é computada de acordo com o preenchimento da ficha cadastral no momento do atendimento, e informações como o bairro pode variar de acordo com a escrita, e, como informado pela Vigilância Epidemiológica de Serrinha, houve caso de subnotificação.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seria possível considerar que o desempenho do sistema do saneamento básico de uma cidade, com ênfase em seu esgotamento sanitário, pode interferir na contaminação e proliferação do novo coronavírus?

O saneamento básico é um direito garantido pela constituição e está diretamente ligado com a qualidade de vida e saúde dos habitantes. Quando o município não fornece um serviço de saneamento com qualidade, como esgotamento sanitário, os habitantes correm o risco de contrair doenças, podendo até mesmo perder a sua vida.

Uma condição ambiental alarmante, como o verificado no Açude do Gravatá, deveria ser objeto de preocupação. Destaque-se que, infelizmente, não é um caso isolado na realidade baiana. Como o açude do Gravatá é considerado um corpo hídrico de muita importância para a população de Serrinha, recomenda-se promover medidas educacionais e melhorar as condições estruturais, as ações devem ser tomadas para reduzir os impactos ambientais e garantir sua potencialidade local segundo os diversos usos exigidos. A elaboração de ações preventivas, visando à preservação das fontes de água e o tratamento destas já comprometidas são as ferramentas fundamentais para redução considerável do risco de ocorrência de enfermidades relacionadas com a água contaminada.

A diferença entre os números de casos confirmados apontados na Figura 12 (locais com casos confirmados), é apenas a ponta de um iceberg de um problema que antecede a pandemia, e que se agravou devido a necessidade redobrada dos cuidados com a higiene. Finalmente, deve-se ressaltar que a prevenção de doenças ainda é a melhor forma para ajudar o combate.

## REFERÊNCIAS

ABES. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL (Brasil). RANKING ABES DA UNIVERSALIZAÇÃO DO SANEAMENTO 2021. 2021. Disponível em: [https://abes-dn.org.br/?page\\_id=41939](https://abes-dn.org.br/?page_id=41939). Acesso em: 12 out. 2021.

BAHIA. Governo do Estado da Bahia. Secretária da Saúde (org.). **Central integrada de comando e controle da saúde**. Disponível em: <https://bi.saude.ba.gov.br/transparencia/>. Acesso em: 12 nov. 2021.

BATISTA, Amanda Sampaio *et al.* QUALIDADE DA ÁGUA DO AÇUDE GRAVATÁ LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE SERRINHA-BA. **Seminário de Pós Graduação - IFBA: A matemática está em tudo**, Serrinha, p. 1-1, 2019. Disponível em: <https://6mic.ifbaiano.edu.br/wp-content/uploads/2017/11/Amanda-Sampaio-Batista.pdf>. Acesso em: 13 set. 2021.

BRASIL. Biblioteca Virtual em Saúde. Ministério da Saúde (org.). **Novo Coronavírus (Covid-19):** informações básicas. informações básicas. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/novo-coronavirus-covid-19-informacoes-basicas/>. Acesso em: 26 out. 2021.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020. **Marco Legal do Saneamento Básico**. Brasil, Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/l14026.htm#view](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14026.htm#view). Acesso em: 6 set. 2021.

[p. 15] CARVALHO, Elmo José Carneiro. A expansão urbana da cidade de Serrinha – Bahia e suas repercussões sobre os recursos hídricos. 2017. 135 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento Territorial) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2017. Disponível em: <http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/622>. Acesso em: 13 set. 2021.

DA LUZ, Manuela Vieira Santos *et al.* A questão da covid-19 no Estado da Bahia: possíveis relações a partir da problemática do saneamento básico. **Conjuntura & Planejamento**, v. 200, p. 79-97, jul. 2021. Disponível em: <https://publicacoes.sei.ba.gov.br/index.php/conjunturaeplanejamento/article/view/347>. Acesso em: 01 dez. 2021.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama da cidade de Serrinha**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/serrinha/panorama>. Acesso em: 3 nov. 2021.

LEVA ENGENHARIA (Brasil). Embasa. **Projeto Básico do Sistema de Esgotamento Sanitário da Cidade de Serrinha**. Serrinha, 2012.

PAINEL Saneamento Básico: Indicadores por ano. Instituto Trata Brasil. 2019. Disponível em: <https://www.painelsaneamento.org.br/explore/ano?SE%5Ba%5D=2019%20%E2%80%9320Instituto%20Trata%20Brasil%20-%20Painel%20Saneamento%20B%C3%A1sico>. Acesso em: 6 set. 2021.

PRADO, Tatiana; FUMIAN, Tulio Machado; MANNARINO, Camille Ferreira; MARANHÃO, Adriana Gonçalves; SIQUEIRA, Marilda Mendonça; MIAGOSTOVICH, Marize Pereira. Resultados preliminares da detecção de SARS-CoV-2 em rede de esgoto no município de Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. **Mem Inst Oswaldo Cruz**, Rio de Janeiro, v. 115, p. 1-3, jul. 2020. Fundação Oswaldo Cruz-Fiocruz. Disponível em: [https://memorias.ioc.fiocruz.br/article/10704/0196-preliminary-results-of-sars-cov-](https://memorias.ioc.fiocruz.br/article/10704/0196-preliminary-results-of-sars-cov-2)

2%C2%A0detection-in-sewerage-system-in-niteroi-municipality-rio-de-janeiro-brazil. Acesso em: 18 nov. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRINHA. (org.). **Plano Municipal de Saneamento Básico de Serrinha/Plano Setorial de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário**. Serrinha, 2019. 1 v. Diagnóstico, Programa, Projetos e Ações.

TRATA BRASIL (São Paulo). **Com mais de 273 mil internações por doenças de veiculação hídrica, falta de saneamento básico faz Brasil gastar R\$ 108 milhões com hospitalizações**: Disponível em: <https://tratabrasil.org.br/pt/estudos/estudos-itb/itb/saneamento-e-doencas-de-veiculacao-hidrica-ano-base-2019>. Acesso em: 12 out. 2021.

TRATA BRASIL. Saneamento e doenças de veiculação hídrica - DATASUS E SNIS 2019, set. 2021. Disponível em: [https://tratabrasil.org.br/images/estudos/saneamento-e-saude/Sum%C3%A1rio\\_Executivo\\_-\\_Saneamento\\_e\\_Sa%C3%BAde\\_2021\\_\\_2.pdf](https://tratabrasil.org.br/images/estudos/saneamento-e-saude/Sum%C3%A1rio_Executivo_-_Saneamento_e_Sa%C3%BAde_2021__2.pdf). Acesso em: 16 dez. 2021

UNICEF (Brasil) (org.). **O papel fundamental do saneamento e da promoção da higiene na resposta à Covid-19 no Brasil. Nota Técnica**, Brasil, p. 1-10, ago. 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/sites/unicef.org.brazil/files/2020-08/nota-tecnica-saneamento-higiene-na-resposta-a-covid-19.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2021.

## ENGENHARIA SUSTENTÁVEL: o uso da prototipagem no controle da qualidade do processo de produção

Izabela da Silva Reis <sup>1</sup>

Fernando Barreto Nunes Filho <sup>2</sup>

### RESUMO

Elevados custos de produção e a não qualidade de produtos tem exigido mudanças nos processos de produção de modo a alcançar soluções para modernizar processos, melhorar a qualidade e reduzir o preço dos produtos. Entretanto ainda são registrados crescente número de problemas oriundos de falhas de execução, detalhamento de projetos, bem como falta de harmonização entre diferentes projetos, especificação falha de materiais e componentes. Neste sentido, a metodologia prototipagem configura-se como inovadora, pois possibilita identificar os problemas de execução, eliminar as dúvidas de execução, proporciona confiabilidade dos procedimentos e projeto. Os protótipos físicos permitem registrar o desempenho construtivo, através das evidências das falhas e análise das causas; trata-se de um processo de aprendizagem para a equipe multidisciplinar envolvida no desenvolvimento do projeto. Em complemento, a compatibilização de informações e os pontos de melhorias que retroalimentam o projeto facilitam as soluções a serem utilizadas, os problemas e falhas evitados na construção real. O presente trabalho apresenta um estudo de caso, que envolve a construção de um protótipo físico (Mock-up) em escala real da construção real de uma edificação localizada no Município de Salvador (BA), com foco na etapa de estrutura de concreto armado. Desta forma, será possível observar as vantagens de aplicação do protótipo, bem como evidenciar sua aplicabilidade no processo de melhoria da produção e projeto da construção.

**Palavras-chave:** Processo de produção. Prototipagem. *MOCK-UP*.

### 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as flutuações da economia e a conscientização crescente do consumidor para os problemas do custo elevado e da não qualidade dos produtos têm dirigido a atenção dos empresários da construção civil para o planejamento e o controle da produção. São mudanças estruturais e de comportamento que impactam os processos de controle da produção, e geram a substituição de procedimentos administrativos e gerenciais com o foco na modernização desses processos. Ao

---

<sup>1</sup> Graduada em Engenharia Civil pela Universidade Católica do Salvador 2021.2; izabela.reis@ucsal.edu.br.

<sup>2</sup> Professor do curso de Engenharia Civil (UCSAL), Doutor em Planejamento Territorial (UCSAL), Mestre em Economia (UFBA), graduado em Engenharia Elétrica (UFBA); fernando.filho@pro.ucsal.br.

modernizar-se, o controle da produção aponta para a necessidade de redução das falhas nas construções.

Essas falhas, conforme Thomaz (2001, p. 270) destaca, ocorrem por indefinições ou soluções mal formuladas nas interfaces entre diferentes projetos. O autor também realça que na construção civil, verifica-se ainda grande número de problemas oriundos de falhas de execução, detalhamento de projetos, bem como falta de harmonização entre diferentes projetos, especificações incompletas e falhas em materiais e componentes.

Em consonância com a modernização dos processos, a prototipagem foi apresentada como uma ferramenta de melhoria do processo de projeto e produção, que aponta para a melhoria na qualidade do projeto, conforme as expectativas do cliente. O protótipo de um produto, segundo Volpato (2007, p. 26), possibilita que a análise de sua forma e funcionalidade seja feita numa fase anterior à produção de ferramental definitivo, propiciando dessa forma a antecipação de falhas e confiabilidade das informações e especificações de projeto. Os protótipos mais aplicáveis à construção civil são os seguintes: protótipos rápidos; protótipos virtuais; e protótipos físicos.

Esse artigo tem o objetivo de apresentar uma aplicação da metodologia de prototipagem física, como ferramenta de controle de produção em uma obra de grande porte, localizado em Salvador. Esse *mock-up*, um protótipo físico em escala real, possui uma área de 13,44m<sup>2</sup>, pé direito de 8,89m e vedação em parede de concreto com 30cm de espessura. A análise do processo de produção a ser realizada nesse trabalho se limita a etapa de estrutura de concreto armado, com a identificação das falhas de execução e suas respectivas causas com o uso do *mock-up*. Para tal, descreve-se o estudo preliminar de projeto, os procedimentos de execução da estrutura de concreto armado, e detalha-se o plano de concretagem. Em conclusão apresenta-se um balanço de lições aprendidas durante o processo, juntamente com principais desafios e melhorias que poderão ser aplicáveis na construção real da edificação.

## **2 CONTROLE DO PROCESSO DE PRODUÇÃO: PROTOTIPAGEM**

### **2.1 UTILIZAÇÃO DE PRÓTOTIPOS**



Definido como uma aproximação do produto, sempre destacando uma ou mais dimensões de interesse desse produto, o protótipo auxilia o controle ao permitir que na etapa de projeto, essas dimensões sejam testadas. Portanto, o protótipo de um produto, segundo Volpato (2007, p. 26), torna-se parte essencial no seu processo de desenvolvimento, ao possibilitar que a análise de sua forma e/ou de sua funcionalidade seja feita numa fase anterior à produção de ferramental definitivo. Volpato (2007) ressalta, ainda, os objetivos dessas “representações” do produto: facilitar a comunicação entre a equipe de projeto, fornecedores e clientes; integrar conhecimentos envolvidos no processo; auxiliar na tomada de decisões, facilitar a condução do desenvolvimento do produto. (VOLPATO, 2007, p. 41)

Nesse contexto, pode-se adiantar que os protótipos são metodologias aplicáveis à construção civil. A esse respeito, Salgado (2012) observa que a metodologia prototipagem, respaldada nas simulações e testes, garantem a construção e a qualidade do projeto conforme as expectativas do cliente.

Safarro et al. (2015) descrevem que a tecnologia BIM, possibilita o gerenciamento integrado de informações do projeto e avalia o desempenho do produto, ao simular virtualmente parâmetros físicos do produto; essa simulação permitiria planejar as etapas de execução, quantificar insumos, facilitar a orçamentação e o controle de recursos e avaliar com mais precisão a qualidade do ambiente. e a mesma fosse incorporada desde as fases iniciais do processo de desenvolvimento de produto do ambiente construído,

Além do mais, na construção civil, especialmente em *show rooms* (apartamentos modelos), são construídos protótipos físicos para fins de apoio comercial quando da venda das unidades. Em canteiro de obras, geralmente, a utilização de protótipos busca resolver problemas não identificados na etapa de projeto.

## 2.2 PROTOTIPAGEM FÍSICA: *MOCK-UP*

O *Mock-up*, segundo Volpato (2007, p. 43-45), significa um modelo físico que imita o produto final, geralmente em escala natural (1:1) [...] “um artefato tangível criado para aproximar o componente ou produto, um protótipo de prova de conceito (às vezes referenciado como protótipo conceitual), utilizado para testar rapidamente uma ideia e realizar montagens”. Ou seja, de acordo com Saffarro et al. (2015), a

prototipagem física atua na redução do risco associado, principalmente ao processo de produção ou problemas atípicos. Contudo, esse autor registra que poderiam aplicados estudos de fenômenos típicos da produção, promover treinamento de pessoal, e a melhoria da produção em situações muito complexas.

Por fim, existem críticas quanto ao investimento necessário para a aplicação da metodologia da prototipagem. A esse respeito, Volpato (2007, p. 58) defende que “os custos despendidos em avaliação explorativa nas fases iniciais darão retorno na forma de grandes economias em estágios mais avançados, [...] uma vez que o custo das alterações costuma ser maior quando em estágios mais adiantados do projeto”.

### **3 USO DO *MOCK-UP* NA ETAPA DE ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO**

A Teixeira Duarte, um dos principais grupos econômicos portugueses, foi fundada em 1921, e atua em mais de 20 países (quatro continentes) nas áreas de Geotecnia e Fundações, Edificações, Concessões e Serviços, Imobiliária, Hotelaria, Distribuição e Automóvel. A empresa tem implementado o Sistema de Gestão Integrado – ISO 9001, a ISO 14001 de Meio Ambiente e a norma OHSAS 18001 de Segurança e Saúde no Trabalho na execução de seus projetos. O estudo de caso a ser apresentado nesse item concentra-se no projeto e na produção de um Mock-up (protótipo físico) de uma obra de edificação, localizada na Avenida Paralela, em Salvador (BA),

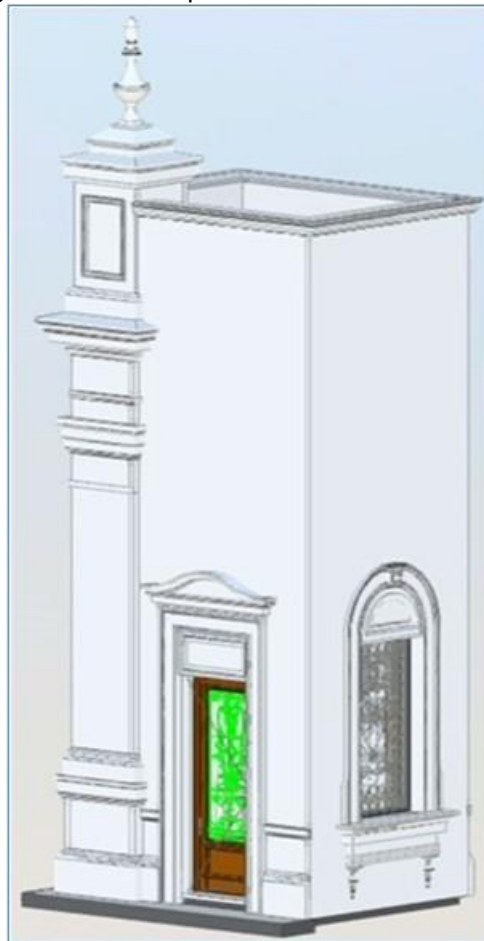
#### **3.1 O *MOCK-UP***

O *Mock-up* a ser construído para essa edificação confirmará as seleções de materiais, servirá para efeitos estéticos de todos os acabamentos arquitetônicos, semelhante aos que serão utilizados na construção real. Esses acabamentos incluem ‘*boiserie*’ (moldura) em madeira, porcelanatos, pedras em granito, rodapé e soleiras, além da metodologia executiva da fachada, impermeabilização, esquadrias de portas e janelas, vitrais, revestimento de piso e pintura.

O protótipo (*Mock-up*) do estudo de caso, classificado como físico em escala real, possui área de 13,44m<sup>2</sup>, pé direito de 8,89m, vedação em parede de concreto com 30cm de espessura, laje em concreto armado de espessura 20cm, viga invertida

com 0,63cm de altura, frisos e molduras de pedra e demais acabamentos arquitetônicos citados, conforme figura 02.

Figura 02 – Protótipo virtual do edifício *Mock-up*



Fonte: Bim 360 – Projeto de Arquitetura *Mock-up*

É importante destacar que a execução das atividades de projeto do protótipo antecedeu em cerca de 2 meses à data de início da execução das atividades de construção real do Edifício, conforme cronograma apresentado na Figura 3. Esse cronograma *Mock-up* servirá de referência para verificar as seguintes etapas: se as atividades poderão ser concluídas conforme planejado; se as datas contratuais poderão ser cumpridas; elaborar revisões para obter um cronograma ideal, por meio do refinamento dos critérios de estimativa com base no desempenho construtivo realizado nas tarefas; identificação de inconsistências de produtividade, atrasos, dificuldades em relação aos processos; e, principalmente, se as especificações foram atendidas. A partir desses critérios, serão realizados os ajustes e revisões necessárias (se for o caso) nos cronogramas das tarefas da construção real. Além do mais, esse cronograma *mock-up* poderá compatibilizar a integração entre as tarefas, os impactos

e interferências entre elas; as relevâncias das falhas, e as antecipações indispensáveis para cada par de tarefas predecessora /sucessora, e principalmente, os impactos em termos de prazos e custos.

Figura 03 – Cronograma do Mock-up

| NOME DA TAREFA              | DURAÇÃO         | INÍCIO              | CONCLUSÃO           |
|-----------------------------|-----------------|---------------------|---------------------|
| <b>MOCKUP</b>               | <b>240 dias</b> | <b>Seg 20/09/21</b> | <b>Qui 08/09/22</b> |
| <b>ESTRUTURA</b>            | <b>20 dias</b>  | <b>Seg 20/09/21</b> | <b>Seg 18/10/21</b> |
| FUNDAÇÃO                    | 3 dias          | Seg 20/09/21        | Qua 22/09/21        |
| ESTRUTURA                   | 10 dias         | Qui 23/09/21        | Qua 06/10/21        |
| LAJE DE CONCRETO            | 6 dias          | Sex 08/10/21        | Seg 18/10/21        |
| <b>ALVENARIA</b>            | <b>5 dias</b>   | <b>Seg 07/02/22</b> | <b>Sex 11/02/22</b> |
| ALVENARIA BLOCO             | 5 dias          | Seg 07/02/22        | Sex 11/02/22        |
| <b>MARCENARIA</b>           | <b>15 dias</b>  | <b>Qui 18/08/22</b> | <b>Qui 08/09/22</b> |
| COLUNA CONJ MADEIRA         | 5 dias          | Qui 18/08/22        | Qua 24/08/22        |
| BOISSERIE                   | 5 dias          | Qui 25/08/22        | Qua 31/08/22        |
| BARRADO                     | 5 dias          | Qui 01/09/22        | Qui 08/09/22        |
| <b>ACABAMENTOS</b>          | <b>116 dias</b> | <b>Seg 14/02/22</b> | <b>Qua 03/08/22</b> |
| REBOCO                      | 5 dias          | Seg 14/02/22        | Sex 18/02/22        |
| CERAMICA                    | 10 dias         | Qua 08/06/22        | Qua 22/06/22        |
| PINTURA                     | 10 dias         | Qui 21/07/22        | Qua 03/08/22        |
| <b>IMPERMEABILIZAÇÃO</b>    | <b>19 dias</b>  | <b>Seg 13/12/21</b> | <b>Seg 10/01/22</b> |
| IMPERMEABILIZAÇÃO COBERTURA | 5 dias          | Ter 04/01/22        | Seg 10/01/22        |
| IMPERMEABILIZAÇÃO FACHADA   | 9 dias          | Seg 13/12/21        | Qui 23/12/21        |
| <b>FACHADA</b>              | <b>25 dias</b>  | <b>Seg 17/01/22</b> | <b>Sex 18/02/22</b> |
| PEDRA                       | 25 dias         | Seg 17/01/22        | Sex 18/02/22        |
| <b>ESQUADRIAS</b>           | <b>4 dias</b>   | <b>Sex 14/01/22</b> | <b>Qua 19/01/22</b> |
| JANELA                      | 4 dias          | Sex 14/01/22        | Qua 19/01/22        |
| PORTA                       | 4 dias          | Sex 14/01/22        | Qua 19/01/22        |

Fonte: Elaborado pela equipe de planejamento Teixeira Duarte

### 3.2 PROCEDIMENTOS DE EXECUÇÃO DE ESTRUTURAS CONCRETO ARMADO

Quanto aos procedimentos de execução das estruturas de concreto, com uma consulta permanente aos Cadernos de Procedimentos realizou-se, previamente, uma análise crítica dos projetos, das especificações de cada traço do concreto e do recobrimento da armadura, das especificações de materiais (forma, desmoldante, cura), das especificações de equipamentos (compressores de ar, jato de água, vibradores de concreto), sempre com sequência executiva da obra (planos de concretagem, processos de cura) e ensaios tecnológicos de concreto.

O controle da execução realizado pela equipe de fiscalização com base nos critérios de aceitação e controles, foram balizados pelas Fichas de Verificação de Serviço. No Quadro 01, a seguir, são apresentadas as medidas de acompanhamento da qualidade da execução da estrutura de concreto armado.

Quadro 1 – Procedimentos de execução

|                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|----------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| FORMA                | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Verificar quantidade e integridade dos componentes, plataformas, guarda-corpos,</li> <li>2. Inspeccionar emendas/ apoio de pontaletes/escoras e dispositivos de estanqueidade;</li> <li>3. Verificar ligação dos componentes, contraventamento, esquadro, prumo, nivelamento e verticalidade;</li> <li>4. Verificar a locação geométrica /topográfica.</li> </ol> |
| DESFORMA             | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Limpar e reparar as superfícies das peças que serão reutilizados na obra.</li> <li>2. As peças com revestimento fissurados, desgastados, laminados ou qualquer outro desgaste ou alteração não será aceitável para formas de superfícies expostas.</li> <li>3. Aplicar novamente o desmoldante.</li> </ol>                                                        |
| ARMAÇÃO DE AÇO       | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Posicionar de forma adequada e precisa, apoiar e assegurar a armadura de aço contra deslocamentos.</li> <li>2. Verificar disposição construtiva das armaduras;</li> <li>3. Verificar número e disposição dos espaçadores.</li> <li>4. Verificar limpeza da armadura;</li> </ol>                                                                                   |
| AGENTES DESMOLDANTES | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Ser de fácil aplicação;</li> <li>2. Superfícies devem estar limpas.</li> </ol>                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| CURA                 | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Lajes devem ter cura úmida por meio de lâmina d'água de 10 cm de espessura. Para vigas e pilares utilizar manta umedecida, durante 10 dias;</li> <li>2. Superfícies das formas em contato com o concreto, se deixadas no lugar durante o período de cura, devem ser mantidas molhadas.</li> </ol>                                                                 |

Fonte: Elaborado pela Autora

Em resumo, alguns aspectos foram identificados como pontos críticos para serem inspecionados durante a execução das fases de lançamento e adensamento; esses aspectos estão listados a seguir:

1. Realizar prévia conferência da disponibilidade de concreto e bombas estacionária/lança;
2. Observar o deslocamento das armaduras, pelo trânsito de trabalhadores;
3. Verificar o procedimento de vibração para atingir a máxima compacidade: posicionamento perpendicular da agulha, imersão e retirada suave, raio de ação do vibrador em torno de 30 cm e o tempo de vibração (até que comece ocorrer a exsudação da nata);
4. Observar eventuais aberturas das formas e outras irregularidades;
5. Observar eventuais preparação de juntas frias se houver intervalos entre a concretagem;

### 3.3 PLANO DE CONCRETAGEM

Em síntese o plano de concretagem, identifica as causas da maioria dos problemas do processo de produção e através do plano atua na prevenção das falhas, por meio das especificações de materiais, equipamentos e controle da qualidade dos serviços. Esse plano de concretagem deve ser apresentado ao menos 7 dias antes de cada concretagem e deverá estar aprovado pelo gerente da obra, pelo tecnologista de concreto, pelo engenheiro projetista e pelo gerenciador (arquiteto).

A seguir, com base no acompanhamento cotidiano da execução desse plano de concretagem, pode-se indicar que os principais problemas de concretagem estiveram relacionados com as programações de concreto, tais como: alguns atrasos de fornecimento; aumento do intervalo entre os caminhões betoneira; possíveis juntas frias em caso de concretagem interrompida; fuga de nata de concreto; quantidade e disposição dos espaçadores; patologias de nichos de concretagem; ligação dos componentes de forma; falha de especificação de equipamento. Desta forma, a implantação do plano de concretagem permitiu a antecipação de falhas, conforme sinalizado a seguir:

- A. Concretam da 1ª etapa à 6m, considerando utilização de mangote de 3", cuja espessura conseguiria adentrar a forma até pelo menos 4m de profundidade, considerando altura máxima de lançamento de 2m;
- B. Alteração da carta-traço do concreto. Traço inicial prevista utilização de agregado brita 1, para traço com agregado brita 0; possibilitando o lançamento com o mangote de 3";
- C. Fabricação de mangote do vibrador de concreto com 8m de comprimento especificamente, equipamento encontrados possuía em média 3,5m de comprimento;
- D. As mesmas medidas foram adotadas na execução da estrutura da construção real, otimizando mais um processo de planejamento, bem como melhorias a partir das observações do processo de execução

## 4 CONTROLE DO PROCESSO DE PRODUÇÃO: USO DO *MOCK-UP*

Nesse item serão apresentadas as falhas de concretagem, detectadas na fase de estrutura de concreto armado do *Mock-up*. As principais falhas identificadas são

decorrentes aos procedimentos de execução, ou especificação de material. Como resultante do aprendizado obtido no acompanhamento da etapa de execução do concreto, em um subitem específico, faz-se uma síntese das lições aprendidas, a partir da análise da determinação dos procedimentos de execução, sequenciamento de tarefas, provisão de recursos. previa das interferências no interior do par de tarefas predecessora /sucessora, com base nas especificações de projeto e procedimentos.

#### 4.1 IDENTIFICAÇÃO DE FALHAS DE EXECUÇÃO

No estudo de caso foram listadas e identificadas as falhas de execução da etapa de estrutura e suas respectivas causas. As principais patologias identificadas foram: nichos de concretagem, segregação do concreto, manchas de desmoldante e espaçadores na parede de concreto; essas patologias serão detalhadas, a seguir:

- A. Nicho de concretagem: Podem ter sido originadas devido ao tipo, frequência e tempo de vibração, entretanto, devido também à dificuldade da primeira concretagem está com os arranques de armação das paredes por terem sido pré-armadas, dificultou o acesso de equipamentos; atraso entre o abastecimento dos caminhões betoneira, levando a perda do abatimento do concreto. Como visto na Figura 05, a ocorrência dessa patologia foi principalmente em locais próximo dos vãos de esquadrias, locais onde a armadura é mais densa.

Figura 05 – Nichos de concretagem localizados na parede



Fonte: Elaborado pela Autora



B. Segregação do concreto: No início do lançamento, a equipe de produção teve dificuldade para inserir o mangote até a altura recomendada máxima de lançamento de 2m e foi iniciado o lançamento acima da altura permitida; além do mais, após a concretagem foram identificados fuga da nata de cimento entre as emendas dos painéis e também do rodapé da parede.

Figura 06 – Segregação do concreto



Fonte: Elaborado pela Autora

Conforme a Figura 06 anterior, existem vários pontos de segregação do concreto, localizados principalmente no rodapé da parede, cantos da parede e entre as emendas de formas, devido a formas não estanques.

C. Manchas de desmoldante e espaçadores de concreto aparente: constatou-se a ocorrência de paredes manchadas pela aplicação de desmoldante; provavelmente os painéis internos da parede ficaram um tempo expostos às intempéries e poeiras até o fechamento da forma; também se observou a marcação dos espaçadores de concreto na parede, como haveria estruturas de concreto à vista, isso representa um aspecto não desejável, indicando a necessidade de reparos quando da execução real.



Figura 07 – Manchas na parede por desmoldante e espaçador aparente



Fonte: Elaborado pela Autora

Isto posto, verificou-se que a ocorrência de falhas de execução é devida basicamente ao processo de produção. Neste sentido, o *Mock-up* serviu para previsão e otimização de problemas a partir da execução do protótipo. As principais causas de falhas encontradas foram referentes a fuga de nata de cimento por meio das juntas da forma, travamento e montagem de fôrmas, lançamento e adensamento do concreto.

#### 4.2 ANÁLISE DAS MELHORIAS NO PROCESSO DE PRODUÇÃO

Em consequência, as ferramentas de gestão de qualidade, são possivelmente aplicáveis aos processos de solução de problemas. A partir das identificação e seleção do problema e detectada as causas, como exposto anteriormente, em decorrência das patologias listadas: nichos de concretagem, segregação do concreto, manchas de desmoldante e espaçadores na parede de concreto. Em seguida deve-se ter continuidade na solução do problema, concluindo o ciclo com as etapas: criar alternativas de solução, implementar a solução e avaliar a solução.

Os problemas e falhas encontrados no processo de produção, permitiu a previsão de problemas e otimização de projetos na construção real através do estudo realizado pós-produção *Mock-up*, desta forma, alguns processos foram revisados e implementados, influenciando na qualidade e otimização da produção. As melhorias estão descritas a seguir.

- A. Produção: Mudança na altura dos arranques para facilitar as etapas de execução. Para primeira etapa de execução consideraram a concretagem de arranque de parede a uma altura inicial de 0,80cm, pois é a altura média de fundo das vigas baldrame. Desta forma, viabilizou a armação dos arranques

das vigas baldrames, sequência de montagem das vigas baldrames e continuidade na armação das paredes. Em relação as fugas de nata de cimento, entre as emendas de concreto, os apoios de fixação dos painéis foram instalados 10cm abaixo do topo de concreto do arranque das paredes.

Figura 08 – Montagem auxiliar dos painéis



Fonte: Elaborado pela Autora

Podemos observar na imagem anterior, que a segregação nas emendas de concretagem foi menor devido a redução da fuga de argamassa do concreto, conforme solução de ajuste de altura dos suportes de painéis.

B. Alteração de materiais: podemos observar na figura 09 – que não há manchas de aplicação de desmoldante, como registrado no edifício Mock-up. Na construção real foi utilizado outro fabricante de desmoldante e após a aplicação teve a continuidade na execução das atividades, sem permanecerem expostos a intempéries e poeiras por longo período.

Figura 09 – Desforma das paredes de concreto



Fonte: Elaborado pela Autora

Também foi utilizado isopor nas locações das vigas baldrame do trecho da parede concretada, permitindo concretagens em alturas uniformes. Na marcação em vermelho, já foi realizada a remoção do isopor do local da viga baldrame.

Figura 10 – Desforma das paredes de concreto



Fonte: JACP – Distanciadores universais

Além das correções anteriores, houve uma revisão na especificação do espaçador de plástico para o modelo PAC de concreto; esse modelo propicia melhor fixação, mais prática e segura, e não deixa mancha de correções e imperfeições.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se considerar que a execução do protótipo possibilitou o aprofundamento no estudo de projeto, o controle de problemas de execução e a confiabilidade das soluções adotadas. Sem dúvidas que o *Mock-up* do estudo de caso serviu de ferramenta para redução de falhas e para a melhoria contínua do controle de projeto e da produção, ao viabilizar uma análise antecipada do projeto. Apesar da ocorrência de falhas durante a execução, as mesmas foram registradas e compartilhadas com as partes interessadas como pontos de melhoria. Nesse sentido, não conformidades foram abertas e solicitado o devido registro de evidência das tratativas, conforme procedimento que poderão ser utilizadas na construção real.

Essas informações foram úteis para estabelecer o desempenho construtivo, evidenciando as falhas e melhorias que o projeto e atividade precisam realizar. A utilização do protótipo físico possibilitou a redução no tempo de compreensão do projeto, trabalho multidisciplinar entre projetistas, construtora e subempreiteiro no propósito de entregar o melhor padrão de qualidade que será aprovado e aplicado na

construção real. Pode-se concluir, então, que os procedimentos de análise abordados no estudo de caso (estrutura de concreto), podem ser aplicados nas demais tarefas a serem realizadas no *Mock-up*.

Numa operação que envolve várias etapas, a busca pela otimização de projetos e processos com diversas variáveis. a resolução de problemas e a identificação de falhas não é uma tarefa fácil. Exatamente por essa dificuldade, o *Mock-up* pode ser utilizado como uma ferramenta de melhoria contínua, isto é, um método para análise e melhoria dos processos de controle da produção na construção civil.

## REFERÊNCIAS

ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR ISO 9001:2015:** Sistemas de gestão da qualidade - requisitos. Rio de Janeiro, 2015.

KERZNER, Harold. **Gerenciamento de projetos**. São Paulo: Blucher, 2011. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521208426/>. Acesso em: 02 jan. 2022.

LOBO, Renato. N. **Gestão da qualidade**. 2. ed. São Paulo: Editora Érica, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536532615/>. Acesso em: 01 jan. 2022.

LOBO, Renato. N. **Gestão de produção**. São Paulo: Editora Érica, 2010. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536517810/>. Acesso em: 02 jan. 2022

SAFFARO, F. A.; PEREIRA, L. M; HIROTA, E. H.; SAITO, C. Estudo exploratório comparativo da eficácia entre protótipos físico, analítico 2D e 3D na identificação de inconsistências de projetos. **Gestão e Tecnologia de Projetos**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 29-47, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/gtp.v10i1.83373>. Acesso em: 02 jan. 2022.

SALGADO, M. S. Repensando o uso de protótipos na construção de edifícios, **XIV Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído**. Rio de Janeiro, RJ, 2012.

SILVA, F. **Planejamento de processos da construção para a produção industrializada de edifícios habitacionais**: Proposta de um modelo. 2012. 181 f. Tese (Mestrado em Engenharia de Construção Civil e Urbana) – Programa Mestrado em Engenharia de Construção Civil e Urbana, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2020.

SILVA BERNARDES, Maurício Moreira. **Planejamento e controle da produção para empresas de construção civil**. São Paulo: Grupo GEN, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521637424/>. Acesso em: 02 jan. 2022.

THOMAZ, E. **Tecnologia, gerenciamento e qualidade na construção**. São Paulo: Pini, 2001.

VOLPATO, Neri. **Prototipagem rápida**: tecnologias e aplicações. São Paulo. Edgard Blucher, 2007.

## ENGENHARIA SUSTENTÁVEL: práticas ESG na implementação do empreendimento imobiliário Beach Class Salvador

Silviane Ferreira de Jesus<sup>1</sup>

Kilcy Costa Ferraz<sup>2</sup>

### RESUMO

O aumento da competição no mercado e as exigências da sociedade em relação à incorporação de boas práticas nos aspectos ambientais, sociais e de governança estão provocando importantes mudanças no setor da construção civil. A busca das empresas, por melhores índices de sustentabilidade lhes dão diversas vantagens competitivas como também impactam positivamente no desenvolvimento do indivíduo e da coletividade e por esse motivo a adesão do movimento ESG (Environmental, Social and Governance) tornou-se tão necessário no âmbito empresarial. O presente artigo verifica e analisa a aplicabilidade e a importância das práticas dos três pilares desse movimento no empreendimento imobiliário Beach Class Salvador, situado no bairro de Ondina, Salvador-BA, e como a sua incorporadora e construtora Moura Dubeux Engenharia implementa esses princípios na Companhia. Para elaboração deste artigo a metodologia aplicada foi realizada por visitas acompanhadas pela engenheira civil responsável pela obra, revisão bibliográfica de artigos, monografias e teses referentes ao tema apresentado. De forma a concluir que o ESG resulta em benefícios a curto e longo prazo, modificando a realidade do hoje e proporcionando um futuro melhor para as próximas gerações.

**Palavras-chave:** Boas Práticas. Construção Civil. ESG. Sustentabilidade.

### 1. INTRODUÇÃO

A demanda pela transparência e atuação responsável de organizações no que diz respeito à sociedade e ao meio ambiente tem se tornado cada vez maior. Essa discussão, que é muito forte no mercado europeu e também americano, ganhou mais evidência no Brasil após acontecimentos que pôs em dúvida as práticas adotadas nas companhias. Um fator de potencialização dessa discussão foi a pandemia do Covid-

---

<sup>1</sup> Mestranda no PPG em Território, Ambiente e Sociedade na Universidade Católica do Salvador, graduada em Engenharia Civil pela Universidade Católica do Salvador. (E-mail: silvane.jesus@ucsal.edu.br).

<sup>2</sup> Professora do curso de Engenharia Civil (UCSAL), Mestre em Engenharia Ambiental – Recursos Hídricos (Universidade Federal do Espírito Santo), graduada em Engenharia de Agrimensura (Universidade Federal de Viçosa); (E-mail: kilcy.ferraz@pro.ucsal.br).

19, que trouxe sérias consequências sociais e econômicas, reforçando assim a importância da incorporação dos parâmetros ESG nas empresas.

A sigla ESG reúne os três pilares do movimento que em inglês significa Environmental, Social and Governance, que traduzido para o português é o mesmo que Ambiental, Social e Governança (ASG), um termo utilizado para firmar que uma empresa possui sustentabilidade empresarial, ou seja, que cumpri práticas responsáveis capazes de gerar impactos positivos financeiros, sociais e ambientais ampliando a sua perspectiva de análise de negócio para além das métricas financeiras.

Embora o setor da construção civil seja muito importante para a economia nacional, o seu PIB cresceu 3,9% em relação ao 2º trimestre deste ano e no acumulado de 2021 teve alta de 8,8% (CBIC, 2021), as suas atividades geram grandes impactos para o meio ambiente. Os canteiros de obras são causadores de impactos relevantes, como poluição sonora e visual para a sua vizinhança e poluição no solo, na água e no ar. Também são gerados impactos no espaço da obra, causando um desequilíbrio nos ecossistemas, erosão, assoreamentos, trânsito, acidentes ambientais e o consumo excessivo de água e energia.

O presente artigo verifica como os pilares do movimento ESG são incorporados na obra do empreendimento Beach Class Salvador e como estão sendo os seus resultados. A edificação está localizada na Avenida Oceânica no bairro de Ondina, Salvador (BA) e é o primeiro empreendimento residencial compacto do estado da incorporadora Moura Dubeux Engenharia, que hoje é considerada a maior empresa de incorporação e construção civil do Nordeste e que está entre as 22 construtoras listadas na B3<sup>3</sup> que se adequam aos indicadores ESG.

O objetivo deste trabalho é analisar a importância das práticas ESG na implementação do empreendimento imobiliário Beach Class Salvador e a sua relevância para a conservação do meio ambiente.

A metodologia utilizada para elaboração deste artigo foi realizada por meio de visitas a obra, acompanhadas pela responsável da obra, a Engenheira Civil Elaine Eneiva Soares de Almeida, e revisão bibliográfica de artigos, monografias e teses referentes ao tema apresentado.

---

<sup>3</sup> Uma das principais empresas de infraestrutura de mercado financeiro do mundo, atuando em ambiente de bolsa e balcão. B3 é a Bolsa de Valores oficial do Brasil e é considerada a maior Bolsa de Valores da América Latina.

Este trabalho aborda o conceito e o surgimento do movimento ESG e a sua importância para o mundo da construção de empreendimentos imobiliários, dando ênfase aos seus três pilares e demonstrando o quanto a preocupação com a sociedade e com o meio ambiente favorece uma empresa do setor da construção civil e os seus *stakeholders*<sup>4</sup>.

Este estudo é de suma importância, pois o futuro depende do trabalho sustentável que executamos no hoje. A conservação do planeta Terra deve ser fomentada em todas as esferas das nossas vidas e a incorporação dos parâmetros ESG no setor da construção civil contribui de forma ativa na busca desse mundo melhor para as próximas gerações.

## 2. ESG: ENVIRONMENTAL, SOCIAL AND GOVERNANCE

O termo é utilizado para qualificar e estruturar a coleta de dados relacionados a fatores de sustentabilidade, bem como para instrumentalizar o acompanhamento destes dados, de forma a que se pudesse ter escolhas mais qualificadas dos investimentos feitos no nível das companhias, em especial, aquelas que têm suas ações distribuídas nos mercados de capitais (LUPO *et al*, 2021).

### 2.1. SURGIMENTO DO CONCEITO

Com o aumento da preocupação da comunidade científica em relação aos impactos do aquecimento global e as outras adversidades ligadas ao meio ambiente, o termo ESG tornou-se muito discutido atualmente (E|INVESTIDOR, 2021, p.8). No entanto ele já é antigo e muito conhecido no ambiente do mercado financeiro (Figura 01).

---

<sup>4</sup> São pessoas, grupos e organizações que mantém relacionamentos com a empresa podendo ser classificados em dois tipos: primários ou diretamente vinculados com as funções principais da empresa (acionistas, funcionários, credores, clientes, distribuidores e concorrentes) e secundários ou relacionados com as atividades indiretas ou induzidas pela empresa, envolvidos nos inter-relacionamentos entre a empresa e a sociedade sobre as quais incidem reflexos de segunda ordem, decorrentes das atividades da empresa.

Figura 01 – Evolução Histórica



Fonte: Autora, 2021.

A figura 01 mostra a evolução histórica que conforme o Guia Novo Valor – Sustentabilidade nas Empresas da B3, entre os anos 50 e 70 a exclusão das empresas deixou de ser por motivos relacionados à religião e foram embasadas nos valores éticos e morais. Como exemplo dessa mudança, os investidores norte-americanos e europeus deixaram de alocar recursos nas empresas da África do Sul que mantinham relacionamento com o regime de *apartheid* (GUIA NOVO VALOR, 2016, p.10).

Com a revolução tecnológica dos anos 80, existiu a necessidade de um olhar diferente relacionado às questões ambientais e sociais nas empresas e com isso surgiram as primeiras normas regulamentadoras tanto ambientais como trabalhistas. Nos anos 90 houve o surgimento da globalização e com ela a criação da internet, criando uma conexão para todo o mundo. Com isso nasceu o termo sustentabilidade, elaborado por John Elkington, consultor britânico que no ano de 1987 fundou a Sustainability, “uma instituição voltada para consultoria e implantação de projetos de responsabilidade social e ambiental, que é o princípio do desenvolvimento sustentável aplicado às atividades empresariais, logo após se desenvolveu para sustentabilidade corporativa e por fim foi denominada responsabilidade social empresarial que era apenas incorporada nos impactos sociais, mas com o tempo passou a incorporar os impactos ambientais” (MARCUSI, 2021).

“Ainda nos anos 90 aconteceu a Rio 92 ou ECO-92, onde foi criada a Agenda 21 da ONU, um plano de ação e metas com recomendações sobre como atingir o desenvolvimento sustentável, impulsionando as discussões de financiamento a países em desenvolvimento, para que estes alcancem novo modelo de desenvolvimento limpo” (GUIA NOVO VALOR, 2016, p.10). “Em 1997 no Japão o



tratado internacional, chamado Protocolo de Kyoto, decretou compromissos mais rígidos para as padronizações referentes aos gases de efeito estufa, ao cálculo da pegada de carbono e ao conceito do carbono equivalente” (GIL, 2021).

No ano de 1999, foi criado o Índice Dow Jones de Sustentabilidade: o primeiro índice global dedicado a mapear empresas que adotam práticas sustentáveis. Desse momento em diante, várias bolsas ao redor do mundo criaram seus próprios índices inspirados no padrão ESG, inclusive o Brasil, com seu Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 (MACHADO, 2020).

No início dos anos 2000 as questões das mudanças climáticas foram fortemente discutidas e em 2004 a sigla ESG surgiu oficialmente no relatório *Who Cares Wins*, fruto da iniciativa das Organizações das Nações Unidas (PACTO GLOBAL, 2020). Nesse relatório as instituições financeiras de diversos países definiram diretrizes de como considerar questões ambientais, sociais e de governança em investimentos. Com isso os critérios ESG passaram a ser considerados como tomadores de decisões sobre investimentos e também como indicadores de melhoria de desempenho a longo prazo para as empresas (DISTRITO, 2021, p. 9).

## 2.2 OS TRÊS PILARES

O “E” da sigla representa as práticas da empresa no que concerne à conservação do meio ambiente. Na esfera ambiental, os principais desafios atualmente são as mudanças climáticas, restrição dos recursos hídricos, aumento da poluição e perda da biodiversidade. O que é esperado ou requerido das empresas nessa esfera são atitudes que ajudem a combater esses desafios, principalmente ajudando na redução dos gases de efeito estufa, no uso eficiente da água e na gestão de resíduos (EXAME RESEARCH, 2021, p.3).

O “S” representa a parte mais complexa em uma análise ESG. A mudança de um capitalismo acionista para um capitalismo *stakeholder* mudou a postura das empresas, trazendo uma construção de laços mais fortes com seus clientes, colaboradores e fornecedores, ao mesmo tempo em que ajudam a comunidade a qual estão inseridas. O comprometimento com os ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável) da ONU promovem uma busca pela redução dos impactos sociais que podem incluir projetos que ajudem na educação, saúde e na segurança (EXAME RESEARCH, 2021, p.3). Outro ponto abordado nessa esfera são os aspectos

relacionados à diversidade, inclusão, envolvimento dos funcionários, o respeito aos direitos humanos e à proteção de dados pessoais (E|INVESTIDOR, 2021, p.11).

A letra “G” da sigla significa Governança que é todo o processo de gestão e monitoramento da Companhia levando em consideração os princípios da responsabilidade corporativa (fiscal, social, trabalhista, comunitária, ambiental, societária), interagindo com o ambiente e os públicos estratégicos em busca da sustentabilidade para ser longa. Esse sistema é composto por quatro princípios básicos: transparência, equidade, prestação de contas (*accountability*<sup>5</sup>) e responsabilidade corporativa; que permeia, em maior ou menor grau e sua adequada adoção resulta em um clima de confiança tanto internamente quanto nas relações com terceiros. Para que sua adoção seja cumprida pelas empresas é de suma importância que possuam propriedade, conselho de administração, diretoria, órgão de fiscalização e controle, e conduta e conflito de interesses (IBGC, 2015, p.20 e 21).

### 2.3 PRÁTICAS ESG EM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS

É crescente o número de empresas ligadas à cadeia produtiva da construção civil, principalmente as listadas na bolsa de valores, que estão aderindo ao conceito. O reconhecimento de uma empresa ESG ocorre através de certificações ou políticas que ela tenha como comprovar ao mercado. Possuir ISO, praticar políticas de *compliance* e construir edificações ou fornecer materiais para obras sustentáveis são exemplos de comprovação para que uma empresa possa requerer junto aos investidores o “selo ESG” (SANTOS, 2021).

Sob a ótica das questões ambientais, muitas empresas já adotam referenciais internacionais para o desenvolvimento sustentável de seus empreendimentos imobiliários, obtendo certificações, como os selos LEED, AQUA-HQE, Casa Azul, Procel, Edge, Well, Fitwell, entre outros. Na esfera social, a indústria da construção é uma das maiores geradoras de emprego e renda, com contratações de muitas pessoas integrantes de grupos sub-representados. Assim, a cada novo canteiro de obras, aumentam as oportunidades de desenvolvimento econômico da população (CTE, 2021, p.4).

---

<sup>5</sup> É um conjunto de mecanismos que permitem que os gestores de uma organização prestem contas e sejam responsabilizados pelo resultado de suas ações. O termo pode ser relacionado a responsabilização, fiscalização e controle social.

### 3. MOURA DUBEUX ENGENHARIA: EMPREENDIMENTO BEACH CLASS

O Beach Class Salvador é um dos dez empreendimentos da Companhia na cidade do Salvador-BA. Lançado em abril de 2019, situa-se em um terreno de 12 mil  $m^2$ , no qual o divide com o condomínio Undae Ocean (Figura 02).

Figura 02 – Fachada dos Empreendimentos



Fonte: Moura Dubeux Engenharia, 2021.

O condomínio Undae Ocean também se encontra em processo construção e é considerado um imóvel de luxo. O empreendimento analisado neste artigo, situa-se no endereço do antigo Salvador Praia Hotel, que foi desapropriado pela prefeitura e transformado em bem de interesse público no ano de 2009 e demolido em maio de 2019. A obra localiza-se na Avenida Oceânica, número 2275 em Ondina. O empreendimento Beach Class Salvador possui torre única com 21 andares, 236 unidades privativas de 29 a 67 $m^2$ . Conforme a Engenheira Civil responsável, o edifício em novembro de 2021 atingiu 90,93% da estrutura, 42,39% da alvenaria e 2,04% do acabamento e tem previsão para entrega para o mês de agosto de 2023. No seu canteiro possui mais de 120 funcionários, que estão devidamente equipados com dispositivos de proteção individual (EPI) e até a presente data não possui registro de acidente de trabalho.

### 4. ANÁLISE DAS PRÁTICAS ESG NO BEACH CLASS SALVADOR

O estudo de caso refere-se à análise, realizada por meio de visitas e revisões de textos, das práticas do movimento ESG implementadas na Companhia e no

empreendimento Beach Class Salvador, demonstrando o quanto a aplicação dessas boas práticas trazem vantagens econômicas, melhorias no diálogo com parceiros e profissionais, resultando em um ótimo ambiente de trabalho, e ainda possibilidades de uma redução de 40% do consumo de água, 30% de energia elétrica, 35% da emissão de dióxido de carbono e 65% de geração de resíduos, garantindo assim o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico, impactos sócio ambientais e o uso de recursos naturais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e de bem estar das gerações presentes e futuras (GBC, 2021).

#### 4.1 PRÁTICAS ADOTADAS NA EMPRESA

Em março de 2021 a Moura Dubeux Engenharia criou o Comitê ESG que tem oito compromissos no seu planejamento estratégico, sendo eles alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis – ODS. O primeiro compromisso fomenta os valores éticos que promovem processos transparentes que coíbem qualquer prática corruptiva; o segundo proporciona aos funcionários um ambiente de trabalho seguro, saudável e sustentável; o terceiro visa construir produtos imobiliários que impactem positivamente a qualidade de vida dos clientes; o quarto é adotado para apoiar e promover projetos que reduzam as desigualdades sociais garantindo os direitos humanos; o quinto foca no desenvolvimento de produtos imobiliários com enfoque no consumo consciente de insumos, utilização de tecnologias sustentáveis e com eficiência energética; o sexto trata o desenvolvimento de produtos imobiliários que impactem positivamente na urbanização das cidades, priorizando a revitalização das localidades no entorno das operações da empresa; o sétimo discute a contribuição para o crescimento econômico, proporcionando um trabalho digno e com a possibilidade de ascensão de renda; e o oitavo compromisso aborda como proporcionar educação inclusiva e equitativa aos colaboradores internos promovendo oportunidades de novas aprendizagens.

Em maio de 2021 foi incluído o Programa Integridade na plataforma de comunicação da empresa, com ampla visibilidade dos pilares da gestão de *Compliance*<sup>6</sup>. No mês de setembro de 2021 foi realizada a 1ª Semana de Integridade, onde ocorreram diversos treinamentos relacionados à ética no trabalho com as

---

<sup>6</sup> Significa estar em conformidade com as leis, padrões éticos, regulamentos internos e externos. Sua função é minimizar riscos e guiar o comportamento de empresas diante do mercado em que atuam.

equipes administrativa e operacional. O seu comitê de auditoria e riscos é formado por membros independentes, novas regras foram incluídas na Política de Transações, foi criado o canal de transparência e gestão de talentos por meio de projetos com o “Projeto Germinar”, que tem como objetivo desenvolver os jovens colaboradores visando à aceleração do conhecimento profissional. Essas são práticas adotadas pela Companhia, que hoje possui o mais alto nível de governança da classificação da B3.

A empresa executa a sua responsabilidade ambiental e social utilizando a técnica retrofit<sup>7</sup> em áreas subutilizadas nas cidades, trazendo soluções sustentáveis somadas à transformação, fazendo melhorias nas comunidades próximas aos canteiros de obras. Também criam campanhas para arrecadação de alimentos, como exemplo a campanha Condomínio Solidário, fazendo parcerias público-privadas criando espaços focados em empreendedorismo social com produtos e serviços oferecidos por comunidades e Ongs, como é o Mall Social em Pernambuco. E tem o primeiro residencial do nordeste certificado com o selo AQUA-HQE, a Mansão Bahiano de Tênis localizado no bairro da Graça em Salvador (BA).

#### 4.2 PRÁTICAS ADOTADAS NO EMPREENDIMENTO

O Beach Class Salvador participa do programa IPTU Verde da Prefeitura, que de acordo com os artigos 299 e 300 da lei nº 9069/2016 é uma certificação dada pelo Programa de Certificação Sustentável em edificações no Município de Salvador concedida a empreendimentos que contemplam em seus projetos em trâmite de aprovação, ações e práticas sustentáveis destinadas à redução do consumo de recursos naturais e dos impactos ambientais (BRASIL, 2016, p. 143).

No edifício e nas suas áreas comum e de lazer serão instalados os sistemas de aproveitamento de águas pluviais, de condensação de ar condicionado e a individualização dos medidores de consumo de água. Também terão torneiras com temporizador, iluminadores com sensores de presença, tomadas para carros elétricos e elevadores com regeneração de energia e programação de tráfego. Em todo o seu passeio serão plantadas espécies vegetais nativas, que ajudarão no sombreamento e na diminuição do aquecimento global.

---

<sup>7</sup> Técnica de revitalização de construções antiga, que tem como objetivo fazer alterações para garantir o melhoramento das instalações, a atualização estética e a modernização da construção, mas sem descaracterizar seus elementos originais históricos e arquitetônicos.

Devido ao aumento do potencial construtivo, a área de construção, contrapartidas previstas no PDDU e outras demandas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo (SEDUR), foi cobrado da empresa um valor que, incluindo a outorga onerosa resultou em mais de R\$ 2,8 milhões; junto foram cobrados 5% da cota de solidariedade, que segundo o artigo 340 da lei nº 9069/2016, consiste na obrigação de promotores de empreendimentos imobiliários de grande porte, contribuir para a produção de habitação de interesse social, cota esta com valor equivalente a R\$ 1 milhão. Esses valores serão destinados a projetos de habitação popular, conforme previsto na legislação municipal (BRASIL, 2016, p.156). Segundo a engenheira civil responsável, “compensações urbanas também serão realizadas pela empresa, como a criação de boulevard na Avenida Oceânica, requalificação da Rua Roschild Moreira, construção de um mirante com vista mar e melhoria do passeio à beira mar, que resultarão no conceito de sustentabilidade e integração”. Outro ponto abordado pela Elaine Eneiva, engenheira civil responsável, foi “a reutilização dos resíduos que é incentivada e com isso foram criados os espaços PET e o bicicletário, fruto dos materiais reaproveitados da própria obra, visando assim à diminuição dos resíduos e mantendo o espaço limpo, organizado e seguro”<sup>8</sup>.

Para a criação do espaço PET foram reutilizados canos de circulação de água fria, transformando-os em comedouros e bebedouros para os animais visitantes da obra. No bicicletário foram reaproveitados agregados graúdos e tambor metálico para a construção de um lavatório e a madeira serviu como suporte para um pequeno jardim.

A política SGI é aplicada para todos os colaboradores da empresa, assim como os códigos de ética, conduta e transparência. A equipe tanto operacional quanto indireta é chefiada por uma mulher, no entanto possui apenas homens nas frentes de trabalho. Também não são encontradas no canteiro pessoas com deficiência, fazendo com que a obra não dialogue com a diversidade, equidade e inclusão.

O código de ética e conduta e o canal de transparência são bastante difundidos na obra. Em todo o canteiro existem banners que incentivam os funcionários a conhecerem e transmitirem informações que possam ser causadoras de danos para a empresa.

---

<sup>8</sup> Informação dada durante a visita a obra no dia 30 de setembro de 2021.

Com a disseminação da pandemia no ano de 2020 ações como medidas de proteção para todos os colaboradores, planos de contingência para funcionamento remoto de funções administrativas e adequação de contratos de trabalho evitando demissões foram tomadas para minimizar os efeitos da COVID -19 na obra.

Uma das principais críticas do empreendimento relacionadas ao meio ambiente é a sua altura, considerando que se trata de uma construção na Orla que trará como consequências o sombreamento da praia. De acordo com o Plano Diretor de Salvador a construtora utilizou dois instrumentos: o uso do gabarito (altura) mais permissivo para projetos que visam a requalificação da borda atlântica, já que o terreno utilizado era de um hotel abandonado, conforme o artigo 399 e a outorga onerosa, de acordo com o artigo 294 (BRASIL, 2016). Contudo a prefeitura afirmou em nota à organização Marco Zero Conteúdo que o licenciamento do empreendimento foi feito considerando o artigo 103 da LOUOS – Lei 9148/2016, onde o condomínio se encaixaria no artigo 111, que, de acordo com a interpretação da prefeitura de Salvador, prevê o incentivo à regeneração urbana por meio da substituição de edificações deterioradas, e com isso não se aplica a exigência do estudo de sombreamento. O Ministério Público da Bahia está de posse de um estudo preliminar e aguarda a conclusão das análises para adotar as providências cabíveis (SANTOS, 2021).

#### 4.3. SUGESTÕES DE MELHORIAS

O cumprimento das práticas como garantia do comprometimento com as questões ambientais, sociais e de governança são de grande importância para todas as empresas, independente do seu porte, pois é por meio de sua aplicabilidade que a companhia demonstra como o seu trabalho contribuirá para um mundo melhor. Abaixo temos o Quadro 01 explanando o que é aplicado na empresa e as sugestões de melhorias.

Quadro 01 – Sugestões da Aplicabilidade das Práticas ESG

| ESFERAS   | APLICAÇÃO NA EMPRESA                                                                           | SUGESTÕES DE MELHORIAS                                                                                                                                                            |
|-----------|------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Ambiental | Coleta seletiva; reutilização dos resíduos; uso de madeira nativa; controle de água e energia. | Utilização de energias renováveis; respeito à biodiversidade minimizando a poluição e o uso dos recursos naturais; adoção de medidas de prevenção a desastres e gestão de riscos. |

|                        |                                                                                                        |                                                                                                                                                                                     |
|------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Social                 | Geração de emprego; melhorias nas comunidades; parcerias público-privadas para elaboração de projetos. | Elaboração de políticas mais rigorosas para inclusão e diversidade; ações de melhorias em todos os estados que performam; auxílios de desenvolvimento intelectual dos funcionários. |
| Governança Corporativa | Comitês formados por membros independentes; canal de transparência; gestão de talentos.                | Melhorias nos canais de transparência; atualizações nas ações de combate à corrupção.                                                                                               |

Fonte: Autora, 2021.

Na esfera ambiental a Companhia poderia substituir o uso de energia gerada pela queima de combustíveis fósseis por energias renováveis, como eólica ou solar. Trabalhar ainda mais para diminuir a geração de resíduos sólidos, o que pode ser feito pela eliminação de descartáveis que não sejam essenciais para a segurança dos trabalhadores e garantir que os resíduos sejam eliminados e recebam o descarte ambientalmente correto, respeitar à biodiversidade englobando as milhares de espécies de seres vivos, os quais dividem o planeta conosco, minimizando ao máximo os impactos da poluição e o uso excessivo dos recursos naturais, e adotar medidas de prevenção a desastres e gestão de riscos.

Na esfera social a Moura Dubeux deve elaborar políticas mais rigorosas de inclusão e diversidade, que possam garantir que o seu quadro de funcionários seja diversificado e não exclua pessoas socialmente vulneráveis. Precisa executar em todos os estados que performam ações positivas com as comunidades locais, contribuindo para projetos sociais de desenvolvimento e fomentar o investimento nos auxílios de evolução intelectual dos seus funcionários com mais programas de capacitação, tendo como exemplo a jornada da liderança que capacita gestores em líderes inspiradores.

Na esfera da governança corporativa a empresa deve atuar na ampliação dos canais de ética e na busca do aperfeiçoamento da transparência em todas as relações em que está envolvida, garantindo que os conselhos sejam ainda mais diversos, trabalhando sempre em consonância com a legislação e garantindo que as ações de combate à corrupção passam constantemente por atualizações.

De acordo com o relatório do auditor independente sobre as informações financeiras, a aplicabilidade dos três pilares nos dois modelos de negócio da companhia (Incorporação e Condomínio), apresentaram uma receita líquida de R\$ de



R\$ 477,0 milhões, apresentando crescimento significativo de 47,7% no terceiro trimestre de 2021.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho teve como principal interesse promover uma análise de como uma mudança de postura do setor da Construção Civil, visando uma realidade mais sustentável e justa, pode impactar em todas as esferas da sociedade.

Embora a sua aplicabilidade não possa ter sido mensurada ao longo da construção deste trabalho, pois como visto é uma medida recentemente implementada na empresa com relatório ainda não publicado no mercado, já existem relatos de seu sucesso em empresas americanas e europeias. A ressignificação da construção civil por meio do ESG, versa sobre uma sociedade mais igualitária e preocupada com os impactos ambientais, levando em consideração também a governança e toda cadeia de boa conduta primando pelos princípios da responsabilidade corporativa.

Percebe-se ao longo do trabalho que os resultados da Moura Dubeux Engenharia ainda são tímidos e bem embrionários, principalmente no que concerne a implementação de uma política que priorize o meio ambiente, as questões sociais e uma governança que trate desses assuntos de forma central em seus empreendimentos, o Beach Class já evidência uma melhora que se espera ser implementada e que com certeza mudará os nortes dos empreendimentos imobiliários das cidades que a Moura Dubeux trabalha.

O ESG desperta de forma imediata a construção de valores e de boas práticas sociais, transformando assim, de forma positiva, a sociedade em que está inserida possibilitando seu desenvolvimento sustentável e a valorização da relação indivíduo e meio ambiente. Outro ponto de grande relevância que deve ser citado é a questão do lucro financeiro, pois a captação de investidores preocupados com questões ambientais e sociais é uma crescente no mercado.

Desse modo, pode-se concluir que a adoção das práticas ESG resulta em benefícios a curto e longo prazo, modificando a realidade do hoje e proporcionando um futuro com práticas conscientes de cunho social, ambiental e de governança.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. LEI Nº 9.069/2016, versão consolidada com alterações de 22 de março de 2018. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador**. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-salvador->>. Acesso em: 01 mar. 2021.

CBIC. **Contas trimestrais nacionais**. Banco de Dados CBIC. Dezembro de 2021. Disponível em: <<http://www.cbicdados.com.br/home/>>. Acesso em: 11 dez. 2021.

CTE. **Os objetivos do desenvolvimento sustentável e a sua aplicação no setor da construção**. Junho de 2021. Disponível em: <<https://bityli.com/QtQsdo>> Acesso em: 02 out. 2021.

CTE. **Sistema ESG para empresas do setor da construção**. Junho de 2021. Disponível em: <[https://abrasfe.org.br/wpcontent/uploads/2021/06/ebook\\_sistema\\_esg\\_empresas\\_construcao.pdf](https://abrasfe.org.br/wpcontent/uploads/2021/06/ebook_sistema_esg_empresas_construcao.pdf)> Acesso em: 10 out. 2021.

DISTRITO. **ESG para corporações: melhores práticas e iniciativas para a inovação aberta**. Disponível em: <<https://materiais.districto.me/esg-para-corporacoes>> Acesso em: 30 ago. 2021.

E|INVESTIDOR. **ESG a nova onda verde**. Estadão. São Paulo, 2021. Disponível em: <[https://conteudos.einvestidor.estadao.com.br/ebook\\_esg/?utm\\_source=google&utm\\_medium=cpc&utm\\_campaign=esg&gclid=Cj0KCQjwtrSLBhCLARIsACH6Rmhp6-ID72WArfbv1yjV8ltapjhbMq0C0-20uquny-0nmJspobbQ72MaAuudEALw\\_wcB](https://conteudos.einvestidor.estadao.com.br/ebook_esg/?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=esg&gclid=Cj0KCQjwtrSLBhCLARIsACH6Rmhp6-ID72WArfbv1yjV8ltapjhbMq0C0-20uquny-0nmJspobbQ72MaAuudEALw_wcB)> Acesso em: 18 set. 2021.

EXAME RESEARCH. **ESG – A revolução da sustentabilidade**. Exame Academy. Plataforma digital de cursos da Revista Exame. São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://lp.exame.com/academy/esg-curso/>>. Acesso em: 13 set. 2021.

GBC. **ESG na construção civil: como esse conceito pode contribuir para o setor?** Green Building Councils Brasil, 2021. Disponível em: <<https://www.gbcbrasil.org.br/esg-na-construcao-civil-como-esse-conceito-pode-contribuir-para-o-setor/>> Acesso em: 01 nov. 2021.

GIL, L.A. **Análise da conjuntura de incorporadoras e construtoras frente ao movimento *environmental, social and governance* – ESG no Brasil**. Monografia. Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2021. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/225691/001129400.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

GUIA NOVO VALOR. **Sustentabilidade nas Empresas**. BM&FBOVESPA (2ª edição). São Paulo, 2016. Disponível em: <[https://www.b3.com.br/data/files/D3/D0/0F/6C/FE07751035EA4575790D8AA8/GuiaNovoValor\\_SustentabilidadeNasEmpresas\\_PT.PDF](https://www.b3.com.br/data/files/D3/D0/0F/6C/FE07751035EA4575790D8AA8/GuiaNovoValor_SustentabilidadeNasEmpresas_PT.PDF)> Acesso em: 10 out. 2021.

IBGC. **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (5ª edição). 2015. Disponível em: <<https://conhecimento.ibgc.org.br/Paginas/Publicacao.aspx?PubId=21138>> Acesso em: 03 nov. 2021.

LUPO, Fábio; LOMELINO, Lucas Rodrigues; MIGUEL, Samira Vasconcellos; MIGUEL, Lilian A. P. **O que é ESG e os desafios de sua aplicação nos mercados financeiros**.

**Universidade Presbiteriana Mackenzie.** São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://www.mackenzie.br/noticias/artigo/n/a/i/o-que-e-esg-e-os-desafios-de-sua-aplicacao-nos-mercados-financeiros>>. Acesso em: 03 dez. 2021.

MACHADO. R.N. **ESG – conceito, origem e princípios.** Linked in. Novembro de 2020. Disponível em: <<https://pt.linkedin.com/pulse/esg-conceito-origem-e-princ%C3%ADpios-roseli-nogueira->>. Acesso em: 30 set. 2021.

MARCUSSI. J.C. **Advocacia ambiental e práticas ESG.** Maio de 2021. Disponível em: <<https://podcasts.google.com/feed/aHR0cHM6Ly9hbmNob3luZm0vcy80ZWE2ZGJkNC9wb2RjYXN0L3Jzcw/episode/NGY0ODlmYTETyZyYwNC00ZDdhLWE0NDAtZjlyNGI1ZDc4YmU1?sa=X&ved=0CAUQkfYCahcKEwjot8Hm1tv0AhUAAAAAHQAAAAAQNA>>. Acesso em: 06 mai. 2021.

MOURA DUBEUX. **Site Institucional.** Pernambuco, 2018. Disponível em: <<https://ri.mouradubeux.com.br/en/the-company/competitive-advantages/>>. Acesso em: 05 nov. 2021.

PACTO GLOBAL. **Entenda o significado da sigla ESG (Ambiental, Social e Governança) e saiba como inserir esses princípios no dia a dia de sua empresa.** Disponível em: <<https://www.pactoglobal.org.br/pg/esg>>. Acesso em: 18 set. 2021.

SANTOS, Altair. **O que é ESG e por que a construção civil adere aos seus conceitos?** Massa Cinzenta, 2021. Disponível em: <<https://www.cimentoitambe.com.br/massa-cinzenta/o-que-e-esg-e-por-que-a-construcao-civil-adere-aos-seus-conceitos/>>. Acesso em: 06 out. 2021.

SANTOS, Maria Carolina. **Moura Dubeux repete em Salvador modo de atuar que cobriu de sombras a praia de Boa Viagem.** Marco Zero Conteúdo. Pernambuco, 2021. Disponível em: <<https://marcozero.org/moura-dubeux-repete-em-salvador-modo-de-atuar-que-cobriu-de-sombras-praia-de-boa-viagem/>>. Acesso em: 27 set. 2021.

# ESTUDO E AVALIAÇÃO DO DESMPENHO DE CONCRETO DOSADO PELO MÉTODO DE FAURY

José Marcílio Ladeia Vilasboas<sup>1</sup>;

Daiane Damasceno Félix<sup>2</sup>;

Juliana Araujo Magalhães<sup>3</sup>

## RESUMO

Este trabalho visa avaliar o desempenho dos concretos frescos e endurecidos, dosados segundo o método de Faury e definir seus traços de concreto com a finalidade de satisfazer, principalmente, aos seguintes requisitos: classes de resistência C25, C30 e C40; classe de consistência S100; dimensão máxima característica do agregado graúdo: 19 mm; classe de agressividade ambiental II; agressividade moderada e tipo de ambiente: urbana. Os estudos foram efetuados a partir do emprego de areia quartzosa e brita gnáissica ( $d_{max} = 19$  mm) oriundos da Região Metropolitana de Salvador, além de amostra de cimento do tipo CP II-Z-32 RS e água de amassamento oriunda da rede de abastecimento local. Para este método, considerando as melhores proporções entre os materiais disponíveis, foram produzidas 03 betonadas com classe de consistência S100 e relações água/cimento iguais a 0,450; 0,550 e 0,650. Em cada mistura, realizaram-se os seguintes ensaios no concreto fresco: massa específica, consistência, teor de ar aprisionado e moldagem de 08 corpos de prova. Os ensaios efetuados no concreto endurecido corresponderam a: absorção e porosidade efetiva (02 corpos de prova na idade de 28 dias) e resistência à compressão (02 corpos de prova nas idades de 05, 07 e 28 dias). Comprova-se que o procedimento de dosagem estudado obteve resultados aptos para fornecer misturas com a consistência prefixada e trabalhabilidade adequada às necessidades de lançamento e adensamento. Os estudos realizados, com relações água/cimento prefixadas entre 0,650 e 0,450, atingiram valores de resistência empreendidos entre 24,3MPa e 41,8 MPa, na idade de 28 dias.

**Palavras-chave:** Métodos de dosagem de Faury. Concreto. Resistência à compressão.

## 1. INTRODUÇÃO

No Brasil, inúmeros são os métodos de dosagem empregados para a obtenção da melhor proporção entre os materiais constitutivos do concreto, também conhecido por traço ou composição. Essa proporção ideal pode ser expressa em massa ou volume e as condições de preparo do concreto são bem definidas pela NBR 12655 (ABNT, 2015). Porém, a inexistência de um consenso numa nacional norma brasileira

---

<sup>1</sup> Professor Doutor, Universidade Católica do Salvador, jose.vilasboas@pro.ucsal.br;

<sup>2</sup> Engenharia Civil, Universidade Católica do Salvador, daifelix@hotmail.com;

<sup>3</sup> Engenharia Civil, Universidade Católica do Salvador, jamagalhaes6@gmail.com.

sobre os procedimentos e parâmetros de dosagem tem propiciado vários pesquisadores e/ou instituições a proporem seus próprios métodos de dosagem.

A obtenção de bons desempenhos, nas propriedades exigíveis ao concreto, dependerá tanto dos materiais componentes como das proporções entre eles e da tecnologia e recursos humanos disponíveis para o seu preparo e o seu controle. A necessidade econômica de reduzir custos na produção de concreto otimiza o processo produtivo de maneira global com o intuito de obter um produto de características e propriedades uniformes, com desempenho e durabilidade compatíveis aos requisitos normativos especificados pelo projeto estrutural da obra e com custo adequado, às possibilidades do mercado consumidor.

Este trabalho tem como objetivo geral avaliar o desempenho de concretos produzidos com a areia quartzosa proveniente da região metropolitana de Salvador, cujas composições foram preparadas com diferentes relações água/cimento (0,450, 0,550 e 0,650), classes de consistência S100, definidas a partir do método de dosagem propostos por Faury.

Já o objetivo específico deste estudo é definir os traços de concreto do Método Faury com a finalidade de satisfazer, principalmente, aos seguintes requisitos: a) classes de resistência C25, C30 e C40; b) classe de consistência S100; c) dimensão máxima característica do agregado gráudo: 19 mm; d) classe de agressividade ambiental II; e) agressividade moderada e f) tipo de ambiente: urbana.

A relevância do estudo da dosagem de concreto pelo Método Faury está associada ao esclarecimento das partes interessadas a respeito do atendimento a uma série de requisitos que envolvem a complexidade deste método, além de existir poucos estudos teóricos e/ou experimentais no âmbito nacional que descrevam os procedimentos deste tema.

Outra motivação para realização desse trabalho decorre do emprego da areia proveniente da Região Metropolitana de Salvador, enquadrada praticamente na zona granulométrica utilizável inferior, conforme a NBR 7211 (ABNT, 2009), e que também existem poucos trabalhos teóricos e/ou experimentais acerca do assunto, levando-se em conta o mencionado procedimento de dosagem.

## **2. DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS**

As atividades experimentais desenvolvidas para que os objetivos propostos neste trabalho fossem alcançados, compreenderam a realização de ensaios nos

laboratórios da Universidade Católica do Salvador e de uma empresa parceira dosadora de concreto.

Em laboratório, foram realizados ensaios que visaram estudar as propriedades dos concretos endurecidos, tais como: resistência à compressão, massa específica, absorção, porosidade efetiva, que são consideradas indispensáveis para o estudo em análise. Cabe salientar que os ensaios de resistência à compressão foram efetuados no laboratório da empresa parceira dosadora de concreto. A partir deste estudo, foram elaboradas as curvas de ABRAMS para a definição dos três traços de concreto, conforme cada método, atendendo às especificações estabelecidas, tais como: a) classes de resistência C25, C30 e C40; b) classe de consistência S100; c) dimensão máxima característica do agregado graúdo: 19 mm; d) classe de agressividade ambiental II; e) agressividade moderada e tipo de ambiente: urbana.

## 2.1 CARACTERIZAÇÃO DOS MATERIAIS

O cimento utilizado no estudo que originou este artigo foi o cimento Portland composto CP\_II-Z-32 RS, resistente a sulfatos, marca POTY, cujas características físicas, químicas e mecânicas foram determinadas conforme as normas técnicas vigentes. Ressalta-se que os ensaios realizados na amostra do cimento foram executados no laboratório do fornecedor.

O agregado miúdo, areia quartzosa, foi proveniente da cidade de Camaçari, localizada na Região Metropolitana de Salvador. O agregado graúdo, de origem gnáissica, oriundo de uma jazida situada em Salvador.

A areia empregada apresenta composição granulométrica que não se enquadra no limite inferior da zona utilizável, devido ao teor de material retido acumulado na peneira com abertura de 1,18 mm ter sido inferior a 5%, enquanto o agregado graúdo atende aos limites da zona classificada como 9,5/25, conforme prevê a NBR 7211 (ABNT, 2009).

Na realização dos ensaios de compressão em concreto, foi utilizado uma prensa hidráulica de acionamento elétrico, sistema servo controlado, modelo I3025, série N112, Tag: 050480, com resolução de 0,01 tf e de capacidade máxima de 120 tf. O referido equipamento foi devidamente calibrado e atende aos requisitos da NBR ISO 7500-1 (ABNT, 2016).

## 2.2 DESENVOLVIMENTO DO CÁLCULO DOS TRAÇOS DE CONCRETO PELO MÉTODO DE FAURY

Segundo Coutinho (2006), para definir os traços de concreto pelo método de Faury é necessário seguir os procedimentos descritos abaixo:

- a) Determinação da dimensão máxima do agregado (D).
- b) Atribuição de valores aos parâmetros da curva de Faury (A, B) e atribuição do valor de R, raio médio do molde a encher, que na posição mais desfavorável, equivale ao valor da máxima dimensão do agregado.
- c) Cálculo da ordenada do ponto de abscissa D/2 (mm) da curva de referência de Faury, utilizando a Equação 1.

$$P\left(\frac{D}{2}\right) = A + 17\sqrt[5]{D} + \frac{B}{\frac{R}{D} - 0,75} \quad (1)$$

Sendo:

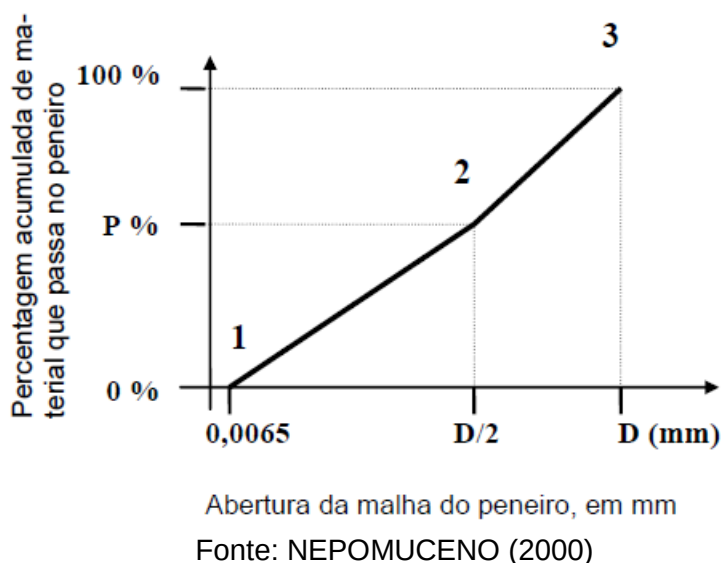
A, B – os parâmetros que dependem da natureza dos agregados, do meio de colocação utilizado e da consistência do concreto (Quadro 1);

R – raio médio do molde, em mm;

D – dimensão máxima do agregado, em mm;

PD/2 – percentagem do material sólido total que passa na peneira D/2.

- d) Elaboração do gráfico conforme Figura 1, em seguida traçar a curva de referência de Faury, na qual o cimento deverá estar incluso. Uma vez que a percentagem do cimento em relação ao volume sólido total já é um dado conhecido.

**Figura 1** - Gráfico dos pontos da curva de referência de Faury

e) Cálculo da percentagem dos componentes (agregados e cimento):

A partir do gráfico que apresenta a curva de referência, deve-se desenhar as curvas granulométricas dos agregados e realizar a construção geométrica, para obter as porcentagens de brita e da mistura (areia + cimento). Como é necessário separar o cimento da areia, calcula-se a percentagem de cimento existente na soma dos volumes do agregado e do cimento utilizados na curva granulométrica. Assim, determina-se as porcentagens, em volume, dos materiais: cimento, areia e brita.

f) Acerto da composição pelo módulo de finura:

O módulo de finura de Faury para a curva de referência é determinado pela consulta no Quadro 2. Conhecido o valor da máxima dimensão do inerte (D) encontra-se o parâmetro (a) pela Equação 2.

$$a = A + \frac{B}{\frac{R}{D} - 0,75} \quad (2)$$

Sendo:

A, B – os parâmetros que dependem da natureza dos agregados, do meio de colocação utilizado e da consistência do concreto (Quadro 1);

R – raio médio do molde, em mm;

D – dimensão máxima do agregado, em mm;



**Quadro 1** - Valores dos parâmetros A e B da curva de referência de Faury

| Trabalhabilidade | Meios de compactação                                          | Valores de A           |                |               | Valores de B | Medição do Abaixamento do cone de Abraams (mm) | Classe de consistência |                |
|------------------|---------------------------------------------------------------|------------------------|----------------|---------------|--------------|------------------------------------------------|------------------------|----------------|
|                  |                                                               | Natureza dos agregados |                |               |              |                                                |                        |                |
|                  |                                                               | Areia rolada           |                | Areia britada |              |                                                |                        |                |
|                  |                                                               | Grosso rolado          | Grosso britado |               |              |                                                |                        | Grosso britado |
| Terra húmida     | Vibração muito potente e possível compressão (pré-fabricação) | ≤ 18                   | ≤ 19           | ≤ 20          | 1            | -----                                          | Não definido           |                |
| Seca             | Vibração potente (pré-fabricação)                             | 20 a 21                | 21 a 22        | 22 a 23       | 1 a 1,5      | -----                                          | Não definido           |                |
| Plástica         | Vibração média                                                | 21 a 22                | 23 a 24        | 25 a 26       | 1,5          | 0 a 40                                         | S1                     |                |
| Mole             | Apiloamento                                                   | 28                     | 30             | 32            | 2            | 40 a 150                                       | S2/S3                  |                |
| Fluida           | Espalhamento e compactação pelo próprio peso                  | 32                     | 34             | 38            | 2            | >150                                           | S4/S5                  |                |

Fonte: COUTINHO, 2006

**Quadro 2**-Módulo de finura Faury das curvas de referência de Faury em função dos valores da Equação 2

| Máxima<br>dimensão do<br>inerte | Valores<br>de | Valores da expressão (a) |      |      |      |      |      |      |      |      |      |    |
|---------------------------------|---------------|--------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|----|
|                                 |               | $\frac{5}{\sqrt{D}}$     | 15   | 16   | 17   | 18   | 19   | 20   | 21   | 22   | 23   | 24 |
| D                               |               |                          |      |      |      |      |      |      |      |      |      |    |
| 203,2                           | 49,21         | 7,14                     | 7,09 | 7,04 | 6,98 | 6,93 | 6,88 | 6,83 | 6,78 | 6,73 | 6,68 |    |
| 152,4                           | 46,46         | 6,90                     | 6,85 | 6,80 | 6,75 | 6,70 | 6,65 | 6,60 | 6,55 | 6,50 | 6,45 |    |
| 101,6                           | 42,84         | 6,61                     | 6,56 | 6,52 | 6,47 | 6,42 | 6,37 | 6,32 | 6,27 | 6,22 | 6,18 |    |
| 76,2                            | 40,44         | 6,35                     | 6,30 | 6,25 | 6,21 | 6,16 | 6,11 | 6,07 | 6,02 | 5,97 | 5,92 |    |
| 50,8                            | 37,29         | 6,03                     | 5,98 | 5,94 | 5,89 | 5,85 | 5,80 | 5,76 | 5,71 | 5,67 | 5,62 |    |
| 38,1                            | 35,21         | 5,76                     | 5,72 | 5,67 | 5,63 | 5,58 | 5,54 | 5,49 | 5,45 | 5,40 | 5,36 |    |
| 25,4                            | 32,46         | 5,40                     | 5,36 | 5,32 | 5,28 | 5,24 | 5,19 | 5,15 | 5,11 | 5,07 | 5,03 |    |
| 19,1                            | 30,66         | 5,12                     | 5,08 | 5,04 | 5,00 | 4,96 | 4,92 | 4,87 | 4,83 | 4,79 | 4,75 |    |
| 12,7                            | 28,26         | 4,74                     | 4,70 | 4,66 | 4,62 | 4,58 | 4,54 | 4,50 | 4,46 | 4,42 | 4,39 |    |
| 9,52                            | 26,68         | 4,39                     | 4,35 | 4,32 | 4,28 | 4,24 | 4,20 | 4,17 | 4,13 | 4,09 | 4,05 |    |
| 6,35                            | 24,60         | 4,03                     | 4,00 | 3,96 | 3,93 | 3,89 | 3,86 | 3,82 | 3,79 | 3,75 | 3,72 |    |
| 4,76                            | 23,22         | 3,72                     | 3,69 | 3,65 | 3,62 | 3,58 | 3,55 | 3,52 | 3,48 | 3,45 | 3,41 |    |

Fonte: COUTINHO, 2006

**Quadro 2-**Módulo de finura Faury das curvas de referência de Faury em função dos valores da Equação 2(Continuação)

| Máxima<br>dimensão do<br>inerte | Valores<br>de | Valores da expressão (a) |      |      |      |      |      |      |      |      |      |    |
|---------------------------------|---------------|--------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|----|
|                                 |               | $17 \sqrt[5]{D}$         | 25   | 26   | 27   | 28   | 29   | 30   | 31   | 32   | 33   | 34 |
| 203,2                           | 49,21         | 6,62                     | 6,57 | 6,52 | 6,47 | 6,42 | 6,37 | 6,32 | 6,26 | 6,21 | 6,16 |    |
| 152,4                           | 46,46         | 6,40                     | 6,35 | 6,30 | 6,25 | 6,20 | 6,15 | 6,10 | 6,05 | 6,00 | 5,95 |    |
| 101,6                           | 42,84         | 6,13                     | 6,08 | 6,03 | 5,98 | 5,93 | 5,89 | 5,84 | 5,79 | 5,74 | 5,69 |    |
| 76,2                            | 40,44         | 5,88                     | 5,83 | 5,78 | 5,74 | 5,69 | 5,64 | 5,59 | 5,55 | 5,50 | 5,45 |    |
| 50,8                            | 37,29         | 5,58                     | 5,53 | 5,49 | 5,44 | 5,40 | 5,35 | 5,30 | 5,26 | 5,21 | 5,17 |    |
| 38,1                            | 35,21         | 5,31                     | 5,27 | 5,22 | 5,18 | 5,14 | 5,09 | 5,05 | 5,00 | 4,96 | 4,91 |    |
| 25,4                            | 32,46         | 4,99                     | 4,94 | 4,90 | 4,86 | 4,82 | 4,78 | 4,74 | 4,69 | 4,65 | 4,61 |    |
| 19,1                            | 30,66         | 4,71                     | 4,67 | 4,62 | 4,58 | 4,54 | 4,50 | 4,46 | 4,42 | 4,37 | 4,33 |    |
| 12,7                            | 28,26         | 4,35                     | 4,31 | 4,27 | 4,23 | 4,19 | 4,15 | 4,11 | 4,07 | 4,03 | 3,99 |    |
| 9,52                            | 26,68         | 4,02                     | 3,98 | 3,94 | 3,90 | 3,86 | 3,83 | 3,79 | 3,75 | 3,72 | 3,68 |    |
| 6,35                            | 24,60         | 3,68                     | 3,65 | 3,61 | 3,58 | 3,54 | 3,51 | 3,47 | 3,43 | 3,40 | 3,36 |    |
| 4,76                            | 23,22         | 3,38                     | 3,35 | 3,31 | 3,28 | 3,25 | 3,21 | 3,18 | 3,14 | 3,11 | 3,08 |    |

Fonte: COUTINHO, 2006

**Quadro 2-**Módulo de finura Faury das curvas de referência de Faury em função dos valores da Equação 2 (Continuação)

| Máxima<br>dimensão do<br>inerte | Valores<br>de | Valores da expressão (a) |      |      |      |      |      |      |      |      |      |      |    |
|---------------------------------|---------------|--------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|----|
|                                 |               | $17 \sqrt[5]{D}$         | 35   | 36   | 37   | 38   | 39   | 40   | 41   | 42   | 43   | 44   | 45 |
| 203,2                           | 49,21         | 6,11                     | 6,06 | 6,01 | 5,96 | 5,91 | 5,85 | 5,80 | 5,75 | 5,70 | 5,65 | 5,60 |    |
| 152,4                           | 46,46         | 5,90                     | 5,85 | 5,80 | 5,75 | 5,70 | 5,65 | 5,60 | 5,55 | 5,50 | 5,45 | 5,40 |    |
| 101,6                           | 42,84         | 5,64                     | 5,60 | 5,55 | 5,50 | 5,45 | 5,40 | 5,36 | 5,31 | 5,26 | 5,21 | 5,16 |    |
| 76,2                            | 40,44         | 5,40                     | 5,36 | 5,31 | 5,26 | 5,22 | 5,17 | 5,12 | 5,07 | 5,03 | 4,98 | 4,93 |    |
| 50,8                            | 37,29         | 5,12                     | 5,08 | 5,03 | 4,99 | 4,94 | 4,89 | 4,85 | 4,80 | 4,76 | 4,71 | 4,69 |    |
| 38,1                            | 35,21         | 4,87                     | 4,82 | 4,78 | 4,74 | 4,69 | 4,65 | 4,60 | 4,56 | 4,51 | 4,47 | 4,42 |    |
| 25,4                            | 32,46         | 4,57                     | 4,53 | 4,48 | 4,44 | 4,40 | 4,36 | 4,32 | 4,28 | 4,24 | 4,19 | 4,15 |    |
| 19,1                            | 30,66         | 4,29                     | 4,25 | 4,21 | 4,17 | 4,12 | 4,08 | 4,04 | 4,00 | 3,96 | 3,92 | 3,88 |    |
| 12,7                            | 28,26         | 3,96                     | 3,92 | 3,88 | 3,84 | 3,80 | 3,76 | 3,72 | 3,68 | 3,64 | 3,60 | 3,56 |    |
| 9,52                            | 26,68         | 3,64                     | 3,60 | 3,56 | 3,53 | 3,49 | 3,45 | 3,41 | 3,38 | 3,34 | 3,30 | 3,26 |    |
| 6,35                            | 24,60         | 3,33                     | 3,29 | 3,26 | 3,22 | 3,19 | 3,15 | 3,12 | 3,08 | 3,05 | 3,01 | 2,98 |    |
| 4,76                            | 23,22         | 3,04                     | 3,01 | 2,98 | 2,94 | 2,91 | 2,88 | 2,84 | 2,81 | 2,78 | 2,74 | 2,71 |    |

Fonte: COUTINHO, 2006

g) Verificação do ajustamento à curva de referência:

Conhecida as análises granulométricas dos agregados, deve-se multiplicar pela proporção destes que já foram determinadas, e somando termo a termo obtém-se a curva granulométrica real.

h) Composição do concreto, em quilogramas por metro cúbico:

Na alínea “e” foi calculado o volume absoluto do agregado (dm<sup>3</sup>) por metro cúbico do concreto. Para calcular, separadamente, a massa da brita e da areia

é necessário determinar primeiramente seus percentuais em relação ao percentual total dos agregados. Multiplicando-se este percentual pelo volume total dos sólidos e pela massa específica, obtém-se a massa dos componentes por metro cúbico.

i) Acerto da dosagem de água

No laboratório fabrica-se o concreto, verifica-se a coesão, a mobilidade, o teor de argamassa da mistura e mede-se a sua consistência. Caso essas propriedades do concreto fresco estejam adequadas, não haverá necessidade de proceder qualquer correção na composição inicial do concreto. Caso contrário, corrige-se, por exemplo, o teor de argamassa e/ou a dosagem de água por tentativas experimentais, e recalcula-se a composição do concreto com a nova dosagem de água.

Os traços de concreto foram elaborados a partir do método de dosagem proposto por Faury, cuja composições e os dados dos concretos no estado fresco estão representados na Tabela 1.

**Tabela 1** – Dados e composições dos concretos no estado fresco

| Traço | Proporções<br>(em massa) | Relação<br>água/cimento<br>(em massa) | Relação<br>Água/materiais<br>secos | Consumo<br>de<br>cimento | Massa<br>específica  | Índice de<br>consistência |
|-------|--------------------------|---------------------------------------|------------------------------------|--------------------------|----------------------|---------------------------|
|       | cimento:<br>areia: brita | a/c                                   | A (%)                              | (kg/m <sup>3</sup> )     | (kg/m <sup>3</sup> ) | (mm)                      |
| T-7   | 1,000: 1,195:<br>2,425   | 0,450                                 | 9,76                               | 475                      | 2426,0               | 135                       |
| T-8   | 1,000: 1,665:<br>2,925   | 0,550                                 | 9,86                               | 381                      | 2402,0               | 135                       |
| T-9   | 1,000: 2,162:<br>3,411   | 0,650                                 | 9,89                               | 323                      | 2382,0               | 95                        |

Fonte: Elaborada pelo autor

Os concretos foram fabricados com uma única classe de consistência S100 ( $100 \text{ mm} \leq A < 160 \text{ mm}$ ) e relações água/cimento igual a 0,45; 0,55 e 0,65, compreendendo um total de três composições. Para cada traço, foram realizadas três amassadas e o ensaio de abatimento de tronco de cone descrito pela NBR NM 67 (ABNT, 1998), tendo-se obtido em cada oito corpos de prova, resultando num total 24 corpos de prova com dimensões 100 mm x 200 mm. Destes 24, 18 foram submetidos ao ensaio de resistência à compressão (6 aos 5 dias, 6 aos 7 dias e 6 aos 28 dias),

enquanto os 6 restantes foram submetidos aos ensaios de absorção e índice de vazios, na idade de 28 dias. Cabe salientar que os procedimentos de moldagem e cura obedeceram aos critérios da NBR 5738 (ABNT, 2015).

A partir de misturas de concretos produzidos com a mesma consistência e com diversas relações água/cimento, esta pesquisa contemplou também os ensaios de absorção de água, através de imersão e índices de vazios. Os resultados desses ensaios realizados com 28 dias de idade encontram-se na Tabela 2.

**Tabela 2** – Resultados dos ensaios de absorção por imersão e índice de vazios

| Método de dosagem | Traço | Relação água/cimento (em massa) | Absorção por imersão | Índice de Vazios | Massa específica     |
|-------------------|-------|---------------------------------|----------------------|------------------|----------------------|
|                   |       | a/c                             | Valor médio (%)      | Valor médio (%)  | (kg/m <sup>3</sup> ) |
| Fauy              | T-7   | 0,450                           | 8,5                  | 19,1             | 2426,0               |
|                   | T-8   | 0,550                           | 9,4                  | 20,7             | 2402,0               |
|                   | T-9   | 0,650                           | 10,8                 | 23,3             | 2382,0               |

Fonte: Elaborada pelo autor

Conforme dados constantes na Tabela 2, verifica-se que para uma mesma classe de consistência, os concretos apresentaram menor absorção (por imersão) e menor índice de vazios à medida que se diminui a relação água/cimento. Já os valores de massa específica decrescem de acordo com o aumento da relação água/cimento e atendem ao requisito estabelecido para concreto normal na NBR 8953 (ABNT, 2015), pois estão compreendidos entre 2000 kg/m<sup>3</sup> e 2800 kg/m<sup>3</sup>. Segundo Neville (2016), a maioria dos bons concretos tem absorção bem menor do que 10%, enquanto outros pesquisadores limitam este valor a 5%.

Para Miyake (1994), no campo da construção civil, o índice de vazios do concreto é da ordem de duas vezes o da absorção de água. Os resultados obtidos nos ensaios realizados nesta pesquisa corroboram com esta afirmação.

### 2.3 ENSAIOS DE RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO

Os resultados dos ensaios de resistência à compressão em diferentes idades encontram-se na Tabela 3.

**Tabela 3** – Resultados dos ensaios de compressão

| Método de dosagem | Traço | Relação água/cimento | Resistência à compressão individual, em MPa |      |          |        |      |          |         |      |          |
|-------------------|-------|----------------------|---------------------------------------------|------|----------|--------|------|----------|---------|------|----------|
|                   |       |                      | 5 dias                                      |      |          | 7 dias |      |          | 28 dias |      |          |
|                   |       | a/c                  | CP1                                         | CP2  | Exemplar | CP1    | CP2  | Exemplar | CP1     | CP2  | Exemplar |
| Faury             | T-7   | 0,450                | 28,2                                        | 28,6 | 28,6     | 32,1   | 33,4 | 33,4     | 39,5    | 41,8 | 41,8     |
|                   | T-8   | 0,550                | 24,2                                        | 23,0 | 24,2     | 24,4   | 26,2 | 26,2     | 30,9    | 33,5 | 33,5     |
|                   | T-9   | 0,650                | 14,5                                        | 14,5 | 14,5     | 16,3   | 17,5 | 17,5     | 24,3    | 24,1 | 24,3     |

Fonte: Elaborada pelo autor

Uma análise dos resultados discriminados na Tabela 3 permite assinalar o seguinte:

Os concretos dosados segundo o método Faury apresentaram homogeneidade nos resultados em todas as idades, pois em nenhum caso a amplitude dos resultados de dois corpos de prova superou a 8% de sua resistência média. Os resultados dos ensaios de resistência à compressão na idade de 28 dias estão compatíveis com os apresentados no texto da revista Comitê Técnico – CT 301 (2003, p. 20), que são 39, 31 e 24MPa para relações água/cimento de 0,450, 0,550 e 0,650, respectivamente, considerando o tipo de cimento CP II Z 32-RS;

Os resultados de resistência à compressão obtidos nos exemplares dos concretos dosados segundo o método de Faury, aos 28 dias de idade, foram superados pelos os métodos EPUSP/IPT em 10,3%, 24,1% e 9,0%, relativos às relações água/cimento de 0,450, 0,550 e 0,650, respectivamente. Em relação à betonada com água/cimento de 0,550, produzida a partir do método do ACI o método de Faury superou em 4,7%, nas demais relações água/cimento, 0,45 e 0,65, o ACI apresentou resistências maiores em 10,5% e 11,1%, respectivamente, pode-se observar esses parâmetros na comparação das Tabelas 3 e 4.

**Tabela 4** - Resultados dos ensaios de compressão dos Métodos EPUSP/IPT e ACI

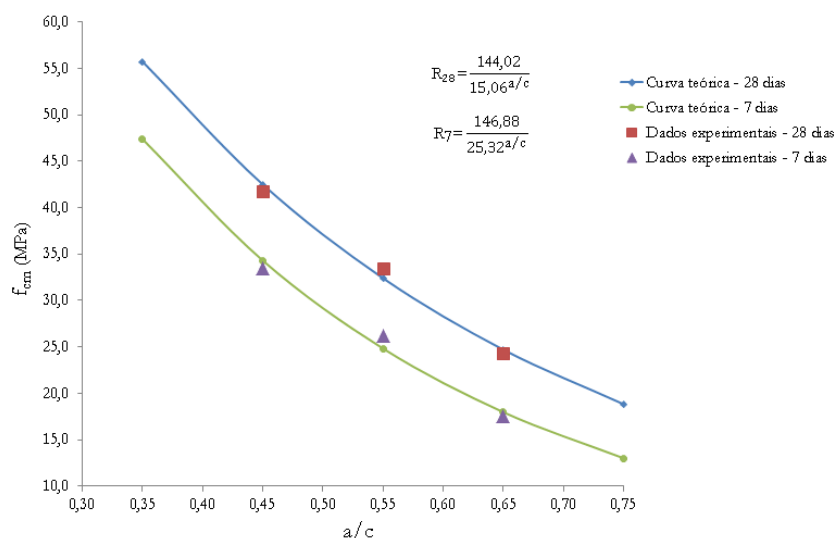
| Método de dosagem | Traço | Proporções (em massa) | Relação água/cimento | Resistência à compressão individual, em MPa |                 |          |
|-------------------|-------|-----------------------|----------------------|---------------------------------------------|-----------------|----------|
|                   |       |                       |                      | 28 dias                                     |                 |          |
|                   |       | cimento: areia: brita | a/c                  | CP <sub>1</sub>                             | CP <sub>2</sub> | Exemplar |
| EPUSP/IPT         | T-1   | 1,000: 1,180: 2,100   | 0,450                | <sup>a</sup>                                | 46,1            | 46,1     |
|                   | T-2   | 1,000: 1,670: 2,560   | 0,550                | 36,0                                        | 41,6            | 41,6     |
|                   | T-3   | 1,000: 2,150: 3,030   | 0,650                | 25,6                                        | 26,5            | 26,5     |
| ACI               | T-4   | 1,000: 1,220: 2,530   | 0,450                | 46,2                                        | 45,9            | 46,2     |
|                   | T-5   | 1,000:1,680: 3,090    | 0,550                | 32,0                                        | 29,9            | 32,0     |
|                   | T-6   | 1,000: 2,140: 3,660   | 0,650                | 27,0                                        | 25,4            | 27,0     |

Fonte: VILASBOAS et al. (2018), adaptado pelo autor

### 2.3.1 Curvas de ABRAMS

Com base nos resultados de resistência à compressão discriminados na Tabela 3, foi elaborada a curva que correlaciona a influência da relação água/cimento e idade de cura sobre a resistência à compressão dos concretos estudados. Os dados utilizados correspondem aos valores experimentais obtidos nos ensaios e aos teóricos calculados pela “lei” estabelecida por DuffAbrams, em 1919. Como esperado, na análise do gráfico na Figura 2, a resistência foi inversamente proporcional à relação água/cimento.

**Figura 2**– Curvas de ABRAMS: concretos produzidos segundo o método de Faury



Fonte: Elaborada pelo autor

## 2.4 CÁLCULO DOS VALORES DE RESISTÊNCIA MÉDIA À COMPRESSÃO E DE RELAÇÃO ÁGUA/CIMENTO

Considerando as prescrições da NBR 12655 (ABNT, 2015), calcula-se os valores de resistência média do concreto à compressão, levando-se em conta cada classe de concreto requerida e adoção do desvio padrão de dosagem,  $S_d$ , igual a 4,0 MPa.

Levando-se em conta as curvas de ABRAMS e os valores de resistência calculados, pode-se obter os valores de relação água/cimento necessários ao atendimento do requisito de resistência mecânica e de durabilidade, os quais são mencionados na Tabela 5 seguinte.

**Tabela 5** – Correspondência entre a resistência média à compressão do concreto e a relação

| Método de dosagem | Classe de resistência | Resistência média do concreto à compressão, $f_{cm28}$ (MPa) | Relação água/cimento (a/c), para atender ao requisito de resistência | Máxima relação água/cimento, em massa, para classe de agressividade II (moderada) | Relação água/cimento (a/c), para atender aos requisitos de resistência mecânica e durabilidade |
|-------------------|-----------------------|--------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Faury             | C25                   | 31,6                                                         | 0,560                                                                | 0,600                                                                             | 0,560                                                                                          |
|                   | C30                   | 36,6                                                         | 0,490                                                                |                                                                                   | 0,490                                                                                          |
|                   | C40                   | 46,6                                                         | 0,410                                                                |                                                                                   | 0,410                                                                                          |

água/cimento, considerando a classe de agressividade

Fonte: Elaborada pelo autor

Com base nas peculiaridades desse método de dosagem, considerando as classes de resistência requeridas, assim como, os valores máximos permitidos de relação água/cimento, encontram-se discriminados na Tabela 6 os traços de concreto que atendem aos requisitos deste trabalho.

**Tabela 6** – Dados e composições dos concretos no estado fresco

| Método de dosagem | Classe de resistência | Proporções (em massa) | Relação água/cimento (em massa) | Relação Água/materiais secos | Consumo de cimento   | Teor de argamassa seca, em massa, K |
|-------------------|-----------------------|-----------------------|---------------------------------|------------------------------|----------------------|-------------------------------------|
|                   |                       | cimento: areia: brita | a/c                             | A (%)                        | (kg/m <sup>3</sup> ) |                                     |
| Faury             | C25                   | 1,000: 1,710: 2,970   | 0,560                           | 9,86                         | 375                  | 0,48                                |
|                   | C30                   | 1,000: 1,370: 2,630   | 0,490                           | 9,80                         | 429                  | 0,47                                |
|                   | C40                   | 1,000: 0,970: 2,250   | 0,410                           | 9,72                         | 512                  | 0,47                                |

Fonte: Elaborada pelo autor



**Tabela 7** – Dados e composições dos concretos no estado fresco

| Método de dosagem | Classe de resistência | Proporções (em massa)             | Relação água/cimento (em massa) | Relação Água/materiais secos | Consumo de cimento   | Teor de argamassa seca, em massa, K |
|-------------------|-----------------------|-----------------------------------|---------------------------------|------------------------------|----------------------|-------------------------------------|
|                   |                       | cimento:areia:brita <sub>19</sub> | a/c                             | A (%)                        | (kg/m <sup>3</sup> ) |                                     |
| EPUSP/IPT         | C25                   | 1,000: 1,910: 2,790               | 0,600                           | 10,52                        | 369                  | 0,51                                |
|                   | C30                   | 1,000: 1,760: 2,660               | 0,570                           |                              | 389                  |                                     |
|                   | C40                   | 1,000: 1,130: 2,050               | 0,440                           |                              | 508                  |                                     |
| ACI               | C25                   | 1,000: 1,630: 3,040               | 0,540                           | 9,52                         | 380                  | 0,46                                |
|                   | C30                   | 1,000: 1,500: 2,870               | 0,510                           | 9,50                         | 402                  | 0,47                                |
|                   | C40                   | 1,000: 1,180: 2,480               | 0,440                           | 9,44                         | 466                  | 0,47                                |

Fonte: VILASBOAS et al. (2018), adaptado pelo autor

Comparando os dados contidos na Tabela 6 com os dados da tabela 7, pode-se assinalar que:

- As dosagens de concreto efetuadas pelo método de Faury resultaram em valores de relação água/materiais secos (A%) superiores aos do método do ACI e inferiores ao encontrado no método de EPUSP/IPT, independentemente das classes de resistência adotadas. A explicação está associada, principalmente, às diferenças existentes nos teores de argamassa seca (K) determinados nesses procedimentos.
- Considerando as classes de resistência C25, C30 e C40, as dosagens realizadas a partir do método da Faury propiciaram a obtenção de consumos de cimento superiores ao método de EPUSP/IPT, apesar de terem sido efetuadas com valores inferiores de relações água/materiais secos. Este resultado deve ser atribuído à possibilidade do emprego de relações água/cimento superiores na aplicação desse segundo método.
- Em relação ao método do ACI, classe de resistência C25, o consumo de cimento da mistura preparada segundo o método Faury foi inferior em 5 kg para cada 1m<sup>3</sup> de concreto. Este fato ocorreu em virtude da adoção de uma maior relação

água/cimento prevalecer sobre o emprego de uma maior relação água/materiais secos.

- d) No que concerne às demais classes (C30 e C40), os concretos fabricados a partir do método americano (ACI) foram mais econômicos, devido ao emprego de valores superiores de relações água/cimento e da utilização de menor quantidade de água para obtenção de uma mesma consistência.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir, a partir dos resultados desta pesquisa, o método de dosagem estudado se adequou muito bem para o proporcionamento de concretos estruturais com consistência (S100) compatível com as necessidades de lançamentos por métodos tradicionais e se adaptou adequadamente à areia natural e ao agregado graúdo britado encontrados em Salvador-BA e empregados nas dosagens. Todos os procedimentos propiciaram à obtenção de concretos coesos, trabalháveis e que, quando endurecidos, apresentaram, aos 28 dias de idade, níveis de resistência à compressão superiores aos valores médios mencionados no texto da revista Comitê Técnico – CT 301 (2003, p.20), considerando o emprego de cimento tipo CP II–Z-32 RS.

É válido ressaltar que para qualquer método de dosagem adotado, ele nunca poderá ser considerado como independente da influência do tecnologista que o aplica. Ou seja, o conhecimento e a experiência do tecnologista são decisivos nas etapas de aplicação e nos processos de ajuste do traço final. Todavia é importante que seja realizado um maior número de trabalhos experimentais sobre este tema, para que se possam estabelecer correlações mais precisas e condizentes com diversos tipos de agregados e materiais cimentícios utilizados no Brasil.

### REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 5738: Concreto - Procedimento para moldagem e cura de corpos de prova**. Rio de Janeiro, 2016. 9 p.
- \_\_\_\_\_. **NBR 7211: Agregado para concreto**. Rio de Janeiro, 2009. 9 p.
- \_\_\_\_\_. **NBR 8953: Concretos para fins estruturais – Classificação pela massa específica, por grupos de resistência e consistência**. Rio de Janeiro, 2015. 7 p.

\_\_\_\_\_. **NBR 12655: Preparo, controle, recebimento e aceitação.** Rio de Janeiro, 2015. 23 p.

\_\_\_\_\_. **NBR NM 67: Concreto – Determinação da Consistência pelo abatimento do tronco de cone.** Rio de Janeiro, 1998. 8 p.

\_\_\_\_\_. **NBR ISO 7500-1: Materiais metálicos – Calibração de máquinas de ensaio estático uniaxial – parte 1: Máquinas de ensaio de tração/compressão – calibração do sistema de medição de força.** Rio de Janeiro, 2016. 19 p.

COMITÊ TÉCNICO CT-301 CONCRETO ESTRUTURAL. **Prática recomendada IBRACON: Comentários Técnicos NB-1.** 70 p. Apresenta comentário da NBR 6118:2003: projeto de estruturas de concreto procedimento. São Paulo: Ibracon, 2003.

COUTINHO, A. S. **Fabrico e Propriedades do Betão.** V. II. Lisboa: LNEC, 2012. 219 p.

MIYAKE, E. T. **Determinação da permeabilidade a gás em concreto usado em repositórios para rejeitos radioativos.** Dissertação (Mestrado em ciência 4na área de reatores nucleares de potência e tecnologia do combustível nuclear) – e Instituto de Pesquisas energéticas e Nucleares - Ipen, Autarquia associada à Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. Disponível em: <<http://www.pelicano.ipen.br>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

NEPOMUCENO, M. C. S. Estudo da composição de betões. Universidade da Beira Interior, Covilhã, 1999.

NEVILLE, A. M. **Propriedades do Concreto.** 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2016. 888p.

VILASBOAS, J. M. L.; SOUSA, M. V. S.; SILVA, G. O. S.; BEZERRA, P. I. A.; OLIVEIRA, V. M. T. G. **Estudo dos métodos de dosagem de concreto propostos pelo EPUSP/IPT, ACI e Faury:** emprego de agregados disponíveis em Salvador e do cimento CP II-Z-32 RS. Salvador, 2018.

## PROPRANOLOL E METIMAZOL NO TRATAMENTO DA TIREOTOXICOSE: uma revisão narrativa

Thaís Almeida Miranda<sup>1</sup>

Ively Paixão Santos<sup>2</sup>

Laíle Roberta Souza Costa<sup>3</sup>

Thassila Nogueira Pitanga<sup>4</sup>

### RESUMO

A tireotoxicose é uma condição patológica na qual ocorre a exacerbação dos níveis de hormônios tireoidianos circulantes. Existem diferentes formas de tratamento da sintomatologia, que se dividem numa abordagem com betabloqueadores ou com drogas antitireoidianas. Dessa forma, este trabalho visa comparar os fármacos propranolol e metimazol, e analisar qual destes é a melhor alternativa terapêutica para o tratamento da tireotoxicose. Este trabalho é uma revisão narrativa cujo levantamento de dados foi realizado através dos periódicos da *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), PUBMED e *Mary Ann Liebert* (Liebert Pub). O propranolol é um betabloqueador simpatolítico, sendo um antagonista não seletivo de receptores beta-adrenérgicos. Já o metimazol é um fármaco antitireoidiano que atua através da inibição da produção de tireoglobulina. Diante dos efeitos provocados pelo metimazol, o propranolol acaba sendo melhor opção terapêutica para a tireotoxicose sintomática.

**Palavras-chave:** Tireotoxicose. Propranolol. Metimazol.

### 1 INTRODUÇÃO

A tireotoxicose compreende um grupo de desordens causadas pelo aumento da síntese de hormônios tireoidianos circulantes pela glândula tireóide, através do excesso de tiroxina livre (T4), triiodotironina livre (T3) ou ambos (SEIGEL; HODAK, 2012). É uma síndrome hipermetabólica capaz de afetar quase todos os tecidos,

---

<sup>1</sup> Graduanda em Biomedicina. Universidade Católica do Salvador (UCSAL). E-mail: thais.miranda@ucsal.edu.br

<sup>2</sup> Graduada em Biomedicina. Universidade Católica do Salvador (UCSAL). E-mail: ivelypaixao@gmail.com

<sup>3</sup> Graduada em Biomedicina. Universidade Católica do Salvador (UCSAL). E-mail: laile.roberta@gmail.com

<sup>4</sup> Professora e pesquisadora do curso de Biomedicina, UCSAL. Graduada em Farmácia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: thassila.pitanga@pro.ucsal.br.

\*Correspondência para: Thassila Nogueira Pitanga, Av. Prof. Pinto de Aguiar, 2589 - Pituaçu, Salvador - BA, 41740-090, tel. 71-3206-7870

sendo por vezes um distúrbio secundário a Doença de Graves. A tireotoxicose é uma das doenças endócrinas mais recorrentes na população mundial (KRISIAK; KOWALCZE; OKOPIEN, 2016). Estima-se que afete cerca de 0,4 a 1% da população, na qual as mulheres são as mais afetadas, tendo até três vezes maior risco de incidência (ANU-SHARMA; STAN, 2019).

A literatura elucida diferentes causas para o desenvolvimento da tireotoxicose (BAHN, *et al.*, 2011) sendo ocasionada pelo excesso de estímulos da tireóide por fatores tróficos ou em casos de infecção, como também através da ativação da síntese e excreção dos hormônios tireoidianos. Além disso, a síndrome pode ter origem na exposição extratireoidiana, sendo endógena ou exógena, de hormônios tireoidianos (ROSS *et al.*, 2016).

O hormônio tireoidiano atinge quase todos os tecidos e sistemas orgânicos do corpo, reduz os níveis de colesterol sérico, e aumenta a taxa metabólica basal e a termogênese dos tecidos ao regular positivamente os receptores alfa-adrenérgicos e beta-adrenérgicos (MULLUR; LIU; BRENT, 2014), acarretando efeitos inotrópico e cronotrópico positivos, por conseguinte, o aumento do débito cardíaco. Ainda que os efeitos mais significativos do excesso de hormônio tireoidiano ocorram no sistema cardiovascular (JABBAR, *et al.*, 2016), a tireotoxicose não tratada ou parcialmente tratada está relacionada com a perda de peso, osteoporose, fibrilação atrial, eventos embólicos, fraqueza muscular, tremores, sintomas neuropsiquiátricos e, raramente, colapso cardiovascular e morte (ROSS *et al.*, 2016).

O tratamento da tireotoxicose pode ser realizado por administração de drogas antitireoidianas, por meio de betabloqueadores, iodo radioativo e através de cirurgia (GILBERT, 2017). Drogas tireoidianas como o metimazol, fármaco mais utilizado, agem na inibição da síntese dos hormônios tireoidianos por interferência na utilização do iodeto intratireoidiano e na reação de acoplamento, ambas as reações catalisadas pela peroxidase tireoidiana (MAIA *et al.*, 2013). Entre os beta bloqueadores dos canais de cálcio, o propranolol é o mais indicado (GILBERT, 2017). Ele intervém no bloqueio da síntese hormonal tireoidiana, além de seu efeito adicional de bloquear a conversão periférica de T4 inativo em forma ativa de T3 (GILBERT, 2017; DE LEO; LEE; BRAVERMAM, 2016).

Tendo em vista o limitado número de investigações acerca de comparações riscos-benefício entre o uso de propranolol e metimazol aplicados na tireotoxicose, essa revisão visa comparar os efeitos destes diferentes fármacos com o objetivo de

contrapor e debater escolhas das terapias medicamentosas utilizadas em distúrbios da tireóide.

## 2 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão narrativa, no qual a pesquisa bibliográfica foi realizada através de dados advindos de periódicos da PubMed, *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e *Mary Ann Liebert* (Liebert Pub), sendo utilizados na busca de artigos na Língua Portuguesa e Inglesa, em trabalhos realizados nos últimos 50 anos. Para as buscas, utilizou-se as seguintes palavras-chave: tireotoxicose, tireotoxicose e propranolol, tireotoxicose e metimazol.

## 3 FISIOPATOLOGIA DA TIREOTOXICOSE

Os hormônios tireoidianos (HTs) são secretados pela glândula tireóide sob a regulação do eixo hipotálamo-hipofisário, e exercem papel de regular de processos relacionados ao crescimento, desenvolvimento, diferenciação neural e regulação metabólica (BRENT, 2012). Em excesso, o HT promove um estado hipermetabólico caracterizado por aumento do gasto energético de repouso, perda de peso, níveis reduzidos de colesterol, aumento da lipólise e gliconeogênese (BRENT, 2012; MULLUR; LIU; BRENT, 2014).

A disfunção tireoidiana é um distúrbio endócrino comum. De acordo com o Instituto da Tireóide (INDATIR), estima-se que 7,4% dos adultos brasileiros possuem hipotireoidismo manifesto e aproximadamente 0,7%, hipertireoidismo manifesto. O termo hipertireoidismo refere-se a síntese e excreção excessiva dos hormônios tireoidianos (HTs) circulantes, a tireotoxicose é uma síndrome clínica que se origina através desta desregulação (MAIA; WARD, 2013). A tireotoxicose possui diferentes etiologias e terapias (ROSS, *et al.*, 2016). Achados sugerem que cerca de 80% dos casos de tireotoxicose estão associados à Doença de Graves (MAIA; WARD, 2013), distúrbio autoimune multifatorial, resultado da circulação de anticorpos antireceptor de TSH (TRab), hormônio tireoestimulante, esses anticorpos se relacionam com os hormônios tireoidianos e tiroglobulina, além de estimular a absorção de iodo, síntese de proteína e aumento das células tireoidianas (SEIGEL; HODAK, 2012; GILBERT, 2017; FRANKLYN; BOELAERT, 2012).

Outras causas podem estar associadas ao desenvolvimento da tireotoxicose secundária ao hipertireoidismo, bócio nodular tóxico e adenoma tóxico. Casos de tireotoxicose sem a presença de hipertireoidismo podem ter origem em distúrbios como tireoidite, indução por iodo e induzida através da ingestão excessiva de medicamentos com hormônio tireoidiano ou que resultam na liberação de hormônio tireoidiano, como tireotoxicose factícia (LEE *et al.*, 2020; BAHN, *et al.*, 2012; DE LEO; LEE; BRAVERMAN, 2016).

Diversas manifestações clínicas são apresentadas na tireotoxicose que variam com o tempo do início dos sintomas. A gravidade dos sintomas se correlaciona com a gravidade bioquímica e as características cardiovasculares geralmente predominam (GILBERT, 2017). Indivíduos do sexo masculino com idade avançada e portadores de doença cardiovascular subjacente são os mais propensos ao desenvolvimento de fibrilação atrial (FA). Além disso, homens idosos mais frequentemente apresentam frequentemente perda de peso e descompensação cardiovascular (MAIA; WARD, 2013; GILBERT, 2017). Taquicardia e hipertensão arterial também são sinais comuns, assim como sinais oculares como retração da pálpebra, olhar fixo e sinal de *lid-lag*. A pele geralmente é quente e úmida e com edemas, podem surgir tremores periféricos, fraqueza muscular e hiperreflexia. Sintomas psiquiátricos como nervosismo, ansiedade, depressão também podem aparecer, ainda que mais incomuns (MAIA *et al.*, 2013; ABERA, *et al.*, 2021).

Dados na literatura associam o hipertireoidismo ao comprometimento do sistema nervoso central, ocasionando redução da concentração e desempenho da memória, nervosismo, irritabilidade e tremores (WHYBROW; PRANGE-JR; TREADWAY, 1969; MACCRIMMON; WALLACE; STREINER, 1979). Achados de 2015 de Göbel e colaboradores apontam que a tireotoxicose leve de curto prazo leva a alterações estruturais no GMV do cerebelo e do córtex visual primário.

O diagnóstico de hipertireoidismo é baseado em testes de função da tireoide. Para a confirmação do diagnóstico da tireotoxicose, há a investigação dos níveis séricos de TSH e dos HTs (MAIA; WARD, 2013). Níveis de TSH sérico dentro da normalidade quase sempre excluem a tireotoxicose. As concentrações de tiroxina livre (T4) são geralmente elevadas no hipertireoidismo evidente (GILBERT, 2017). Em casos suspeitos de tireotoxicose factícia, níveis séricos baixos ou indetectáveis de tireoglobulina sérica podem ser úteis no diagnóstico (MAIA; WARD, 2013).

### 3.1. FARMACODINÂMICA DO PROPRANOLOL

Os agentes betabloqueadores são comumente utilizados no controle dos sintomas da tireotoxicose, especialmente em pacientes idosos e com doenças cardiovasculares. O betabloqueador não seletivo propranolol é o mais utilizado, visto que atua na melhora dos movimentos hipercinéticos, tremores finos de extremidades e mãos úmidas (MAIA; WARD, 2013). Bloqueadores dos canais de cálcio orais, por exemplo, verapamil e diltiazem, também podem ser usados para reduzir a pulsação de pacientes que não toleram betabloqueadores (GILBERT, 2017; BAHN, *et al.*, 2011).

O cloridrato de propranolol inibe as respostas cronotrópica e inotrópica do receptor beta-adrenérgico. Esta inibição resulta na diminuição dos níveis de adenosina monofosfato cíclica e cálcio citosólico. Além disso, possui atividade simpaticomimética intrínseca (ASI) capaz de induzir a resposta agonista, e bloquear efeitos agonistas das catecolaminas endógenas (AL-MAJED *et al.*, 2017; BREFFNER; HERSHMAN, 1992). Assim, observa-se redução da frequência cardíaca com maior eficiência do que outros bloqueadores. Existem três subtipos de receptores beta:  $\beta_1$ ,  $\beta_2$  e  $\beta_3$ . Os receptores  $\beta_1$  atuam no aumento do débito cardíaco através do aumento da frequência cardíaca por meio da liberação de renina nas células justaglomerulares. Os receptores  $\beta_2$  causam relaxamento visceral e atuam na glicogenólise e na gliconeogênese. Já os receptores  $\beta_3$  causam efeitos metabólicos, como a estimulação da lipólise do tecido adiposo (SRINIVASAN, 2019; AL-MAJED, *et al.*, 2017).

O propranolol foi introduzido em 1967, e é utilizado para o tratamento de angina, fibrilação atrial, infarto do miocárdio, enxaqueca, tremor essencial, feocromocitoma, hemangioma infantil proliferante e tireotoxicose (AL-MAJED, *et al.*, 2017). Dados na literatura sugerem que o uso de propranolol aplicado em distúrbios tireoidianos gera aumento da contratilidade, melhora do relaxamento diastólico e diminuição da resistência periférica (ABUBAKAR *et al.*, 2017).

Os betabloqueadores têm um papel importante no tratamento de pacientes com distúrbios tireoidianos. Entretanto, a ação hepática, renal e cardiovascular dos hormônios tireoidianos podem influenciar na disposição do medicamento. A depuração do propranolol, após a administração intravenosa, se eleva em aproximadamente 50%, e está associada ao aumento acentuado do fluxo sanguíneo hepático que ocorre nessa condição (BREFFNER; HERSHMAN, 1992). Por outro



lado, o aumento da depuração do propranolol durante a terapia oral de longo prazo ocorre devido ao aumento da atividade enzimática de metabolização do fármaco hepático. No entanto, após doses orais únicas, a depuração de propranolol foi relatada como inalterada e elevada em pacientes com hipertireoidismo. Tanto durante a dose única quanto na terapia de longo prazo, a meia-vida de eliminação do propranolol permanece inalterada, em parte devido a um aumento aparente do volume de distribuição (FEELY, 1983).

Por ser um antagonista beta-adrenoceptor não seletivo, o propranolol promove o bloqueio da estimulação adrenérgica, pela epinefrina e norepinefrina, beta-1 e beta-2 no sistema cardiovascular, induzida pela epinefrina e norepinefrina. O bloqueio desses receptores gera vasoconstrição, inibição de fatores angiogênicos, como o fator de crescimento endotelial vascular (VEGF) e fator de crescimento básico de fibroblastos (bFGF), induz a apoptose das células endoteliais, e também a regulação negativa do sistema renina-angiotensina-aldosterona (AL-MAJED, et al., 2017; MANSUR, *et al.*, 1998). Quando ocorre a ativação desses receptores, ocorre aumento do AMP cíclico, gerando aumento do cálcio intracelular e da contratilidade das fibras musculares. Quando um dos receptores beta-adrenérgicos é bloqueado, resulta em uma diminuição geral da carga de trabalho do coração, gerando redução subsequente da demanda de oxigênio e à remodelação miocárdica (SHAHROKHI; GUPTA, 2021). No entanto, a ativação do receptor  $\beta_2$  leva ao aumento do AMP cíclico ativando a proteína quinase A, o que leva ao relaxamento das células musculares lisas em diferentes órgãos e vasos. Sendo assim, quando ocorre o bloqueio dos receptores  $\beta_2$  ocorre vasoconstrição e então o propranolol torna-se capaz de reduzir os sintomas presentes na tireotoxicose (SHAHROKHI; GUPTA, 2021; MANSUR, *et al.*, 1998).

### 3.2. FARMACODINÂMICA DO METIMAZOL

Drogas antitireoidianas (DATs) são drogas derivadas das tioamidas, inibidores eficazes da iodeto peroxidase da tireoide, que pode catalisar a biossíntese do hormônio tireoidiano desde a etapa inicial. As DATs inibem a atividade da peroxidase na tireoide, e então suprimem a síntese de triiodotironina (T<sub>3</sub>) e tiroxina (T<sub>4</sub>) (COOPER, 2005; KLEIN, 1994). As mais utilizadas em distúrbios tireoidianos são metimazol ou propiltiouracil, ambos possuem efeito parecido, de fácil uso e boa parte

dos pacientes obtêm melhora após alguns meses (KLEIN, 1994). Entretanto, o metimazol é mais comumente utilizado nos casos de tireotoxicose, levando em conta sua meia-vida.

O metimazol é o metabólito ativo do carbimazol, responsável pela inibição dos hormônios tireoidianos. O mecanismo de ação capaz de bloquear a síntese dos hormônios tireoidianos ocorre através do desvio dos iodetos oxigenados da tireoglobulina, processo esse que leva à formação de complexos doadores-receptores capazes de reduzir a biossíntese dos hormônios tireoidianos (ROY; MUGESH, 2005). O metimazol é indicado para o tratamento do hipertireoidismo em pacientes com doença de Graves ou bócio multinodular tóxico, também é utilizado no tratamento dos sintomas de hipertireoidismo na preparação para tireoidectomia e no tratamento da tireotoxicose (BOUMA; KAMMER, 1980; WU, *et al.*, 2013).

O mecanismo de ação primário do metimazol é de bloquear a produção do hormônio tireoidiano, através da interferência na etapa inicial da síntese do hormônio tireoidiano envolvendo a peroxidase tireoidiana (TPO) (HENGSTMAN; HOHN, 1985). Ocorre a interferência na etapa que provoca a iodação dos resíduos de tirosina na tireoglobulina, mediada pela enzima tireóide peroxidase, impedindo a síntese de tiroxina (T4) e triiodotironina (T3). Além disso, ocorre a inibição dos resíduos de iodotirosina do acoplamento. O TPO, em conjunto com o peróxido de hidrogênio, catalisa a conversão de iodeto em iodo e depois catalisa a incorporação desse iodo nas posições 3 e ou 5 dos anéis fenólicos dos resíduos de tirosina na tireoglobulina. Essas moléculas de tireoglobulina são degradadas dentro das células foliculares da tireoide para formar tiroxina (T4) e triiodotironina (T3), ou seja, os principais hormônios produzidos pela glândula tireóide (SINGH; CORREA, 2020; HENGSTMANN; HOHN, 1985).

### **3.3 FARMACOCINÉTICA DO PROPRANOLOL**

O propranolol é quase que completamente absorvido pelo trato gastrointestinal, sendo apresentado no plasma após 30 minutos e o pico plasmático ocorre após 60 a 90 minutos após o uso (NIES; SHAND, 1975). Após a absorção através do trato gastrointestinal, é ligado pelo fígado por meio de uma ligação inespecífica ao tecido. A quantidade de droga que chega à circulação após a administração oral depende da quantidade de droga metabolizada na primeira

passagem pelo fígado. O propranolol diminui sua própria taxa de metabolismo ao diminuir o fluxo sanguíneo hepático. A distribuição do fármaco é ampla nos tecidos do corpo, incluindo pulmões, fígado, rins e coração, e atravessa prontamente a barreira hematoencefálica e a placenta (AL-MAJED *et al.*, 2017; MANSUR, *et al.*, 1998).

O propranolol sofre oxidação da cadeia lateral em ácido  $\alpha$ -naftoxilático, oxidação do anel em 4'-hidroxiproprianolol ou glucuronidação em glicuronídeo de propranolol. Também pode ser N-desisopropilado para se tornar N-desisopropil propranolol. (NACE; WOOD, 1987). O volume aparente de distribuição do propranolol no estado estacionário varia amplamente em proporção à fração de fármaco não ligado no sangue total. O propranolol liga-se às proteínas plasmáticas em mais de 90% em uma ampla faixa de concentrações sanguíneas. Ocorre a metabolização do propranolol livre e do ligado à proteínas. O aumento da ligação do fármaco às proteínas plasmáticas aumenta seu metabolismo e diminui seu volume de distribuição, resultando em uma meia-vida terminal mais curta (AL-MAJED *et al.*, 2017; NACE; WOOD, 1987; MANSUR, *et al.*, 1998).

Em pacientes com tireotoxicose, a diminuição média do T3 plasmático é de 20% após uma semana de tratamento com uma dose oral diária de 80 mg de propranolol e 30% após uma semana de 160 mg de propranolol diariamente. Há uma resposta positiva entre as concentrações plasmáticas de propranolol e as mudanças recíprocas de T3 e T4 no plasma (WIERSINGA, W. M., 1991; NIES; SHAND, 1975).

### 3.4 FARMACOCINÉTICA DO METIMAZOL

O metimazol tem efeito no metabolismo do iodo intratireoidiano por períodos que excedem aqueles em que as concentrações séricas podem ser medidas. Menos de 10% da droga é excretada inalterada na urina, entretanto, as vias metabólicas detalhadas são desconhecidas. A biodisponibilidade dessas drogas varia de 80% a 95% (HENGSTMANN; HOHN, 1985). A meia-vida do metimazol é de 3 a 5 horas com uma depuração total de cerca de 200 ml/minuto. Estudos apontam maior aumento da taxa de metabolismo durante o uso do metimazol do que outros medicamentos antitireoidianos. Uma vez absorvido, o metimazol é ativamente concentrado pela glândula tireóide. A ligação às proteínas é insignificante, como resultado, o metimazol

é excretado mais rapidamente no leite materno do que outros medicamentos de sua classe (KAMPMANN; HANSEN, 1981).

O metimazol é rapidamente metabolizado pelo fígado, através dos sistemas enzimáticos CYP450 e FMO. Um metabólito do metimazol identificado que contribui para a atividade antitireoidiana é o 3-metil-2-tio-hidantoína, e pode explicar a duração prolongada da inibição da iodação após a administração, apesar da meia-vida relativamente curta do metimazol (HENGSTMANN; HOHN, 1985). O metabolismo intratireoidiano dos medicamentos antitireoidianos envolve a ligação à tireoglobulina e a oxidação gradativa. O principal metabólito do propiltiouracil é o PTU-SO 2 H. Um metabólito do metimazol, a metiltio-hidantoína, pode ser detectado no plasma e na urina (BENKER; REINWEIN, 1982).

A quantidade de metimazol excretada inalterada na urina de indivíduos com hipertireoidismo varia de 7 a 12% da dose administrada. A análise cromatográfica da radioatividade na urina 48 horas após a administração do metimazol aponta 7% de metimazol inalterado. A excreção fecal cumulativa é de 3% quando dose oral. A circulação enterohepática também parece desempenhar um papel na eliminação do metimazol e de seus metabólitos, uma vez que quantidades significativas dessas substâncias são encontradas na bile após a administração (KAMPMANN; HANSEN, 1981; HENGSTMANN; HOHN, 1985).

### 3.5 EFEITOS ADVERSOS

Dentre os efeitos do propranolol, podem ser observados a bradicardia, dores abdominais, náuseas, disfunção erétil, respiração ofegante, além de broncoespasmo, sonolência e fadiga. Em casos extremos o uso do medicamento pode levar a reações alérgicas, alucinações e resistência à insulina. O tempo de meia-vida plasmática do propranolol é de 3 a 6 horas, e o tempo para a excreção do medicamento é de aproximadamente 8 horas (MAIA *et al.*, 2013; AL-MAJED *et al.*, 2017).

Quanto ao metimazol, os efeitos colaterais leves ocorrem de 1% a 5%. Como *rash* cutâneo, prurido, urticária ou artralgia. Já efeitos como poliartrite grave, trombocitopenia, vasculites, síndrome lúpus-like e hipoglicemia, são menos comuns. Dentre os efeitos graves a agranulocitose é o mais frequente dos efeitos colaterais graves (GILBERT, 2017). Dessa forma, se o paciente apresentar febre ou lesões na

mucosa oral, deve ser hospitalizado e suspender o uso do medicamento (MAIA *et al.*, 2013). Estudos apontam que com estudos o metimazol causa efeitos hematológicos adversos, que variam de leucopenia leve a anemia aplástica e agranulocitose, que apesar de ser uma reação rara, é potencialmente fatal (BAI *et al.*, 2014).

### 3.6 VANTAGENS E DESVANTAGENS

Ainda que os beta-bloqueadores não possam diminuir os níveis de hormônios tireoidianos, podem ser eficientes no controle dos sintomas da tireotoxicose devido seu efeito de bloquear a conversão periférica de T4 inativo em forma ativa de T3. Os níveis hormonais costumam diminuir espontaneamente, ou então fazendo uso com a terapia com iodo radioativo, se necessário (ABUBAKAR *et al.*, 2017). Além disso, para o tratamento de quase todas as formas de tireotoxicose podem ser utilizados  $\beta$ -bloqueadores, enquanto as drogas antitireoidianas (DATs) são úteis em somente alguns casos (LEE *et al.*, 2020).

O propranolol tem absorção rápida e seu efeito surge após 30 minutos do uso. Já para observar os efeitos do metimazol é necessária a terapia de pelo menos uma semana. De acordo com estudos realizados por Abubakar em 2017, o propranolol tem se mostrado eficaz em casos de crise tireotóxica, uma exacerbação do hipertireoidismo é uma rara emergência endocrinológica com taxa de mortalidade de 10% a 30%. A terapia reduz os níveis de T3 circulante na corrente sanguínea e inibe os efeitos periféricos do hormônio através dos beta-bloqueadores (ABUBAKAR *et al.*, 2017).

Esse fármaco é geralmente bem tolerado, e com acompanhamento médico adequado pode ser utilizado por grávidas, lactantes e crianças. Os eventos adversos comuns são geralmente leves e podem ser tratados de forma conservadora, sem a necessidade de descontinuação da medicação (SRINIVASAN, A. V., 2019).

O metimazol, assim como outras DATs, em particular tioamidas, causam efeitos hematológicos adversos, como leucopenia, pancitopenia, agranulocitose e anemia aplástica. A agranulocitose, ainda que rara, é potencialmente fatal (BAI *et al.*, 2014). Essa droga antitireoidiana não pode ser utilizada durante a gravidez devido de atravessar a placenta (TAYLOR; VAIDYA, 2012). De acordo com estudos realizados por Song *et al* (2017), o uso de metimazol não pode ser feito durante a gravidez por

estar associado ao risco de anomalias congênitas. Entretanto, é o medicamento mais adequado para tireotoxicose assintomática.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas informações abordadas nesta revisão narrativa foi possível constatar que ainda que grande parte da população seja afetada pelos distúrbios da tireoide, os estudos sobre melhoria e novas alternativas nas terapias medicamentosas são escassos. Em cada tópico apresentado foi destacada a importância e os malefícios no uso de betabloqueadores e drogas antitireoidianas aplicadas na tireotoxicose. O betabloqueador escolhido foi o propranolol e a droga antitireoidiana, o metimazol.

É importante destacar que em casos em que os sintomas precisam ser amenizados com urgência, é indicado o uso do propranolol. Já para os casos mais graves de tireotoxicose é recomendado o uso de drogas antitireoidianas em conjunto a betabloqueadores a fim de normalizar os níveis de hormônios tireoidianos presentes no organismo.

Quanto aos efeitos foi possível observar que o propranolol causa menor malefício, com efeitos adversos mais leves e sem relatos de descontinuidade no uso do medicamento. Ainda que seja necessária uma avaliação médica antes de seu uso, caso o paciente tenha níveis elevados de colesterol na corrente sanguínea. Dessa forma, o uso do propranolol se mostra promissor quando aplicado na tireotoxicose sintomática, ainda que o uso de betabloqueadores deva ser feito com cautela.

#### REFERÊNCIAS

ABERA, Bisrat Tesfay, et al. "Thyrotoxicosis and Dilated Cardiomyopathy in Developing Countries". **BMC Endocrine Disorders**, vol. 21, nº 1, dezembro de 2021, p. 132. *DOI.org (Crossref)*, <https://doi.org/10.1186/s12902-021-00796-5>

ABUBAKAR, H; SINGH, V; ARORA, A; ALSUNAID. Propranolol-Induced Circulatory Collapse in a Patient With Thyroid Crisis and Underlying Thyrocardiac Disease: a word of caution. **Journal Of Investigative Medicine High Impact Case Reports**, [S.L.], v. 5, n. 4, p. 232470961774790, out. 2017. SAGE Publications.

A FRANKLYN, Jayne; BOELAERT, Kristien. Thyrotoxicosis. **The Lancet**, [S.L.], v. 379, n. 9821, p. 1155-1166, mar. 2012. Elsevier BV.

AL-MAJED, Abdulrahman A., et al. "Propranolol". **Profiles of Drug Substances, Excipients and Related Methodology**, vol. 42, Elsevier, 2017, p. 287–338. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.1016/bs.podrm.2017.02.006>.

BAHN, Chair, et al. "American Thyroid Association and American Association of Clinical Endocrinologists Hyperthyroidism and other causes of thyrotoxicosis: management guidelines of the American Thyroid Association and American Association of Clinical Endocrinologists". **Thyroid**. 2011;21:593–646.

BRENT, Gregory A. "Mechanisms of Thyroid Hormone Action". **Journal of Clinical Investigation**, vol. 122, nº 9, setembro de 2012, p. 3035–43. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.1172/JCI60047>.

BOUMA K., Donald; KAMMER, Huldick. Single Daily Dose Methimazole Treatment of Hyperthyroidism. **West J Med.**,1:13-15,1980.

COOPER, David S. "Antithyroid Drugs". **New England Journal of Medicine**, vol. 352, nº 9, março de 2005, p. 905–17. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.1056/NEJMra042972>.

DE LEO, Simone, et al. "Hyperthyroidism". **The Lancet**, vol. 388, nº 10047, agosto de 2016, p. 906–18. DOI.org (Crossref), [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(16\)00278-6](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(16)00278-6).

FEELY, John. Clinical Pharmacokinetics of  $\beta$ -Adrenoceptor Blocking Drugs in Thyroid Disease. **Clinical Pharmacokinetics**, [S.L.], v. 8, n. 1, p. 1-16, 1983. Springer Science and Business Media LLC.

GEFFNER, D. L., & HERSHMAN, J. M. (1992).  $\beta$ -Adrenergic blockade for the treatment of hyperthyroidism. **The American Journal of Medicine**, 93(1), 61–68. doi:10.1016/0002-9343(92)90681-z.

GILBERT, Jackie. "Thyrotoxicosis – Investigation and Management". **Clinical Medicine**, vol. 17, nº 3, junho de 2017, p. 274–77. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.7861/clinmedicine.17-3-274>.

GÖBEL, Anna, et al. "Effect of Experimental Thyrotoxicosis on Brain Gray Matter: A Voxel-Based Morphometry Study". **European Thyroid Journal**, vol. 4, nº Suppl. 1, 2015, p. 113–18. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.1159/000398793>.

HENGSTMANN, J. H., e H. HOHN. "Pharmacokinetics of Methimazole in Humans". **Klinische Wochenschrift**, vol. 63, nº 23, dezembro de 1985, p. 1212–17. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.1007/BF01733780>.

JABBAR, A., Pingitore, A., Pearce, S. H. S., Zaman, A., Iervasi, G., & Razvi, S. (2016). Thyroid hormones and cardiovascular disease. **Nature Reviews Cardiology**, 14(1), 39–55. doi:10.1038/nrcardio.2016.174.

KAMPMANN, Jens P.; HANSEN, J. Mølholm. Clinical Pharmacokinetics of Antithyroid Drugs. **Clinical Pharmacokinetics**, [S.L.], v. 6, n. 6, p. 401-428, 1981. Springer Science and Business Media LLC.

KLEIN, Irwin. "Treatment of Hyperthyroid Disease". **Annals of Internal Medicine**, vol. 121, nº 4, agosto de 1994, p. 281. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.7326/0003-4819-121-4-199408150-00010>.

KRYSIK, Robert, et al. "Rarer causes of thyrotoxicosis". **Przegląd Lekarski**, vol. 73, nº 4, 2016, p. 250–61.

MACCRIMMON, Duncan J., et al. "Emotional Disturbance and Cognitive Deficits in Hyperthyroidism": **Psychosomatic Medicine**, vol. 41, nº 4, junho de 1979, p. 331–40. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.1097/00006842-197906000-00007>.

MAIA, Ana Luiza, et al. "Consenso brasileiro para o diagnóstico e tratamento do hipertireoidismo: recomendações do Departamento de Tireoide da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia". **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia**, vol. 57, nº 3, abril de 2013, p. 205–32. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.1590/S0004-27302013000300006>.

MANSUR, A. P., et al. "Pharmacokinetics and pharmacodynamics of propranolol in hypertensive patients after sublingual administration: systemic availability". **Brazilian Journal of Medical and Biological Research**, vol. 31, nº 5, maio de 1998, p. 691–96. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.1590/S0100-879X1998000500014>.

MULLUR, Rashmi, et al. "Thyroid Hormone Regulation of Metabolism". **Physiological Reviews**, vol. 94, nº 2, abril de 2014, p. 355–82. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.1152/physrev.00030.2013>.

NACE, G. S., e A. J. J. Wood. "Pharmacokinetics of Long Acting Propranolol: Implications for Therapeutic Use". **Clinical Pharmacokinetics**, vol. 13, nº 1, julho de 1987, p. 51–64. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.2165/00003088-198713010-00003>

NIES, A s; SHAND, D G. Clinical pharmacology of propranolol. **Circulation**, [S.L.], v. 52, n. 1, p. 6-15, jul. 1975. Ovid Technologies (Wolters Kluwer Health).

ROY, Gouriprasanna, e G. MUGESH. "Anti-Thyroid Drugs and Thyroid Hormone Synthesis: Effect of Methimazole Derivatives on Peroxidase-Catalyzed Reactions". **Journal of the American Chemical Society**, vol. 127, nº 43, novembro de 2005, p. 15207–17. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.1021/ja054497u>.

ROSS, Douglas S., et al. "2016 American Thyroid Association Guidelines for Diagnosis and Management of Hyperthyroidism and Other Causes of Thyrotoxicosis". **Thyroid**, vol. 26, nº 10, outubro de 2016, p. 1343–421. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.1089/thy.2016.0229>.

SEIGEL, S. C., & HODAK, S. P. (2012). **Thyrotoxicosis. Medical Clinics of North America**, 96(2), 175–201. doi:10.1016/j.mcna.2012.01.016.

SHARMA, Anu, e Marius N. STAN. "Thyrotoxicosis: Diagnosis and Management". **Mayo Clinic Proceedings**, vol. 94, nº 6, junho de 2019, p. 1048–64. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.1016/j.mayocp.2018.10.011>.

SRINIVASAN, AV. Propranolol: A 50-year Historical Perspective. **Annals Of India Academy OF Neurology**, [S.L.], v. 22, n. 1, p. 21, 2019. Medknow.

SONG, RONGJING, et al. "Effects of Methimazole and Propylthiouracil Exposure during Pregnancy on the Risk of Neonatal Congenital Malformations: A Meta-Analysis". **PLOS ONE**, organizado por Ranji Cui, vol. 12, nº 7, julho de 2017, p. e0180108.

WIERSINGA, W.M.. Propranolol and thyroid hormone metabolism. **Thyroid**, [S.L.], v. 1, n. 3, p. 273-277, jan. 1991. Mary Ann Liebert INC.

WHYBROW, P. C. "Mental Changes Accompanying Thyroid Gland Dysfunction: A Reappraisal Using Objective Psychological Measurement". **Archives of General Psychiatry**, vol. 20, nº 1, janeiro de 1969, p. 48. DOI.org (Crossref), <https://doi.org/10.1001/archpsyc.1969.01740130050004>.



WU, Xi, et al. "Efficacy and Safety of Methimazole Ointment for Patients with Hyperthyroidism". **Environmental Toxicology and Pharmacology**, vol. 36, nº 3, novembro de 2013, p. 1109–12. *DOI.org (Crossref)*, <https://doi.org/10.1016/j.etap.2013.09.01>

## VARIAÇÃO LATITUDINAL DA REPRODUÇÃO E A FECUNDIDADE DE *TEDANIA IGNIS* (PORIFERA, DEMOSPONGIAE)

Carla Juliana Souza Dias<sup>1</sup>

Emilio de Lanna<sup>2</sup>

### RESUMO

As esponjas são animais muito simples. Elas não apresentam tecidos verdadeiros ou órgãos complexos. Porém, o sistema aquífero é responsável por realizar diversas funções, como digestão, excreção e até mesmo a reprodução. O objetivo foi o de investigar a influência de alguns fatores ambientais no período reprodutivo e na fecundidade de diferentes populações de *Tedania ignis* ao longo de um gradiente latitudinal na costa brasileira. As esponjas utilizadas para comparação latitudinal serão coletadas através de mergulho livre na costa de Salvador, Recife, Rio de Janeiro e Santa Catarina, processadas em laboratório, fotografadas e avaliadas no programa Image J para quantificação dos elementos. As espécies da região de Santa Catarina obteve dificuldade no processamento do material biológico e na avaliação visual das lâminas, devido as esponjas dessa região sofrerem bastante impacto das movimentações marítimas. Acredita-se que ainda haverão resultados consistentes futuramente para as regiões envolvidas no projeto atualmente: Salvador, Rio de Janeiro e Recife.

**Palavras-chave:** Vida. Porífera. Ambiente marinho. Esponja. *Tedania ignis*

### 1. INTRODUÇÃO

O filo Porifera (esponjas) é composto pelos invertebrados mais antigos ainda existentes no planeta. O grupo é considerado monofilético e encontra-se na base dos metazoários (Dohrmann & Wohreide, 2013). Existem quatro classes viventes, também monofiléticas: Homoscleromorpha, Hexactinellida, Calcarea e Demospongiae, entre essas a última classe comporta o maior número de espécies (Dohrmann & Wohreide, 2013). No Brasil, são encontradas cerca 450 espécies, sendo que a costa de Salvador (BA) tem sido considerado um “hotspot” de diversidade de esponjas (Hajdu et al., 2011) oferecendo uma excelente oportunidade para diversos estudos sobre a biologia desses animais.

As esponjas são animais muito simples. Elas não apresentam tecidos verdadeiros ou órgãos complexos. Porém, o sistema aquífero é responsável por

---

<sup>1</sup> Mestranda no programa PPGDA, UFBA, cjs.dias@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutor e professor do PPGDA, UFBA, emilio@gmail.com.

realizar diversas funções, como digestão, excreção e até mesmo a reprodução. (Brusca & Brusca, 2003). Todo o funcionamento do sistema aquífero se baseia em três tipos celulares principais: pinacócitos que funcionam como uma barreira para proteger o corpo da esponja, os arqueócitos que se regeneram e, principalmente, os coanócitos que ajudam na movimentação da água, além de ajudar na reprodução, pois se diferenciam em espermatozoides (Moyes & Schulte, 2010; Brusca & Brusca, 2013).

As esponjas produzem diversas substâncias químicas (alelopáticas) que auxiliam na defesa contra possíveis predadores. Muitas destas substâncias estão sendo estudadas para a utilização da indústria farmacêutica, cosmética e de biotecnologia (Ribeiro, 2008). Além disso, suas espículas também são úteis para evitar que elas sirvam de alimento para outras espécies (Ribeiro, 2008; Brusca & Brusca, 2013).

A reprodução das esponjas tem sido estudada por poucos pesquisadores em todo o mundo, em consequência disso, esta área carece de mais estudos, restando muitas lacunas a serem preenchidas. No contexto geral, as principais células responsáveis para a reprodução são os coanócitos, pois estes se diferenciam e formam os gametas (Ruppert et al., 2005; Lanna, 2012; Brusca & Brusca, 2013). Algumas espécies são hermafroditas e outras gonocóricas, sendo o hermafroditismo predominante nas esponjas (Fell, 1976; Brusca & Brusca, 2003 Ruppert et al., 2005). Além disso, parte das esponjas apresenta uma grande taxa de crescimento que pode depender da forma, do local da qual a esponja se encontra (Maldonado, 2008; McMurray, 2008; Mercado-Molina, 2011)

O período de reprodução das esponjas, em diversos estudos, tem sido destacado em altas temperaturas especialmente em regiões temperadas que influenciam tanto na fecundidade como na produção dos elementos reprodutivos (ócitos e espermatozóides) bem como a densidade de larvas que dependem das condições ambientais. Em altas latitudes também ocorre concentrações maiores de esponjas do que em latitudes baixas. Em pesquisas com a esponja calcária *Paraleucilla magna* foi encontrado elementos reprodutivos em prevalência nos períodos do verão e na primavera do que no outono e no inverno. (Fell, 1976; Maldonado, 2008)

A espécie *Tedania ignis* pertence a classe Demospongiae, (ordem Poecilosclerida, família Tedanidae), é encontrada desde XXX até XXX, seu limite sul

de distribuição. Ela é conhecida como espoja-de-fogo, pois causa certas dermatites em pessoas que procuram manusear sua pinacoderme sem a ajuda de alguma proteção, como luvas (Hadju et al., 2011; Riffel et al, 2012); elas podem ser biomonitoras de ambientes poluídos e se desenvolvem em substrato consolidados, bem como inconsolidados.

Ainda se sabe muito pouco sobre a biologia reprodutiva de *T. ignis*. Conforme algumas análises preliminares que foram realizadas no Laboratório de Embriologia e Biologia Reprodutiva (LEBR) da UFBA, em Salvador, a população de *Tedania ignis* encontra-se reprodutiva durante o ano todo. Aparentemente, o esforço reprodutivo é predominante nos meses de Setembro a Dezembro. A espécie é hermafrodita, em consonância com outras espécies da ordem Poecilosclerida. Além disso, possui elementos reprodutivos masculinos (cistos espermáticos e espermatozoides) e femininos (ovócitos) no mesmo período. É uma espécie vivípara, uma vez que o embrião se desenvolve no coanossoma até se tornar uma larva livre natante (V. Vasconcellos, informações não publicadas).

Dadas as características biológicas e a grande distribuição de *T. ignis*, esta espécie se apresenta como um excelente modelo para investigar a variação sazonal e a influência do ambiente na reprodução e na fecundidade das esponjas. No presente estudo visamos comparar a reprodução das esponjas em localidades que apresentam diferentes variações em regimes de chuva e temperatura (sazonalidades distintas). Os locais selecionados encontram-se em ambientes tropicais (Recife – PE e Salvador – BA), subtropical (Angra dos Reis – RJ) e temperado quente (Florianópolis – SC). As localidades a serem estudadas foram escolhidas para notar a ocorrência das possíveis variações que podem estar ocorrendo na reprodução das esponjas *T.ignis*, dessa forma, a hipótese poderá ser constatada como estão ocorrendo o controle da reprodução das esponjas, se de acordo com o clima das regiões ou se ocorrem de maneira equivalente nas quatro regiões supracitadas.

#### Objetivo Geral

Investigar a influência de alguns fatores ambientais no período reprodutivo e na fecundidade de diferentes populações de *Tedania ignis* ao longo de um gradiente latitudinal na costa brasileira

#### Específicos

- Determinar a fecundidade de cada uma das populações estudadas;

- Analisar se o período reprodutivo de *Tedania ignis* varia em pequena ou larga escala em um gradiente latitudinal;
- Investigar se a variação dos parâmetros ambientais pode influenciar o período reprodutivo e fecundidade das esponjas coletadas.

#### Justificativa

A pesquisa servirá de subsídio na descoberta de como ocorre à reprodução da *Tedania ignis* e como justificar se os ambientes da pesquisa interferiram na fecundação das esponjas dessa espécie, concluindo então, se o fator dessa reprodução ocorre de forma endógena (direcionada apenas as funções naturais da espécie estudada) ou exógena (relacionada aos fatores ambientais) para investigar as ideias supracitadas serão analisadas, através de experimentos em laboratório, as células reprodutoras da espécie de esponjas coletadas da *Tedania ignis*.

#### Material e Métodos

##### Área de estudo

A cidade de Salvador é a região do Brasil onde ocorre o maior número de esponjas, sendo que, 72 espécies são conhecidas na região e outras ainda estão sendo pesquisadas (Muricy et al, 2011). A maior diversidade de esponjas são encontradas em duas áreas de salvador, conforme espongólogos brasileiros, sendo essas selecionadas para o estudo, 1º próximo a barra na entrada da Bahia de Todos os Santos e 2º próximo a boa viagem (Hajdu et al, 2011). A região de boa viagem encontra-se com problemas nas tubulações, pois estas liberam esgoto doméstico ao mar, o que não pode ser observado na Bahia de Todos os Santos a distância entre as duas áreas selecionadas são de 10 km o que indica uma diferença no hidrodinamismo entre elas.

## 2. DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

As esponjas utilizadas para comparação latitudinal foram coletadas através de mergulho livre na costa de Salvador (BA) (13.0S, 38.5W), Recife (PE) (8.0S, 34.8W), Angra dos Reis (RJ) (23.1S, 44.1W) e Florianópolis (SC) (27.6S, 48.4W). As coletas foram realizadas pela equipe do LEBR na cidade de Salvador, enquanto colaboradores realizaram a coleta nas demais localidades.

##### Delineamento amostral

Foram coletados fragmentos da esponja *Tedania ingis* todos os meses durante um ano e meio (Setembro de 2014 a Fevereiro de 2016) nas quatro regiões Salvador-BA, Recife- PE, RJ- Angra dos Reis, SC- Florianópolis. As esponjas foram escolhidas de forma arbitrária, sendo 35 fragmentos por mês, coletados em uma distanciando de 1m (metro) entre uma esponja e outra, medindo sempre a temperatura com a ajuda de um datalogger sendo colocado a 2m de profundidade em cada um dos pontos estudados para observação da temperatura, fotografadas sempre os locais de coleta para posterior análise e registro. Para avaliar as divergências sazonais entre as regiões estudadas foi utilizado a informação do Instituto Nacional de Meteorologia mais próxima de cada região de coletas.

#### Obtenção de dados

Para a descrição e quantificação dos elementos reprodutivos foram empregadas técnicas histológicas. Os fragmentos das esponjas foram imersos no fixador (formol) por até 24 horas. Depois disso os fragmentos das esponjas foram lavados com água destilada e em seguida as espículas foram removidas com solução 5% de ácido fluorídrico. A seguir, o ácido foi removido com água destilada e as amostras foram desidratadas em uma série crescente de etanol, clarificadas em xilol e posteriormente embebidas em parafina. Os blocos de parafina foram seccionados em um micrótomo, para que possam ser montadas em lâminas e cobertos em lamínulas, corados com hematoxilina e eosina e levados para observação no microscópio para a descrição e a contagem de gametas e embriões. Para verificar a diferença da fecundidade das esponjas coletadas foi realizado o método da árvore de regressão linear, depois de avaliados e comparados e escritos em um caderno de atividades de campo.

### 3. CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados iniciais foram diminutos para realizar o levantamento de hipóteses iniciais, além disso, a escassez das informações de estudo semelhante da classe dessa esponja no Brasil é imensa, dificultando a comparação dos elementos encontrados e avaliados. Durante o desenvolvimento do projeto foram localizados muitos elementos reprodutivos da espécie *Tedania ignis*, como por exemplo: Oócitos, cisto e possíveis óvulos. As espécies da região de Santa Catarina obteve dificuldade no processamento do material biológico e na avaliação visual das lâminas, devido as

esponjas dessa região sofrerem bastante impacto das movimentações marítimas. Acredita-se que ainda haverão resultados consistentes futuramente para as regiões envolvidas no projeto atualmente: Salvador, Rio de Janeiro e Recife. O projeto encontra-se em andamento, pois a quantidade de material biológico das quatro regiões das esponjas e atividades em laboratório realizada durante o período inicial do projeto, pois foi insuficiente para a elaboração de apenas dois anos de projeto de mestrado.

## AGRADECIMENTOS

A Fabesp – BA, pela contribuição financeira para realização parcial desse projeto, através da bolsa de mestrado durante o desenvolvimento das etapas iniciais do trabalho.

## REFERÊNCIAS

### Artigos

- CUSTÓDIO, M.R.; HAJDU, E.A. 2011. Checklist de Porifera do Estado de São Paulo. Biota Neotropica. Volume 11(1a.).
- DOHRMANN, M., WÖRHEIDE, G., 2013. Novel Scenarios of Early Animal Evolution—Is It Time to Rewrite Textbooks? Integrative and Comparative Biology 53: 503–511.
- ERESKOVSKY A.V. 2000. Reproduction cycles and strategies of the cold-water sponges *Halisarca dujardini* (Demospongiae, Halisarcida), *Myxilla incrustans* and *Lophon piceus* (Demospongiae, Poecilosclerida) from the White Sea. Biological Bulletin, 198: 77-87.
- LANNA, E.; PARANHOS, R.; PAIVA, P.C.; KLAUTAU, M. No prelo. 2012. Environmental effects on the reproduction and fecundity of the introduced calcareous sponge *Paraleucilla magna* in Rio de Janeiro, Brazil. Marine Ecology.
- FELL, E.P. 1976. The Reproduction of *Haliclona loosanoffi* and its apparent Relationship to water Temperature. Biological Bulletin. 150:200-210.
- MALDONADO, M.; RIESGO, A. 2008. Reproduction in the Phylum Porifera: A Synoptic Overview; Treballs de la Societat Catalana de Biologia. 59: 26-49.
- MERCADO-MOLINA, A.E.; SABAT, A.M.; YOSHIOKA, P.M. 2011. Demography of the Demosponge *Amphimedon compressa*: Evaluation of population dynamics. Journal of Experimental Marine Biology and Ecology 407: 355-362.
- RIESGO A., MALDONADO M. 2008. Differences in reproductive timing among sponges sharing habitat and thermal regime. Invertebrate Biology, 127(4): 357-367.

### Livros

- HAJDU, E. Peixinho, S.; FERNANDEZ, J.C.C. 2011. Esponjas Marinhas da Bahia Guia de Campo e laboratório; Museu Nacional Rio de Janeiro, 276 p;

MOYES, C.D. & SCHULTE, P.M. *Princípios de Fisiologia Animal*. 2ª Ed. Artmed. 2010. 792p;  
RUPPERT, E.E., FOX, R.S. & BARNES, R.D. *Zoologia dos Invertebrados: Uma abordagem funcional-evolutiva*. 7ª edição. Roca. 2007. 1145p. .

Página de internet

RIBEIRO, S.M. 2008. *Ecologia Química das esponjas Marinhas: Multifuncionalidade, variação congênica, intrapopulacional, latitudinal e estádios de vida*. Niterói, Rio de Janeiro. Tese de doutorado. Encontrado em:  
[http://www.proac.uff.br/eqm/sites/default/files/ribeiro\\_2008\\_final.pdf](http://www.proac.uff.br/eqm/sites/default/files/ribeiro_2008_final.pdf) [Data de acesso: 09/06/2014]

RIFFEL, R.; Carraro, J.L. Projeto Biodiversidade Marinha de Santa Catarina/UFSC/FAPESC. Encontrado em: [http://www.biodiversidade.ufsc.br/especies\\_tedania\\_ignis.html](http://www.biodiversidade.ufsc.br/especies_tedania_ignis.html) [Data de acesso: 09/06/2014].



# **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHER: do reconhecimento do problema social e os dezesseis anos da Lei Maria da Penha**

Tâmara de Souza Pinho <sup>1</sup>

*Trabalho de Conclusão de Curso orientado por Teresa Cristina Ferreira de Oliveira <sup>2</sup>*

## **RESUMO**

Em todo o mundo, ao longo da história, a mulher enfrentou situações de violência física, sexual e psicológica, o que normalmente ocorre por conta da desigualdade entre os sexos masculino e feminino, assim como a discriminação de gênero que perdura tanto na sociedade como na família, principalmente nos tempos de guerra. É possível perceber que, essa agressão tem raízes históricas as quais impediram que as mulheres ocupassem seu lugar de sujeito de direito pela sua insignificância. Trata-se de um problema social que acompanha a humanidade. Porém nas últimas décadas, a mulher conseguiu consolidar muitos direitos que antes sequer eram vislumbrados, principalmente por conta da configuração familiar “tradicional”, que imputou a mulher à insignificância existencial, julgando-a inferior ao homem.

**Palavras Chaves:** Violência doméstica, violência contra mulher, gênero.

## **1 INTRODUÇÃO**

*“O que me preocupa não é o grito dos maus, é o silêncio dos bons.”*

*Martin Luther king*

A violência familiar atinge milhares de mulheres em todo o mundo, o que normalmente ocorre por conta da desigualdade nas relações de poder entre os sexos masculino e feminino, bem como a discriminação de gênero que perdura tanto na sociedade como na família. (CARDOSO, 2008).

Conforme Fonseca e Souza Lucas (2006), as relações de violência entre um casal estão ligadas à crescente tensão na ideia de um relacionamento de poder

---

<sup>1</sup>Artigo científico apresentado como requisito para obtenção de aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, no Curso de Graduação em Direito da Faculdade Mauricio de Nassau, Campus Mercês- Ano 2016. Ano 2016.2, pela graduada em Direito. Tâmara de Souza Pinho. advtampinho@outlook.com / advtampinho1@gmail.com

<sup>2</sup> Advogada/OAB-BA, Professora do curso de Direito da Faculdade Ruy Barbosa, especialista em Direito Civil (UFBA) e especialista em Família: Relações Familiares e Contextos Sociais (UCSal). Mestra em Família na Sociedade Contemporânea (UCSAL). Orientadora do PICT; Membro dos grupos de pesquisa Família e Desenvolvimento Humano.

estabelecido e que se relacionar através de subordinação e dominação carece ser ratificada.

Nesse sentido, Souza (2008) reconhece que é possível perceber que, essa agressão tem raízes históricas, dados do retrato histórico-cultural de práticas reiteradas, as quais impediram que as mulheres ocupassem seu lugar de sujeito de direito. Reputando-as em dados momentos históricos à própria insignificância existencial.

Conceituar a violência é angustiante, especialmente por tratar-se de um acontecimento surpreendentemente complexo que não só atinge as pessoas fisicamente, mas, as prejudica emocionalmente. Trata-se de um problema social que acompanha a humanidade e baseia-se nas questões relativas à moralidade, à ideologia de gênero e a cultura consoante com cada época, localidade e condição em que ocorre o evento. (OKABE, 2010).

Consoante com o pensamento da autora, as questões apontadas assumem formas próprias de opiniões influenciadas pela concepção e atitude em relação à violência, segundo o momento histórico vivido em sociedade. Sendo assim, percebe-se que as concepções do que é ou não admissível como conduta aceitável são culturalmente influenciados de acordo com as normas sociais mantidas por usos e costumes ou por aparatos legais da sociedade.

No século XIX, com o fenômeno de constitucionalização dos direitos humanos a violência doméstica passou a ser analisada com maior profundidade e apontada por diversos setores sociais, configurando um problema central para a coletividade tanto quanto um grande desafio discutido e estudado por várias vertentes sociológicas da sociedade moderna, e apenas com o aparecimento da Lei Maria da Penha nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 no Brasil, este tema ganhou maior notoriedade. (SOUZA, 2008).

Sob a ótica de Oliveira (2009), a multiplicidade de casos cotidianos impede a existência de um modelo dominante de matrimônio e família. Mesmo que as obrigações e direitos tenham se mostrado flexíveis, ainda cabe às mulheres, na maioria dos casos, serem as fundamentais responsáveis pela administração do lar. Logo, o modelo familiar atual tem atravessado grandes desafios em sua trajetória evolutiva, adaptando às novas transformações do conceito familiar tradicional.

Aduz ainda a autora que as relações, confrontadas com as constituídas no modelo clássico, encontram-se alteradas, os membros que compõem a nova família

estão individualizados, a formação não é mais a habitual, as pessoas também estão se transformando, na maneira de pensar, nos questionamentos, na forma de viver em um mundo em processo constante de mudança.

Nota-se que os novos modelos de familiares estão presentes tanto na sociedade comum quanto nas comunidades religiosas, pois, estas estão se reconfigurando. Desta forma, percebe-se que não há um modelo idealizado de família, nem o propriamente modelo cristão, onde os papéis de gênero estão sedimentados, mantendo a mulher como submissa ao homem, assim afirma (OLIVEIRA, 2009).

Segundo Moraes (2011), nas últimas décadas, uma variedade de situações que se relacionam com a crescente urbanização do país e às densas alterações da economia nacional modificou usos e costumes, projetos de vida e valores.

Aduz o autor que os preceitos morais eram determinados pela Igreja Católica, que estabeleceu seus princípios por meio do sistema educacional e religioso. A ética sexual cristã penetrava todos aqueles setores que precisam ser laicos, fazendo com que o catecismo se tornasse matéria obrigatória, condenando com estigmas sociais as mulheres que se apartavam do marido e desaprovava a vida sexual desvinculada da finalidade reprodutiva.

Nesse sentido, Petrini e Dias (2013, p. 277) afirmam: “é possível determinar que o seio familiar seja o lugar onde se aprende valores, virtudes, critérios e onde também são construídas as atitudes necessárias para que a convivência em sociedade seja mais civilizada”.

Assim, através da proteção, do acolhimento, da integração e das respostas que oferece às necessidades de seus membros, a família se desenvolve. Quando ao contrário, as relações familiares adquirem as características da precariedade.

Quanto à sua importância, a família constitui o principal pilar edificador de uma sociedade equilibrada, logo há de se contemplar que a constituição de uma boa estrutura familiar contribui de forma singular com aperfeiçoamento do indivíduo, mostrando-se este o objeto principal, pois precede o Estado fazendo a mediação nas relações entre os indivíduos e a coletividade, vivendo e difundindo no contexto da sua convivência um projeto de vida baseado na solidariedade entre as gerações e entre os sexos. (PETRINI, DIAS, 2013).

No sentido mais abrangente, existem formas de organização coletiva e social, garantias de direitos e imposições de deveres, que são norteadores dos relacionamentos entre as pessoas. A ideia da família como base da sociedade não se

mantém apenas no senso comum, mas também é institucionalmente reconhecida, como se vê no artigo 226, caput e § 4º da Constituição Federal.

Para Oliveira (2002), no modelo hegemônico, destaca-se justamente a força dos referenciais que, a cada dia, tentam definir qual é o modelo de “família ideal” para se alcançar uma vida afetiva e sexual satisfatória, para criar suas crianças, para ter seus direitos garantidos, isto é, um pilar de sustentação da organização social, um local de cuidado e proteção. Assim, Oliveira (2002) afirma que

Aduz a autora que, pensar em família ainda nos traz a mente o modelo tradicional, uma mulher e homem unidos pelo casamento e rodeados de filhos. Neste sentido, deve ficar claro que este conceito mudou.

Nesse sentido, as relações humanas são recheadas de momentos conflitantes, os quais, se não forem bem administrados em momentos de crise, culminaram com a ruptura dessa estrutura, não apenas no seio do âmbito familiar doméstico, mas perpassando a toda a sociedade em volta, pois a família nada mais é que uma célula pertencente a um organismo maior, que é a sociedade. (MUSZKAT, 2003).

Segundo Sabadell (2007), as consequências dessa má administração dos relacionamentos conflituosos especulados que são em muitos casos contraídos, podem ocasionar danos irreparáveis não só aos sujeitos envolvidos no conflito, mas às famílias e a toda coletividade. Desta forma, a papel do Estado é regular e controlar as relações sociais conflituosas, com a promoção da ordem social e, por conseguinte o bem comum, por meio de políticas públicas de prevenção, atenção e coerção.

Seguindo a mesma linha de pensamento da autora, com a chegada da “Lei Maria da Penha”, efetivamente, determinados pesquisas já indicavam uma redução no número de “denúncias” feitas pelas mulheres nas DDMs (Delegacia de Defesa da Mulher).

A autora afirma que a respeito ao campo público, observava-se a inexistência da efetividade política para se mudar o quadro de violência contra as mulheres, tornando-se manifesto o desleixo e o arbítrio das instituições públicas, que se preocupavam mais com a confrontação de forças que se constituem no seu interior do que com a consideração dos mínimos direitos de cidadania.

Nesse entendimento, a autora traz um exemplo, dito democrático, que não oferece recursos para a equiparação e inclusão da mulher como cidadã responsável, dotada de percepção que a condicione para concorrer em níveis de equidade com os homens. De fato é um exemplo que cristaliza a dessemelhança e abuso, mostrando

que a lei acerta somente no plano formal, já que dominam desigualdades reais, que se proclamam a partir das incompatibilidades estruturantes da sociedade brasileira, comprovadas no direcionamento de postos-chave no trabalho ou na política para os homens, em lesão da mulher.

Sob a ótica de Piovesan (2011) que a partir de 1988, no Brasil, se constituiu uma nova gama de estudos e ação, proporcionando um espaço cognitivo novo, e acima de tudo uma interpretação política única, conduzindo à criação de serviços públicos especializados e leis mais particulares às questões necessárias para uma efetiva proteção da mulher contra a violência.

Reafirma a autora que, os direitos humanos das mulheres são absolutos, universais, sem limites. A política do Estado que provoca esta gramática geral de direitos, fixar-se em absoluto afastamento político na ordem internacional e anda na contramão da história. Apesar dos importantes progressos, quatro advindos do intenso instrumental jurídico vigente “Constituição e Tratados Internacionais”, a eficácia prática dos novos valores é muito restringida. A tradição jurídica vem estruturada em diferentes modelos, divergentes com a nova ordem, que esvazia e mitiga a força inovadora dos instrumentos modernos.

Neste sentido versa Cavalcanti e Gomes (2013) que no Brasil, a Lei Maria da Penha ampliou o conceito de família ao falar em sujeitos e não em homem e mulher, perfazendo assim o sentido de igualdade de tratamento: art. 5º, II: “comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa” elevando a participação da mulher na vida social que anteriormente continha-se sob o pretexto da submissão.

Em consonância com esta perspectiva, Petrini e Dias (2013) afirmam que não é por acaso que se multiplicam os índices de violência cometida no interior da família que, muitas vezes, são cometidos por pessoas que convivem no mesmo lar sem possuírem qualquer vínculo direto de parentesco (padrasto, madrasta, filho de casamento diferente).

Conhecida como Lei Maria da Penha, foi criada para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. A lei considera violência qualquer ação ou omissão que possa causar morte, lesão, sofrimento físico e psicológico, além de dano moral e patrimonial.

Até fevereiro de 2012, a Lei Maria da Penha garantia à mulher o direito de representar ou não contra o parceiro agressor (ação penal pública condicionada à

representação). Tratava-se de um dispositivo legal ao qual o sujeito podia recorrer, sendo proveniente de uma decisão na qual estava implicado.

Visando punir e prevenir os crimes domésticos contra mulheres, que sofrem violência doméstica. A referida lei surge reforçando as políticas públicas que tem por objetivo a proteção e valorização da mulher pela sociedade. Essa lei reflete uma conquista salutar pelo poder público para o combate da violência contra a mulher, especialmente no âmbito das relações domésticas. (DIAS, 2007).

Desta forma, demonstra a autora referida que hoje em dia as mulheres estão sob a proteção da Lei nº 11.340/06, independente de religião, etnia, raça, nível cultural ou econômico etc., configurando a violência doméstica contra a mulher toda e qualquer ação ou omissão que se baseia no gênero que tenha como consequência morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.

Em muitos casos essas formas de violências são praticadas no seio familiar como se fossem “normais”, porém trata-se de uma forma velada de praticar a violência contra a mulher ainda que de forma inconsciente. (GOMEIRO 2015).

## 2. CONCEITO DE FAMÍLIA E SUA EVOLUÇÃO

*“A verdadeira felicidade está na  
própria casa, entre as alegrias da  
família”*

*Léon Tolstói*

As mudanças ocorridas na família desde o início da industrialização provocaram alterações significativas nas relações familiares e na sociedade. As relações trabalhistas que sucedia-se de modo artesanal, cede lugar a outra dinâmica comercial, o que demandava um contingente maior de pessoas no mercado de trabalho, desenvolvendo assim novas relações trabalhistas. Essas mudanças na vida pública afetavam diretamente a vida privada, desse modo reorganizando a família. (BURGUIÉRE; LEBRUN, 1998; PETRINI, 2003).

A partir da Revolução Industrial ocorreram algumas transformações no mundo e que eclodiram nas duas grandes Guerras Mundiais. Os domínios públicos e privados foram novamente atingidos em consequência desses dois grandes eventos e a instituição familiar, um dos pilares da sociedade, novamente foi afetada.

Como consequência desses fatos históricos, advieram inúmeras mudanças na produção e na sistemática do trabalho das mulheres com a concretização do sistema capitalista no século XIX. Com o progresso tecnológico e o forte desenvolvimento da maquinaria, grande parte da mão-de-obra feminina foi realocada para as fábricas. (PROBST, 2005).

Para Probst (2005), com as duas grandes guerras mundiais as mulheres foram convocadas a serem mais atuantes na vida pública, trabalhando em fábricas, muitas vezes em substituição aos maridos que estavam na guerra e que por vezes não retornaram ou, regressaram com sequelas, ficando impossibilitados de retomar a vida profissional.

A ampliação da economia acelerou o processo de retirada da produção de casa para o mercado, e a influência pelo uso de bens e serviços, atributos essenciais ao capitalismo, que antes eram produzidos no espaço doméstico, passa a apertar a renda familiar, e as mulheres passam a trabalhar assalariadas. (OLIVEIRA 2009).

Os proprietários das fábricas não tinham poderes para obrigar ninguém a aceitar um emprego nas suas empresas. Podiam apenas contratar pessoas que quisessem trabalhar pelos salários que lhes eram oferecidos. Mesmo que esses fossem baixos, eram ainda assim muito mais do que aqueles indigentes poderiam ganhar em qualquer outro lugar. (PROBST, 2005).

Consonante com o pensamento da autora, alegar que as fábricas arrancaram as mulheres de seus lares e as crianças dos seus brinquedos é uma distorção dos fatos, uma vez que estas mulheres não tinham como alimentar sua prole. Eram crianças carentes e famintas, cujo seu único refúgio era a fábrica.

Aduz a autora supracitada que as fábricas foram responsáveis por tirar garotas do controle atenta de seus genitores e por instigar casamentos antecipados e mais tarde, por estimular o descaso com as incumbências domésticas.

De fato, nas fábricas as mulheres trabalhavam por motivos bem mais cotidianos. Muitas iam trabalhar porque os ganhos de seus esposos não eram suficientes para o sustento do lar; algumas viúvas, outras abandonadas; outras não podiam ter filhos ou os tinham grandes; algumas tinham maridos que estavam em situação de desemprego, ou em empregos sazonais; e algumas poucas resolveram trabalhar para auferir dinheiro com a finalidade de proporcionar confortos extras aos lares, apesar de os salários dos maridos serem satisfatórios para suprir as necessidades. (HESSEN, 2015).

Em consonância com o autor, o que o sistema das fábricas proporcionou a essas mulheres não era degradação e miséria, mas um meio de sobrevivência, de bem-estar econômico, de majoro do mero sustento. Desumanos como eram as qualidades dos trabalhos fabris do século XIX, as mulheres aos poucos optaram por trabalhar nas fábricas em vez de ter outra opção aberta a elas, como o trabalho doméstico, enfadonhos empregos em grupos agrícolas, ou trabalhando como carregador e carregadoras nas minas; ademais, se uma mulher pudesse ter seu próprio sustento, não era levada ao casamento em idade imatura. (HESSEN, 2015)

Outro acontecimento relevante, fonte de transformações mundiais foi a Revolução Sexual. Tal fenômeno, ocorrido no mundo ocidental nas décadas de 60 e 70, ocasionou mudanças significativas na vida das mulheres, como o controle da natalidade.

Petrini (2003) considera a Revolução Sexual como o grande acontecimento responsável por mudanças categóricas na vida das mulheres e, conseqüentemente, na vida familiar das mesmas. O autor afirma que, com tal Revolução, o individualismo foi sendo cada vez mais valorizado em detrimento de qualquer outra manifestação de coletividade. Também por isso, a família foi ficando à margem da valoração social. Para o autor:

É significativo o fato de que a última das revoluções tenha sido a sexual, quase a sinalizar o redimensionamento das metas propostas, que anteriormente se orientavam para grandes objetivos políticos e sociais e agora se limitam à esfera individual. O messianismo da primeira modernidade, que pensava em reconstruir toda a realidade humana e social, concentra-se agora, na transgressão e na irreverência diante de valores de comportamento, com vistas à liberação sexual. No plano político e social, verifica-se o declínio do socialismo real e o crescimento do neoliberalismo e da globalização ou mundialização do capital (PETRINI, 2003, p. 40-41).

Um movimento histórico-cultural e comportamental que contribuiu para seu desenvolvimento na chamada Revolução Sexual, em grande parte resultante da autorização da comercialização, em 1960 nos Estados Unidos, de um meio seguro para prevenir a gravidez, a pílula anticoncepcional. Dois anos depois foi disponibilizada nas farmácias brasileiras, a popularização do remédio foi questão de tempo e era praticável então o sexo pelo prazer e não apenas para a procriação. (AZEVEDO 2005).

De acordo com Giddens (2003), cada período, à sua maneira, entusiasma a pessoa na forma de pensar e agir. Ao observar a história da humanidade, se percebe



que certos momentos marcaram intensamente a formação da identidade, como é o caso da descoberta dos valores humanos no Renascimento.

No demais, para composição de si próprio, o sujeito acrescenta convergências particulares da informação, contendo-se com estímulos e réplicas na compreensão do comportamento, ou a um certo determinismo social na expectativa histórica e antropológica, assimilando, na constituição de sua identidade, peculiaridades e conceitos característicos de cada momento. (GIDDENS 2003).

Assim, o autor se posiciona em defesa de que a pós-modernidade tornou o sujeito passível de fragmentação e de disseminação, já que a subjetividade era reputada a valor instrumental. Além disso, em benefício do marcante crescimento da tecnologia, o homem pós-moderno alarga ligeiramente a influência mútua discursiva com a máquina enquanto, contrariamente, a desprestigia com o gênero humano.

Apesar de todas essas alterações, a nova família conjugal conserva traços típicos da família anterior: o de controlar a sexualidade feminina e preservar as relações de classe. (OLIVEIRA 2009).

Ressalta também que os costumes que marcaram época podem ou não estar distantes dos costumes sociais tradicionais, pois, como mencionado anteriormente, os conceitos evoluíram ou, até mesmo, mudaram de denominação, mas ao averiguar esses conceitos atualmente, pode-se verificar que muitos deles ainda estão presentes na sociedade, ainda que de forma velada.

Para Pamplona e Stolze (2013) a família é a razão da felicidade do indivíduo e, ao mesmo tempo, com todos os que vivem juntos as maiores angústias, traumas, medos e frustrações.

Neste mesmo sentido os autores afirmam que não é possível apresentar um conceito único e absoluto de família para delimitar a complexa gama de relações sócio afetivas que vinculam os indivíduos.

Gonçalves (2010) aduz que, o código civil de 1916 e as leis posteriores, vigentes no século passado, regulavam as famílias formadas exclusivamente pelo casamento civil no modelo patriarcal e hierárquico. Ao passo de uma moderna perspectiva pelo qual é identificada tem mostrado novos fundamentos que constituem os vínculos familiares, cujo destacam-se os elos afetivos que norteiam o seu desenvolvimento. Neste sentido a família sócio afetiva vem sendo priorizada em nossa doutrina e jurisprudência.

Consonante com o pensamento do autor, a Constituição Federal Brasileira de 1988, absorveu essas novas mudanças e aderiu uma nova ordem de valores, priorizando a dignidade da pessoa humana, considerando verídica a renovação no direito de família.

Deste modo o artigo 226 da CF diz que “A família, base da sociedade, tem total proteção do Estado.” Neste liame o Estado garantirá a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando meios de coibir a violência no âmbito de suas relações. (GONÇALVES 2010).

Aduz também que, as mudanças sociais ocorridas na segunda metade do século XX com a chegada da CF de 1988, conduziram a aprovação do Código Civil de 2002, induzindo os pais a uma “paternidade responsável” e a aprovação de uma realidade familiar no qual os vínculos de afeto irão sobrepor-se às conquistas genéticas.

### 3. HISTÓRIA DA MULHER E SUAS CONQUISTAS SOCIAIS

*“A história da mulher é a história da pior tirania  
que o mundo conheceu: a tirania do mais forte sobre o  
mais fraco”  
Oscar Wilde*

Como consequência de fatos históricos relevantes, as duas grandes guerras mundiais e a revolução industrial, aconteceram inúmeras alterações na produção e na sistematização laboral das mulheres. (PROBST 2005).

As mulheres passaram a atuar mais na vida pública em consequência das guerras mundiais, bem como, trabalhar em fábricas onde, na maioria dos casos era para suprir a falta dos seus esposos que estavam na guerra que em dados momentos regressavam com sequelas ficando assim impossibilitados de retomar a vida profissional e por vezes não voltavam. (PETRINI, 2003).

De acordo com Hessen (2015), dizer que as fábricas desprenderam as mulheres de seus lares e as crianças dos seus brinquedos é querer alterar os acontecimentos, levando em consideração que estas mulheres não tinham como alimentar sua prole. Eram crianças carentes e famintas, cujo seu único refúgio era a fábrica. Logo, o que se mostra é um pensamento perene no contexto histórico que a inserção feminina neste universo, foi responsável por tirar as garotas do controle

atento de seus genitores e por instigar casamentos antecipados; e mais tarde, por estimular o descaso com as incumbências domésticas.

Seguindo a mesma linha de pensamento do autor, no contexto social em que o laboro feminino se desenvolveu nas fábricas, nota-se que a relação mulher-mercado de trabalho, trouxe no seu bojo algumas mazelas sociais que refletiram no seio familiar, entre elas a promiscuidade, infidelidade, e prostituição. Prevalecia o pensamento de que a mulher deveria ater-se apenas as atividades domésticas, tomando conta do lar, do seu marido e da sua prole.

Fato é que, nas fábricas, as mulheres laboravam por motivos bem mais vinculados ao seu dia-a-dia. Muitas trabalhavam para compor a renda familiar com seus esposos, pois estes não ganhavam o suficiente para suprir as necessidades familiares; eram algumas vezes mulheres viúvas, abandonadas, sendo que algumas delas já tinham filhos crescidos ou não podiam engravidar, enfrentavam a condição de desemprego dos maridos, ou trabalhavam por temporadas. Nos poucos casos outras mulheres resolveram trabalhar para proporcionar mais conforto no lar para suas famílias auferindo renda mesmo sendo os salários dos maridos satisfatórios para suprir as demandas domésticas (HESSEN,2015).

Assim, se extrai do pensamento trazido pelo autor, o que o sistema fabril proporcionou às mulheres naquele contexto não configurava degradação nem miséria, mas uma forma de sobreviver, de conquistar bem-estar financeiro, de melhoramento da maneira que a família se sustentava. A qualidade dos trabalhos realizados pelas mulheres era desumana no século XIX, porém, as mulheres começaram a optar pelo trabalho nas fábricas ao invés de ter outra opção ofertada elas, fosse como doméstica, ou cansativos empregos agrícolas, ou trabalhando como carregadoras nas minas, e sendo assim, se uma mulher conseguia se sustentar sozinha, não se casava em idade inadequada.

Com o surgimento de várias rebeliões e protestos por parte das mulheres nas últimas décadas, quando foi questionado o fato de se aplicarem valores diferentes daqueles pagos aos homens, apareceram mais chances para que elas trabalhassem fora do contexto do lar. O acesso à educação favoreceu essa conquista, que tanto gerou a inclusão de um número cada vez maior de mulheres no mercado de trabalho aumentando também na sociedade sua contribuição política. (OENNING, 2014).

Afirma a autora que, mesmo tendo acesso à educação, participação social e política, trabalho assalariado, as mulheres têm um lado voltado para a rua e outra

para o lar, num grande esforço para sobreviver, num tempo de rompimento de um protótipo milenar. Há ainda certo preconceito com as atividades do lar, que secularmente eram feitas apenas pelas mulheres, o que acaba provocando uma sobrecarga nas mesmas. Com tantas mudanças, somente o papel da mulher foi alterado, sem que o do homem fosse essencialmente modificado.

Para Oenning (2014) o debate sobre as desigualdades entre os sexos, como se sabe, não é de agora, mas pelo contrário, desde a Grécia antiga até há bem pouco tempo, acreditava-se que a mulher era um ser rebaixado na escala transcendente que analisava a raça humana, e assim, os homens atinham o direito de praticar uma vida pública. Sempre foi reservado às mulheres um lugar de menor destaque, seus direitos e deveres permaneciam continuamente voltados para os cuidados com os filhos e com o lar.

A autora afirma ainda que, a dicotomia entre os papéis do homem e da mulher, embora permaneça traçada pelos séculos, e aprovada numa respectiva divisão do trabalho por critério sexual, varia bastante o percurso da história humana.

De 1960 a 1975 encontra-se articulado por um lado ao contexto de reorganização dos grupos feministas, do aparelhamento de mulheres agrupadas entre os movimentos da direita que sustentavam e da esquerda que se debateram contra o militarismo, tal qual na estabilização da mulher no mercado trabalhista, na exigência de condições mais favoráveis para o desempenho profissional, principalmente a crítica às injustiças suportadas com as diferenças salariais e na empreitada para o acrescentamento da participação feminina no cenário político nacional. (AZEVEDO 2005).

Aduz o autor que tais reclamações, que já eram articuladas em diversos países ao redor o mundo, culminaram, após a *Conferência do México* em 1975, no ano internacional da mulher designado pelas Nações Unidas.

Desde o ano de 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu como o *Ano Internacional da Mulher*, e assim, a condição da mulher no cenário mundial passou por intensas modificações. Muitas batalhas se travaram pelos movimentos feministas, tanto no âmbito nacional quanto internacional, a fim de alterar sua condição de submissão. (OENNING, 2014).

Por outro lado, com reforço de fatores exteriores, de um movimento histórico-cultural e comportamental que veio a colaborar em seus desenvolvimentos na denominada Revolução sexual, responsável em parte resultante da liberação da

comercialização, em 1960 nos Estados Unidos, de um processo seguro para assegurar a contracepção, a pílula anticoncepcional. Encontrada nas drogarias brasileiras apenas dois anos depois. A popularização da pílula foi só uma questão temporal e se poderia então praticar sexo somente pelo prazer e não exclusivamente para a procriação. (AZEVEDO 2005).

Para Petrini (2003) a Revolução Sexual é visto como o grande evento responsável por modificações significativas na vida das mulheres, e em consequência, repercutia na família das mesmas. Com tal Revolução, a ideia do indivíduo foi sendo cada vez mais valorizada em detrimento de qualquer percepção do coletivo. Por esse motivo, também, a família foi ficando à margem do valor social.

Para que esta revolução sexual inserida em uma revolução de cultura e comportamento tenha melhor valor como objeto construído historicamente, como tendo sido significativa para uma reestruturação das representações sociais bem como das inovadoras formas de interpretação das relações de gênero, o recorte temporal é conexo também porque as décadas de 1960 e 1970 foram estigmatizadas por uma série de mudanças na cultura de reconhecidos alcances, tanto que, ressaltando apenas um aspecto, capitalizou-se nos anos setenta com o envolvimento de vários segmentos, desde as artes, passando pela indústria e chegando até a televisão. (OKABE, 2010).

Logo, este é um caminho de fundamental relevância, pois recobra diversas práticas de controle de fecundidade ao mesmo passo que procura alargar um esboço cultural da motivação que conduziu ao resultado com tais práticas. (AZEVEDO 2005).

Outro ponto relevante era a nova condição da mulher que se separava ou se divorciava. Seria possível encontrar um espaço naquela coletividade? E se fosse mãe, de que forma seriam educados e quais valores uma mulher solitária poderia transmitir para a sua formação, os mais ajustados possíveis, sendo que as demandas escondidas dos conflitos no casamento não eram acolhidos como assunto de intervenção pública?

Ao refletir sobre a importância dos estudos sobre o divórcio e rompimento do matrimônio, para as décadas de sessenta e setenta diz que, de modo amplo, as justificativas para a elevação da quantidade de casais que se divorciaram se iniciaram desde fins do século XIX: o labor pago das mulheres e as modificações de costumes sociais, além do ingresso menos custoso e burocrático que este recurso passou a acomodar. (AZEVEDO 2005)

Em consonância com a referida autora, eram evidentes novos papéis sociais femininos, com o aumento da quantidade de mulheres que almejavam a liberdade no âmbito do casamento e fora dele, desconstruindo um *status-quo* que reprimia e socialmente estigmatizava a mulher separada.

Não se pretende assegurar, no entanto, que os modelos morais que vigoravam tenham sofrido radicalmente alteração somente no lapso temporal em debater e de modo amplo. Entretanto não se pode negar que esses elementos articulados acabaram, porém não há como negar que esses fatores articulados foram extintos por gerar as condições características para se atingir outra ideia do que seria o ideal de uma nova mulher. (AZEVEDO 2005).

Seguindo esse pensamento, a aceitação dos papéis confiados às mulheres faz com que se torne despercebido a hierarquia dos sentimentos, dos sexos, do uso dos recursos financeiros, das tomadas de decisões, encobrendo as relações de poder no seio familiar. (CARDOSO, 2008)

Seguindo a mesma linha de raciocínio, aparecem frequentemente problemas com relação ao exercício do poder na relação com a mulher nos grupos terapêuticos de homens agressores. Os homens transparecem uma necessidade de manter o controle e o domínio sobre a mulher, considerando a independência destas como uma perda para eles, e tentam impor, desta forma, suas perspectivas sobre o relacionamento. Neste sentido, o poder consiste em um sistema de autoridade em que sua repartição se organiza de acordo com as hierarquias, moldando relações de dominação e subordinação.

Com o desencadear da Segunda Guerra Mundial, os homens passaram a se ausentavam de seus lares, pois se encontravam nos campos de batalhas lutando. Por conta disso, a mulher iniciou uma conquista de maior espaço social, comprovando sua capacidade de realizar os mesmos trabalhos que antes eram executadas exclusivamente pelos homens. Atualmente, as mulheres já encarando a jornada dupla, realizando trabalhos dentro e fora de casa com suas tarefas familiares. (OENNING, 2014)

#### **4. CONCEITO DE VIOLÊNCIA**

Violência é toda ação, omissão, gesto ou atitude que visa atingir qualquer subjetividade ou mesmo a materialidade da agredida. A qualificação do grau de

agressão se configura na forma do comportamento do agressor ao invés de apontar apenas o resultado produzido. Isto porque a agressão física certamente produzirá cumulativamente dano psicológico e moral. (CARDOSO, 2008).

A palavra violência provém do latim, significa força e faz menção a ideia de constrangimento e de usar a superioridade física sobre outro indivíduo. É um comportamento que causa de propósito intimidação moral ou lesão a outra pessoa, ser vivo ou dano a qualquer objeto. Este comportamento pode afetar integridade física, psicológica ou até mesmo a vida do outro. (OENNING, 2014).

Ainda afirma Cardoso (2008), que a analogia entre o abuso emocional e físico, constata-se em que o último se caracteriza especialmente pelas ameaças de abuso, ridicularizações, despeitos, agravo à propriedade e agressões verbais. Logo, se caracteriza o abuso físico ofensivo ao corpo da mulher, ou que tenha potencial suficiente para causar tal dano.

Este grave e preocupante transtorno que degrada a integridade moral, física e psicológica das mulheres é utilizado por termos como violência doméstica, violência de gênero e violência contra a mulher. (OENNING, 2014).

#### **4.1 CONTRA VIOLÊNCIA MULHER**

Entende-se por violência contra a mulher qualquer ação ou conduta que cause dano, sofrimento físico ou morte, bem como os danos sexuais ou psicológicos, no âmbito público como também no privado, com motivação única e exclusivamente pelo fato de ser mulher. (MORAES; SUESTE; RODRIGUES; SILVA, 2010).

Seguindo a mesma linha de raciocínio da autora, a violência contra mulher perdura desde as sociedades mais antigas e permanece enraizada à nossa, sendo um fenômeno polissêmico que se expressa de várias formas. Há alguns anos, as mulheres auxiliadas pela lei Maria da Penha encontram dentro de si mais encorajamento para delatar seus agressores, o que tem levado às alturas as estatísticas de violência contra a mulher. Os dados são alarmantes, sendo que as mulheres negras e de classe menos favorecida são as mais atingidas.

Trata-se de uma forma de violência persistente no tempo se estendendo por todas as classes de uma sociedade, em diversas comunidades de uma civilização. Vem sendo referida desde a década de 1950 de diversas maneiras, tais como: violência doméstica, violência intrafamiliar, violência contra mulher. Nos anos de 1990

surgiu a denominação da violência da mulher como violência de gênero. (OKABE, 2010).

Segundo Oenning\_(2014), de acordo com pesquisas desempenhadas pelo INSTITUTO AVON no período de 31 de Janeiro a 10 de Fevereiro de 2011, as principais razões da violência doméstica contra mulher são o machismo e o alcoolismo. Em meio a estas ainda tem o ciúme, relação de domínio do homem em relação à mulher e episódios de violência familiar ou o caso de o agressor já ter sofrido algum tipo de violência. Houve questionamento também sobre a razão das mulheres permanecerem em um relacionamento de agressões e ameaças; certificou-se que grande parte delas depende financeiramente do marido para se manter e não por não ter condição de criar sua prole sozinha.

Percebeu-se também que além dessas razões, encontram-se outros motivos que as fazem com que elas continuem em silêncio, bem como, a insegurança, o medo, a baixa autoestima, o constrangimento com a separação, vergonha de admitir que é violentada, ser ameaçada pelo marido, entre outros. (OENNING, 2014).

## 4.2 VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Segundo Moraes; Sueste; Rodrigues e Silva (2010), violência de gênero: é aquela que as mulheres sofrem, independente de raça, classe social, religião, faixa etária ou qualquer condição, fruto de uma norma social que subjuga o sexo feminino.

Logo, é um fenômeno ligado a um poder e acaba abrangendo tanto a que é cometida por homens quanto por mulheres. Sendo que na maioria dos casos o alvo mais atingido é a mulher. (OKABE, 2010).

Para a autora inserção da categoria gênero na abrangência do fenômeno conjectura a concepção da violência que ocorre num contexto de desigualdade entre os sexos, fazendo diferença entre o sexo biológico e o social rompendo com a dicotomia dos papéis na sociedade, vista com naturalidade, possibilitando a superação da submissão feminina. Faz-se necessário que sejam consideradas as condições em que socialmente ou histórica se arquitetam e constituem as relações sociais de sexo.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, a desigualdade de gênero continua se reproduzindo e se naturalizando tendo a violência simbólica como ponto de partida. Essa violência simbólica, por ser sutil, eficiente e invisível, torna a maioria das



mulheres inconscientes de seu status de dominada, fazendo com que as relações que cultivam a dominação sejam aceitas pelos subjugados como se fosse uma coisa natural, como algo provido de inquestionabilidade.

Para Okabe (2010), a desigualdade de gênero é compreendida como estrutura desigual da sociedade incluindo crenças e valores sobre a habilidade e a capacidade dos indivíduos, definindo possibilidades e espaços disponíveis para cada um. De maneira geral, as explicações para tais dessemelhanças se dão por meio de alusões à conjuntura cultural que abaliza certa sociedade. Percebe-se que condutas preconceituosas e acontecimentos como a violência no âmbito do lar contra as mulheres derivam de um costume discriminador, patriarcal, racista e machista.

Pode-se compreender que poder e gênero são duas categorias básicas, organizando as relações entre as pessoas e auxiliando na concepção da violência conjugal em relação às mulheres. (CARDOSO, 2008).

Consonante com o pensamento da autora, gênero é a forma social que percebe cada sexo, uma vez recebidas configurações específicas em suas normas e valores, perfazendo uma conquista cultural alcançada por meio do procedimento de socialização que constitui os sujeitos para exercer os papéis na sociedade em conformidade com o seu status quo.

Segundo Okabe (2010), “Para ser mulher” deve se emoldurar na camada dos estudos de gênero que percorre o conceito “histórico-cultural” de identificações e verificações sociais com base nas diferenças de sexo. Os debates sobre gênero nas Ciências Humanas e Sociais ganham cada vez mais espaço.

## **5. TIPOS DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHER**

Na Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1993, por meio da “Declaração para Eliminação da Violência contra as mulheres”, é estabelecido o significado oficial sobre essa modalidade de violência. Traz em seu primeiro artigo a definição do que é a violência contra mulher como qualquer ato de agressão de gênero que tenha como consequência ou possa vir a ter dano sexual, psicológico ou físico ou angústia para a agredida, inclusive ameaça de tais atos, coerção ou privação arbitrária de liberdade, restrição de direitos, quer isto ocorra na vida privada ou em público”. (OKABE 2010).

Aduz Gomeiro (2015), portanto o substrato que o abuso sexual é cometido também através de certos atos e tentativas de obtenção de relação sexual concedida

sob coação ou força física e moral. Atos sexualmente violentos podem acontecer em diversas conjunturas, como: sexo obrigado no âmbito do casamento ou namoro, cobrança de sexo como pagamento de favores, abuso sexual de pessoas incapazes mental ou fisicamente, negativa do direito de poder utilizar-se de contraceptivos ou de adotar outras medidas de proteção contra doenças sexualmente transmitidas e aborto forçado.

A qualificação da agressão em psicológica ou física, chamar a atenção para a forma do comportamento do agressor em vez de apontar apenas as consequências produzidas. Isto porque atos agressivos fisicamente podem produzir tanto dano psicológico como físico. (CARDOSO, 2008)

Consonante com o pensamento da autora supracitada, sobre a relação entre o abuso físico e emocional constatou que o último se caracteriza, principalmente pelas ameaças de abuso, ridicularizações, ciúmes, dano à propriedade e ofensas verbais. O abuso físico se caracteriza pelo ato fisicamente agressivo que causou, ou tem potencial para causar dano físico à mulher.

## **5.1 Violência física**

É a ação ou omissão que causa dano ou coloca em perigo ou a integridade física de um ser humano. (MORAES; SUESTE; RODRIGUES; SILVA, 2010).

A violência física acontece quando o companheiro acomete a mulher pelo uso de força física ou de algum tipo de simulacro ou arma que pode provocar ou não danos. Esta violência pode se demonstrar de várias formas, como: tapas, empurrões, socos, mordidas, chutes, queimaduras, cortes, estrangulamento ou lesões por armamentos ou objetos. Configuram-se também quando um homem obriga a mulher a ingerir substâncias inadequadas, tais como medicamentos, álcool e drogas, tirá-la de casa forçadamente e abandoná-la em locais desconhecidos, e assim, pratica um crime de violência doméstica. (GOMEIRO, 2015).

A modalidade contingente e implícita contra a mulher no âmbito familiar que se manifesta, especialmente, pela violência física culminando com a morte é conhecida como violência invisível. (CARDOSO, 2008).

## **5.2 Violência Psicológica**

A violência psicológica é configurada pela ação ou omissão que se destina à degradação ou controle das crenças, ações, comportamentos, e decisões de outras pessoas, através de manipulação, intimidação, ameaça direta ou indireta, isolamento, humilhação ou qualquer outro comportamento que cause detrimento à autodeterminação, à saúde psicológica, ou ao desenvolvimento pessoal. (MORAES; SUESTE; RODRIGUES; SILVA, 2010).

A violência psicológica, que é tão prejudicial quanto à física e a sexual, se caracteriza por toda ação ou omissão que causa dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa. Isso Inclui também insultos constantes, vexame, desdenho, chantagem, exclusão, privação da liberdade como o fato do homem que tenta impedir, por exemplo, que a mulher trabalhe, estude, cuide da aparência, gerencie o próprio recurso financeiro, saia com as amigas, julgamentos pela forma que se relaciona sexualmente. (GOMEIRO, 2015).

A violência psicológica é caracterizada por comportamentos ordenados que seguem um modelo característico, que tem por objetivo conseguir controlar a sua mulher. Iniciam-se com conflitos habituais dos relacionamentos, geradas pelos trabalhos, preocupações com as finanças, hábitos divergentes e opiniões diferentes. Nestes relacionamentos, aumentam as tensões, iniciando assim uma série de agressões psicológicas, até atingirem às vias de fato. Por outro lado, nos relacionamentos não violentos, os casais discutem sobre as tensões ou as ignoram, e estas tendem a diminuir. (FONSECA; SOUZA LUCAS, 2006).

### **5.3 Violência Moral**

Assédio moral ou violência moral: são atos de humilhação, desqualificação, ridicularização que ocorrem de maneira repetitiva, em especial no local de trabalho, como forma de obrigar a trabalhadora ou o trabalhador a pedir demissão. A maioria das pessoas prejudicadas por este tipo de violência são mulheres.

## **6. REAÇÃO DAS MULHERES À VIOLÊNCIA**

*“O silêncio é um texto fácil de ser lido errado”*  
Igor Cury

A violência contra mulher mais comum ocorre por seus esposos ou parceiros íntimos. Ocorre que, elas geralmente estão envolvidas emocionalmente com seus maridos e dependem economicamente deles, o que resulta em dependência. Isso independe do grupo social, econômico, religioso, social ou cultural. (OENNING, 2014).

## 6.1 Consequências da violência

A agressão no contexto familiar molesta a mulher, causando graves resultados psicológicas que poderão acompanhá-la por toda vida como a, fobia, vergonha, depressão, consumo de drogas e álcool, além de distúrbios na alimentação e no sono, dentre outras. Causa-lhes também consequências como graves lesões físicas e pode acarretar problemas sexuais como doenças sexualmente transmissíveis, sangramento genital, gravidez indesejada, infertilidade, perda do interesse sexual, dentre outras consequências. (OENNING, 2014).

A dependência emocional exagerada em relação ao marido é um problema muito mais grave do que a dependência financeira de mulheres que trabalham em nível operacional (copeiras, domésticas, faxineiras e etc.). A exemplo disto, um esposo que sofra com alcoolismo e que espanca a cônjuge, além de não provê as necessidades do lar. Estas mulheres geralmente vivem nessa condição num período médio de 15-20 anos.

Ela não pode alegar que não se separa por causa dos filhos porque estes já estão criados e afastados de casa. Alguém pergunta para essa mulher: 'Por que você não resolve o seu problema?'. Ela responde: 'Ah, eu tenho pena dele porque, se eu me separar dele, ele vai virar indigente'. Acontece que ela confunde os papéis de esposa com os de mãe. Ela também assume a condição de maternidade em relação ao marido, mantendo o casamento deles durante muitos e muitos anos. Isso se constata num grande número de casos que nós atendemos, porque apenas 50% dizem que vão se separar e fazem realmente o que se propuseram. (VARELA, 1988, SN).

As mulheres chegam a denunciar seus maridos, mas não se separar. Por outro lado, o homem se acomoda porque na delegacia o problema era não resolvido. Elas declaram: “ruim com ele, pior sem ele”. Segundo Varela (1988), naquela época as mulheres muitas vezes, denunciavam, mas não levavam adiante sua decisão, e os cônjuges se acomodavam com tal situação.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) afirma que a agressão familiar contra a mulher é uma questão de saúde pública, que afeta de forma negativa a integridade

emocional e física da agredida, sua noção de segurança, configurada por “idas e vindas” aos serviços de saúde formando assim um círculo vicioso e o consequente o crescimento com os gastos neste âmbito. (FONSECA; SOUZA LUCAS, 2006).

## 7. LEI MARIA DA PENHA

A lei número 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, foi decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo então presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 07 de agosto de 2006. Dentre diversas mudanças que a lei propôs, que entrou em vigor em 22 de setembro de 2006, está o aumento no rigor das punições das agressões domésticas contra a mulher, quando ocorridas no âmbito doméstico ou familiar. (MORAES; SUESTE; RODRIGUES; SILVA, 2010).

Lei Maria da Penha é uma das mais lembradas no país por se tratar de um antigo problema social. Pesquisas realizadas entre 2010-2011 apuraram que mais de 90% dos entrevistados a conhecem ao menos superficialmente. Conjunto de medidas para assegurar à mulher o direito à integridade física, sexual, psíquica e moral. A legislação tem alguns de seus artigos contestados. (OLIVEIRA, 2011).

Segundo Oliveira (2011), para alguns juristas e doutrinadores, a lei fere o princípio da isonomia, tendo como exemplo, ao determinar que a mulher possua de mais meios de proteção e de punição contra o cônjuge ou agressor. Dentro de cinco anos, foram criados 104 aparelhamentos públicos em 60 municípios de 23 estados, como juizados e núcleos especializados ligados a promotorias.

Para a autora, a luta pessoal de Maria da Penha Maia Fernandes, 71 anos, contra a violência do ex-cônjuge (que a deixou paraplégica) cresceu para uma das conquistas mais consideráveis dos últimos tempos.

A lei cria meios de reduzir a agressão doméstica e familiar contra a mulher, além de remodelar o Código Penal, o Código de Processo Penal, a Lei de Execução Penal e apresentar outras penalidades. (MORAES; SUESTE; RODRIGUES; SILVA, 2010).

Aduz os autores Moraes; Sueste; Rodrigues; Silva (2010) que, além de alterar o Código Penal, a Lei Maria da Penha permitiu que os agressores de mulheres sejam presos em flagrante ou que tenham a sua prisão preventiva decretada a qualquer instante após o oferecimento da denúncia. A nova lei determina que os condutores do delito não poderão mais ser punidos com penas alternativas, bem como o pagamento

de fiança ou cestas básicas, e aumentou a detenção no tempo máximo de um para três anos. Quanto à Lei de Execuções Penais, as alterações referem-se à permissão que o juiz tem de determinar a apresentação obrigatória do agressor a programas de recuperação e reeducação.

Segundo Moraes; Sueste; Rodrigues; Silva (2010), a lei traz também inúmeras de medidas protetivas para mulher agredida, que está em situação de violência ou corre risco de vida. Dentre elas, a proteção dos filhos, a saída do agressor de casa e o direito de a genitora reaver seus bens e cancelar procurações feitas em nome do agressor.

Neste mesmo sentido, a mulher também tem de acordo com a lei o direito a assistência judiciária como consta no art. 27: “em todos os atos processuais, cíveis e criminais, a mulher em situação de violência doméstica e familiar deverá estar acompanhada de advogado”; e no art. 28: “é garantido a toda mulher, em situação de violência doméstica e familiar, o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado.”

Seguindo a mesma linha de raciocínio, é assegurado a esta mulher agredida ficar afastada do trabalho por um período de seis meses sem perder o seu emprego, se for constatada a indispensabilidade de manutenção de sua integridade física ou psicológica. (MORAES; SUESTE; RODRIGUES; SILVA, 2010).

A Lei Maria da Penha em seu artigo 7º descreve as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher:

- I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;
- II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;
- III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;
- IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos

de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;  
V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Em meio a essas formas de violência são destacadas as mais corriqueiras: agressão física, mediante forma de empurrões e tapas, suportada por 20% das mulheres; violência psíquica de xingamentos, afrontando o comportamento e a conduta moral da mulher, vivenciada por 18%, e ameaça, bem como, coisas quebradas, objetos atirados, roupas rasgadas e outras formas indiretas de agressão, vivida por 15%. (MORAES, 2011).

Aduz a autora que, o espancamento atinge quatro mulheres por minuto no Brasil. E muitas não denunciam por medo ou vergonha de se expor.

A autora traz também observação sobre uma pesquisa realizada em 2001, pela Fundação Perseu Abramo, cujo estima a ocorrência de mais de dois milhões de casos de violência doméstica e familiar por ano. O estudo apontou ainda que cerca de uma em cada cinco brasileiras declaram, espontaneamente, ter suportado algum tipo de agressão por parte de algum homem.

Moraes (2011) afirma que, o Brasil passa a ser o 18º país da América latina a possuir uma lei característica para os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, que fica assim determinada: qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.

## 8. CONQUISTAS

A Lei Maria da Penha vem garantir o princípio da isonomia, assegurado pela Constituição Federal, mostrando claramente que ainda há discriminação contra a mulher, porque se não fosse assim, tal proteção não caberia. A referida Lei tenta reduzir o desequilíbrio que infelizmente ainda, existe nas relações familiares, e que não tem mais cabimento nos dias atuais. (SCZIMINSKI, 2016).

Do que se pode perceber, depois que a Lei Maria da Penha entrou em vigor, é que muitas coisas mudaram, mas não com a celeridade que a mulher aspira. Tal transformação, excepcionalmente, tem sucedido mais nas metrópoles. As cidades menores ainda não dispõem de políticas públicas que acolham de modo satisfatório

as mulheres. A maior parte ainda precisa incrementar mais essa demanda, ofertar aparelhamentos, sobretudo as Delegacias da Mulher e os Centros de Referência da Mulher. (OLIVEIRA, 2011).

Para a aurora, com a criação dos centros, a mulher passou a ter onde se amparar, elucidar seus questionamentos e estar mais confiante para fazer a denúncia se necessário. Quando tem uma delegacia comum ou delegacia especializada com equipe interdisciplinar organizada para receber uma paciente de agressão, a mulher, que chega demasiadamente frágil, se sente confiante a delatar.

Neste mesmo sentido, entretanto, nem em todas as cidades esses serviços são ofertados. Isso ocorre pela ausência de pressão e cobrança. Nas localidades onde a circulação da mulher é mais constante e articulada, o político acaba cedendo à cobrança do povo que reivindica. O governo, raramente concede ou nunca concede, mas ele acaba cedendo quando a sociedade pressiona. Nessa ocasião a política pública aparece.

Nas metrópoles, nas capitais de forma especial, existem estabelecimentos que se promovem e dão agilidade ao processo de criação de organismos que permitam a bom emprego da lei. No município de pequeno porte, na maioria das vezes não há nem a delegacia de polícia, o Ministério Público é ausente. Logo, se faz imprescindível que o Conselho da Mulher estado responsável obtenha a criação, nos municípios menores, dos aparelhamentos que operem essa questão. (OLIVEIRA, 2011).

Essa visão precisa ser adotada de igual modo pelas populações quilombolas e indígenas. Isso porque existe a necessidade de as mulheres de todas as etnias e regiões sejam acolhidas. É preciso mostrar que o poder público nem sempre está atento a esse assunto. Gradativamente, a notícia chega a esses lugares pelos meios de comunicação social, que exercem um papel muito relevante, por uma entidade, pela igreja, folhetos ou uma palestra. É necessário cientificar a mulher para abrir os olhos dela, se for vítima de agressão, que é possível sair dessa condição.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, as delegacias da mulher não funcionam vinte e quatro horas em todas as cidades e há diversas queixas de mulheres que se dirigem à delegacia no fim de semana, no momento em que estão mais suscetíveis à brutalidade. Isso ocorre porque o casal convive maior parte do tempo no ambiente restrito, à questão do álcool, dos amigos, de fatores que entusiasmam essa ocasião de conflito, de desarmonia. Num momento desses, é muito pertinente que a mulher conte com um lugar para delatar a agressão que termina de sofrer.



Para a autora, é notório que as mulheres ainda escondem que continuam sendo vítimas de violência. Elas foram educadas para conservar as aparências, para sustentar a consonância do lar, para não exteriorizar o que sucede de negativo em relação ao homem no interior da casa. E a maioria ainda acredita que, se foi agredida, é porque fizeram algo para fazer jus.

Por sua vez o homem foi criado com a ideologia de superioridade e a mulher tem que ser submissa. A lei aparece para apontar que os dois são semelhantes em direitos e deveres. As estatísticas confirmam que, ano após ano, algo está se transformando. Segundo a última análise realizada pelo instituto IPSOS, 94% da população conhece a existência da Lei Maria da Penha, apesar de não ter conhecimento do funcionamento.

Ainda segundo a autora, agressão é um fato muito próximo da maior parte das mulheres. E não são somente elas que querem em que essa lei seja eficiente. Os homens igualmente. A maioria não se enquadra como agressores e pondera na sua posteridade, em neta, filha, sobrinha. Eles têm ciência de que nenhuma delas está imune à violência doméstica, na relação afetiva, numa ocasião em que eles não

Afirma Oliveira (2011) que, a fato de já termos uma “presidenta” da república aumenta o respeito e a valorização da mulher, diminuindo a violência.

## **9. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A conquista obtida por Maria da Penha Maia em ter seu então ex-cônjuge apenado, ainda que por pouco tempo, foi um sinal de aviso e alerta não só para as mulheres, mas para a sociedade brasileira em sua totalidade, que alforriou vários corações oprimidos e sem proteção alguma. A luta começou em 2006 e ainda há muito trabalho pela frente. Agora temos que ver inseridos os ditames da lei e, para isso, teremos barreiras políticas e jurídicas a vencer, mas o primeiro passo foi dado.

Agora caberá aos órgãos internacionais e às autoridades governamentais que participaram da criação dessa lei fiscalizar a eficácia. Desta conquista em favor dos direitos humanos e das relações de gênero em nosso Estado democrático de direito, que este primeiro passo de Maria da Penha Maia deva ser seguida por outras mulheres.

Diante do exposto podemos concluir que a violência doméstica tem uma evolução histórica e com práticas reiteradas, atingindo milhares de mulheres em todo

o mundo, está ligada principalmente a relação de poder entre os sexos, a dominação e subordinação.

Os tipos dessa agressão são os mais variados, podendo ocorrer por física, moral ou psicológica, sexual, e está ligada a ideologia de gênero também. Os principais motivos desta violência estão relacionados à relação de poder entre o sexo feminino e masculino, ao machismo, o alcoolismo.

Como consequência desses atos temos danos, quais sejam, psicológico irreparáveis à mulher; moral, são eles, a depressão, insegurança nos relacionamentos, fobias; físico bem como, hematomas, cortes, por vezes desfigurações do rosto.

A Lei Maria da Penha foi criada objetivando a proteção da mulher contra a violência quando ocorridas no âmbito doméstico ou familiar, punindo com mais rigor os autores de tal prática.

A lei também traz uma série de medidas protetivas para as mulheres agredidas, e que está em situação de agressão, submissão, coação ou cuja vida está em riscos. Dentre elas, a saída do agressor da residência, a assistência aos filhos e o direito da mulher de reaver seus bens e cancelar procurações feitas em nome do seu cônjuge.

A agredida também tem a assistência judiciária e consta na lei que: Art. 27: em todos os atos processuais, criminais e cíveis. A mulher em situação de violência doméstica e familiar deverá estar acompanhada de advogado conforme a Lei Maria da Penha em seu art. 28 que diz: é garantido a toda mulher, em situação de violência doméstica e familiar, o acesso aos serviços de Defensoria Pública ou de Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da lei, em sede policial e judicial, mediante atendimento específico e humanizado.

A lei cria meios para reduzir a violência contra a mulher, e também altera os códigos, penal e de Processo Penal e a Lei de Execução Penal além de apresentar outras punições.

Foi constatado que há uma desigualdade na distribuição das delegacias da mulher, sendo que há maior concentração delas na região Sudeste, enquanto nas regiões norte e centro-oeste há poucas, tornando a assistência às agredidas precária.

Através da jurisprudência, pode-se perceber que a lei não é omissa, mas que em alguns casos, os agressores acabam tendo que cumprir apenas serviços comunitários à sociedade por se reconciliarem às parceiras agredidas, que por

muitas vezes dependem financeiramente de seus parceiros, e acabam se sujeitando a tratamentos inadequados.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, L. para ser mulher: feminismo, revolução sexual e a construção de uma nova mulher em revistas no brasil (1960 – 1975) – (2005) PPG-UNESP/Assis. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0582.pdf>> Acesso 16.10.2016

BURGUIÉRE, A.; LEBRUN, F. As mil e uma famílias da Europa. In: BURGUIÉRE, A. (Org.). *História da família: O choque das modernidades: Ásia, África, América, Europa*. 1. ed., Portugal: Terramar, p. 22-28, 1998.

CARDOSO, NMB. *Psicologia e relações de gênero: a socialização do gênero feminino e suas implicações na violência conjugal em relação às mulheres*. In ZANELLA, AV., et al., org. *Psicologia e práticas sociais [online]*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. 260-272. ISBN: 978-85-99662-87-8. Available from SciELO Books. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/886qz/pdf/zanella-9788599662878-25.pdf>>. Acesso em 07.10.2016

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 4.ed. São Paulo: RT, 2007

FONSECA, P. M ; SOUZA LUCAS, T.N. Violência doméstica contra mulher e suas consequências psicológicas (2006). Disponível em

<<http://newpsi.bvs-psi.org.br/tcc/152.pdf>> Acesso 11.12.2016

GIDDENS, A. (2003). *Modernidade e identidade* (P. Dentzien, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Disponível em <[http://www.uesc.br/icer/resenhas/mundo\\_descontrole.pdf](http://www.uesc.br/icer/resenhas/mundo_descontrole.pdf)> Acesso 16.10.2016

GOMEIRO, A. (2015). *Violência doméstica contra a mulher: quando você pode - e deve - acionar a justiça*. Disponível em <<http://mdemulher.abril.com.br/familia/claudia/violencia-domestica-contra-mulher-quando-voce-pode-e-deve-acionar-justica>> Acesso em 25.09.2016

HESSEN, R. Os efeitos da revolução industrial nas mulheres e crianças. Portal libertarianismo, 2015. Disponível em <<http://www.libertarianismo.org/index.php/artigos/os-efeitos-da-revolucao-industrial-nas-mulheres-e-criancas/>> Acesso 15.10.2016

MORAES, C; SUESTE, C; RODRIGUES, K; SILVA, A. violência contra a mulher (2010) – Goiânia - GO. Disponível em <[https://mail-attachment.googleusercontent.com/attachment/u/0/?ui=2&ik=f9657a1cd7&view=att&th=15797e9b5dd4fd07&attid=0.4&disp=inline&realattid=f\\_itxqrqms3&safe=1&zw&sadbat=ANGjdJ9\\_0fgngHfOiPr0sIOBBY1h8ZbnK\\_hdLRD2Hc-REe5Qmp2hhakRelg80IJkO7O5RecEb2Whol5suCOhYGPk4Ygo1sTSCbeWkr7gJHvxx\\_MleSuax29S2cp98e85BqjJAN1q6ZfcWLCsMw\\_TchFwlGKhx9almUUUhwJELt6DK6vbU43Nba3n9D3TUBln7ik1LG8hLQe7WeITGFnu0\\_nE\\_SCOJJZvnn8lmStx0SaA7LF-DAFWFJR4AvAAHAWjhQTaK172FE9Cv6SYoBPxXQrc6Voee2sQ58TWYiTiJMeeKoVFqVsAdTevrfxSVRibZRNOPnN1hi1pJh9clScKXMI9VaMw3XKT2H15A1j3WLq3CFTR6AszSVzDnasVtJQd0247V0454DLNMvmsOPJXOFB9frO42IBsZtivzyN7ircZO5L6lwo2XPADv9L-WTE\\_sh8atr5Bpx8E0dRdWgVOuyWJLZ00Rr2fl8hH7yk6BwyT7JM4qlaOgwWllpoopN26yRiqYkD5WtBCVGtEEIncOxY3S17bKpfMOVK0s4hX4QjqOTk16c7UwGjFoKj5A6Js40tsFDvbuly7eNoFPgGFzKSEu1OF683rKywxPJj2XpQSMa9PwmoVx06yuPslkMlJQk2mAl3vS\\_Umlcg5d-y-w\\_jfV-p1v03FPrO3uzqg](https://mail-attachment.googleusercontent.com/attachment/u/0/?ui=2&ik=f9657a1cd7&view=att&th=15797e9b5dd4fd07&attid=0.4&disp=inline&realattid=f_itxqrqms3&safe=1&zw&sadbat=ANGjdJ9_0fgngHfOiPr0sIOBBY1h8ZbnK_hdLRD2Hc-REe5Qmp2hhakRelg80IJkO7O5RecEb2Whol5suCOhYGPk4Ygo1sTSCbeWkr7gJHvxx_MleSuax29S2cp98e85BqjJAN1q6ZfcWLCsMw_TchFwlGKhx9almUUUhwJELt6DK6vbU43Nba3n9D3TUBln7ik1LG8hLQe7WeITGFnu0_nE_SCOJJZvnn8lmStx0SaA7LF-DAFWFJR4AvAAHAWjhQTaK172FE9Cv6SYoBPxXQrc6Voee2sQ58TWYiTiJMeeKoVFqVsAdTevrfxSVRibZRNOPnN1hi1pJh9clScKXMI9VaMw3XKT2H15A1j3WLq3CFTR6AszSVzDnasVtJQd0247V0454DLNMvmsOPJXOFB9frO42IBsZtivzyN7ircZO5L6lwo2XPADv9L-WTE_sh8atr5Bpx8E0dRdWgVOuyWJLZ00Rr2fl8hH7yk6BwyT7JM4qlaOgwWllpoopN26yRiqYkD5WtBCVGtEEIncOxY3S17bKpfMOVK0s4hX4QjqOTk16c7UwGjFoKj5A6Js40tsFDvbuly7eNoFPgGFzKSEu1OF683rKywxPJj2XpQSMa9PwmoVx06yuPslkMlJQk2mAl3vS_Umlcg5d-y-w_jfV-p1v03FPrO3uzqg)> Acesso em: 15.10.2016

MORAES, M. *A nova família e a ordem jurídica*. *Cad. Pagu* [online]. 2011, n.37, pp.407-425. ISSN 1809-4449. Available from SciELO Books. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332011000200017](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332011000200017)> Acesso em 01.10.2016

MUSZKAT, Susana. *Novas práticas na abordagem de gênero e violência intrafamiliar*. In: MUSZKAT, Malvina Éster. (org.). *Mediação de conflitos: pacificando e prevenindo a violência*. São Paulo: Summus, 2003. p. 179.

PETRINI, J. C. *Pós-modernidade e Família: um itinerário de compreensão*. Bauru: SP: EDUSC, 2003.

PIOVESAN, F. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. 12ª ed. São Paulo, 2011. p.50

PROBST, E. *A evolução da mulher no mercado de trabalho*, 2005. Disponível em:

<<http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev02-05.pdf>> Acesso 16.10.2016

OENNING, A. *Violência doméstica contra a mulher no Brasil*, 2014. Disponível em

<<https://alexandraoenning.jusbrasil.com.br/artigos/170060222/violencia-domestica-contra-a-mulher-no-brasil>> Acesso em 08.12.2016

OKABE, I. *Violência contra mulher: uma proposta de indicadores de gênero na família*. São Paulo (2010). Disponível em <[file:///home/login/Downloads/Irene\\_Okabe.pdf](file:///home/login/Downloads/Irene_Okabe.pdf)> Acesso em 07.10.216

OLIVEIRA, C. DE *As conquistas de Maria da Penha* (2011). Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/62/maria-da-penha>> Acesso em 12.12.2016

OLIVEIRA, José Lamartine Correa de; MUNIZ, Francisco José Ferreira Muniz. *Curso de direito de família*. 4. ed. Curitiba: Juruá, 2002. p. 13.

OLIVEIRA, NHD. *Recomeçar: família, filhos e desafios* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 236 p. ISBN 978-85-7983-036-5. Available from SciELO Books. Disponível em <<http://books.scielo.org/id/965tk/pdf/oliveira-9788579830365-03.pdf>> Acesso em 04.10.2016

SABADELL, Ana Lucia. *Violência Doméstica: Críticas e limites da Lei Maria da Penha*. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 09 dez. 2007. *Direito e Justiça*, p. 13.

SCZIMINSKI, T. *Lei Maria da Penha: Uma conquista das mulheres*. Canoinhas/SC: Jornal Correio do Norte. Disponível em: <<http://www.agambenbrasil.com.br/index.php/textos-e-producao/cinema-3/18-lei-maria-da-penha-uma-conquista-das-mulheres>> Acesso em 15.12.2016

VARELA, Denise Medeiros Furtado. *A violência contra a mulher*. *Psicol. cienc. prof.* [online]. 1988, Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98931988000200010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931988000200010)> Acesso em 08/12/2016.

## **EIXO 5**

### **O PAPEL DA COMUNIDADE E DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Em uma sociedade onde a desigualdade se faz presente, a educação inclusiva tem como propósito acolher as diferenças e necessidades de cada pessoa, suprir suas necessidades, tanto pedagógicas quanto atitudinais, contribuindo em dissipar diferenças, derrubar barreiras e formar indivíduos que respeitem a diversidade. No processo de inclusão é fundamental que as características individuais sejam reconhecidas e valorizadas, é um processo transformador, onde o aprendizado não se restringe ao aprendiz, ele alcança o outro, pois através da interação com o diferente, há ganhos para ambas as partes. A inclusão social e educacional tem como princípio o acolhimento à singularidade do outro. Ao aceitar a diversidade humana valoriza-se a pessoa e facilita-se sua convivência em diversos grupos sociais, portanto, contribui com uma nova sociedade. O processo de inclusão é complexo e exige reciprocidade, adequação de todas as partes envolvidas: família, escola e comunidade. A educação inclusiva traz consigo a riqueza do encontro com o diferente. Sendo a família o local onde vivencia-se a primeira experiência social, nela aprende-se a interagir com o meio e a conviver com o outro, fato que está associado ao êxito da inclusão escolar. Diante o exposto a proposta deste eixo temático é refletir e debater de modo interdisciplinar o papel da comunidade e da família na educação inclusiva, com o intuito de oportunizar uma melhor convivência sendo, portanto, urgente e atual.

## **A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE– FUNDAC**

Liana Almeida de Arantes<sup>1</sup>

Ana Maria Fraguas Garcia<sup>2</sup>

Cinara Agda Lisboa de Souza<sup>3</sup>

### **RESUMO**

A ideia deste artigo parte da experiência das autoras na Socioeducação, todas hoje com interlocução na formação profissional da prática socioeducativa, compondo a equipe profissional do Núcleo Gestor Bahia da Escola do SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Este Núcleo é o setor da Fundação da Criança e do Adolescente - FUNDAC - que gerencia tecnicamente as formações para servidores em matéria de Socioeducação. Trabalhar com as nuances do ato infracional, que é a conduta ilícita praticada por adolescentes, torna-se tarefa extremamente complexa, o que requer capacitações contínuas. Este artigo resume a história das Formações Profissionais na Fundac, com ênfase nas formações EAD – Ensino a Distância, modalidade iniciada a partir da pandemia pelo novo Coronavírus, em 2021. Todas essas formações são geridas e monitoradas pela Escola do Sinase. Importante ressaltar que essas ações são embasadas na legislação vigente, como requisito legal para a responsabilização juvenil.

### **HISTÓRIA DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA FUNDAC**

A Fundação da Criança e do Adolescente – Fundac está situada em Brotas na Rua das Pitangueiras, nº 26-A e tem por finalidade a promoção da política estadual de atendimento socioeducativo na tutela de adolescentes que cumprem medida socioeducativa<sup>4</sup> de semiliberdade e de internação. Foi criada em 1991, através da Lei

---

<sup>1</sup> Graduada em Serviço Social (UCSAL). Especialista em Administração Hospitalar (UFBA). Especialista em Terapia Comunitária (SEDES). Mestre em Gestão Social (UFBA). Atualmente desenvolve atividades na FUNDAC. Assistente Social da Secretaria de Saúde da Bahia (SESAB); Foi docente e coordenadora do estágio supervisionado do Curso de Serviço Social (UNIME/Salvador). Assistente Social e instrutora dos cursos de formação da FUNDAC. E-mail: lianarantes@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Graduada em Serviço Social (UCSAL). Especialista em Administração e Planejamento de projetos sociais; Especialista em Metodologia do Ensino Superior (UNEB). Assistente Social e instrutora dos cursos de formação da FUNDAC. E-mail: nikafraguas@gmail.com.

<sup>3</sup> Graduada em Serviço Social (UCSAL). Especialista em Operacionalização do Atendimento Socioeducativo, (FACIBA). Analista Técnico e Instrutora nos cursos de formação da FUNDAC. E-mail: cinaragda@hotmail.com.

<sup>4</sup> Medidas socioeducativas são medidas aplicáveis a adolescentes autores de atos infracionais e estão previstas no art. 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Apesar de configurarem resposta à prática de um ato infracional, apresentam um caráter predominantemente educativo e não punitivo.

6.074, que transformou a antiga Fundação de Assistência aos Menores no Estado da Bahia (FAMEB), para atender o que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente. É uma fundação com personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, patrimônio próprio, com sede e foro na cidade de Salvador e jurisdição em todo território do Estado da Bahia, está vinculada à Secretaria Estadual de Justiça Direitos Humano e Desenvolvimento Social (SJDHDS). Desde a década de 1980 a Fundac, ainda que de maneira incipiente, promoveu qualificações esporádicas em Socioeducação. Na década de 1990, já sob a égide do Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA (Lei nº 8.069/1990) proporcionou treinamentos, capacitações e consultorias com temas correlatos à socioeducação, tendo por finalidade a qualificação técnica do quadro funcional.

Em 2011 foi criado o Núcleo Estadual Escola do Sinase da Bahia como uma ação da FUNDAC, com o propósito de aprimorar o atendimento socioeducativo, qualificando funcionários e integrantes do Sistema de Garantia de Direitos do Estado, conforme preconizado no Estatuto da Criança e Adolescente, no Sistema Nacional Socioeducativo - SINASE- e na Resolução nº 119 do CONANDA, além da introdução de conceitos, instrumentos básicos e avançados, pautados nas dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas, na formação do socioeducador.

O planejamento e a execução da formação socioeducativa são estruturados considerando, principalmente, a complexidade em acompanhar o processo de privação de liberdade na adolescência e a possibilidade de “ressignificação” do ato infracional<sup>5</sup> praticado. Portanto, é fundamental que o corpo técnico tenha conhecimento específico para desenvolver ações socioeducativas que, gradativamente, possam exercer um impacto positivo na vida do adolescente. Este planejamento das formações na atualidade é gerido e monitorado pelo Núcleo Gestor Estadual da Escola do Sinase.

Nesse sentido, todo este trabalho gerido pela Fundac dialoga proximamente com a educação inclusiva, logo que tudo que desenvolve é no sentido de promover a ressignificação da vida dos adolescentes, que passaram pela via judicial, e se encontram cumprindo as medidas de Internação e Semiliberdade, conforme pondera Arantes:

---

<sup>5</sup> Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal, segundo o Art. 103 do ECA.



Socioeducação, neste processo, pode ser entendida como a articulação de ações, programas e serviços que se desenvolvem nas práticas educativas, mobilizando jovens para o protagonismo, respeitando regras sociais e éticas vigentes. O diferencial da FUNDAC, neste interim, é lidar com adolescentes, a partir de um caminho judicial, iniciado pela prática de ato infracional, que tornam as práticas socioeducativas desafiadoras, pelo caráter multifacetário do cumprimento das medidas, as quais devem considerar o caráter pedagógico, sem desconsiderar o caráter sancionatório. (ARANTES, et ali, 2019, p.4)

Em outras palavras, quando seguimos a proposta do ECA, de trabalhar em prol de uma Socioeducação, estamos também trabalhando no sentido de promover a reintegração familiar e comunitária destes jovens que cumprem medida socioeducativa na Fundac, e necessitam encontrar no âmbito da instituição, uma ação não somente punitiva, mas também educativa, e voltada para a garantia de direitos humanos. Esta ação para sua efetividade necessita estar comungada com os eixos pedagógicos balizadores da ação socioeducativa, especialmente a abordagem familiar e comunitária que preconiza a responsabilização solidária entre família, sociedade e Estado na defesa dos direitos dos jovens sob tutela socioeducativa.

## **A MODALIDADE DE FORMAÇÃO PRESENCIAL NA FUNDAC**

A Fundação da Criança e do Adolescente, através dos profissionais da Gerência de Atendimento Socioeducativo – GERSE e Assessoria Técnica – ASTEC - propiciou, na década de 1980, qualificações esporádicas, enquanto, na década de 1990, com o propósito de atender as diretrizes do Estatuto da Criança e Adolescente, promoveu treinamentos, capacitações e consultorias com temas correlatos à socioeducação, tendo por finalidade a qualificação técnica do seu quadro funcional.

No ano de 2001 a consultoria *MODUS FACIENDI*, situada em Belo Horizonte, que tinha como gestor Antônio Carlos Gomes da Costa e sua equipe de facilitadores, todos precursores da Pedagogia da Presença<sup>6</sup> e que trabalharam a práxis na socioeducação, promoveram uma série de treinamentos beneficiando os profissionais que trabalharam junto aos adolescentes que cumpriam medida socioeducativa naquela época.

---

<sup>6</sup> Trata-se de uma pedagogia de trabalho, cujos princípios são ações participativas e afirmativas, através da criação de vínculos de afeto e respeito mútuo entre educadores e educandos, divulgada e promovida pelo educador Antonio Carlos Gomes da Costa.

Com a promulgação da Portaria Ministerial da Saúde nº 340 de 14 de julho de 2004, a ampliação de profissionais atuantes na equipe multidisciplinar, tais como Terapeuta Ocupacional, Musicoterapeuta e, mais tarde, Educador de Medida Socioeducativa, foi um grande avanço no acompanhamento psicossocial de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação e, naquela oportunidade, diversas capacitações foram executadas.

Nos anos subsequentes, outras capacitações foram articuladas pelos profissionais da FUNDAC e promovidas por atores do Sistema de Garantia de Direitos (Secretarias de Saúde, Educação, Assistência Social e Segurança Pública). A parceria estabelecida entre a Universidade Federal da Bahia - UFBA e FUNDAC resultou no Projeto *“Formação de Operadores do Sistema de Atendimento Socioeducativo para Adolescentes em Conflito com a Lei na Bahia”*, com carga horária de 160 horas, tendo 300 participantes. Representou o aperfeiçoamento e a ampliação do conhecimento, conquistas importantes para os Socioeducadores.

Durante os anos de 2007 a 2011 a FUNDAC não possui estatísticas com dados para monitoramento acerca das formações, em face de não possuir ainda um setor específico para este fim. A partir de 2011, com a criação da Escola do Sinase, foi possível uma melhor apropriação sobre as formações.

Entre os anos de 2010 e 2012 foi promovido o Curso de Especialização para Operadores do Sistema Socioeducativo e, a partir de uma articulação da FUNDAC, foi estabelecida uma parceria entre a Faculdade de Ciências da Bahia – FACIBA e o Governo Federal, através da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, com carga horária de 240 horas, oportunizando formação especializada para operadores do Sistema de Garantia de Direitos - Juizado da Infância e Juventude, Ministério Público, Superintendência de Assistência Social, vinculada à extinta Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza, servidores da FUNDAC, assim como, trabalhadores de Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS).

No ano de 2013, foi dada continuidade aos processos formativos e dos 126 servidores inscritos nas formações, 83 foram certificados. Em 2014, para 198 inscritos, 96 foram certificados. No ano de 2015 foram 44 inscritos e 28 certificados. Em 2016 dos 189 inscritos, 137 foram certificados. Em 2017 foram 509 inscritos, sendo 388 certificados. No ano de 2018 dos 3230 inscritos, 2193 foram certificados.

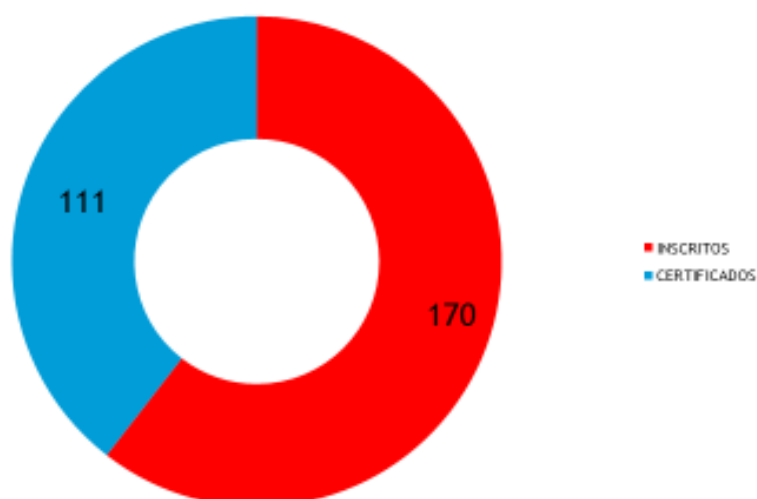
Cabe registrar que nesse ano de 2018 principiou-se a formação inicial para atender ao Convênio 839457/2016 – Projeto Escola do Sinase na Bahia - FUNDAC, com o objetivo geral de qualificar a ação dos profissionais das diversas áreas do atendimento das unidades da FUNDAC, do meio aberto, de instituições parceiras e da rede de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos de adolescentes em atendimento socioeducativo na Bahia. Este Projeto foi um parceria da Fundac com a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - SNDCDA/Ministério dos Direitos Humanos do Governo Federal, concebido e executado pela Escola do Sinase. Desde novembro de 2017 até 21 de junho de 2018 foram executadas as 25 turmas previstas no Convênio, sendo esta a primeira etapa de sua execução.

A segunda etapa do Projeto foi iniciada com objetivo de realizar formação continuada em vivências e práticas para 400 profissionais das unidades de atendimento socioeducativo da FUNDAC. Teve início em Julho de 2018 e término em agosto do mesmo ano. Esta etapa superou a expectativa prevista na meta, onde foram 775 cursistas inscritos com 492 certificados.

Na meta 01 do Projeto estava prevista a realização de um seminário, que foi realizado nos dias **21, 22 e 23 de novembro de 2018**. O **“Seminário Sistema Socioeducativo: avanços, perspectivas e desafios”** aconteceu em Salvador – Bahia, no Hotel Real Classic. Este Seminário foi a culminância do Projeto e teve como objetivo contribuir para suscitar reflexões e debates importantes que pudessem fomentar a qualificação da gestão socioeducativa no Estado da Bahia, assim como servir de referência nacional para possíveis replicações e encaminhamentos de ações estratégicas que promovessem a consolidação e ampliação dos direitos humanos de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Desta forma, o ano de 2018 foi bastante atípico, devido a execução deste Projeto.

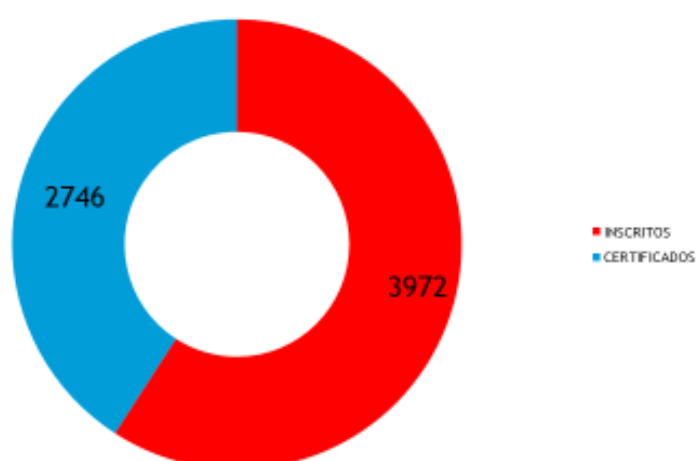
No ano de 2019 deu-se continuidade às atividades formativas, nas quais foram inscritos 382 cursistas e, destes, 242 foram certificados. Em 2020, ano em que a pandemia se instalou, foram 55 inscritos nas formações, sendo 26 certificados. Já em 2021, foi instituída a Formação na modalidade de Ensino a Distância, apresentando o total de 1288 inscritos e, destes, 1224 foram certificados. Por fim, em 2022, foram 341 inscritos e, até o presente, 271 certificados nas Formações da FUNDAC. A seguir, o resumo gráfico do número de inscritos e certificados de 2011 a 2022 na Fundac.

## QUADRIENIO 2011 A 2014



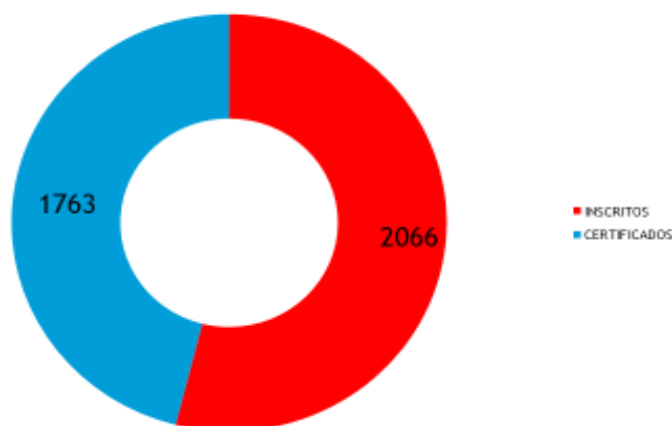
Fonte: Banco de Dados Escola do Sinase

## QUADRIENIO 2015 A 2018



Fonte: Banco de Dados Escola do Sinase

## QUADRIENIO 2019 A 2022



Fonte: Banco de Dados Escola do Sinase

Na concepção da gestão, oportunizar ao profissional o conhecimento dos referenciais teóricos, metodológicos e específicos que estruturam o atendimento, valorizando as práticas e vivências socioeducativas nas unidades finalísticas da Fundac, coadunam com os parâmetros pedagógicos do ECA e do SINASE, mas, principalmente, possibilitam a reflexão essencial na ação socioeducativa: as habilidades pessoais na inter-relação “Educador-Educando” no processo sociopedagógico.

Na percepção institucional, a capacitação dos trabalhadores que ingressam no quadro funcional, requer uma formação inicial em socioeducação, bem como formações específicas contendo princípios legais, éticos e projeto pedagógico da comunidade socioeducativa, sendo complementada e aprofundada em conteúdos pertinentes à ação socioeducativa, na formação continuada, conforme pondera Freire:

Nós precisamos de uma prática pedagógica que se gere e gere disciplina, mas disciplina como criatividade, como curiosidade, disciplina como inquietação, como indagação, como pergunta, como marcha, como ação e não disciplina como humilhação, como cabeça baixa, como temor, medo (FREIRE, 1984, p.7).

Importante registrar que, enquanto a formação socioeducativa inicial é o ponto de partida do profissional e habilita o ingresso no sistema de atendimento socioeducativo para acompanhar o adolescente privado de liberdade, a formação

continuada é baseada nos “pontos nevrálgicos” e específicos da prática socioeducativa.

**Importante destacar que o Núcleo Estadual Escola do Sinase possui, dentre suas ações, algumas atribuições importantes:**

1. Formação Inicial para socioeducadores que adentram o Sistema Socioeducativo, com vistas a sua atuação nas unidades de internação e servidores da Fundac;
2. Formação continuada para socioeducadores, possibilitando o aperfeiçoamento do exercício de suas funções;
3. Seminários e encontros sobre temas relacionados a Socioeducação.
4. Monitoramento de Projetos para qualificação profissional de socioeducadores da Fundac e participantes do Sistema de Garantia de Direitos, com recursos da Secretaria Nacional de Direitos Humanos;
5. Elaboração de materiais didáticos relativos à Socioeducação tais como: cartilha, coletânea de leis, dentre outros.
6. Acompanhamento de cursos de especialização promovidos pela Escola Nacional de Socioeducação-ENS.

Dada a especificidade do trabalho socioeducativo, a Fundac ao longo do tempo sempre considerou a importância das capacitações para seus trabalhadores, aprofundando conhecimentos e preparando estes profissionais para a prática profissional.

## **A MODALIDADE EAD NA FUNDAC**

A Fundação da Criança e do Adolescente, através do seu Núcleo de Formação da Escola do Sinase, foi desafiada no contexto pandêmico a dar continuidade às formações de maneira inovadora e criativa. Esta ação foi pioneira no Estado da Bahia e teve como intuito traçar estratégias de execução para criar sua primeira ação de Ensino a Distância – EAD. A matriz curricular utilizada foi a da Escola Nacional de Socioeducação – ENS, com algumas adaptações, considerando as necessidades e particularidades institucionais. A Escola Nacional é referência na formação de socioeducadores em todo Brasil, considerando ser a qualificação profissional uma das condições primordiais para que profissionais, gestores, e demais atores da rede de

atendimento tenham novas habilidades e atitudes conceitualmente alinhadas com o ECA e o SINASE.

A pandemia provocada pelo novo Coronavírus suscitou uma forma de pensar sobre quais estratégias desenvolver para acolher novos colaboradores, favorecendo a troca de experiências com aqueles que, eventualmente, já laboravam no sistema socioeducativo, partindo de uma concepção dialógica, oportunizando aos cursistas conhecerem o referencial teórico e específico que balizam o atendimento e, deste modo, valorizando as suas práticas e vivências.



Formação Básica EAD - 2021 Turmas 1 a 4

Instrutoras: Ana Maria Fráguas, Cinara Lisboa, Liana Arantes e Graça Henriques, respectivamente.

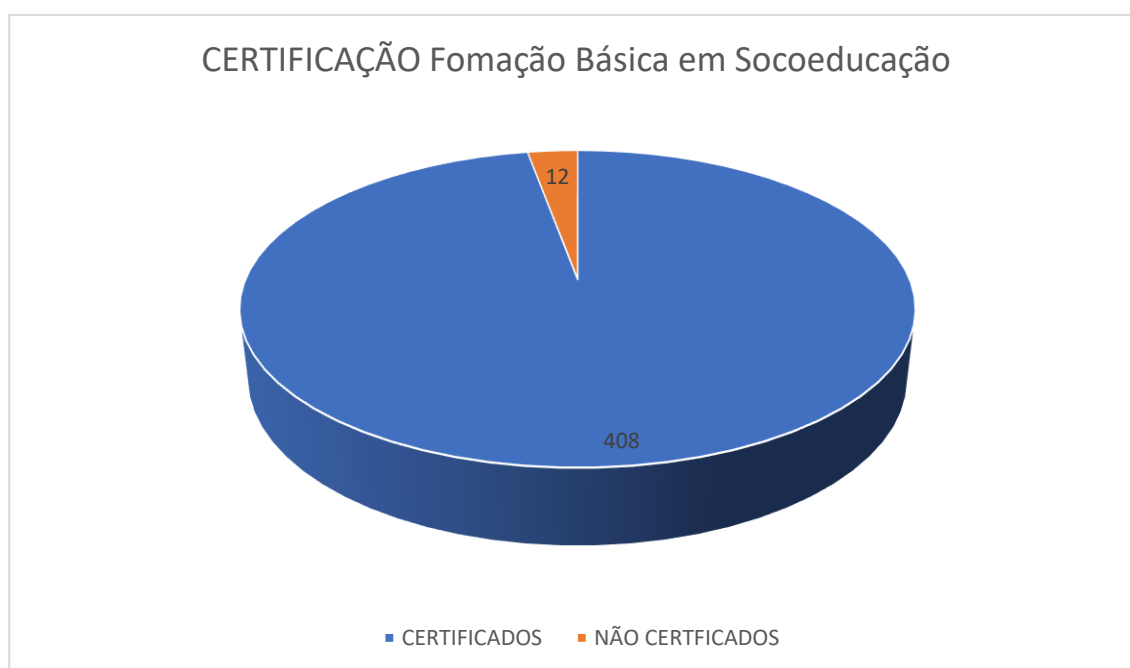
**Fotos: Ascom – Assessoria de Comunicação Fundac**

Assim, em 2021 aconteceu a primeira Formação Básica em Socioeducação, na modalidade EAD. Esta formação teve o intuito de prover conhecimentos básicos e específicos necessários à operacionalização do atendimento socioeducativo nas unidades finalísticas da Fundac, bem como em áreas operacionais deste atendimento. Considerando o contexto da pandemia, as aulas foram ministradas remotamente, através da Plataforma Zoom e tiveram duas modalidades: as aulas síncronas que aconteceram em tempo real, ou seja, a interação entre facilitador e aluno foi ao vivo no espaço virtual, as aulas assíncronas, que permitiram atividades acompanhadas

pelos cursistas independente do horário ou local em que acessassem (apreciação diária, durante três dias, das Lives “Diálogos Socioeducativos” e demais obras audiovisuais com temas correlatos à Socioeducação; leitura obrigatória e recomendada diárias, durante os cinco dias; realização de questionários avaliativos).

Cada turma foi finalizada com uma visita guiada, onde as mesmas foram subdivididas para, presencialmente, conhecerem as unidades de trabalho onde foram lotadas. Nesta ação, cabe lembrar, foram respeitados todos os protocolos de biossegurança.

A primeira formação aconteceu entre os meses de junho e julho de 2021, com aulas remotas para cerca de 420 pessoas, de maneira simultânea em 04 turmas, com carga horária de 120 horas em cada turma, sendo 40 horas (síncronas), realizadas em duas turmas simultâneas por semana, 8 horas por dia, durante cinco dias. Foram certificados 408 cursistas, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

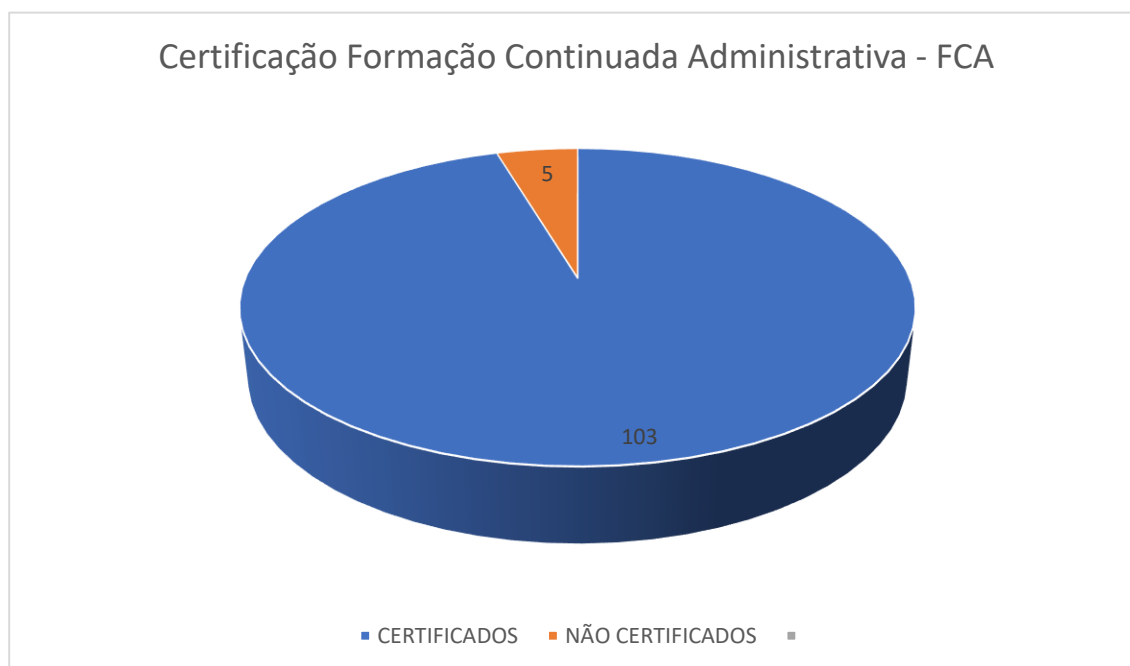


**Fonte: Banco de Dados Escola do Sinase**

A Formação Continuada Gestão Administrativa e Financeira (FCA) foi direcionada para o Público Administrativo (PA), cursistas com cargos específicos das áreas administrativa e financeira, correspondente a 108 profissionais, distribuídos em 2 turmas (TCA1 a TCA2), com carga horária total de 8 horas (síncronas), realizadas



durante um dia cada. Destes cursistas, 103 foram certificados, equivalendo a 95% do universo e 05 cursistas não lograram êxito, equivalendo a 5% do total.



**Fonte: Banco de Dados Escola do Sinase**

Já a Formação Continuada Interdisciplinar (FCI) foi direcionada para o Público Interdisciplinar (PI), cursistas com cargos específicos para unidades finalísticas da Fundac, sendo ofertada para 307 profissionais da equipe multidisciplinar que atuam nas unidades de internação da FUNDAC, distribuídos em 4 turmas (TCI 1, TCI 2, TCI 3 e TCI 4), com carga horária total de 16 horas (síncronas), realizadas durante dois dias, cada. Deste total, 297 foram certificados equivalendo a 97% e apenas 10 cursistas não foram certificados, equivalendo a 3%, conforme exibido no gráfico abaixo.



**Fonte: Banco de Dados Escola do Sinase**

A Formação em Socioeducação Fundac/Reda 001-2021 foi concebida, planejada e coordenada pelo Núcleo Gestor da Escola do Sinase, que gerencia todas as formações da Fundac desde 2011.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo o percurso formativo da FUNDAC parte de uma concepção dialógica e democrática, oportunizando aos cursistas conhecerem o referencial teórico e específico que balizam o atendimento socioeducativo e, ao mesmo tempo, valorizando a sua prática e experiências, partindo da premissa de que todas as pessoas têm capacidade de ação e reflexão, encarando a educação como agente transformador da realidade por meio das interações. Neste escopo, a participação massiva dos cursistas durante as aulas contribuiu positivamente em todo o processo, facultando o aprendizado dos conceitos e diretrizes norteadores da operacionalização do atendimento socioeducativo em meio fechado na Bahia.

É necessário enfatizar que estas ações, embora com elevado grau de complexidade, não trouxeram custos adicionais para a Instituição, já que sempre foram executadas dentro das instalações da FUNDAC ou de instituições parceiras, sem ônus e, em se tratando das aulas *on line*, as transmissões foram realizadas nas dependências da própria instituição com equipamentos próprios e servidores já pertencentes ao seu quadro funcional ( grande parte destes são instrutores

qualificados pela Secretaria de Administração do Estado da Bahia – SAEB, em Instrutoria Básica e/ou Avançada) não acarretando nenhum tipo de custo.

Por último, importa destacar que a necessidade de formação continuada dos recursos humanos está prevista no Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo (2015-2024), podendo-se inferir a sua natureza essencial para a qualificação dos programas de atendimento em meio fechado no Estado da Bahia, pressupondo sua contribuição na transformação da vida dos adolescentes que adentram no sistema socioeducativo, os quais podem usufruir de um atendimento especializado e humanizado, concebido numa perspectiva para a redução dos danos, que a privação de liberdade acarreta.

Pelo exposto este trabalho coaduna com a concepção da educação inclusiva, visto que a Socioeducação, é uma educação voltada para o social, com vistas a capacitar os jovens que cumprem medidas socioeducativas, sejam de internação quanto de semiliberdade a buscarem novas atitudes, nos sistemas sociais em que convivem: escola, família ou comunidade. Longe de se esgotar neste trabalho, esta temática configura-se em um vasto campo de pesquisa e atuação profissional. Pretendemos contribuir através desta sistematização, para que novas pesquisas possam ser desenvolvidas, a partir daqui.

## REFERÊNCIAS

ARANTES, L. A.; SOUZA, C. A. L.; GARCIA, A.M.F., **Socioeducação: o desafio da qualificação profissional**. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/handle/prefix/1287>. SEMOC - Semana de Mobilização Científica (22: 2019: Salvador, Ba). Acesso 16 jul 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Senado Federal, Brasília, DF, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm#adct](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#adct) Acesso em 12 dez 2018.

BRASIL. **Lei no 12.594 de 18 de janeiro de 2012**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm) Acesso em 12 jul 2022.

BRASIL. **Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm) Acesso em: 13 jul 2022.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **A presença da pedagogia: teoria e prática da ação socioeducativa**. São Paulo: Globo, 1999.

FREIRE, Paulo. **O papel do educador Paulo Freire**: extratos da palestra proferida no Centro Teotônio Vilela da FEBEM-SP em 15 de junho de 1984, São Paulo: FEBEM, 1984.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza – SEDES. **Proposta Pedagógica da Fundação da Criança e do Adolescente**. FUNDAC: Bahia, 2011.

## ATIVIDADES MOTORAS-ESPORTIVAS E DEFICIÊNCIA: Um estudo comparativo sobre as crenças das famílias<sup>1</sup>

Lorenzo Cioni<sup>2</sup>

Anderson Spavier Alves<sup>3</sup>

### RESUMO

A família desempenha um papel fundamental nos processos de socialização esportiva em idade evolutiva. Com este propósito, estudos evidenciaram que quanto mais os pais têm crenças positivas em relação ao esporte, maior é a probabilidade de apoiarem a participação da criança. Algumas pesquisas sugerem que pais de crianças com deficiência têm crenças desfavoráveis e comportamentos protetores, sugerindo que a família pode, pelo menos parcialmente, ser questionada para explicar o porquê de as crianças com deficiência praticarem menos esportes do que seus pares. Nenhum estudo, no entanto, comparou pais de crianças com e sem deficiência. Com base nas premissas supracitadas, este trabalho pretende preencher uma lacuna na literatura científica, analisando e comparando as crenças relativas ao esporte de pais de crianças com e sem deficiência. Para tanto, a versão adaptada do questionário Fredricks e Eccles (2005) foi aplicada a uma amostra de 482 pais de crianças com idade entre 6 e 12 anos ( $M = 8,6$ ;  $SD = 1,4$ ), sendo 214 de crianças com deficiência e 268 de crianças sem deficiência, residentes em Roma, Itália. Para realizar o confronto entre os grupos, foram realizadas a análise da variância – ANOVA e da covariância – ANCOVA. Os resultados indicam que os pais de crianças com deficiência atribuem o mesmo valor às atividades esportivas ( $F = 0,316$ ;  $p > 0,05$ ), mas consideram seus filhos menos competentes athleticamente ( $F = 38,269$ ;  $p < 0,01$ ). As possíveis implicações dos dados que emergiram e as perspectivas futuras foram discutidas à luz de uma abordagem ecológica (BRONFENBRENNER, 2002).

**Palavras-chave:** Atividades motoras-esportivas. Deficiência. Família. Crenças parentais

<sup>1</sup> Este estudo é o resultado da pesquisa e da reflexão compartilhada dos dois autores. Lorenzo Cioni se ocupou dos pontos 1 e 3, enquanto Anderson Spavier Alves, do ponto 2.

<sup>2</sup> Doutor em Ciências do Movimento Humano e do Esporte pela *Università degli Studi di Roma "Foro Italico"* – UNIROMA4, Roma-Itália. É pesquisador contratado pela UNIROMA4 para o Projeto Europeu ParaLimits e autor de diversas publicações científicas com os temas deficiência, esporte e família. E-mail: lorenzo-cioni@libero.it.

<sup>3</sup> Anderson Spavier Alves é doutor em Culturas, Deficiências e Inclusão: Educação e Formação pela *Università degli Studi di Roma "Foro Italico"* – UNIROMA4, Roma-Itália. Atualmente, frequenta o mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade do Departamento de Educação – Campus I, da Universidade do Estado da Bahia – PPGEduC/DEDC-I/UNEB. É membro do grupo de pesquisa “Família, inclusão e desenvolvimento humano”, da Universidade Católica do Salvador - UCSal; membro e coordenador da Linha 3 – Diversidade e Inclusão do “Grupo de Estudos, Pesquisas e Experimentações Educacionais – GEPEE”, do Instituto Anísio Teixeira, da Secretaria da Educação do Estado da Bahia – IAT/SEC-BA; membro do Grupo de Pesquisa “Estudos sobre inclusão e sociedade”, da UNEB. E-mail: andersonspavier@gmail.com.

## 1. INTRODUÇÃO

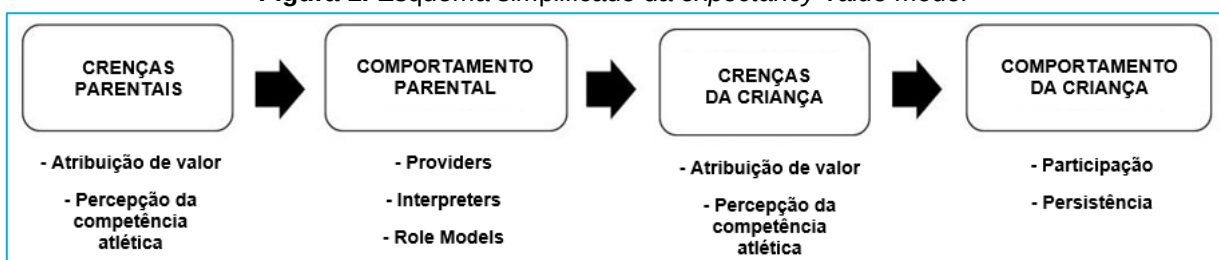
A família tem estado no centro de estudos e pesquisas que, embora partindo de diferentes perspectivas teóricas, convergem ao evidenciar sua influência na formação da pessoa no curso da idade evolutiva (MACCOBY, 1992; O'CONNOR; SCOTT, 2007). Pensemos, por exemplo, em estudos sobre estilos educativos parentais (BAUMRIND, 1991), pesquisas relacionadas à teoria do apego (CASSIDY; SHAVER, 2010) e nas descobertas mais recentes no campo da neurologia, que testemunham a influência das primeiras experiências relacionais na arquitetura neuronal e o desenvolvimento do cérebro (SIEGEL, 2013).

Em âmbito pedagógico, tem sido reiterada a questão da orientação implícita que a família exorta nos filhos, constituída por modalidades formativas, estilos socioeducativos, estímulos, confirmações, desconformidades, etc. que, cotidianamente, durante a idade evolutiva, incidem de maneira significativa nas expectativas, nos valores, nas escolhas de vida e na autoestima pessoal (CALDIN; CASAROTTO; ZALTRON, 2009).

Nesse amplo panorama, se inclui a produção de dez anos de estudos e pesquisas sobre o papel fundamental que a família também desempenha nos processos de socialização esportiva (FREDRICKS, ECCLES, 2004; 2005; HORN, HORN, 2007; WELK; BABKES; SCHABEN, 2009).

Fredricks e Eccles (2004; 2005) criaram, com esse propósito, um modelo teórico chamado *expectancy-value model*, que conecta as crenças e os comportamentos dos pais às crenças, motivações e comportamentos da criança, desvendando, esquematicamente, as diversas fases do processo através das quais os pais exercem sua influência neste âmbito (Figura 1).

**Figura 1.** Esquema simplificado da *expectancy-value model*



Fonte: modelo adaptado pelos autores da versão de Horn e Horn, 2007.

O modelo parece coerente com outras teorias sobre motivação, como a de Bandura (1977) sobre autoeficácia e a Harter (1981) sobre percepção de competência, e foi utilizado em várias pesquisas empíricas, tanto transversais, quanto longitudinais que, em geral, confirmaram sua validade (HORN, HORN, 2007; PARTRIDGE; BRUSTAD; STELLINO, 2008; WELK; BABKES; SCHABEN, 2009).

Os autores explicam a variabilidade nos níveis de motivação e de participação em atividades motoras-esportivas em idade evolutiva focando, em particular, em duas variáveis cognitivas: a atribuição de valor e a percepção da competência atlética. Em poucas palavras, de acordo com esse modelo, para que a criança se sinta motivada a participar de atividades motoras-esportivas é importante que ela responda afirmativamente a perguntas como: é importante participar? Eu sou capaz?

O modo como a criança responde a essas questões depende, por sua vez, do comportamento dos pais e, em particular, da explicação de três funções parentais fundamentais: a de *providers*, que consiste em criar concretamente oportunidades de participação, por exemplo, pensando na matrícula, na aquisição de equipamentos e no transporte; a de *interpreters*, que consiste em fornecer à criança o *feedback* tanto explícito, quanto implícito que dizem respeito à importância do esporte e a competência atlética da própria criança; e a de *roles models*, que consiste em fornecer à criança um modelo de comportamento, participando, ela mesma, de atividades motoras-esportivas.

A este nível do modelo é, portanto, importante perguntar-se se os pais se empenham para criar oportunidades concretas de prática para seus filhos, se adquirem equipamentos e materiais necessários, se dão apoio em eventuais momentos de dificuldade e fortalecem, positivamente, as capacidades atléticas da criança, bem como, se dão à criança um bom exemplo de comportamento.

O último nível a ser considerado, na realidade, aquele de onde, idealmente, tem origem todo o processo (e sobre o qual focaremos neste estudo) são as crenças parentais. Os comportamentos dos pais prognosticam a predisposição motivacional e os níveis de participação da criança, mas, dependem, por sua vez, do valor que os pais atribuem ao esporte, do quanto é importante para eles que aquela criança, em particular, participe, bem como, do quanto a percebem competente do ponto de vista atlético.

Se refizermos o modelo em sentido inverso e o pensarmos como processo que se desenvolve ao longo do tempo, por meio de repetidas experiências de interação

pais-filhos, podemos, portanto, levantar a hipótese de que, quando os pais valorizam as atividades motoras-esportivas, acreditam que estas podem ser úteis para o desenvolvimento da criança, consideram importante a participação da criança nestas atividades e a consideram competente nesse âmbito, é mais provável que lhe deem o apoio prático e emocional necessários, que tendem a lhe dar *feedback* positivo para reforçar sua competência atlética e que lhe proporcionem um modelo positivo de comportamento.

Nessas condições favoráveis, a criança não somente tem a oportunidade concreta de se familiarizar com as atividades motoras-esportivas e de adquirir as competências necessárias para participar dessas atividades, como é mais provável que continue a fazê-las ao longo do tempo, desenvolvendo uma forte motivação, uma vez que, em suma, introjetando os valores e as crenças de seus pais, tenderá a considerar importante participar e se perceber competente.

É oportuno evidenciar que, coerentemente com uma visão ecológica (BRONFENBRENNER, 2002), as crenças parentais não se formam em um *vacuum*, mas são influenciadas pelo ambiente sociocultural em que a criança e os pais vivem e conduzem a própria existência e que, portanto, “ninguém pode compreender o efeito da família sobre [...] a criança sem considerar o mais amplo contexto social” (FREDRICKS; ECCLES, 2004, p. 149, tradução nossa).

Embora a quase totalidade dos estudos que examinaram a influência da família nos processos de socialização esportiva tenham se concentrado em crianças sem deficiência, é possível que, no caso de crianças com deficiência, o papel dos pais se torne ainda mais relevante. De fato, é necessário considerar que a condição de deficiência, em função da gravidade do déficit, é acompanhada de uma maior dependência do contexto familiar tanto em nível emocional, quanto no desenvolvimento das atividades cotidianas, dependência que, aliás, tende a se estender ao longo do arco evolutivo, para além do que ocorre com as pessoas sem deficiência (COLUMNA *et al.*, 2020).

Não faltam estudos, no entanto, que tenham como foco essa população. Ku e Rhodes (2020) realizaram um estudo exaustivo de revisão sistemática sobre o tema, que evidencia o papel do apoio físico e emocional e das crenças parentais, confirmando que, como era de se esperar, o que Fredricks e Eccles (2004; 2005) já destacaram em suas pesquisas sobre famílias com crianças sem deficiência se aplica, também, para as famílias com crianças com deficiência.



Outras confirmações, nesse sentido, também vêm de um campo substancial de pesquisa sobre as barreiras ambientais físicas e sociais que podem criar obstáculos para crianças com deficiência na participação em atividades motoras-esportivas: em um quadro caracterizado por uma multiplicidade de fatores possíveis, o papel das crenças e dos comportamentos parentais emerge, de fato, de modo constante e transversal (BLOEMEN *et al.*, 2014; GINIS; LATIMER-CHEUNG; RIMMER, 2016; JAARSMA *et al.*, 2014; MCGARTY; MELVILLE, 2018; SAEBU; SORENSEN, 2010; SHIELDS; SYNNOT; BARR *et al.*, 2012; XU, LI, WANG, 2020).

Uma lacuna importante na literatura é a falta de estudos comparativos entre crianças com e sem deficiência. Embora, portanto, possamos ser assertivos de que a família desempenha um papel fundamental para ambos os grupos nos processos de socialização esportiva, não sabemos se crenças e comportamentos de pais de crianças com deficiência são mais desfavoráveis em relação àqueles dos outros pais. Utilizando a linguagem da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF (OMS, 2003), poderíamos afirmar que, embora saibamos que o contexto familiar representa um fator ambiental relevante para a participação da criança (tanto em termos de “Atitudes”, quanto de “Apoio e relacionamentos”), não sabemos se este se constitui como um fator de maior barreira para crianças com deficiência.

Visto que as crianças com deficiência participam menos do que seus pares e que a família desempenha um papel fundamental nos processos de socialização esportiva, a dúvida de que os pais de crianças que vivem em tais situações tenham crenças mais desfavoráveis e deem menos apoio à criança parece mais do que legítima e meritável de um estudo mais aprofundado. Além disso, na literatura científica não faltam pesquisas empíricas que induzem à inclinação por essa hipótese (BOUFOUS; FINCH; BAUMAN, 2004; PISKUR *et al.*, 2012; SHIELDS; SYNNOTT, 2016; STUART; LIBERMANN; HAND, 2006).

Em um grande estudo de revisão sobre as modalidades com as quais pais promovem a participação social das crianças com deficiência física, Piskur *et al.* (2012) verificaram, por exemplo, que alguns pais preferiam limitar a participação dos filhos em atividades motoras-esportivas para evitar expô-los a eventuais experiências de frustração e fracasso, enquanto outros exprimiam preocupações pela possibilidade de que, em contextos de convivência de pessoas com e sem deficiência, o filho não

seja aceito por crianças sem deficiência ou que seja desacreditado por causa de sua situação.

Segundo Boufous, Finch e Bauman (2004), os pais poderiam estar preocupados com a possibilidade de lesões. Os autores argumentam que, por causa de medos relacionados à segurança física, alguns pais tendem a desencorajar a participação de seus filhos em atividades motoras-esportivas, em particular, quando seus filhos são meninos e quando têm uma deficiência.

Além disso, Stuart, Libermann e Hand (2006), analisando uma amostra de 25 (vinte e cinco) crianças de 10 a 12 anos, com três diferentes graus de deficiência visual, constataram que, à medida em que o grau do déficit aumentava, decrescia tanto o valor atribuído pelos pais às atividades motoras-esportivas, quanto a percepção da capacidade da criança de poder participar, como os níveis efetivos de prática.

Os resultados que emergiram dessas pesquisas lançam dúvidas sobre a possibilidade de que, em condições de deficiência, os pais possam desenvolver crenças desfavoráveis e comportamentos protetores que limitam a participação da criança em atividades motoras-esportivas, mais do que acontece com seus pares sem deficiência, mesmo que não nos permitam confirmá-lo, pois, como já evidenciado, falta um confronto sistemático entre as duas populações.

Para tentar reparar esse problema, alguns pesquisadores analisaram as crenças parentais relacionadas ao valor das atividades motoras-esportivas e ao medo de possíveis lesões em um grupo de 60 (sessenta) crianças igualmente distribuídas entre praticantes e não praticantes de esportes, com e sem deficiência. Em uma primeira fase do estudo, verificou-se que, coerentemente com os resultados que emergiram dos estudos supracitados, independentemente da condição de deficiência, os pais de crianças não praticantes atribuem menos valor às atividades motoras-esportivas e estão mais preocupados com possíveis lesões do que os pais de crianças praticantes (MAGNANINI; CIONI; BOLZAN, 2018).

Em uma segunda fase do estudo, comparando crianças com e sem deficiência, não surgiram diferenças significativas entre os grupos, induzindo os pesquisadores à conclusão de que os pais de crianças com deficiência não representam um fator ambiental que cria mais barreiras em relação aos pais de crianças sem deficiência e que, portanto, as razões das diferenças entre os grupos nos níveis de participação devem ser buscadas em outros fatores, pessoais e ambientais, dentre aqueles já

identificados e amplamente discutidos na literatura científica da área (MAGNANINI; CIONI; FERRARO, 2019 ).

Ambos os estudos, no entanto, além de serem pouco realistas, devido ao baixo número nas amostras utilizadas, não levaram em consideração a percepção parentais sobre a competência atlética da criança, considerada uma dimensão fundamental das crenças parentais (PARTRIDGE; BRUSTAD; STELLINO, 2008).

Assim, com base nas premissas supracitadas, o presente estudo pretende: 1) verificar se os pais de crianças com deficiência atribuem menos valor às atividades motoras-esportivas em relação aos pais de crianças sem deficiência; 2) verificar se os pais de crianças com deficiência consideram seus filhos menos competentes do ponto de vista atlético em relação aos pais de crianças sem deficiência.

## **2. DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS**

### **2.1 MÉTODO**

#### **2.1.1 Amostra**

A amostra foi selecionada por meio de uma estratégia probabilística denominada amostragem por conglomerados em dois estágios, a partir de escolas primárias<sup>4</sup> da província de Roma, na Itália (CICCHITELLI; HERZEL; MONTANARI, 1997), composta por 482 crianças (214 com deficiência; 268 sem deficiência), distribuídas quase igualmente em relação ao sexo biológico (55% masculino e 45% feminino), com idade variando de 6 a 12 anos ( $M = 8,6$ ;  $SD = 1,4$ ).

Os diagnósticos das crianças com deficiência foram agrupados em 5 (cinco) tipos principais: transtornos específicos da aprendizagem (53,8%); deficiência intelectual (27,6%); transtorno do espectro autista (7,8%); síndromes genéticas ou quadros clínicos específicos, como a Síndrome de Down, encefalite autoimune ou epilepsia (8,9%) e deficiências sensoriais (1,9%).

Os pais têm idade entre 27 e 71 anos ( $M = 41,8$ ;  $SD = 5,6$ ). As mães representaram 79% dos casos, enquanto os pais 21%. No que diz respeito ao grau de instrução, 49,7% possuem o certificado da escola secundária de segundo grau<sup>5</sup>; 33,8% possuem curso universitário ou de pós-graduação e; 16,5% dos pais não

<sup>4</sup> Nota dos Autores (NdA): no Brasil, corresponde ao Ensino Fundamental I.

<sup>5</sup> NdA: no Brasil, corresponde ao Ensino Médio.

possuem um certificado que vá além da escola secundária de primeiro grau<sup>6</sup>. A renda familiar anual varia entre 0 e mais de € 84.000, com uma média de cerca de € 31.900 (SD = 1871), alinhada com a renda da população de referência, igual a € 32.297 (ISTAT, 2017a).

### 2.1.2 Instrumentos

Para esse estudo foi criado um questionário composto por uma três seções: uma sobre variáveis sociodemográficas; outra sobre a participação em atividades motoras-esportivas; e outra sobre as crenças parentais. Para avaliar as duas dimensões das crenças parentais consideradas no *expectancy-value model* (a atribuição de valor às atividades motoras-esportivas e a percepção da competência atlética da criança) foram elaborados 8 (oito) itens, a partir do instrumento criado por Fredricks e Eccles (2005). Todos os itens preveem uma resposta em uma escala de 7 pontos – de “1” (discordo completamente) a “7” (concordo completamente). Para verificar a validade de face, a versão completa do questionário foi inicialmente submetida a uma amostra de 20 (vinte) pais selecionados por escolha fundamentada.

### 2.1.3 Análise dos dados

A escala das crenças parentais possui boas propriedades psicométricas. A análise fatorial confirma a existência de 2 (duas) dimensões subjacentes compostas por 4 (quatro) itens cada, uma referente ao valor atribuído às atividades motoras-esportivas e outra referente à percepção da competência atlética da criança (Estimador: MLR. Adequação do modelo: ( $X^2 = 665,022$ ;  $DF = 28$ ;  $p < 0,01$ );  $TLI = 0,955$ ;  $CFI = 0,969$ ;  $RMSEA$  (90% CI) = 0,053 (0,027-0,077);  $SRMR = 0,047$ . A consistência interna, avaliada por meio  $\alpha$  de Cronbach, é boa, tanto para a dimensão do valor atribuído ao esporte ( $\alpha = 0,782$ ), quanto para a dimensão da competência atlética percebida ( $\alpha = 0,739$ ).

Além disso, o instrumento possui uma boa capacidade de discriminação: como esperávamos, os pais de crianças que praticam atividades motoras-esportivas

---

<sup>6</sup> NdA: no Brasil, corresponde ao Ensino Fundamental II.

atribuem mais valor ao esporte ( $F = 44,639$ ;  $p < 0,01$ ) e consideram seus filhos mais competentes do que os pais de crianças que não as praticam ( $F = 51,151$ ;  $p < 0,01$ ).

No geral, 68,7% da amostra pratica esportes, percentual superior, aproximadamente, 4 pontos em relação à população geral na mesma faixa etária, que é igual a 64,3% (ISTAT, 2017b)<sup>7</sup>. Em consonância com os resultados de outros estudos (NIELSEN *et al.*, 2012; RAUDSEPP, 2006), a prática esportiva da criança correlaciona-se positivamente com a escolaridade dos pais ( $r = 0,228$ ;  $p < 0,01$ ) e com a renda familiar ( $r = 0,224$ ;  $p < 0,01$ )<sup>8</sup>.

Como esperávamos, os resultados deste estudo indicam que as crianças com deficiência praticam, significativamente, menos esportes motoras-esportivas do que seus pares sem deficiência (52,4% *versus* 82,5%;  $\chi^2 = 53,360$ ;  $p < 0,01$ ) e mesmo quando as praticam, fazem isso com uma frequência semanal inferior ( $M = 2,1$  *versus*  $M = 2,46$ ;  $F = 15,586$ ;  $p < 0,01$ ).

Como é possível notar na Tabela 1, os pais de crianças com deficiência atribuem, efetivamente, menos valor às atividades motoras-esportivas e consideram a criança menos competente em um plano atlético.

**Tabela 1.** Diferenças entre pais de crianças com e sem deficiência (ANOVA)

| VARIÁVEIS | G-D  | G-SD | F       |
|-----------|------|------|---------|
| V         | 6,43 | 6,61 | 9,306*  |
| C         | 4,59 | 5,36 | 69,367* |

N = 482 (com deficiência = 214; sem deficiência = 268); V= dimensão do valor; C = dimensão da competência. G-D = pais de crianças com deficiência; G-SD = pais de crianças sem deficiência. \* $p < 0,01$

Fonte: elaboração dos autores

As crenças parentais não se correlacionam com o nível de escolaridade e resultam estar somente pouco correlacionadas com a renda familiar, no entanto, correlacionam-se, significativamente, com os níveis de participação da criança (Tabela 2). Se tivéssemos, portanto, nos limitado a realizar a análise da variância, correríamos o risco de confundir os efeitos relacionados à condição diagnóstica com aqueles relacionados aos níveis de participação.

**Tabela 2.** Correlação entre crenças parentais e variáveis sociodemográficas

| VARIÁVEIS | IG     | RF     | FP      |
|-----------|--------|--------|---------|
| V         | 0,092* | 1,143* | 0,347** |
| C         | 0,028  | 0,097  | 0,348** |

<sup>7</sup> NdA: dados referentes às crianças italianas entre 6 e 10 anos relativos ao ano de 2015.

<sup>8</sup> NdA: para calcular o índice de correlação, a escolaridade foi codificada em uma escala ordinal.

N = 482 (com deficiência = 214; sem deficiência = 268); V = dimensão do valor; C = dimensão da competência; IG = nível de instrução dos pais; RF = renda familiar; FP = frequência semanal de participação da criança. \*p<0,05; \*\*p<0,01. Foi utilizado o Coeficiente de correlação linear de Pearson (r)

Fonte: elaboração dos autores

Para contornar essa questão, efetuamos a análise de covariância (ANCOVA) utilizando a frequência semanal de participação como covariável. Desse modo, foi possível verificar se os pais de crianças com deficiência possuem crenças menos favoráveis, mantendo sob controle a possível influência dos níveis de participação.

Como é possível observar na Tabela 3, os resultados indicam diferenças estatisticamente significativas entre os grupos para a dimensão da competência atlética, mas não para a dimensão do valor.

**Tabela 3.** Diferença entre pais de crianças com e sem deficiência (ANCOVA)

|                                                                                                                                                                                                                                                | VALOR             |                   |              | COMPETÊNCIA       |                   |                |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|--------------|-------------------|-------------------|----------------|
|                                                                                                                                                                                                                                                | D                 | SD                | F            | D                 | SD                | F              |
| <b>Modelo correto</b>                                                                                                                                                                                                                          | -----             | -----             | 32,983*      | -----             | -----             | 54,695*        |
| <b>Interceptação</b>                                                                                                                                                                                                                           | -----             | -----             | 15021,944*   | -----             | -----             | 3144,645*      |
| <b>Atualmente pratica esporte</b>                                                                                                                                                                                                              | -----             | -----             | 55,599*      | -----             | -----             | 34,834*        |
| <b>Condição diagnóstica</b>                                                                                                                                                                                                                    | 6,55 <sup>1</sup> | 6,51 <sup>1</sup> | <b>0,316</b> | 4,69 <sup>1</sup> | 5,28 <sup>1</sup> | <b>38,269*</b> |
| N = 482 (com deficiência = 214; sem deficiência = 268). *p<0,01; D = pais de crianças com deficiência; SD = pais de crianças sem deficiência. <sup>1</sup> Médias estimadas com base na covariável (frequência semanal de participação): 1,77. |                   |                   |              |                   |                   |                |

Fonte: elaboração dos autores

Podemos, portanto, concluir que os pais de crianças com deficiência, com os mesmos níveis de participação da criança, percebem o filho como menos competente no plano atlético, mas atribuem o mesmo valor às atividades motoras-esportivas em relação aos pais de crianças sem deficiência.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em consonância com os dados que emergiram em outras pesquisas (ISTAT, 2019; SHERRILL, 2004), os resultados deste estudo evidenciam que as crianças com deficiência participam menos, significativamente, de atividades motoras-esportivas do que seus pares.

Esse nos parece um dado muito significativo, considerando que a faixa etária das crianças incluídas nesta amostra corresponde, tendencialmente, à fase inicial, em que as crianças dão os primeiros passos nos campos de jogo e criam as bases para o desenvolvimento de aptidões e hábitos favoráveis (CATTANEO; NARDONE, 2018).

Uma compreensão dos fatores ambientais que podem criar obstáculos para a participação de crianças com deficiência é de fundamental importância para todos os *stakeholders* do sistema esportivo que, de diversas formas, estão envolvidos no planejamento, implementação e condução de tais atividades.

A literatura científica a este respeito tem identificado a existência de múltiplos fatores ambientais físicos e sociais potencialmente relevantes, e, dentre estes, há uma concordância transversal em reconhecer o papel fundamental da família.

Com base nessas premissas e usando o *expectancy-value model*, de Fredricks e Eccles (2004; 2005), como um quadro conceitual de referência, neste estudo focalizamos nas crenças parentais. As crenças parentais representam um campo de estudo particularmente interessante, exatamente porque, como sugere o *expectancy-value model*, elas predizem os comportamentos que os pais colocam em prática para apoiar a participação de seus filhos e contribuem para explicar os níveis de motivação e de efetiva participação da criança no curso do desenvolvimento. Os dados que emergiram neste estudo parecem ser absolutamente coerentes com o modelo teórico. De fato, as crenças parentais estão, significativamente, correlacionadas com os níveis de participação e os pais de crianças que praticam atividades motoras-esportivas tendem a ter crenças mais favoráveis do que os pais de crianças que não as praticam.

Na tentativa de preencher uma lacuna na literatura científica, neste estudo, também, confrontamos pais de crianças com e sem deficiência. A este respeito, os dados sugerem que os pais de ambos os grupos parecem estar completamente conscientes do valor educativo e salutogênico das atividades motoras-esportivas e que, sobre este aspecto, os pais de crianças com deficiência não diferem dos pais de crianças sem deficiência.

Surgiram, no entanto, diferenças significativas no que diz respeito à percepção da competência atlética da criança e mesmo utilizando a análise de covariância se mantém sob controle a possível influência dos níveis de participação os pais de crianças com deficiência consideram seus filhos menos competentes.

Visto que as crianças com deficiência participam menos, significativamente, do que seus pares e que a participação está correlacionada às crenças parentais, em uma primeira análise, os dados poderiam indicar a necessidade – já evidenciada por outros autores, como Edwardson e Gorely (2010) – de apoiar os pais no desenvolvimento de crenças mais favoráveis, ajudando-os, ao mesmo tempo, na

aquisição de uma maior consciência sobre como suas crenças e ações podem influenciar na participação das crianças em atividades motoras-esportivas.

Embora concordemos em princípio com essa posição, é necessário enfatizar que, por se tratar de um estudo correlacional, não é possível tirar conclusões sobre a natureza causal das crenças parentais e, de fato, mesmo que os dados pareçam ir nessa direção, eles não nos permitem afirmar que as crenças parentais possam contribuir para explicar as diferenças de participação entre crianças com e sem deficiência. Com esse propósito, seriam necessárias mais pesquisas baseadas em métodos longitudinais.

Por outro lado, é oportuno evidenciar que, coerentemente com uma visão ecológica do desenvolvimento humano (BRONFENBRENNER, 2002), é necessário relacionar as crenças parentais com o contexto social em que pais e filhos vivem e conduzem suas vidas (FREDRICKS; ECCLES, 2004).

Nesse quadro interpretativo mais amplo, além das efetivas competências atléticas da criança, as crenças parentais poderiam ser afetadas por estereótipos socioculturais relacionados à deficiência (WOOLFSON, 2004), associada no imaginário coletivo à doença, à inépcia e ao sofrimento, e, portanto, em uma relação de antítese ao esporte, associado ao desempenho físico, à saúde e à beleza (MURA, 2009).

A possível influência dos modelos socioculturais dominantes sobre as crenças e os comportamentos parentais foi amplamente demonstrada por Fredricks e Eccles (2004; 2005) em referência aos estereótipos de gênero. O *expectancy-value model* foi, de fato, inicialmente criado e usado para documentar que as meninas tendem a ser percebidas por seus pais como menos competentes athleticamente e desfrutam de menos apoio dos pais na participação em atividades motoras-esportivas em relação aos meninos. É por isso que, segundo os autores, as diferenças entre os sexos que surgem, de modo cada vez mais evidentes, no curso do desenvolvimento (em termos de menor motivação e participação em atividades motoras-esportivas por parte do sexo feminino) poderiam refletir a influência dos estereótipos culturais de gênero no modo como os pais socializam os filhos em atividades motoras-esportivas (FREDRICKS, ECCLES, 2005). Nesse sentido, o *expectancy-value model* vislumbra uma espécie de profecia que se autorrealiza e que tem como êxito a confirmação dos pressupostos estereotipados dos quais se origina. Poderia algo semelhante acontecer com crianças com deficiência e seus pais?



Além disso, sabe-se que as crianças com deficiência têm menos oportunidades de experimentar atividades esportivas. De fato, a falta de atividades “adaptadas” para as pessoas com deficiência emerge, constantemente, em estudos que tentaram identificar as razões que podem explicar os baixos níveis de participação dessa população (BLOEMEN *et al.*, 2014; GINIS; LATIMER-CHEUNG; RIMMER, 2016; JAARSMA *et al.*, 2014; MCGARTY; MELVILLE, 2018; SAEBU; SORENSEN, 2010; SHIELDS; SYNNOT; BARR *et al.*, 2012; XU, LI, WANG, 2020). Como a competência é adquirida por meio da experiência e da prática direta, acreditamos que a falta de oportunidades pode explicar, pelo menos parcialmente, os dados que emergiram neste estudo.

Enfim, é interessante notar que, em um estudo recentemente realizado com uma amostra de crianças com deficiência intelectual, os pais “[...] creem que as atividades esportivas podem ser muito difíceis do ponto de vista da “capacidade mental requerida” para que elas possam fazer parte” (CIONI, SPAVIER ALVES; ESTRELADO SOUSA, 2022, p. 19). Isso nos ajuda a compreender que, de um lado, as crianças com deficiência poderiam não ter competências necessárias para a prática esportiva como o presente estudo nos sugere, do outro, os pais creem que o esporte não seja capaz de ir ao encontro das competências que a criança possui.

Concluimos que, para uma adequada compreensão do fenômeno investigado, é necessário adotar uma perspectiva ecológica, ampliando a perspectiva das crenças parentais sobre as competências da criança para incluir, também, o contexto ambiental e sociocultural no qual a criança e seus pais vivem e conduzem a própria existência. Nesse sentido, pesquisas futuras devem esclarecer as dinâmicas de recíproca influência entre a criança, os pais e o ambiente sociocultural de pertencimento, ajudando os *stakeholders* do sistema esportivo a identificarem os fatores ambientais extrafamiliares que podem criar obstáculos ou favorecer o papel fundamental dos pais nos processos de socialização esportiva.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Alessandra De Maria, pesquisadora da *Università degli Studi di Roma “Foro Italico”*, pela ajuda na elaboração dos dados.

## REFERÊNCIAS

- BANDURA, A. **Social learning theory**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1977.
- BAUMRIND, D. Effective parenting during the early adolescent transition. *In*: COWAN, P. A.; HETHERINGTON, E. M. (eds.). **Advances in family research series. Family Transitions** Hillsdale (NJ): Lawrence Erlbaum, 1991, p. 111-163.
- BLOEMEN, M. *et al.* Factors associated with physical activity in children and adolescents with a physical disability: a systematic review. **Development Medicine and Child Neurology**, v. 57, n. 2, p. 137-148, 2014.
- BOUFOUS, S.; FINCH, C.; BAUMAN, A. Parental safety concerns – a barrier to sport and physical activity in children? **Australian and New Zealand Journal of Public Health**, v. 28, n. 5, p. 482-486, 2004.
- BRONFENBRENNER, U. **Ecologia dello sviluppo umano**. Bologna: Il Mulino, 2002.
- CALDIN, R.; CASAROTTO, G.; ZALTRON, O. Crescere insieme: i giovani con disabilità tra famiglia, scuola e servizi. *In*: PAVONE, M. (org.). **Famiglia e progetto di vita**. Crescere un figlio disabile dalla nascita alla vita adulta. Trento: Erikson, 2009, p. 251-276.
- CASSIDY, J.; SHAVER, P. R. **Manuale dell'attaccamento**. Teoria, ricerca ed applicazioni cliniche. Roma: Fioriti, 2010.
- CATTANEO, C.; NARDONE, P. Attività fisica e salute: bambini e adolescenti. *In*: Istituto Superiore di Sanità. **Epicentro**. Roma, 10 maio 2018. Disponível em: [https://www.epicentro.iss.it/attivita\\_fisica/bambini-Adolescenti](https://www.epicentro.iss.it/attivita_fisica/bambini-Adolescenti). Acesso em: 20 fev.2020.
- CICCHITELLI, G.; HERZEL, A.; MONTANARI, G. E. **Il campionamento statistico**. Bologna: Il Mulino, 1997.
- CIONI, L.; SPAVIER ALVES, A.; ESTRELADO SOUSA, S. Eu posso jogar também? Esporte em idade evolutiva e deficiência: um estudo empírico sobre igualdade de oportunidades. *In*: SPAVIER ALVES, A.; SILVA, R. L. S. **Políticas educacionais para resistência e reexistências na Educação Básica**. 1. ed. Salvador: Secretaria da Educação do Estado da Bahia, 2022, p. 11-24.
- COLUMNA, L. *et al.* The perspectives of parents of youth with disabilities toward physical activity: A systematic review. **Disability and Health Journal**, v. 13, n. 2, p. 1-10, 2020.
- EDWARDSON, C. L.; GORELY, T. Parental influences on different types and intensities of physical activity in youth: A systematic review. **Psychology of Sport and Exercise**, v. 11, n. 6, p. 522-535, 2010.
- FREDRICKS, J. A.; ECCLES, J. S. Family socialization, gender and sport motivation and involvement. **Journal of Sport & Exercise Psychology**, n. 27, p. 3-31, 2005.
- FREDRICKS, J. A.; ECCLES, J. S. Parental Influences on Youth Involvement in Sports. *In*: WEISS, M. R. (orgs.). **Developmental Sport and Exercise Psychology: a lifespan perspective**. Morgantown: Fitness Information Technology, 2004, p. 145-160.
- GINIS, M.; LATIMER-CHEUNG, A. E.; RIMMER, G. H. A systematic review of review of articles addressing factors related to physical activity participation among children and adults with physical disabilities. **Health Psychology Review**, n. 5, p. 1-31, 2016.
- JAARSMA, E. A. *et al.* Barriers to and facilitators of sports participation for people with physical disabilities: A systematic review. **Scandinavian Journal of Medicine and Sciences in Sports**, v. 24, n. 6, p. 871-881, 2014.
- HARTER, S. A model of intrinsic mastery motivation in children: individual differences and developmental change. *In*: COLLINS, W. A. (Ed.), **Minnesota Symposium on Child Psychology**. Hillsdale: Erlbaum, 1981, p. 215-255.

- HORN, T. S.; HORN, J. L. Family influences on Children's Sport and Physical Activity Participation, Behavior, and Psychosocial Responses. *In*: TENENBAUM, G.; EKLUND, R. C. (eds.). **Handbook of Sport Psychology**. New Jersey (USA): Wiley, 2007, p. 685-711.
- ISTAT. Istituto Nazionale di Statistica. **Condizioni economiche delle famiglie**. Roma, 2017a. Disponível em: <http://dati.istat.it/index.aspx?QueryId=22919>. Acesso em: 15 maio 2020.
- ISTAT. Istituto Nazionale di Statistica. **La pratica sportiva in Italia**. Roma, 2017b. Disponível em: <https://www.istat.it/it/files/2017/10/Pratica-sportiva2015.pdf>. Acesso em: 29 out. 2020.
- ISTAT. Istituto Nazionale di Statistica. **Conoscere il mondo della disabilità**. Persone, relazioni e Istituzioni. Roma: Istituto Nazionale di Statistica. Roma, 2019. Disponível em: <https://www.istat.it/it/files/2019/12/Disabilit%C3%A0-1.pdf>. Acesso em: 29 out. 2020.
- KU, B., RHODES, R. Physical activity behaviors in parents of children with disabilities: a systematic review. **Research in Developmental Disabilities**, n. 107, p. 1-16, 2020.
- MACCOBY, E. E. The role of parents in the socialization of children: an historical overview. **Developmental Psychology**, n. 33, p. 1006-1017, 1992.
- MAGNANINI, A.; CIONI, L.; BOLZAN, F. Educazione alla genitorialità e sport. Uno studio esplorativo su un campione di figli con disabilità. **Annali online della Didattica e della Formazione Docente**, v. 10, n. 15-16, p. 491-503, 2018.
- MAGNANINI, A., CIONI, L.; FERRARO, A. Partecipazione allo sport: le opinioni genitoriali sono una barriera per i minori con disabilità? **Ricerche pedagogiche**, n. 211, 135-150, 2019.
- MCGARTY, A. M.; MELVILLE, C. A. Parental perceptions of facilitators and barriers to physical activity for children with intellectual disabilities: a mixed methods systematic review. **Research in Development Disabilities**, n. 73, p. 40-57, 2018.
- MURA, A. Pregiudizi e sfide all'inclusione: le attività motorie e sportive integrate. *In*: DE ANNA, L. (org.). **Processi formativi e percorsi di inclusione nelle scienze motorie**. Ricerca, Teoria e prassi. Milano: Franco Angeli, 2009, p. 111-137.
- NIELSEN, G. *et al.* Predisposed to participate? The influence of family socio-economic background on children's sports participation and daily amount of physical activity. **Culture, Commerce, Media, Politics**, v. 15, n. 1, p. 1-27, 2012.
- O'CONNOR, T. G.; SCOTT, S. **Parenting and outcomes for children**. London: Joseph Rowntree Foundation, 2007.
- PARTRIDGE, J. A.; BRUSTAD, R. J.; Stellino, M. B. Social influence in sport. *In*: HORN, T. S. (ed.). **Advances in Sport Psychology**. Champaign: Human Kinetics, 2008, p. 269-292.
- PISKUR, B. *et al.* Parents' actions, challenges, and needs while enabling participation of children with a physical disability: a scoping review. **BMC Pediatrics**, n. 12, p. 177-90, 2012.
- RAUDSEPP, L. The relationship between socio-economic status, parental support and adolescent physical activity. **Acta Paediatrica**, n. 95, p. 93-98, 2006.
- SAEBU, M.; SORENSEN, M. Factors associated with physical activity among young adults with a disability. **Scandinavian Journal of Medicine and Sciences in Sports**, v. 21, n. 5, p. 730-738, 2010.
- SHERILL, C. **Young people with disability in physical education/physical activity/sport in and out of schools**: technical report for the world health organization. Geneva: WHO, 2004.

- SHIELDS, N.; SYNNOT, A. J.; BARR, M. Perceived barriers and facilitators to physical activity for children with disability: a systematic review. **British Journal of Sports Medicine**, n. 46, p. 989-997, 2012.
- SHIELDS, N.; SYNNOT, A. Perceived barriers and facilitators to participation in physical activity for children with disability: a qualitative study. **BMC Pediatrics**, v. 16, n. 9, p. 1-10, 2016.
- SIEGEL, D. J. **La mente relazionale**. Neurobiologia dell'esperienza interpersonale. Milano: Cortina, 2013.
- STUART, M.; LIBERMANN, L. J.; HAND, K. Beliefs about physical activity among children who are visually impaired and their parents. **Journal of visual impairment & blindness**, v. 100, n. 4, p. 223-234, 2006.
- WELK, G. J.; BABKES, M. L.; SCHABEN J. A. Parental influences on youth sport participation. In: SILVA, M. J. C. *et al.* **Youth Sports**. Participation, Trainability and Readiness. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p. 75-102.
- WOOLFSON, L. Family wellbeing and disabled children: a psychosocial model of disability-related child behaviour problems. **British Journal of Health Psychology**, v. 9, n. 1, p. 1-13, 2004.
- XU, W.; LI, C.; WANG, L. Physical Activity of Children and Adolescents with Hearing Impairments: A Systematic Review. **Environmental Research and Public Health**, n. 17, p. 1-16, 2020.

## DESCONSTRUINDO BARREIRAS NA UNIVERSIDADE: um relato de experiência

Cristiane Cavalcanti Moreira<sup>1</sup>

Juliana Viana Freitas<sup>2</sup>

Sumaia Midlej Pimentel Sá<sup>3</sup>

Angela da Silva Borges<sup>4</sup>

Beatriz Cerqueira da Silva<sup>5</sup>

Luis Carlos da Silva Passos<sup>6</sup>

### RESUMO

**Objetivo:** Relatar as ações desenvolvidas pelo projeto de extensão universitário intitulado Desconstruindo Barreiras: a pessoa com deficiência na universidade, desenvolvido por docentes e discentes do curso de Fisioterapia da Universidade do Estado Bahia, campus I, além de fisioterapeutas. **Estratégia Metodológica:** Trata-se de um relato de experiência que aborda a estrutura do projeto voltado para pesquisa e extensão com o intuito de sensibilizar a comunidade acadêmica sobre pessoas com deficiência na universidade. **Resultados:** Foram realizados o questionário de pesquisa *online*, a criação de uma página na rede social, a produção de conteúdos, dois eventos *online* e a criação do programa “Menos que 180 segundos”. **Considerações finais:** O desenvolvimento dessas atividades contribuíram para a imersão no mundo das pessoas com deficiência, o que proporciona a compreensão dessa realidade social e disseminação do conhecimento sobre essa temática para a comunidade acadêmica.

**Palavras-chave:** Educação inclusiva. Pessoa com deficiência. Projeto de extensão.

### 1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da educação inclusiva no ensino básico tem ampliado o acesso das pessoas com deficiência à Educação Superior. Esta mudança pode ser constatada através da análise dos indicadores do Censo da Educação Básica, que apontam um constante crescimento do número de matrículas desta parcela da população. Os dados dos Censos da Educação Básica indicaram que em 1998

---

<sup>1</sup> Doutora em Família na Sociedade Contemporânea (UCSal), Professora da Universidade do Estado da Bahia, [ikamoreira1006@gmail.com](mailto:ikamoreira1006@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutora em Família na Sociedade Contemporânea (UCSal), Professora da Universidade do Estado da Bahia e da Faculdade Santa Casa, [julivfreitas@gmail.com](mailto:julivfreitas@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutora em Família na Sociedade Contemporânea (UCSal), Professora da Universidade Católica do Salvador e da Universidade do Estado da Bahia [sumaia.sa@pro.ucs.br](mailto:sumaia.sa@pro.ucs.br)

<sup>4</sup> Fisioterapeuta. Egressa da Universidade do Estado da Bahia, [asborges019@gmail.com](mailto:asborges019@gmail.com)

<sup>5</sup> Fisioterapeuta. Egressa da Universidade do Estado da Bahia, [beatrizcerqueira.fisio@gmail.com](mailto:beatrizcerqueira.fisio@gmail.com)

<sup>6</sup> Fisioterapeuta. Egresso da Universidade do Estado da Bahia, [luis.passos@gmail.com](mailto:luis.passos@gmail.com)

ocorreram 337.326 matrículas de estudantes com deficiência, dentre as quais, 13% em classes comuns do ensino regular (BRASIL, 1999); em 2012, este número subiu para 820.433 matrículas, das quais, 76% em classes comuns do ensino regular, representando crescimento de 143% (BRASIL, 2013); e, em 2018 o número de matrículas na educação especial chegou a 1,2 milhão, sendo 92,1% em classes comuns (BRASIL, 2019). Na Educação Superior, as matrículas passaram de 5.078, em 2003, para 38.272, em 2017, indicando crescimento de 358%. É importante destacar que 72% das matrículas de estudantes com deficiência foram realizadas em Instituições Privadas de Educação Superior. Do total de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação matriculados em 2017, 37,75%, apresentava deficiência física e 33,8% baixa visão e cegueira (BRASIL, 2018).

Diante do crescente número de estudantes com deficiência matriculados em cursos do ensino superior no país, e estes em sua maioria nas instituições privadas, torna-se cada vez mais relevante prover evidências que orientem a elaboração de políticas de inclusão e permanência para esta população no ensino superior público; e assim, contribuir para que o acesso destas pessoas ao mundo do trabalho seja cada vez mais qualificado.

O projeto de extensão Desconstruindo Barreiras: a pessoa com deficiência na universidade foi criado para compreender o processo de inclusão, permanência e conclusão de estudantes com deficiência nos cursos do Departamento de Ciências da Vida (DCV) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), campus I, bem como, sensibilizar a comunidade acadêmica sobre a temática de pessoas com deficiência na educação superior. Dessa forma, este estudo visa relatar as experiências vivenciadas por integrantes do projeto de extensão universitária Desconstruindo Barreiras.

## **2. DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS**

### **Metodologia**

Trata-se de uma pesquisa descritiva do tipo relato de experiência. O projeto “Desconstruindo Barreira: a pessoa com deficiência na universidade” foi idealizado e desenvolvido por três docentes do curso de Fisioterapia da UNEB, campus I, Salvador-BA, em 2021.

O projeto age em três frentes: a da pesquisa, extensão e ensino. Atualmente, o projeto conta com 20 membros, sendo três docentes, duas fisioterapeutas e 15

estudantes do curso de Fisioterapia. Para gerenciar as responsabilidades, há uma subdivisão em dois grupos: mídias sociais e pesquisa.

O grupo de mídias sociais desenvolve atividades pelo aplicativo *Instagram* e promove eventos de modo virtual e presencial. Já a pesquisa trata-se de um estudo qualitativo descritivo, cuja população são estudantes que possuam algum tipo de deficiência e que integrem o corpo discente do Departamento de Ciências da Vida, Campus I, também estejam regularmente matriculados nos semestres de 2020 e 2021. Esta pesquisa obedece às diretrizes e normas da Resolução no 466/12, que regulamentam a pesquisa envolvendo seres humanos. Todos os princípios básicos da bioética em relação à autonomia, equidade, beneficência, não maleficência e a justiça foram respeitados conforme o Conselho Nacional de Saúde (CNS).

As reuniões acontecem semanalmente às segundas-feiras, conforme o período do ano letivo, das 19:00 às 21:00. Os encontros são remotos via plataforma digital *Microsoft Teams*. As discussões abordam temas voltados para a deficiência e educação inclusiva. Desta maneira, gerando conteúdo para mídias sociais e embasamento para o seguimento da pesquisa. O público-alvo do projeto é a comunidade acadêmica, bem como simpatizantes pelo tema, visando a discussão ampla e desconstruir conceitos antigos acerca do tema.

## Resultados

Diversas atividades foram desenvolvidas. Inicialmente, foi realizada uma pesquisa de opinião online sobre temática deficiência e acessibilidade. Entre discentes, docentes e funcionários da UNEB, campus I, 99 indivíduos responderam. A maioria dos entrevistados não possuía nenhum tipo de deficiência e conhecia pessoas com deficiência que faziam curso superior. Poucos conheciam estudantes com deficiência que concluíram a faculdade e a maioria não conhecia ninguém com deficiência que têm nível superior e atuavam na sua área de formação. Na amostra observou-se um predomínio de indivíduos que não tinham conhecimento de ações realizadas pela UNEB com a temática acessibilidade.

Outra ação desenvolvida foi a criação da página no *instagram*. Através dessa mídia social, foi possível conectar-se com mais de 140 pessoas e aumentar o impacto social. Diversas produções de conteúdos foram realizadas com o intuito de informar o leitor, divulgar eventos e estimular debates. Também, foi através do *instagram* que aconteceram dois eventos online, os quais proporcionaram visibilidade sobre a

temática deficiência, troca de vivências e engajamento com o público. Para além dessas atividades, houve a criação do programa “Menos que 180 segundos”, o qual um especialista é convidado para gravar um vídeo de 3 minutos sobre um determinado tema, sendo publicado no *instagram* do projeto de extensão.

No que tange a área científica, atualmente, está ocorrendo o mapeamento e o estabelecimento da comunicação com os estudantes com deficiência que cumprem os critérios de inclusão do estudo para, posteriormente, iniciar a coleta de dados.

### 3. CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação às atividades desenvolvidas pelo projeto de extensão desconstruindo barreiras: a pessoa com deficiência na universidade, as ações realizadas contribuíram para o fortalecimento do trabalho em equipe e imersão no mundo das pessoas com deficiência. Isso proporcionou a compreensão dessa realidade social, historicamente excluída e marginalizada; a construção do conhecimento sobre os direitos que são previstos nas leis; além da disseminação dessas informações através da rede social.

### REFERÊNCIAS

ANTUNES, A. P. et al. Inclusão no Ensino Superior: Percepções de Professores em uma Universidade Portuguesa. **Psic. Pesq.**, Juiz de Fora, v. 7, n. 2, p. 140-150, Jul-Dez. 2013.

ARAUJO, M. I. C.; SILVA, R. A. M.; MENEZES, A. B. Ensino Superior: Barreiras Atitudinais Presentes na Relação Professor - Aluno com Deficiência do Curso de Psicologia. In: IV Congresso Paraense de Educação Especial, 2017, Marabá-PA. **Anais**. Marabá: UNIFESSPA, 2017, Out - 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 1 18 de fevereiro de 2002**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura de graduação plena. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2002. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_02.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf) . Acesso em 09 mar. 2019.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística de Educação Superior 2017**. Brasília: Inep, 2018a. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em 30 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse estatística da educação básica: censo escolar 1998**. Brasília: Inep, 1999. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em 30 jun. 2019.



\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação básica**: 2012. Resumo Técnico – Brasília: Inep, 2013. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em 30 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação básica**: 2018. Resumo Técnico – Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em 30 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação básica 2018**. Resumo Técnico – Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em 30 jun. 2019.

CHAGAS, R. S. C; MIRANDA A. A.B. A inclusão escolar na universidade: concepções de coordenadores e discentes. **Ensino em Re-Vista**. v. 14, n.1, p. 57-72, jul.06/jul. 2007.

D'ÁVILA, G. T. et al. Acesso ao ensino superior e o projeto de “ser alguém” para vestibulandos de um cursinho popular. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 350-358, 2001.

ELHOWERIS, A.; ALSHEIKH, N. Teachers' attitudes toward inclusion. **International Journal of Special Education**, v. 21, n. 1, p.115-118, 2006

FERRARI, M. A. L. D.; SEKKEL, M. C. Educação inclusiva no ensino superior: um novo desafio. **Psicol.: cienc. prof.**, v. 27, n. 4, p. 636-647, 2007

FERREIRA, S. L. Ingresso, permanência e competência: Uma realidade possível para universitários com necessidades educativas especiais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.13, n. 1, p. 43-60, 2007

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia** (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto, v. 14, n. 28, p.139–152, agosto, 2014. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-863X2004000200004](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2004000200004). Acesso em: 26 maio 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 09 jun. 2018.

LEATHERMAN, J. “I just see all children as children”: Teachers' perception about inclusion. **The Qualitative Report**, v. 12, n. 4, p. 594-611, 2007

LOPES, M.C. Políticas de inclusão e governamentalidade. **Educação & Realidade**, Dossiê Governamentalidade e Educação, v. 34, n. 2, p. 153-170, Mai/Ago 2009.

MAMAH, V. et al. University teacher's perception of inclusion of visually impaired in Ghanaian Universities. **International Journal of Special Education**, v. 26, n. 1, p.70-79, 2011

MANTOAN, M.T. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Ed. Moderna, 2003.

MARTINS, C.B. O ensino superior brasileiro nos anos 90. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 41-60, 2000.

MATISKEI, A. C. R. M. Políticas públicas de inclusão educacional: desafios e perspectivas. **Educar em revista**, Curitiba, n.23, p. 185-202, 2004.

MAZZONI, A.; TORRES, E. F.; ANDRADE, J. M. Admissão e permanência de estudantes com necessidades educacionais especiais no ensino superior. **Acta Scientiarum**. v. 23, n. 1, p. 121-126, 2001.

MINAYO, M. C. S. et al. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2016.

MOREIRA, H.; MICHELS, L.; COLOSSI, N. Inclusão educacional para pessoas portadoras de deficiência: um compromisso com o ensino superior. **Escritos educ.** Ibirité, v.5, n.1, p.19-25, jan-jun. 2006

NUNES, S.S.; SAIA, A.L.; TAVARES, R.E. Educação Inclusiva: Entre a História, os Preconceitos, a Escola e a Família. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 35(4), 1106-1119, 2015.

OLIVEIRA, M. A.; SILVA, Y. F. O. Educação inclusiva e a acessibilidade da pessoa com deficiência ao ensino superior. **REVELLI – Revista de Educação, Linguagem e Literatura de Inhumas**. v. 5, n. 2, p. 100-109, Dez, 2013

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU. **Declaração Mundial de Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem**. Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais, 1994, Salamanca (Espanha). Genebra: UNESCO, 1994.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. OMS. **Relatório Mundial sobre Deficiência**. Título original: World report on disability. Tradução Lexicus Serviços Linguísticos, São Paulo, SEDPcD, 2011. 334p.

PEREIRA, A. M. B. A. **Viagem ao Interior da Sombra: Deficiência, Doença Crônica e Invisibilidade numa Sociedade Capacitista**. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de Coimbra. Faculdade de Economia / Centro de Estudos Sociais, 2008.

PIECZKOWSKI, T. M. Z.; NAUJORKS, M. I. Inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior: Diferentes discursos, diferentes expectativas. **Atos de Pesquisa em Educação - PPGE/ME**. v. 7, n. 3, p. 938-962, set./dez. 2012.

ROCHA, TB.; MIRANDA, TG. A inclusão de alunos com deficiência no ensino superior: uma análise de seu acesso e permanência. In: DÍAZ, F., et al. (orgs.) **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 27-37. Disponível em: <http://books.scielo.org>.. Acesso em 02 jan. 2019

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997

SILVA, J.O. Ações inclusivas no ensino superior brasileiro. **Rev. bras. estud. pedagog.** (Online), Brasília, v. 95, n. 240, p. 414-430, maio/ago. 2014.

VEIGA-NETO, A. Incluir para excluir. In: LARROSA, J.; SKLIAR, C. (Orgs.). **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 105-118.

WANG, H. L. Should all students with special educational needs be included in mainstream education provision? A critical analysis. **International Education Studies**, v. 2, n. 4, p.154-161, 2009.

## EDUCAÇÃO INCLUSIVA PÓS ISOLAMENTO SOCIAL: a importância da linguagem para a prática pedagógica

Flávia Maria Cruz da França<sup>1</sup>

Liliane Vasconcelos<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo objetiva apresentar a importância da prática de uma linguagem interdisciplinar para uma educação inclusiva, especialmente, para os alunos da rede pública de ensino que após o retorno das aulas presenciais, apresentaram deficiências na aprendizagem, especificamente, na leitura e escrita. Através dos artigos coletados e analisados, buscou-se relacionar a condição da alfabetização no Brasil juntamente com o período da pandemia do covid-19, e como trabalhar para a recuperação dos alunos prejudicados.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva. Linguagem. Alfabetização.

### 1 INTRODUÇÃO

A pandemia do covid-19 no ano de 2020 surpreendeu e assustou a todos, uma vez que as atividades rotineiras como o trabalho, lazer e estudo, foram suspensas presencialmente, na grande maioria dos casos (com exceção dos profissionais essenciais da saúde e suprimento), trazendo um misto de medo e incertezas de futuro para as pessoas.

Uma das grandes preocupações da sociedade era o ensino dos estudantes da educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), como eles iriam conseguir dar continuidade à aprendizagem em meio ao isolamento social, dificuldades financeiras de suas próprias famílias e até mesmo a falta de estrutura para ter um ensino remoto.

Diante disso, algumas ações foram tomadas no intuito de amenizar os prejuízos gerados pela pandemia no quesito educação. Adaptação dos professores e estudantes ao ensino remoto e híbrido, domínio de tecnologias, acesso a internet, celular, computador foram alguns dos requisitos básicos para que o processo de

---

<sup>1</sup> Graduanda em Letras Português/UCSAL; e-mail: flaviaetrologa@gmail.com.

<sup>2</sup> Professora Orientadora/UCSAL; e-mail: liliane.vasconcelos@pro.ucs.br.

ensino e aprendizagem pudesse ocorrer diante do estado de calamidade sanitária que atravessou o mundo em 2020 e 2021.

Após dois anos de pandemia, as atividades voltaram a ser presenciais gradualmente e esses alunos voltaram ao ensino regular em sala de aula. Contudo, fica o questionamento: como eles voltaram para a escola depois desse ensino adaptado? E se existir uma defasagem educacional, como lidar com as fragilidades da aprendizagem do aluno?

Este artigo visa apresentar dados de algumas escolas no Brasil que constatarem o crescimento no número de estudantes que não sabem ler e escrever, alunos com deficiência na aprendizagem, mas que mesmo assim passaram de ano.

A pesquisa foi de caráter exploratório e analítico, onde recentes dados e estatísticas serão apresentados com o fim de analisar a situação dos estudantes da educação básica no Brasil, antes e depois da pandemia do covid-19, bem como a educação inclusiva se aplica na prática didática de ensino para professores(as) e/ou profissionais da educação.

## **2 EDUCAÇÃO E PANDEMIA DA COVID-19: DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS**

Inicialmente, é importante destacar que toda a organização de ensino e prática pedagógica aplicada e desenvolvida durante a pandemia pelos professores e profissionais da educação, estavam determinados pelo parecer homologado do Ministério da Educação, seção 1, pág. 64. Neste documento consta também as medidas de “reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia da COVID-19”; “Orientações educacionais para a realização de aulas e atividades pedagógicas presenciais e não presenciais no contexto da pandemia”; e comenta especialmente, sobre a medida de aprovação automática dos alunos em lugares como Bolívia, Itália e Paquistão.

O parecer também comenta sobre os desafios dos alunos no momento em que o isolamento social estava vigente, e principalmente, a realidade deles através de um levantamento feito pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) entre janeiro e fevereiro de 2021, com apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e do Itaú Social. Entre os recursos mais usados pela rede

municipal de ensino, foram o papel impresso (95,3%) e WhatsApp (92,9%), sendo que a terceira opção mais citada contempla as videoaulas gravadas (61,3%).

Os maiores desafios citados pelas Secretarias de Educação foram o acesso dos estudantes à internet e as dificuldades da infraestrutura escolar. Numa escala de 1 a 5, em que 5 indicava a maior dificuldade, quase metade das redes (48,7%) assinalou os níveis mais altos (4 e 5) no tocante à internet; 40% (quarenta por cento) fizeram o mesmo em relação à necessidade de adequações de infraestrutura. (BRASIL, 2021)

Se quase metade dos alunos apresentaram dificuldades com o acesso à internet, inevitavelmente, estes não conseguiram dar conta do material de estudo presente no currículo escolar, conseqüentemente, o seu rendimento caiu. A pesquisa aponta que a aprendizagem dos alunos regrediu a ponto de apresentarem ineficiências na leitura, escrita e matemática

Outro estudo, ainda no âmbito das estimativas e divulgado em janeiro de 2021, projeta que os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) podem ter regredido, em média, até 4 (quatro) anos em leitura e Língua Portuguesa, tendo em vista o desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). A estimativa indica redução também na nota média de Matemática – nesse caso, com perda equivalente a até 3 (três) anos de escolaridade. As estimativas foram feitas pelo Centro de Aprendizagem em Avaliação e Resultados para o Brasil e a África Lusófona (FGV EESP Clear), vinculado à FGV. A análise considerou três cenários, a partir do desempenho dos estudantes brasileiros entre 2015 e 2019 no Saeb, quais sejam: otimista, intermediário e pessimista. (Brasil, 2021)

Outra situação mostrada que ocorreu durante a pandemia, foi o crescimento de crianças que não aprenderam a ler e escrever. De acordo com a ONG (Organização Não Governamental) Todos pela Educação, entre 2019 e 2021, houve um aumento de 66,3% no número de crianças de 6 e 7 anos de idade que, segundo seus responsáveis, não sabiam ler e escrever (EDUCAÇÃO, 2021). A pesquisa aponta que em 2019 existiam 1,4 milhão de crianças nessa situação, e que em 2021 chegou a 2.4 milhões. E a situação se agrava ao analisar que as crianças mais prejudicadas são as mais pobres que dependem do ensino público (de 33,6% para 51,0% entre 2019 e 2021); já as crianças mais ricas, que possuem um ensino regular numa instituição privada, o aumento foi de 11,4% para 16,6%.

Outra pesquisa, dessa vez mais específica, foi realizada no Estado do Espírito Santo no Município de Atílio Vivacqua, através do SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica):

[...]a primeira vez que houve a aplicação da Avaliação de Fluência em Leitura Oral foi de agosto a outubro do ano (pandêmico) de 2021, tendo como indicadores a 'participação e o desempenho de perfil de leitor', em 7 (sete)

escolas públicas de Educação Básica que atendem alunos do 2º Ano do Ensino Fundamental. (LOPES, et al, p. 383-384, 2022)

Com os resultados divulgados verificou-se que a avaliação contou com 88%(oitenta e oito por cento) dos alunos, sendo que apenas 3% (três por cento) deles foram considerados Leitores Fluents, 16% (dezesesseis por cento) não possui o perfil Leitor, isto é, não conseguiram realizar a leitura, enquanto 78% (setenta e oito por cento) estão no nível pré-leitor e 19% são Leitores Iniciantes (LOPES, et al, p. 384, 2022).

Os alunos submetidos a este teste não tiveram acesso ao ensino presencial no seu 1o ano e no primeiro semestre do 2o ano, devido ao período pandêmico, que causou mudanças no formato de ensino, passando a ser remoto (de março/2020 a junho/2021) e depois híbrido (junho a agosto/2021) com atividades pedagógicas não presenciais. Somente a partir de setembro/2021, é que os estudantes tiveram aulas presenciais ininterruptas. (LOPES, et al, p. 384, 2022)

De acordo com os autores, esses resultados causaram uma preocupação e uma busca para uma reinvenção/ inovação nas práticas pedagógicas para reverter essas estatísticas e o futuro desses alunos. Afinal, as habilidades de leitura e escrita não se restringem ao indivíduo saber ler e escrever, é necessário que ele saiba fazer uso dessas ferramentas nas práticas sociais em que está inserido.

Segundo LOPES et al (p. 386, 2022), a evolução da criança ao escrever e ler está no processo de codificação e decodificação e este não deve ser descartado no alfabetizar. E para este feito, é necessário um acolhimento dessa criança com dificuldades, porque será difícil para ela acompanhar os componentes curriculares e os colegas de turma. Continuando, diz que não se pode ignorar essas dificuldades de leitura e escrita, uma vez que “indo direto para a compreensão, isto seria “queimar” etapas e ignorar a importância de cada uma destas no processo: primeiramente, a criança aprende a ler e depois, lê para aprender”

A alfabetização e o letramento são processos interdependentes no ato de ensinar e aprender as práticas sociais da leitura e da escrita: a criança alfabetizada possui a capacidade de ler e escrever, e quando também, sequencialmente, letrada, tem habilidade de compreensão da leitura e escrita. Logo, nesta relação de reciprocidade, a criança deve apropriar-se da competência de saber usar e vivenciar estas práticas com eficiência, tornando-as significativas em seu cotidiano social. (LOPES, p. 387, 2022)

### 3 A IMPORTÂNCIA DA LINGUAGEM PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Diante do desafio de lecionar para a geração de alunos pandêmico-contemporâneos, fica a grande responsabilidade de lidar profissionalmente com a realidade escolar. Geneci Gonçalves aponta que o caminho para alcançar a Educação Inclusiva está na linguagem. Segundo ela, a Educação Inclusiva (EI):

[...] enfoca a grande preocupação com a formação dos futuros cidadãos trabalhadores: passivos ou agentes de transformação da angústia e da barbárie na qual vivemos. Há um anseio premente da necessidade de educação e mudança, pois o homem não pode continuar degradando-se, até mesmo para manter sua sobrevivência. (GONÇALVES, p. 2, 2007)

Quando se fala em inclusão escolar de qualidade, engloba-se o ensino de conhecimentos científicos com reflexão crítica e a linguagem, auferida em todas as suas dimensões, propiciando à prática pedagógica novos instrumentos metodológicos na formação do ser humano e na preconização de melhoria da qualidade educacional inclusiva para todos e todas como forma de superação da exploração. (GONÇALVES, p. 13, 2007)

Gonçalves salienta que, para que o aluno tenha a capacidade de apreender em todas as áreas do conhecimento, desde os primeiros anos da educação básica, é necessário que ele consiga emergir-se numa realidade onde as diferentes linguagens trabalhem juntas, num processo conversivo onde a aprendizagem se torna relevante para sua aprendizagem. Citando Vygotsky, ela o traz como pressuposto teórico para basear suas ideias pedagógicas, onde “trabalhar a linguagem enquanto fator de desenvolvimento nos seus mais diversos recursos” (p. 3) promove a implementação da Educação Inclusiva:

Vygotsky “na medida em que vê o aprendizado como um processo profundamente social, enfatiza o diálogo e as diversas funções da linguagem na instrução e no desenvolvimento cognitivo mediado”. (*apud* GONÇALVES, p. 148, 2007).

Ao realizar uma pesquisa exploratória (juntamente com outros profissionais da educação) para a construção de materiais, como artigos e metodologias para aplicabilidade no processo ensino e aprendizagem, em um colégio no estado do Paraná, a psicopedagoga Geneci Gonçalves (2007), fez uma outra pesquisa para alçar os resultados obtidos através da linguagem aplicada à interdisciplinaridade.

O caderno pedagógico teve como título “A Linguagem na Educação e a Educação da Linguagem” para aperfeiçoamento da língua em suas interfaces e melhoria da qualidade do ensino destes educandos com o objetivo de amenizar a evasão e a repetência no ensino médio noturno, conforme estatísticas apresentadas pela Secretaria Estadual de Educação. Embora tenha como objeto de estudo o 1º ano do ensino médio da escola pública, pode ser perfeitamente adaptável para outras séries da educação

básica sem prejuízo da concepção teórica educacional. (GONÇALVES, 2007, p.15)

Segundo Gonçalves (2007, p.10)

:

[...] a linguagem deve ser essencialmente trabalhada na educação como estratégia dialógica e reflexiva para o desenvolvimento cognitivo do educando, mas a educação desta linguagem deve visar o conhecimento formal para que sirva de libertação do senso comum. Se a palavra na concepção teórica Vigotskiana possui ampla importância no desenvolvimento do ser e da consciência humana, há que se trabalhar as multi facetas da palavra para interligar ao inteligível. Parafraseando Graciliano Ramos de que a palavra foi feita para dizer e não para enfeitar ou brilhar como ouro falso, podemos dizê-la com um olhar, com expressões corporais, com a fala, com a escrita de diversas maneiras [...] .

Após quatro meses, verificou-se que os alunos do 1º ano do ensino médio, do turno noturno, estavam mais interessados em atividades concernentes à leitura e escrita de outras disciplinas, fora atitudes de participação em teatros e desenvoltura argumentativa em sala de aula (GONÇALVES, p. 12, 2007).

Inspirada por Bakhtin, Gonçalves afirma que “língua e a palavra são quase tudo na vida humana” e possui “uma realidade tão abrangente e com tantas facetas que não pode ser compreendida unicamente por meio da metodologia linguística” (2007, p. 13). Prosseguindo em seu raciocínio, diz que “deve-se transpor o lógico e trabalhar com toda a diversidade possível como um mergulho no ser global e globalizado que é o ser humano”. Uma vez compreendido isso, é viável aplicar trabalhos com essa visão global do ser, usando dos cinco sentidos, do imaginário, “psicossocial, corporal/motor, pensamento e atividades reflexivas. A partir da função formativa da escola o educando adquire uma cultura geral sólida para respaldar seus argumentos no desenvolvimento de atitudes críticas” (GONÇALVES, 2007, p.13).

#### **4 A EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA COMO UM PASSO PARA A INCLUSÃO**

A língua materna além de ser um recurso comunicativo para a sociedade local onde o indivíduo está inserido, ela também carrega uma historicidade e uma cultura que se revela no uso dos termos cunhados pelos indivíduos, bem como em sua tonicidade, e sua forma de expressar a palavra.

Segundo Ivan Souza, no que diz respeito à educação da Língua:

[...] no âmbito do ensino inclusivo há a necessidade de adequação do planejamento, de modo que potencialize as habilidades esperadas para o desenvolvimento dos sujeitos que por alguma questão se sentem



impossibilitados de acessar o conhecimento de maneira igualitária, mesmo que para isso os professores tenham a ousadia de repensar como as propostas de ensino-aprendizagem são realizadas na perspectiva social e histórica da formação de sujeitos capazes de descortinar horizontes promissores no processo de escolarização. (SOUZA, p. 6, 2017)

Para aqueles alunos que apresentam dificuldades de acompanhar o ritmo da turma, é necessário deixar claro para eles o quanto a Língua é viva e dinâmica, não se restringindo apenas à gramática tradicional acessível na escola. É importante ressaltar o valor que existe nas interações sociais, bem como sua importância para a comunicação e a própria identidade do indivíduo. Mostrar que as maneiras não padronizadas de uso da Língua, tem seu espaço no mundo cultural, nas propagandas, no marketing, na fala dos influencers digitais, enfim, no dia a dia, é fundamental para desestigmatizar a ideia de certo e errado do ensino tradicional.

Educar linguisticamente os sujeitos é entender como eles interagem com as propostas comunicativas e sociais, o que implica na valorização dos saberes e das maneiras que os indivíduos se relacionam com as ações de linguagem. É, ainda, saber que todos nós apresentamos individualidades que se coadunam na coletividade do ambiente acadêmico, na valorização da linguística na escola e no processo de formação entendido como práticas dos indivíduos na complementação das culturas diferenciadas em que cada característica linguística se efetiva. De tal modo, a compreensão que o sujeito e os proponentes supõem da educação linguística é que são as ações e os saberes que “cada falante sabe, mas não sabe que sabe. É que qualquer pessoa tem conhecimento amplo e fundo da língua (ou das línguas) que ela fala”. (*apud* SOUZA, p. 6, 2017)

De acordo com SOUZA (p. 7, 2017), para implementar a educação linguística numa escola inclusiva, “uma das possíveis respostas é enxergar as individualidades em um processo amplo de formação em que sejam vistas as habilidades possíveis que podem ser desenvolvidas e não às limitações dos falantes”. E, principalmente, que: “a educação linguística se efetiva pela interdisciplinaridade que se evidencia nas aprendizagens discentes, reflete como o conceito de norma é revistado e fortalecido nos usos e nos domínios das ciências da linguagem” [...] (SOUZA, p. 7, 2017) E mais uma vez, ele enfatiza a importância do ensino ser centralizado no aluno: “Assim sendo, a proposição eficaz da educação linguística investiga e compreende o sistema fonológico de cada falante na função simbólica cultural e de acesso ao repertório linguístico”.

A transformação da escola regular em espaço de inclusão efetiva-se mediante a concretização do processo de educação linguística acessível tanto pela leitura, pela escrita, pela reflexão, quanto pela discussão. Por isso, educar os alunos linguisticamente pressupõe partir da realidade e de textos capazes de dialogar com as necessidades dos sujeitos, ensinando-lhes a escrever na escola e além das práticas escolares na dimensão constitutiva de formação ética, humanitária e cidadã. Do mesmo modo, a produção de

quaisquer narrativas considera o conhecimento na escolarização dos indivíduos em uma proposta intertextual. (SOUZA, p. 8, 2017)

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo foi realizado com o objetivo de chamar a atenção dos professores formados e em formação, e demais interessados, para a delicada situação dos alunos que retornaram à rotina escolar presencial, mas tiveram dificuldades de acompanhar os conteúdos passados durante o período pandêmico, e por isso, apresentam dificuldades no acompanhamento das disciplinas.

É importante salientar que ainda não há dados específicos e atuais da região metropolitana de Salvador/Bahia, contudo, podemos observar na rotina diária as dificuldades dos alunos, e num diálogo coletivo junto à comunidade escolar, ver formas inclusivas para que estes alunos se reintegrem a uma prática de aprendizagem potencial onde se enxerguem como agentes transformadores da realidade.

Observou-se na pesquisa que a maioria dos alunos prejudicados eram pobres, negros e pardos, o que reflete exponencialmente na desigualdade social. Caso esses alunos não sejam ajudados, é muito provável que eles evadem da escola ou se tornem repetentes de ano letivo. Por isso, a importância de se ter um trabalho personalizado para eles, através de uma educação inclusiva, onde a linguagem é o meio condutor para conectar experiências e saberes.

A Educação Linguística se torna primordial para que os alunos entendam e reflitam sobre as dinâmicas da Língua, dentro das interações sociais, bem como a importância da norma padrão e dos usos linguísticos não padrões, afinal, o aluno precisa ter motivação para se dedicar aos estudos. E para isso, é necessário refletir sobre a Língua materna, que obviamente ele já possui, mas que normalmente é estigmatizada pela concepção de erro, comparada com a norma padrão.

A Educação Inclusiva e a Educação Linguística, podem ser trabalhadas juntas para auxiliar o aluno na recuperação dos conteúdos não aproveitados no período pandêmico, bem como promover o acolhimento desses alunos dentro da comunidade escolar. Além disso, com uma educação mais intencionalizada, torna-se mais concretível de se trabalhar também a questão do preconceito linguístico e social, e em como as pessoas com dificuldade de aprendizagem, podem vencer e se tornar letradas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar**. Parecer Homologado Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 5/8/2021, Seção 1, Pág. 34. Brasília: Julho, 2021.

EDUCAÇÃO, Todos Pela. Nota técnica: **Impactos da pandemia na alfabetização de crianças**. Fevereiro, 2021.

GONÇALVES, Geneci da Rosa Quevedo. **A Linguagem como estratégia para a Educação Inclusiva**. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense, 2007. Curitiba: SEED/PR., 2011. V.1. (Cadernos PDE). Disponível em: [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2007\\_ufpr\\_ped\\_artigo\\_geneci\\_da\\_rosa\\_quevedo\\_goncalves.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2007_ufpr_ped_artigo_geneci_da_rosa_quevedo_goncalves.pdf) . Acesso em 20/07/22.

LOPES, Aldimara Ornelas Burock; NOGUEIRA, Elaine Guedes; SANTIAGO, Magda da Silva. **Ineficiências de leitura e avaliação de fluência no ano (pandêmico) de 2021**. In: Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar, [S. l.], v. 8, n. 26, 2022. Disponível em: <http://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/3912>. Acesso em: 20 jul. 2022.

SOUSA, Ivan Vale de. **Educação linguística na educação inclusiva**. Linguagens & Cidadania, [S. l.], v. 19, 2017. DOI: 10.5902/1516849229405. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/LeC/article/view/29405>. Acesso em: 20 jul. 2022.

## **INCLUSÃO ESCOLAR: acesso, permanência e aprendizado dos alunos com necessidades educacionais especiais**

Daniele de Sá Sacramento Santana <sup>1</sup>

Orientadora: Raildes da Cruz Alves <sup>2</sup>

### **RESUMO**

O grande desafio da Educação Inclusiva é construir uma escola inclusiva de qualidade para todos. Assim, a pesquisa teve por objetivo analisar as medidas que devem ser adotadas para garantir o acesso, a permanência e o aprendizado dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) na escola regular, posto que, esta resiste em cumprir a legislação. Desse modo, buscou-se refletir acerca das garantias legais que asseguram a Educação Inclusiva, a importância da parceria entre escola, família e comunidade no processo de inclusão, e pesquisar como vem sendo feita a formação inicial e continuada dos educadores. Nesse sentido, o problema da pesquisa suscita o seguinte questionamento: Será que a escola regular cumpre, efetivamente, a dinâmica de aprendizado dos alunos com NEE? Para tanto, foi feito um levantamento bibliográfico, fundamentado em autores como Mantoan (2006), cujo referencial aborda a proposta da inclusão escolar frente aos argumentos apresentados pela escola regular para não receber alunos com NEE, em Glat (2004), considerando a importância da participação da família no processo inclusão, e Carvalho (2014), que propõe a remoção das barreiras que dificultam a participação e o aprendizado dos alunos com NEE na escola regular. Nessa perspectiva, acredita-se que essa pesquisa é de grande valia não somente para nós, enquanto pesquisadores, como também para os educadores, em geral, pois esclareceu alguns pressupostos acerca da Lei da Inclusão, contribuindo com as ciências para socializar as possibilidades que promovam o processo de inclusão.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva. Intervenção Psicopedagógica. Necessidades Educacionais Especiais.

### **1. INTRODUÇÃO**

Atualmente ouvimos falar sobre construção da Escola para Todos, através da Política da Educação Inclusiva dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) no Ensino Regular, seguindo o ideal de socialização. Porém, essa inclusão,

---

<sup>1</sup> Pedagoga pelo Instituto de Educação, Artes e Humanidades da Universidade Católica de Salvador, UCSAL. Psicopedagoga - UCSAL. Especialista em Docência do Ensino Superior - UCSAL. Pós-graduanda em Educação Inclusiva - UEFS. E-mail: danielledesass@gmail.com

<sup>2</sup> Mestre em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social pelo Centro de Pós-Graduação e Pesquisa Visconde de Cairu. Docente da Universidade Católica do Salvador. Psicóloga pela Faculdade da Cidade do Salvador. Especialista em Educação e Novas Tecnologias pela PUCRio. Pós-Graduada em Saúde Mental com Habilitação em Dependência Química, Família e Comunidade pela Faculdade da Cidade do Salvador. Pós-Graduada em Neuroaprendizagem pela Faculdade Unyleya e Pós-Graduada em Neuropsicologia pela Faculdade Uniara. E-mail: raildesalves@gmail.com

tem nos inquietado enquanto pesquisadores, mas, como também aos educadores, em geral, quanto aos resultados do aprendizado desses alunos, devido à objeção demonstrada pela escola regular (escolas públicas e privadas). Certamente, isso nos faz refletir acerca das premissas que envolvem a Política da Inclusão Escolar. Deste modo, pergunta-se: A escola regular cumpre efetivamente, a dinâmica de aprendizado dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais?

É nesse contexto, que se buscou com o objetivo dessa pesquisa analisar as medidas que devem ser adotadas para garantir o acesso, a permanência e o aprendizado dos alunos com NEE na escola regular. Descrevendo a importância da parceria entre escola, família e comunidade no processo de inclusão escolar, que práticas pedagógicas poderão ser desenvolvidas para esses alunos para potencializar seu processo de aprendizado, pesquisar como vem sendo feita a formação inicial e continuada dos educadores. E, se contempla a habilitação para inserção dos alunos com NEE na sala de aula, posto que, não basta apenas colocar o educando dentro da sala de aula e assegurar sua permanência, faz-se necessário garantir bom êxito no processo de aprendizado do aluno.

Pois incluir o aluno com NEE na classe regular vai muito além do ato de matrícula, uma vez que, a escola é local de construção do conhecimento, cabe a esta proporcionar o aprendizado do aluno. Desse modo, na perspectiva de alcançar os objetivos propostos, o método utilizado foi a pesquisa bibliográfica, desenvolvida mediante leitura e análise de fontes bibliográficas, como livros, documentos legais, publicações periódicas e científicas.

Assim, a referida pesquisa está fundamentada nas propostas e discussões de autores como Mantoan (2006), cujo referencial aborda a proposta da inclusão escolar frente aos argumentos apresentados pela escola regular para não receber os alunos com NEE, em Glat (2004), considerando a importância da participação da família no processo inclusão escolar, e Carvalho (2014), que defende a remoção das barreiras que dificultam a participação e o aprendizado dos alunos com NEE na escola regular.

Do mesmo modo, em levantamento de artigos, teses e dissertações científicas pesquisados na internet, de autores como: Boaventura (2008), cuja abordagem fala do papel do gestor escolar na construção de uma escola inclusiva, em Guimarães & Galvão Filho (2012), considerando a importância de a escola atender às reais necessidades educacionais dos estudantes, como também em documentos legais que normatiza, regula e assegura a Educação Inclusiva no Brasil, como a Lei nº

13.146/15 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), que dentre outras garantias, assegura uma educação de qualidade à pessoa com deficiência.

Quanto à forma de abordagem, o estudo é de cunho qualitativo, pois buscou-se compreender e explicar o motivo que leva a escola regular a se negar a receber o aluno com NEE, já que esta, enquanto instituição social tem o compromisso de promover a cidadania em seus alunos oferecendo-lhes condições de participação na sociedade em que estão inseridos.

Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória, pois, pretendeu uma maior compreensão sobre o tema, ampliação do conhecimento, como também uma exploração das obras de autores que abordam o tema que foi pesquisado, o que forneceu subsídios para levantamento de hipóteses, tais como: A escola regular recebe o aluno com NEE, apenas em cumprimento à determinação da lei, mas não cumpre a dinâmica de aprendizado desses alunos.

A fundamentação teórico-filosófica da pesquisa proclama a identificação e o respeito às diversidades existentes em nossa sociedade para que todos tenham a oportunidade e a garantia de pôr em prática todos os direitos que lhes são devidos. A dimensão epistemológica da pesquisa aborda o conhecimento construído pelo sujeito e a aprendizagem como um processo com tempo e ritmo diversificado. Já a concepção antropológica apresenta a distância cultural e social que a pessoa deficiente encontra, por ser excluído do sistema educacional.

Nessa perspectiva, acredita-se que essa pesquisa é de grande valia para os educadores, em geral, contribuindo com as ciências para socializar as possibilidades que promovam o processo de inclusão. Pois, visa esclarecer alguns pressupostos acerca da Lei da Inclusão, e, todavia, agregar conhecimentos acerca da intervenção psicopedagógica necessária à formação do(a) futuro(a) profissional da Pedagogia.

Assim, no capítulo I: “O: processo de inclusão e sua trajetória histórica”, apresentaremos o percurso histórico da inclusão, partindo da exclusão sofrida pelas pessoas com deficiência nos séculos passados até as conquistas alcançadas a partir da década de 90 com a Declaração dos Direitos Humanos.

O capítulo I está subdividido em dois tópicos: “Necessidades Educacionais Especiais: O que precisamos saber?” que aborda o propósito do uso da terminologia Necessidades Educacionais Especiais; e a quem esse termo faz referência. E no tópico: “Escola Regular versus Legislação: mais que desejo, uma necessidade evidenciada!”, que traz o debate que decorre entre os argumentos apresentados pela

Escola Regular para não receber o aluno com NEE e a Legislação que assegura a garantia dos direitos à educação desses alunos.

Já no segundo capítulo, cujo título “Educação Inclusiva: função da escola e ação do professor”, analisamos o papel da escola enquanto espaço de transformação social, e a ação do professor enquanto mediador do processo de construção do conhecimento de seus alunos, ressaltando a importância da formação inicial e continuada para subsidiar sua prática pedagógica visando favorecer e enriquecer o processo de ensino e aprendizagem. No último capítulo: “Parceria: Escola, família e comunidade: um vínculo que precisa ser fortalecido diuturnamente”, abordamos a parceria contínua que deve existir entre essas três instituições, para alcance do bom êxito que se espera obter no processo de inclusão escolar dos alunos com NEE.

## **2. DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS**

### **2.1 O PROCESSO DE INCLUSÃO E SUA TRAJETÓRIA HISTÓRICA**

A história da inclusão em seus aspectos políticos e legais tem seu início com a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948. Contudo, antes de descrever as conquistas alcançadas pelas pessoas com deficiência, é importante refazer o percurso histórico que essas pessoas tiveram que trilhar, até o alcance de suas conquistas.

No período da Antiguidade Clássica, as pessoas com deficiência eram consideradas como maldição dos deuses, com doenças, usadas para divertimento público ou eram exterminadas. Na Idade Média, com o surgimento do clero como camada social, houve a valorização da moral cristã, e a deficiência passou a ser vista como consequência de um pecado ou de uma possessão demoníaca, e os deficientes já não mais podiam ser exterminados e passaram a depender da caridade dos outros.

Entre os séculos XV e XVIII houve a valorização do trabalho e da explicação racional para os fatos humanos. e a deficiência passou a ser encarada como um problema orgânico, carecido de tratamento e de estudo científico, que foram avançando gradativamente na Idade Contemporânea (aos dias atuais), com o surgimento das primeiras ações de ensino voltadas para a estimulação das pessoas com deficiência. (ARANHA,1996).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos trouxe contribuições normativas para as pessoas com deficiência, explicitando no art. 2º §1º que,

Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. (ONU, 1948).

A partir daí, surgiram as primeiras escolas especializadas, a criação de alguns espaços sociais destinados aos deficientes, todavia, esse atendimento era embasado numa visão assistencialista e institucional. Nas décadas seguintes, começaram a surgir às primeiras classes especiais em escolas comuns com o ideal de integração e socialização, visando a inserção das pessoas com deficiência na sociedade.

Por seu turno, na Legislação Internacional há também a Declaração Mundial de Educação para Todos (UNESCO, 1990), a Declaração de Salamanca (CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 1994), bem como, a Convenção de Guatemala (1999). Na Legislação Nacional, temos a Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988, a Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica e a Lei nº 13.146/15 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

Há ainda outras legislações e políticas educacionais que asseguram os direitos dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais nos sistemas de ensino brasileiro. Contudo, se faz necessário tornar claro e compreensível o uso da terminologia “Necessidades Educacionais Especiais”, é o que veremos a seguir, no próximo tópico.

### **2.1.1 NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS: o que precisamos saber?**

O termo Necessidades Educacionais Especiais (NEE), surgiu com o propósito de amenizar os resultados insatisfatórios do uso de algumas terminologias que no decorrer da história foram utilizadas para descrever sujeitos que apresentavam algum tipo de limitação, seja ela física, intelectual, motora, sensorial, entre outras. Segundo Barros (2004, p. 45), a palavra Terminologia “é um conjunto de termos próprios de um dado domínio, [...] elemento precioso para comunicação em âmbito profissional, ou em situações particulares”.



Desse modo, a terminologia da palavra Necessidades Educacionais Especiais foi criada no âmbito educacional, para informar à escola que determinado educando necessita de uma educação “especial”, diferenciada, específica, de forma a contribuir no seu processo de aprendizado. O documento Saberes e Práticas da Inclusão, um manual com recomendações para construção de escolas inclusivas (BRASIL, 2006), faz menção a quem está proposto o uso do termo Necessidades Educacionais Especiais, explicitando que,

O termo “necessidades educacionais especiais” refere-se a todas as crianças ou jovens cujas necessidades decorrem de sua capacidade ou dificuldades de aprendizagem. Muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e, portanto, apresentam necessidades educacionais especiais, em algum momento de sua escolarização. (BRASIL, 2006, p. 19).

Cabe ressaltar que, o Conselho Estadual de Educação do Paraná também traz considerações relevantes acerca do uso do termo Necessidades Educacionais Especiais no Art. 5º da Deliberação nº 02/03- CEE (Conselho Estadual de Educação). Segundo este, a terminologia “necessidades educacionais especiais” é utilizada para delimitar os problemas de aprendizagem demonstrados por determinados educandos de caráter temporário ou permanente, como também para orientar a escola acerca dos recursos e serviços de apoio que ela deve assegurar, visando remover as barreiras da aprendizagem.

Todavia, o que precisa ser compreendido, aceito e praticado por todos (escola, educadores, educandos, pais, comunidade...), é que, há sujeitos que necessitam de uma educação diferenciada porque “aprendem”, ou seja, constroem seu conhecimento de maneira diferente, e têm um respaldo legal que garante não somente o acesso e a permanência, mas também o direito ao aprendizado, incluindo o acesso à recursos e serviços, objetivando o aprimoramento do seu aprendizado.

Por seu turno, muito precisa ser feito para se pôr em prática a garantia desses direitos, devido a resistência por parte da escola regular para com o processo da Educação Inclusiva, que vai do acesso até a garantia de um aprendizado eficiente. Nesse sentido, abordaremos no capítulo a seguir, o debate entre Escola Regular versus Legislação, apresentando as alegações que a Escola Regular utiliza para não receber o aluno com NEE, e em contrapartida, as determinações legais que garantem o acesso, a permanência e um ensino de qualidade às pessoas com NEE.

### **2.1.2 ESCOLA REGULAR VERSUS LEGISLAÇÃO: mais que desejo, uma necessidade evidenciada!**

Quando falamos em Escola Regular fazemos referência à escola que não é especial, às escolas que historicamente recebiam alunos ditos “normais”, mas que agora estão obrigadas por lei a receberem os alunos com NEE. Na teoria, enquanto instituição de ensino, a escola tem dentre outras, a função social de fornecer subsídios aos educandos para esses modificarem seu comportamento e a sociedade em que vivem, porém, o que se vê na prática são escolas que funcionam como reprodutoras das desigualdades impostas pela sociedade, escolas que assim como a sociedade são excludentes, escolhem, delimitam o público estudantil que será atendido por ela.

Sassaki (2003), aconselha o uso do termo Escola Regular ou Escola Comum, para substituir o uso incorreto da expressão Escola Normal, ainda diz que, “[...] no futuro, quando todas as escolas se tornarem inclusivas, bastará o uso da palavra escola, sem precisar adjetivá-la” (SASSAKI, 2003 p. 05). Desse modo, fica evidente que há uma distância entre a escola que vemos e a escola que queremos. Pois, o modelo de escola inclusiva que queremos depende diretamente da construção de uma sociedade inclusiva.

O processo de inclusão escolar de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) é um tema complexo que tem gerado constantes debates na sociedade. Surgem muitas dúvidas, incertezas, contradições, questionamentos... Argumenta-se por exemplo, quem são as pessoas consideradas com NEE. Segundo a Declaração de Salamanca (CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 1994, p. 03), pessoas com NEE são “[...] todas aquelas [...] cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem”.

Contudo, qualquer conceito ou definição a respeito do que venha a ser considerada pessoa com deficiência, precisa estar contextualizado e nunca esgotado. Para tanto, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2007), considerado documento de referência para a organização da educação especial no ambiente escolar, traz em seu texto o que considera pessoa com deficiência, assim,

[...] considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. (BRASIL, 2007 p. 11).

Depreende-se que, a partir do momento que a Educação Inclusiva de alunos com NEE passou a ser garantida por lei, a escola regular recebeu a incumbência de abrir suas portas e inserir esses alunos na sala de aula, mas sem conceder a garantia de permanência e bom êxito no processo de aprendizagem dos mesmos. Posto que, não adianta incluir o aluno na sala de aula e “fechar a porta”, faz-se necessário fornecer um ensino que vise a atender às verdadeiras necessidades educacionais desses alunos.

Nesse contexto, a escola regular precisa estar aberta à inclusão, às possíveis e necessárias modificações estruturais e pedagógicas, participar do processo da Educação Inclusiva não apenas por obediência às leis, e sim, por acreditar nas reais possibilidades de participação e contribuição desses alunos na sociedade. Desse modo, a Educação Inclusiva não vai acontecer enquanto a escola regular se limitar tão somente à abertura e modificação de suas portas físicas para garantia do acesso do aluno com NEE, e sim, quando ela estiver aberta às necessárias modificações de sua prática pedagógica.

Pois, se ela não acreditar nas reais possibilidades de participação e contribuição desses alunos na sociedade, não respeitar a dinâmica de aprendizado deles, e nem atendê-los em suas necessidades educacionais, decerto não haverá inclusão escolar, e sim, um mero cumprimento à lei. Sendo assim, a escola regular precisa rever suas ações excludentes, respeitar a diversidade dentro do ambiente escolar, identificar as necessidades educacionais de seus alunos, estar aberta às adaptações curriculares, romper não somente as barreiras estruturais e pedagógicas, mas principalmente, as barreiras atitudinais que é o primeiro passo, para o bom êxito no processo de inclusão.

Nesse sentido, a escola regular deve estar ciente que não pode negar matrícula a um aluno com deficiência, porque se configura em crime, tal determinação está normalizada no art. 8º da Lei nº 7.853/89, o qual dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, ou seja,

Constitui crime punível com reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa: recusar, cobrar valores adicionais, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, em razão de sua deficiência; (BRASIL, 1989).

Ainda assim, a escola regular tenta justificar sua inaptidão para receber alunos com NEE, e atender sua dinâmica de aprendizagem, alegando que não tem

profissionais capacitados e/ou qualificados que atendam às necessidades educacionais específicas dos alunos, que não dispõe de estrutura física adaptada, dentre outros argumentos. Todavia, por falta de esclarecimento e/ou conhecimento, ignoram o fato de a escola ser um espaço para todos, sendo assim, esta deve propiciar a diversidade existente entre os alunos, considerando que todos eles podem ter necessidades especiais em algum momento de sua vida escolar.

A autora Mantoan (2006), descreve o que considera “verdadeiros argumentos” que a escola regular camufla para se negar a receber o aluno com NEE, segundo ela,

[...] os argumentos pelos quais a escola tradicional resiste à inclusão; [...] refletem a sua incapacidade de atuar diante da complexidade, da diversidade, da variedade, do que é real nos seres e nos grupos humanos. Os alunos não são virtuais, objetos categorizáveis. Eles existem de fato, são pessoas que provêm de contextos culturais os mais variados; representam diferentes segmentos sociais. (MANTOAN, 2006, p. 30).

Justifica, pois, que a Escola Regular precisa estar aberta às necessárias mudanças que precisam acontecer em seu sistema e política educacional, ofertando apoio pedagógico especializado, de modo a favorecer uma prática pedagógica inclusiva, respeitando os princípios dos direitos humanos, mas especificamente, ao direito de todos os alunos a um ensino de qualidade. Compreender que o processo de inclusão escolar vai muito além de permitir o acesso e permanência de educandos com NEE no ambiente escolar, é preciso, a garantia da participação e aprendizado desses educandos, e para alcançar bom êxito nesse processo é indispensável que a escola acolha, aceite e acredite no potencial de seus alunos.

Para tanto, trataremos no capítulo a seguir o processo da Educação Inclusiva, enquanto função da escola e ação do professor, já que tanto a instituição quanto o profissional em questão, são de suma importância para o bom êxito que se espera alcançar nesse processo.

## **2.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: função da escola e ação do professor**

Compreende-se que a escola dispõe de uma função social, e com isso também se torna um espaço de desenvolvimento e construção da aprendizagem, pois, enquanto espaço de transformação social, a escola fornece subsídios ao sujeito para que o mesmo modifique seu comportamento e o ambiente social em que vive (Gadotti, 1995).

Sendo assim, a escola regular enquanto comunidade escolar, também tem a responsabilidade de oferecer suporte para promover a construção do conhecimento dos alunos com NEE, de modo que esses cidadãos, também desfrutem da oportunidade de modificarem tanto seu comportamento quanto a sociedade onde estão inseridos. Carvalho (2014), sugere algumas funções da escola na perspectiva da Educação Inclusiva, como sendo:

[...] promover todas as condições que permitam responder às necessidades educacionais especiais para aprendizagem de todos os alunos de sua comunidade; Criar espaços dialógicos entre os professores, para que, semanalmente, possam reunir-se como grupo de estudos e de troca de experiências; Criar vínculos mais estreitos com as famílias, levando-as a participarem dos processos decisórios em relação à instituição e a seus filhos; Respeitar as diferenças individuais e o multiculturalismo entendendo que a diversidade é uma riqueza e que o aluno é o melhor recurso de que o professor dispõe em qualquer cenário de aprendizagem. (CARVALHO, 2014, p.113).

Um aspecto que também se considera relevante em Educação Inclusiva é o papel da equipe gestora da escola, que detém o atributo de organizar os componentes administrativos, técnicos e pedagógicos da escola, de forma a sistematizar o processo de aprendizado dos seus educandos. Visto que, a equipe gestora também está encarregada a oferecer apoio à equipe docente, e no caso do processo de inclusão, esta deverá buscar meios de capacitar o corpo docente da escola, para atender aos alunos com NEE.

Desse modo, o compromisso e respeito às necessidades educacionais dos alunos, serão demonstrados no momento da elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP), já que nele consta todo regimento e política da escola. Segundo Boaventura (2008), um gestor escolar, enquanto agente político deve incentivar não só o corpo docente como todos os profissionais da comunidade escolar para a construção de uma escola inclusiva, objetivando fortalecer as relações interpessoais na escola pela valorização do respeito às diferenças.

Por seu turno, o professor enquanto membro da comunidade escolar é considerado um mediador no processo de construção do conhecimento do aluno. Em se tratando da Educação Inclusiva, isso nos remete a pensar que, para que haja mediação é imprescindível que o professor acredite nas reais potencialidades de seus alunos, independentemente de suas necessidades educacionais. O professor mediador é aquele que acredita na educação e na capacidade de seu aluno, e se dispõe a mediar o processo de aprendizado.

Desse modo, além da acreditação que o professor deve ter em seu aluno, faz-se necessário que o docente acredite também no processo de inclusão escolar, e a partir daí, se proponha a aceitar os desafios dispostos na Educação Inclusiva.

A inclusão não diz respeito a colocar as crianças nas escolas regulares, mas a mudar as escolas para torná-la mais responsivas às necessidades de todas as crianças; diz respeito a ajudar todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças nas suas escolas e prepará-los para ensinarem aquelas crianças que estão atual e correntemente excluídas das escolas por qualquer razão. Isto se refere a todas as crianças que não estão beneficiando-se com a escolarização, e não apenas aquelas que são rotuladas com o termo “necessidades educacionais especiais”. (MITTLER *apud* PILETTI, 2014, p. 23).

Assim, um dos argumentos mais ouvidos pelos docentes que atuam com alunos com NEE, é que estes se sentem despreparados para atuarem com esses alunos. Todavia, é aconselhável que o professor não persista com justificativas cristalizadas para não ensinar um aluno com NEE, ele precisa sim, estar comprometido com a função de transformação social que a educação oportuniza aos seus alunos, compreender que cada aluno tem seu tempo e sua maneira singular de aprender. Segundo a autora Sara Paín (1989) *apud* Carvalho (2014, p. 111), “Não existe o aluno que “não aprende”. A noção de “não aprendizagem” deve ser entendida como um processo diferente de aprender e não o seu oposto”.

Do mesmo modo, além do papel da escola e do professor para o bom êxito no processo de inclusão dos alunos com NEE, também é importante a parceria da família e da comunidade junto à escola. Para tanto, abordaremos no capítulo a seguir, a respeito do fortalecimento desse vínculo, bem como sua importância para a consolidação efetiva do processo de inclusão.

### **2.3 PARCERIA: ESCOLA, FAMÍLIA E COMUNIDADE: Um vínculo que precisa ser fortalecido diuturnamente**

O nascimento de uma criança seja ela planejada ou não, faz com que a família crie expectativas e planos para ela. Ninguém se prepara para receber uma criança deficiente. Quando uma família recebe a informação que seu filho tem uma deficiência, ela entra numa fase de “luto”, que inclui negação, revolta, culpa e depressão pela “perda” de um filho que havia sido idealizado na sua imaginação.

O luto enfrentado pelas famílias demonstra que elas precisam de um apoio social para sair dessa fase. Aí entra a parceria, primeiramente, entre família e comunidade, que inclui profissionais de diferentes áreas que prestarão atendimento à

criança e às famílias, e posteriormente, com a escola também, para que juntos deem orientação a respeito das reais possibilidades e potencialidades que seu filho poderá desenvolver (Glat & Pletsch, 2004). Desse modo, a família é a responsável para dar o ponto de partida no processo de inclusão escolar. Logo, a aceitação da família pode ser considerada como um dos primeiros passos para o alcance do sucesso no processo de aprendizagem dos alunos com NEE.

Entretanto, um dos profissionais que poderá contribuir diretamente com o professor nesse processo de orientação às famílias e fornecendo suporte pedagógico em sala de aula é o profissional do AEE. Conforme Piletti (2014), a parceria entre os professores da sala de aula comum com os profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE), é fundamental, pois, estes irão identificar quais são as barreiras que dificultam o aprendizado desses alunos, e assim, dispor de orientações quanto à elaboração, organização e uso de recursos pedagógicos e psicopedagógicos que poderão ser utilizados pelo professor da classe comum para facilitar e aprimorar o aprendizado de seus alunos com NEE.

É possível observar que muitos são os obstáculos que dificultam o alcance da Educação Inclusiva ideal. E nesta dimensão, Carvalho (2014), refere-se a esses obstáculos como barreiras que devem ser removidas do sistema educacional para promover o aprendizado e a participação de todos na Educação Inclusiva: “Barreiras Atitudinais, Barreiras Pedagógicas e Barreiras Estruturais”.

Salienta-se que, as barreiras atitudinais perpassam por todos os envolvidos no processo de inclusão: família, escola, comunidade e sociedade, quando criam seus conceitos antecipados a respeito de algo que desconhecem, para a autora, essa barreira é a mais difícil de ser removida porque é uma ação “de dentro para fora”. As barreiras pedagógicas, por sua vez, envolvem toda a comunidade escolar e as políticas públicas. Essas barreiras dificultam o acesso dos alunos aos recursos pedagógicos, à falta de investimento e reconhecimento profissional da função de professor. E as barreiras físicas que de fato existem, são os obstáculos estruturais que impossibilitam o acesso dos alunos aos espaços físicos do ambiente escolar.

Logo, fica evidente que esses três tipos de barreiras estão interligadas e relacionadas entre si, e o primeiro passo a ser dado para removê-las é aceitar e acreditar na Educação Inclusiva. Por seu turno, todos envolvidos no processo de Inclusão Escolar precisam conscientizar-se que não é o aluno que está sendo incluído na escola, é o aluno quem está incluindo a escola nesse processo, uma vez que esse

aluno é um cidadão da sociedade com garantia de direitos e deveres, sociedade essa em que todos são participantes de um processo que tem por finalidade o exercício do princípio da igualdade entre os sujeitos.

Por fim, a parceria entre escola, família e comunidade irá contribuir tanto para remover as barreiras que dificultam o acesso, a permanência e o aprendizado dos alunos com NEE na Escola Regular, quanto para promover o aprendizado e a participação de todos envolvidos na Educação Inclusiva:

### **3. CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de analisar as medidas que devem ser adotadas para garantir o acesso, a permanência e o aprendizado dos alunos com NEE na escola regular. Nesse sentido, foi feito um levantamento bibliográfico dos principais teóricos que abordam o tema da Inclusão, como também, dos documentos legais que asseguram a Educação Inclusiva.

O problema da referida pesquisa foi investigar se a Escola Regular cumpre efetivamente a dinâmica de aprendizado dos alunos com NEE. Partimos da hipótese que a Escola Regular recebe o aluno com NEE, apenas em cumprimento à determinação da lei, mas não cumpre a dinâmica de aprendizado desses alunos. Concluímos que, a referida pesquisa, confirmou a hipótese levantada a priori. Pois, a resistência demonstrada pela escola regular em receber os alunos com NEE, causa ineficiência ao atendimento das necessidades educacionais desses alunos, resultando no não cumprimento da dinâmica de aprendizado deles.

Desse modo, pudemos observar que o grande desafio da Educação Inclusiva é construir uma escola inclusiva de qualidade para todos, considerando ainda que, a inclusão é um processo, e como tal, passa por fases de análise, reflexão, discussões, aplicação e resultados. Nesse contexto, suscitamos que referente ao processo de inclusão, este ainda se encontra nas fases de análise, reflexão e discussões, porque o que vem sendo feito, está longe da prática ideal e dos resultados esperados.

Pudemos perceber também, que, o que a Lei assegura nos documentos e nas políticas de Inclusão não é sinônimo de garantia de bom êxito no processo de aprendizado dos alunos com NEE. E é de suma importância e relevância a aceitação e a parceria da família, da escola e da comunidade; a reorganização curricular dos cursos de licenciatura; o investimento financeiro do poder público nos sistemas educacionais; a acessibilidade estrutural e pedagógica, enfim, a remoção das



barreiras que se formaram em relação à inclusão dos alunos com NEE na Rede Regular de Ensino.

Assim, acreditamos que essa pesquisa é de grande valia não somente para nós, enquanto pesquisadores, como também para os educadores, em geral, pois esclareceu alguns pressupostos acerca da Lei da Inclusão, contribuindo com as ciências para socializar as possibilidades que promovam o processo de inclusão. Do mesmo modo, consideramos que a pesquisa é relevante à formação do(a) futuro(a) profissional de Pedagogia, pois agregou conhecimentos acerca da intervenção psicopedagógica necessária à nossa formação.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação** - 2 ed. rev. e atual. – São Paulo: Moderna, 1996.

BARROS, Lídia Almeida. **Curso Básico de Terminologia**. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

BOAVENTURA, Roberta Silva. **A gestão escolar na perspectiva da inclusão**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE: Presidente Prudente – São Paulo, 2008. Disponível em: <http://bdtd.unoeste.br:8080/jspui/bitstream/tede/760/1/dissertacao%20Roberta.pdf>

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em 26 nov. 16 às 00h53min.

\_\_\_\_\_. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. (Lei nº 13.146/15)**. Brasília, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20152018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em 28 mai. 17 às 03h45min.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (Lei nº 9.394/96)**. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 26 nov. 16, às 00h59min.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989**. República Federativa do Brasil, Brasília, 1989. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7853.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm). Acesso em 25 abr. 17 às 00h25min.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: deficiência física**. Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deffisica.pdf>. Acesso em: 23 nov. 15 15h32min.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, 2001. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em 24 abr. 17 às 16h07min.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília, 2007. Disponível em:

<[http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica\\_nacional\\_educacao\\_especial.pdf](http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf)>. Acesso em 26 nov. 16 às 00h55min.

\_\_\_\_\_. **Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas.** 2. ed. / Brasília, 2006. Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/const\\_escolasinclusivas.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/const_escolasinclusivas.pdf)>. Acesso em 14 abr. 17 às 22h45min.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”.** 10 ed. Porto Alegre. Editora Mediação, 2014.

CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Declaração de Salamanca** 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em 26 nov. 16 às 00h32min.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ. **Comissão**

**Temporária de Educação Especial – Deliberação nº 02/03.** Disponível em:

<<http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/deliberacoes/deliberacao022003.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 16 às 01h15min.

CONVENÇÃO DE GUATEMALA. **Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência.** 1999.

Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/decreto/2001/D3956.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/decreto/2001/D3956.htm)>. Acesso em 26 nov. 16 às 00h45min.

GADOTTI, Moacir, 1941- **Pedagogia da práxis.** São Paulo. Cortez, Instituto Paulo Freire, 1995.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. **Orientação familiar como estratégia facilitadora do desenvolvimento e inclusão de pessoas com necessidades especiais.**

Revista Educação Especial, n. 24, 2004. Disponível em:

<<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs2.2.2/index.php/educacaoespecial/article/view/4913/0>>. Acesso em 05 dez. 15 00h32min.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar- O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Editora Moderna, 2006.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Disponível em:

<<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em 26 nov.16 às 23h20min.

PILETTI, Ana Cristina da Costa. **Entre os fios e o manto: tecendo a inclusão escolar.**

São Paulo: Edições Loyola, 2014 (Séries caminhos da formação docente; coordenador Nelson Piletti).

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão.** Brasília, 2003. Disponível em: <<https://acessibilidadecultural.wordpress.com/2011/09/07/terminologia-sobre-deficiencia-na-era-da-inclusao/>>. Acesso em 21 mai. 17 às 12h08min.

UNESCO. **Declaração Mundial de Educação para Todos.** Disponível em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em 26 nov. 16 às 00h25min.

## **LUTO FAMILIAR DIANTE DA CHEGADA DO FILHO COM DEFICIÊNCIA: modificações na família e o experienciar da maternidade atípica**

Matheus Wisdom Pedro de Jesus<sup>1</sup>

Sueli Ribeiro Mota Souza<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Este artigo tem como objetivo principal refletir sobre o luto familiar e as modificações na família após o nascimento do filho com deficiência. Para tanto, terá como enfoque principal mães de crianças com deficiência intelectual que são assistidas por uma instituição especializada localizada na cidade de Salvador. O método de pesquisa empregado foi qualitativo de cunho fenomenológico analisando os discursos dessas mães e como o experienciar da maternidade atípica influencia diretamente neste primeiro momento inicial de choque e que atravessa com significância as fases do luto. A fenomenologia, como método, busca trazer à luz da contemporaneidade as percepções mais subjetivas dos sujeitos envolvidos e direciona as narrativas para um coletivo refletindo a realidade atual. Os resultados mostram que o cuidado da pessoa com deficiência, nesse caso a deficiência intelectual, ainda é direcionado quase exclusivamente às mães que assumem essa tarefa de cuidado intermitente. De forma simultânea, propõe também uma reflexão futura com a necessidade de aprofundamentos em pesquisa sobre como as ações dos envolvidos direta ou indiretamente neste cuidado inicial à criança com deficiência impacta o momento do diagnóstico e os primeiros momentos após o mesmo.

**Palavras-chave:** Luto Familiar. Deficiência. Família. Maternidade.

### **1. INTRODUÇÃO**

Perceber as configurações atuais da família contemporânea é de grande importância para melhor entender as transformações sociais que acontecem no quesito família – inclusão. Embora muitos estudos tragam as percepções sobre o luto da família diante do filho com deficiência ao nascer, este artigo dará uma ênfase específica às questões que envolvem as modificações iniciais no ambiente familiar após a mulher experienciar a maternidade atípica ou desviante da esfera do que a

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação e Contemporaneidade (UNEB), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), matheuswisdom@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Ciências Sociais (UFBA) e Mestra em Sociologia (UFBA), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), sumota.uneb@gmail.com.

sociedade preconiza como sendo o ideal. Para tanto, tem como objetivo refletir sobre o luto familiar e as modificações na família após o nascimento do filho com deficiência.

O referido texto é um fragmento da pesquisa intitulada “Inclusão socioeducacional de educandos com deficiência intelectual: percepções de mães da APAE Salvador” realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade na Universidade do Estado da Bahia. A pesquisa em pauta teve como método de pesquisa a fenomenologia trazendo a abordagem qualitativa de perceber o fenômeno do luto contemporâneo como algo latente nas instituições especializadas que acolhem as famílias de crianças com deficiência (BICUDO, 1994).

Os fragmentos aqui reportados estão relacionados aos discursos de mães entrevistadas que serão representadas por M1, M2, M12; os filhos sub-representados, por sua vez, também serão identificados como F1, F2, F12 relacionando-os, assim, às suas respectivas genitoras e preservando a identidade dos mesmos conforme o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Digno de nota que todos os filhos possuem Síndrome de Down (SD) e, portanto, possuem a deficiência intelectual.

Os resultados têm se mostrado promissores no quesito trazer à luz da contemporaneidade as experiências familiares a partir do diagnóstico e chegada do filho com deficiência e (re) pensar o papel da mulher, enquanto mãe e cuidadora, que assume de forma implícita o árduo itinerário de cuidar do filho com deficiência, por vezes, sem nenhuma rede de apoio.

## **2. DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS**

Pensar em falar sobre luto familiar sem que ocorra, de fato, uma morte propriamente dita pode soar, inicialmente, de modo paradoxal. É plausível refletir: como o nascimento de alguém pode se assimilar a uma morte se aparentemente existe um contraponto entre ambos? Nascer e morrer podem coexistir nas relações e habitar o mesmo espaço dentro do mesmo contexto e, principalmente, junto a mesma pessoa? Luto, nessa análise, se referirá a uma profunda tristeza pela morte de uma idealização planejada que nasce da subjetividade dos genitores (AMARAL, 1995; BUSCAGLIA, 1997; GLAT, 2009; SANT’ANNA, 2016.). Porém, facilmente poderia ser uma conjugação verbal de mães que, em primeira pessoa do singular, se expressam dizendo “eu luto!” ou a observação de pesquisadores ponderando em terceira pessoa do plural, transcrevendo falas e pensando: “sim, elas lutam!”.

Ribeiro e Portela (2021, p. 37) *apud* Paniagua (2004) mencionam quatro fases que, em síntese, as famílias enfrentam após o momento do diagnóstico:

(i) fase de choque – momento no qual a família é informada sobre a deficiência da criança; (ii) fase da negação – após a descoberta a família passa a ignorar ou negar o diagnóstico da deficiência; (iii) – fase de reação – depois do choque e da negação, a família passa a expressar diversos sentimentos e emoções, dentre outros de irritação, culpa, depressão, ansiedade, sentimento de fracasso; (iv) fase de adaptação e orientação – depois de vivenciar os mais diversos sentimentos, a família chega a um estágio de calma emocional, buscando de forma prática e realista os caminhos para ajudar o(a) filho(a).

As fases descritas pelos autores podem ser observadas no decorrer dos discursos que compõem esta categoria de análise. Em evidência e destaque macro estarão a ênfase nas fases (i) fase de choque, (iii) fase de reação e (iv) fase de adaptação e orientação. A (ii) fase da negação não apareceu nas falas das mães, mas esteve presente quando a figura materna se referia ao desenvolvimento da paternidade e suas reações.

O momento de conceber uma criança, seja ela planejada ou não pelos genitores, quase sempre está rodeado de expectativas em torno do presente e futuro do ser por vir. O próprio momento gestacional por si só está envolto de sensibilidades que, em grande parte, acomete a figura feminina e idealizações sobre cuidado, atenção, acolhimento e, sobretudo, desenvolvimento infantil. Inicialmente, é sabido que os responsáveis que estarão imbuídos da tarefa de cuidar pensam em uma nova etapa que está por vir e que modificará a vida dos envolvidos diante das exigências que toda criança implica. Não obstante, a chegada do filho com deficiência cria um misto de sentimentos nos familiares que agora precisarão adaptar ou flexibilizar planos, vivências e rotinas, além de mobilizar uma eventual rede de apoio que possa contribuir para manutenção das atividades diária da família e da criança (PORTELA, 2021).

Importante destacar que essa nova rotina rompe padrões mentais pré-estabelecidos durante o período gestacional e remete a família a (re) pensar quais estruturas manterão ou modificarão para esta chegada inesperada pondo, inclusive, esta mesma família – independente da sua constituição – em tensão quanto aos papéis que cada membro assumirá. Em adendo a nova realidade não planejada, abalam-se as estruturas emocionais e cria, nos pais ou cuidadores, sentimentos como ansiedades, medos, receios e temores de um futuro, até então, projetado dentro do desenvolvimento típico (SÁ; RABINOVICH, 2006). O padrão de idealização entre o

filho planejado e o real passa a ser colocado em frequente conflito e eventuais planos e projetos são tomados por interrogações que não podem ser elucidadas no momento. Sobre isso, Buscaglia (1997, p.37) nos diz que

As pessoas que trazem ao mundo uma criança deficiente recebem um novo papel, tornando-se, por extensão, pais especiais, que com frequência são forçados a olhar de modo mais profundo e avaliador as interações desse novo papel. Devem tentar compreender sentimentos e atitudes ocasionados por uma nova situação para a qual há poucas orientações ou definições [...] Enquanto previamente teriam sido capazes de educar os filhos em papéis bem definidos, não é mais esse o caso, pois novas questões, que talvez nunca tenham dado a conhecer, são levantadas [...].

Conforme trazido pelo autor, a modificabilidade dos papéis e reais designações diante do diagnóstico da deficiência é permeável por novos sentimentos que impactarão em novas atitudes diante das vivências não planejadas que afetam, inclusive, o modelo familiar a ser constituído previamente antes do nascimento do filho com deficiência. É notável esse retrato nos discursos que seguem.

**M1:** Minha vida **virou de cabeça para baixo** no começo e depois fui me erguendo aos poucos. Logo no começo **sofri**, passei umas duas semanas praticamente **querendo entrar em depressão porque fiquei desesperada**, eu era nova, **meu sonho era ter uma menina**, eu já tinha um menino e quando eu soube que era síndrome Down. Hoje, se ela fosse uma criança com síndrome de Down bem pesado estaria amando e cuidando do mesmo jeito, **mas para mim, foi um choque, uma barra**, depois acompanhando o tratamento dela na faculdade eu via tantas mães com dificuldades maiores que as minhas que fiquei pensando: “Deus, me perdoa pela injustiça que eu estava pensando de mim e minha filha” (grifo do autor).

M1 revela com detalhes a mistura de sensações e sentimentos negativos que eclodiram após o diagnóstico de síndrome de Down no nascimento. Segundo a mesma, a gestação aconteceu sem intercorrências significativas e, por esta razão, não era esperado a chegada de F1 com deficiência. É retratado, nas expressões em destaque, como “**virou de cabeça para baixo**”, “**entrar em depressão**”, “**desesperada**”, “**um choque, uma barra**” como ponte para um melhor entendimento da reviravolta que essa chegada traz. O sentimento posto no discurso de M1 culmina posteriormente com um pedido de desculpas a Deus diante da forma como ela se sentiu após o parto de F1, colocando-se como injusta diante dos pensamentos externados sobre ela mesma e sua filha. Destaco, também, que M1 revela que se ergueu aos poucos, denotando assim o quão dificultoso é esse restabelecimento após o nascimento do filho com deficiência e como isso impacta os sentidos iniciais. Contudo, não posso deixar de externar o quão impressionante me soou a frase “**meu sonho era ter uma menina**”. A referida informação em dado momento da entrevista reporta-me a morte

de um sonho predeterminado pela genitora, que já possuía um filho. F1 nasceu, o filho mais velho é identificado como sendo do sexo masculino, por que, então, o verbo “ser” é empregado no passado assumindo a forma de “era”? O que deixou de ser? Como a deficiência afetou a relação entre sonhar e maternar de maneira simultânea? Segundo Amaral (1995, p. 78) “o estado psíquico vivido pela família é de perda, de morte mesmo. ‘Morte’ do filho desejado e idealizado. Assim, para que se torne possível receber o filho real faz-se, então, necessário viver o processo de luto daquele filho ‘perdido.’”.

Muito mais do que o nascimento do filho com deficiência em questão, o experienciar a maternidade junto à deficiência está relacionada a um eventual fracasso diante do não alcance da idealização. A família, nesses casos, anseia para contemplar os ideais do nascimento, valorizar e contemplar o quão belo é o recém-nascido e como as suas expectativas foram materializadas. Entretanto, a realidade observada nas entrevistas é que este lugar, outrora imaginado, cede espaço a sensação de frustração intermitente por aparentemente não conseguir cumprir com êxito a responsabilidade de gerar o “filho perfeito” (AMARAL, 1995; BUSCAGLIA, 1997; MANONNI, 1999). Para Mannoni (1999), uma vez que esses sentimentos aparecem nos discursos das mães como um aparente desgosto ou mágoa, sempre existirá uma morte que pode ser negada ou explícita mesmo que nem todas as mães tenham a plena consciência disto.

Sentimentos similares foram analisados a partir das falas de M2 e M12 sobre as reações ao saber que seriam mães de crianças com deficiência.

**M2:** (...) ele (o médico) falava repetidamente que ela tinha face síndrômica, nós perguntávamos para ele, **mas ele não explicava, não falava o que era**, e não suspeitava ser síndrome de Down. Saímos da maternidade nos **culpando** e pensando: “O que será que F2 tem”? (...) quando soube do que se tratava, **me faltou chão, pernas**. O sentimento que eu tinha não era relacionado à criança com síndrome de Down, era ao que ela enfrentaria, enfrenta e vai enfrentar aqui fora com as pessoas por causa dessa relação de **preconceito** que nossa sociedade tem. (grifo do autor).

**M12:** A primeira reação foi quando eu ainda tava na mesa de parto. (...) Quando me disse, eu digo: “meu Deus!”. **Aí o chão abriu meu Deus do céu. “Como é que eu vou cuidar de uma criança especial? O que que eu vou fazer? Como é que eu vou lidar?”** E eu achava que era doença, não tinha, nunca tive contato. **Achava que era uma coisa e comecei a chorar. Chorei, chorei muito, chorei, chorei. E aí lá o pessoal da maternidade me falaram muitas coisas.** Disseram que ia ter displasia congênita, que não ia andar, e ela tinha sopro no coraçãozinho. **Foi tanta coisa que aí depois eu chorei e muitas vieram me falar coisas que me colocaram para baixo.** (grifo do autor).

Representar o choro por 5 (cinco) vezes em um mesmo discurso é evidenciá-lo como sendo forte e impactante o suficiente para tornar esse momento inesquecível. O choro, aqui expresso, não assume caráter de transição, mas de permanência, como um estado habitado por um tempo. Esperar um filho é aguardar o ápice de um cuidado que, se fluíu conforme o ciclo natural do ser humano e foi rodeado do amor e carinho esperado pela família e principalmente pelos genitores, culmina após 9 (nove) meses de um cuidado e envolvimento ímpar refletidos no afeto à criança. Como é não sentir por completo o êxtase do momento de conceber o filho ideal? Como é ser atravessado (a) por informações indesejáveis (e por que não dizer impensadas?) durante o momento sublime de dar à luz e sentir a vida que emana do seu corpo? O turbilhão de sentimentos redireciona a pensar em Glat (1996, p.114) ao “agora a família tem que suportar toda a sobrecarga emocional, o choque da descoberta, o desespero, o desapontamento, e talvez a sensação mais forte: o medo do futuro desconhecido e não-programado.”.

Notório nas falas das entrevistas o quanto torna-se ambíguo para a mãe transitar entre o acolher e ser acolhida. Ao mesmo tempo que se coloca em uma posição de responsabilidade máxima sobre o recém-nascido com deficiência, externaliza indiretamente a queixa diante de questões que envolvem uma aparente ausência de suporte e precisando, evidentemente, de uma rede de apoio. Por exemplo, M12 em seu discurso menciona ter se indagado: *O que que eu vou fazer? Como é que eu vou lidar?* ”. O pronome pessoal “eu” é empregado em ambas as frases denotando como a autorresponsabilidade diante do fato caberia exclusivamente a ela. Enquanto isso, comparando com o discurso de M2, a mesma verbalizou: *“Saímos da maternidade nos culpando (...)”*. É perceptível, nesse caso, o emprego do verbo sair na terceira pessoa do plural “nós” referindo-se a ela enquanto mãe e ao pai ao deixarem a maternidade com a sua criança.

Uma análise crítica – comparativa do que é exposto acima, direciona aos escritos de Diniz (2010) ao afirmar que “as mulheres ainda são, no mundo, as cuidadoras primeiras e, geralmente as únicas, de pessoas de condição de extrema dependência” (p. 22); no mesmo viés, Vasconcelos (2012) reitera que “a rede de apoio é, no essencial, uma rede de parentesco, particularmente intergeracional.” (p. 604). Consequentemente, assumem, por vezes sem uma rede de apoio ideal e adequada a função do cuidado intermitente do filho com deficiência em virtude das demandas que lhe são “naturalmente” impostas.



### 3. CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo aqui reportado enquanto um trecho de uma pesquisa maior buscou trazer percepções sobre o luto familiar diante da chegada do filho com deficiência após o momento do nascimento. Apropriou-se, enquanto método de pesquisa, por sua vez, da fenomenologia para melhor entender e elucidar as questões envolvendo acolhimento, família, inclusão e as modificações que envolvem no ambiente e, de maneira direta ou indireta, afetam os envolvidos no cuidado com a criança.

Foi plausível perceber nos relatos trazidos pelas genitoras de crianças com deficiência intelectual assistidas pela instituição especializada localizada em Salvador o quanto o diagnóstico dado após a chegada da criança rompe as expectativas, os planos, os sonhos, as metas e toda uma configuração familiar previamente pensada e voltada, quase sempre, para o acolhimento do ser que agrega ao seio. Os relatos transcritos revelam com significativa percepção da realidade a saúde mental dessas mães ao narrarem sentimentos de impotência que variavam desde o choro até a depressão, perpassando por sensações de angústia, medo, frustração e tristeza.

Trazer essas informações se faz extremamente necessário devido a urgência da necessidade compreender a deficiência como um fenômeno crescente e possível ao gestar uma criança e, ao mesmo tempo, perceber as potencialidades do indivíduo enquanto pessoa e não exclusivamente como uma pessoa que desvia dos padrões normativos do que é considerado típico e precisará de constante assistencialismo,

Estudos como esses redirecionam o pensamento a compreender as limitações naturais de mães de crianças com deficiência nessa nova atividade a ser desempenhada e se envereda por propor novas discussões sobre o cuidado com esta mãe-cuidadora, bem como toda a família e o papel responsivo dos envolvidos, profissionais ou não, em acolher a mãe e a criança tornando o ambiente mais inclusivo e propício ao desenvolvimento infantil.

### REFERÊNCIAS

- AMARAL, L. A. **Conhecendo a deficiência** (em companhia de Hércules). São Paulo: Robre, 1995.
- BICUDO, M. A. V. Sobre a Fenomenologia. In: BICUDO, M. A. V., ESPÓSITO, V. H. C. (orgs.). **Pesquisa Qualitativa em Educação**. Piracicaba: Unimep, 1994.

BUSCAGLIA, L. **Os deficientes e seus pais**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

DINIZ, D. **O que é deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

DINIZ, D.; BARBOSA, L.; SANTOS, W. R. **Deficiência, Direitos Humanos e Justiça**. SUR - Revista Internacional dos Direitos Humanos, v. 6, n. 11, p. 65-77, 2009.

GLAT, R. O papel da família na integração do portador de deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 2, n. 4, p. 111-118, 1996.

GLAT, R. **Somos iguais a vocês**: depoimentos de mulheres com deficiência mental. 2ª ed. Rio de Janeiro: 7 Letras – (Questões atuais em Educação especial; VII), 2009.

MANNONI, M. **A criança retardada e a mãe**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PORTELA, C. P. **Convivendo com a deficiência intelectual**: percursos de cuidado e educação nas redes parental e social de apoio. Volume 21. Curitiba: Editora CRV, 2021.

RIBEIRO, C. C. L. de A; PORTELA, C. P. Abordagem histórica da constituição das famílias e suas interfaces com as famílias de pessoas com deficiência. In: PORTELA, C. P; BORDAS, M. A. G. (Org). **As famílias contemporâneas**: pontos, contrapontos e paradoxos inclusivos. Curitiba: Editora CRV, 2021.

SANT'ANNA, M. M. M. **Formação continuada em serviço para professores da educação infantil sobre o brincar**. 2016. 166f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2016.

SA, S. M. P; RABINOVICH, E. P. Compreendendo a família da criança com deficiência física. **Rev. bras. crescimento desenvolv. hum.** [online]. 2006, vol.16, n.1, pp. 68-84. ISSN 0104-1282.

VASCONCELOS, P. Redes sociais de apoio. In: WALL, K. (org.) **Famílias em Portugal**: percursos, interações, redes sociais: Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012, p. 599-631.

## MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NA ROTINA FAMILIAR DURANTE A PANDEMIA COVID-19

Sumaia Midlej Pimentel Sá

Juliana Viana Freitas

### RESUMO

Objetivou-se conhecer como as famílias de crianças, adolescentes e adultos jovens com deficiência têm se organizado em tempos de distanciamento decorrente da pandemia por COVID-19, frente aos desafios advindos da modificação da rotina dos seus membros, e justifica-se a partir do pressuposto de que ao conhecer o impacto da pandemia na rotina de famílias de pessoas com deficiência, pode-se contribuir para traçar estratégias de enfrentamento das questões advindas deste contexto. O presente estudo é qualitativo de caráter exploratório, e foi realizado na cidade do Salvador, Bahia com a participação de seis mães de pessoas com deficiência com idade entre 33 a 59 anos, cinco tinham ensino superior completo, três eram evangélicas, duas católicas e uma batista, cujos filhos tinham entre oito e vinte e um anos de idade, eram três do sexo masculino e três do sexo feminino, todos primogênitos, dos quais três são filhos únicos. Com relação ao diagnóstico, 02 filhos tinham Síndrome de *Down*, 02 tinham Paralisia Cerebral, 01 Transtorno do Espectro Autista (TEA) e 01 deficiência intelectual. A coleta de dados foi realizada no formato remoto. Iniciou-se a coleta pela aplicação de um formulário contendo questões sobre o perfil do informante e do seu filho com deficiência, seguida pela realização da entrevista semiestruturada contendo perguntas relacionadas à rotina familiar e modificações que possam ter ocorrido neste período de distanciamento social devido à Pandemia por COVID-19. Estiveram presentes nas narrativas o estranhamento inicial diante da nova condição e o medo de que o isolamento e a restrição de acesso aos tratamentos pudessem promover perdas para as pessoas com deficiência, além do medo pelo risco de contaminação pelo vírus em questão. Outros fatores como conflitos familiares e rotina de sobrecarga para os principais cuidadores estiveram presentes nos relatos.

**Palavras-chave:** família e pandemia; deficiência e pandemia, coronavírus e deficiência; relações familiares; família e deficiência.

### INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019, surgem em Wuhan, China, casos de pneumonia com origem desconhecida. Identificou-se o causador da doença em janeiro de 2020, quando foi nomeado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como novo coronavírus, que causa a SARS-Cov-2 ou COVID-19. Neste mesmo mês, com a propagação do vírus em diversos países, a OMS declarou a pandemia como um problema de saúde pública de interesse internacional. O quadro clínico da COVID-19 é variado, acometendo diversas faixas etárias, sendo que as pessoas acometidas

podem ter de sintomas leves a quadros clínicos severos, principalmente os decorrentes da pneumonia grave (CHRISTOFFEL et al, 2020).

No mundo, em 14 de setembro de 2022, haviam sido contabilizados 607.083.820 casos confirmados de COVID-19, e 6.496.721 mortes. No Brasil, o número casos confirmados chegou a 34.533.957, e de mortes 684.898 (WHO, 2022). Dados da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (SESAB) em 14 de setembro de 2022, indicam 1.691.404 casos confirmados com 30.684 óbitos. Na tentativa de conter o avanço da pandemia, entre 2020 e 2021, o Ministério da Saúde indicou o distanciamento social.

Com o distanciamento social houve, além de restrições aos deslocamentos, fechamento de escolas e creches, impedimento de circulação em áreas de lazer como parques e praias, também se observou a modificação na rotina das crianças e de seus pais, o que pode ter gerado estresse e conflitos familiares. Tal contexto nos leva a refletir sobre como as famílias, em cujo seio há pessoas com deficiência, têm vivenciado esta época da pandemia. Questiona-se se, neste momento, estas pessoas experimentam a exclusão duplamente, visto que com frequência já vivenciam o isolamento e a invisibilidade política e social, levando-os a uma maior vulnerabilidade e ao sofrimento psíquico (BATAGLION, MAZO, 2020).

Para além das dificuldades já conhecidas das famílias das pessoas com deficiência, a pandemia trouxe outros desafios, que vão desde a necessidade de favorecer a adaptação às novas rotinas de cuidados com a saúde (lavagem mais frequente das mãos e o uso de máscaras) até os desdobramentos do distanciamento social. A depender do tipo de deficiência, os entraves podem ser diferentes, tais como: na comunicação, para as pessoas com deficiência auditiva, em razão do uso da máscara; na mudança da rotina, para as pessoas com transtornos do espectro autista; na aprendizagem, para as pessoas com deficiência visual, devido às aulas remotas; e dificuldades no entendimento de novas regras, para as pessoas com deficiência intelectual. Apesar de todas as barreiras físicas, atitudinais, tecnológicas e de comunicação que são vivenciadas por estas pessoas, não há políticas públicas que atendam às dificuldades desta população e de suas famílias (BARBOSA et al., 2020)

Atividades laborais em *home office* muitas vezes estão incluídas nas tarefas diárias dos pais e/ou cuidadores das pessoas com deficiência. Estes, precisam mediar os comportamentos, continuar estimulando o desenvolvimento da pessoa com deficiência, além de administrar as tarefas domésticas e as necessidades de outros

membros da família. Ademais, a instabilidade emocional decorrente de sentimentos, como medo, ansiedade e incerteza quanto ao que acontecerá com a saúde e renda familiar, leva a uma sobrecarga física e emocional (PARENTE, 2020).

Numa outra direção, a imposição ao distanciamento social trouxe à tona o uso das tecnologias quase que como a única forma de aproximação e interação, entretanto, segundo Barbosa *et al*, elas “infelizmente, excluem uma considerável parcela da sociedade, que são as pessoas com deficiência. [...] não promovem uma aproximação importante, que é a física, o cuidar, o afago, ou, até mesmo, aquele importante abraço”. (BARBOSA *et al*, 2020, p.93). Assim, o distanciamento social, no que tange à pessoa com deficiência, pode contribuir para perpetuação do estigma, e criar dificuldades para o seu enfrentamento.

Lidar com todas estas mudanças do dia-a-dia pode desencadear na família estresse e gerar conflitos nas relações, pois cada um de seus membros também precisa gerenciar as mudanças ocorridas na sua própria rotina. Portanto, é necessário que ouçamos as famílias em relação às dificuldades que ora têm vivenciado na administração dos novos hábitos, decorrentes da interrupção não somente das atividades sociais, mas também das escolares e das terapias de habilitação/reabilitação e apoio. Deste modo, esta investigação objetiva conhecer como as famílias de crianças, adolescentes e adultos jovens com deficiência têm se organizado em tempos de distanciamento decorrente da pandemia por COVID-19, frente aos desafios advindos da modificação da rotina dos seus membros, e justifica-se a partir do pressuposto de que ao conhecer o impacto da pandemia na rotina de famílias de pessoas com deficiência, pode-se contribuir para traçar estratégias de enfrentamento das questões advindas deste contexto.

## ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

O presente estudo é qualitativo de caráter exploratório, e foi realizado na cidade do Salvador, Bahia com a participação de seis mães de pessoas com deficiência com idade entre 33 a 59 anos, cinco tinham ensino superior completo, três eram evangélicas, duas católicas e uma batista, cujos filhos tinham entre oito e vinte e um anos de idade, eram três do sexo masculino e três do sexo feminino, todos primogênitos, dos quais três são filhos únicos. Com relação ao diagnóstico, 02 filhos tinham Síndrome de *Down*, 02 tinham Paralisia Cerebral, 01 Transtorno do Espectro Autista (TEA) e 01 deficiência intelectual. (Quadro 1)

**Quadro 1.** Caracterização dos informantes-chave e dos filhos com deficiência, Salvador, Bahia, 2021.

| NOME     | IDADE | GÊNERO | POSIÇÃO NA PROLE | FILHOS                                       | ESCOLARIDADE/PROFISSÃO/OCUPAÇÃO                                                  | RELIGIÃO   | TIPO DE DEFICIÊNCIA/DIAGNÓSTICO                                            |
|----------|-------|--------|------------------|----------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|------------|----------------------------------------------------------------------------|
| CECÍLIA  | 33    | F      | Primogênito      | 2 filhos:<br>Menino 8 anos<br>Menina 4 anos  | Superior Completo:<br>Psicóloga                                                  | Evangélica | Deficiência Física: Paralisia Cerebral                                     |
| ANDRÉ    | 08    | M      |                  |                                              | Fundamental Incompleto                                                           |            |                                                                            |
| BEATRIZ  | 59    | F      | Única            |                                              | Fundamental incompleto/aposentada                                                | Evangélica | Deficiência Intelectual                                                    |
| GABRIELA | 21    | F      |                  |                                              | 9º ano do ensino fundamental                                                     |            |                                                                            |
| ELIANA   | 40    | F      | Primogênita      | 2 Filhos:<br>Menina 10 anos<br>Menino 5 anos | Superior Completo:<br>Pedagogia                                                  | Católica   | Deficiência Física e intelectual:<br>Paralisia cerebral e Síndrome de West |
| HELENA   | 10    | F      |                  |                                              | 5 ano do Ensino Fundamental I                                                    |            |                                                                            |
| DANIELA  | 42    | F      | Primogênita      | 2 Filhas:<br>Menina 9 anos<br>Menina 2 anos  | Superior Completo:<br>Contadora e Confeiteira                                    | Evangélica | Deficiência Intelectual:<br>Síndrome de Down                               |
| FLÁVIA   | 09    | F      |                  |                                              | 4º ano do Ensino Fundamental                                                     |            |                                                                            |
| IARA     | 48    | F      | Único            |                                              | Superior Completo:<br>Economia + MBA                                             | Católica   | Deficiência Intelectual:<br>Síndrome de Down                               |
| MARIO    | 09    | M      |                  |                                              | 3º ano Ensino Fundamental                                                        |            |                                                                            |
| JULIA    | 49    | F      | Único            |                                              | Superior com Pós-Graduação/Bancária                                              | Batista    | Deficiência Intelectual: TEA severo                                        |
| LUCAS    | 17    | M      |                  |                                              | 7ª série (não alfabetizado)<br>Sala multidisciplinar escola pública<br>2x/semana |            |                                                                            |

O critério de inclusão foi ter idade igual ou superior a 18 anos e ter no seio da família a presença de uma pessoa com deficiência, que morasse no mesmo domicílio. Excluiu-se o familiar que morasse há menos de 1 ano no mesmo domicílio da Pessoa com Deficiência (PcD) ou o que não conseguisse realizar a entrevista por não se sentir à vontade em utilizar as tecnologias de informação ou por dificuldades cognitivas. A seleção dos informantes foi realizada a partir da rede social das pesquisadoras, bem como de profissionais da saúde e educação que tinham contato com estas famílias.

A participação dos informantes foi voluntária, celebrada pela assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, após os devidos esclarecimentos sobre a pesquisa. A coleta de dados foi realizada no formato remoto, utilizando-se de vídeo conferência através dos aplicativos *google meet* ou *zoom*, a depender da preferência do informante. Iniciou-se a coleta pela aplicação de um formulário contendo questões

sobre o perfil do informante e do seu filho com deficiência, seguida pela realização da entrevista semiestruturada contendo perguntas relacionadas à rotina familiar e modificações que possam ter ocorrido neste período de distanciamento social devido à Pandemia por COVID-19. Após a entrevista, os depoimentos foram transcritos *ipsisiliteris* e em seguida identificados por nomes fictícios. As experiências vivenciadas e narradas pelas entrevistadas foram posteriormente submetidas à análise de dados utilizando o Método de Interpretação de Sentidos (MINAYO, DESLANDES E GOMES, 2015).

Este estudo teve seu projeto submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica do Salvador, sendo aprovado com o CAAE 42434720.2.0000.5628

### **Mudanças e Permanências na Rotina Familiar**

A família com sua diversidade de configurações está presente em todas as sociedades conhecidas, nas diversas culturas e em todos os períodos históricos (SARTI, 2004). Nela, seus membros experienciam o amor parental, filial e fraternal, é onde aprende-se a viver e a conviver com a diferença. A presença de um membro com deficiência faz com que a família se organize de acordo com seus meios (recursos), e adapte-se às necessidades desta pessoa com os recursos de enfrentamento de que dispõe (LITO, 2012; SÁ, 2005; PETRINI, 2003).

Neste momento histórico, o distanciamento social decorrente da pandemia por COVID-19 causou muitas mudanças na rotina das pessoas e de suas famílias. Parente *et al*, 2020, referem que:

Os cenários de pandemia afetam diretamente a saúde mental dos indivíduos, sendo um dos efeitos colaterais do distanciamento social, podendo gerar nos indivíduos diversas emoções negativas e desencadear transtornos mentais, como medo de contrair o novo coronavírus, raiva, frustração, indignação, ansiedade e depressão. Além disso, os indivíduos vivenciam uma diminuição de emoções positivas, como felicidade e satisfação com a vida. Esses fatores ocorrem também devido ao contexto de incerteza diante das áreas da saúde, econômicas, financeiras, entre outras (PARENTE *et al*, 2020 p.4)

O fato de os membros das famílias modificarem sua rotina permanecendo maior tempo no domicílio, e a impossibilidade de realizar suas atividades na comunidade, tais como, trabalho, estudo e lazer, com frequência impacta as relações estabelecidas com seus familiares. O que pode ocasionar estresse e conflitos

parentais e/ou fraternos, com repercussões na qualidade das relações, que demandam a elaboração de alternativas de enfrentamento.

Além dos problemas de saúde física decorrentes do vírus causador da COVID-19, há transtornos psicológicos, decorrentes da medida recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), o distanciamento social. Sabe-se que é na rede social que se dá apoio social, emocional e financeiro, compartilhamento de valores, troca e regulação social; que se mostram importantes para a saúde física e emocional da pessoa. O apoio da rede social, quando esta é forte, favorece a autoestima, a interação com o outro e o empoderamento, além de auxiliar em momentos de crise, agindo em direção à sua superação (SLUZKI, 2003).

Ah... Antes da Pandemia era bem melhor! Passeávamos, íamos à igreja, Gabriela saía com as amigas, frequentava escola, academia e também participava dos ensaios do grupo de dança da igreja [...] Gabriela era bem mais alegre, ajudava mais nas tarefas de casa. O tempo era bem mais proveitoso. (Beatriz)

Por outro lado, as redes sociais das crianças, adolescentes e adultos jovens com deficiência são mais limitadas em relação às redes sociais das crianças, adolescentes e adultos jovens com desenvolvimento típico. Diversos são os fatores que causam essas limitações, entre eles, a dificuldade de acesso a determinados ambientes. Embora elas frequentem escolas, parques, shoppings, teatros, cinemas, ainda é no ambiente doméstico que elas passam a maior parte do seu tempo (MURAMOTO, 2008). Muramoto (2008) chamou de “Núcleo habitacional”, as relações que se desenvolvem no convívio familiar das pessoas com deficiência. Ainda segundo a autora, a rede social cujos vínculos são mais fortes é constituída, em geral, pela família destas.

Salienta-se que, é também no núcleo habitacional (enquanto espaço físico) que a criança, adolescente e adulto-jovem com deficiência desenvolvem e nutrem relacionamentos por meio da interação social em ambientes virtuais (MURAMOTO, 2008). Diante do atual momento que vivemos de distanciamento social, a interação virtual tem sido a única forma de relacionamento dessas pessoas, visto que as atividades sociais e educativas realizadas por elas e que fazem parte do seu cotidiano, como educação, terapias, Atendimento Educacional Especializado, dentre outros, foram suspensas ou modificadas para o modelo virtual. Vale destacar, que o acesso às plataformas virtuais não está disponível a todos, seja por questões financeiras, sociais e/ou cognitivas. (BARBOSA *et al*, 2020)



No nosso estudo observou-se que em apenas uma família houve a preocupação de não deixar a pessoa com deficiência sem o mesmo quantitativo de atividades de lazer, esporte e terapias anteriores ao distanciamento social. Conforme observado na narrativa de Iara que segue abaixo:

Ele não deixou de fazer as aulas dele ou o acompanhamento dele com a fisioterapeuta e com a psicopedagoga neste período de pandemia [...] a gente procurou o que a gente fazia fora de casa que eram atividades em praças, futebol, ele fazia capoeira, ele fazia natação, ele tocava berimbau, fazia percussão, tinha aula de percussão na escola, a gente trouxe tudo isso para dentro de casa, só não pudemos trazer a natação porque não cabia uma piscina aqui dentro dessa casa, se não a gente traria. [...] Então, o fato é que nós trouxemos a realidade da escola pra dentro de casa, a realidade das terapias pra dentro de casa e todas aquelas atividades que ele tinha extra para dentro de casa. (Iara)

Por outro lado, para as outras famílias, a necessidade do distanciamento social associado à permanência na maior parte do tempo de crianças e adultos no domicílio, sem acesso aos espaços de lazer e convivência e a quebra de vínculos decorrente desse isolamento, gerou com frequência nestas pessoas comportamentos inconstantes, angústia e medo que repercute em toda a família.

Confesso a você que é bem estressante. Tudo por conta... a gente sabe dos riscos e muito mais por conta dela. Eu abri mão de estar aqui em Salvador, para poder ir para o interior por conta dela [...] Oito meses eu fiquei longe da capital, daqui de casa, da minha rotina [...] eu consegui conciliar o trabalho online, mas me estressava ao mesmo (Eliana)  
[...] Agora ele se adequou direitinho a essa questão de ficar em casa trancado, mas o fato de ele não ter a rotina dele, de não ter uma coisa pra ele fazer, complicou muito. Come demais, come muito, toma muito banho. Mas fora isso, a gente tá conseguindo levar (Júlia)

A presença de uma pessoa com deficiência na família não é necessariamente um estressor. Outros fatores devem ser considerados, como a qualidade das relações familiares, a presença de uma família extensa, condições socioeconômicas, comunicação, rede de apoio e de cuidado, características individuais, estratégias de *coping* e características da deficiência. O tamanho da família tende a atenuar os efeitos da deficiência, por seus membros dividirem a carga de sentimentos e de responsabilidades. Por outro lado, quando há superproteção da pessoa com deficiência, isto contribui para o surgimento de dificuldades relacionais (GOLDSMID; FÉRES-CARNEIRO, 2007; SÁ, 2005)

Estamos os quatro em casa nessa rotina de cuidar das meninas, de cuidar da casa, a gente não está mais recebendo ninguém, desde que começou a pandemia em março, nem a faxineira a gente tem recebido. Nós somos os quatro cuidando de nós, da casa, quer dizer, nós adultos cuidando da casa e inserindo as meninas nessa rotina de autocuidados (Daniela)

Mudou sim, minha mãe levava Lucas para as terapias. Tô achando que minha mãe envelheceu na pandemia. Minha mãe sempre foi muito ativa, dirigia com Lucas pra cima e pra baixo, pra lá e pra cá, [...] e de repente ela se viu sem fazer nada, totalmente dependente de mim, né? E aí eu achei que ela envelheceu. Envelheceu fisicamente. Acho que ela não aguenta mais Lucas. Ela fala: “Lucas não me obedece mais” (Julia)

Cada família é única e o desafio delas é conseguir, dentro das suas especificidades, estabelecer uma rotina possível e saudável para que os seus membros possam conviver sem grandes conflitos. No contexto da pandemia, o estresse associado a drástica mudança na rotina familiar representa uma tensão a mais (BARBOSA *et al*, 2020). Dentre as múltiplas tarefas que fazem parte da rotina familiar o cuidar da pessoa com deficiência, em geral, é partilhado com escola, terapias e outros espaços sociais, como por exemplo, a igreja.

Para Hirata e Guimarães (2012), o cuidar tem raízes na família, e é nela que o cuidar torna-se invisível ou reconhecido. O cuidado domiciliar é conferido tradicionalmente às mulheres, delas espera-se o cuidado com os idosos, as crianças, os doentes e as pessoas com deficiência. O cuidar para essas autoras, é ao mesmo tempo, técnico e emocional, pois ao exercer o cuidar é necessário não somente ter o esforço cognitivo como também gerir nossas próprias emoções e a do outro. No nosso estudo observou-se que o cuidar na época da pandemia, embora em algumas famílias estivesse compartilhado com outros membros, este era direcionado às mulheres/mães.

Eu abri mão de estar aqui em Salvador, para poder ir para o interior por conta dela [...] Oito meses eu fiquei longe da capital, daqui de casa, da minha rotina[...]. Então assim, sempre primeiro meus filhos, depois vem a mulher, vem a esposa, depois vem Eliana como a mulher, né? Vem se galgando porque eu até preciso mudar isso e pensar um pouco em mim, que é algo que eu aprendi também na pandemia (Eliana)

[...] eu fiquei lá com as duas crianças sem secretária, dando conta de trabalho e das crianças. Mesmo assim foi um estresse, engordei 12 quilos neste período, tive um pico de estresse altíssimo a ponto de desmaiar e convulsionar, com medo de algo chegar até ela, até quando meu esposo voltava eu tinha receio de trazer alguma coisa, de ser né um portador do vírus, mas graças a Deus até então não.

A integralidade do cuidar exige que este seja concedido priorizando a interação, a confiança, o respeito e a dignidade do ser humano, portanto, deve ser dissociado do gênero, e compartilhado com todos os membros da família. Para Boff (1999), a essência humana está basicamente no cuidado, portanto, quando não exercitamos o cuidar, perdemos a conexão com nossa essência, vivenciamos o descuido e o descaso. O cuidar para este autor, é uma atitude que exige ocupação, preocupação,

responsabilização e envolvimento afetivo com o outro, através dele vemos as pessoas como sujeitos e não como objetos do cuidar. Há inter-ação e con-vivência.

Todo ser humano desde o nascimento até a sua morte depende do outro, e, para que possa existir, é necessário que seja cuidado, sendo esta, para Boff (1997), uma relação de complementaridade. Quando há na família uma pessoa com deficiência esse cuidar se torna mais necessário e intenso, e, no momento da pandemia, foi adicionada a essa rotina o “cuidar terapêutico”, visto que as famílias precisaram se adequar ao distanciamento social e continuar com a estimulação do desenvolvimento de seus entes com deficiência.

Digamos assim, a gente tem um trabalho a mais, porque assim, o trabalho que o fisioterapeuta fazia, então, a gente acaba tendo que fazer, né? [...] A gente tenta fazer do nosso jeito. A gente sabe que não é igual, mas, mas a gente vai tentando...[...] A gente tenta fazer, mas acaba não sendo exatamente, o receio de como fazer, né? [...] o trabalho acaba aumentando porque aí a gente tem que conciliar os afazeres de dentro de casa com o afazer dele, digamos de acordar, e de cuidar, e dar comida, né? [...], porque antigamente era: você fez, arrumou as coisas dentro de casa saiu, e lá a gente sabe que o atendimento está sendo todo lá feito da maneira correta, então acaba a responsabilidade para a gente agora de como fazer, de como exercitar as coisas com ele, né? (Cecilia)

Essa adição no cuidar apresentou-se como um fator estressante em algumas famílias que, observaram nos seus familiares uma regressão cognitiva e/ou motora, e não se sentiram capacitadas em prover o cuidar que era realizado pelo profissional de habilitação/reabilitação.

Mexeu muito com as crianças especiais, muito... a rotina totalmente alterada, eu vejo que minha filha está meio que definhando, por falta de estímulo, e algo que eu me culpo, mas eu não sou a fisioterapeuta, eu tenho medo de puxar até um pouco a mais e fazer alguma coisa, então é algo que eu me cobrava muito, eu queria ser fisioterapeuta, a fono eu queria ser tudo, e olha sabe de uma coisa, eu vou ser a mãe, eu vou ser a mãe e pronto! É isso que ela está precisando, e eu também preciso ser a mãe dela (Eliana)  
A rotina ficou complicada, mas eu consegui fazer os exercícios com ele, só que eu não sou pedagoga, né? (Julia)

Observou-se também que em algumas famílias as mães se colocaram mais abertas à realização de atividades de habilitação/reabilitação com seus filhos.

Então eu terminei sendo uma extensão do braço da escola, uma extensão dos braços das terapeutas porque por mais que você tenha eficiência das terapias, *online* é um processo muito diferente, né? Então você desconstrói e constrói tudo de novo. Então eu passei a ser um dos braços das terapeutas, da escola, além de ter ficado com todas as atividades da casa, porque a gente liberou também a diarista que nós tínhamos, até pelo risco de trazer algum tipo de contágio pra gente e pra ele, porque Lucas faz parte do grupo de risco, então eu terminei assumindo tudo isso, né? (Iara)

Os desafios impostos pelo isolamento social demandaram das famílias a elaboração de estratégias de enfrentamento de acordo com suas especificidades sociais, econômicas e laborais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No contexto da Pandemia COVID 19 o mundo enfrentou diversos desafios, dentre elas a necessidade de reinventar as dinâmicas familiares durante os meses de confinamento impostos pelas restrições de circulação das pessoas nos espaços públicos. Neste estudo foi constatado que no âmbito das famílias com pessoas com deficiência encontrou-se tanto configurações que perceberam benefícios na nova dinâmica em função da possibilidade de poder estar mais perto da família, e outras que se sentiram sobrecarregadas pela falta do apoio de outros encontrado em outros espaços de convívio como escola, terapias.

Estiveram presentes nas narrativas o estranhamento inicial diante da nova condição e o medo de que o isolamento e a restrição de acesso aos tratamentos pudessem promover perdas para as pessoas com deficiência, além do medo pelo risco de contaminação pelo vírus em questão. Outros fatores como conflitos familiares e rotina de sobrecarga para os principais cuidadores estiveram presentes nos relatos.

Vale ressaltar que a partir do conhecimento produzido pela pesquisa, poderão ser realizadas ações que auxiliem as famílias a traçar estratégias de enfrentamento, diminuindo o estresse e consequentemente contribuindo no gerenciamento dos conflitos, quando estes ocorrem.

## **REFERÊNCIAS**

- BARBOSA, A. M. et al. Os impactos da pandemia covid-19 na vida das pessoas com transtorno do espectro autista. Revista da SJRJ, Rio de Janeiro, v. 24, n. 48, mar./jun. 2020, p. 91-105. ISSN: 2177-8337
- BATAGLION, A.; MAZO, J. Z. Movimento paraolímpico brasileiro nos ensejos da pandemia de COVID-19: isolamento social e representações sociais na mídia digital. Revista Thema, edição especial, vol. 18, 2030 p.70-91. DOI: <http://dx.doi.org/10.15536/> ISSN: 2177-2894 (online)
- Boff, L. Saber Cuidar Ética do humano - compaixão pela terra EDITORA VOZES Petrópolis, Rio de Janeiro, 1999. Pág. 199. Internet: <http://www.vozes.com.br> Brasil
- BOFF, L. A águia e a galinha: uma metáfora da condição humana. Petrópolis: Vozes, 1997. 206p.

BRASIL (2020), Boletim epidemiológico Coronavirus. <https://covid.saude.gov.br/> Coronavirus Brasil

BRASIL (2020) Boletim Epidemiológico Coronavirus  
<https://news.google.com/covid19/map?hl=pt-BR&gl=BR&ceid=BR%3Apt-419>

CHRISTOFFEL M.M., et al. Children's (in)visibility in social vulnerability and the impact of the novel coronavirus (COVID-19). *Rev Bras Enferm.* 2020;73(Suppl 2):e20200302. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0302>

GOLDSMID, R.; FÉRES-CARNEIRO, T. A função fraterna e as vicissitudes de ter e ser um irmão. **Psicologia em revista**, Belo Horizonte, v. 13 n. 2, p. 293-308, dez. 2007.

LITO, A. M. F. M. (2012) Família(s), fratria(s) e droga(s): A perspectiva do próprio e do seu irmão(ã). Estudo comparativo de trajetória de vida. Tese de Doutorado, Lisboa, Faculdade de Psicologia. Universidade de Lisboa.

MARAMOTO, M. T. **A sustentabilidade da vida cotidiana: um estudo das redes sociais de usuários de serviço de saúde mental no município de Santo André**. Dissertação de Mestrado em Ciências – Área de Concentração: movimento, postura e ação humana. Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, 2008

MINAYO, M. C. S. (org.); DESLANDES, S. F.; GOMES, R. Pesquisa social: Teoria, método e criatividade. Petropolis, RJ: Ed. Vozes, 2015. 108p.

PARENTE, B. A. V. et al. Saúde mental de crianças e seus cuidadores diante da pandemia da COVID-19 Um relato de experiência a partir de vivências de uma equipe de residência multiprofissional em um CER II. **Health Residencies Journal** v. 1n.5, 2020

PETRINI, J.C. (2003) Notas para uma nova antropologia da família In: PETRINI, J.C.; MOREIRA, L.V.C.; ALCÂNTARA, M A.R. Família XXI: entre pós-modernidade e cristianismo São Paulo: Companhia Ilimitada.

SÁ, S. M. P.; **No dia a dia a luta**: a família da criança com deficiência física (2005). Dissertação de Mestrado, Salvador, Pós graduação em Família na Sociedade Contemporânea, Universidade Católica do Salvador.

SARTI, C. A. (2004) "A família como ordem simbólica". *Psicologia USP*, 15(3) pp.11- 28.

SESAB (2020) Boletim epidemiológico Coronavirus Nº 189 - 29/09/2020  
[http://www.saude.ba.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/BOLETIM\\_ELETRONICO\\_BAHIAN\\_189\\_\\_29092020.pdf](http://www.saude.ba.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/BOLETIM_ELETRONICO_BAHIAN_189__29092020.pdf)

SLUZKI, C. E. **A rede social na prática sistêmica**. São Paulo, Casa do psicólogo, 2003 145p.

## O PROFESSOR E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: Notas sobre as condições de trabalho docente na rede pública de ensino

Karla Cilene Santos Sousa <sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo é fruto de discussões da disciplina “Educação, Narrativas e Saúde”, do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). O objetivo geral é discutir sobre as condições de trabalho docente de professores que atuam na Educação Inclusiva na rede pública de ensino. Os objetivos específicos consistem em: conhecer como se constituiu a educação inclusiva no Brasil, apresentar dados estatísticos da situação contemporânea educacional de pessoas com deficiência e verificar as condições de trabalho docente. Para melhor organização do trabalho, o dividimos em três seções, de acordo com os objetivos específicos traçados, que foram: Marcos históricos e legais sobre a Educação Inclusiva; Cenário brasileiro: educação inclusiva e formação do docente e Saúde do professor: as narrativas como experiências e expressão das condições de trabalho docente. A discussão teórico-metodológica escolhida para a construção foi a pesquisa bibliográfica. Foram pesquisados artigos, livros e revistas periódicas, anais, congressos, na língua portuguesa, no Brasil, em período não determinado, que abordassem sobre a temática. Alguns textos que foram discutidos durante as aulas da disciplina também foram selecionadas para compor e enriquecer a discussão teórica. Todavia, no momento da pesquisa e triagem dos artigos para a construção do presente artigo, foi verificada a ausência de trabalhos que abordassem as condições de trabalho docente de maneira mais abrangente dos professores de educação inclusiva. Para isso, é preciso desenvolver pesquisas que abordem essas condições de trabalho, para prevenir o adoecimento do professor.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva. Condições de trabalho docente. Narrativas.

### 1. INTRODUÇÃO

O sistema brasileiro de educação vem tomando novos rumos, a partir do momento que é levada em consideração a diversidade de indivíduos que constituem o corpo discente no contexto das instituições de ensino regulares. É possível percebermos essa reformulação a partir do momento em que são discutidas e formuladas políticas públicas e leis que possam assegurar, além da inserção da criança com algum tipo de necessidade educativa especial, a formação do docente para esta prática, sendo necessário repensar e reelaborar as formas convencionais do processo de ensino-aprendizagem no contexto escolar.

---

<sup>1</sup> Bacharelado em Psicologia, Licenciada em Pedagogia e Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional, SESI, kcilene.psicologia@gmail.com.

Pensando sobre as políticas públicas, podemos explicitar algumas leis que explanam sobre a temática, iniciando com a Declaração Universal dos Direitos Humanos criada em 1948 assegurando que "todo ser humano tem capacidade para gozar dos direitos", perpassa pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), Declaração de Salamanca (1994), Política Nacional de Educação Especial (2010), Lei Brasileira de Inclusão (2015), entre outros que serão citados no decorrer desta presente pesquisa.

A vivência em sala de aula traz consigo desafios que permeiam a atuação do professor nessa conjuntura. Por tratar-se de algo dinâmico e imprevisível, o docente é convocado a repensar a sua prática diariamente e evocar habilidades para a oferta do ensino, possibilitando um processo de aprendizagem significativa.

O presente estudo nasce a partir de discussões teóricas da disciplina "Educação, Narrativas e Saúde", do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Tendo como objetivo geral discutir sobre as condições de trabalho docente de professores que atuam na Educação Inclusiva na rede pública de ensino. Os objetivos específicos estão pautados em: conhecer como se constituiu a educação inclusiva no Brasil, apresentar dados estatísticos da situação contemporânea educacional de pessoas com deficiência na rede pública de ensino e verificar as condições de trabalho docente.

Para melhor compreensão e discussão da temática, a pesquisa foi dividida em três seções: A primeira seção trata-se dos marcos legais e históricos da Educação Inclusiva no Brasil, demarcando encontros, convenções e políticas públicas criadas pelo Estado a fim de assegurar o direito de educação para todos; a segunda seção diz respeito ao cenário brasileiro atual, apresentando dados estatísticos de alunos com deficiência matriculados nas instituições de ensino e discute sobre a formação do professor para essa prática; a terceira e última seção relata sobre as condições de trabalho docente nesse contexto e pesquisa (auto) biográfica como uma possibilidade de expressão dos professores.

Foi escolhida a vertente qualitativa, utilizando-se da pesquisa bibliográfica, dessa forma foi possível compreender sistematicamente os fenômenos que circundam o problema. A pesquisa bibliográfica contribuiu para obter informações atuais sobre o tema ou problema pesquisado, conhecer publicações já existentes e os aspectos que foram abordados e verificar as opiniões a respeito do que foi proposto

a pesquisar (SILVA e MENEZES, 2005). A partir dessa contribuição, foram investigados artigos, livros e revistas periódicas, anais, congressos, na língua portuguesa, no Brasil, em período não determinado, que abordassem sobre o tema.

## **2. DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS**

### **Marcos históricos e legais sobre a Educação Inclusiva**

Historicamente a escola é caracterizada pela visão da educação que se restringe como privilégio de um grupo. Esta exclusão foi sendo fomentada nas políticas e práticas educacionais formuladas pela ordem social. A partir do processo de democratização da escola, é evidenciada a temática da inclusão/exclusão quando os sistemas de ensino universalizam o acesso (BRASIL, 2010, p.11).

Desta forma, cabe-se refletir sobre as dificuldades que são enfrentadas nos sistemas de ensino e confrontar as práticas discriminatórias para criar alternativas para superá-las. É neste cenário que a educação inclusiva assume espaço central no debate e o papel da escola na superação da lógica da exclusão (BRASIL, 2010, p.10).

Tendo como pressuposto construir práticas para uma sociedade igualitária, por um mundo em que todos os seres humanos gozem de liberdade de expressão e de viverem a salvo do temor e da necessidade, originou-se a elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos (FACION ET AL, 2009, p. 55). Esta declaração foi criada em 10 de dezembro de 1948 e após a sua proclamação foi solicitado que publicassem o texto principalmente nas escolas e em outras institucionais educacionais. No artigo II, inciso 1, explicita que:

Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. (ONU, 1948, p.5)

Segundo Fación et all (2010, p. 55), esse documento representou um grande marco na história dos direitos e das garantias individuais e coletivas dos seres humanos no mundo. Como continuidade de legislações e marcos que fidelizassem os direitos humanos, no contexto brasileiro, em 1988 foi criada a Constituição da República Federativa do Brasil.



De forma mais direcionada para o contexto educacional, o artigo 205 anuncia a educação como um direito de todos, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No artigo 206, inciso I, estabelece que o ensino seja ministrado com base na “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, e ainda, no artigo 208, inciso III, a oferta do atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988, p. 2).

Diante das leis apresentadas para assegurar o direito à educação para todos, persistiram situações que dificultaram os avanços da educação básica em muitos países menos desenvolvidos. Em consequência disto, foi realizado em 1990, uma Conferência Mundial sobre Educação para todos em Jomtien, na Tailândia.

O fruto deste encontro foi a criação da Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, onde foram citadas medidas que garantissem o acesso à educação das pessoas “portadoras de deficiência”. O artigo 3 denominado "Universalizar o acesso à educação e promover equidade", no inciso 5 explicita que "é preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo" (DECLARAÇÃO, 1990, p.4).

Ainda em 1990, é publicado o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA que ratifica no capítulo IV os direitos garantidos na Constituição, principalmente referente ao atendimento educacional especializado na rede pública.

Em 1994, dirigentes representando 88 governos e 25 organizações internacionais, em assembleia em Salamanca, na Espanha, reuniram-se para “reafirmar o compromisso com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência de abordar a educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino” (BRASIL, 1994, p.01). Na Declaração, foram citadas diretrizes básicas para o sistema educacional de inclusão social, por isso, se tornou um dos mais relevantes documentos para a Educação Especial.

Ainda em 1994, é publicada a Política Nacional de Educação Especial que condiciona às classes comuns do ensino regular àqueles que "(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais". Ao reafirmar os pressupostos

construídos a partir de padrões homogêneos de participação e aprendizagem, as orientações desta Política não fomentam uma reformulação das práticas educacionais levando em consideração os diferentes potenciais de aprendizagem no ensino comum (BRASIL, 2010, p.19).

Em 1996, é publicada a Lei Brasileira de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que definiu no capítulo V, artigo 58, inciso 1º, a educação especial como "a modalidade escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação". No que tange a formação dos professores, a referida lei no artigo 59, inciso III, explica que: "professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular serão capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns", ou seja, a presente lei assegura a formação dos professores para educação especial (BRASIL, 1996, p. 28).

Em maio de 1999 ocorre a Convenção da Guatemala que tem como objetivo "eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e propiciar a sua plena integração à sociedade" (BRASIL, 1999, p.3), apresenta um destaque na definição de medidas contra as diferentes formas de discriminação às pessoas com deficiência.

Em 2001, o Ministério de Educação publicou as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica com a finalidade de oferecer ao Brasil e aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais "um caminho e os meios legais necessários para a superação do grave problema educacional, social e humano que nos envolve" (BRASIL, 2001, p. 61).

Em 2009, a Resolução Nº 4 menciona que:

[...] os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos (p.01).

O AEE tem como "função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem".

Ainda seguindo as leis, surge o decreto de nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, e é promulgada a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. O propósito da Convenção é "promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente" (BRASIL, 2009, p. 02). É importante ressaltar que este documento define quem são as pessoas com deficiência:

[...] são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

Em 2015 é lançada a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, conhecida também como Estatuto da Pessoa com Deficiência. "destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania" (BRASIL, 2015, p.01). O estatuto é dividido em capítulos e cada sessão aborda sobre direitos.

Referente ao cenário da educação inclusiva no estado da Bahia, em 2017, foram lançadas as Diretrizes da Educação Inclusiva do Estado da Bahia, que tem como objetivo:

[...] com intenção de nortear e balizar ações para uma práxis pedagógica sensível e humanizadora, capaz de promover experiências significativas na construção de saberes por todos os sujeitos, independentemente das suas diferenças culturais, sociais, de gênero, de formas de aprendizagem etc. (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA, 2017, p.11)

É substancial abordamos a diferença entre a educação especial e educação inclusiva. A educação especial "se organizou como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levam à criação de instituições especializadas" (BRASIL, 2010, p. 01), já a educação inclusiva "é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa dos direitos dos estudantes estarem juntos e aprendendo, sem nenhum tipo de discriminação" (BRASIL, 2010, p. 01). Contemporaneamente é pensada a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, possibilitando espaços em que a pessoa com NEE esteja com e entre outras pessoas que não possuam nenhum tipo de deficiência, dividindo um mesmo espaço de ensino-aprendizagem.

Perante o exposto, é insuficiente a reformulação de um sistema educacional que está pautado nas leis e diretrizes e não se pensar nos profissionais que estão envolvidos no mesmo. Para fortalecer este argumento, Cunha (2015, p. 101) afirma que é impossível pensar em inclusão escolar, sem pensar sobre o papel do professor. É necessário que este profissional seja provido de competências para lidar com crianças com deficiência.

### **Cenário brasileiro: educação inclusiva e formação do docente.**

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010, p. 73), aproximadamente 46 milhões de pessoas declararam ter pelo menos uma das deficiências investigadas, que foram: visual, auditiva, motora, mental ou intelectual, correspondendo a 23,9% da população brasileira. A região Nordeste concentra os municípios com os maiores percentuais da população com pelo menos uma das deficiências. No estado da Bahia, existem cerca de 3 milhões de habitantes em condição de deficiência.

No processo de escolarização, de acordo com Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2017, p.4), 57,8% das escolas brasileiras tem alunos com deficiência. A região Nordeste apresentou a menor taxa de todas as regiões, com apenas 69,7% das pessoas alfabetizadas e para cada criança com deficiência de 6 a 14 anos estudando em rede particular, havia seis matriculadas em escola da rede pública de ensino (IBGE, 2010, p. 80).

Mediante este crescente número de pessoas com deficiência na contemporaneidade, pensar nas escolas que irão recebê-las é pôr em prática a educação inclusiva. Por isso, torna-se pertinente abordar sobre a capacitação de professores, considerando o aumento de matrículas de pessoas com deficiência na rede pública de ensino. Kasper, Loch e Pereira (2008, p.241) apontam que nos anos de 2003 a 2005 houve uma expansão das matrículas, onde já concentravam 57,7% dos alunos. Em contrapartida, por mais que seja percebido este aumento de alunos em situação de inclusão, nas escolas públicas brasileiras, existem muitas pessoas que não frequentam regularmente, devido à falta de condições para a sua permanência.

Desse modo, podemos exemplificar a existência de entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limitam ou impeçam a socialização da pessoa, sendo

classificadas em: barreiras urbanísticas, existentes em locais públicos e privados aberto ao público em geral; barreiras arquitetônicas, que estão nos espaços públicos e privados; barreiras nos transportes; barreiras nas comunicações, na informação e tecnológico, sendo qualquer comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão e recebimento de mensagens nos meios comunicacionais e tecnológicos e barreiras atitudinais, que são atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação da pessoa com deficiência em qualquer lugar que esteja inserida (BRASIL, 2015, p.7).

Contudo, pensar na escola é também pensar no professor que irá mediar o processo de ensino-aprendizagem das pessoas nessa condição. Por isso, a vivência em sala de aula pode trazer consigo desafios que permeiam essa atuação docente. Por tratar-se de algo dinâmico e imprevisível, o professor é convocado a repensar a sua prática diariamente e evocar habilidades para a oferta do ensino, a fim de possibilitar um processo de aprendizagem significativo para o corpo discente.

Junior (2012, p. 150) explana que a heterogeneidade das turmas em termos de raça, cultura, condições de vida, interesse e ritmos de aprendizagem, tem tornado o ato de lecionar uma tarefa não muito fácil. Por conseguinte, o autor acrescenta que a carreira docente é um desafio, considerando essas exigências acrescentadas ao trabalho do professor.

### **Saúde do professor: as narrativas como experiências e expressão das condições de trabalho docente**

A atenção para a saúde do professor tem crescido significativamente, principalmente por parte das políticas públicas de educação, devido ao alto número de ausências ao trabalho e afastamentos médicos. Para melhor compreender esse fenômeno, tem-se estudado a possível relação entre as condições de trabalho e o bem-estar dos docentes (GONÇALVES e OLIVEIRA, 2016, p. 89).

Quando evocamos uma discussão sobre condições de trabalho de professores que atuam com alunos com deficiências e necessidades educativas especiais, podemos mencionar especificidades dessas práxis docentes. Silva (2007, p.141) aponta que entre os docentes existe um mito de que o aluno com deficiência demanda técnicas e métodos para aprender, devendo ser construído um currículo especial ou artefato específico para todo tipo de adaptação.

Para além dessas preocupações de como atuar com alunos de inclusão, os docentes apresentam queixas frequentes em relação ao trabalho que tem acarretado nas suas condições de saúde. Naujorks (2002, p. 01) declara que:

[...] a quase inexistência de projetos de formação continuada que os capacite para enfrentar esta “nova” demanda educacional; elevado número de alunos por turmas; infra-estrutura física inadequada; a falta de trabalhos pedagógicos em equipe; o desinteresse da família em acompanhar a trajetória escolar de seus filhos; a indisciplina cada vez maior; a desvalorização profissional, entre outras, revelam que, forçosamente, em seu cotidiano de trabalho, acabam tendo que lidar com situações que fogem de seu controle e preparo. Nesta perspectiva, os desafios são inúmeros e, como referimos, podem estar sendo fonte geradora de stress em muitos professores.”

O (a) docente que tem como responsabilidade gerir uma sala de aula regular, com alunos com e sem deficiência e necessidades educativas especiais, enfrenta diariamente desafios que remetem a sua prática pedagógica e no lidar com questões comportamentais desse estudante. Para isso, o professor necessita de uma rede de apoio, escola e família, para que possa executar de maneira significativa a prática do ensino.

As condições de sobrecarga e as múltiplas expectativas não alcançadas na educação, ou seja, no ofício da docência em contato com as condições desfavoráveis da escola, podem causar desconforto e sofrimento neste indivíduo (ARAÚJO e CARVALHO, 2009, 95). Para a CNTE (2012, p. 518), que o combate aos sofrimentos psíquicos dos educadores, estão ligados a investimentos nas escolas, para propiciar melhores condições de trabalhos, tendo por consequência melhores condições de aprendizagem para os estudantes. Menciona a importância de promover a participação dos docentes nos processos de decisões da escola, como da gestão e do projeto político pedagógico do contexto onde estão inseridos.

Dejours (1999) escreve sobre algumas possíveis causas de adoecimento no trabalho, que são: medo da incompetência, pressão externa e desesperança. O medo da incompetência é temer não satisfazer as imposições da organização, a “angústia” de não estar à altura ao que é requisitado e não saber enfrentar as situações incomuns. A pressão externa é o saber o que deve fazer, mas é impedido por questões ambientes e estruturais. Já a desesperança, implica muito mais na subjetividade do sujeito, pois não há o reconhecimento do seu trabalho e para Dejours isto implica no processo de construção da identidade do sujeito. Quando essas insatisfações e

frustrações reverberam no aspecto físico, podemos nos deparar com professores adoecidos.

Para além do adoecimento psíquico, que se enquadra como um dos três grupos de doenças relacionadas ao trabalho, Araújo e Carvalho (2009, p. 438) explica que existem também os problemas osteomusculares e vocais.

Ao buscar pesquisas que relatam sobre o tema que está sendo explanado neste artigo, percebemos que existe uma carência bibliográfica que trate das condições de trabalho docente de professores atuantes na educação inclusiva, na rede pública de ensino, na cidade de Salvador, Bahia – Brasil, de um ponto de vista mais abrangente. O que encontramos foram inúmeras pesquisas voltadas para as condições de saúde de professores que atuam com alunos sem deficiência e outras que retratam de contextos e instituições específicas em todo o Brasil. Alguns trabalhos serão descritas a seguir: Silva (2009) relata sobre “As condições de trabalho e saúde de professores de alunos com ou sem necessidades especiais, no município de Bauru-SP”; Sant’Ana (2005) com o título “Educação Inclusiva: concepções de professores e diretores” em um município de nome não informado em São Paulo; Smeha e Ferreira (2008) onde pesquisaram em Santa Maria – RS sobre “Prazer e sofrimento docente nos processos de inclusão escolar”; Silva (2011) com o trabalho sobre “Dificuldades enfrentadas pelos professores na educação inclusiva”.

Embora estejamos abordando sobre a atuação do docente com alunos com deficiência e/ou necessidades educativas especiais, o objeto do trabalho do professor são seres humanos individualizados e socializados ao mesmo tempo, estabelecendo, portanto, relações humanas. Em suma, o trabalho docente é de cunho afetivo, emocional, baseando-se em emoções, afetos, na capacidade de pensar nos alunos e perceber seus sentimentos, emoções, temores e alegrias (TARDIF, 2006, p. 255).

Como uma possibilidade de estabelecer um diálogo e conhecer as condições de trabalho docente no que diz respeito à educação inclusiva, destacamos neste artigo a relevância da utilização da pesquisa auto (biográfica) e entrevistas narrativas, a fim de propiciar um espaço para que os participantes possam expressar-se. Abrahão (2004, p. 202), discorre a pesquisa (auto) biográfica “é uma forma de história autorreferente, portanto plena de significado, em que o sujeito se desvela, para si, e se revela para os demais”.

Através da mediação da pesquisa com as narrativas de vida, evidencia a exigência metodológica de pensar as dimensões existenciais da identidade como uma

abordagem multirreferencial, que integra as várias modalidades do pensamento humano, assim como as várias dimensões de nosso ser no mundo (JOSSO, 2017, p. 416). Ainda em conformidade com a autora supracitada, Junior (2012, p. 90), afirma que o professor também assimila informações, pensa, chora, tem dor e prazer, tem história que enriquecerá e singularizará seus saberes. Por isso, é de fundamental importância perceber o professor enquanto pessoa.

### 3. CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história podemos perceber a atenção de políticas públicas de educação para a inclusão de pessoas com deficiência no contexto educacional. Foram realizados encontros, convenções que repercutiram em construção de leis, artigos, decretos que asseguram a educação para todos, sem distinção.

Todavia, apenas criar as leis e não preparar o corpo docente para a inserção de alunos ditos “atípicos” e que demandam de outras alternativas para o ensino, tem levado aos professores a se queixarem e solicitarem formação para lidar com essa “nova” prática, tendo em vista, que anteriormente os alunos com deficiência ficavam apenas em escolas especiais.

Com as novas configurações de trabalho e exigências de reformulações no processo de ensino-aprendizagem, sem que haja preparação, apoio escolar, infraestrutura, ou seja, melhores condições de trabalho, os docentes têm adoecido psíquica e fisicamente.

Nesta perspectiva, há uma necessidade de conhecer e pesquisar de forma mais abrangente quais as condições de trabalho dos professores da educação inclusiva. Indubitavelmente, é necessário acionar as secretarias de educação para que conheçam e adotem medidas pertinentes considerando a saúde mental e física dos docentes.

### REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, M. H. M. B (Org.). **A aventura (auto)biográfica – teoria & empiria**. 1. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. 599 p.



ARAÚJO, T. M; CARVALHO, F. M. **Condições de trabalho docente e saúde na Bahia: Estudos Epidemiológicos.** Educação e Sociedade. Campinas, vol 30, n. 107, p. 427-449, maio/ago. 2009.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

\_\_\_\_\_. **Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo.** 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)>. Acesso em 27 out.2017.

\_\_\_\_\_. IBGE. **Censo Demográfico**, Rio de Janeiro, p.1-215, 2010. Disponível em:<[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd\\_2010\\_religioao\\_deficiencia.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religioao_deficiencia.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. INEP. **Censo escolar da educação básica 2016:** Notas estatísticas, Brasília, p.1-28, 2017. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/censo\\_escolar/notas\\_estatisticas/2017/notas\\_estatisticas\\_censo\\_escolar\\_da\\_educacao\\_basica\\_2016.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf)>. Acesso em 20 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.** 2015. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>. Acesso em: 17 ago. 2018.

\_\_\_\_\_.Ministério de Educação. **Declaração de Salamanca:** sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em 11 mai.2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica.** 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em 27 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério de Educação e Cultura. LDB - **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf)>. Acesso em 20 ago. 2018

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, 2010, 73p. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6726-marcos-politicos-legais&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6726-marcos-politicos-legais&Itemid=30192)>. Acesso em 17 ago.2018.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.** 1999. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm)>. Acesso em 27 out.2017.

CNTE. Condições de trabalho e saúde dos profissionais da educação. **Retratos da escola/**Revista da Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (Esforce), Brasília, CNTE, v.6, n. 11, p. 379-390, jul./dez.2012.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e Inclusão:** psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. 6. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2015.

Declaração Mundial sobre Educação para Todos. **Conferência de Jomtien**. 1990. Disponível em: <[https://www.unicef.org/brazil/pt/resources\\_10230.htm](https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm)>. Acesso em 27 out. 2017.

DEJOURS, C. (1999). **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: Editora FGV.

FÁCION, J.R (org). Políticas Inclusivas e possíveis implicações no ambiente escolar. In:\_\_\_\_\_. **Inclusão escolar e suas implicações**. 2.ed, Curitiba, Ibpex, 2009, p.55-75.

GONÇALVES, G.B; OLIVEIRA, D.A. **Saúde vocal e condições de trabalho na percepção dos docentes de educação básica**. Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 25, n. 46, p. 89-104, maio/ago. 2016.

JOSSO, M.C. **A transformação de si a partir da narração de histórias de vida**. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 413-438, set./dez. 2007. Disponível em: <[https://wp.ufpel.edu.br/gepiem/files/2008/09/a\\_tranfor2.pdf](https://wp.ufpel.edu.br/gepiem/files/2008/09/a_tranfor2.pdf)>. Acesso em 22 nov. 2018.

JUNIOR, A. S. L. De como “ser professor: uma impressão da subjetividade. In: Arnaud Soares de Lima Junior. (Org.). **Educação e Contemporaneidade: contextos e singularidades**. 01 ed. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 82-99.

KASPER, A.A; LOCH, M.V.P; PEREIRA, V.L.D.V. **Alunos com deficiência matriculados em escolas públicas de nível fundamental**: algumas considerações. Educar, Curitiba, n. 31, p. 231-243, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a14.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

NAUJORKS, M.I. **Stress e inclusão**: indicadores de stress em professores frente a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. Revista Educação Especial, n. 20, 2002. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5125>>. Acesso em 22 nov. 2018.

SANT'ANA, I.M. **Educação Inclusiva**: concepções de professores e diretores. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 10, n. 2, p. 227-234, mai./ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n2/v10n2a09>>. Acesso em 22 nov.2018.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. **Diretrizes da Educação Inclusiva no estado da Bahia**. 2017. Disponível em: <<http://www.educacao.ba.gov.br/sites/default/files/private/midioteca/documentos/2017/diretrizes-da-educacao-especial.pdf>>. Acesso em 27 out.2017.

SILVA, L. M. Aspectos constitutivos para uma análise da escola inclusiva. In: NASCIMENTO, A. D ; HETKOWSKI, T. M. (Orgs). **Memória e formação de professores**. Salvador: EDUFBA, 2007. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/f5jk5/pdf/nascimento-9788523209186.pdf>>. Acesso em: 22 ago.2018.

SILVA, M. R. **Dificuldades enfrentadas pelos professores na Educação Inclusiva**. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão) - UAB/UNB - Pólo de Santa Maria. Brasília, p. 1-55. 2011.

SILVA, N. R. **Condições de trabalho e saúde de professores de alunos com ou sem necessidades educacionais especiais**. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Programa de Pós-Graduação em Educação Especial - Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, p. 1-132. 2009.

SMEHA, L.N; FERREIRA, I.V. **Prazer e sofrimento docente nos processos de inclusão escolar**. Revista “Educação Especial” n. 31, p. 37-48, 2008, Santa Maria. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/ce/revista>>. Acesso em 22 nov. 2018.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

## OS FILHOS DE MEUS FILHOS: avosidade e transgeracionalidade em narrativas autobiográficas

Cinthia Barreto Santos Souza<sup>1</sup>

### RESUMO

O artigo de natureza autobiográfica deriva de um exercício experimental, introspectivo e narrativo que reúne uma coletânea de textos produzidos e compilados pela avó participante da pesquisa, a partir das vozes dos netos dela. Nesse sentido revela elementos de avosidades<sup>2</sup> psíquicos e sociais elaborados pela avó no duplo encontro com os netos, na infância e no tempo em que ela constitui-se como avó em relação intersubjetiva. O método autoetnográfico possibilitou o acesso aos processos psíquicos transmitidos, nem sempre evidentes ou simbolizados, mas possíveis de serem acessados pelas falas das crianças e pela repercussão delas percebidas, sentidas e narradas pela avó dos meninos. O aporte teórico principal utilizado para sustentar a análise dos dados permitiu evidenciar a transmissão inter e transgeracional de processos psíquicos na relação familiar da avó e netos, com destaque para a desenvoltura de expressão e comunicação por meio da palavra dita ou do não dito.

**Palavras – Chave:** Avosidades. Processos psíquicos. Transmissão Intergeracional e transgeracional.

### 1 INTRODUÇÃO

O tema da avosidade é um assunto que remete a minha própria curiosidade científica, ao tempo em que coaduna com a face da realidade social e psíquica da mulher avó, na contemporaneidade. Diante de uma população com longevidade estendida e emergências imperativas, o relacionamento avós e netos ocupa um lugar importante no campo da psicologia. Estamos diante de gerações que vivenciam a relação netos e bisnetos. Ser avós na atualidade é uma realidade palpável, é convivência próxima, relacionamento íntimo, espaço para sentir, aprender, transmitir ensinamentos, constituir pessoas.

Partindo desse estar em relação cotidiana com as crianças que fizeram de mim, avó, guardei até aqui, memórias escritas de falas, expressões, elaborações verbais

---

<sup>1</sup> Doutora e Mestre em Família na Sociedade Contemporânea/UCSAL. Especialista em: Leitura e Produção de Textos; Psicopedagogia Escolar; Mídias na Educação; Educação a Distância. Graduada em Letras com Inglês e Literaturas. Pesquisadora FABEP/UCSAL. Graduanda em Psicologia. Professora do Ensino Superior do Centro Universitário de Ciências e Empreendedorismo/UNIFACEMP. E-mail: cinthia.familia@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Avosidades: termo pode ser entendido como laço de parentesco entre avós e netos, estando os últimos no período da infância. RIBEIRO, Alessandra. et al. 2010.

produzidas pelos meus dois netos Vi e Tuco<sup>3</sup>. As falas feitas textos constituem-se em dados para análise que cobiço fazer nesse estudo. A partir delas, quero compreender sobre elementos subjetivos transmitidos inter e transgeracionalmente, conscientes ou não, fixados no percurso da nossa existência em família. Eu, na função social de mãe e da avó dos filhos de meus filhos. Ainda, pensar sobre a novidade impressa na geração dos netos como proposição para outra história. Descendência e ascendência possíveis.

A questão investigativa, curiosa para mim e para a sociedade de avós, netos, filhos, famílias é: o que a fala das crianças pode revelar sobre elementos subjetivos transmitidos inter e transgeracional na relação avó e netos? É possível a ressignificação e abertura para novas histórias familiares por meio dessa relação intersubjetiva? A hipótese efetiva é que a espontaneidade e desenvoltura expressas nas oportunidades de diálogos entre avó e netos possam favorecer a aparição de dados válidos, protegidos de contaminação, já que foram colhidos em momentos de livre expressão, contudo em um diário de campo nomeado Ouvido de avó. Um exercício autoetnográfico que manejou memórias e produziu narrativas registradas e dadas nesse trabalho, à análise de dados e reflexão teórica.

A proposição seguinte está ancorada em Sampaio e Leão (2022) que afirmam ser a transmissão transgeracional uma realidade no âmbito da família com destaque para os avós e os efeitos psíquicos e sociais da constituição desse papel parental na contemporaneidade. As autoras apontam que acompanhar o nascimento de um neto desperta memórias particulares, sentimentos, elementos da avosidade que atravessam o sujeito e repercutem na construção da subjetividade. (p. 41). Sobre isso, devo dizer que ser avó é uma oportunidade de desenvolvimento pessoal em um lugar de conforto e confronto dos papeis de mãe e avó com os quais lido rotineiramente, observando aproximações e diferenças. Portanto, estou no lugar privilegiado de expressão da minha identidade e alteridade frente a eles. Estou em desenvolvimento da avosidade.

Por avosidade, entendo que a palavra designa uma função originada na estruturação psíquica do sujeito. Nesse estado de experiência social e relacional, a transmissão entre as gerações ocorre por processos psíquicos inconscientes e

---

<sup>3</sup> Vi e Tuco remetem a Vicente e Arthur Torres-Homem Souza. Em anexo, termo de assentimento assinado pelo pai, autorizando uso dos nomes reais das crianças.

constitutivos das subjetividades. Finalmente a família é o lugar designado para esta transmissão transgeracional e consequente identificação de diversos mecanismos de assimilação.

Diante dessa vivência reconheço que os efeitos da avosidade urgem em mim. Quero decifrar cada instante como pessoa, mas também como pesquisadora. Anseio qualquer saber que possa inundar o lugar da avó na atualidade a fim de produzir saberes, existir e conviver com pessoas mais humanas e empáticas. Ainda, desejo produzir reflexões sobre a transmissão descendente e ascendente no encontro dialógico com meus netos. Finalmente devo apontar para o escrito de Sampaio e Leão (2022), quando elas reafirmam que a condição da avosidade pode oferecer a autorrealização, impactar sobre a longevidade em razão de elementos de ordem emocional e cultural presentes no relacionamento avó e netos.

## **2 A AUTOETNOGRAFIA COMO MÉTODO DE PESQUISA**

Temas são constituídos de conceitos que alinhados à uma abordagem apropriada podem ser tratados com maior requinte. No campo da Psicologia, ciência aportada no sítio das humanidades, na compreensão do comportamento, no estudo dos processos mentais, nas relações e características culturais das pessoas, técnicas e métodos científicos de natureza qualitativa são investidas sensíveis e ajustadas que favorecem a qualidade da apreensão e estudo de fenômenos fundamentalmente subjetivos.

A abordagem qualitativa abrange a complexidade do ser humano a partir da realidade social. Sustenta-se no campo da subjetividade e do simbolismo, ao tempo em que aproxima o sujeito do objeto de análise, tornando as relações significativas. (MINAYO, 2014; MINAYO E SANCHES, 1993). Nesse sentido é que o estudo sobre avosidades a partir de um percurso autobiográfico e autoetnográfico justifica-se, pois além de melhor alcançar a complexidade humana imersa na realidade social, possibilita a profundidade da investigação e a novidade de outras nuances.

O uso metodológico da autoetnografia para a elaboração de conteúdos de raiz psicológica oferece além de riqueza expressiva dos saberes, o desafio do pesquisador posicionar-se diante da própria experiência para empreender o processo do conhecimento, posicionando-se enquanto sujeito e objeto de concepção.

(RABINOVICH, SOUZA e SÁ, 2021, p. 179). Nesse artigo, a experiência da avosidade será evidenciada na vivência da avó, diante da produção verbal dos netos ambos os participantes do estudo.

A avó, pesquisadora e autoetnógrafa, ocupa o lugar de principal participante e sujeito do estudo, pois coleta e escreve as narrativas pessoais a partir do encontro dialógico com as crianças. Ela guarda os episódios na memória e posteriormente escreve na forma de narrativas autobiográficas, os acontecimentos experimentados interiormente. A subjetividade requer obediência para não trazer prejuízos à pesquisa autobiográfica, pois exibida por meio da memória, pode desencadear repulsa às experiências desagradáveis ou embelezar momentos de felicidade. A autoetnografia é um método fino no sentido da exigência de um cuidado qualificado.

De cunho acurado, ao selecionar técnicas de coleta de dados, os autoetnógrafos aperfeiçoam instrumentos simultaneamente à análise e interpretação de achados. Ao tempo em que se mostram, os dados exigem tratamento verificado. As etapas do estudo ocorrem geralmente de maneira entrelaçada, concomitante, gradual e ininterruptamente. A matéria concentra-se no esforço investigativo e sensível para estudar a cultura de si e do outro, em relação com a comunidade de humanos. (p.177). Nesse lugar, a complexidade do método alinha-se a complexidade humana e ao trabalho da psicologia para entender e explicar o psiquismo da pessoa.

Sobre à complexa rede de procedimentos que envolvem o fazer autoetnográfico, Ellis e Bochner (2000) apud Rabinovich, Souza e Sá (2021), chamam atenção do pesquisador ao dar ênfase ao processo de escrita, grafia; à cultura, etno e no eu, auto. É possível observar tendências na direção do fazer etnográfico. Entretanto, o equilíbrio na aplicação da etnografia, enquanto procedimento metodológico e tratamento de dados deve preconizar a compreensão cultural de si e do outro. (RABINOVICH, SOUZA e SÁ, 2021, p. 178).

Isso escrito, a autoetnografia enquanto método qualitativo permitirá nesse estudo o ingresso à subjetividade humana por meio da narrativa de si em relação com o outro, identificados e diferenciados pela cultura comum.

## **2.1 Participantes: avó e netos**

A avó é a autoetnógrafa, quem escreve este texto e, portanto devo ocupar o lugar aqui o da pessoa que fala, escreve, diz. Em tempo, aponto para a possibilidade de também escrever em terceira pessoa a fim de acolher uma particularidade minha, enquanto autoetnógrafa, uma necessidade de descentramento do eu para enxergar com olhos mais distantes a pesquisadora em mim.

Tornei-me avó aos 43 anos com o nascimento de Vi, 2013. Vi e Tuco, nove e quatro anos são filhos do meu filho mais velho Souza, 35 anos e minha nora Torres-Homem, 35 anos. A família constituída pelo casal é caracterizada como nuclear. Os meninos têm quatro avós vivos e 2 bisavós vivos. Eles convivem com frequência com avós e bisavós.

Os avós paternos e as bisavós moram na mesma cidade dos meninos, entretanto os avós maternos são frequentes. As famílias extensas dos pais dos meninos são muito íntimas. A avó autoetnógrafa é escritora e tem o hábito de anotar tudo quando eles falam que chamam atenção dela. Surpreendida pelo desempenho linguístico dos meninos, anota as manifestações verbais ou escritas, de forma verbal ou imagética.

A coleta foi sistematizada. Para cada produção, um pequeno texto nos quais é permitido uma expressão subjetivada, emocionada, racionalizada, sentida, descrita. Fato é que existe uma coleção dos escritos em arquivo digital, na memória do celular, coleta denominada, Ouvido de avó. Desse modo, resolvi que devia estudar mais sobre o tema, aprofundar e compreender o que em mim, ecoa com força de vida, com robustez acadêmica, com vontade de se mostrar. Decidi que faria um estudo. Finalmente somos participantes diretos da pesquisa, eu, meus dois netos Vi e Tuco e indiretamente seus pais e família extensa que me cederam outros fatos para elaboração de novos textos e ampliação do arquivo já disponível.

Tendo descrito participantes e contexto de produção do estudo, instrumento de coleta e método de análise teórica, devo reescrever a questão que se impõe como alvo da minha curiosidade acadêmica. O que a fala das crianças pode revelar sobre a transmissão de elementos psíquicos e culturais na relação intergeracional entre avó e netos? É possível a resignificação e abertura para novas histórias familiares por meio dessa relação intersubjetiva?



### 3 AVOSIDADES, LITERATURA E REFLEXIVIDADE: análise, resultados

Mapeando a literatura disponível para ancorar a discussão de dados e proceder com a leitura investigativa sobre o tema, importa destacar a produção acadêmica compilada em livro e organizada pela teórica e especialista no tema avosidades: Professora Doutora Cristina Maria de Souza Brito a qual tive a oportunidade de ouvir e ler em eventos científicos nacionais e internacionais. A última leitura que fiz para compor esse estudo: *Avosidades teoria, pesquisa e intervenção*<sup>4</sup> é uma coletânea sobre o tema, organizado por Dias (2022). A obra traz um estudo amplo sobre o papel contemporâneo dos avós, especialmente no que diz respeito a maior participação deles na família. São pesquisas centradas na experiência da avosidade em circunstâncias variadas dos ciclos vitais. É uma obra científica, sensível e exclusiva para o tratamento da relação avós e netos no contexto da família, em razão do aumento da longevidade e comunicação do conhecimento de valor que permeiam as histórias de amor e cumplicidade nos relacionamentos avós e netos.

O livro reúne pesquisas na área de família, especificamente foca em relacionamentos intergeracionais, tomando como objeto a relação avós e netos. Cristina Dias é uma referência científica em pesquisas sobre avós, juntamente com Deusivânia Silva é autora de uma revisão de literatura que cobriu três décadas de estudos sobre o tema. No título citado, Dias (2022) reúne a maior parte das pesquisas realizadas ao longo de 26 anos de exame sobre o tema. Os quatro primeiros capítulos do livro são fundantes para a reflexão que será feita a seguir.

Outros textos foram lidos a partir das referências postas nos quatro capítulos citados anteriormente, além de artigos pinçados em plataformas de pesquisas a partir da combinação avosidade e transmissão intergeracional, avosidade e transmissão de processos psíquicos, avosidade e intersubjetividade. Diante da proposta de método escolhido para o tratamento do tema, faz-se desnecessário detalhar fontes da pesquisa bibliográfica, satisfazendo o registro das referências e citações no texto.

A composição textual seguinte está sequenciada de modo que se possa tratar teoricamente e de forma articulada aos dados e discussões, os conceitos: avosidades, processos psíquicos, intergeracionalidade. Para introduzir cada categoria em

---

<sup>4</sup> O livro está devidamente citado em referências.

evidência, dados em forma de narrativas devem inscrever os participantes da pesquisa, promovendo um encontro entre teoria e campo.

### 3.1 A experiência intersubjetiva da avosidade

Netos. Filhos com açúcar ou Café amargo?

[...]

Netos são como café amargo, exalam um aroma natural da existência, cheiram de longe, era capaz de fuçar até encontrá-los, eles convidam para a vida, despertam o humor, acordam a alma, mesmo quando ela está adormecida pelo cansaço do dia, do tempo, da natural existência da gente, de todos. Do amargo do café, a essência do grão germinado, aquecido, saciante.

[...]

Vó, aqui tem um café com leite? (SOUZA, 2022)<sup>5</sup>

Uma ressonância de avosidade emerge para compor o primeiro parágrafo desse segmento. Escrito em prosa, a narrativa toca e desvela pela linguagem, o lugar da funda e complexa subjetividade da avó. O conto busca saber, explicar, entender o conceito sentido, palpável e ao mesmo tempo desprovido de aparente racionalidade. O que quer saber a avó sobre avosidade?

Decomponho o verbete justaposto e encontro-me na idade de ser avó. Sinto que é tempo de aproximar emoção, sentimento e saber sobre minha própria condição vital e social. Escolho desfrutar desse lugar com a mesma disposição que me fiz mãe, talvez acertando mais ou errando menos, se o que fiz para acertar resultou em intercorrências. Estou certa de que sou responsável por quase tudo porque não estive sozinha como mãe e estarei muito mais acompanhada como avó. Mas o que dizem os teóricos sobre ser avó? O que é possível compreender sobre avosidades? Selecciono então o conceito que sustenta minha curiosidade acadêmica limitada ao contexto de avó de duas crianças, meninos, 9 e 4 anos, irmãos, filhos de meu filho primogênito. Primeiros netos.

Sobre o termo avós, anotei que a palavra avô surge primeiro, no século XII, em francês, a fim de substituir o termo ancestral. (DIAS, 2022). Avós passa a ser usada na Europa nos séculos XVI e XVII. Já a invenção do termo avosidade é produzida em paralelo ao conceito de infância. As pesquisas e publicações sobre o tema avós são

<sup>5</sup> Texto publicado em Envelhecimento e Pandemia Autoetnografias em Prosa e Verso. Coleção Envelhecimento e Vida Familiar. CRV. 2022. Ver menção completa em Referências.

iniciadas nos anos de 1940 e 1950. (p. 20). A fim de mapear rapidamente interesses, estudos e publicações sobre avós, seguem explicações.

Na década de 1950 resultados de pesquisas sobre a questão apontaram o perfil dos avós, descrevendo-os como pessoa rígida, pouco participativa no convívio com os netos. Em 1960, período pós-guerra mundial, as funções e estilos de avós são colocados no foco dos estudos multigeracionais. Neugarten e Weinstein (1964) escrevem um trabalho pioneiro congregando e categorizando os estilos de avós encontrados na sociedade da época. (DIAS, 2022). Com a chegada dos anos 1970 e consequente disseminação da teoria do desengajamento<sup>6</sup> o papel de avós foi debatido e constatou-se que ser avós é uma dentre as poucas funções da pessoa em processo de envelhecimento. (p. 21).

Em 1970 e 1980 os avós são reconhecidos como detentores de poder e apoio emocional e financeiro à família, culminando em 1980 com um novo perfil de participação efetiva e afetiva nos moldes da obra literária conhecida como *Sítio do Pica-Pau Amarelo* de Monteiro Lobato. No mesmo período, os estudos tiveram como alvo os fenômenos sociais de crise vividos pela família e o papel de avós nesse contexto. Em 1990, as pesquisas foram aquecidas pelo aumento da longevidade e relações multigeracionais apontando para os relacionamentos avós e netos nos ciclos da vida e em diferentes configurações familiares. Na atualidade, o interesse pelos bisavós é uma demanda relevante para os pesquisadores.

De volta à palavra avosidade, ela aponta para a vivência social e subjetiva de avós e netos, uma criação vocabular que convoca para o estudo e compreensão do relacionamento entre ambos e com a parentela. A relação entre avô e netos, a avosidade, segundo Goldfarb e Lopes (2001), depende de vários fatores como a estrutura psíquica daquele que se tornou avô/avó, a história familiar e o meio cultural em que o vínculo se desenvolveu, além do gênero.

Na seara desse interesse, esse artigo deve iluminar saberes como transmissão intergeracional e transgeracional, elementos e processos psicológicos intersubjetivos dessa relação avosial, avosidade. Instantes que orientam o “miudinho da vida” para o

---

<sup>6</sup> Teoria do desengajamento: teoria sociológica que entende o envelhecimento como força natural que desagrega o velho da vida social.

gozo do fim de semana feliz, o dia no sítio, a codorna assada, o queijo de vovô, a pizza do domingo à noite, normas e acordos infringíveis. Lê-se:

Penetra

Vovô encontra ocasionalmente os netos no posto de combustível. Vovô salta do carro, aproxima-se do automóvel dopais dos netos e pergunta como quem tira satisfação:

- Para onde vão?

Tuco responde que vão para Salvador. Vovô pergunta pela codorna do sábado a noite, como quem reclama... Vi responde que fica para o domingo à noite, antes da pizza. O avô retruca: quem te chamou Vi, você não vai. Quem combinou pizza domingo foi o pequeno. (Tuco). Vicente tem a resposta na ponta da língua:

- Eu vou sim Vô, nem que seja de penetra.

(bloco agenda celular da avó. Em 23/07/21).

Em forma de texto, os dados revelam aspectos da relação de avosidade entre os participantes desse estudo aubiográfico e autoetográfico. Presumidamente é possível identificar entre eles um relacionamento de perfil participativo, afetivo e colaborativo. É o que se desenha nos primeiros registros da análise teórica e consequente repercussão de resultados. Netos e avó convivem. Há uma relação habitual entre os avós, pais e netos. Eles cuidam um do outro, divertem-se, reúnem-se, apoiam-se mutuamente enquanto crescem os netos e todos se desenvolvem nos ciclos da vida e na função de papéis familiares e sociais.

Assim sendo, a vivência da avosidade para a avó é uma experiência centrada no fluxo contínuo do ciclo do desenvolvimento humano. Nesse trajeto, o funcionamento psicológico da avó e netos participantes da pesquisa são evidenciados nas narrativas escritas pela avó, a partir da expressão de fala dos netos, sistematicamente anotada e elaborada pela memória da avó.

Funções mentais básicas como sensações, percepções, pensamento, aprendizagem e linguagem são processos psicológicos que permitirão compreender o comportamento relacional entre eles, clarificando possíveis indícios de transmissão de elementos comportamentais, bem como, transmissão intergeracional e familiar. A psicologia entende os processos ou funções psicológicas como resultado de interações de recursos inatos e adquiridos nas experiências e relacionamentos da pessoa com a cultura, a realidade social da qual participa, identificação, reconhecimento e ou diferenciação.

Desse modo, os avós articulam experimentos elementares de cinco gerações. Segundo Barros, (1987) as gerações referem-se aos pais e avós dos avós, os filhos

e netos dos avós. Particularmente, a avó participante da pesquisa, a autoetnografa, experimentou a convivência com as cinco gerações de pessoas vivas. A saber: avó paterna, pai, filho, neto e ela. Segundo o mesmo autor essa relação é uma referência para a construção da identidade, avaliação da memória social e reelaboração de papéis. (DIAS, 2022, p. 29). Para ilustrar efeitos da relação parental, nessa perspectiva, ver dados de campo na coletânea de narrativas, Ouvido de avó:

O bom pai

- Pai, por que seu pé é grande?

- Porque eu sou adulto, eu cresci e meu pé cresceu e ficou grande como eu fiquei.

- Pai, sabe por que eu estou perguntando isso? Porque quando eu crescer eu vou lembrar como você foi bom pai.

(Ouvido de avó. Notas no celular usadas, diário de campo em -01/7/21. Diálogo entre Tuco e o pai, filho da avó).

O texto traz para a avó um convite à reflexão. Qual seria a participação dela na bondade do filho feito pai? Que experiências vividas entre mãe e filho poderiam ser julgadas boas? Teria sido a avó, uma boa mãe a ponto de o filho ter reconhecido nela semelhante bondade? Imersa no instante do ato de lembrar, a avó percorre o trajeto de sua própria vida em família. Além da sensação de bem estar e plena realização pela possibilidade de assistir ao desempenho do pai do neto, percebe a alegria dos dois diante do acontecimento.

Pensamentos, memórias, sobre comportamentos passados e possibilidades presentes avivam o desfrute de um futuro promissor, a certeza de uma ascendência que supera a descendência ou repete comportamentos abonados. Resta um sentimento elevado no momento em que as perdas da idade exigem acolhimento e acomodação e que aproximação com a finitude da vida ordena uma agitação transcendental.

Para Walsh (1995, p. 29) a condição de avó preenche o anseio de sobrevivência do indivíduo, acarretando na aceitação da própria mortalidade. Daí a atenção e foco para a função gerativa como legado e investimento de si mesmo na vida das gerações futuras. Sobre a finitude da vida, após a morte dos bisavôs e bisavós, Vi perguntou a avó:

-Vó, você vai morrer?

Expliquei que todas as pessoas nascem, cresce e morrem como as plantas, animais, seres vivos.

- Mas você vai morrer quando tiver bem velhinha?

(...)

- Mas vó, você não está velhinha, está?  
 - Mas, vó! Você tem quantos anos?  
 - Cinquenta. Ele retruca: cinquenta não é muito?  
 (...)  
 (Idem, 2016).

Satisfeita por ter cumprido sua influência salvadora, orientada pelo reservatório cultural, herança aprendida e edificada ao longo da existência, a avó é guardiã de respostas que impactam no cuidado com o desenvolvimento psíquico do neto, cumpre a função de suporte emocional mútuo, disponibiliza recursos emocionais e amorosos diante de perdas, rompimentos e morte. Legados de ordem, solidariedade, fé. Minimiza a ansiedade e faz-se fonte de aprendizagem e sabedoria. Em uma conversa sobre Páscoa, Tuco divide com o pai uma aprendizagem que o filho da avó julga ter parte com ela.

O pão, o corpo de Cristo  
 Arthur vai tomar o café da manhã. O pai pergunta: quer ovo Tuco?  
 Não pai, hoje é Páscoa vou comer pão. Jesus mandou partir o pão e comer, o pão é o corpo de Cristo...  
 ( Notas da avó em 15/04/22.)

As falas dos netos participantes da pesquisa remontam experiências das relações intergeracionais, de expectativas, sentimentos, segredos, censuras, emoções tecidos na trama da avosidade, permitindo a ressignificação e abertura para histórias de vida na construção do tecido familiar. Nesse sentido, a audição de cada fala feita texto, narrativa, projeta a avó para a experiência intersubjetiva da avosidade em si, atravessada pelos netos. Perguntados sobre para que serve uma avó, Tuco e Vi, respondem:

Tuco: - Para amar...  
 Vi: Para fazer o que os pais não deixam, os netos querem e a avó pode fazer com a permissão deles.  
 Finaliza Tuco: para não levar a gente para casa e agente ficar com a avó.  
 (notas de campo, 07 de julho, 2022).

As respostas são provocações refletidas no espaço psíquico da intersubjetividade revelando a transmissão da função social nominada avosidade que se prolonga da geração dos pais para a geração dos netos. Sobre o tema do parentesco, Tuco busca explicação sobre os laços que unem os avós paterno e materno. Segue:

OS IRMÃOS  
 Estavam todos fazendo e comendo hambúrgueres na casa da vovó e a mãe de Arthur resolveu tirar uma foto e mandar para os pais dela. Quando o avô

José revidou com outra foto, a mãe então mostrou aos que estavam presentes.  
 Arthur pegou o celular com a foto e disse para o avô Geo:  
 Vô! Olha seu irmão.  
 A mãe de Arthur disse que os avós não eram irmãos.  
 Arthur respondeu:  
 São dois avós, então eles são irmãos.  
 Arthur elaborou o conceito de irmãos a partir dele e de seu irmão Vicente, e em família, descobre sobre sua parentela.  
 (Notas da avó em: 16/08/2020).

As falas denotam que os netos e avós desempenham-se e desenvolvem a avosidade ao colocarem-se em um papel na família. De mãe de seus filhos para avó dos netos, a avó ocupa lugar na cadeia geracional de transmissão de conhecimento.

### **3.2 Processos psicológicos e transmissão intergeracional e transgeracional no curso da avosidade**

A família é o lugar de inscrição intersubjetiva, matriz dos processos de personalização e, portanto, meio de transferência da vida psíquica entre gerações. Nesse sentido, a relação parental entre avós e netos evidencia a transmissão inter e transgeracional, manifesta pela percepção do eu diante do outro. Nesse sentido, Tuco por meio da fala, percebe a avó e expressa:

VOVÓ DESEMPOLGADA.  
 A madrinha de Arthur usava uma caneca com imagens de uma vovó.  
 Arthur pergunta: tia Giu quem é essa vovó?  
 Giu responde: vovó Florinda.  
 Arthur: quem é o netinho dela?  
 Vovó se mete na conversa e diz: Arthur.  
 Eu não sou netinho dela, sou de você.  
 Eu não sou neto dessa vovó esquisita e desempolgada.  
 (Notas da avó em: 07/09/2020).

Empolgada, a vó anota a produção verbal do neto e recebe dele a inscrição que cabe a ela ou aos dois, pois diante do entusiasmo do menino ao descrevê-la, a vó mira a imagem da caneca e concorda com ele.

Kaes (2001) um dos autores recomendados para estudos sobre transmissão psíquico-geracional, ressalta a questão da anterioridade por um outro no processo de subjetivação e ratifica a importância da intersubjetividade. O trabalho psíquico da elaboração da subjetividade advém da metabolização da herança na confrontação com o outro que transmite. A intersubjetividade, portanto origina-se no espaço das

trocas familiares que precedem a pessoa e a constitui. Entre os momentos de trocas vividos e ou refletidos, Arthur elabora:

VOVÓ ADULTA

No parque, Tuco pede:

Vovó quero ir naquele brinquedo. Vovó coloca ele para escorregar, mas quando ele vê o irmão pendurado lá no alto, Tuco quer que vovó suspenda ele até perto do irmão. Vovó diz que não alcança e ele responde:

Vó, queria tanto que você fosse adulta.

[...]

(Notas da avó em: 01/11/2020).

A transcrição mostra um evento de troca entre avó e neto estruturado sob diferenças e complementariedades entre eles e outros, no caso, o avô. Uma realidade intersubjetiva que precede o neto e é alterada por ele quando reconhece o tamanho e força da avó diante do avó e dos adultos citados pela avó. Transmissão ocorrida no contexto primário da família que garante a promoção de vínculos, espaço seguro de intercâmbio, promoção de individuação. Os dados evidenciam a transmissão geracional, o trajeto temporal e contínuo das aprendizagens intencionais, diretas ou simbólicas, inconscientes ou razoadas.

Pensar a transmissão inter ou transgeracional nesse estudo implica conceber sinais de ascendência e descendência organizados e evidenciados nas falas expressas, na relação horizontal dos irmãos, bem como, no diálogo transversalizado da avós e netos. Construções intersubjetivas marcadas por um legado de elementos psíquicos compartilhados ou assimilados, mesmo que de forma original.

## CONSIDERAÇÕES

A avosidade como tema para esse estudo trouxe a oportunidade de embate dialógico e discursivo com as falas de Vi e Tuco. Produções verbais e orais que ativaram em mim percepções sobre aproximações e diferenças que nos constituem avó e netos no contexto social, bem como, compreender sobre elementos subjetivos transmitidos inter e transgeracionalmente, conscientes ou não, fixados no percurso da nossa relação parental. Eu, na função de mãe e da avó dos filhos de meus filhos.

Oportunamente, pude vislumbrar mediante movimento de transmissão geracional, novidades comportamentais elaboradas pela geração dos netos, como



possibilidade para outras histórias de vida. Um ciclo evolutivo descendente e ascendente mediado por outros na relação parental linear, ou seja, entre irmãos.

Dito isso, retomo a questão investigativa: o que a fala das crianças pode revelar sobre a transmissão inter e transgeracional na relação avó e netos? É possível a ressignificação e abertura para novas histórias familiares por meio dessa relação intersubjetiva? Como resposta, devo anotar que a disposição pelo diálogo no cotidiano das relações é uma marca de parentalidade, um gesto que identifica avó e netos, aponta para um saber conciliado, um legado transmitido, acordado, identificado e reconhecido dentro e fora da família e da relação de avosidade, um sentido elaborado e constitutivo de nossa subjetividade.

Revisitar os textos compilados ao longo da minha experiência ainda insipiente, com a avosidade foi uma ocasião de reflexividade diante dos dados e em paralelo aos textos teóricos. Os sentidos foram descortinados, conhecidos e ampliados. A desconfiança de que a avosidade é um tema abundante de estudo confirma-se. Ainda, projeta-me para nossas curiosidades científicas, principalmente quando entendo que sou avós de crianças e certamente serei avó de jovens, adultos que farão de mim bisavó. E assim sendo eu, como será?

## REFERÊNCIAS

- BARROS, M.L. **Autoridade e afeto: avós, filhos e netos na família brasileira**. Jorge Zahar Editor. 1987.
- DIAS, C. M. S. B.; & Silva, M. A. S. Os avós: uma revisão da literatura nas três últimas décadas. Em T. Féres-Carneiro (Coord.). **Casal e família: entre a tradição e a transformação**. (pp. 118-149). Rio de Janeiro: NAU. 1999.
- DIAS, Cristina (org.). **Avosidades: teoria, pesquisa e intervenção**. Campinas: Alínea, 2022.
- GOLDFARB, Delia Catullo; LOPES, Ruth Gelehrter da Costa. **AVOSIDADE: a família e a transmissão psíquica entre gerações**. Tratado de Geriatria e Gerontologia. RJ, 2011.
- KAËS, R. **O sujeito da herança**. In R. Kaës; H. Faimberg et al. (Orgs.), *Transmissão da vida psíquica entre gerações* (pp. 9-25). São Paulo: Casa do Psicólogo. 2001.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. 14 ed. São Paulo: Hucitec, 2014, 407p.
- RABINOVICH, Elaine; SOUZA, Cinthia; SÁ, Sumaia. **AUTOBIOGRAFIA e AUTOETNOGRAFIA: a pesquisa à Deriva do Grupo Família (Auto)Biografia e Poética FABEP/UCSAL**. In: Métodos e técnicas de pesquisas científicas. São Paulo. Ed. Dialética, 2021.

RIBEIRO, Ventura Oliveira; GOMES, Alessandra; LUCY, Vianna; CÁRDENAS, Carmen Jansen de. **Avosidade: Visões de avós e de seus netos no período da infância.** Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, Rio de Janeiro, vol. 13, 2010.

SAMPAIO, Marisa; LEÃO, Juliana. **AVOSIDADE, PARENTALIDADE E FILIAÇÃO. Chaves aos porões e jardins transgeracionais.** In: Avosidades: teoria, pesquisa e intervenção. Campinas: Alínea, 2022. Cap. 3, p. 39-57.

SILVA, Diana Léia Alencar da; AVENA, Maura Espinheira; AMORIM, Rita da Cruz; LEAL, Teresa Cristina Merhy. (Orgs.) **ENVELHECIMENTO E PANDEMIA: AUTOETNOGRAFIAS EM PROSA E VERSO.** COLEÇÃO ENVELHECIMENTO E VIDA FAMILIAR. Vol. 5. Curitiba: CRV, 2022.

WALSH, F. **A família no estágio tardio da vida.** Artes Médicas, 1995.

## RELACIONAMENTO FRATERO EM FASE ADULTA: dinâmica e significado

Joana D’Arc Silva Santos <sup>7</sup>

### RESUMO

Este artigo esboça o resultado de uma pesquisa sobre a dinâmica e o significado das relações entre irmãos em fase adulta mediana com idades variando entre 40 e 57 anos. Participaram da pesquisa 18 irmãos divididos em gênero e posição na fratria, residentes em cidades da região metropolitana de Salvador -Bahia. A metodologia utilizada foi a qualitativa com a técnica narrativa de vida. Os resultados indicam dois sentimentos que permeiam a dinâmica do relacionamento entre os irmãos em fase adulta mediana: proximidade ou distanciamento emocional. Com Destaque para três núcleos facilitadores da relação: primeiro o cuidado entre os irmãos como resultado de uma obediência a um mandato parental; segundo a casa da mãe como local agregador para reuniões e festas em família; terceiro a utilização de recurso tecnológico (aplicativo para mensagens e chamada de voz) como mediador para a aproximação entre os irmãos. Dentre os fatores que dificultam o relacionamento entre os irmãos foram observados: pensamento e opiniões divergentes sobre assuntos diversos; ausência de contato pessoal ou comunicação via recurso tecnológico; diminuição dos encontros familiares.

**Palavras-chave:** Relações fraternas. Dinâmica familiar. Adultos. Irmãos.

### 1. INTRODUÇÃO

A importância do relacionamento fraterno vai além do desenvolvimento humano, encontrando eco no processo de mudança na estrutura da família: os irmãos são os responsáveis diretos pela dinâmica do ciclo familiar colateral (GUERRA; et al., 2016).

Essa dinâmica familiar se faz pela existência dos tios e primos, naquelas famílias onde haja a presença de irmãos. Ela pode estar ameaçada pela diminuição da taxa de fecundidade da mulher brasileira. A tendência da redução acelerada populacional já está presente em nosso meio (CAMARANO, 2014), o que significa um impacto sobre a disponibilidade de irmãos nas famílias em território nacional, como já se configura em alguns países europeus pela opção cada vez mais recorrente de se ter um filho único ou nenhum filho. Por isso, a importância atribuída aos irmãos é determinante na decisão de ter filhos (GUERRA, et al. 2016).

<sup>7</sup> Doutora em Família na Sociedade contemporânea, (UCSAL) Vice-Diretora Secretaria de Educação da Bahia. E-mail joanasil2306@. gmail.com.

Em termos relacionais e de convivência, os irmãos fornecem uns aos outros a primeira oportunidade de um relacionamento mais ou menos igualitário, com uma história de vida comum e paralela (BEDFORD, 1989; BRUKAKER, 1990; CICIRELLI, 1991a; DEW et al., 2004), cuja troca dialógica torna-se importante para o crescimento social e psicológico de cada indivíduo.

A vida humana, em seus diversos processos, possui uma natureza relacional, não sendo possível sua existência sem relacionamentos dialógicos com os outros (SALGADO; GONÇALVES, 2007). Por meio desse processo dialógico, vamos ensinando e aprendendo, lapidando em nós um melhor modo de ser humano, em termos socioemocionais e um melhor modo para nos relacionarmos. Cicirelli (2013) afirma ser a maior função do relacionamento fraterno o processo de ensino-aprendizagem que os irmãos vão vivenciando na infância. É uma experiência que contribui positivamente para o desenvolvimento intelectual das crianças (ZAJONC; MARCUS, 1975), assim como para seu amadurecimento psíquico e emocional. Essa regra continua em fase adulta quando os irmãos mais velhos permanecem sendo referência para os irmãos mais novos na escolha profissional, no casamento, no modo como tratam os pais, conforme salienta Cicirelli (2013).

Por isso, irmãos em fase adulta seriam fonte de apoio uns dos outros como para seus genitores idosos. Cicirelli (1991) afirma que adultos e idosos acima de 60 anos mantêm algum tipo de contato com seus irmãos. Connidis (1992) sugere que os laços entre irmãos em fase adulta podem ser intensificados a partir de eventos importantes em suas vidas.

## **2. DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS**

Diante da importância do relacionamento fraterno investigou-se sua dinâmica e significado para adultos em idade mediana ao longo do tempo, a partir da utilização de recursos materiais e simbólicos.

A metodologia utilizada foi a qualitativa com a técnica narrativa de vida. O estudo foi realizado na Região Metropolitana de Salvador com participantes residentes na capital baiana e na cidade de Camaçari. As entrevistas foram realizadas de modo não presencial, por escolha dos participantes, respeitando o distanciamento social que as autoridades sanitárias brasileiras solicitaram em decorrência da Pandemia da COVID-

19. Os entrevistados foram contactados e os respectivos áudios com suas falas enviados para a entrevistadora durante o segundo semestre de 2021.

Participaram deste estudo 18 irmãos divididos em gênero e posição na fratria a saber: três primogênitos e três primogênicas; três irmãos do meio e três irmãs do meio; três caçulas homens e três caçulas mulheres com idades variando entre 40 e 57 anos. Utilizou-se para definição etária a teoria de Levinson (1978) que estabelece a fase dos 40 aos 65 anos, como a terceira era, meia idade adulta. Todos os participantes são da classe média segundo os critérios adotados pelos autores Kamura & Mazzon (2013) no livro Estratificação Socioeconômica e Consumo no Brasil.

O acesso aos participantes foi por meio do círculo de amizade da pesquisadora. Para serem incluídos neste estudo cada irmão deveria possuir mais dois irmãos biológicos ou meio-irmão. A ordem de nascimento é um fator importante no relacionamento entre os irmãos como sugere Adler (1963), por isso esse critério foi adotado. Foram excluídos do estudo pessoas fora da faixa etária estabelecida, filho único e com menos de dois irmãos. O contato com os participantes foi de modo não presencial via correio eletrônico.

**Quadro 1** caracterização dos entrevistados, Camaçari, Bahia, 2021.

| NOME     | IDADE | GÊNERO    | ENDEREÇO | POSIÇÃO NA PROLE     | NÚMERO DE IRMÃOS | ESCOLARIDADE                                                                    | RELIGIÃO   |
|----------|-------|-----------|----------|----------------------|------------------|---------------------------------------------------------------------------------|------------|
| Mário    | 56    | Masculino | Salvador | <b>Primogênito</b>   | 03               | Doutorado em Matemática                                                         | Católico   |
| Kaique   | 52    | Masculino | Camaçari | <b>Primogênito</b>   | 03               | Superior (Administração de Empresas)                                            | Católico   |
| Edmilson | 42    | Masculino | Camaçari | <b>Primogênito</b>   | 03               | Superior Completo (Adm. Empresas)                                               | Católico   |
| Lívia    | 55    | Feminino  | Camaçari | <b>Primogênia</b>    | 03               | Mestrado em Educação                                                            | Católica   |
| Helena   | 52    | Feminino  | Salvador | <b>Primogênia</b>    | 14               | Doutorado em Psicologia                                                         | Evangélica |
| Vilma    | 46    | Feminino  | Camaçari | <b>Primogênia</b>    | 06               | Superior (Letras Vernáculas Português e Inglês) Ciências Contábeis (Incompleto) | Católica   |
| Tonho    | 57    | Masculino | Camaçari | <b>Filho do meio</b> | 09               | Superior (Engenheiro Agrônomo)                                                  | Católico   |

|         |    |           |          |                      |    |                                                              |            |
|---------|----|-----------|----------|----------------------|----|--------------------------------------------------------------|------------|
| Tom     | 47 | Masculino | Camaçari | <b>Filho do meio</b> | 06 | Mestrado em Ciência da Computação                            | Católico   |
| Léo     | 41 | Masculino | Camaçari | <b>Filho do meio</b> | 06 | Superior (Teologia, Filosofia) Especialização em LIBRAS      | Evangélico |
| Tânia   | 47 | Feminino  | Camaçari | <b>Filha do meio</b> | 06 | Superior (Pedagogia)                                         | Católica   |
| Helen   | 45 | Feminino  | Camaçari | <b>Filha do meio</b> | 04 | Superior (Bacharel em Direito)                               | Católica   |
| Nádia   | 40 | Feminino  | Camaçari | <b>Filha do meio</b> | 04 | Superior (Bacharel em Química)                               | Evangélica |
| Zé      | 49 | Masculino | Camaçari | <b>Caçula</b>        | 07 | Superior (Licenciatura em Matemática)                        | Nenhuma    |
| Osvaldo | 48 | Masculino | Salvador | <b>Caçula</b>        | 03 | Superior Bacharel em Odontologia, Especialista em Ortodontia | Espírita   |
| Wilson  | 47 | Masculino | Salvador | <b>Caçula</b>        | 04 | Superior Licenciatura em Matemática                          | Católico   |
| Leny    | 53 | Feminino  | Camaçari | <b>Caçula</b>        | 04 | Superior História                                            | Católica   |
| Neide   | 44 | Feminino  | Camaçari | <b>Caçula</b>        | 22 | Superior (Geografia) Cursando Pedagogia                      | Católica   |
| Thereza | 41 | Feminino  | Salvador | <b>Caçula</b>        | 03 | Doutora em Ciências Sociais                                  | Espírita   |

Fonte: Santos, 2021.

A proposição enviada para os entrevistados começava com a seguinte pergunta disparadora: ***Fale-me sobre seu relacionamento com seus irmãos.*** Foram acrescentados alguns es: tópicos complementares a fim de nortear a narrativa do participante, sendo estes:

***Em que você e seus irmãos são semelhantes e em que são diferentes?***

***Com que frequência você tem contato com eles? Por quê?***

***Há um irmão ou irmãos com quem você percebe que tem mais afinidade? Por quê?***

***Como você percebe a relação com seus irmãos no passado e nos dias de hoje?***

***Qual influência seus (s) irmãos exercem ou já exerceram em sua vida?***

***O que você considera que fortalece seu relacionamento com seus irmãos?***

### ***O que você considera que enfraquece seu relacionamento com seus irmãos?***

Os entrevistados gravaram suas histórias via aplicativo de WhatsApp que foram transcritas pela pesquisadora. Cada entrevista possuía um tempo que variava entre 40 e 55 min. Foi utilizado para a interpretação dos dados o Método de interpretação dos Sentidos de Minayo, Deslandes e Gomes (2015).

Algumas impressões pessoais da pesquisadora quanto a pausas durante as respostas dos entrevistados, fuga à pergunta feita, mudança da entonação de voz, repetição de palavras, risos ou voz embargada foram também observadas. As entrevistas foram dadas por encerradas quando a pesquisadora percebeu que a saturação de dados havia sido atingida. Ou seja, nenhum dado importante emergiu das falas mesmo diante da singularidade da narrativa de novos depoentes.

A análise foi organizada em dois grandes núcleos – envolvimento e distanciamento emocional – subdivididos. O núcleo de sentido *envolvimento emocional* com os tópicos: a mãe que agrega; a casa da mãe que agrega; contatos por meio de WhatsApp. O núcleo *distanciamento emocional* com os tópicos: Afastamento, conflitos e cuidados com a mãe; ausência de comunicação frequente e reuniões familiares; a presença dos agregados.

A presença e a conjugação de fatores facilitadores, que tendem a fortalecer a relação entre os irmãos; os inibidores, que tendem a enfraquecer a relação entre os irmãos mediada pela utilização de recursos materiais e simbólicos, resulta numa dinâmica relacional fraterna entrecortada por sentimentos de distanciamento e proximidade entre. Uma das principais dinâmicas observadas nas entrevistas se refere à figura da mãe Empiricamente, no relato dos entrevistados, foi observado que havia uma ordem dada pelos pais, um mandato, para que os irmãos se cuidassem mutuamente. Esse apelo discursivo, se mantido ao longo dos anos, teria a possibilidade de reforçar os laços dos irmãos em fase adulta. Ele reflete um desejo simbólico de transmissão de uma herança psíquica na qual valores de cuidado e solidariedade estão profundamente imbricados. A adesão a essa ordem, ou seja, a lealdade dos irmãos implica no cumprimento irrestrito do desejo parental para que os irmãos sejam unidos ao longo de suas vidas (BOSZORMENUL-NAGY; SPARK, 1983).

A necessidade do cumprimento de um mandato parental para cuidar e zelar pelo irmão e manter-se unido a ele pôde ser observado nas narrativas dos irmãos entrevistados quando questionados sobre aspectos que fortaleciam a união entre eles.

O que fortalece o relacionamento é essa questão mesmo como nós fomos educados, né pra cuidar um do outro, então até hoje nós nos comportamos dessa forma. Ainda que distante olhando um pelo outro, nós somos preocupados com o outro eu acho que isso fortalece o relacionamento. (Helena, primogênita)

Uma das principais dinâmicas observadas nas entrevistas se refere à figura da mãe. Os irmãos em fase adulta sentem a necessidade de serem aconchegados por ela, principalmente em momentos de estresse ou vulnerabilidade. O padrão de vinculação do adulto com sua mãe se constitui na infância, tendendo a ser acionado em situações novas e ou consideradas perigosas (CANAVARRO, DIAS & LIMA, 2006). Para alguns filhos adultos ser cuidadores de suas mães é um modo de retribuição pela atenção e carinho que ela os dispensou.

A mãe como presença que agrega os irmãos pôde ser observada nos relatos dos entrevistados.

O que fortalece meu relacionamento com meus irmãos é a presença da minha mãe...ela é o elo de fortalecimento de ligação com os meus irmãos...é o vínculo pelo qual a gente tem essa relação de uns com os outros...então o que fortalece é ela. (Edimilson, primogênito)

A casa da mãe é mais que um espaço físico, é um lugar simbólico permeado por referências socioculturais que continuam a modelar a vida de seus membros mesmo após suas partidas. Um local de origem e proteção que nos remete ao útero materno à terra, à caverna, à montanha (RABINOVICH, 1997). A casa é um símbolo de proteção, construído na história pessoal e familiar de cada membro. A mãe também é um lugar simbólico, um ponto fixo de valência, em geral, positiva e ela permanece como tal na memória (RABINOVICH, 2012).

A gente tenta se encontrar toda semana...na casa da minha mãe onde a gente se reúne. (Léo, filho do meio)  
Normalmente onde a gente se vê mais (irmãos) é na casa de minha mãe. A gente faz reuniões sempre. (Zé, irmão caçula)

A interação entre parentes e amigos passaram a ser estabelecidas também em ambiente virtual via aplicativos de mensagens, sites de redes sociais e plataformas para videochamadas. A família como comunidade presencial passou a existir também como comunidade on-line (NISBET, 2017; WILSON; PETERSON, 2002). É típico da



dinâmica de irmãos em fase adulta manterem uma desconexão de proximidade física (MILEVSKY, 2020).

A formação de grupos familiares e a comunicação digital via aplicativo de mensagem com uso de celular foi relatado pelos entrevistados.

Tem a que mora em São Paulo (irmã) mas em compensação a gente conversa todos os dias...no grupo do WhatsApp a gente tem uma relação assim bem harmoniosa...né? Algumas gracinhas e piadas, mas nada que venha ofender ou atrapalhar o relacionamento. (Helena, primogênita)  
Nossa frequência de contato é mais virtualmente que presencialmente...por conta de morarmos distantes. Cada irmão mora em uma cidade do interior da Bahia. (Vilma, primogênita)

Os irmãos podem entrar em conflito por diferentes razões e, a partir dele, optarem por afastarem-se um do outro. Porém, há alguns conteúdos específicos que são mais propícios para desencadear brigas: diferença de poder e de tratamento parental, posicionamento dos pais face a resolução de conflitos (DUARTE, 2005).

Os entrevistados sinalizaram a presença de conflitos entre eles como um aspecto que torna o relacionamento mais fraco. Um desses pontos foi a divergência como a mãe deva ser cuidada. Paradoxalmente, a mãe agrega e, ao mesmo tempo, também separa os irmãos.

O que enfraquece o relacionamento com os meus irmãos por incrível que parece são as situações referentes a ela. A discordância... dos irmãos entre si enfraquece nossa relação...com relação ao que se pensa aos cuidados a maneira de tratar a maneira de se “aproveitar” da mãe [...] (Edmilson, primogênito)

A ausência de comunicação pressupõe um fechamento para os acontecimentos da vida do outro, suas necessidades e seus problemas o que enfraquece o relacionamento da família como um todo; podendo causar divisões.

A diminuição do contato e da comunicação entre os irmãos como também a ausência em reuniões familiares, principalmente aquelas feitas em datas comemorativas como aniversários, casamentos e festas de final de ano, foi citado pelos depoentes como um aspecto que contribui para o enfraquecimento da relação entre eles.

[...] O que enfraquece meu relacionamento com meus irmãos é muitas vezes o fato da gente ficar um tempo ou algum tempo sem se falar. (Mário, primogênito)

A chegada de cunhados e cunhadas na família é um momento de mudança, onde acolher bem o “estranho” que chega faz a diferença. Como também assumir novas posições de parentesco no contexto familiar. A família se move ao longo do

tempo e incorpora durante seu percurso novos membros pelo nascimento, a adoção ou casamento (CARTER & MCGOLDRICK, 1995).

Os entrevistados citaram a chegada dos cunhados (a) s na família como um fator que enfraquece o relacionamento entre os irmãos.

“Nosso relacionamento se tornou um pouco enfraquecido assim entre nós porque minhas irmãs têm pensamentos completamente diferentes do meu... quando digamos casaram e constituíram famílias o pensamento ficou completamente o contrário do meu é por isso que há essa discordância entre nós”. (Kaíque, primogênito)

Por outro lado, os pais dos entrevistados preocuparam-se em incentivar para que, ao longo da vida, os irmãos fossem unidos, independente das circunstâncias da vida de cada um; sem mencionar a possibilidade de que também convivessem de modo familiar com um estranho. Quando a família se abre para acolher um estranho, coloca-se diante de um desafio que pode afetar profundamente seu funcionamento (BORGHETTI, 2001). Talvez seja essa a razão da atitude desses pais mesmo que de modo não intencional.

### 3. CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relacionamento fraterno é um relacionamento complexo que engloba e sofre influência de outras relações familiares, podendo também influenciá-las. Ele é estabelecido na continuidade do tempo. As lembranças partilhadas entre os irmãos adultos, a respeito de seu relacionamento e da própria história familiar, exercem relativa influência para manter ou não o vínculo entre os irmãos. Em sua dinâmica, há fatores que o fortalecem e aqueles que o enfraquecem. Esses fatores são sedimentados a partir da utilização de recursos materiais e simbólicos. A utilização de recursos específicos no relacionamento fraterno permite aos irmãos que o intensifiquem de modo positivo ou negativo diante dos comportamentos que vão adotando uns perante os outros a fim de se manterem ou não unidos.

O livre arbítrio de cada irmão os levará a acolher o mandato parental ou desprezá-lo. Por outro lado, o relacionamento entre irmãos pode ir acontecendo sob a pressão de uma ordem parental e, com o tempo, ir tomando corpo como uma amizade sincera, um bem-querer mútuo que o tempo só fará crescer.

Pode se afirmar que a complexidade do relacionamento fraterno em fase adulta média requer dos irmãos a utilização de recursos materiais e simbólicos que os

ajudem a se manterem unidos e cuidadores uns dos outros. Cada família com a sua dinâmica relacional irá oferecer aos irmãos regras e valores que os levem à valorização e respeito ao outro. O mandato parental sobre a convivência harmoniosa entre os irmãos é uma dessas regras que traz em si a solidariedade e a união como valores a serem seguidos pelos irmãos ao longo do tempo.

Os resultados desta pesquisa sugerem a necessidade de novos trabalhos sobre grupos de irmãos em fase adulta por conta do ambiente social onde a família está inserida e da configuração do grupo de irmãos. Nesse sentido, os recursos materiais e simbólicos utilizados pelos irmãos também podem variar conforme o ambiente social da família e a configuração do grupo de irmãos.

A aceitação dos cunhados como familiar pode também sofrer variações segundo o ambiente social onde a família se encontra, o arranjo do grupo de irmãos e sua história familiar. Uma família cujos antepassados foram mais receptivos com os cunhados irá repassar essa conduta para as gerações futuras.

## REFERÊNCIAS

- ALBER, Erdmute; COE, Cati; THELEN, Tatjana. **The Anthropology of Sibling Relations: shared parentage, experience, and exchange**. Estados Unidos: Springer, 2013.
- BEDFORD, V. H. **Sibling research in historical perspective: The discovery of a forgotten relationship**. *American Behavioral Scientist*, V 33, 1989. 6-18 p.
- BORGHETTI, Rosicler; LECH, Marilise Brockstedt; MARTINS, Paulo Cesar Ribeiro. **Casamento e família de origem: lealdade invisível**. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, v. 18, 2001. 5-11, p.
- BOSZORMENYI-NAGY, I.; SPARK, J. L. **Lealdades invisibles**. Buenos Aires: Amorrortu Ed., 1983.
- BRUBAKER T. H. **Families in later life: A burgeoning research area**. *Journal of Marriage and the Family*, 52, 1990. 959-981, p.
- CAMARANO, Ana Amélia. **Novo Regime Demográfico uma nova relação entre população e desenvolvimento**. In: *Novo regime demográfico uma nova relação entre população e desenvolvimento*. 2014. 654-654, p.
- CANAVARRO, M. Cristina; DIAS, Pedro; LIMA, Vânia. **A avaliação da vinculação do adulto: Uma revisão crítica a propósito da aplicação da Adult Attachment Scale-R (ASS-R) na população portuguesa**. *Psicologia*, v. 20, n. 1, 2006. 156-186, p.
- CARTER, Betty et al. **As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar**. 1995.
- CICIRELLI, Victor. **Sibling relationships across the life span**. Springer Science & Business Media, 2013.
- CONNIDIS, Ingrid Arnet. **Siblings as friends in later life**. *American Behavioral Scientist*, v. 33, n. 1, 1989. 81-93, p.

- DEW, A., LLEWELLYN, G., & BALANDIN, S. Post-parental care: **A new generation of sibling-carers**. *Journal of Intellectual and Developmental Disability*, v 29, 2004. 176-179 p.
- GUERRA, Francismara Fernandes; WAJNMAN, Simone; TURRA, Cássio M. **Availability of siblings in Brazil: a methodological study on kinship relationships**. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 33, n. 1, 2016. 9-29, p.
- KAMAKURA, Wagner Antonio; MAZZON, José Afonso. **Estratificação socioeconômica e consumo no Brasil**. Blucher, 2013.
- LEVINSON, Daniel J. et al. *The Seasons of a Man's Life* (New York, Ballantine). **Levinson The Seasons of a Man's Life** 1978, 1978.
- MILEVSKY, Avidan. **Sibling dynamics in adulthood: a qualitative analysis**. *Marriage & Family Review*, v. 56, n. 2, 2020. 91-108 p.
- MINAYO; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Petropolis, RJ: Ed. Vozes, 2015.
- NISBET, Robert A. **The sociological tradition**. Abingdon: Routledge, 2017.
- RABINOVICH, E. P. **Vitrinespelhos transicionais da identidade: um estudo de moradias e do ornamental em espaços sociais liminares brasileiros**. 1997. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997. doi:10.11606/T.47.1997.tde-25092013-151906. Acesso em: setembro de 2022.
- \_\_\_\_\_, E.P. et al. **Álbum de família: relatos de um passado compartilhado**. In: RABINOVICH, E. P.; BASTOS, A. C. S.(orgs.). *Poética da família e da comunidade*, São Paulo: Annablume, 2012. 69-81 p.
- WILSON, Samuel M.; PETERSON, Leighton C. **The anthropology of online communities**. *Annual review of anthropology*, v. 31, n. 1, 2002. 449-467 p.
- SALGADO, João; GONÇALVES, Miguel. **The dialogical self: Social, personal, and (un) conscious**. In: *The Cambridge handbook of sociocultural psychology*, 2007. 608-624 p.
- ZAJONC, Robert B.; MARKUS, Gregory B. **Birth order and intellectual development**. *Psychological review*, v. 82, n. 1, 1975. 74 p.



Salvador, Bahia, Brasil, 17 a 21 de Outubro de 2022